



Cira Arqueologia

N.º 5



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º 5



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

Alberto Mesquita, Ana Margarida Arruda, António Valongo, Carlos Pereira, Carolina Grilo, Cézer Santos, Cleia Detry, Elisa de Sousa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira, José Pedro Henriques, Mário Longuinho Pereira, Nuno Mota, Rodrigo Banha da Silva, Rui Roberto de Almeida, Tânia Casimiro, Vasco Gil Mantas, Victor Filipe

REVISÃO

João Pimenta, Henrique Mendes

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

2016/2017

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	5
1	9
A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal) ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	33
Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas CARLOS PEREIRA	
3	55
Os Cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos) MÁRIO LONGUINHO PEREIRA	
4	76
O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados VASCO GIL MANTAS	
5	86
A cerâmica comum da <i>villa</i> romana de Povos, Vila Franca de Xira CAROLINA GRILO E CÉZER SANTOS	
6	116
A Urbanística do Subúrbio Ocidental de <i>Felicias Iulia Olisipo</i> (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145 RODRIGO BANHA DA SILVA E ANTÓNIO VALONGO	
7	149
Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de <i>Olisipo</i>. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa NUNO MOTA, CAROLINA GRILO, RUI ROBERTO DE ALMEIDA E VICTOR FILIPE	
8	207
Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E MIGUEL CORREIA	
9	238
Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum CLEIA DETRY E JOÃO PIMENTA	
10	260
Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOÃO SEQUEIRA	
11	274
Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI E XVII TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOSÉ PEDRO HENRIQUES	



Cirra Arqueologia

N.º 5

Revista Cira Arqueologia n.º 5

Este novo volume da “Cira Arqueologia” dá continuidade à missão do Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal (CEAX) de Vila Franca de Xira no que respeita ao estudo, investigação e divulgação do nosso passado mais remoto.

Esta publicação (nascida a partir do Boletim Cultural Cira, editado pelo Museu Municipal) tem vindo a afirmar-se de forma consistente em cada número. De ano para ano, tem crescido quer em número de páginas, quer de autores que a procuram, quer de leitores e investigadores que sobre ela se debruçam.

O seu cariz de publicação digital e online, confere-lhe uma acessibilidade e divulgação de largo espectro, disponibilizando, de uma forma bastante democrática, o conhecimento.

Como muitas vezes os arqueólogos do nosso Município gostam de sublinhar, de nada servem as escavações arqueológicas que temos vindo a promover, se elas não forem devidamente estudadas, publicadas e divulgadas.

Cientes desta problemática e da dialética inerente à dualidade escavações arqueológicas e publicações, é com agrado e com sentido de responsabilidade que anualmente apresentamos os resultados da investigação do CEAX, plasmados nesta revista.

Fruto dos trabalhos de investigação e da resiliência na promoção do Centro de Estudos Arqueológicos, a par de estudos em torno do território do Concelho de Vila Franca de Xira, temos neste número um conjunto de contribuições mais amplo, que vem enriquecer as abordagens e leituras anteriores.

Esperamos assim, que este quinto número traga novas luzes sobre o conhecimento das ocupações humanas do vale do Tejo, assumindo a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o seu papel no apoio à investigação científica na área da Arqueologia e na fruição pública dos seus resultados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ALBERTO MESQUITA

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel. 263 280 350

museumunicipal@cm-vfxira.pt
sede@museumunicipalvfxira.org
www.museumunicipalvfxira.org
www.cm-vfxira.pt



Momento da
apresentação pública
da Revista CIRA
Arqueologia N.º 4
pelo Professor Doutor
Rodrigo Banha da
Silva da Universidade
Nova de Lisboa, no
passado dia 13 de
Abril de 2016, no
auditório do Museu
do Neo-Realismo.
Fotografias Ricardo
Caetano.



Apresentação e assinatura do protocolo de colaboração com o Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no passado dia 10 de Fevereiro de 2017, com a presença do Sr. Diretor da Universidade Nova Professor Doutor Francisco Caramelo e do Sr. Presidente Alberto Mesquita. Fotografias Vitor Cartaxo.



Apresentação pública do Livro Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira a cargo do Doutor Guilherme Cardoso, no passado dia 10 de Fevereiro de 2017, no auditório do Museu do Neo-Realismo. Fotografias Vitor Cartaxo.

➤ A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal)¹

ELISA DE SOUSA

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.

JOÃO PIMENTA

CEAX – CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.

HENRIQUE MENDES

CEAX – CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA; CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

RESUMO

O sítio arqueológico de Alto dos Cacos (Almeirim) foi detectado no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições, fruto de trabalhos agrícolas.

Apesar das acções de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

Em 2010, na sequência de uma investigação de um dos signatários (J.P.) sobre produção oleira em época romana no vale do Tejo, redescobriu-se o sítio e o seu espólio, depositado na Associação de Defesa de Património de Almeirim.

O presente trabalho pretende dar a conhecer o numeroso conjunto de materiais pré-romanos então recolhidos, assim como os resultados da campanha de prospecções arqueológicas aí efetuada em 2010, enquadrando-os nas dinâmicas de ocupação sidérica do baixo-Tejo.

ABSTRACT

The archaeological site of Alto dos Cacos (Almeirim) was detected in the 1980's, following deep and extensive destructions resulting from agricultural works.

Despite the actions of surveying the realities then observed, the collection of numerous materials and repeated warnings, this site fell into oblivion for more than thirty years.

In 2010, following an investigation by one of the signatories (J.P.) concerning the Roman pottery production in the Tagus Valley, the site and its archaeological materials, deposited in the Almeirim Heritage Defense Association, were rediscovered.

This work intends to disclose the considerable collection regarding pre-Roman artefacts that were collected in the site, as well as the results of the archaeological surveys carried out in 2010, in the framework of the Iron Age occupation dynamics of the lower Tagus.

1. Introdução

A relevância arqueológica do Alto dos Cacos – Almeirim foi detectada por Eurico Henriques no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições ocorridas no sítio, na sequência de trabalhos agrícolas (Henriques, 1982).

Apesar das acções de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas aos organismos de tutela do património, este sítio caiu no esquecimento ao longo de mais de trinta anos.

O presente trabalho insere-se num projecto mais vasto, que incide sobre a ocupação da Idade do Ferro do estuário do Tejo que temos vindo a desenvolver desde 2012, e que, entre outros objectivos, visa estudar e publicar, de forma sistemática, a totalidade da informação disponível sobre esta região durante um período compreendido entre os séculos IX e III a.n.e..

O espólio arqueológico do Alto dos Cacos está depositado na sede da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.C.A.), tendo sido já, em parte, divulgado, com uma especial incidência no de cronologia romana (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

2. Localização, implantação

O sítio arqueológico do Alto dos Cacos implanta-se sobre um pequeno cabeço de matriz arenosa, com uma altitude média de 14m, que corresponde a uma duna consolidada, localizada na margem esquerda do Paul de Vale de Peixes.

Enquadra-se administrativamente no Concelho de Almeirim, distrito de Santarém, situando-se a cerca de 1,5 km a Este do centro histórico da Cidade de Almeirim.

A localização, nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo, e as características topográficas, com uma plataforma superior de orientação NE-SE, favorecem a implantação humana. Dispõe de excelente visibilidade, apresentando, apesar da sua escassa altitude, uma posição francamente dominante sobre a área envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.

Refira-se ainda que entre o Alto dos Cacos, na margem esquerda do Tejo, e a Alcáçova de Santarém e os Chões de Alpompe, na direita, existe uma absoluta inter-visibilidade. O contacto visual directo é também uma realidade no que se refere ao Cabeço da Bruxa e ao Alto do Castelo, estes em Alpiarça. FIG.1

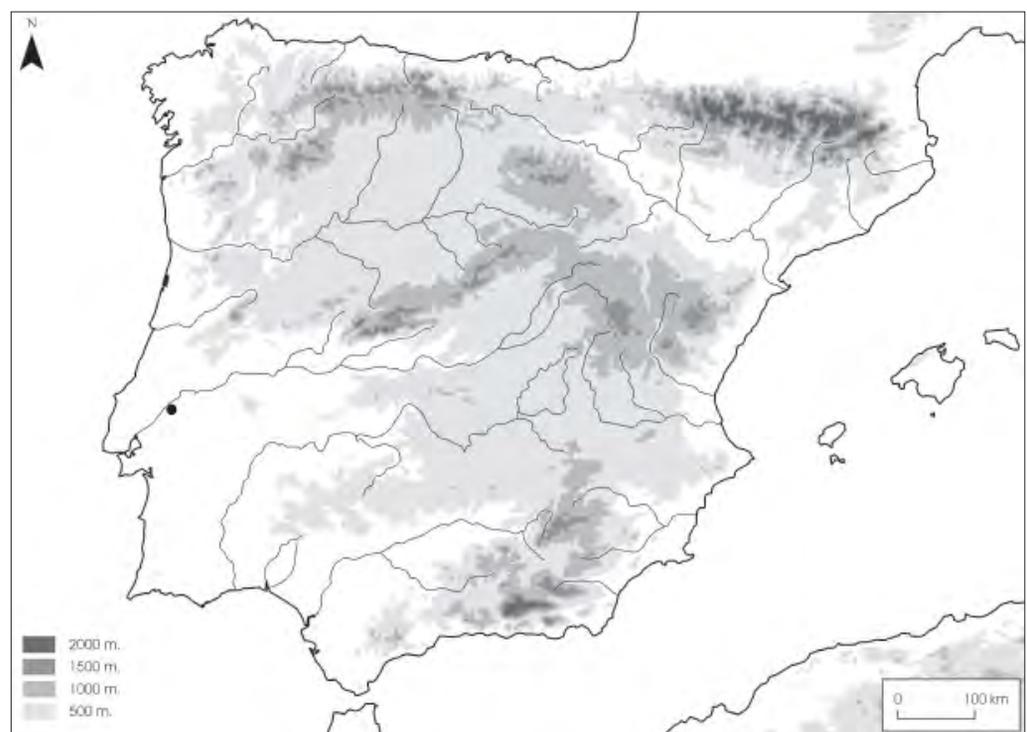


Figura 1
Localização do
Alto dos Cacos na
Península Ibérica.

3. A diacronia de ocupação

A ocupação humana do local iniciou-se ainda durante a Pré-história, havendo vestígios do Paleolítico e do Calcolítico (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

Outros materiais evidenciam a importância que o sítio assumiu durante o Bronze Final e a Idade do Ferro, esta de matriz orientalizante, a avaliar pelos espólios recolhidos por Eurico Henriques nos anos oitenta do século passado.

Os dados que o estudo desses e de outros materiais obtidos nos recentes trabalhos de prospecção aí conduzidos por dois dos signatários (J.P. e H.M.) permitiu reunir refletem a importância que o sítio assumiu durante o período romano republicano.

A análise da colecção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente campaniense, paredes finas, lucernas e ânforas obrigam a sublinhar a homogeneidade cronológica do espólio no que a esta época particular diz respeito. Embora não existam coordenadas estratigráficas para os materiais, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação centrada no século I a. C. (Pimenta, Mendes e Henriques 2014). A esta fase há que acrescentar ainda os três fragmentos com decoração estampilhada (Fig. 15, n.º 149 e 150), decoração que tendo origem na Idade do Ferro, atinge a época romana republicana. As características dos recipientes do Alto dos Cacos, de pequena dimensão, para utilização à mesa, e das próprias estampilhas, pequenas e estilizadas, indiciam a sua integração nos séculos II e I a.n.e. Esta integração cronológica é, contudo, feita com muitas reservas, apesar de a mesma situação se ter detectado, regionalmente, na Alcáçova de Santarém, onde a cerâmica estampilhada é toda ela proveniente de níveis de ocupação de época romano-republicana (Arruda, 1999-2000). As reservas têm por base o facto de haver estampilhas sobre recipientes indubitavelmente da Idade do Ferro (século IV e III a.n.e.) no baixo vale do Tejo, por exemplo no Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.*, no prelo a), apesar de aí a decoração incidir, preferencialmente, sobre grandes recipientes e das próprias matrizes serem de tipo e dimensões distintos dos que ocorrem no sítio da margem esquerda. Resta recordar que as pequenas estampilhas sobre vasos de pequeno tamanho são frequentes em contextos romano-republicanos, como se verifica no Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010), no Capote (Berrocal Rangel, 1992) e na Ermita de Belén, Zafra (Rodríguez Díaz, 1991), por exemplo.

Esta ocupação republicana parece ser de natureza militar, hipótese sustentada sobretudo pela presença significativa de armamento itálico (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014). A observação da fotografia aérea permitiu, por outro lado, vislumbrar uma estrutura sub-rectangular, de cantos arredondados, que parece estar rodeada de fossos e de muralhas de terra, em talude (Pimenta, Henriques e Mendes 2012).

Nesta interpretação teve-se também em consideração o facto de a região do baixo Tejo se ter constituído como um importante espaço de operações militares, desde o século II a.n.e., tendo *Scallabis* assumido papel preponderante durante as campanhas militares de César na província da Ulterior.

Porém, apenas a realização de escavações arqueológicas no local, devidamente enquadradas num programa de estudo direccionado para a caracterização deste sítio no período romano, poderão esclarecer a sua funcionalidade e confirmar ou contrariar as hipóteses já levantadas (Pimenta, Mendes e Henriques, 2014). [FIG.2](#)

Os trabalhos de prospecção realizados em 2010 e reforçados, em 2015, no âmbito do Projecto FETE (Fenícios no Estuário do Tejo), permitiram verificar, de forma clara no



Figura 2
Fotografia aérea
do Alto dos Cacos.

terreno, que as ocupações romano-republicanas e proto-históricas não são totalmente coincidentes.

Parece importante ainda recordar nesta introdução que muitos dos materiais cerâmicos, sobretudo dos confeccionados manualmente, são difíceis de datar com precisão, uma vez que se trata de recolhas de superfície e de as morfologias que apresentam serem habituais quer no Calcolítico quer na Idade do Bronze, como é por exemplo o caso das taças de carena alta (Fig. 5, n.º 3 a 5). Outros ainda podem também corresponder à Idade do Ferro (Fig. 5, n.º 6), atendendo ao facto de se saber que as cerâmicas manuais perduram em cronologias sidéricas, como ficou claramente demonstrado estratigraficamente na Alcçova de Santarém (Arruda, 1993; 1999/2000). Indubitavelmente do Calcolítico é o artefacto de perfil geral rectangular, com as superfícies externas decoradas com uma banda limitada por linhas incisas, cujo interior foi preenchido por um reticulado também inciso (Fig. 6, n.º 38), cujos protótipos de calcário são bem conhecidos na Estremadura portuguesa, fundamentalmente em ambiente funerário (Gonçalves, 2004). FIG.3

4. Ocupação da fase final da Idade do Bronze

Tendo em consideração a área de dispersão de materiais à superfície, aferida a partir dos recentes e exaustivos trabalhos de prospecção que aí pudemos desenvolver, é possível vislumbrar uma considerável área ocupada, de cerca de 2 hectares, que se desenvolve a sudoeste do eventual recinto militar, de época romana republicana.

Apesar das reservas expressas na Introdução sobre a inclusão de boa parte das cerâmicas manuais na Idade do Bronze, a verdade é que algumas delas datam, indubitavelmente, do Bronze Final. É o caso de um fragmento de parede com decoração impressa (pontos mais



Figura 3
Vista geral do Alto
dos Cacos; ao fundo a
Alcáçova de Santarém.

ou menos profundos), com punções mais ou menos circulares, na superfície externa (Fig. 7, n.º 37). Ainda que a sua dimensão seja diminuta, pudemos verificar que existe uma linha de pontos de maior diâmetro, a que se segue uma área em reserva sobre a qual se desenvolve o que parece ser um motivo ondulado conseguido através da impressão de pontos de menor diâmetro. A presença deste fragmento com decoração ponteadada, impressa a punção, que é característica do mundo meseteno de Cogotas I, deve destacar-se, uma vez que, na área do estuário do Tejo, se conhecem poucos sítios que tenham oferecido cerâmicas com esta técnica e com estes motivos decorativos. Mas a ocorrência de vasos idênticos na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2015) deve ser tomada em consideração, até porque os dados disponíveis sobre a cerâmica desta categoria já provaram que a sua expansão para Sul e Sudoeste foi sempre muito limitada e muitas vezes não incluiu este tipo de decoração específico. Com efeito, a decoração de tipo Cogotas I mais abundantemente reproduzida fora da área nuclear foi, sem dúvida, a de boquique, ausente, por completo em Santarém. Outro dos sítios a reter nesta discussão, é a Quinta da Aramenha, no Cartaxo (Tereso e Ferreira 2007), onde a ausência de decoração a boquique também é evidente, apesar de aí, e paralelamente à decoração ponteadada, surgirem, com mais abundância, os vasos com bandas de linhas onduladas obtidas, aparentemente, pela impressão com pente (*Ibidem*). No Alentejo, as influências do mundo meseteno do âmbito de Cogotas não abundam, havendo, no entanto, a registar escassos fragmentos decorados com pontos impressos a punção, nomeadamente em Passo Alto (Soares, Antunes e Deus, 2012). O mesmo acontece na Extremadura espanhola, onde em Los Concejillos os pontos impressos, alguns preenchidos com pasta branca, estão presentes, a par da decoração ponteadada e incisa (Vilaça, Jiménez Ávila e Galán Domingo, 2012), tal como também sucede em Medellín (Jiménez Ávila e Guerra Milán 2012), com a ausência da técnica do boquique a destacar-se uma vez mais em todos os sítios mencionados.

Um outro elemento que poderá relacionar-se também com estas influências do horizonte da Meseta, ainda que de cronologia talvez um pouco anterior, é o vaso que exhibe uma decoração incisa em forma de espiga na sua superfície externa (Fig. 7, n.º 36). Trata-se de uma ocorrência até ao momento rara na Península de Lisboa, conhecendo-se apenas um outro caso na Gruta do Correio Mor (Cardoso, 2003), ainda que o motivo seja ligeiramente distinto.

Alguns outros fragmentos de vasos integrariam, muito provavelmente, também uma cronologia da fase final da Idade do Bronze. Quer os potes de perfil em S (Fig. 7, n.º 28 a 29 e n.º 31 a 33), quer os esféricos altos (Fig. 5, n.º 15, Fig. 6, n.º 20 a 24), bem como, aliás, as tigelas (Fig. 5, n.º 7 a 14) e as taças carenadas (Fig. 5, n.º 6) recolhem excelentes paralelos no conjunto, bem contextualizado, *scallabitano* (Arruda e Sousa, 2015). Em outros locais da Estremadura portuguesa documentaram-se as mesmas formas, como por exemplo, na Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004) e na Praça da Figueira (Silva, 2013), em Lisboa. As cerâmicas de outros sítios estremenhos ocupados durante o Bronze Final, como os da área de Alpiarça, são também, mas apenas em parte, morfológicamente idênticas. Os grandes contentores de armazenamento, de colo alto e lábio simples (Fig. 6, n.º 25 e 26; Fig. 7, n.º 30), e as taças carenadas com acabamento cuidado são, de facto, frequentes nos sítios da margem esquerda (Marques, 1972; Kalb e Höck, 1985).

Esta ocupação do final da Idade do Bronze não pode, como é evidente, ser desconectada da rede de povoamento relativamente densa que se desenvolveu nas margens do Tejo e mesmo para além delas, nos finais do 2º milénio a.n.e. / inícios do 1º, e cujo funcionamento pode ter tido o Alto do Castelo (Alpiarça) como lugar de destaque na coordenação dessa mesma rede, pelo menos para a margem esquerda. FIGS. 4, 5, 6 e 7

Figura 4

Fotografia aérea do sítio com a localização da mancha de distribuição da ocupação proto-histórica.



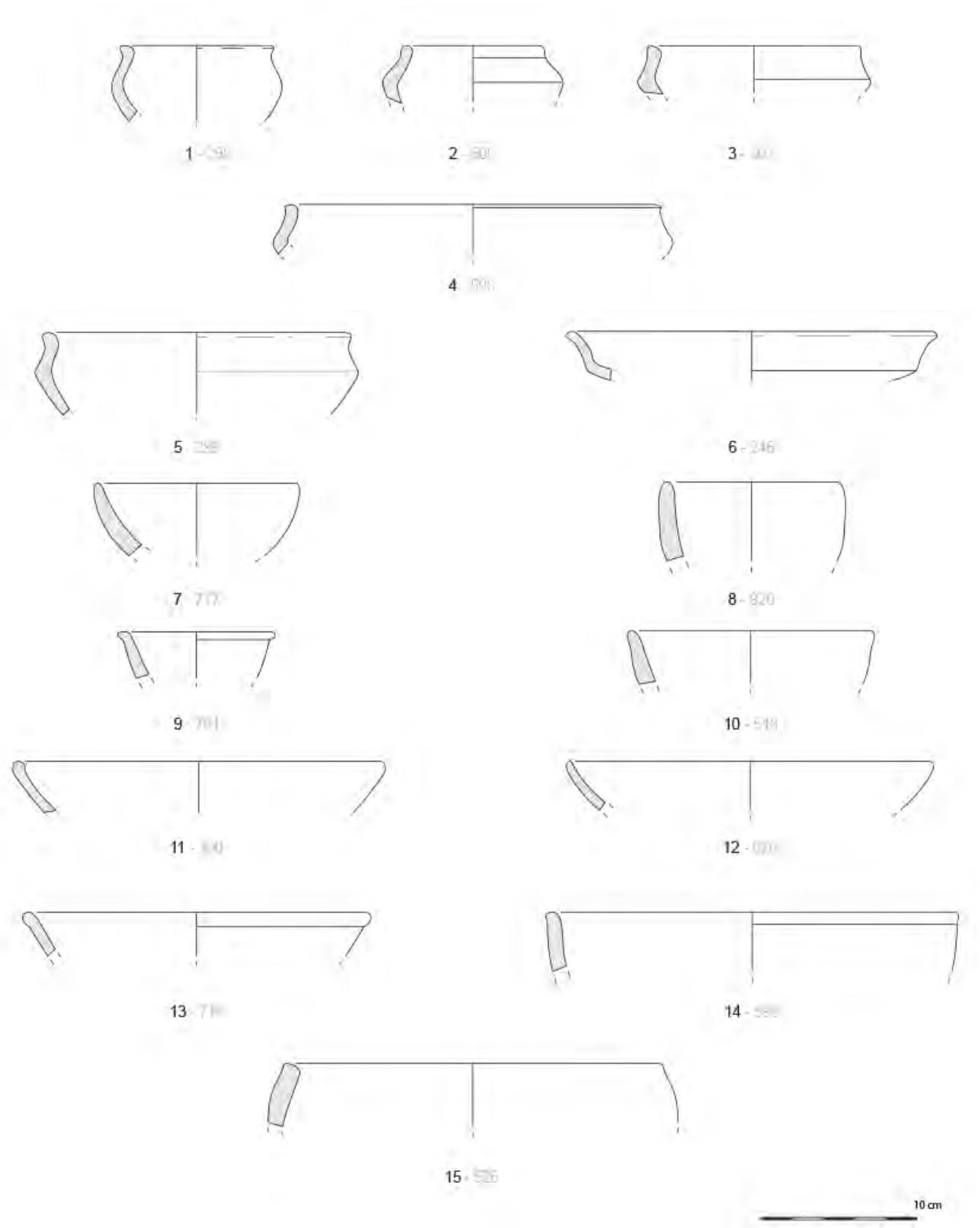


Figura 5
Cerâmicas manuais
recolhidas no Alto dos
Cacos.

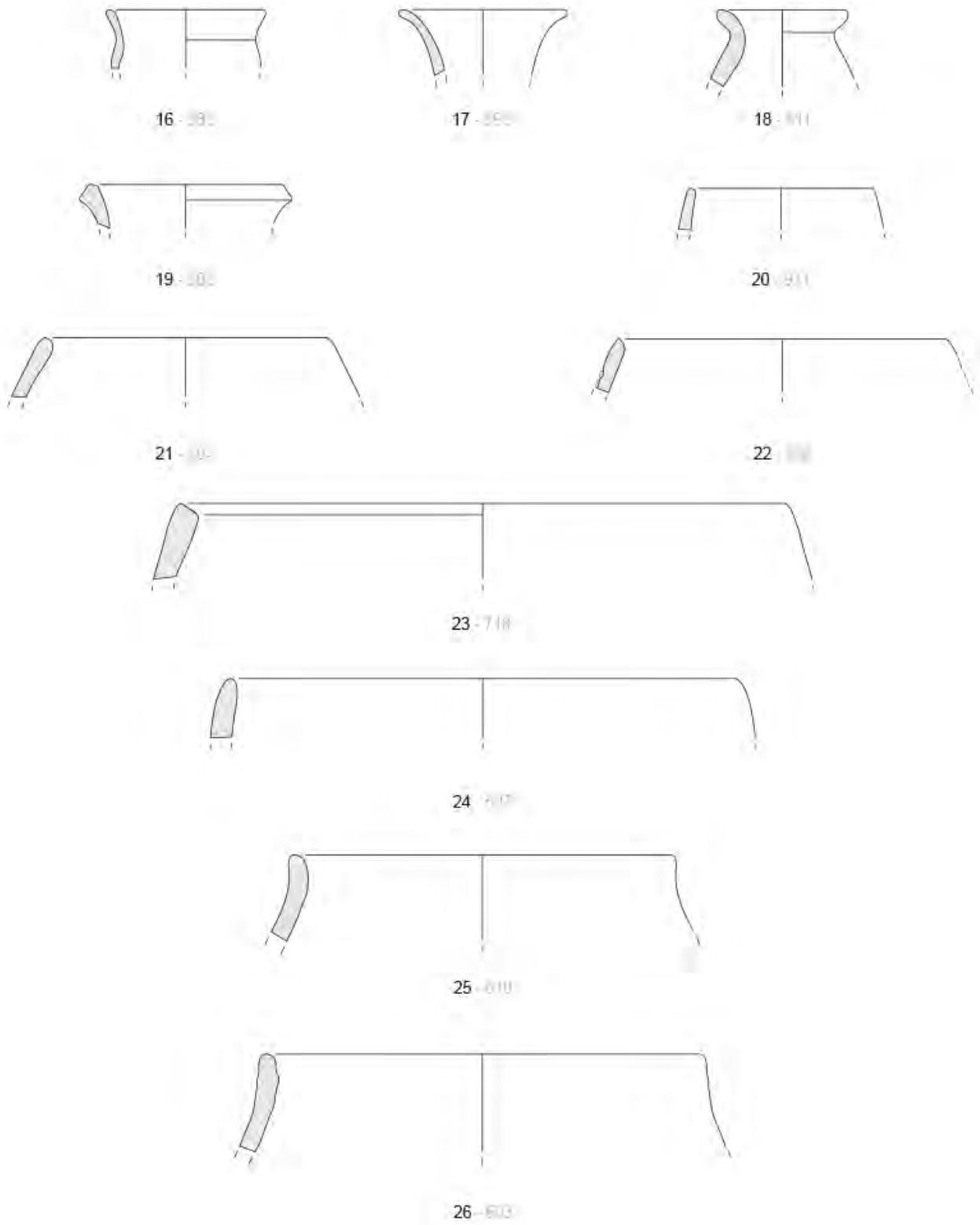


Figura 6
Cerâmicas manuais
recolhidas no Alto dos
Cacos.

10 cm

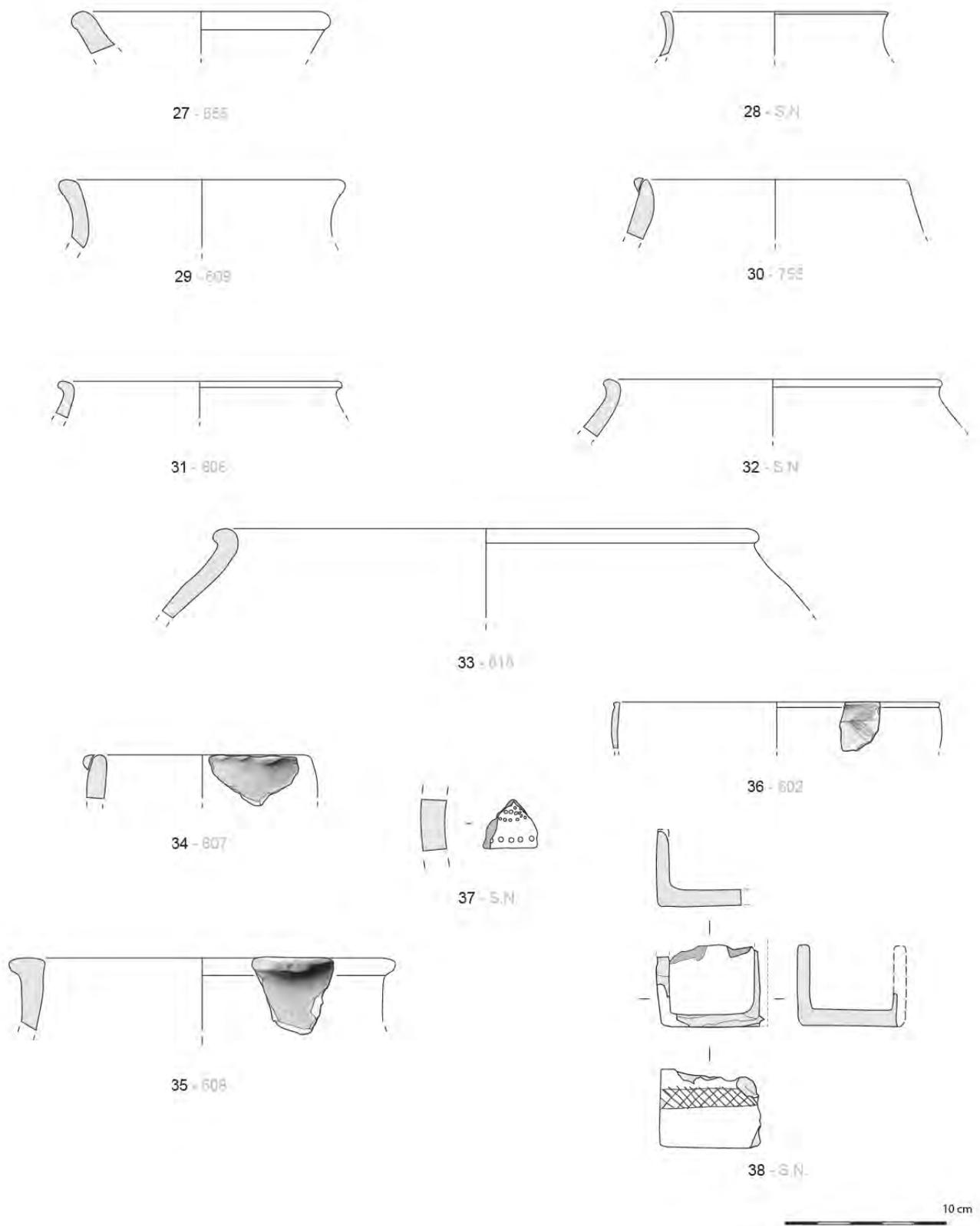


Figura 7
Cerâmicas manuais
recolhidas no Alto dos
Cacos.

5. Ocupação da Idade do Ferro

As prospecções efectuadas no Alto dos Cacos foram particularmente férteis no que se refere à Idade do Ferro, tendo sido recolhido um abundante espólio que permite associar esta ocupação a uma fase sidérica relativamente precoce, e a uma matriz cultural claramente orientalizante. Contudo, à excepção de um fragmento de ânfora a totalidade das cerâmicas, mesmo as que entram na categoria de transporte, são de proveniência regional.

O conjunto engloba ânforas, algumas das quais (Fig. 8, n.º 39, 45 a 47, 52 a 53, 57 a 58) cabem na forma 1 da tipologia que dois de nós (E.S. e J.P.) elaboram, há pouco tempo, para as produções do vale do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014). A sua produção, que se inspira nos tipos 10.1.1.1. e, sobretudo 10.1.2.1. de Ramón Torrés (1995), parece ser relativamente precoce atendendo à sua presença em Lisboa, concretamente na Rua de São Mamede ao Caldas, em níveis que foram datados entre os finais do século VIII a.n.e. e a primeira metade do século seguinte (Sousa e Pimenta, 2014; Pimenta *et al.*, 2014). Contudo, o fabrico deste tipo anfórico, ainda que com diâmetros mais amplos, prolongou-se até pelo menos aos finais do século V a.n.e., como ficou demonstrado na Rua dos Correiros, em Lisboa (Sousa, 2014), e ainda no Cabeço Guião, no Cartaxo (Arruda *et al.*, no prelo a), podendo, neste caso, estender-se até fases mais avançadas. Exemplos destas produções mais tardias estão também presentes no Alto dos Cacos (Fig. 8, n.º 53, 57 e 58). Outros dois fragmentos que apresentam um bordo mais diferenciado, marcado por uma pequena canelura na área inferior (Fig. 8, n.º 51 e 55), podem ser também incluídos neste tipo 1, ainda que com algumas reservas, podendo corresponder, uma vez mais, a produções tardias.

A grande maioria das ânforas integra-se no tipo 3 do Tejo (Fig. 8, n.º 40 a 44, 48 a 50, 56) (Sousa e Pimenta, 2014), tipo que foi datado, maioritariamente, entre o século V e os inícios da IV a.n.e., atendendo à sua abundante presença na Rua dos Correiros em Lisboa (Sousa, 2014), mas cujo início da produção poderá recuar para os finais do século VI, de acordo com os dados obtidos na Sé de Lisboa (Arruda, 1999-2000). Os contentores anfóricos de esta morfologia estão bem representados na Península de Lisboa, em sítios da Idade do Ferro dos Concelhos de Lisboa, Cascais, Sintra, Amadora e Santarém (Sousa, 2014; Sousa e Pimenta, 2014).

Mais raras são as ânforas enquadáveis no tipo 4 (Fig. 8, n.º 54), de cronologia mais tardia (Sousa, 2014; Sousa e Pimenta, 2014), centrada na segunda metade do 1º milénio a.n.e., e que se encontram também bem representadas na região.

Quase todas as ânforas do Alto dos Cacos parecem corresponder a produções da área de Lisboa/Almaraz, sendo frequente a presença de engobes ou aguadas esbranquiçadas nas suas superfícies externas. Apenas dois fragmentos de asa não se enquadram neste grupo, sendo um deles (Fig. 9, n.º 59) possivelmente fabricado na região de Málaga, e o outro (Fig. 9, n.º 61) na área do Porto do Sabugueiro, atendendo às características dos seus fabricos (Sousa e Pimenta, 2014). [FIG.8 e 9](#)

Entre os materiais da Idade do Ferro recolhidos nas prospecções levadas a efeito no Alto dos Cacos, contam-se grandes contentores de armazenamento de inspiração oriental, os designados *pithoi*, decorados com bandas pintadas paralelas, vermelhas e negras (Fig. 10, n.º 75 a 77). Um deles (Fig. 10, n.º 77) evidencia características que permitem avançar uma cronologia da segunda metade do século VI a.n.e., em diante, nomeadamente um colo relativamente desenvolvido e hiperboloide, de paredes curvilíneas. Nos restantes, porém, os colos são mais curtos, de paredes rectilíneas, apresentando perfis tonco-cónicos (Fig. 10, n.º 75 e 76). Estas particularidades, a que se pode associar o ressalto bem marcado entre o colo e a parede, possibilitam admitir uma cronologia relativamente mais antiga, concretamente do

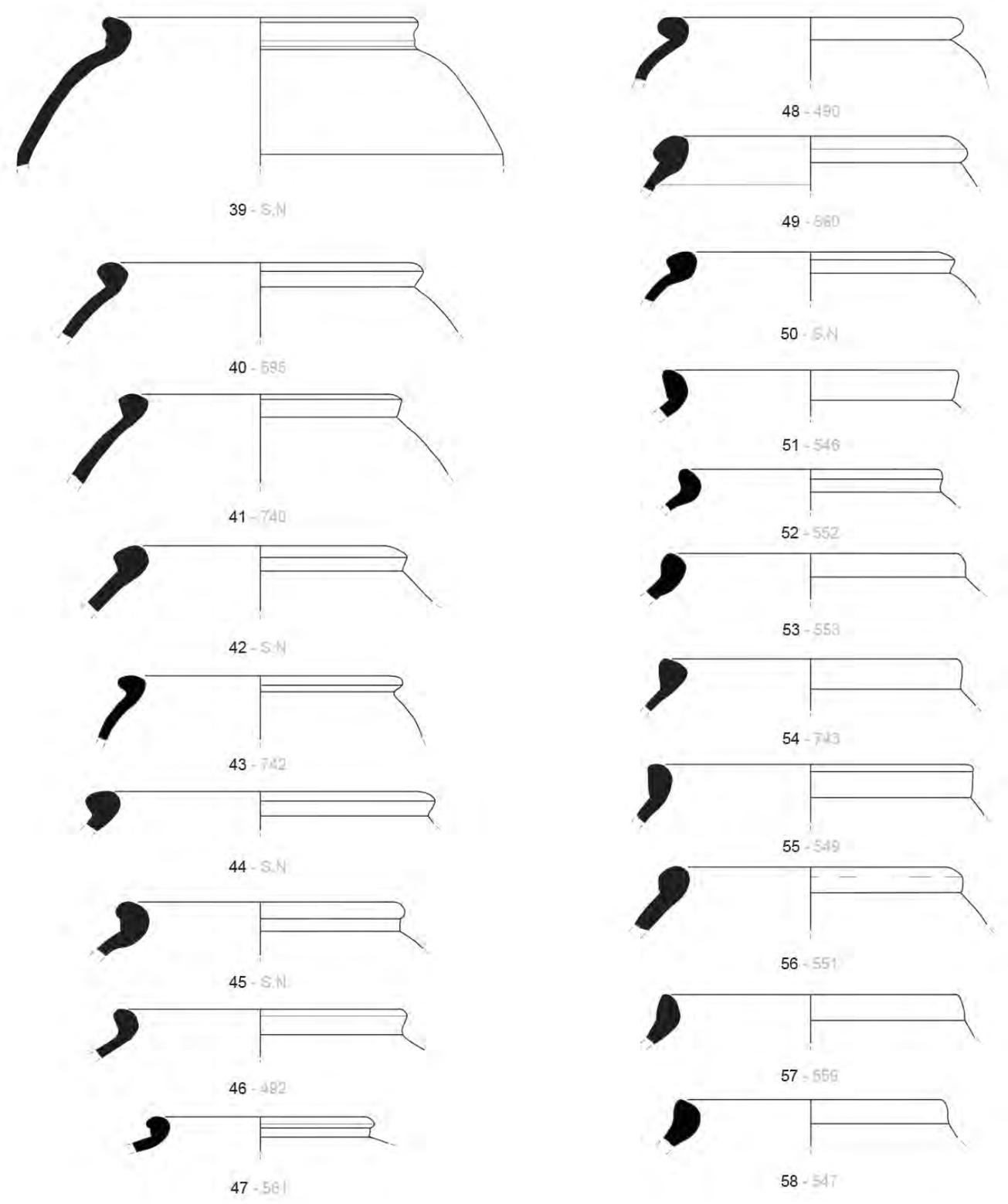


Figura 8
Fragmentos de
ânforas recolhidos no
Alto dos Cacos.

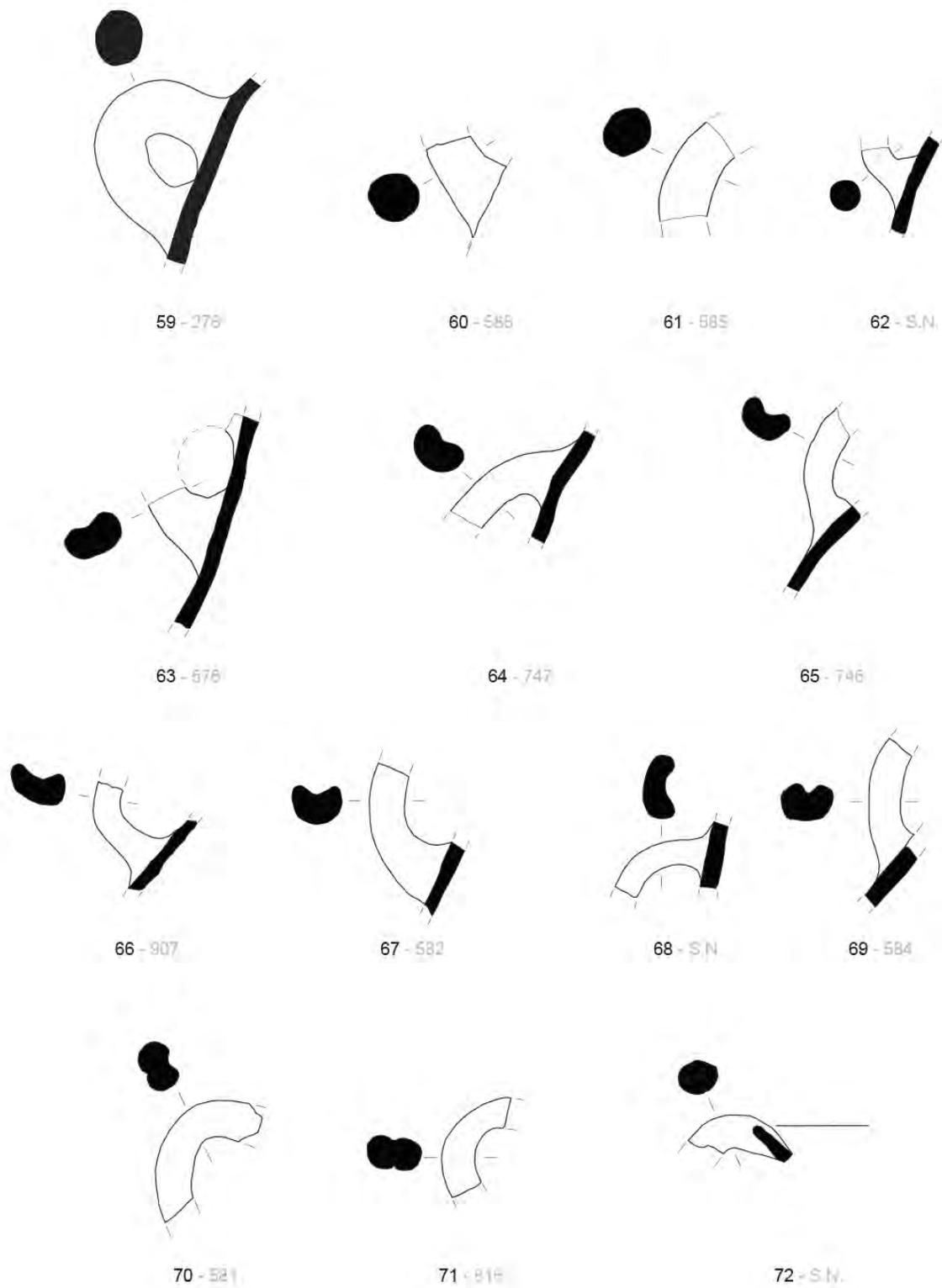


Figura 9
Fragmentos de
ânforas recolhidos no
Alto dos Cacos.

final do século VII / 1ª metade do VI a.n.e., como os dados de Santarém e da Sé de Lisboa, claramente, indiciam (Arruda, 1999-2000). Algumas asas, concretamente as bífidas (Fig. 9, n.º 70 e 71) pertenceram, quase seguramente, a estes vasos.

A cerâmica de engobe vermelho está representada por dois únicos fragmentos, um bordo e um fundo (Fig. 11, n.º 93 e 94). Ambos pertencem a pratos, uma das formas mais comuns nesta categoria cerâmica. Apesar da largura do bordo ser estreita, o seu escasso diâmetro e, sobretudo, a relação entre ambos os valores, denunciam uma forma que podemos datar do século VI a.n.e., cronologia que se pode igualmente atribuir ao fundo, que, não tendo pé, parece possuir um ônfalo consideravelmente acentuado. FIG. 10 e 11

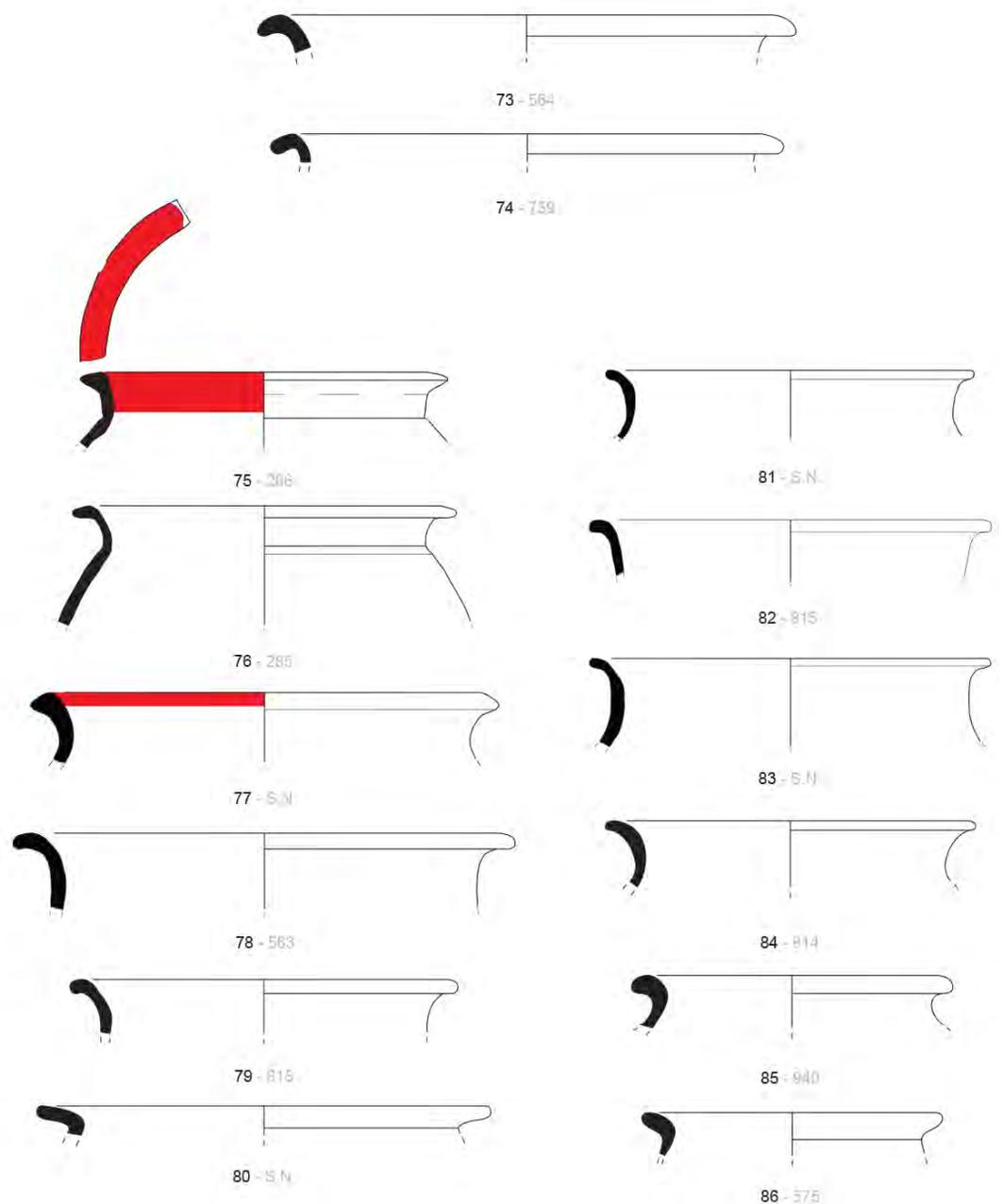


Figura 10
Cerâmicas pintadas,
comuns e de engobe
vermelho recolhidas
no Alto dos Cacos.

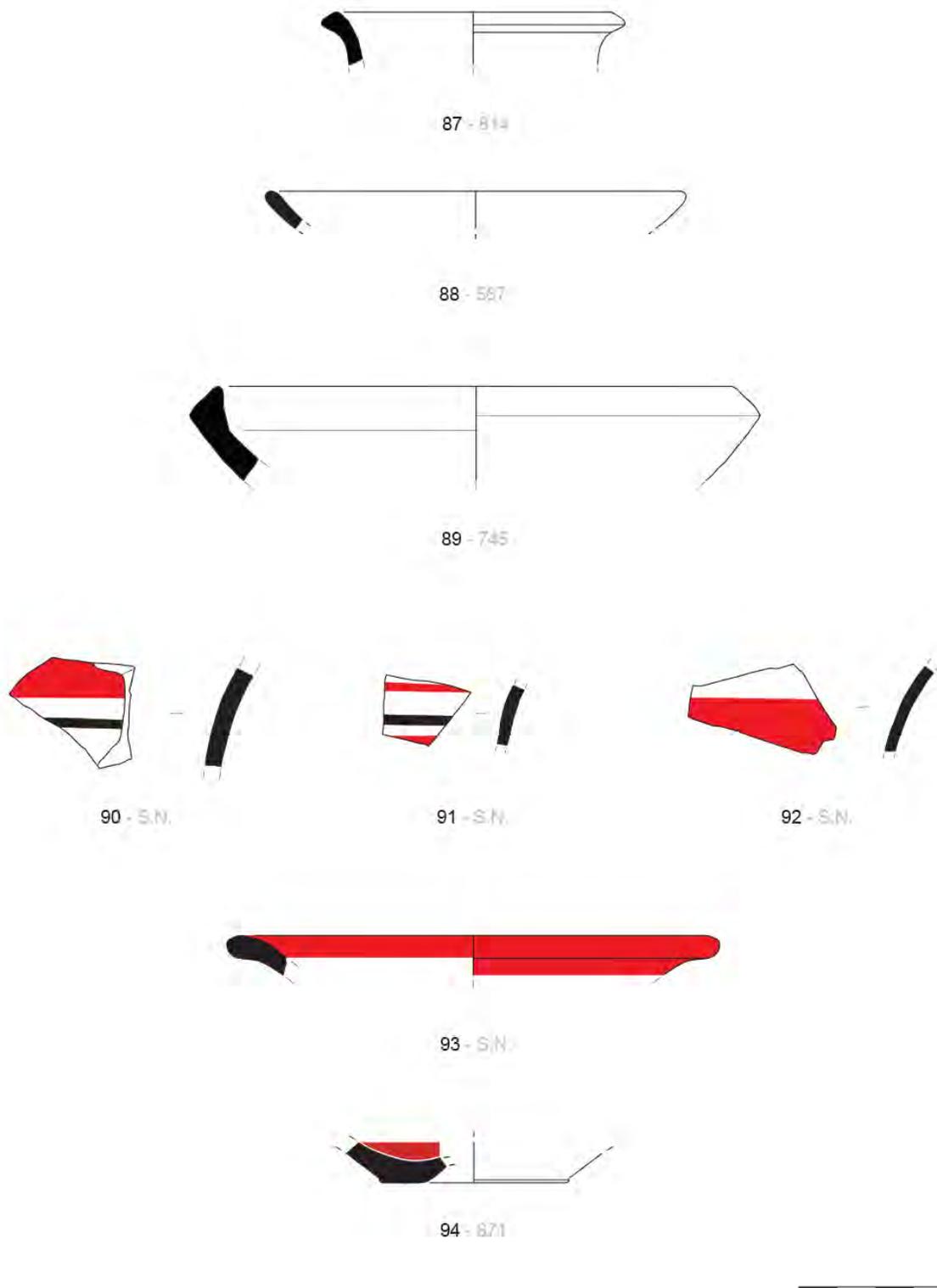


Figura 11
Cerâmicas pintadas,
comuns e de engobe
vermelho recolhidas
no Alto dos Cacos.

É vasto e diversificado o conjunto de cerâmicas cinzentas finas polidas do Alto dos Cacos, sendo percentualmente o mais numeroso. As tigelas hemisféricas dominam (Fig. 12, nº 95 a 107), situação habitual em todos os contextos fenícios e orientalizantes da Península Ibérica, parecendo redundante a apresentação exaustiva de paralelos. As paredes são arqueadas e côncavas e o bordo apresenta um ligeiro engrossamento interno, características que permitem incluir os exemplares do Alto dos Cacos na variante 1Aa e 1Ab do Estuário do Tejo (Sousa, 2014). Permitimo-nos lembrar aqui que a forma esteve em utilização ao longo de toda a Idade do Ferro, atingindo mesmo a época romana, como se verificou, por exemplo, em Santarém (Arruda, 1999-2000), e na região do Guadiana Médio (Hernández Carretero, 1996).

Uma outra tigela (Fig. 12, nº 101) pode ser recolhida na variante c, do mesmo grupo A, da série 1 do Estuário do Tejo (Sousa, 2014), dado o bordo exvertido. A forma é mais rara do que a anterior, mas na área da Península de Lisboa, surgiu na Rua dos Correeiros, em Lisboa, (*ibidem*: 135), onde está datada do final do século V a.n.e., em Moinho da Atalaia Oeste (Pinto e Parreira, 1978) e no Casal de Vila Chã, ambos na Amadora (Sousa, 2014), e em Santa Eufémia, em Sintra (*ibidem*), em ambientes que não destoam da mesma cronologia. Em Santarém (Arruda, 1999-2000) e em Almaraz (Henriques, 2006) também se documentou o mesmo tipo de tigela de cerâmica cinzenta. Já fora do âmbito geográfico em que se insere o Alto dos Cacos, devemos referir a existência de vasos idênticos do ponto de vista morfológico em Conímbriga (Correia, 1993) e em Santa Olaia (Pereira, 2009).

Mais raras são as duas taças, uma de carena alta, representada por um único exemplar, de bordo aplanado verticalmente no interior (Fig. 12, nº 108), e outra de bordo espessado externa e internamente (Fig. 12, nº 109), de maior dimensão. Contudo, e tal como os anteriores, possuem corpo hemisférico e possivelmente destinar-se-iam também ao serviço de mesa.

A mesma função pode ser atribuída à taça ou prato do tipo 2Ba, do estuário do Tejo (Fig. 14, nº 129) (Sousa, 2014), devendo acrescentar-se que a forma se documentou na região, sobretudo na área da foz do rio, concretamente em Freiria, Cascais (Cardoso e Encarnação, 2013), Moinhos da Atalaia, Amadora (Pinto e Parreira, 1978) e Outorela, Oeiras (Cardoso *et al.*, 2014). Mais a norte, mas sempre na margem direita, deve referir-se a sua presença no Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.*, no prelo a). Todos estes contextos podem ser datados entre os finais do século V e o século IV/III a.n.e.

Os restantes dois pratos recuperados no Alto dos Cacos, cabendo também na Série 2, integram, contudo, o Grupo A, podendo recolher-se na variante b (Fig. 14, nº 130 e 131). As paredes são arqueadas e côncavas, e a carena, baixa, está bem acentuada. A forma está bem documentada em sítios da foz do estuário, nomeadamente em Lisboa, Rua dos Correeiros (Sousa, 2014) e na Travessa do Chafariz d'El Rei (Filipe *et al.*, 2014), mas também em Moinhos da Atalaia, Amadora, (Pinto e Parreira, 1978; Sousa, 2014) e ainda em Almaraz (Henriques, 2006). O mesmo tipo de prato surgiu em Abul B, na margem direita do antigo estuário do Sado (Mayet e Silva, 2005). Todas estas ocorrências permitem avançar com uma cronologia de meados do 1º milénio, mais especificamente do final do século V/ século IV a.n.e.

Os dois fundos de pé alto (Fig. 14, nº 132 e 133) pertencem, quase seguramente, a um destes tipos de pratos, como, aliás, se pode confirmar em Freiria (Cardoso e Encarnação, 2013) e em Cabeço Guião (Arruda *et al.*, no prelo a).

No que se refere aos potes de cerâmica cinzenta, os exemplares do Alto dos Cacos cabem nas séries 3 e 4 do Vale do Tejo, estando, contudo, a primeira mais bem documentada (Sousa, 2014). Alguns exemplares da Série 3 (Fig. 13, nº 110 e 111) incluem-se, seguramente, na variante 3Aa, com diâmetro máximo igual ao do bordo. A grande maioria (Fig. 13, nº 112 a 119, 124 e 128),

porém, aproxima-se do tipo 3Ba, de corpo mais amplo. Ambas as formas foram recolhidas em todo o estuário do Tejo durante toda a segunda metade do 1º milénio a.n.e. (Sousa, 2014).

Alguns fragmentos com bordo exvertido (Fig. 13, n.º 122, 123 e 125) podem integrar-se na variante 3Ab da mesma tipologia. Recorde-se que esta morfologia, estando representada no baixo vale do Tejo, é apesar de tudo menos numerosa do que a anterior, havendo ocorrências na Rua dos Correeiros (Lisboa), e no Moinho da Atalia e em Baútas (Amadora) (Sousa, 2014).

Um único exemplar, com um ressalto no colo (Fig. 13, n.º 120), recorda a variante 4Ac, identificada, sempre em números reduzidos, em Lisboa (Rua dos Correeiros), Santa Eufémia (Sintra) (Sousa, 2014) e em Santarém (Arruda, 1999/2000).

Dois fragmentos de bordo, curto, oblíquo e de perfil em S (Fig. 13, n.º 126 e 127), pertencem a vasos comuns em horizontes artefactuais do século VI a.n.e., integrando o tipo 3 da Sé de Lisboa (Arruda, 1999/2000; Arruda, Vallejo e Freitas, 2000), ou o 4a da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999/2000).

Mais difícil de classificar é um outro exemplar também de bordo exvertido, mas com uma carena bem marcada que define um corpo de perfil bi-troncocónico (Fig. 13, n.º 121). Trata-se de uma forma, até ao momento, inédita nos contextos sidéricos do estuário do Tejo, apesar de lhe encontrarmos semelhanças com a Série 3 definida para a região. Poderá eventualmente corresponder à uma fase de transição entre os pequenos potes de bordo curto, típicos do século VI analisados no parágrafo anterior, e os de colo mais desenvolvido da Série 3. Contudo, parece necessário que o seu aparecimento ocorra em contextos primários de ocupação, para nos podermos pronunciar, mais adequadamente, sobre a sua cronologia.

Duas asas de rolo de cerâmica cinzenta (Fig. 14, n.º 135 e 136) podem ter pertencido a jarros, recipiente relativamente comum no vale do Tejo, entre o século V e II a.n.e., como indiciam os dados de Outorela (Cardoso, 2004; Cardoso *et al.* 2014), dos Moinhos da Atalaia (Pinto e Parreira, 1978; Sousa, 2014), de São João da Praça, em Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2005) e do Cabeço Guião, Cartaxo (Arruda *et al.*, no prelo a). [FIGS.12, 13 e 14](#)

No que se refere à cerâmica dita comum, registam-se sobretudo formas fechadas, concretamente potes/panelas (Fig. 10 e 11), todas integráveis nos tipos definidos para o estuário do Tejo por um de nós (E.S.). Os mais frequentes são os 10Aa (Fig. 10, n.º 86), 10Ba (Fig. 11, n.º 87), 10Bb (Fig. 10, n.º 84 e 85), 10Bc (Fig. 10, n.º 73 e 74), 10Ca (Fig. 10, n.º 81) e 10Cb (Fig. 10, n.º 78, 79, 82 e 83). Apenas um fragmento, com bordo mais aplanado (Fig. 10, n.º 80), não encontra paralelo na tipologia, aproximando-se, contudo, de exemplares identificados no Cabeço Guião (Arruda *et al.*, no prelo a) e nos Chões de Alpompe (Arruda *et al.* no prelo b), em contextos datados entre os séculos V e III a.C.

No que diz respeito a outros tipos formais, contamos apenas com um fragmento de bordo de uma tigela do Grupo 1Aa (Fig. 11, n.º 88), de amplo espectro geográfico e cronológico (Sousa, 2014) e com um outro que cabe no grupo das trípodas (Fig. 11, n.º 89), forma sempre rara, mas ainda assim presente no vale do Tejo em Porto de Sabugueiro (Pimenta *et al.*, 2014) e na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, no prelo). Recorde-se ainda que estes últimos vasos, destinados à trituração, estão quase sempre associados a ambientes orientalizantes, com cronologias do século VII /VI a.n.e. Por último, um bordo com arranque de asa (Fig. 9, n.º 72) deve corresponder a um jarro, quiçá, inspirado nas produções de cerâmica cinzenta contemporâneas (Cardoso, 2004; Cardoso *et al.*, 2014).

As pastas destas cerâmicas comuns assemelham-se ao que tem vindo a ser definido como grupo de Lisboa/Almaraz, com a excepção de quatro fragmentos, de fabrico menos depurado que parecem ser de produção local (Fig. 9, n.º 72; Fig. 10, n.º 80 e 83; Fig. 11, n.º 89).

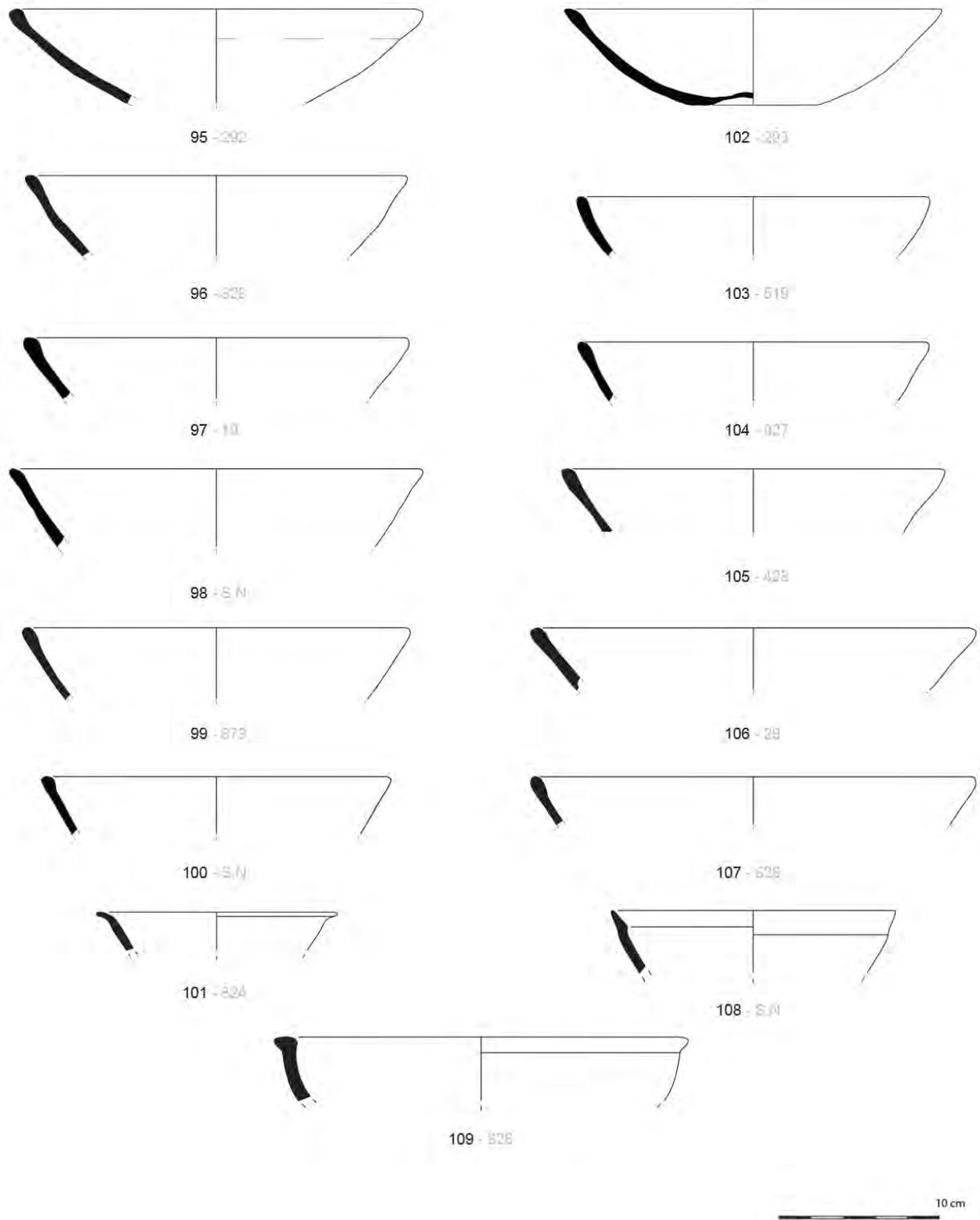


Figura 12
Cerâmicas cinzentas
recolhidas no Alto dos
Cacos.

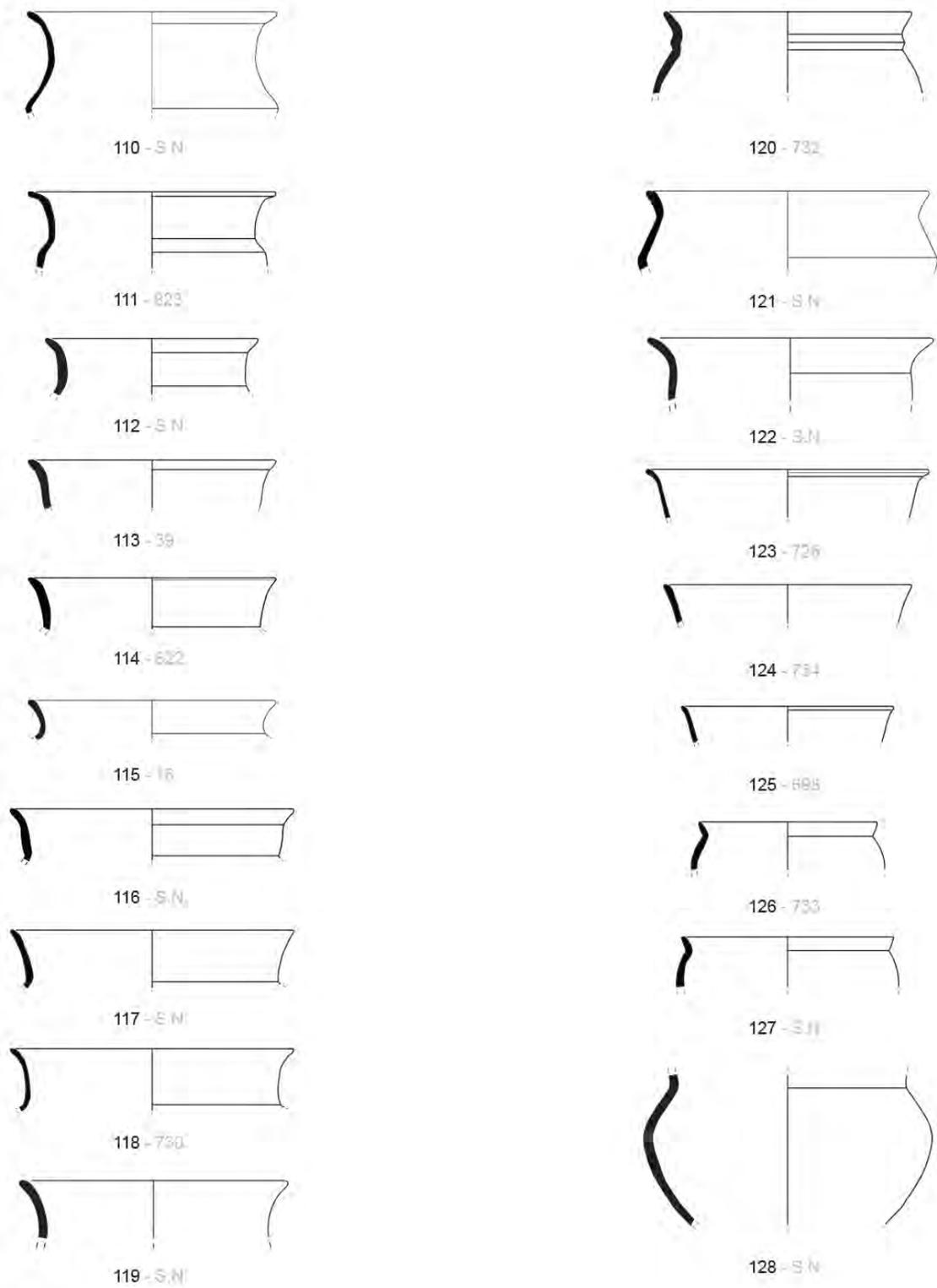


Figura 13
Cerâmicas cinzentas
recolhidas no Alto dos
Cacos.

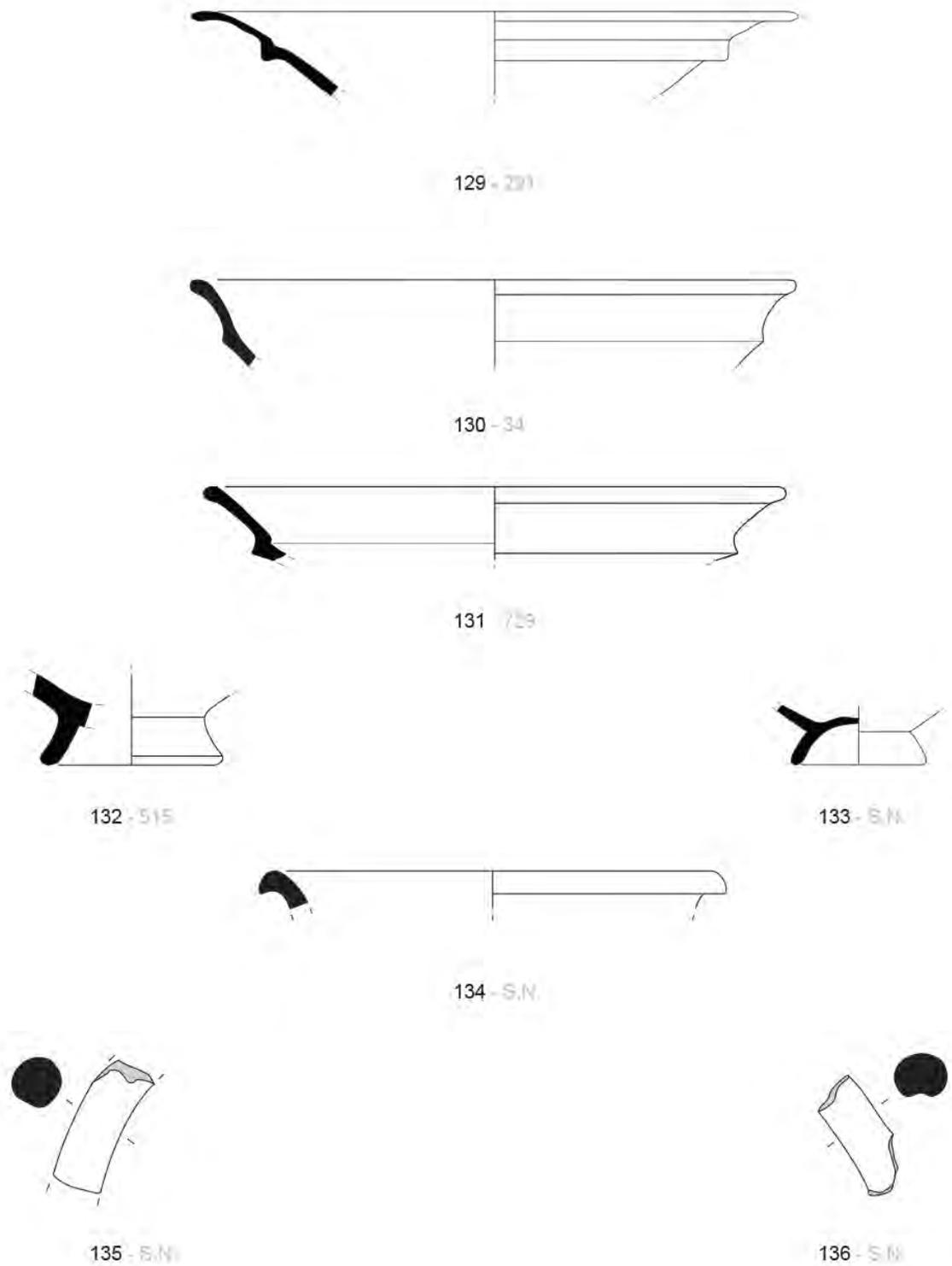


Figura 14
Cerâmicas cinzentas
recolhidas no Alto dos
Cacos.

Com algumas reservas incluímos neste apartado seis cossoiros (Fig. 15, n.º 142 a 147) recolhidos durante as prospecções, ainda que saibamos que estas peças podem também pertencer à época romana-republicana, época bem documentada no sítio. Trata-se de cinco peças completas e parte de uma outra. Três têm perfil troncocónico (Fig. 15, n.º 142, 143 e 147), dois bi-troncocónico (Fig. 15, n.º 144 e 146) e um outro esferoidal (Fig. 15, n.º 145). Este último apresenta uma decoração na face inferior, obtida pela incisão de quatro linhas curvas, incisadas, que saem do bordo e não atingem o orifício central, obtendo-se uma figura que pode representar um elemento solar. O fabrico local parece evidente, atendendo às características petrográficas das suas pastas. Pouco mais há a dizer a propósito destes artefactos relacionados com a fiação, podendo referir-se a sua representação na grande maioria dos sítios da Idade do Ferro e da época romana, inclusive na região, de que o Porto de Sabugueiro se constitui como um excelente exemplo (Pereira, neste mesmo volume). Adianta-se ainda assim que os cossoiros do Alto dos Cacos cabem bem nas tipologias de referência já concretizadas para este tipo de artefactos, correspondendo aos tipos A, B e C da que foi recentemente organizada por Teresa Pereira para os da Cabeça de Vaia Monte (Pereira, 2013).

Os mesmos problemas cronológicos levantam-se para as quatro contas de colar de vidro azul (Fig. 15, n.º 138 a 141), anelares, esféricas e segmentadas. São muito abundantes na região do vale do Tejo (Arruda *et al.*, 2016), mas a grande maioria não possui contexto estratigráfico seguro, pelo que podem pertencer, indistintamente, à Idade do Ferro e à época romana republicana, uma vez que alguns foram recuperados em ambientes claramente da Idade do Ferro, como é o caso de Santarém (Arruda, 1999-2000) e do Cabeço Guião, Cartaxo, (Arruda *et al.*, no prelo a), por exemplo, mas também do século II e I a.C., como sucedeu no Castelo de São Jorge, em Lisboa (Pimenta, 2005) e em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (Pimenta, 2015), respectivamente. Uma produção regional destes artefactos de adorno, concretamente em Porto de Sabugueiro, foi defendida recentemente (Arruda *et al.*, 2016), tendo sido proposto que esta produção se destinaria também ao abastecimento dos sítios próximos, onde cabe naturalmente o Alto dos Cacos.

De difícil adscrição cronológica é também o elemento de coroplastia recolhido no local (Fig. 15, n.º 137), fabricado a molde, do qual se conserva apenas a parte superior de uma representação zoomórfica. A possibilidade de se tratar de uma ave foi já avançada, podendo ter pertencido a um vaso de tipo *askoi* (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012). [FIG.15](#)

A ocupação da Idade do Ferro do Alto dos Cacos reveste-se de um orientalismo evidente, o que pode ser facilmente explicado pelo facto de se inserir numa região que foi alvo de precoces e intensos contactos com o mundo colonial fenício ocidental. A sua localização, em frente a Santarém, situado na outra margem, deve ser valorizada, uma vez que configura, no fundo do estuário, uma situação semelhante à verificada na foz do mesmo, com os sítios de Lisboa e de Almaraz. E o facto de não surgirem espólios tão antigos como os apareceram na capital do distrito não deve ser destacado, justamente porque os materiais que aqui estudámos, quase todos do século VI a.n.e. em diante, não provêm de uma escavação em extensão e em profundidade, como as que se desenvolveram no sítio da margem direita.

6. Discussão

Já em trabalhos anteriores tivemos oportunidade de discutir o povoamento da 1ª Idade do Ferro das áreas ribeirinhas do Baixo Tejo (Arruda, *et al.*, no prelo). A densidade de sítios implantados sobre as margens do rio e as características da sua cultura material, de matriz

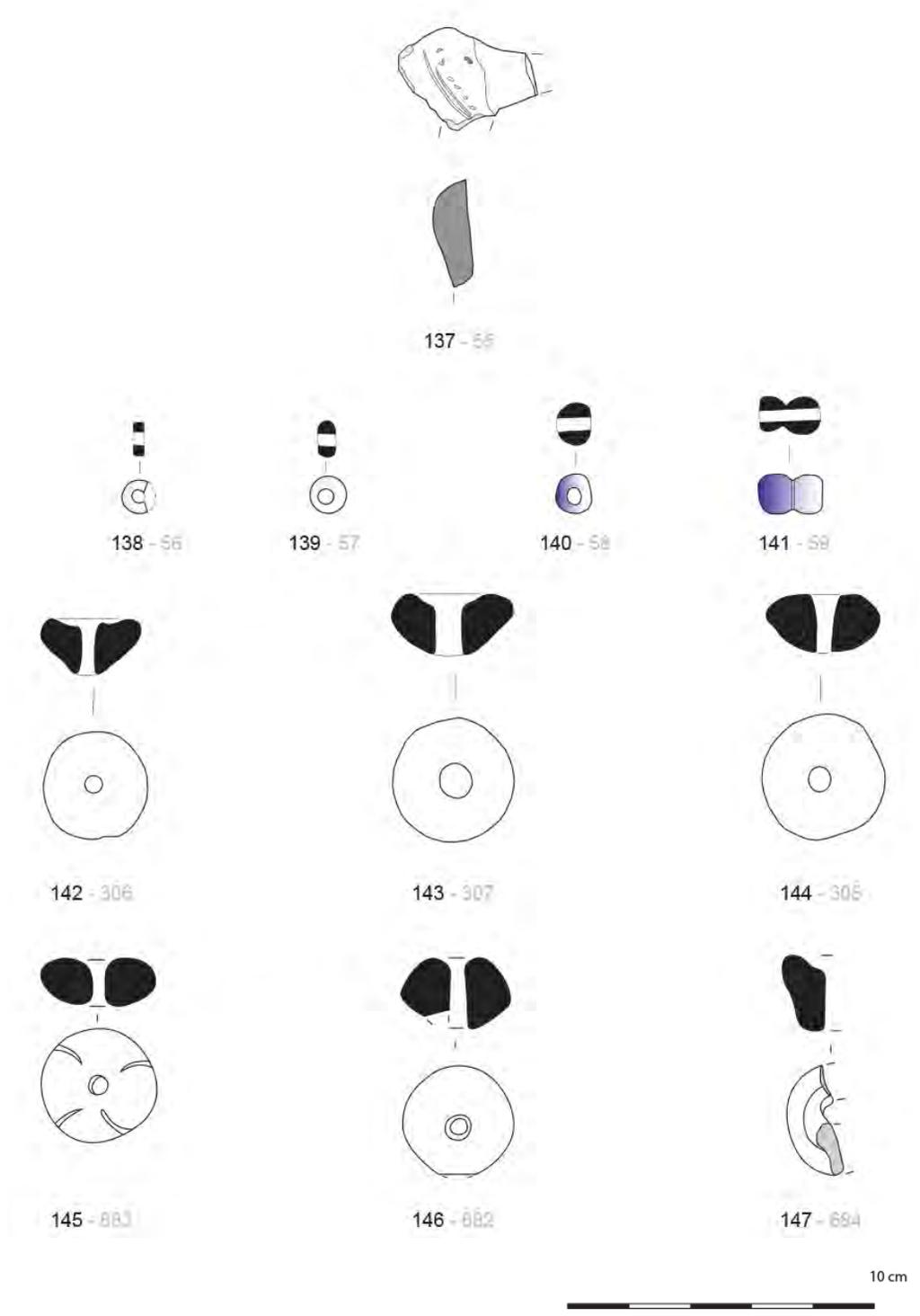
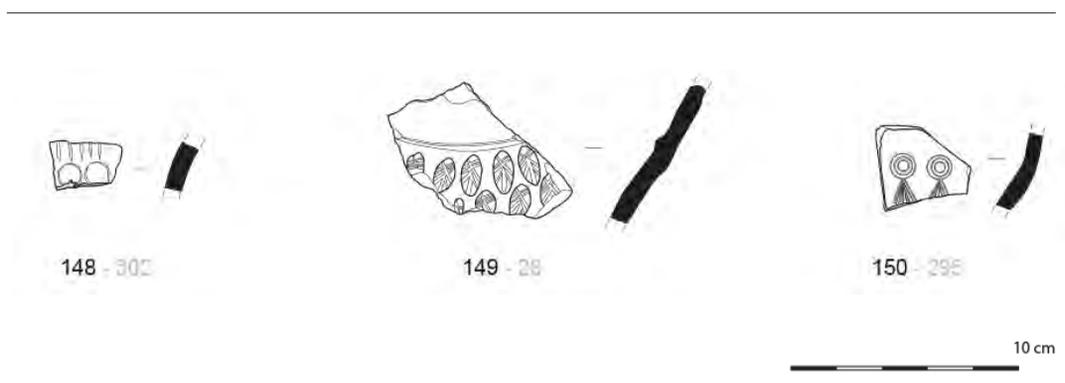


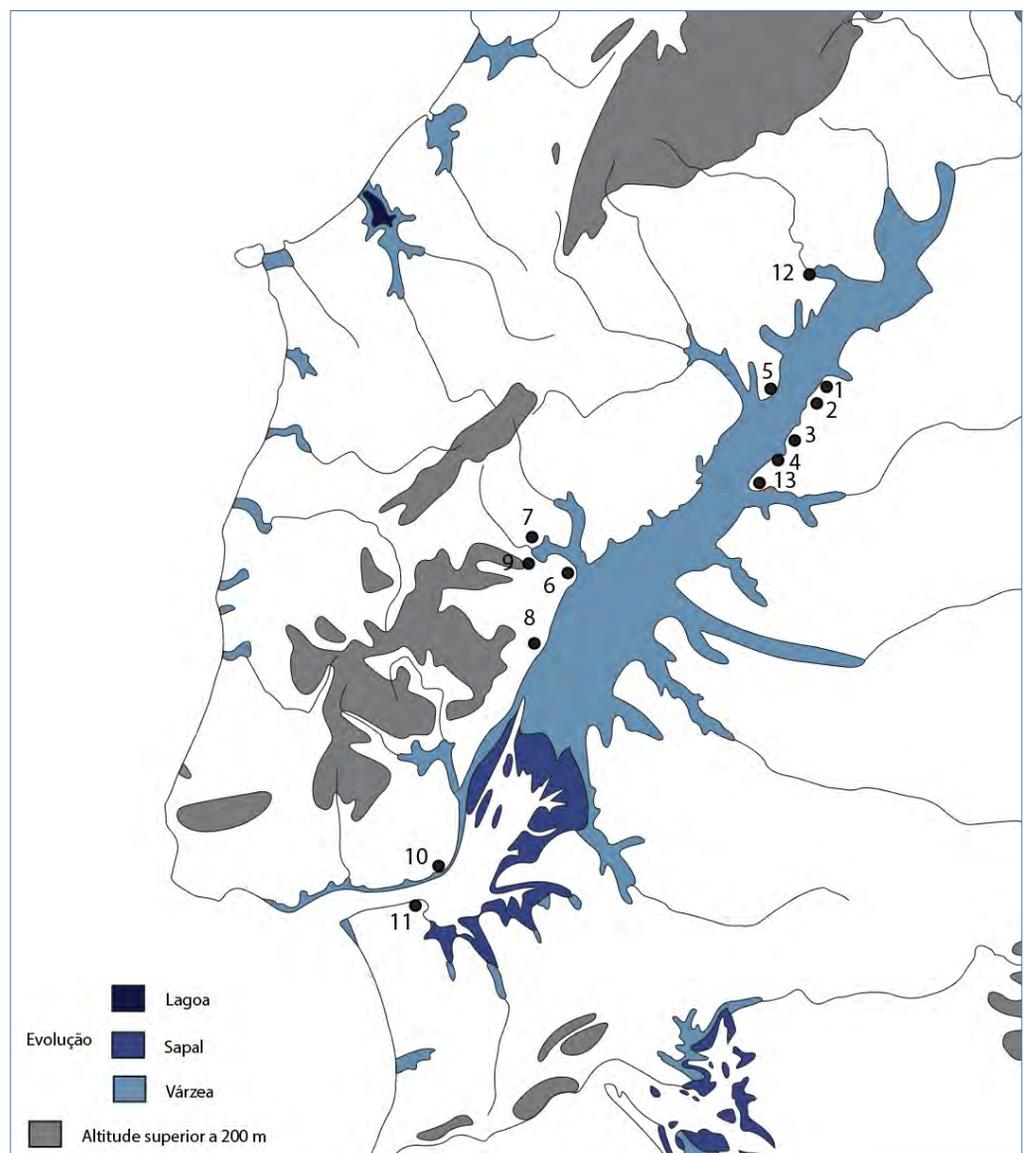
Figura 15
 Coroplastia,
 contas de
 colar de
 pasta vítrea,
 cossoiros
 e cerâmica
 estampilhada
 recolhida
 no Alto dos
 Cacos.



orientalizante, deixam antever uma verdadeira rede, fundada em função do próprio rio e virada muito especialmente sobre ele mesmo. Sabemos bem que um funcionamento em rede põe justamente em causa um tipo de relações de subordinação, mas, é tentador, com base nos dados disponíveis, assumir que alguns, como Santarém, possam ter desempenhado importante papel na coordenação dessa mesma rede, mesmo que não estejamos, necessariamente, perante qualquer fenómeno de “colonização interna”.

Por outro lado, parece importante destacar o facto de esta realidade, paralelizável, aliás, com outras peninsulares, como a da costa de Málaga e a da baía de Cádiz, ter origem num processo de colonização fenícia ocidental da área do Tejo, bem visível, pelo menos, em Lisboa e em Santarém, como o provam alguns materiais importados, nos dois casos, e o uso da língua fenícia, no primeiro (Arruda, 2013; Zamora Lopez, 2013; Neto *et al.*, 2016). Este processo provocou profundas alterações na estrutura do povoamento pré-existente e criou um novo sistema, cujos contornos desconhecemos ainda com profundidade, mas que se vai definindo com a investigação que se vem realizando, e que passa, obrigatoriamente, pela publicação dos sítios e dos seus materiais. FIG.16

Figura 16
Mapa de povoamento da fase orientalizante ao longo do curso do estuário do Tejo.
1) Alto do Castelo;
2) Cabeço da Bruxa;
3) Alto dos Cacos;
4) Porto do Sabugueiro;
5) Santarém;
6) Quinta da Marquesa;
7) Castro do Amaral;
8) Santa Sofia;
9) Quinta da Carapinha;
10) Lisboa;
11) Almaraz;
12) Chões de Alpompe;
13) Eira da Alorna.



BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa, 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Universidad Pompeu Fabra de Barcelona: Carrera Edició, S.L. (Cuadernos de Arqueologia Mediterrânea; Vol. 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2013) – Do que falamos quando falamos de Tarteso. In Campos, J.; Alvar, J. (eds.), *Tarteso. El emporio del metal*. España, p. 211-222.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 3-2, p. 25-59.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2015) – Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 72-1, p. 176-187.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (no prelo) - *Phéniciens et indigènes en contact à l'embouchure du Tage, Portugal*. Congresso Internazionale di studi Fenici I Punici “Dal Mediterraneo all’ Atlantico: uomini, merci a idee tra oriente e ocidente”. Sardenha – Itália. 21 a 26 de Outubro de 2013.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUAM*. Madrid, 42, p. 79-101.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (no prelo a) – O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do vale do Tejo.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; DETRY, C.; GOMES, J. (no prelo b) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e Narrativas.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste peninsular*. Madrid: Editorial Complutense.
- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 133-180.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A baixa estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 12. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 7-1, p. 227-271.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) – Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 21, p. 115-151.
- CORREIA, V. H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa, IV, p. 229-283.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J.; SEQUEIRA, J. (2014) – Conjunto de Glandes Plumbeae do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim. In *Atas do Congresso de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 293-321.
- HENRIQUES, E. (1982) – Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) IGESPAR.
- HENRIQUES, S. (2006) – *A cerâmica cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada, Cacilhas)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1 volume. Edição policopiada.
- HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1996) – *Estudio de las relaciones culturales durante la II Edad del Hierro en la cuenca media del Guadiana: la cerámica gris*. Cáceres: Fundicot-Extremadura e Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura.
- GONÇALVES, V. S. (2004) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga, 26, p. 89-114.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GUERRA MILÁN, S. (2012) – El Bronce Final en Medellín. Estudio preliminar del Corte SMRO. In Jiménez Ávila, J. (ed.), *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología LXII, CSIC. Madrid, p. 65-110.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos*. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. Porto. Faculdade de Ciências do Porto. 13.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2005) – *Abul. Fenícios e Romanos no vale do Sado*. Setúbal: MAEDS e Assembleia Distrital.

- NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2016) – Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 19, p. 123-128.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na I.ª e II.ª Idade do Ferro em Santa Olaia, Figueira da Foz. *Conímbriga*. Coimbra, XLVIII, p. 61-79.
- PEREIRA, T. (2013) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossioiros de Cabeça de Vaíamonte (Monforte/ Portugal). In *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, p. 681-691.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 41).
- PIMENTA, J. (2015) – Catálogo de Peças. In *Catálogo da Exposição: O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Vila Franca de Xira, p. 135-191.
- PIMENTA, J., CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 8-2, p. 313-334.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; HENRIQUES, E. (2014) – O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 256-292.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*, 1. Salvaterra de Magos, p. 39-57.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa, p. 147-163.
- PINTO, I. V.; SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica comum. In Alarcão, J.; Carvalho, P.; Gonçalves, A. (coords.), *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida, p. 219-444.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ânforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.
- RODRÍGUEZ DIAZ, A. (dir.) (1991) – *La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). Campaña 1987*. Mérida.
- SILVA, R. B. (2013) – A ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 40-102.
- SOARES, A. M.; ANTUNES, A. S.; DEUS, M. (2012) – O Passo Alto no contexto dos povoados fortificados do Bronze Final do Sudoeste. In Jiménez Ávila, J. (ed.), *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología LXII, CSIC. Madrid, p. 249-276.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Lisboa.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Morais, R., Fernández, A. e Sousa, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto, 1, p. 303-316.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (no prelo) – A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001.
- TERESO, S.; FERREIRA, S. (2007) – O povoado proto-histórico da Quinta da Aramenha (Santana, Cartaxo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 10-1, p. 179-208.
- VILAÇA, R.; JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GALÁN DOMINGO, E. (2012) – El poblado de Los Concejiles (Lobón, Badajoz) en el contexto del Bronce Final del Guadiana Medio. In Jiménez Ávila, J. (ed.), *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología LXII, CSIC. Madrid, p. 125-168.
- ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2013) – Novedades de Epigrafía Fenicio-Púnica en la Península Ibérica y sus aledaños. *PalHisp*, 13, p. 359-384.

NOTAS

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projecto Fenícios no Estuário do Tejo (FCT PTDC/EPH-ARQ/4901/2012).

➤ Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas

CARLOS PEREIRA | UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA, UNIVERSIDADE DE LISBOA | MUSEU DE CÁCERES

RESUMO

Embora a Arqueologia Militar Romana (Morillo Cerdán, 2016, pp. 1-2) tenha assistido a um considerável desenvolvimento nas últimas décadas, algumas zonas da Península Ibérica permanecem num limitador estado de desconhecimento. A Extremadura espanhola sempre captou a atenção dos investigadores, devido à presença do conhecido acampamento romano de Cáceres el Viejo. Todavia, a centralização neste sítio desviou o olhar de outros, o que fez com que, esses, permanecessem inéditos, e consideramos que podem dar um contributo decisivo para o entendimento dos conflitos bélicos que, durante a república romana, aí aconteceram.

A intervenção na Serra de Santa Marina foi concretizada no âmbito do projecto de pós-doutoramento do autor, intitulado “Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território”, e permitiu obter dados importantes para a Arqueologia Militar Romana na Extremadura.

Exporemos os resultados dessa intervenção, sublinhando, em grande medida, o seu possível enquadramento crono-histórico e cultural, dados que permitirão avançar uma leitura ampla no quadro dos conflitos sertorianos ocorridos nessa zona geográfica. Além disso, a relação desta ocupação militar com o conhecido acampamento de Cáceres el Viejo é, em nosso entender, evidente e permite leituras inovadoras, ainda que preliminares, sobre as “frentes de guerra” que opuseram os exércitos senatoriais e os partidários de Sertório.

ABSTRACT

However, the Roman Military Archaeology (Morillo Cerdán, 2016, pp. 1-2) had a considerable development in the last years, some areas of the Iberian Peninsula rest in a considerable obliviousness about this discipline. Spanish Extremadura always caught the attention of experts, were is located the well-known Roman camp of Cáceres el Viejo. Nonetheless, the attention given to this archaeological site made others remain unknown. Some of this can be elemental to the knowledge of the wars that occurred in this area during the Roman Republic times.

The archaeological excavation in the Santa Marina hill was made under the post-doctoral project of the author, entitled “Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território”, and allow the gather of important data about Roman Military Archaeology in Extremadura.

The results of the excavation are described here, highlighting his crono-historical and cultural context, data which allow us to do an outsized interpretation about the sertorian war, particularly about a precise moment, that occurred in this area. The relationship of this archaeological site, possible with military function, with the well-known

Roman fort of Cáceres el Viejo is evident and make possible some new interpretations about the position and movement of both senatorial army and sertorian supporter's.

1. Introdução

Ainda que este sítio arqueológico, administrativamente integrado no município de Casas de Millán, Cáceres, Espanha (FIG. 1), não tenha sido intervencionado antes, era já conhecido e havia sido citado em alguns estudos, antigos e recentes, que o perpetuaram na bibliografia arqueológica extremeña. Publio Hurtado, na sua obra sobre o “poblamiento hispano-romano en la provincia de Cáceres”, faz referência, inclusive, à existência de um castelo arruinado que teria a mesma designação que o micro-topónimo do cerro, concretamente, Cáceres Viejo. Este mesmo autor fala também de abundantes vestígios romanos na mesma área. Tais informações foram, *a posteriori*, reproduzidas por outros investigadores, sem que, contudo, se inquietassem sobre o seu rigor (Alonso Sánchez, 1988, pp. 55-56; Heras Mora, 2015, pp. 110-111). FIG. 1

Porém, embora Publio Hurtado apenas nos transmita algumas informações, foi com o trabalho de Fernando García Morales (1979) que este sítio voltou a ganhar uma renovada importância. Este autor avançou algumas propostas que o relacionaram com o acampamento romano de Cáceres el Viejo, nos arredores da actual cidade de Cáceres, supondo que aquele corresponderia a um posto avançado deste, reflectindo ainda sobre a referência aos *castris* citados nos textos antigos – *Castra Servilia* e *Castra Caecilia*.

No entanto, ainda que saibamos que na Serra de Santa Marina não se realizaram trabalhos arqueológicos, pelo menos cumprindo com as vigentes metodologias e com a legislação necessária, algumas das informações transmitidas são particularmente detalhadas. Neste sentido, devemos ter em consideração a possível confusão entre dois sítios arqueológicos distintos: o que se localiza no topo da serra, onde foi concretizada a intervenção que agora se dá a conhecer, e o que se encontra no sopé da mesma, do lado Sul, intervencionado nos anos cinquenta pelo reverendo Enrique Escribano. Infelizmente, nada se sabe sobre esta intervenção. Por outro lado, sendo este reverendo conhecedor do património do seu município, não é também improvável que tenha realizado “explorações” no topo da serra, desconhecendo-se, contudo, quaisquer resultados.

Figura 1
Localização dos sectores escavados na Serra de Santa Marina, sobre OrtoFotos PNOAEX 2008/2011 0,50m. No canto superior esquerdo – MDT Espanha a 5m e margem de escalas de visualização inferiores a 1:60 000 com a localização da província de Extremadura. No canto inferior esquerdo – Elevações da província com localização da Serra de Santa Marina.



Porém, nem toda a informação conhecida remete para uma ocupação romana. Alguns autores também associam a este sítio uma ocupação pré-romana (Martín Bravo, 1995, pp. 303-304), descrevendo um povoado fortificado de, aproximadamente, 10ha. A mesma autora descreveu algumas construções rectangulares que viu no terreno, construídas com “bloques de cuarcita bien tallados” (*Op. Cit. Ibidem*). Tendo em consideração os recentes dados, tudo aponta que tais estruturas sejam, na verdade, romanas.

Segundo o estado da arte acerca deste sítio, a abordagem ao terreno previa a possibilidade de que nele estivessem plasmadas, pelo menos, três ocupações distintas, o que, como veremos adiante, não foi corroborado. A dualidade de informações e a grande dimensão da serra obrigou, portanto, a realizar um mero diagnóstico ao terreno e dos seus contextos nas áreas que apresentavam maior concentração de vestígios, tendo por objectivo detectar a génese da ocupação e averiguar qual a sua função. Por outro lado, a existência de estruturas visíveis à superfície do terreno, seguramente as que já outros autores haviam referido, exigia uma datação segundo os métodos actuais.

Foram, portanto, atribuídos dois sectores distintos a zonas concretas do cerro, à zona Este e Oeste, sendo aquela a área que se identifica com Cáceres Viejo. Num desses sectores (Sector 1, a Oeste) foi possível observar que as estruturas delimitavam claramente uma área rectangular de consideráveis dimensões, possivelmente correspondente a um edifício, pois no seu interior e à superfície, encontra-se uma abundante quantidade de fragmentos de telha. No interior, foi realizada uma sondagem de 4x2m, com o objectivo de diagnosticar a ocupação do subsolo e datar as estruturas visíveis. No outro sector (Sector 2, a Este), eram igualmente visíveis estruturas à superfície, foi implantada uma sondagem de 5x6m, incluindo as estruturas para registo e permitindo a escavação do interior do compartimento.

2. Resultados da primeira campanha de trabalhos arqueológicos

Inevitavelmente, os resultados obtidos em ambos sectores foram consideravelmente desiguais, embora neles se tenha identificado edifícios e/ou compartimentos que eram já visíveis à superfície.

No Sector 1 foi realizada uma sondagem no interior do já referido edifício (FIG. 2) tendo por finalidade averiguar a conservação dos níveis arqueológicos e, simultaneamente, datar as estruturas. A planta deste edifício é rectangular, com dimensões que rondam os 27x10m, apenas com uma entrada notavelmente estreita, visível na estrutura Norte. Não é improvável que, do lado Este, se conservem subdivisões internas que, infelizmente, não foram passíveis de ser documentadas. As paredes têm uma espessura que ronda os 60cm, construídas com blocos de quartzito claramente local (da própria serra) e não parecem conter qualquer ligante de matriz argilosa. Apesar disso, parece razoável aceitar que a sua construção foi programada e cuidada, pois ambas as faces, interna e externa, estão bem alinhadas e as pedras foram colocadas de forma a que o núcleo pudesse ser colmatado com terra e cascalho.

A realização desta sondagem permitiu detectar um pequeno conjunto de unidades estratigráficas que, apesar de algumas violações, não parecem ter sofrido profundas alterações ou destruições modernas ou contemporâneas. Todavia, não ofereceram qualquer material arqueológico que permitisse datar as estruturas, além de um par de fragmentos de tégulas e uma abundantíssima quantidade de telhas de “meia-cana” no estrato superficial.

Parece evidente que este edifício é aquele que A. Alonso considerou um possível *castellum* de cronologia romana, implantado numa posição estratégica e vocacionado para o controlo



Figura 2
Planta das estruturas identificadas e registradas no Sector 1, com localização da sondagem.

do caminho romano antecedente da Via da Prata (1988, pp. 55-56), que passa por Puerto de los Castaños, a Oeste do cerro.

A intervenção realizada no Sector 2, portanto a área com o micro-topónimo “Cáceres Viejo”, justificou-se pela presença de estruturas e respectivos derrubes (FIG. 3), que denunciavam a presença de uma arquitectura ligeiramente distinta à que foi constatada no Sector 1. A sua presença estende-se por uma área apreciável, mas que se limita somente à vertente Sul da serra, estendendo-se a ocupação desde a crista rochosa, localizada no topo, até à zona onde se inicia a plantação de pinheiros. Provavelmente os vestígios prolongar-se-iam, mas foram truncados pelo plantio dessas árvores, para o qual se surribou a vertente. Assim, delimitou-se um dos compartimentos visíveis e mais próximos ao topo do cerro, que, no interior, conservava os derrubes ainda com ocos entres as pedras.

Sob os derrubes de pedra, todas de quartzito aproveitadas do próprio cerro, detectaram-se os níveis da ocupação associados a essas estruturas. Este contexto, bem conservado, estava



Figura 3
Estruturas visíveis no Sector 2, após a desmatagem e antes de ser iniciada a intervenção.

composto pelo estrato de utilização do compartimento, uma lareira localizada sensivelmente no centro, formada por uma placa de argila, e ainda alguns materiais dispersos pelo espaço, com especial concentração na zona Este. Deve ainda referir-se a presença considerável de cinzas, particularmente na zona Oeste, seguramente resultantes da utilização da lareira.

As características desta ocupação não apresentam, aparentemente, nada de anómalo sobre a dinâmica ocupacional da zona geográfica em questão. As estruturas que delimitam este compartimento apresentam uma planta rectangular, com a entrada na esquina Sudoeste e dimensões internas que rondam os 2,80x4,80m (FIG. 4). Contrariamente às do edifício do Sector 1, são irregulares, construídas de forma precária, com pedra local (quartzito) de grandes dimensões. Estas, não aparentam ter sido trabalhadas para tal fim e a sua espessura excede, por vezes, o metro. Apenas a estrutura Sul oferece dimensões mais reduzidas, quando comparada com as restantes, cerca de 60cm, o que obriga a ponderar tratar-se de uma subdivisão interna.

Este tipo de construção, associada a uma única e curta ocupação do terreno, augura que a sua edificação deve ter sido igualmente rápida. As primeiras fiadas das estruturas, ainda conservadas no terreno, são constituídas por grandes blocos, que não seriam fáceis de mover, enquanto a pedra de menor dimensão parece ter sido utilizada apenas para “travar” aqueles e preencher os ocios. Estas construções aproveitaram ainda a crista rochosa que se localiza no

Figura 4
Planta de las estructuras identificadas no Sector 2, com localização da lareira. No canto inferior direito – Perfil W-E da estratigrafia ao metro 2.

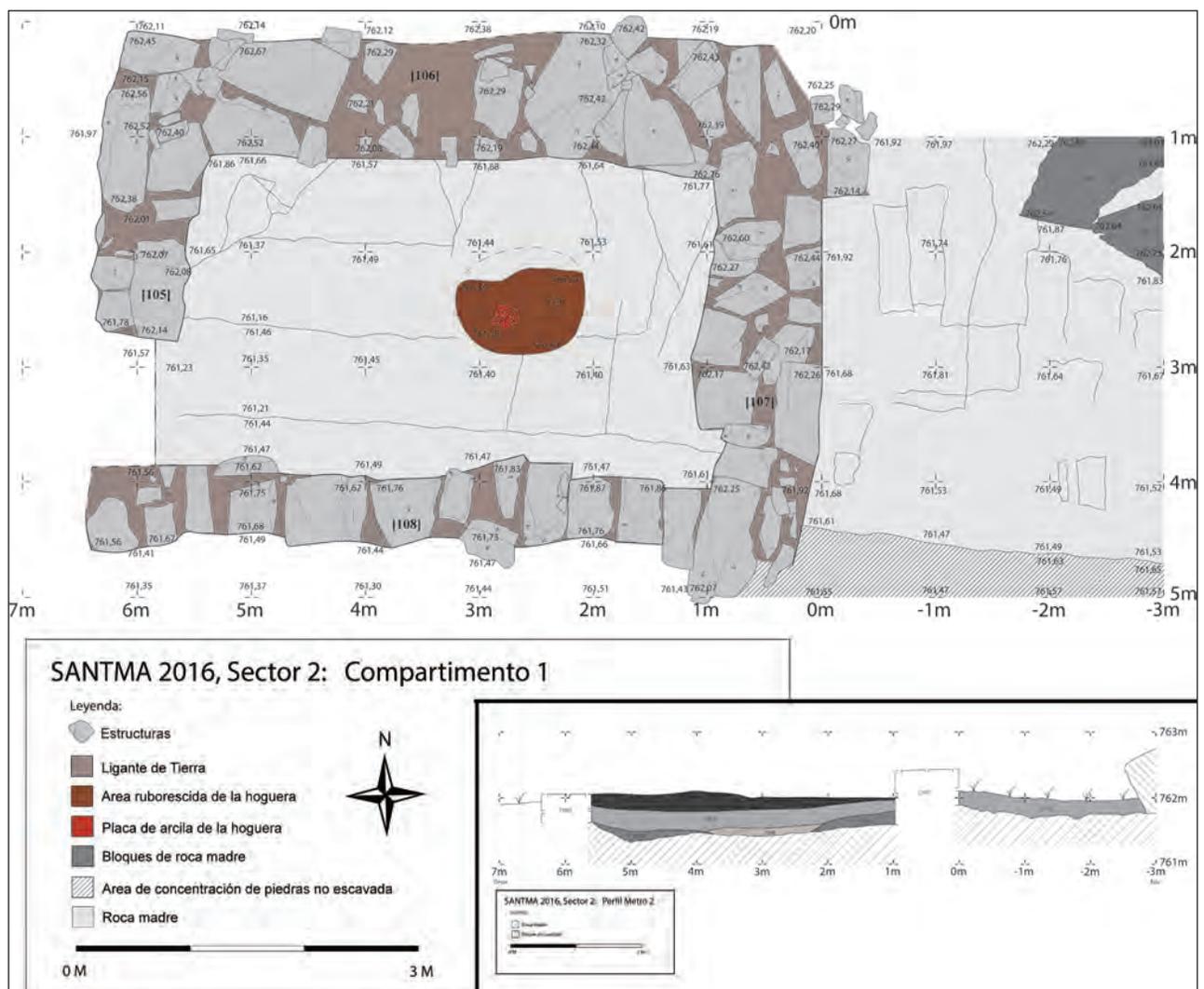




Figura 5
Entalhes no maciço rochoso que foram utilizados para fixação de alguma estrutura.

topo do cerro. Efectivamente foram documentados entalhes (FIG. 5), alinhados com as estruturas do compartimento, que denunciam a possível colocação de travejamentos de materiais perecíveis que integraram, por exemplo, alguma cobertura.

Não obstante os importantes dados que pudemos obter com esta primeira intervenção, não é fácil garantir qual a possível adscrição da ocupação. Inclusive os materiais arqueológicos recuperados no interior do compartimento são, na maioria, cerâmicas comuns que não permitem um enquadramento cronológico preciso. O inventário de artefactos recuperados conta com um total de 16 peças, das quais 13 correspondem a cerâmicas comuns de produção local/regional, particularmente potes/panelas destinadas a guardar ou confeccionar alimentos (Fig. 6, n.º 010 a 012). Apesar disso, também foi possível reconhecer um fragmento de um recipiente para beber (Fig. 6, n.º 005), igualmente de produção local/regional, e outro

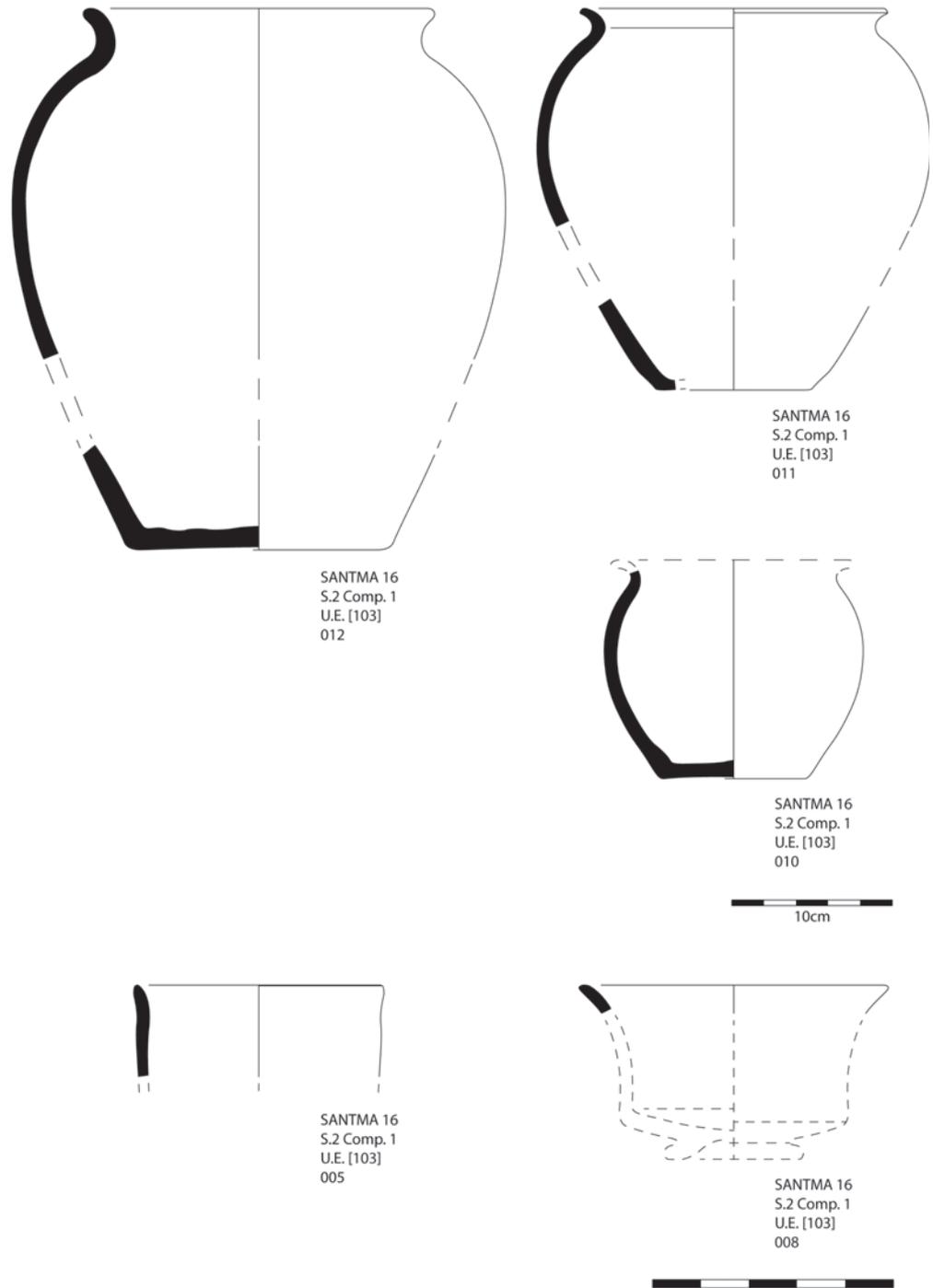


Figura 6
Cerâmicas recolhidas no interior do compartimento, no estrato de utilização, U.E. [103], associadas à lareira, aos projecteis e à moeda de prata.

que, apesar da sua elevada fragmentação, pode corresponder a uma imitação local/regional de uma cerâmica campaniense B do tipo Lamboglia 2 (FIG. 6, N.º 008). Ostenta uma pasta de características tecno-petrográficas claramente local, com inclusões de quartzito, a superfície está polida e é de tonalidade negra, o que pode denunciar uma intencionada reprodução das características da campaniense.

Embora relacionemos este sítio com uma ocupação militar, veremos adiante outros argumentos que apoiam tal possibilidade. Admitimos que o conjunto recuperado não conta com artefactos de inequívoca identificação com *militaria*. Além disso, a quantidade do conjunto é consideravelmente reduzida, o que, associado à curta ocupação do espaço, pode delatar um

abandono premeditado e programado. Os únicos artefactos que, de alguma forma, podem relacionar-se com funções militares são dois projecteis esféricos de pedra (*ballistae*), claramente provenientes de outra área geográfica, ainda que próxima, que estavam acondicionados no lado Este do compartimento, juntamente com as cerâmicas. A forma esférica foi conseguida após um considerável trabalho de talhe tosco e desbaste e o seu diâmetro situa-se entre os 6 e os 10cm (FIG. 7). Projecteis de este tipo foram identificados em Numância (Menéndez Pidal, 1962, pp. 175-176, Fig. 130) e em Monte Bernorio (Torres-Martínez *et al.*, 2013, p. 66, Figura 5), conquanto alguns apresentem dimensões mais reduzidas. Também no acampamento de Cáceres el Viejo estes projecteis estão presentes, embora permaneçam inéditos, de dimensões e peso similar (cerca de 500gr.).

Tendo em conta o exposto até ao momento, o conjunto não oferece nenhum artefacto que possa datar com precisão o contexto documentado. Todavia, a recolha de uma moeda de prata (FIG. 8) no estrato de utilização do compartimento, claramente associada às cerâmicas e projecteis antes descritos, permite atribuir um momento concreto à ocupação. Trata-se de uma moeda de prata (*denarius serratus*) de *Caius Publicius Quinti filius*, de 80 a.C. (RRC 380/1). No anverso ostenta a cabeça de Roma com o capacete adornado com a cabeça da águia e duas penas. Tem gravada a marca de controlo “S” na parte superior do campo e a legenda ROMA à esquerda. No reverso é possível identificar Hércules a lutar com o leão de Nemeia. Sob este identifica-se a clava e à esquerda o arco e aljava com várias flechas. Além disso, tem a legenda *C[aius] POBLICI[us]* à direita e repete a mesma marca de controlo, “S”, na parte superior esquerda.

Parece, portanto, agora mais evidente a cronologia e a função deste sítio arqueológico para o qual, até ao momento, apenas se intuía algumas leituras possíveis devido a informações antigas. Por agora descartamos a existência de uma ocupação pré-romana, já que em ambos os sectores a estratigrafia, arquitectura e materiais delatam uma cronologia romana, plasmada em uma única ocupação assente directamente sobre o afloramento. Ainda assim, as dimensões do cerro abrigam a manter tal possibilidade em aberto.

Como vimos, se os dados obtidos no Sector 1 não são de todo esclarecedores, tanto sobre a cronologia da ocupação do edifício como da sua função, o mesmo não aconteceu com aqueles recolhidos no Sector 2. A ocupação desse espaço é coetânea de um momento peculiar para a História da Hispânia, concretamente da área da Extremadura espanhola – as guerras sertorianas. Embora ténues, adensam-se os indícios de que a ocupação deste espaço



Figura 7
Projecteis esféricos
de pedra.



Figura 8
Moeda de prata
(*denarius serratus*),
cunhada em Roma (80
a.C.) pelo magistrado
*Caius Publicius Quinti
filius*.



possa ser militar. Porém, é possível encontrar outros argumentos que podem confirmar, ou pelo menos corroborar, essa eventualidade. Entretanto, as considerações que Ángela Alonso preconizou para o edifício do Sector 1 permanecem válidas.

3. Cáceres viejo, posição estratégica militar?

Como referimos antes, a análise do sítio e dos seus contextos não oferece os argumentos suficientes para garantir que a sua ocupação foi de cariz militar. Já vimos que tanto a arquitectura como os artefactos não oferecem suficientes informações acerca da função, ainda que nos dêem indícios que devemos ter em conta.

O primeiro que chama a atenção, tendo sempre em mente que pode corresponder, efectivamente, a um estacionamento militar, é a sua localização e tipologia. A Serra de Santa Marina integra um cordão montanhoso, no centro da província de Cáceres, que se prolonga de Oeste para Este e que está integrado por outras, como a Serra de Santa Catalina, a Serra de las Corchuelas, a Serra del Serrejón, entre outras. Parece sumamente interessante que, do ponto de vista estratégico-militar, nesta zona existam duas barreiras naturais de difícil transposição – a cadeia montanhosa de que falamos e o rio Tejo, que lhe é paralelo um pouco mais a Sul.

O sítio está localizado no topo da Serra de Santa Marina, concretamente em Cáceres Viejo, apresentando uma superfície consideravelmente irregular, frequentemente abrupta, com uma altitude de, sensivelmente, 750m. No topo é visível uma apreciável quantidade de protuberâncias rochosas, o que dificulta ainda mais a sua utilização para uma ocupação humana, sobretudo militar.

Reparámos, assim, que nem a topografia nem a geografia são as mais propícias para o estabelecimento de um recinto militar, pelo menos os que integram os típicos acampamentos romanos de planta ortogonal, como é o caso de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984). É evidente que a topografia do terreno inviabilizava a construção de um recinto militar dessa índole. Por outro lado, não deixa de surpreender o facto de que a ocupação do cerro esteja disseminada unicamente pela vertente Sul, precisamente aquela que está voltada para o acampamento de Metelo, estando, até ao momento, descartada uma ocupação efectiva da vertente Norte. Apesar disso, devemos também ter em conta que aquela é, justamente, a vertente que estava protegida da intempérie durante as estações frias. Com efeito, toda a área Sul do cerro, pelo menos a que não foi afectada pelo plantio de pinhos e eucaliptos, conserva estruturas à superfície e os seus respectivos derrubes.

Esta situação não deverá ter implicado, contudo, um desatender pela protecção do lado Norte da serra. Durante os trabalhos de escavação pudemos identificar zonas onde foram



Figura 9
Vestígios de estruturas defensivas no topo da Serra de Santa Marina.

construídas potentes estruturas, no topo do cerro, voltadas para o Norte, que aproveitam as cristas rochosas com o propósito de criar um perímetro protegido, que corresponde hoje a amontoados de pedra derrubada (FIG. 9). As técnicas utilizadas para a sua elevação parecem ter sido as mesmas empregues na construção do compartimento. Por outras palavras, foram construídas através da simples colocação de pedras sobre pedra, sem talhar, deixando antever que a sua edificação foi igualmente realizada num curto espaço de tempo.

Não é fácil estimar a totalidade da área ocupada, tanto pela presença de uma densa vegetação como pelo facto de desconhecermos ainda bastante sobre este sítio. O que pudemos averiguar, durante esta campanha, foi que as estruturas visíveis se estendem por uma superfície de cerca de 1,5 a 2ha, embora seguramente a área ocupada seja superior, e que, se temos em conta os dados de A. Martín Bravo, as dimensões podem mesmo alcançar os 10ha. Além disso, a extensão, alinhamentos e organização interna das estruturas visíveis não parece reger-se por um critério de implantação concreto, menos ainda aquele que era praticado para os típicos acampamentos.

Outra questão interessante relaciona-se com a cultura material aí registada. Tendo em conta a probabilidade de tratar-se de uma ocupação militar, talvez até de um posto avançado do próprio *castra caecilia*, como foi já proposto (García Morales, 1979), seria espectável que a dinâmica de consumo fosse mais intensa e estivesse mais manifesta nos níveis arqueológicos, por ventura abastecido pelo próprio acampamento antes referido. No entanto, não foi identificado um único fragmento de, por exemplo, ânfora itálica vinária ou de cerâmica de companiense, ambas categorias cerâmicas abundantemente recolhidas em Cáceres el Viejo

(Ulbert, 1984). Os artefactos encontrados, além de serem em quantidade limitada, são de produção tosca, local/regional, e limitam-se quase exclusivamente a recipientes de armazenagem e/ou confecção, além dos projecteis. Inclusive as características da cerâmica comum não são comparáveis com a que se encontrou no acampamento escavado por A. Schulten. Apesar disso, foram encontradas em clara associação com a moeda de prata, artefactos que contrastam consideravelmente. Admitimos, porém, que devemos ter em conta a reduzida durabilidade da ocupação e um provável abandono programado, o que poderia explicar, em parte, a ausência dessas cerâmicas.

Para além desses inconvenientes, é irrefutável que o sítio se localiza claramente numa zona estratégica, instalado em um ponto de controlo do caminho romano precedente da Via da Prata (Alonso Sánchez, 1988, pp. 55-56; Montalvo Frías, 2008; Heras Mora, 2015, p. 110), atravessando o cordão montanhoso por uma das poucas zonas onde este se abre — o Puerto de los Castaños.

Apesar disso, a estratégia desta instalação pode não residir apenas no controlo desta via, mas também na formação montanhosa que se desenvolve desde a fronteira com Portugal, concretamente desde Monfortinho, até fundir-se com os relevos de Ibor. Esta formação geológica dá relevo a uma barreira natural que, juntamente com o Tejo, seria de difícil flanqueamento. Todas estas características, gerais e particulares, levantam questões de difícil resposta, nomeadamente sobre a adscrição militar do sítio. Seria, efectivamente, um posto avançado do acampamento romano de Cáceres el Viejo?

Não é fácil encontrar os argumentos necessários que o comprovem ou refutem, pelo menos enquanto os trabalhos realizados no local não forem mais intensos e extensos. Apesar disso, alguns indícios parecem contrariar tal proposta, tanto do ponto de vista arqueológico, filológico ou do da estratégia militar. A possível utilização desta “muralla” natural pode estar, na realidade, relacionada com o impedimento ao avanço dos exércitos senatoriais comandados, a partir de 79 a.C., por Quinto Cecílio Metelo, pois a sua ocupação parece enquadrar-se mais na estratégia de guerrilha (Cadiou, 2004) do que na de guerra ou confronto directo praticada por aqueles. Com efeito, ao compararmos os critérios de implantação de ambos sítios, cultura material e tipologia, Cáceres el Viejo e Cáceres Viejo expõem evidentes diferenças, o que obriga a ponderar se ambos não poderão representar distintas frentes de facções opostas — *optimates* e *populares*.

Outra diferença que devemos salientar é a dimensão. Os 24ha do acampamento localizado nas imediações da cidade de Cáceres contrastam com a dimensão do sítio que agora se apresenta. Todavia, embora possamos utilizar esta disparidade em favor de um distanciamento entre ambas as realidades militares, nos arredores da Serra de Santa Marina pudemos identificar outras ocupações que seguramente estão relacionadas com a ocupação militar desta barreira, a maioria deles ostentando os mesmos vestígios arqueológicos superficiais que apresenta Cáceres Viejo, Santa Marina. A sua identificação, à que seguramente se somarão outros no futuro, parece corroborar a utilização da cordilheira montanhosa como defesa do território e os sítios parecem concentrar-se particularmente na área que está em frente ao acampamento de Metelo (Fig. 10 e 11), ainda que também coincidente com a zona onde a cordilheira se abre. Apesar disso, devemos admitir que estes sítios carecem ainda de trabalhos arqueológicos que confirmem o seu âmbito crono-cultural, devidamente fundamentado em contextos stratigráficos conservados.

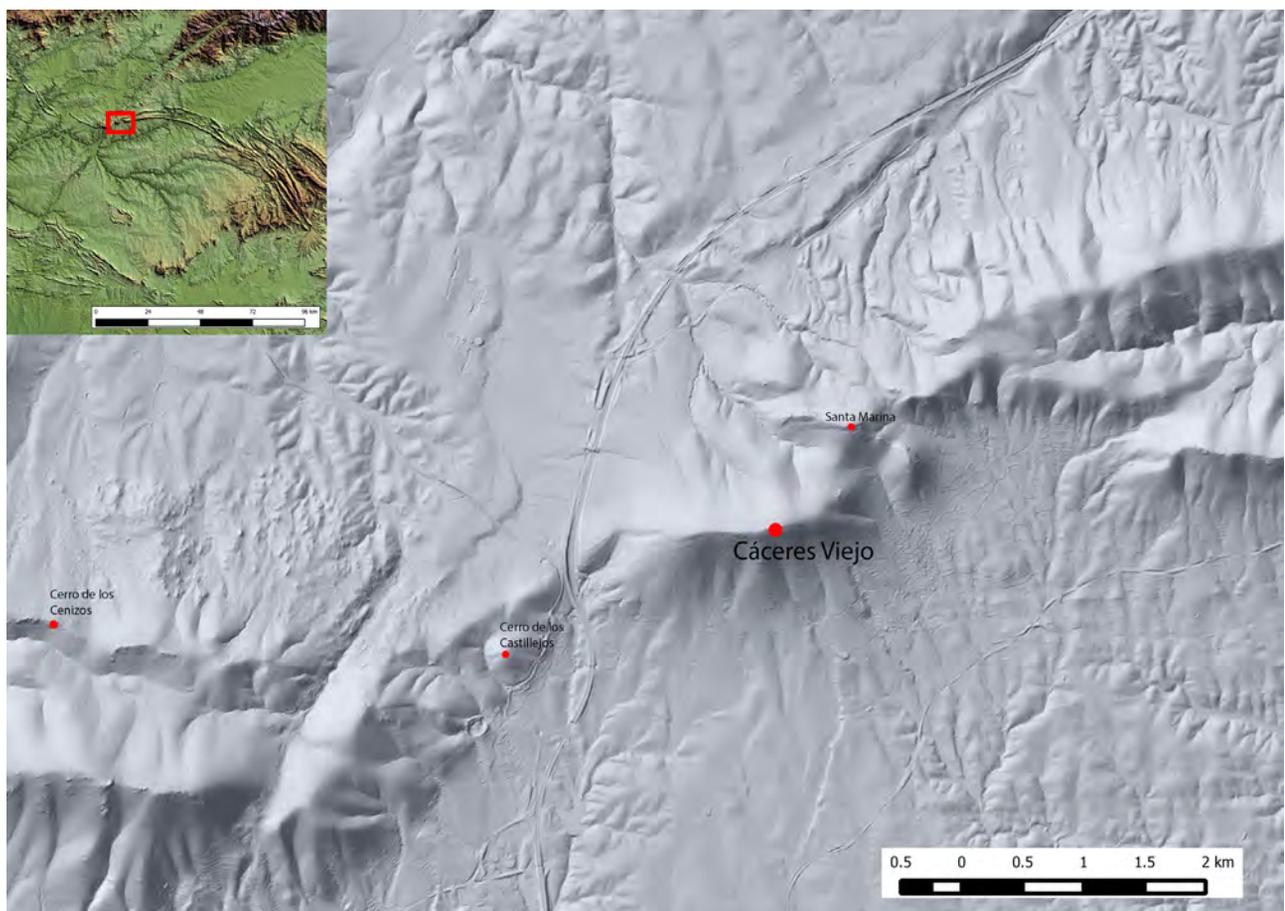
O estabelecimento de Cáceres Viejo, na Serra de Santa Marina, está, portanto, ladeado por outros: a Sudoeste o Cerro de los Castillejos e o Cerro de los Cenizos, a Nordeste o de Santa

Marina (FIG. 10). Este está situado num cerro de idêntica morfologia que o de Cáceres Viejo, embora de menores dimensões, e apresenta os mesmos vestígios arqueológicos que se constatam naquele que foi intervencionado, ou seja, estruturas visíveis construídas toscamente, com pedra de quartzito local e, associados, os derrubes igualmente visíveis. Infelizmente não tivemos ainda oportunidade de intervir neste local com o fim de confirmar uma possível contemporaneidade entre ambos.

O que se localiza no Cerro de los Castillejos apresenta vestígios arqueológicos distintos e a sua dispersão é menor que a dos demais sítios, augurando uma ocupação limitada apenas ao topo do cerro. Aí foi verificado um recinto, de forma aparentemente circular, delimitado por uma eventual estrutura que combina pedra e terra. A pedra utilizada para a sua edificação parece ser maioritariamente local, de quartzito, mas também se podem constatar outras com distintas proveniências, como é o caso do granito. Contrariamente aos restantes, não se descarta para este caso uma ocupação pré-romana sob os níveis romanos, embora os únicos materiais arqueológicos “datantes” encontrados tenham sido telhas de meia-cana e tégulas. Apesar disso, o conjunto de estruturas e a sua disposição pode inserir-se numa ocupação anterior, enquadrada nos típicos castros da Idade do Ferro da área, além de que a presença de pedra, que não sendo local, supõe uma dedicação acrescida na construção. Do lado exterior do recinto circular, sobretudo do lado Norte, são visíveis ainda um conjunto de compartimentos que acompanham a forma e dimensão do recinto central, ao qual se adossam.

O Cerro de los Cenizos apresenta os mesmos indícios que Santa Marina e Cáceres Viejo, mas devemos admitir que, neste caso, as dimensões da ocupação ficam muito aquém da dos

Figura 10
Mapa de base LiDAR com localização dos sítios arqueológicos inéditos citados no texto. No canto superior esquerdo – Elevações da província de Extremadura com localização da Serra de Santa Marina.



sítios similares, o que poderia indicar tratar-se de uma ocupação vocacionada sobretudo para a vigilância.

Como vemos é, apesar de tudo, plausível intuir a existência de uma implantação que tinha por objectivo a defesa do território, ou pelo menos o seu controle, em uma zona que, além de estar em frente ao bem conhecido acampamento de Cáceres el Viejo, permite o controle e passagem através do maciço que se estende por uma área de cerca de 50km. A importância deste ponto de passagem viria a ser comprovada pela implantação definitiva da Via da Prata (Pérez Urban, 2005; Paule Rubio, 2010). Todavia, apesar dos recentes avanços, não é ainda evidente que esta implantação se concentre particularmente nas zonas que apresentam aberturas na cordilheira, portanto, zonas de menor defesa natural, ou se, no futuro, outros sítios da mesma índole serão identificados nessa formação geológica.

Até ao momento os trabalhos de prospecção apenas se concentraram na área próxima à Serra de Santa Marina, que é coincidente com a passagem principal do eixo viário Sul/Norte. Nessa zona o maciço natural apresenta uma considerável falha que seguramente exigiu atenção em situações de conflito, o que pode justificar a existência de sítios de provável natureza militar.

4. A Serra de Santa Marina no âmbito das Guerras Sertorianas

O momento ao qual nos devemos cingir é, compreensivelmente, o que engloba o conflito sertoriano e que teve Hispânia como palco. Neste sentido, parece necessário traçar brevemente o percurso de Sertório, especificamente na Extremadura, tendo por objectivo reflectir acerca de quando e como passou por essa zona geográfica, apoiando-nos em alguns trabalhos anteriores de autores que trataram o tema (García Morá, 1991; Pérez Gutiérrez, 2014; Salinas de Frías, 2006; Cadiou, 2008).

Sertório foi um personagem fundamental para compreender a crise da republica romana, permitindo a transição definitiva institucionalizada aos poderes pessoais (Santos Yanguas, 2009; Pérez Gutiérrez, 2014, p. 122). Pela primeira vez um homem de origem humilde enfrentou o senado romano e impressionou os generais que eram enviados para dirigir os exércitos senatoriais. Mas a figura de Sertório está ligada a uma dicotomia que pautou frequentemente os debates científicos: a do Sertório romano e a do Sertório ibérico (Roldán Hervás, 1981, pp. 511 e ss.). Se, por um lado, o general representou a luta contra os romanos, libertador dos iberos do jugo oligárquico (Candón González, 2013), por outro, somente demonstrou a sua negatividade ao regime que não reconhecia como legítimo. A comprovar esta postura de Sertório, a do romano que fez uso da sua influência na Hispânia para combater aqueles que controlavam o senado, está a criação, na própria Hispânia, de um senado alternativo e contraposto ao de Roma, assim como a aliança que fez com Mitridates (Santos Yanguas, 2009, pp. 182-183).

Não sendo, contudo, a figura de Sertório o tema central deste trabalho e a sua representatividade em Hispânia, o certo foi que o conflito bélico por ele encabeçado, por um lado, e por Cecílio Metelo, pelo outro, deve ter marcado profundamente o território por onde passaram ou se fizeram estacionar os exércitos. O abandono de cidades, a devastação de campos e de aglomerados populacionais da maioria dos territórios em disputa e movimentação de gentes foi, seguramente, uma realidade que reflectiu um panorama desolador contrastado pelas fontes clássicas e confirmado pela Arqueologia. Cidades como *Laccobriga* (Arruda, 2007; Arruda e Sousa, 2012), *Contrebia Leucade* (Beltrán Lloris, 2002), *Calagurris* (Espinosa, 1984; Amela Valverde, 2002; Beltrán Lloris, 2002; Pina Polo, 2006), *Oscá* (Beltrán Lloris, 2002;

Pina Polo, 2006), *Valentia* (Marín Jordá *et al.* 2004; Ribera i Lancomba e Marín Jordá, 2004-2005), entre outras, pagaram a sua fidelidade com a destruição ou, pelo menos, com um considerável isolamento económico e comercial que tolheu uma visibilidade arqueológica.

Este general é amplamente conhecido por praticar uma técnica de conflito que até então não era muito utilizada pelos generais romanos, a guerrilha (Cadiou, 2004; Encarnação, 2009). Embora conheçamos muitos sítios que transparecem a presença deste tipo de conflito, como os que foram já citados, desconhecemos outros que comprovem tais tácticas. No entanto, se já é difícil identificar e interpretar muitos dos vestígios arqueológicos militares, mais difícil é interpretar aqueles que podem, de alguma forma, inserir-se neste âmbito. O permanente avançar e recuar das frentes de guerra, ou de guerrilha, impossibilitam a construção de um discurso evolutivo dos acontecimentos militares assim como o itinerário que tomaram ambos exércitos. Apesar das dificuldades, conhecemos algumas zonas de conflito que, sem margem a dúvidas, foram espaço de enfrentamentos, como é o caso da província de Cáceres onde se edificou o conhecido acampamento de Cáceres el Viejo (Ullbert, 1984).

Outros autores advertiram já que a guerra sertoriana corresponde a um fenómeno consideravelmente complexo no qual tiveram lugar acontecimentos militares específicos, em distintos momentos e em distintas regiões (Morillo Cerdán, 2014, p. 48). Este mesmo autor chama ainda a atenção para o simples facto de que, na maioria dos casos, a ampla diacronia dos materiais não permite uma datação excessivamente precisa, permitindo um enquadramento em episódios concretos desta guerra. O mesmo poderia ser imputado a este sítio em concreto que, na realidade, ofereceu materiais que apresentam uma datação igualmente dilatada. Todavia, outros permitem antever a sua função militar, assim como enquadrar com relativa exactidão essa ocupação, devendo-se mencionar ainda a sua relação com o acampamento de Cáceres el Viejo, localizado mais a Sul.

Segundo as fontes, Sertório chega à Hispânia pelo Sul, concretamente a *Mons Belleia* (Salústio, *Historiarum Fragmenta*, I, 93-94), que se tem identificado com Silla del Papa, em Bolonia (García Morá, 1991, p. 62; Moret *et al.*, 2008, p. 3). Nesse local ter-se-ia reunido com os seus aliados lusitanos, depois de ter cruzado o Estreito, no ano de 80 a.C. Não é fácil reconstituir os passos deste general depois de ter estado no Sul. Sabemos que já tinha estado em Hispânia antes, quando combateu C. Annio Lusco, e que se viu obrigado a refugiar no Norte de África (Salinas de Frías, 2006, p. 155), porém, depois do seu regresso, em 80 a.C., não se conhece com precisão o seu percurso. Apesar disso, os vários autores parecem estar de acordo na direcção que este tomou – a Lusitânia (García Morá, 1991, p. 65; Salinas de Frías, 2006, p. 157), passando pela Betúria céltica (García Morá e Pérez Medina, 1991, p. 76). Mas embora saibamos a direcção que seguiu, desconhecemos onde este fez estacionar as suas tropas.

O ano de 79 a.C. parece ser chave para o contexto deste trabalho já que, com a chegada de Q. Cecílio Metelo, Sertório se viu obrigado a uma táctica claramente de defesa e que, segundo García Morá (1991, p. 84), retrocede até se refugiar na área delimitada entre o Tejo e o Douro. Ainda que não possamos descartar por completo esta posição, o certo é que outras vezes se alçaram reclamando outra mais a Sul (Schulten, 1928; Pérez Vilatela, 2000, Salinas de Frías, 2006; Heras Mora, 2015, pp. 95-96), apoiados sobretudo nas indicações de Salústio, que faz referência às acções militares de Metelo (*Historiarum Fragmenta*, I, 101-121). Perante os dados proporcionados pela escavação, não podemos deixar de concordar com o que alguns destes autores afirmaram sobre as referências do autor clássico, nomeadamente quando fala do Tejo, concretamente *iam repente visus lenire Tagus*, e a provável posição dos contingentes (Heras Mora, 2015, p. 96). Devemos reconhecer que nem os dados arqueológicos, nem os

literários permitem colocar o palco de operações militares de ambos os exércitos entre o Tejo e o Douro no ano de 79 ou mesmo de 78 a.C. (García Morá, 1991, p. 101).

É, pois, de supor que o raio de acção dos contingentes estaria mais a Sul, o que justificaria a instalação, ou reutilização¹, do acampamento militar de Cáceres el Viejo. Apesar disso, devemos reconhecer que estas posições não eram fixas e menos ainda rígidas. Os relatos das fontes são claros quanto à realização de “excursões”, de um e de outro bando, em território inimigo, particularmente dos contingentes sertorianos, além de que as frentes de conflito se moviam constantemente. Estes factos poderiam, portanto, justificar a presença de glandes de chumbo mais ao Sul atribuídas a Sertório, concretamente em Encinasola (Chic García, 1986). Esta presença pode também ser resultado do avançar da linha de conflito em direcção à área meridional, realidade que pode ter ocorrido a partir de 78 a.C.

Esta situação demonstra que não é fácil reconstituir alguns dos fenómenos ou epifenómenos do episódio sertoriano e menos ainda encaixá-los na sua ordem definitiva. A cultura material é, com efeito, insuficiente na maioria dos casos (Morillo Cerdán, 2014, pp. 48-49) para que possamos enlaçar com rigor todos os acontecimentos militares ocorridos.

Tendo em conta o que foi dito até ao momento, não parece descabido que a ocupação atestada na Serra de Santa Marina se possa relacionar com as tácticas militares realizadas a partir de 79 a.C., pois é nesse ano que os autores clássicos localizam os exércitos mais a Norte e que, na mesma altura, Q. Cecílio Metelo estabelece o acampamento que hoje se conserva a Norte da actual cidade de Cáceres (Schulten, 1931). Neste sentido, lembramos que a escavação do compartimento do Sector 2 permitiu a recolha de uma moeda de prata, claramente em contexto, cunhada em Roma no ano de 80 a.C. Por outro lado, Salústio, referindo-se às movimentações dos contingentes de Cecílio Metelo, afirma que destrói povos e queima culturas (*Historiarum Fragmenta*, I, 102), mas a referência que faz ao rio Tejo não demonstra que estava para Norte deste, senão que não o deverá, sequer, ter transposto.

Se aceitarmos que nesta área geográfica estamos perante uma zona de conflito, não podemos deixar de questionar a que facção se deveu a ocupação detectada na Serra de Santa Marina. Já reconhecemos que não existem provas irrefutáveis de que as construções e ocupação desse monte esteja claramente relacionada com algum episódio da guerra sertoriana. Todavia, alguns dos indícios apontam nesse sentido, nomeadamente a posição estratégica e a confrontação de Cáceres el Viejo e Cáceres Viejo (Santa Marina) (FIG. 11) que, tendo o Tejo a separá-los, não permite supor que este foi um posto avançado daquele (García Morales, 1979). Assim, a estratégia de implantação, a arquitectura, a organização interna, a cultura material, a cronologia obtida através da moeda e a rede de sítios identificados ao longo da cordilheira tornam plausível que esta fosse uma linha de defesa sertoriana.

Apesar disso, não podemos descartar completamente que estes sítios fossem, com efeito, postos avançados do acampamento localizado mais a Sul, ou, inclusive, se trate de sítios de “ancoragem” destinados a controlar e reconhecer o território com o objectivo de avançar no terreno e conquistar as zonas mais a Norte. Partindo do princípio que os acampamentos estáveis eram postos de retaguarda que auxiliavam outros, nas frentes de conflito, efectivamente ambos os recintos militares podem complementar-se. Além disso, devemos ter ainda em consideração a existência de outros sítios, como *Vicus Caecilius* (Haba Quirós e Rodrigo López, 1990), que pode ser utilizado como prova irrefutável de que os exércitos senatoriais transpuseram, efectivamente, o Tejo e ocuparam a área mais a Norte.

Ainda assim, não esqueçamos que o Tejo separa estas ocupações, mais próximo a Santa Marina que ao acampamento senatorial, e que Metelo, recordando as palavras de Salústio,

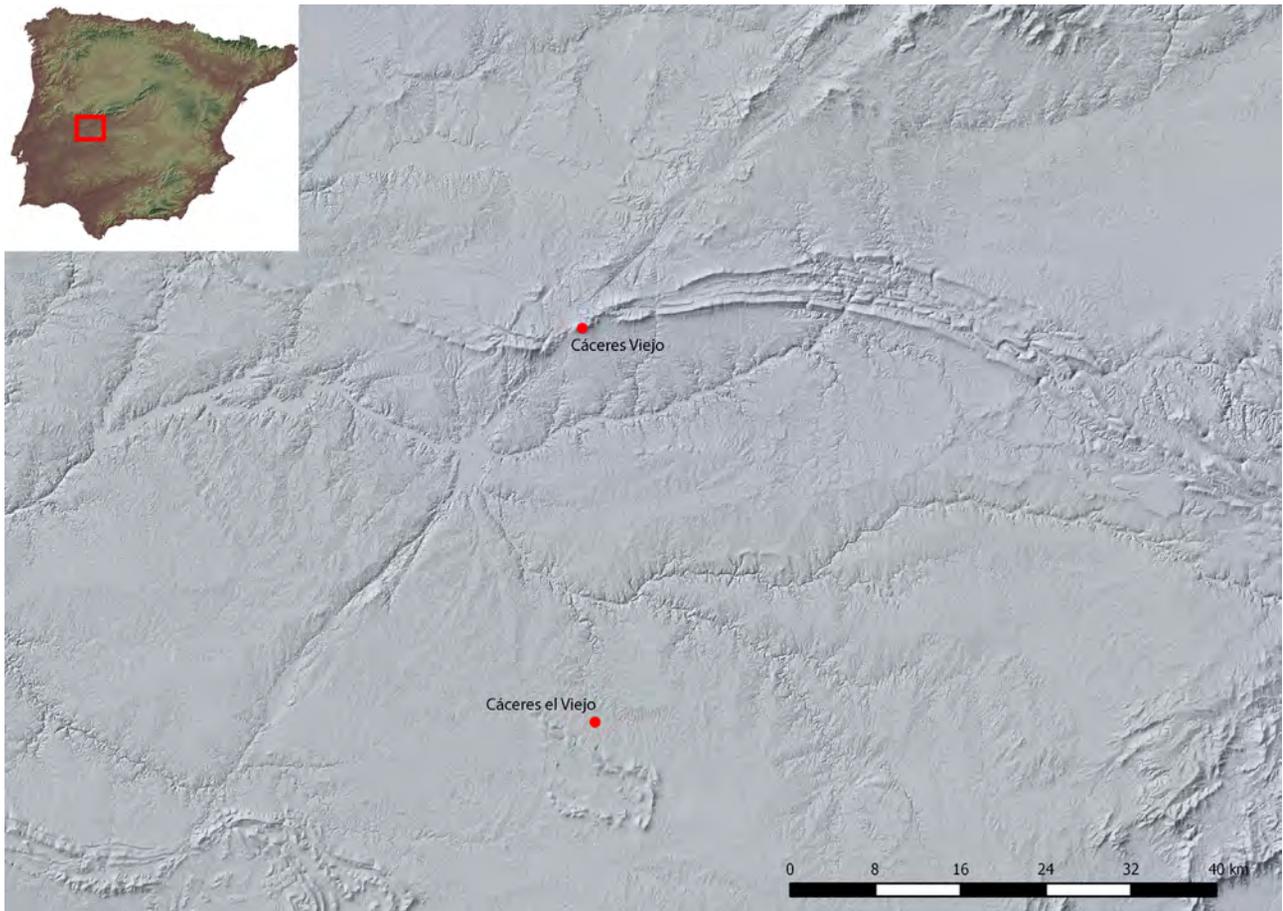


Figura 11
Mapa de base LiDAR com localização do acampamento de Cáceres el Viejo, Cáceres, e do sítio Cáceres Viejo, Serra de Santa Marina, Casas de Millán.

“llegó a la vista del Tajo” (tradução de Salinas de Frías, 2006, p. 157). Se aceitarmos que, com efeito, Metelo não passou o Tejo, não há dúvida de que estamos perante uma implantação militar de guerrilha de contingentes que viviam única e exclusivamente com o necessário e sem luxos. Porém, tendo em conta que os exércitos avançavam ou recuavam consoante as condições e que a fundação do *Vicus Caecilius* se atribui a Metelo, localizado em Puerto de Béjar, também se pode considerar uma ocupação deste. O certo é que, apesar de tudo, uma situação não inviabiliza a outra. Pode, inclusive, dar-se o caso de que em determinado momento os apoiantes de Sertório estavam aquartelados na Serra de Santa Marina, mas que os avanços de Metelo os obrigaram a recuar, permitindo que os contingentes senatoriais avançassem até aos limites com a província de Salamanca, justificando-se assim a curta temporalidade da ocupação.

A quantidade e a qualidade dos produtos que se recuperaram no acampamento de Cáceres el Viejo não está plasmada neste sítio arqueológico. As únicas produções documentadas foram as locais/regionais e, mesmo essas, são consideravelmente distintas das que estão a ser analisadas do conjunto cerâmico daquele acampamento. Se Santa Marina correspondesse, de facto, a um posto avançado deste, e tendo em conta a proximidade de ambos, seguramente que lhe teriam feito chegar os mesmos produtos que foram consumidos no recinto militar de Metelo. Deve dizer-se que o aparente abandono programado e premeditado de Santa Marina pode explicar as ausências, mas, apesar disso não justifica as características diferenciadas destas cerâmicas, nem a completa ausência de ânforas itálicas.

Não é improvável, portanto, que estejamos perante um sítio ocupado pelos apoiantes de Sertório. Alguns argumentos fortalecem tal possibilidade e os dados nele obtidos contrastam

fortemente com os que se estão a apurar para o acampamento de Metelo. Já referimos que a arquitectura denuncia uma construção apressada que resultou em estruturas de aspecto precário, além de que as dimensões da ocupação do maciço parecem ser reduzidas. Por outro lado, a existência de outros sítios próximos e que também ocupam a cordilheira pode ser sintoma de que o exército estava disperso por esta área, seja para controlo da região ou defesa do território.

Conquanto todas as dúvidas que os dados suscitam e independentemente de quem ocupou a Serra de Santa Marina, esta rede de sítios de possível índole militar traz a debate outras questões polémicas. Embora alguns autores sejam partidários de que o conceito de *limes* é completamente desajustado quando aplicado à Arqueologia Militar Romana (Cadiou, 2008, p. 289; Heras Mora, 2015, p. 97), os dados que foram expostos obrigam a reflectir sobre essa negativa.

Apesar de não negarmos de todo essa proposta, pois como já referimos em outro trabalho “zonas de fronteira” pode não ser o mesmo que “linhas de fronteira” (Albuquerque *et al.*, *no prelo*), também não a aceitamos inquestionavelmente. Por outras palavras, sabemos que, efectivamente, as frentes de guerra na Antiguidade eram extremamente voláteis e já expusemos que as “excursões” em território inimigo deveriam ser frequentes, mas a existência de “zonas de fronteira” seguramente foi uma realidade que, de alguma forma, se plasmou no território. Não é de descartar, portanto, que os sítios que citámos neste trabalho, dispostos ao longo de um maciço que permite constituir uma zona defensiva, possa interpretar-se como tal. Se somarmos a esta dispersão de sítios e à defensabilidade que proporciona a sua implantação próxima ao Tejo, deparamo-nos com um sistema defensivo de difícil transposição, inclusivamente por exércitos bem preparados como os que comandava o general Q. Cecílio Metelo.

5. Reflexões

Embora de momento os resultados desta intervenção arqueológica coloquem mais dúvidas e questões do que respostas seguras, não parece desproporcionado afirmar que o sítio deixa antever uma grande potencialidade do ponto de vista arqueológico e interpretativo. Estamos convencidos de que a continuidade da investigação sobre o sítio, assim como os que lhe são contíguos, contribuirá decisivamente para a Arqueologia Militar Romana na Extremadura, em particular, e no Ocidente peninsular, no geral.

Reconhecemos que muitas das reflexões expostas necessitam ainda de argumentos mais sólidos e, outras questões, inclusive de confirmação arqueológica. Apesar disso, a associação da totalidade das evidências encontradas permitiu avançar algumas das ousadas leituras. Desde logo é evidente que, à luz dos novos dados, este foi um sítio importante no âmbito das guerras sertorianas. A cronologia averiguada através da moeda, recolhida no nível de utilização do espaço, foi determinante para a datação da ocupação. O momento e a localização em que este numisma circulou nesta área geográfica é, a nosso entender, coincidente com o momento em que Sertório e Metelo se enfrentaram (79-78 a. C.). As fontes são esclarecedoras nesse ponto, embora alguns autores situem o palco de conflito mais a Norte (García Morá, 1991, p. 84) e outros mais a Sul (Pérez Vilatela, 2000, Salinas de Frías, 2006). Porém, devemos reconhecer que, por ora, somente devemos afirmar taxativamente que este é, sem dúvida, um recinto defensivo, possivelmente militar, próximo ao acampamento de Cáceres el Viejo, sendo as restantes considerações apenas isso mesmo.

Se a cronologia da ocupação não deixa dúvidas, embora futuras intervenções possam vir a alterar ligeiramente a baliza temporal, mais complexa é a justificação de uma função militar

que, como vimos, nem sempre é evidente. Não obstante, os indícios permitem prever que sequer corresponde a uma ocupação civil. Renovamos alguns dos argumentos que, no seu todo, parecem apontar num único sentido.

O que mais se evidenciava quando se iniciou a intervenção era as características das construções visíveis à superfície. A dimensão das estruturas não parecia enquadrar-se com a técnica aplicada e menos ainda com a solidez que transpareciam. Pese essa aparente robustez, ficou claro que foram construídas de forma rápida, sem grandes cuidados no aparelho, no seu aspecto ou no seu alinhamento. Além disso, a exclusiva utilização de pedra local, algumas de dimensões ciclópeas, sobretudo as de base, ratificava essa possibilidade. Em consonância com esta realidade estão as restantes estruturas visíveis que, dispersas por uma área de cerca de 2ha, não sugerem uma organização premeditada ou previamente planificada. Idêntica situação foi constatada nas estruturas identificadas no extremo Norte da ocupação e que podem integrar algum sistema defensivo, ou, pelo menos, equivaler a uma estrutura defensiva.

Conquanto as estruturas estivessem já a descoberto, a intervenção permitiu o registo de uma ocupação curta no tempo e de consolidação estratigráfica pouco espessa. Com efeito, a suposta ocupação pré-romana não foi constatada nos níveis arqueológicos conservados e documentados. Aliás, a pouca potência da sedimentação estava, inclusive, patente nos derrubes das estruturas, também visíveis e conservando ocos entre as pedras superiores. A conservação dos níveis era considerável, apesar disso permitiu a recolha de um limitado, mas peculiar conjunto de materiais.

A singularidade do conjunto reside não na sua especificidade cronológica ou cultural, mas sim na austeridade delatada pelos que o utilizaram. Na verdade, estes dados apenas foram possíveis devido à associação das cerâmicas com a moeda de prata, caso contrário a cronologia atribuída podia ser outra. Todavia, a contemporaneidade do conjunto permitiu tecer algumas considerações que nos parecem pertinentes, nomeadamente o facto de que a cultura material recolhida seja tão distinta, qualitativa e quantitativamente, da que foi documentada no acampamento de Cáceres el Viejo. Com efeito, não foi sequer identificado um único fragmento de ânfora itálica vinária, um dos contentores mais importados e consumidos pelos exércitos senatoriais. Porém, o que nos persuadiu de que este sítio poderia ter tido uma função militar foram os dois projecteis de pedra, curiosamente realizados com matéria que não é local.

Apesar das ausências, parece evidente que o sítio foi, aparentemente, abandonado de forma deliberada, situação que pode estar relacionada com a pouca expressividade material. No entanto, o mesmo fundamento não pode ser imputado a outras consequências, nomeadamente à precariedade das construções ou à austeridade dos materiais consumidos. Por outro lado, embora o registo arqueológico já o manifestasse, demonstra simultaneamente que o sítio não foi alvo de abandono seguido, ou simultâneo, a destruição. Se assim fosse, pelo menos a julgar pelas áreas intervencionadas, ter-se-iam registado níveis arqueológicos com grande quantidade de materiais e/ou potentes estratos de cinzas.

Se os dados obtidos no Sector 2 foram os descritos, distinta situação oferecem os do Sector 1. Aí a inexistência de materiais arqueológicos dificulta consideravelmente uma adscrição cronocultural da ocupação do edifício, além de um par de fragmentos de *tegulae* documentadas nos níveis de derrube. Assim, de momento podemos apenas referir que as técnicas construtivas dessas estruturas são claramente distintas das descritas para o Sector 2, da mesma forma que apresentam espessuras mais comedidas e um aspecto mais cuidado.

Embora seja impossível, de momento, assegurar ou desmentir a contemporaneidade das estruturas de ambos os sectores, para o Sector 1 somente conhecemos a recolha de um machado de ferro (FIG. 12), depositado no Museu de Cáceres, que oferece uma cronolo-



Figura 12
Machado de ferro
proveniente do
edifício identificado
no Sector 1,
depositado no Museu
de Cáceres.

gia demasiadamente ampla. Corresponde a um machado de perfil de tendência triangular, maciço e com duas protuberâncias laterais no talão, que está documentado em sítios tanto da Idade do Ferro como romanos, com particular incidência naqueles. Alguns exemplares inéditos compõem o depósito do Museu de Cáceres provenientes do Castro del Berrocalillo, Plasencia, mas também são conhecidos a norte da Península Ibérica, concretamente no Castro de la Peña Sámano (Martínez Velasco, 2010, pp. 571-572, Figura 1). Em contexto romano, ainda que mais tardios que o aqui apresentado, foi reconhecido um exemplar similar no acampamento de El Cincho (*Ibidem*, pp. 447-448, Figura 2). Porém, são conhecidos exemplares análogos mais a ocidente em contextos de idêntica funcionalidade, referimo-nos a Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2014, p. 334, Fig. 7, n.º 50) e a Chões de Alpompe (Fabião *et al.*, 2015, p. 134, Fig. 19). É, pois, difícil atribuir uma cronologia específica para o exemplar extremamente sem que saibamos o contexto em que foi recolhido. Certo é, contudo, que aqueles de cronologia romana aparecem sempre em contextos de forte índole militar. Ainda assim, sabemos que, segundo as indicações do colector, é proveniente do interior do edifício existente no Sector 1 e estaria associado a moedas, das quais se desconhece o paradeiro.

Ainda que esta intervenção confirme, de alguma forma, a boa conservação do sítio, deixa de manifesto os critérios que foram tidos em conta para a sua implantação, aparentemente num monte que desconhecia ocupações prévias. A superfície extremamente irregular não era

propícia para uma ocupação humana e não facilitava sequer a construção de edifícios. Além disso, os terrenos aptos para exploração parecem localizar-se na planície que se estende a partir do sopé do cerro, para Sul. Não parece desproporcionado afirmar que, tendo em conta o exposto, era a defesa o principal objectivo, sobretudo se considerarmos o período conturbado em que se insere tal ocupação. Este local pode corresponder à ocupação principal de uma linha de defesa que aproveitou um maciço natural para distribuir pontos estratégicos de vigilância e/ou controlo. Esta barreira formava assim uma “muralha” natural que se estendia ao longo da metade ocidental da província de Cáceres e que, juntamente com o Tejo, constituíam um sistema defensivo natural de difícil transposição.

De momento apenas foi possível comprovar a existência de sítios arqueológicos similares nas imediações da Serra de Santa Marina, mas estamos convencidos que o ampliar dos trabalhos de prospecção permitirá a identificação de outros. Deve admitir-se, apesar disso, que estes carecem ainda de trabalhos de escavação de comprovem a sua coetaneidade com o sítio aqui tratado. Esta rede ocupacional, a ser confirmada, deve ainda ser relacionada com a presença do acampamento de Cáceres el Viejo, separados por uma distância de cerca de 40km e alinhados no sentido Sul/Norte. Esta contraposição não é apenas geográfica, pois também os dados entre ambos são claramente distintos. Por outras palavras, apresentam critérios de implantação diferentes, um em planície outro em altura, a construção e a organização interna apresenta diferentes projectos, um programado o outro expedito, a cultura material é diferente, em Cáceres el Viejo em grande quantidade e diversificada enquanto na Serra de Santa Marina pouca e de produção tosca. Evidentemente que estes dados não são suficientes para garantir a qual das frentes de conflito terá correspondido a ocupação da Serra de Santa Marina e não podemos descartar a proposta de García Morales (1979). Contudo, os contrastantes indícios podem validar que essa ocupação foi realizada com o objectivo de travar os exércitos senatoriais e, como tal, pode efectivamente enquadrar-se na técnica de guerrilha praticada pelos apoiantes de Sertório.

Não pretendemos afirmar que a Serra de Santa Marina é um dos pontos onde Sertório fez estacionar as suas tropas, na realidade nada nos permite asseverar tal afirmação. Todavia, parece evidente que, segundo as fontes, é provável a sua presença nesta área geográfica no momento que foi averiguado através dos resultados desta intervenção. Além disso, estes factos estão em consonância com a chegada de Q. Cecílio Metelo e o seu confronto com o general romano que se opôs ao regime de Roma.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO SÁNCHEZ, A. (1981) – *El campamento romano de Cáceres el Viejo*. Tese apresentada à Universidade de Extremadura para obter o grau de Doutora.
- ARRUDA, A. (2007) – *Laccobriga*. In *A ocupação romana na baía de Lagos. Catálogo da Exposição*. Lagos: Câmara Municipal, p. 7-47.
- ARRUDA, A. e SOUSA, E. (2012) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*. Sevilha. 21, p. 93-133.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1974) – Problemas de Arqueología cacereña: el Campamento romano de Cáceres el Viejo (Cáceres). Estudio numismático. *Numisma*. Madrid. 120-131, p. 255-310.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1976) – La cerámica del campamento romano de Cáceres el Viejo (Cáceres). *V Congreso de Estudios Extremeños*. Badajoz, p. 1-21.
- BELTRÁN LLORIS, M. (2002) – La etapa de Sertorio en el Valle del Ebro. Bases arqueológicas. *Pallas*. Toulouse. 60, p. 45-92.
- CADIOU, F. (2004) – Sertorius et la guérilla. AULIARD, Cl. e BODIOU, L. (dir.) – *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens*. Mélanges offerts à Alain Tranoy. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 297-314.

- CADIOU, F. (2008) – *Hibera in terra miles. Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la République (218-45 av. J.-C.)*. Madrid: Casa de Velásquez.
- CÁNDON GONZÁLEZ, A. (2013) – Sertorio, el libertador de los hispanos. *Revista de Claseshistoria*. Málaga. 401, p. 1-18.
- CHIC GARCÍA, G. (1986) – Q. Sertorius, Procónsul. Actas de la reunión científica, *Epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, p. 171-176.
- CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- ENCARNAÇÃO, J. (2009) – Sertório, general romano: guerrilheiro e mito?. Actas do seminário *Memória, Mito e História – O Sacrifício de Almeida*. Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, p. 98-109.
- ESPINOSA, U. (1984) – Calagurris y Sertorio. *Calahorra, bimilenario de su fundación. Actas del I Symposium de Historia de Calahorra*. Madrid, p. 189-199.
- FABIÃO, C., PEREIRA, T. e PIMENTA, J. (2015) – Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA-ARQUEOLOGIA*. Vila Franca de Xira. IV, p. 110-150.
- GARCÍA MORÁ, F. (1991) – *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio, planteamientos iniciales*. Granada: Universidad.
- GARCÍA MORÁ, F. e PÉREZ MEDINA, M. (1991) – Algunos aspectos del conflicto sertoriano en tierras béticas. GONZÁLEZ ROMÁN, C. (ed.) – *La Bética en su problemática histórica*. Granada: Universidad, p. 63-85.
- GARCÍA MORALES, F. (1979) – El “otro Cáceres el Viejo”. CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E. e RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, A. (eds.) – *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Diputación Provincial de Cáceres, p. 323-334
- HABA QUIRÓS, S. e RODRIGO LÓPEZ, V. (1990) – La vía de la plata entre las mansiones *Rusticana* y *Caecilius Vicus*: la calzada en relación con el asentamiento. *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana*. Cáceres, p. 241-252.
- HERAS MORA, J. (2015) – *Arqueología de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (Siglos II-I a.n.e.)*. Tese apresentada à Universidade Autónoma de Barcelona para obter o grau de Doutor.
- HURTADO PERÉZ, P. (1927) – *Castillos, torres y casas fuertes de la provincia de Cáceres*. Cáceres: La Minerva.
- HURTADO DE SAN ANTONIO, R. (2000) – *El poblamiento hispano-romano en la provincia de Cáceres*. Sevilla: Padilla Libros Editores & Libreros
- MARÍN JORDÁ, C.; RIBERA I LACOMBA, A. e SERRANO MARCOS, M. (2004) – “Cerámica de importación itálica y vajilla ibérica en el contexto de *Valentia* en la época sertoriana. Los hallazgos de la plaza de Cisneros”. La vajilla ibérica en época helenística (siglos IV-III al cambio de era). Madrid: Casa de Velásquez, p. 113-134.
- MARTÍN BRAVO, A. (1995) – *Las sociedades de la edad del hierro en la Alta Extremadura*. Tese apresentada à Universidade Complutense de Madrid para obter o grau de Doutora.
- MARTÍNEZ VELASCO, A. (2010) – “Castro de la Peña de Sámano”. SERNA GANCEDO, M.; MARTÍNEZ VELASCO, A. e FERNÁNDEZ ACEBO, V. (eds.) – *Castros y castra en Cantabria: fortificaciones desde los orígenes de la Edad del Hierro a las guerras con Roma: catálogo, revisión y puesta al día*. ACANTO, p. 571-572.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. (1962) – Las Guerras de lusitanos y celtiberos contra Roma Segundo Periodo: La Guerra Numantina (143 a 133 a. de J. C.). *España Romana. Historia de España*. Tomo II. Madrid: R. Menéndez Pidal Dir. Espasa Calpe, p. 145-186.
- MONTALVO FRÍAS, A. (2008) – La Vía de la Plata a su paso por Cáceres. Problemas de un trazado. SANABRIA MARCOS, P. (ed.) – *Arqueología urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno*. Memorias, Museo de Cáceres, p. 145-158.
- MORET, P., MUÑOZ, A., GARCÍA, I., CALLEGARIN, L. e PRADOS, P. (2008) – El *oppidum* de la Silla del Papa (Tarifa, Cádiz) y los orígenes de *Baelo Claudia*. *Aljaranda*. Tarifa. 68, p. 2-8.
- MORILLO CERDÁN, A. (2014) – Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. “Calibrando” a Sertorio”. SALA SELLÉS, F. e MORATALLA JÁVEGA, J. (eds.) – *Las guerras civiles romanas en Hispania. Una revisión histórica desde la contestania*. Alicante: Universidad e MARQ, p. 35-49.
- PAULE RUBIO, A. (2011) – Extremadura por la Vía de la Plata”. *XXXIX Coloquios Históricos de Extremadura: dedicados al arte románico en Extremadura*. Trujillo, p. 525-559.
- PEREIRA, T. (2014) – Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaia-monte (Monforte/ Portugal). *CIRA ARQUEOLOGIA*. Vila Franca de Xira. III, p. 322-342.
- PEREZ GUTIERREZ, Mª. (2014) – *Tras las huellas de Sertorio en Hispania: arqueología de la primera guerra civil romana (82-72 a.C.)*. Tese apresentada à Universidade de Cantabria para obter o grau de Mestre. Policopiado.
- PÉREZ URBAN, F. (2005) – La Vía de la Plata en Extremadura. *ANAS*. Mérida. 18, p. 153-187.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) – *Lusitania. Historia y etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.

- PINA POLO, F. (2006) – Calagurris contra Roma: de Acidino a Sertorio. *Kalakorikos* Calahorra. 11, p. 117-129.
- RIBERA I LACOMBA, A. e MARÍN JORDA, C. (2004-2005) – Las cerámicas del nivel de destrucción de Valentia (75 a.C.) y el final de Azaila. *Kalathos*. Teruel, p. 271-300.
- ROLDÁN HERVÁS, J. (1981) – *Historia de Roma. La República*. Madrid: Catedra.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2006) – Geografía ficticia y geografía real de la epopeya sertoriana. G. CRUZ, P.; LE ROUX e P. MORET (coords.) – *La invención de una geografía de la Península Ibérica*. vol. 1 (La época republicana). Madrid: Casa de Velázquez, p. 153-176.
- SÁNCHEZ ABAL, J. (1983) – Sertorio, Metelo y *Castra Caecilia. Vettonia*. Cáceres. 1, p. 21-29.
- SÁNCHEZ ABAL, J. (1984) – Algunas consideraciones sobre el campamento romano de Cáceres el Viejo. *Actas de las II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia*. Cáceres, p. 159-166.
- SANTOSYANGUAS, J. (2009) – Sertorio: ¿un romano contra Roma en la crisis de la república?. GIANPAOLO URSO (ed.) – *Ordine E Sovversione Nel Mondo Greco E Romano*. Pisa: Edizione ETS, p. 177-192.
- SCHULTEN, A. (1928) – *Castra Caecilia, Erster Bericht, Archäologischen*. Anzeiger: Jahrbush des Deutschen Archäologischen Instituts 43. Berlin, p. 1-14.
- SCHULTEN, A. (dir.) (1937) – *Fontes Hispaniae Antiquae*, vols. III, IV y VII. Barcelona.
- TORRES-MARTÍNEZ, J.; MARTÍNEZ VELASCO, A. e PÉREZ FARRACES, C. (2013) – Los proyectiles de artillería romana en el *oppidum* de Monte Bernorio (Villarén, Palencia) y las campañas de Augusto en la primera fase de la guerra cantábrica. *Gladius*. Madrid. XXXIII, p. 57-80.
- ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanischen legionslager in Spanisch – Extremadura*. Mainz am Rhein: Madrider Beiträge, Band 11.

NOTAS

- ¹ Não entraremos aqui na longa problemática cronológica de Cáceres el Viejo e da sua identificação com *Castra Servilia* (Ulbert, 1984), *Castra Liciniana* (Beltrán Lloris, 1974; 1976) ou *Castra Caecilia* (Schulten, 1931; Sánchez Abal, 1983; 1984). Apenas pretendemos referir que a totalidade de materiais arqueológicos deste sítio está, de momento, em (re)estudo, do qual resultará uma monografia, que se publicará no âmbito do projecto: “Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território”, do qual o autor é director.

➤ Os Cossiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)¹

MÁRIO LONGUINHO PEREIRA MJLP@CAMPUS.UL.PT

RESUMO

No presente trabalho apresentam-se os resultados do estudo de 33 cossiros provenientes de Porto do Sabugueiro. Os materiais estudados apesar de não ser possível atribuir-lhes uma cronologia concreta, uma vez que foram recolhidos em contextos de prospecção, aparentam estar enquadrados entre a Idade do Ferro e época romano-republicana.

O sítio apresenta uma cronologia que se estende desde o Mesolítico até à Antiguidade Tardia.

Os cossiros, *verticilli* ou fusaiolas são pequenos discos (lisos ou decorados), possuindo uma perfuração central e são colocados na ponta do fuso.

O enquadramento deste artefacto com as restantes tecnologias têxteis, estudo morfológico dos cossiros, as suas características métricas, as técnicas de fabrico e as possíveis relações económico-sociais são alguns dos tópicos que se pretendem analisar neste estudo.

ABSTRACT

This paper present's the results of the study of 33 *cossiros* from the archaeological site of Porto do Sabugueiro. The materials studied although it is not possible to give them a concrete chronology, since they were collected in contexts of prospecting, appear to be framed between the Iron Age and Roman-republican time.

The site presents a chronology extending from the Mesolithic to the Late Antiquity.

The *cossiros*, *verticilli* or fusaiolas are small discs (plain or decorated), with a central perforation, they are placed on the top of the spindle.

This artifact framework with other textile technologies, the morphological study of cossiros, its metric characteristics, the manufacturing techniques and the possible economic and social relations are some of the topics analyzed in this study.

1. Porto do Sabugueiro

1.1. O sítio

O sítio de Porto do Sabugueiro foi descoberto por Mendes Correa, nos anos 30 do século XX. Localiza-se no Concelho de Salvaterra de Magos, na Freguesia de Muge, e situa-se na margem esquerda do rio Tejo, na confluência deste com a vala de Alpiarça (Fig. 1). É um sítio ribeirinho e de baixa altitude (as cheias e subidas de nível do rio são também factor a considerar na descrição do sítio). As suas coordenadas geográficas na CMP 1:25000, N.º 364, são:

longitude N 39° 12' 68"; Latitude W -8° 70' 98". Os solos são arenosos e o substrato geológico é constituído por areias e argilas amareladas e avermelhadas, o que limita a conservação de níveis arqueológicos. Os materiais arqueológicos encontrados à superfície e espalham-se por uma extensão de cerca de 25 hectares.

Destacam-se ainda duas notas negativas de grande importância em relação ao sítio de Porto do Sabugueiro. Em primeiro lugar, a intensa exploração agrícola de toda a área, o que teve grande impacto no subsolo, destruindo os níveis estratigráficos primários de ocupação (Fig. 2); em segundo lugar, o facto de desde há muito o local ser alvo dos “caçadores de tesouros”, o que levou à existência de inúmeros materiais “perdidos” nunca estudados. Há ainda que referir que mesmo os materiais recolhidos por arqueólogos se encontram dispersos por instituições diversas (Pimenta *et al*, 2014, p. 40).

1.2. Enquadramento Arqueológico

A primeira referência publicada data de 1956, sendo da autoria de Mário Saa, na sua obra sobre as vias da Lusitânia, na qual faz alusão a diverso material – vasos cinerários, moedas romanas, “telharia” de tégula e imbrex, fornos de aquecimento, canos de alvenaria (Pimenta, 2008, p. 172).

Em 1960, Bairrão Oleiro publicou os dados que recolheu na sua visita ao local a pedido da Sr.^a Marquesa do Cadaval, “(...) Porto do Sabugueiro, na margem esquerda do Tejo e a poucos metros do rio, quando se procedia à abertura de covas para a plantação de uma vinha, foram acidentalmente descobertos vários materiais romanos entre eles parte de um pavimento de mosaico.” O mosaico, encontrado a 50 cm abaixo do solo, foi, na altura, datado de um período tardio – século III (Oleiro, 1960).

Jorge Alarcão realizou, em 1963, sondagens na área, tendo posto a descoberto o mosaico e detectado um forno de produção cerâmica, tendo então sugerido classificar o local como *villa* romana (Cardoso, 1990).

Maria Amélia Horta Pereira (1975) estudou duas peças depositadas por Hipólito Cabaço no Museu de Alenquer. São de estilo egípcio – um escaravelho e um escarabóide antropomórfico. Associa-os a uma presença fenícia, e a uma cronologia balizada no Ferro Antigo em Porto do Sabugueiro.

Nos anos 90 do século XX, foram publicados dois estudos sobre as produções cerâmicas do sítio, concretamente ânforas, com cronologias abrangendo os meados do século I e os finais do século II d.C. (Cardoso, 1990. Cardoso e Rodrigues, 1996).

Já neste século, João Pimenta e Henrique Mendes (2008) deram a conhecer contas de pasta vítrea (uma das quais oculada) e cerâmica estampilhada pertencente ao espólio do Museu de Alenquer, o que permitia admitir uma vez mais a hipótese de haver presença pré-romana. Também nesta publicação referem os seus achados em sondagens feitas no local com a detecção de espólios pré-romanos (fragmentos de asas, bocais e fundos de ânfora – tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres; asa de urna tipo Cruz del Negro; asas bífidas de *pithoi*; cerâmica cinzenta fina) e romanos republicanos (fragmentos de ânfora tipo Greco-italico, Dressel 1, Maña C2b; cerâmica campaniense A).

Por último, os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto FETE – Indígenas e Fenícios no Estuário do Tejo – PTDC/EPH-ARQ/4901/2012 foram publicados de forma preliminar, fazendo-se aqui também uma síntese sobre a ocupação do local, traçando o quadro de evolução humana do sítio (Pimenta *et al* (2014). FIGS. 1 E 2



Figura 1
Vista de Porto
Sabugueiro

Figura 2
Materiais a vista nos
solos lavrados de
Porto Sabugueiro

1.3. A ocupação Humana no Porto do Sabugueiro

Porto do sabugueiro é um sítio com uma longa diacronia de ocupação, estando testemunhadas evidências, ainda que com algumas brechas, desde o Mesolítico até à Antiguidade Tardia, período em que o local terá sido abandonado. De maior relevo parecem ser, contudo, os dados relativos à ocupação durante a Idade do Ferro.

Os recentes trabalhos de prospecção e escavação permitiram obter alguns elementos com cronologias que apontam para o mesolítico e neolítico, com a presença de instrumentos de sílex – lamelas e micrólitos e de pedra polida, machados enxós e goiva (Pimenta *et al.*, 2014, p. 41).

É difícil admitir uma ocupação do sítio na Idade do Bronze, uma vez que até hoje não há informação que o permita atestar. Assim calcula-se a sua reocupação em meados da primeira metade do 1.º milénio a.n.e. A Idade do Ferro está bem documentada destacando-se asas, bocais e fundos de ânforas pré-romanas; asas bífidas de *pithoi*; cerâmica fina cinzenta polida e um bordo de prato de engode vermelho. (Pimenta e Mendes, 2008, p. 178 e 179). Acrescenta-se ainda a este espólio, o escaravelho e o escarabóide egipcizantes – (Pereira, 1975) e as contas de colar de vidro azul (uma delas oculada a branco) depositadas no Museu de Alenquer. Estes materiais permitem supor uma ocupação de características orientalizantes.

A ocupação romana republicana está fortemente evidenciada, denotando-se uma precoce influência itálica. Destacam-se as ânforas vinárias de tipo greco-itálico e Dressel 1 e as destinadas aos preparados piscícolas, de tipo Maná C2b, com origem na zona do estreito de Gibraltar. A cerâmica de mesa apresenta vasos de verniz negro importado de Etrúria (cerâmica campaniense) e copos e taças com origem na costa tirrénica da Península itálica (cerâmica de paredes finas), havendo ainda produções locais deste período e materiais metálicos associados à presença militar. Os dados referentes a este momento de ocupação estão centrados no século II a.C., sendo compatíveis com as manobras militares do Galaico, Décimo Júnio Bruto, na região do baixo Tejo (Pimenta *et al.*, 2014, p. 43 a 45).

O pavimento de mosaico descoberto em 1960, datado de uma fase avançada do período romano – século III (Oleiro, 1960), evidencia a presença de comunidades humanas no local durante o período imperial, a que se somam outros materiais espalhados por diversas instituições (Pimenta *et al.*, 2014, p. 45 a 47), entre os quais se destaca um conjunto numismático dos séculos III e IV, bem como fragmentos de *terra sigilata* itálica, sud-gálica e africana, ânforas de produção local e importada, pesos de rede e de tear, fíbulas e lucernas.

2. A produção têxtil

A tecnologia têxtil é tudo o que envolve a transformação da fibra em fio, e deste em tecido. Trata-se de uma actividade milenar e que parece ser marcadamente feminina, dados os registos etnográficos, iconográficos e literários. No registo arqueológico é testemunhada pela presença de pentes de cardar, fusos, cossoiros, pesos de tear e agulhas.

As matérias-primas utilizadas na antiguidade para esta actividade podem ser de origem vegetal, tais como o linho ou cânhamo, ou animal – a lã ou a seda (Coixão e Naldinho, 2011, p. 85). No actual território português, destacam-se o linho e a lã, referindo Estrabão a aptidão dos Iberos de *Emporion* na tecelagem do linho e Plínio o linho de Tarraco. O primeiro dos autores informa que o *sagum* era feito de lã (Silva e Oliveira, 1999, p. 3).

O processo de transformação da fibra em tecido passa por três fases distintas – a conversão da fibra, a preparação do fio e o fazer do tecido – cada uma delas com utensílios e procedimentos distintos.

Sobre a conversão da fibra, e após o arranque da planta, deve extrair-se a raiz através da ripagem, havendo, de seguida, a curtidura, efectuada em água corrente com o objectivo de separar as fibras da casca e facilitar acções posteriores, como a maçagem quando se separam as fibras lenhosas das têxteis, procedendo-se, por último, à assedagem das fibras têxteis utilizando o sedeiro (Coixão e Naldinho, 2011, p. 85). Já quanto à lã, e após a tosquia do animal, esta era colocada numa caldeira onde era lavada com detergente (*herba* ou *radix lanaria*), para retirar impurezas e gorduras, sendo de seguida seca, batida e limpa (Ponte, 1978, p. 134). Por último a lã era cardada com a ajuda de dois pentes para remover nós e algumas impurezas que ainda se encontrassem nas fibras (*ibidem*).

Na fição, a roca e o fuso são fundamentais para a obtenção do fio, que é feito através da torção das fibras, que passam as meadas de matéria-prima a um fio único e contínuo. As fibras são colocadas na roca, que é segurada numa das mãos, enquanto a outra vai puxando e torcendo o fio entre os dedos enrolando-o no fuso. Um outro instrumento também utilizado para a elaboração do fio é a roda de fiar, que permite uma maior rapidez no fabrico do fio, sendo constituída por sarilho e dobadoira: o primeiro roda num plano vertical transformado a fibra em meadas e a segunda roda em plano horizontal enrolando as meadas em novelos (Coixão e Naldinho, 2011, p. 86).

A produção de tecido é o cruzar dos fios paralelos em uma urdidura ou teia (montada vertical ou horizontalmente) com o fio de trama – que se vai desenrolado do novelo – em sentido perpendicular da esquerda para a direita e depois da direita para a esquerda. Os teares mais usuais na antiguidade (proto-história e época romana) são os verticais, a sua presença é normalmente atestada arqueologicamente pelos pesos de tear que tinham como função esticar a teia. Estes eram feitos normalmente de barro com forma paralelepípedica com um ou dois furos. Em época romana, o uso de teares horizontais apresenta-se como uma possibilidade, não estando contudo devidamente testemunhada (Alarcão, 2012, p. 324).

Depois da confecção do tecido, este tinha ainda que ser pisado ou seja, era lavado e prensado de forma a adquirir mais consistência (Coixão e Naldinho; 2011, p. 87).

3. Os Cossoiros

3.1. Descrição

Os cossoiros, fusaiolas ou *verticili* não são artefactos específicos de uma época, sendo pequenas peças cilíndricas ou cónicas colocadas no fundo dos fusos (Berrocal-Ranchel, 2003, p. 201), utilizadas como remate, equilibrando o fuso e servindo de volante, que mantinha e prolongava o movimento rotativo da mão da fiandeira (Silva e Oliveira, 1999, p. 5).

São geralmente feitos de barro e são o principal testemunho arqueológico da actividade de fição, já que os fusos eram maioritariamente feitos de materiais perecíveis (há contudo fusos feitos de metal ou osso que persistiram ao passar dos tempos).

São objetos que pela sua função se prolongam pelos tempos, não sendo por isso típicos de uma só época. Segundo Elsa Luís (2014), as diferentes formas e tamanhos estão diretamente relacionadas com as diferentes espessuras dos fios e/ou com as próprias matérias-primas utilizadas.

3.2. Contexto arqueológico

No contexto peninsular, os cossoiros (ainda que em estratigrafias um pouco confusas – Calcolítico/Bronze Inicial) estão presentes desde o Calcolítico em Montefrío – Granada e

Ereta del Castellar (Castro Curel, 1980, p. 130), sendo no entanto raros e com formas maioritariamente discoides, com grandes diâmetros, comparativamente a períodos mais recentes.

Na Idade do Bronze, em período inicial, constata-se um gradual aumento da sua utilização, sendo de destacar o caso de Terlinques, em Alicante, onde um cossoiro de forma bicónica achatada foi encontrado, juntamente com nove bobines de fio, numa estrutura de habitação atingida (mas preservada) por um incêndio (Luís, 2014, p. 107). No Bronze Médio, Castro Curel (1980, p. 131) refere a sua presença no mundo Argárico, estando também presentes na zona Valenciana ou na Meseta Norte – Cerro del Olbispo (Luís, 2014, p. 107). No Bronze Final, apesar de em pouca quantidade, estão testemunhados em praticamente toda a Península Ibérica, destacando-se também pela sua diversidade tipológica (*Idem*).

“(...) Será já em plena Idade do Ferro que se assiste à proliferação e diversificação deste tipo de artefactos, em termos tipológicos e de tamanhos. São vários os sítios nos quais se documentam diversos exemplares de cossoiros, possibilitando distinguir áreas funcionais dentro dos povoados e tecer considerações sobre o tipo de matérias-primas e a quantidade de produção (...)” (*Idem*).

Sobre a evolução cronológica do fabrico dos cossoiros, parece lógico afirmar que ter-se-á iniciado com a utilização de matérias-primas líticas, passando depois para as cerâmicas, primeiro de fabrico manual e de reutilização cerâmica e numa segunda fase, pelo fabrico a molde.

3.3. As formas

Sobre o estudo específico dos cossoiros, há, em contexto ibérico, quatro trabalhos a destacar quanto à morfologia e que são incontornáveis em qualquer estudo sobre esta temática. Castro Curel (1980), Luís Berrocal Rangel (XXX), M.ª Fátima Silva e Paula Oliveira (1999) e Teresa Pereira (2013) desenvolveram estudos tipológicos mais ou menos pormenorizados, tendo-se neste trabalho optado pela utilização da tipologia proposta pela última autora, por ser mais recente e por, de alguma forma, ter tido as anteriores em consideração.

3.4. A importância do peso

Para se obter um bom desempenho do fuso o seu peso é fundamental, já que, sem o peso suficiente, não se conseguirá torcer devidamente as fibras e obter a tensão desejada para o fio (Rodríguez Calviño, 1999, p 3) e também porque o peso do fuso influencia a espessura do fio (Castro Curel, 1980, p 142). O peso do cossoiro é por isso um dado importante que se tem de observar, contudo na opinião de Rodríguez Calviño a relação qualidade/peso não é clara (1999, p 3 a 5).

4. Os cossoiros de Porto do Sabugueiro

Neste trabalho apresentam-se os resultados do estudo de 33 cossoiros provenientes de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), descobertos ao longo dos últimos anos à superfície em contexto de prospeção, relembrando-se novamente os problemas com da exploração agrícola dos terrenos e a prospeção clandestina. Não foram incluídos neste estudo, quatro cossoiros depositados no Museu de Vila Franca, recolhidos em escavação por Pimenta e Mendes, já estudados e publicados (2013). Por outro lado, a ocupação prolongada do sítio associada às condições de recolha dos materiais, levanta inevitavelmente dificuldades na atribuição de uma cronologia concreta a estes cossoiros. Contudo, pareceu importante e relevante a sua

análise, uma vez que se trata apesar de tudo, de um conjunto numeroso, proveniente, muito possivelmente, de um contexto doméstico.

4.1. O conjunto

Tendo por base a *Cerâmica utilitária. Normas de inventário Arqueologia* (Cruz; Correia, 2007) constata-se que dos trinta e três cossoiros, 21 são peças inteiras (63.6%) e 12 são fragmentos (36.3%), estando apenas dois decorados (6.6%). Um único é de fabrico manual (3.3%), 21 apresentam cozedura redutora (63.6%), com cor mais acinzentada, e 12 foram cozidos em ambiente oxidante (36.3%), tendo, por isso mesmo, cor mais alaranjada. Do universo de peças estudadas, 26 têm pastas depuradas, com desengordurantes de pequena dimensão (85.8%), e sete são de fabrico mais grosseiro, com maior número de elementos não plásticos e de dimensão superior a 1 mm. (24.1%). A estes dados, junta-se ainda o facto de todas as 33 peças apresentarem uma textura homogénea e ainda de possuírem sinais claros de uso, verificável pelo desgaste à volta do orifício.

4.2. Metodologia da abordagem

Os cossoiros de Porto de Sabugueiro foram inventariados, desenhados e fotografados, tendo-se elaborado uma ficha descritiva para cada um dos exemplares. Nessa ficha, foram descritas as suas características morfológicas e de fabrico, tendo-se tido em atenção a cor, o tipo de cozedura, bem como, a pasta no que se refere à textura, e a quantidade de elementos não plásticos. Foram pesados (apenas os completos) e medidos (diâmetro máximo; espessura máxima; diâmetro do orifício no topo da peça; diâmetro do orifício no fundo da peça; comprimento do orifício). Por fim foram integrados nas tipologias de referência.

4.3. Os dados

Um único cossoiro é de fabrico manual e apenas dois se encontram decorados, sendo que a decoração apresenta motivos simples, já que se trata de pequenos pontos incisos em torno das paredes num e no outro são quatro pontos, no topo, à volta do orifício. No ponto 4.3.4, serão descritos mais pormenorizadamente.

%	63%	36%	6%	3%	63%	36%	21%	78%
Quant.	21	12	2	1	21	12	7	26
	Int.	Frag.	Dec.	F. M.	C. R.	C. O.	D. G.	D. D.

Int. – Inteiros; Frag. – Fragmentos; Dec. – Decorados; F. M. – Fabrico Manual; C. R. – Cozedura Redutora; C. O. – Cozedura Oxidante; D. G. – Desengordurante Grosseiro; D. D. – Desengordurante Depurado

4.3.2. Medidas e pesos

4.3.2.1. Diâmetro máximo

DIÂMETRO MÁXIMO

%	3%	6%	3%	9%	3%	30%	3%	3%	3%	3%	6%	6%	3%	3%	9%	3%	3%
Quant.	1	2	1	3	1	10	1	1	1	1	2	2	1	1	3	1	1
Cm.	2,7	3	3,3	3,6	3,7	4	4,1	4,2	4,3	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9	5	5,2	6,1

Como se pode confirmar pela tabela, os cossoiros exibem diâmetros com valores compreendidos entre os 2,7 cm e os 6,1 cm. Torna-se também evidente o facto de não haver nenhum cossoiro com valores de diâmetro compreendidos entre os 5,3 cm e os 6 cm. Verifica-se ainda que: menos de 3 cm um único cossoiro (3%); entre os 3 cm e os 3,9 cm sete cossoiros (21%); com medidas compreendidas entre os 4 cm e os 4,9 cm vinte cossoiros (60%); no intervalo 5 cm a 5,9 cm quatro cossoiros (12%); com diâmetro superior a 6 cm um cossoiro (3%). Destaca-se o elevado número de cossoiros com 4 cm, cerca de 30% da colecção.

4.3.2.2. Espessura máxima

Apesar de, em alguns dos fragmentos, não ser possível determinar a sua espessura com a clareza desejada, apresenta-se neste ponto, ainda assim, os valores absolutos relativos aos trinta e três cossoiros.

Com espessura mínima de 1,1 cm, um cossoiro (3%); dois com 1,3 cm (6%); um com 1,5 cm (3%); dois com 1,7 cm (6%); um com 1,8 cm (3%); cinco com 1,9 cm (15%); um com 2 cm (3%); dois com 2,1 cm (6%); cinco com 2,2 cm (15%); quatro com 2,3 cm (12%); um com 2,5 cm (3%); três com 2,7 cm (9%); um com 2,8 cm (3%); um com 3,1 cm (3%); dois com 3,2 cm (6%); um com 3,4 cm (3%).

ESPESSURA MÁXIMA

%	3%	6%	3%	6%	3%	15%	3%	6%	15%	12%	3%	9%	3%	3%	6%	3%
Quant.	1	2	1	2	1	5	1	2	5	4	1	3	1	1	2	1
Cm.	1,1	1	1,5	1,7	1,8	1,9	2	2,1	2,2	2,3	2,5	2,7	2,8	3,1	3,2	3,4

Assim, com a menor espessura temos um cossoiro com 1,1 cm e o de maior com 3,4 cm, denotando-se que entre o 1 cm e o 1,9 cm existem 12 cossoiros (36%), com espessuras entre os 2 cm e os 2,9 cm contam-se 17 cossoiros (51%) e com valores superiores a 3 cm estão inventariados quatro cossoiros (12%). De referir, contudo, que a maior concentração de cossoiros se enquadra em espessuras com valores entre 1,9 cm e 2,7 cm, correspondendo a 63% da colecção estudada.

4.3.2.3. Diâmetro do orifício no topo da peça

A determinação do diâmetro do orifício não foi possível em cinco dos fragmentos estudados, devido ao seu estado de conservação.

No total, temos cinco cossoiros com valor indefinido, um com 0,3 cm (3%) de diâmetro, um com 0,5 cm (3%), dois com 0,6 cm (6%), cinco com 0,7 cm (15%), cinco com 0,8 cm (15%), sete com 0,9 cm (21%), quatro com 1 cm (12%), dois com 1,1 cm (6%) e um com 1,2 cm (3%).

DIÂMETRO DO ORIFÍCIO NO TOPO DA PEÇA

%	15%	3%	3%	6%	15%	15%	21%	12%	6%	3%
Quant.	5	1	1	2	5	5	7	4	2	1
Cm.	IND.	0,3	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1	1,1	1,2

O cossoiro com menor diâmetro do orifício no topo tem 0,3 cm, já o diâmetro mais largo tem 1,2 cm, sendo ainda perceptível, que o diâmetro ideal se enquadra em valores estabelecidos entre os 0,7 cm e o 1 cm com 21 cossoiros, correspondendo a cerca de 63%.



1748



1749



1750



1751



1752



1753



1754



1755



1756

Escala 1:2



10 cm



1757



1758



1759



1760



1761



1762



1763



1764



1765

Escala 1:2

10 cm



4.3.2.4. Diâmetro do orifício na base da peça

Os diâmetros do orifício na base da peça são: um com 0,2 cm (3%), um com 0,4 cm (3%), dois com 0,5 cm (6%), oito com 0,6 cm (24%), oito com 0,7 cm (24%), cinco com 0,8 cm (15%), um com 0,9 cm (3%) e dois com 1 cm (6%).

Não foi possível registrar os diâmetros de cinco fragmentos devido ao seu estado de deterioração (15%).

DIÂMETRO DO ORIFÍCIO NA BASE DA PEÇA

%	15%	3%	3%	6%	24%	24%	15%	3%	6%
Quant.	5	1	1	2	8	8	5	1	2
Cm.	IND.	0,2	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1

Analisando o quadro em cima, é por demais evidente que o diâmetro do orifício na base se enquadra, por excelência, em valores entre os 0,6 cm e os 0,8 cm, estando 21 cossoiros com estas medidas (63%).

4.3.2.5. Comprimento do orifício

Os valores do comprimento total do orifício situam-se entre os 0,8 cm e os 3,2 cm, distribuídos da seguinte forma: um com 0,8 cm (3%); um com 0,9 cm (3%); dois com 1,1 cm (6%); um 1,5 cm (3%); dois com 1,6 cm (6%); três com 1,7 cm (9%); quatro com 1,8 cm (12%); três com 1,9 cm (9%); dois com 2 cm (6%); dois com 2,1 cm (6%); dois com 2,2 cm (6%); um com 2,3 cm (3%); um com 2,4 cm (3%); um com 2,5 cm (3%); um com 2,7 cm (3%); um com 2,9 cm (3%); um com 3,2 cm (3%). Não foi possível determinar o comprimento do orifício em quatro cossoiros (12%).

COMPRIMENTO DO ORIFÍCIO

%	12%	3%	3%	6%	3%	6%	9%	12%	9%	6%	6%	6%	3%	3%	3%	3%	3%	
Quant.	4	1	1	2	1	2	3	4	3	2	2	2	1	1	1	1	1	
Cm.	IND.	0,8	0,9	1,1	1,5	1,6	1,7	1,8	1,9	2	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,7	2,9	3,2

Para o comprimento do orifício, e agrupando mais uma vez os dados, com medidas inferiores a 1 cm temos dois cossoiros (6%), entre 1 cm e 1,9 cm temos 15 cossoiros (45%), de 2 cm a 2,9 cm temos onze cossoiros (33%) e um com medida superior a 3 cm (3%), sendo que a maior concentração de cossoiros está entre os tamanhos 1,7 cm e 1,9 cm, correspondendo a 30%, ou seja dez cossoiros.

4.3.2.6. Peso

Recorda-se que cerca de doze peças da coleção são fragmentos de cossoiro e como tal não foram tidas em conta.

Não existindo dois cossoiros inteiros com pesos iguais, optou-se por os agrupar em intervalos de cinco gramas.

Assim, no intervalo até 10 gr., um cossoiro (3%); entre 15/20 gr. dois cossoiros (6%); 20/25 gr. três (9%); 25/30 gr. seis cossoiros (18%); 30/35 gr. um cossoiro (3%); 35/40 gr. dois cossoiros (6%); 40/45 gr. um cossoiro (3%); 45/50 gr. dois cossoiros (6%); 60/65 gr. um cossoiro (3%); 65/70 gr. um cossoiro (3%); 70/75 gr. um cossoiro (3%).

PESO

%	36%	0%	3%	0%	6%	9%	18%	3%	6%	1%	6%	0%	0%	3%	3%	3%
Quant.	12	0	1	0	2	3	6	1	2	1	2	0	0	1	1	1
Gr.	IND.	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75

Quanto ao peso das peças os resultados mostram uma preferência por cossoiros com pesos entre as 20 gr e as 40 gr sendo um total de 14 (42%).

4.3.3. Tipologias

Segundo a tipologia de Castro Curel (1980, p 137 e 138) os cossoiros do Porto do Sabugueiro estão enquadrados nos seguintes tipos:

Cilíndrico B – 1 Cossoiro;

Cilíndrico B1 – 3 Cossoiros;

Cónico C1 – 3 Cossoiros;

Cónico C2 – 3 Cossoiros;

Bicónico de cones iguais Da1 – 5 Cossoiros;

Bicónico de cones iguais Da2 – 2 Cossoiros;

Bicónico de cones desiguais E1 – 1 Cossoiro;

Bicónico de cones desiguais E2 – 3 Cossoiros;

Bicónico de cones desiguais E3 – 12 Cossoiros.

OS COSSOIOS DE PORTO DE SABUGUEIRO, SEGUNDO A TIPOLOGIA CASTRO CUREL

%	3%	9%	9%	9%	15%	6%	3%	9%	36%
Quant.	1	3	3	3	5	2	1	3	12
Tipo	B	B1	C1	C2	Da1	Da2	E	E1	E2

O tipo Cilíndrico (B e B1) representa 12%, do total, com quatro cossoiros, os Cónicos (C1 e C2) são 18% (seis peças), os Bicónico de cones iguais (Da1 e Da2) perfazem um total de 21% (sete cossoiros) e o tipo Bicónico de cones desiguais (E, E1 e E2) cerca de 48% correspondendo a 16 cossoiros.

Através da tipologia mais segmentada de Luís Berrocal-Rangel (1994), os cossoiros de Porto de Sabugueiro estão assim distribuídos:

K1 – 1 Cossoiro;

K1aa – 2 Cossoiros;

K3C1 – 1 Cossoiro;

K3K1 – 1 Cossoiro;

K3K1aa – 7 Cossoiros;

K3K1ba – 2 Cossoiros;

K3P2K1ca – 2 Cossoiros;

P1ba – 2 Cossoiros;

P2 – 1 Cossoiro;

P2aa – 2 Cossoiros;

P2C1aa – 1 Cossoiro;

P3K1aa – 2 Cossoiros;

P3K1ba – 4 Cossoiros;

P3K1ca – 1 Cossoiro;

P3k1da – 2 Cossoiros;
P3P1ba – 2 Cossoiros.

OS COSSOIOS DE PORTO DE SABUGUEIRO, SEGUNDO A TIPOLOGIA LUÍS BERROCAL-RANGEL

%	3%	6%	3%	3%	21%	6%	6%	6%
Quant.	1	2	1	1	7	2	2	2
Tipo	K1	K1aa	K3C1	K3K1	K3K1aa	K3K1ba	K3P2K1ca	P1ba

%	3%	6%	3%	6%	12%	3%	6%	6%
Quant.	1	2	1	2	4	1	2	2
Tipo	P2	P2aa	P2C1aa	P3K1aa	P3K1ba	P3K1ca	P3K1da	P3P1ba

Se seguíssemos a tipologia proposta por M.^a Fátima Silva e Paula Oliveira (1999, p 19) teríamos:
Bicónico com cones desiguais – 8 Cossoiros;
Bicónico com cones iguais – 10 Cossoiros;
Bicónico de transição para bulboso – 2 Cossoiros;
Bulboso achatado – 2 Cossoiros;
Cónico – 5 Cossoiros;
Cónico de transição para bicónico – 2 Cossoiros;
Discóide – 3 Cossoiros; Troncocónico – 1 Cossoiro.

OS COSSOIOS DE PORTO DE SABUGUEIRO, SEGUNDO A TIPOLOGIA M.^a FÁTIMA SILVA E PAULA OLIVEIRA

%	24%	30%	6%	6%	15%	6%	9%	3%
Quant.	8	10	2	2	5	2	3	1
Tipo	B.C.D	B.C.I.	B.T.B.	B.A.	CÓN.	C.T.B.	DISC.	TRONC.

B.C.D. – Bicónico com cones desiguais; B.C.I. – Bicónico com cones iguais; B.T.B. – Bicónico de transição para bulboso; B.A. – Bulboso achatado; CÓN. – Cónico; C.T.B. – Cónico de transição para bicónico; DISC. – Discóide; TRONC. – Troncocónico

Em termos percentuais destacam-se as formas Bicónicas, com 60% das peças, e a forma Cónica, com 15%.

Segundo a tipologia de Teresa Pereira (2013, p 688), os cossoiros de Porto de Sabugueiro estão assim distribuídos:

Cilíndrico B – 2 Cossoiro;
Cilíndrico B1 – 2 Cossoiros;
Cónico Ca1 – 2 Cossoiros;
Cónico Ca2 – 3 Cossoiros;
Bitroncocónico Simétrico Dc1 – 4 Cossoiros;
Bitroncocónico Simétrico Dc2 – 2 Cossoiros;
Bitroncocónico Assimétrico Ea2 – 2 Cossoiros;
Bitroncocónico Assimétrico Eb2 – 1 Cossoiro;
Bitroncocónico Assimétrico Ec – 1 Cossoiro;
Bitroncocónico Assimétrico Ec1 – 4 Cossoiros;
Bitroncocónico Assimétrico Ec2 – 8 Cossoiros;
Bitroncocónico Assimétrico Ee1 – 1 Cossoiro;
Bitroncocónico Assimétrico Inverso Fc2 – 1 Cossoiro.



1766

1767

1768



1769

1770

1771



1772

1773

1774





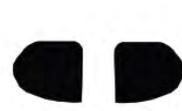
1775



1776



1777



1778



1779



1780



Escala 1:2

10 cm



OS COSSOIOS DE PORTO DE SABUGUEIRO, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE TERESA PEREIRA

%	6%	6%	6%	9%	12%	6%	6%	3%	3%	12%	24%	3%	3%
Quant.	2	2	2	3	4	2	2	1	1	4	8	1	1
Tipo	B	B1	Ca1	Ca2	Dc1	Dc2	Ea2	Eb2	Ec	Ec1	Ec2	Ee1	Fc2

Nesta tipologia as formas B e C correspondem a 12% cada, a forma D a 16%, o tipo E a 51% e o tipo F a 3%. Dentro do tipo E, os subtipos Ec1 (12%) e Ec2 (27%) são os de maior destaque.

4.4. Seis cossoiros em destaque

Há em toda a colecção seis cossoiros que se destacam, um de fabrico manual, dois decorados e quatro pelas suas dimensões e peso.

N.º 1749 – De fabrico a molde, com cor alaranjada (cozedura oxidante) e de pasta mais grosseira, com elementos não plásticos de maiores dimensões. Tem um diâmetro máximo de 6,1 centímetros e uma espessura de 1,9 centímetros. O seu orifício encontra-se centrado e tem 1,2 centímetros de diâmetro no topo, 0,7 centímetros na base e de comprimento 1,9 centímetros. Possui um peso de 69 gramas. É do tipo Cilíndrico B1 e não se encontra decorado.

N.º 1750 – É de fabrico a molde, com cor alaranjada o que é indicativo de uma cozedura oxidante, tendo também uma pasta depurada. Apresenta um diâmetro máximo de 4,9 centímetros e uma espessura máxima de 3,4 centímetros. O orifício está centrado e as suas medidas são: diâmetro no topo 1 centímetro e na base 0,8 centímetros, o comprimento e de 2,9 centímetros. Pesa 72 gramas. A sua morfologia: Bitroncocónico Assimétrico Ea2 e não está decorado.

N.º 1752 – Cossoiro de fabrico a molde, com cor acinzentada e como tal com cozedura redutora. Apresenta desengordurantes de pequena dimensão, ou seja, a sua pasta é depurada. As suas dimensões são: diâmetro máximo 4,7 centímetros e espessura máxima 1,1 centímetro. O orifício está centrado, e tem no topo 0,7 centímetros de diâmetro, na base 0,6 centímetros de diâmetro, apresentando um comprimento de 0,8 centímetros. Tem 30 gramas de peso. O seu tipo é, o Bitroncocónico Assimétrico Inverso Fc2 Este cossoiro encontra-se decorado com oito pontos incisos em seu redor.

N.º 1773 – De fabrico a molde, com cor alaranjada (cozedura oxidante) e de fabrico mais grosseiro, com elementos não plásticos de maiores dimensões do que os anteriores. Apresenta um diâmetro máximo de 4 centímetros e uma espessura máxima de 2,1 centímetros, as medidas do orifício são: diâmetro no topo 0,7 centímetro e na base 0,6 centímetros, o comprimento e de 1,8 centímetros, o orifício está centrado. É do tipo Bitroncocónico Assimétrico Ea2. O cossoiro está decorado com quatro pontos incisos no topo à volta do orifício.

N.º 1777 – Cossoiro de fabrico manual, de cor cinzenta indicativo de cozedura redutora, a pasta é depurada, com desengordurantes de pequena dimensão. Apresenta um diâmetro máximo de 5 centímetros e uma espessura máxima de 1,7 centímetros, o orifício está ligeiramente descentrado e tem como medidas: diâmetro no topo e fundo com 1 centímetro, comprimento 1,7 centímetros. O cossoiro tem um peso de 50 gramas. Morfologicamente é do tipo Cilíndrico B. Não exhibe qualquer decoração.

N.º 1780 – De fabrico a molde e com cor cinzenta indicativo de cozedura redutora, a pasta é depurada tendo desengordurantes de pequena dimensão. As suas dimensões são: diâmetro

máximo 5,2 centímetros e espessura máxima 2,7 centímetros. O orifício está centrado, e tem no topo 2 centímetros de diâmetro, na base 0,7 centímetros de diâmetro e apresenta um comprimento de 2,7 centímetros. A 0,7 centímetros do topo, e formando um ângulo recto com o diâmetro de topo, passa para 0,9 centímetros. Tem 78 gramas de peso. A sua morfologia – Bitroncocónico Assimétrico Ec2 e não está decorado.

5. Considerações finais

No estudo de estes 33 cossoiros destacam -se os seguintes dados: apenas um é de fabrico manual e só dois apresentam decoração; o diâmetro de eleição é os 4 centímetros (30%), sendo de destacar o intervalo situado entre os 4 e os 4,9 centímetros, correspondendo a 60% da colecção; 63% dos cossoiros apresentam espessuras entre os 1,9 centímetros e os 2,7 centímetros; o diâmetro ideal do orifício no topo da peça está entre os 0,7 centímetros e o 1 centímetro (63%); o diâmetro do orifício na base preferido, 63%, possui valores entre os 0,6 centímetros e os 0,8 centímetros; o comprimento do orifício, 30%, valores entre os 1,7 cm e 1,9 cm; o intervalo de peso com maior destaque é entre as 20 e os 40 gramas (42%). Quanto à forma, a Bitroncocónica Assimétrica (Pereira, 2013, p. 688) é a mais utilizada, 52%.

Em toda a bibliografia pesquisada para este trabalho as fusaiolas decoradas estão em grande maioria e em alguns casos, as colecções apresentam todos os cossoiros decorados. A primeira questão que se coloca analisando os dados é, por isso mesmo: por que razão apenas dois cossoiros recolhidos em Porto do Sabugueiro estão decorados? Estaríamos perante a banalização do artefacto, ou um regionalismo?

Um outro facto que se constata é o de haver apenas um cossoiro de fabrico manual, estando assim quase todos fabricados a molde e sem decoração, e se este último facto for indicativo da “banalização” do artefacto, estaremos cronologicamente num período mais tardio?

Extrapolando os dados, verifica-se que para as populações do Porto do Sabugueiro e durante a Idade do Ferro, o cossoiro padrão teria uma forma Bitroncocónica Assimétrica – Ec2 – (Pereira, 2013, p 688), com 4 centímetros de diâmetro máximo, com uma espessura máxima de 2,2 centímetros, o orifício do topo com 0,7 centímetros de diâmetro, o diâmetro do orifício na base com 0,6 centímetros, o comprimento do orifício teria 1,8 centímetros e o peso ideal seria de 30 gramas. Seria este o cossoiro ideal? Estaria de alguma forma relacionado com a eficiência na produção ou com o fabrico de um tipo específico de fio? Estaremos perante uma morfologia “vencedora” que se foi aperfeiçoando ao longo dos tempos? Terão os cossoiros origem no mesmo centro oleiro?

Por último, estes dados poderão ser indicativos de alguma actividade têxtil com fins económicos? A presença destes artefactos pode levar a admitir que a fiação e conseqüentemente a tecelagem ocupavam uma posição de relevo na economia local, satisfeito as necessidades de Porto do Sabugueiro e talvez até abastecendo algum comércio regional?

Sem sombra de dúvida que, em contexto arqueológico, a produção têxtil é duma importância enorme na compreensão do desenvolvimento das sociedades humanas ao longo dos tempos. Espera-se então, que este trabalho, ainda que de forma singela, possa ser um contributo para o conhecimento científico sobre este tema.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. In ALARCÃO, J.; BARROCA, M.; Coordenadores gerais (2012) – Dicionário de Arqueologia Portuguesa. Porto: Figueirinhas.
- BERROCAL-RANGEL, L.; MAFFIOTTE, I.B.; RUIZ TRIVINO, C. (1994) – V. Las Fusayolas. BERROCAL-RANGEL, L., coord. – *El altar prerromano de Castrejon de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual celtico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, p. 201-230.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2003) – El instrumental têxtil en Cancho Roano: consideraciones sobre sus fusayolas, pesas y telares. CELESTINO PEREZ, S., Ed. Científico – *Cancho Roano VIII. Los materiales arqueológicos I*. Merida: Instituto de Arqueologia de Merida/CSIC/Junta de Extremadura, p. 213-297.
- CARDOSO, G. (1990) – O forno de ânforas de Muge. In *Ânforas lusitanas tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de Estudo realizadas em Conimbriga, 1988*. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga. Mission Archéologique Française au Portugal, p. 153-166.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) – O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In *Actas das 1^{as} Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa/Seixal: Publicações Dom Quixote, Câmara Municipal do Seixal, p. 167-178.
- CASTRO CUREL, Z. (1980) – Fusayolas ibéricas, antecedentes y empleo. *Cypsela*. III, p. 127-146.
- COIXÃO, A.; NALDINHO, S. (2011) – A tecnologia têxtil. *Cóaviso, ciência e cultura*. N.º 13, p. 85-107.
- CRUZ, M. D.; CORREIA, V. H. (2007) – *Cerâmica utilitária. Normas de inventário Arqueologia*. Ministério da Cultura / Instituto dos Museus e da Conservação.
- LUÍS, E. (2014) – “Nunca a boa fiadeira ficou sem camisa” Os Cossoiros da Fraga dos Corvos. *Al-Madan Online*. II série. Tomo 1, p. 105-112.
- OLEIRO, J. M. B. (1960) – Achados arqueológicos no Porto Sabugueiro (Muge, Ribatejo). *Conimbriga*. Coimbra. 2-3, p. 291-293.
- PEREIRA, M. A. G. (1975) – Objectos egípcios do Porto Sabugueiro (Muge). *Conimbriga*. Coimbra. XIV, p. 173-176.
- PEREIRA, T. (2013) – Por um Fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaimonte (Monforte/Portugal). ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. e NEVES, C. (coord.). *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 681-691.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista portuguesa de Arqueologia*. Volume 11. Número 2, pp. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*. N.º 2, p. 195-219.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos – Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. N.º 1, p. 39-57.
- PONTE, S. (1978) – Instrumentos de fiação, tecelagem e costura de Conimbriga. *Conimbriga*. XVIII. Coimbra, p. 133-146.
- RODRÍGUEZ CLAVIÑO, M. (1999) – Fusaiolas e fusos no Castro da Graña (Toques, A Coruña). *Revista de Guimarões*. Volume especial II. Guimarões, p. 617-632.
- SILVA, M. (1989) – Estudo tipológico de cossoiros. I – Citânia de Sanfins, Castros de Moldes e de Santo António. *Revista de Ciências Históricas*. Universidade Portucalense. IV. Porto, p. 91-130.
- SILVA, M.; OLIVEIRA, P. (1999) – Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarões*. Volume especial II. Guimarões, p. 633-659.

CARACTERÍSTICAS CERÂMICAS							
N.º	ESTADO GERAL	DECORAÇÃO	TÉC. FABRICO	COR	COZEDURA	TEXTURA	DESENGORDURANTE
1748	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1749	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	GRANULADO
1750	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1751	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1752	INTEIRO	DECORADO	MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1753	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1754	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1755	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1756	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1757	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1758	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1759	FRAGMENTO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1760	FRAGMENTO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	GRANULADO
1761	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	GRANULADO
1762	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1763	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1764	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1765	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1766	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1767	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1768	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1769	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1770	FRAGMENTO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1771	FRAGMENTO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	FINO
1772	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1773	INTEIRO	DECORADO	MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	GRANULADO
1774	INTEIRO		MOLDE	LARANJA	OXIDANTE	HOMOGENEO	GRANULADO
1775	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	GRANULADO
1776	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	GRANULADO
1777	INTEIRO		MANUAL	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1778	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1779	FRAGMENTO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO
1780	INTEIRO		MOLDE	CINZENTO	REDUTOURA	HOMOGENEO	FINO

MEDIDAS E PESOS						
N.º	DIAMETRO MAX.	ESPESSURA MAX.	DIAM. TOPO ORIFICIO	DIAM. FUNDO ORIFICIO	COMPRIM. ORIFICIO	PESO
1748	4,6	1,9	0,9	0,7	1,8	40
1749	6,1	1,9	1,2	0,7	1,9	69
1750	4,9	3,4	1	0,8	2,9	72
1751	4,1	1,5	0,8	0,7	1,1	24
1752	4,7	1,1	0,7	0,6	0,8	30
1753	4	1,7	0,8	0,8	1,7	27
1754	3,6	2,2	0,7	0,7	2,2	30
1755	4,4	2,2	0,7	0,5	2	39
1756	5	2,2	1	0,7	1,8	52
1757	4	2,2	1,1	0,8	1,5	31
1758	4,6	2,3	0,9	0,8	1,8	46
1759	4,5	1,9	0,8	0,6	1,9	19
1760	4	2,3	0,7	0,6	2	26
1761	3	1,9	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	17
1762	4	1,9	0,9	0,7	1,7	31
1763	3,6	2,1	0,6	0,5	2,1	25
1764	2,7	1,3	0,3	0,2	1,1	11
1765	3,7	1,8	0,5	0,4	1,6	24
1766	3	2,3	0,8	0,6	1,6	14
1767	3,6	2,7	0,8	0,7	2,1	10
1768	4,2	2,3	0,9	0,8	2,3	33
1769	4	3,2	INDEFINIDO	INDEFINIDO	3,2	37
1770	4	2,2	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	15
1771	4,3	2	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	17
1772	3,3	2,5	0,6	0,6	2,2	28
1773	4	2,1	0,7	0,6	1,8	30
1774	4,5	2,7	1,1	0,9	1,9	44
1775	4	3,1	0,9	0,6	2,4	28
1776	5	2,8	0,9	0,6	2,5	38
1777	5	1,7	1	1	1,7	50
1778	4	3,2	INDEFINIDO	INDEFINIDO	INDEFINIDO	15
1779	4	1,3	1	1	0,9	10
1780	5,2	2,7	0,9	0,7	2,7	78

➤ O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados

VASCO GIL MANTAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA /CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS

RESUMO

O miliário da Quinta de Santa Teresa, apesar de muito maltratado, permite retomar a discussão em torno da rede viária romana na área de *Ierabriga*, agora enriquecida pelas recentes descobertas no Monte dos Castelinhos.

Conservado numa propriedade particular, o miliário, dos finais do século III, sugere a existência de um segundo itinerário entre *Olisipo* e *Ierabriga*, suficientemente importante para receber uma balizagem completa.

ABSTRACT

The Quinta de Santa Teresa milestone, although badly treated, allows us to resume the discussion about the various Roman network in the area of *Ierabriga*, now enriched by the recent discoveries in Monte dos Castelinhos.

Preserved in a private property, the milestone, from the end of the third century, suggests the existence of a second route between *Olisipo* and *Ierabriga*, sufficiently important to receive a complete mileage marking.

A região ribatejana entre Lisboa e Santarém, pelas suas características naturais e pelo privilegiado enquadramento administrativo que conheceu na época romana, tutelada por uma colónia (*Scallabis*) e por um município romano (*Olisipo*), é incontestavelmente uma das mais ricas em vestígios do período em que Roma geriu a Hispânia. É certo que não abundam os grandes vestígios monumentais, tão procurados pelo turismo, não sem inconvenientes, mas abundam os testemunhos de uma intensa ocupação do território, com características vincadamente rurais. Relativamente pouco estudada até data não muito longínqua, o que transmitia uma imagem modesta, bastante afastada da realidade¹, parte deste vasto território conta agora com numerosos e importantes trabalhos de campo que vão recuperando o conhecimento de um passado de grande actividade e prosperidade². Para isso concorreram, além da reconhecida fertilidade dos campos ribatejanos, sublinhada pelos autores da Antiguidade e recordada encomiasticamente pelos islâmicos³, uma grande facilidade de comunicações terrestres e fluviais com o maior porto da Lusitânia, *Olisipo*, e com o grande centro viário que foi *Scallabis*.

Quase a meio da jornada por terra entre as duas cidades referidas situava-se a povoação de *Ierabriga*, sobre cujo estatuto na época romana persistem dúvidas, embora continuemos a considerá-la como uma aglomeração secundária dependente do município olisiponense, *mansio* situada a 30 milhas de *Olisipo* e a 32 de *Scallabis*, de acordo com as indicações do *Itinerário de Antonino*, a última das quais bastante discutível⁴. As recentes escavações no Monte dos Castelinhos contribuíram com novos dados para a questão um tanto obscura da origem da

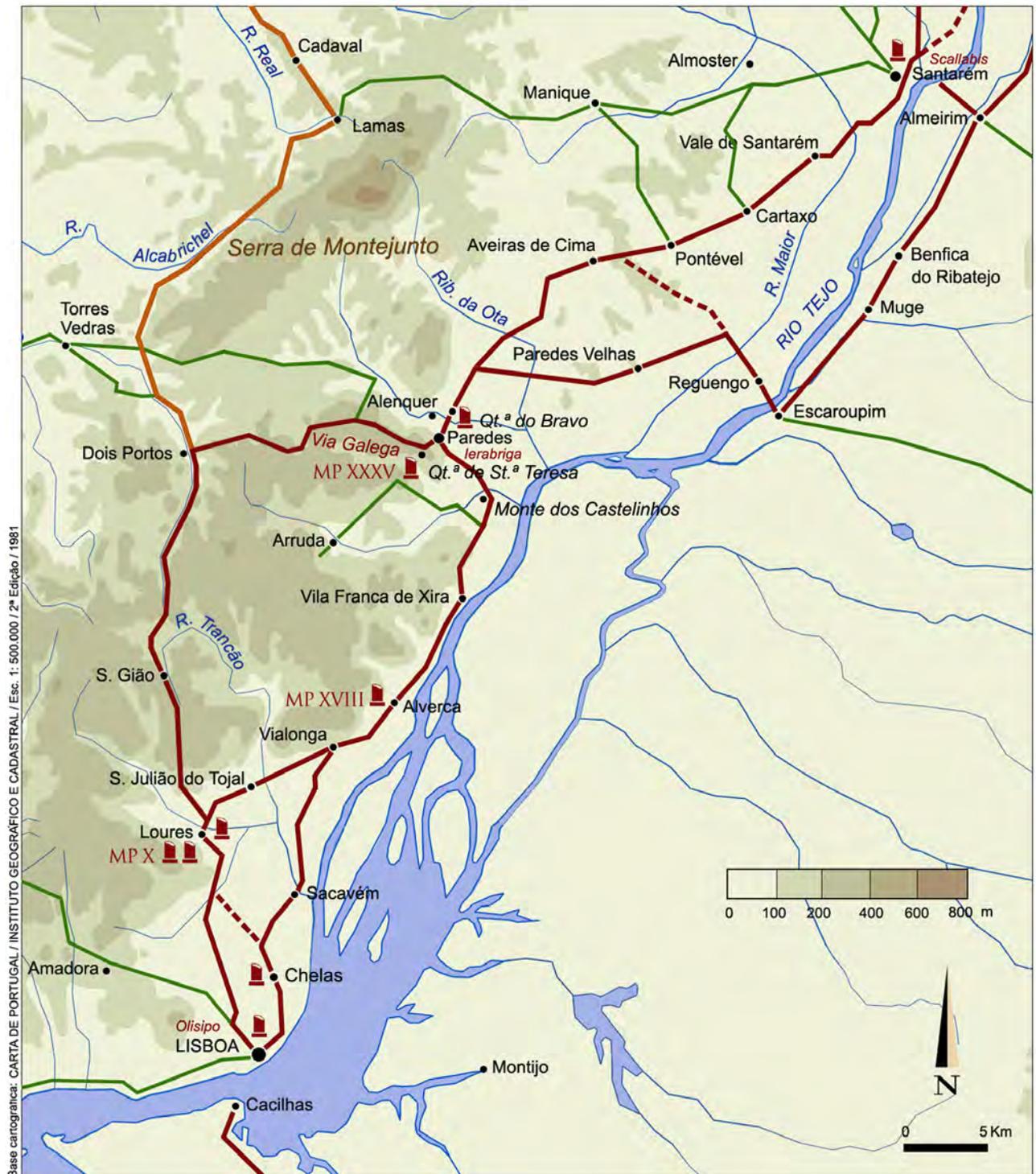
povoação, cujo topónimo, de clara origem céltica, aconselha um local elevado⁵. Assim, parece possível que a povoação tenha sido transferida do local anterior, o Monte dos Castelinhos, para a área de Paredes / Sete Pedras, no século I. Cremos que a dinâmica viária própria da época romana terá influenciado, como em tantos outros casos conhecidos, a transferência da povoação, surgindo em consequência um *vicus* que terá preservado o topónimo.

Tivemos já oportunidade de abordar, com maior ou menor desenvolvimento, a temática da rede viária romana na área de *Ierabriga*. O traçado das estradas principais, em particular da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*, na verdade o primeiro troço da grande via de ligação *Olisipo-Abelterium-Emerita*, é relativamente fácil de delinear, não tanto pelos vestígios sobreviventes no terreno, raros⁶, mas sobretudo devido ao recurso à aerofoto-interpretação dos fotogramas do voo USAF 1958, cuja escala quase idêntica à da Carta Militar de Portugal (1/25000) facilita particularmente a análise do território. A simples comparação com fotogramas actuais permite avaliar sem dificuldade a razão da opção pela cobertura de 1958, sem desprezar, naturalmente, as formidáveis vantagens agora oferecidas pelas imagens de satélite, que permitem uma análise da evolução da paisagem, significativa na área que nos interessa.

Elemento essencial para o estudo da rede viária romana são os miliários, em primeiro lugar para a definição dos traçados principais⁷. Todavia, a sua repartição é muito desigual, como se verifica com facilidade no território português, onde se conhecem muitas dezenas a norte do Douro enquanto para todo o Algarve apenas se registou um destes monumentos (*IRCP* 660), e isto apesar de por lá passarem vias incluídas no *Itinerário de Antonino*. Os azares da reutilização ou da destruição podem alterar o cenário viário antigo, deixando-nos um vazio difícil de interpretar, mesmo considerando que a estradas secundárias, numerosas e mal conhecidas, nem sempre dispunham de uma balizagem regular. Como veremos, porém, a presença de miliários não é suficiente para esclarecer determinados problemas viários e de geografia antiga, tanto mais que quase sempre se encontram deslocados do seu local original de implantação, o que se tem prestado com frequência ao jogo das supostas localizações desta ou daquela povoação ou à defesa de valores diferentes para a milha romana⁸.

Entre *Olisipo* e *Scallabis* conta-se um total de nove miliários confirmados, incluindo o da Quinta de Santa Teresa, ainda que nem todos se conservem fisicamente. Reconheçamos que é pouco para este trajecto, mesmo que rectificado, mas não muito diferente da média de outras vias importantes, sobretudo em regiões de densa e continua ocupação humana como é esta área do vale do Tejo. É interessante verificar que a maioria destes miliários é relativamente tardia, com uma aparente ausência de monumentos viários do século I. Assim, temos miliários em Lisboa, Chelas, Loures (3), Alverca, Quinta do Bravo (Alenquer), Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e Santarém. Estas localizações correspondem *grosso modo* ao traçado geral da via, ainda que a falta de indicação das distâncias na maior parte deles dificulte uma maior precisão. **FIG. 1**

A zona de implantação de *Ierabriga* conta com dois miliários, o da Quinta de Santa Teresa e o muito conhecido da Quinta do Bravo (*CIL* II 4633). Este é um monumento de Adriano, de excelente gravação, infelizmente sem indicação miliária, datado de 135 e com a referência *Refecit*, confirmando a passagem da estrada, talvez recordada ainda nos microtopónimos Trajana e Triana, perto do local do achado, provavelmente denunciando outros marcos de *Traianus Hadrianus*. Recordamos aqui que no registo de entradas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde foi recolhido o miliário da Quinta do Bravo, consta a entrada de um segundo miliário, truncado⁹, onde apenas seria possível ler a indicação miliária, 32 milhas¹⁰, distância que o colocaria, correctamente a duas milhas para lá de *Ierabriga*. Por



Base cartográfica: CARTA DE PORTUGAL / INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL / Esc. 1: 500.000 / 2ª Edição / 1981

Figura 1
Os nove miliários da região entre Olisipo e Scallabis.

outro lado, não cremos possível que a referência com a cota 47 no *Catálogo* de 1891, *Marco milliario da época de Trajano (já partido)*; encontrou-se em Alenquer: oferecido pelo sr. José da Cunha Peixoto, refira um miliário distinto do que se achou na Quinta do Bravo¹¹, aliás oferecido ao Museu por José da Cunha Peixoto. A cota 3861 no *Catálogo* de 1891 refere um miliário de imperador difícil de precisar, sem indicação de distância: *Marco milliario da época do imperador Augusto, achado em Alenquer: oferecido pelo socio sr. José da Cunha Peixoto*¹². Seja como for, e por agora mantem-se a dúvida, estes miliários devem ser atribuídos a uma reforma da via pelo imperador Adriano.

A estação seguinte, *Scallabis*¹³, devido à distância excessiva que o *Itinerário* concede para o percurso a partir de *Ierabriga*, 32 milhas (48 quilómetros), suscita uma persistente e difícil questão. Se não quisermos optar por aceitar um trajecto de 26 milhas, presente no códice *Florentinus Laurentianus*¹⁴, como poderemos conciliar as 32 milhas com o percurso no terreno? Situando *Ierabriga* em Vila Franca de Xira ganharíamos espaço suficiente para resolver o problema¹⁵, mas daí resultaria um erro por defeito em relação ao caminho entre *Olisipo* e *Ierabriga*. A presença de miliários a norte do Tejo desvaloriza a possibilidade da indicação consagrada pela maioria dos códices e pela sua repetição em duas vias diferentes corresponder a um traçado alternativo pela margem esquerda, que existiu e cuja extensão corresponde *grosso modo* às 32 milhas em causa.

Creemos, apesar das dificuldades que esta solução apresenta, admitir que a distância maioritariamente indicada nos códices do *Itinerário* corresponda a um lapso, aliás dos mais vulgares, tanto mais que 26 ou 27 milhas são suficientes para cobrir o caminho até Paredes / Sete Pedras, localização que se acomoda com as distâncias indicadas nos miliários de Almoínhas e Alverca, este a cerca de 12 milhas de *Ierabriga*, considerando a distância de 30 milhas. Não é impossível, todavia, que a *mansio* original se situasse um pouco mais a sul, talvez perto do Monte dos Castelinhos, a exemplo do sucedido com *Castra Caecilia* e *Norba Caesarina* (Cáceres)¹⁶. Devemos sublinhar que a mancha constituída pela dispersão de vestígios de época romana é particularmente densa na área a nascente do Monte dos Castelinhos, reflectindo a passagem da estrada. Qualquer miliário que ficasse a norte de *Ierabriga* marcaria sempre distâncias superiores a 30 milhas, até a estrada tocar a fronteira com a colónia escalabitana, provavelmente na zona da Ribeira da Ota, a partir de onde se registariam miliários teoricamente indicando valores inferiores. Este aspecto é importante no caso do miliário da Quinta de Santa Teresa, como veremos, pois a distância que terá indicado dificilmente concorda com este traçado da via.

Antes de tratarmos especificamente do monumento da Quinta de Santa Teresa, julgamos necessário referir outro possível miliário no troço da via a sul de Paredes / Sete Pedras. Em carta de Fevereiro de 1987, o então director do Museu de Alenquer, João Gomes, comunicou-nos existir um miliário reutilizado num muro de uma quinta, o qual seria de Vespasiano. Infelizmente, apesar dos esforços para reencontrar a referida carta, de que sobrevive o envelope, tal não se concretizou ainda, resultando também infrutíferas as buscas efectuadas no arquivo do Museu Hipólito Cabaço¹⁷. Considerámos, apoiados apenas na memória, que o miliário se acharia numa propriedade algures na Barradinha, onde João Gomes escavou cerca de 1980. Ora, considerando que na Barradinha não há qualquer referência a miliários, não nos parece impossível que o monumento que João Gomes nos indicou, e que nunca visitámos por dificuldades várias¹⁸, se localize não muito longe da Quinta da Barrada, microtopónimo fácil de confundir com aquele que referimos acima.

Em buscas de última hora reencontrámos uma lista de miliários a fotografar para a nossa tese de doutoramento e lá deparámos, em quinto lugar a partir de Lisboa, com a seguinte anotação: *Alenquer. Quinta à direita da estrada para o Carregado. Vespasiano?* Embora pareça dever interpretar-se o sentido da estrada como Alenquer- Carregado, não é possível, na ausência de outros elementos de localização, garantir que assim seja, o que, aliás, não alteraria praticamente nada a reconstituição do traçado da via romana, que parece contar com mais um miliário à espera de reencontro na área entre Carregado e a Quinta das Sete Pedras. Um miliário dos Flávios num local relativamente perto do Monte dos Castelinhos pode reflectir trabalhos viários associados a alterações no povoamento pelos finais do século I, estabelecendo um lapso de tempo suficiente para que Adriano, mais de meio século depois, procedesse a trabalhos de manutenção ou rectificação da via.



Figura 2
O miliário da Quinta de Santa Teresa (foto João Pimenta).

Deixamos aqui a informação, esperando reencontrar a carta em falta, que publicaremos na primeira oportunidade através desta revista. A concretizar-se a hipótese de se tratar de um marco flaviano, ainda que não obrigatoriamente de Vespasiano, pouco representado na epigrafia viária da Lusitânia portuguesa, seria o mais antigo da estrada *Olisipo-Ierabriga-Scallabis*, não se repetindo ao longo de todo o itinerário *Olisipo-Bracara Augusta*. A referência a Vespasiano obriga a descurar a hipótese desta atribuição resultar da presença do gentílico *Flavius*, aliás vulgar na onomástica de imperadores do século IV, pois os governantes da dinastia flávia não o utilizam nas inscrições viárias, pelo menos na Hispânia, como se verifica através de alguns dos grandes levantamentos da epigrafia latina peninsular¹⁹. FIG. 2

A Quinta de Santa Teresa situa-se na freguesia de Alenquer, a cerca de um quilómetro da zona de Paredes / Sete Pedras, que lhe fica a nascente e na propriedade já se tinham registado outros vestígios romanos²⁰. O miliário, bastante maltratado, foi achado nos inícios dos anos oitenta do século passado durante o derrube de um anexo agrícola, oculto nos alicerces do edifício então demolido²¹. Em 1987 surgiu a primeira notícia sobre o monumento, uma simples referência sem qualquer proposta de interpretação²². Não queremos deixar de notar que a data é idêntica à da nossa correspondência com João Gomes, embora as circunstâncias do achado e a localização dos dois monumentos afastem a possibilidade de se tratar do mesmo miliário. O marco, tendencialmente cilíndrico e em calcário, encontra-se quebrado, com perda total da parte superior do campo epigráfico, onde se encontrava a identificação do imperador, assim como do texto à esquerda, acusando também acentuada erosão à direita, complicando sobremaneira a reconstituição do letreiro (Fig.2). Originalmente, considerando as linhas em falta, o miliário teria cerca de 1,10 / 1,20 m de altura, o que se coaduna com uma datação baixa. A preservação do monumento está garantida em excelentes condições na casa da quinta. Agradecemos muito cordialmente ao Senhor General Heitor Almendra, ilustre proprietário da Quinta de Santa Teresa, as facilidades concedidas para a análise do miliário, bem como o apoio do nosso colega e amigo Dr. João Pimenta, a quem devemos o convite para estudar o monumento.

Achado e paradeiro: Quinta de Santa Teresa, Alenquer.

Dimensões: 69 x 30

Campo epigráfico conservado: 32 x 20

[PONT(*ifex*)] MAX(*imus*) [...] / [TRIB(*unicia*)] POTE[ST(*ate*)] [...] / [P]AT(*er*).
PATR(*iae*) / [...] [PROC]ONS(*ul*) [...] / [XX]XV
[...] [Pontifice] Máximo [...] / revestido do Poder Tribunício [...] / Pai da Pátria / Pro-
cônsul *vel* Cônsul / 35 Milhas

Bibliografia e variantes

Melo, Guapo e Martins, 1987, p.284; Pimenta et alii, 2015, p.130

MAX / ...POT / ...ATPATR / ...NS / ...XV

Altura das letras: l.1: 5,24; l.2: 6,34 / 5,5; l.3:5,51 / 4,96; l.4: 5,5; l.5: 8. Espaços: e.1: ? ; e.2: 1; e.3: 1; e.4: 1; e.5: 37

Desenvolvemos a leitura possível nesta inscrição, admitindo a sua redacção em nominativo, na ausência de indícios do uso de outro caso, em especial o dativo. A epígrafe não permite identificar o imperador, uma vez que a titulatura conservada é pouco significativa e totalmente desprovida de indicações cronológicas. Na l.4. reconstituímos a palavra Procônsul, sem deixar totalmente de lado a alternativa Cônsul. A titulatura é frequente, embora a referência na l.3. ao título honorífico Pai da Pátria, cuja leitura não nos parece levantar dificuldades de maior, anteceda a indicação do exercício do proconsulado ou consulado. Tratando-se de um miliário relativamente tardio estes deslizes na boa ordenação dos textos são aceitáveis. Recordamos, por exemplo, que alguns miliários do Alentejo (*IRCP* 674, 677) e o miliário do tetrarca Maximiano, talvez de 292, achado em Tomar e hoje em Lisboa no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Fig.3), indicam igualmente o título Pai da Pátria antes da referência ao Proconsulado (*CIL* II 4960 = 6198)²³.

A paginação procurou alguma regularidade, sem grande resultado. Letra de tipo monumental, de dimensão variável e fraca qualidade. O *ductus* é vertical, descaindo as linhas para a direita. Os travessões do A são nítidos e a haste superior do T relativamente larga. O desenho do S é serpentiforme, particularmente distorcido, e a letra O tende para uma forma elíptica, notando-se uma provável forma reduzida na l.4. Vestígios de ápices numa ou noutra letra. Na l.3., a grafia do título Pai da Pátria é de menor dimensão, contrariamente ao destaque atribuído, como é de norma, à indicação da distância. Para esta, a paginação do texto sugere mais dois algarismos além dos que se conservaram. A grafia *Procons(ul)* ou *Cons(ul)*, embora pouco vulgar, ocorre no miliário de Tomar que já referimos, cuja epígrafe inclui os dois títulos. FIG.3

O tipo de letra sugere pontualmente maior antiguidade para o miliário da Quinta de Santa Teresa, mas cremos poder atribuí-lo a um imperador do século III, talvez mesmo a Maximiano, atendendo a algumas coincidências paleográficas e ao facto da maior parte dos miliários hispânicos deste tetrarca corresponderem a achados no território português. Aceitando que a distância indicada é de 35 milhas, o marco situar-se-ia para além das 30 milhas que o *Itinerário* concede ao caminho entre *Olisipo* e *Ierabriga*, o que nos sugere uma solução alternativa, pois é difícil a concordância deste valor com o traçado da estrada ao longo do Tejo e com a localização do achado.

Reconstituímos a indicação miliária como 35 milhas a partir da localização, quer da área de Paredes / Sete Pedras, quer da obscura referência a um miliário com a indicação 32 milhas achado num local ignorado, ainda que talvez da área de Alenquer. Se o marco da Quinta de Santa Teresa estivesse três milhas para além deste, a duas milhas de *Ierabriga*, ficaria muito longe do seu paradeiro actual e a mais de sete quilómetros da referida estação viária. Uma redução para 25 milhas, pois 15 milhas parece totalmente fora de questão, mesmo admitindo a presença da sigla MP antes dos numerais, dificilmente coincidiria com as *capita viarum* disponíveis na zona, *Olisipo* e *Scallabis*²⁴. Como as 35 milhas ultrapassam as distâncias admissíveis, quer a partir de Lisboa²⁵, quer a partir de Santarém, cremos que o miliário pertenceu a uma balizagem com início em *Olisipo*, mas que se situaria em via diferente da citada pelo *Itinerário*. Assim, propomos considerá-lo implantado num ramal da estrada entre *Olisipo* e *Conimbriga* sugerida por Plínio²⁶, a qual abandonaria em Dois Portos para, pela chamada Via Galega²⁷, ganhar a estação viária de *Ierabriga*, com este percurso a uns 54 quilómetros de *Olisipo* ou seja, 36 milhas romanas. Na ausência de novos dados, pensamos que esta possibilidade permite interpretar de forma lógica a distância de 35 milhas que cremos indicada no miliário da Quinta de Santa Teresa, implantado quase no final deste



Figura 3
O miliário de Maximiano, de Tomar, no Museu do Carmo (foto Delfim Ferreira).

deverticulum, na proximidade imediata de *Ierabriga*, o que concorda com a indicação de 10 milhas presente no miliário de Licínio achado em Almoínhas, Loures.

Devemos recordar também a possibilidade do traçado da estrada ter sofrido uma rectificação na época de Adriano, cujos trabalhos estão aqui bem documentados (Fig.4), tal como aconteceu no troço galaico do itinerário *Olisipo-Bracara*, exactamente por iniciativa de Adriano²⁸. Todavia, esta rectificação dificilmente alteraria de forma radical as distâncias relativas a *Ierabriga*, mesmo considerando que, em determinada altura, a estação viária ficaria um pouco a sul, perto do Monte dos Castelinhos. De tudo isto resulta clara a necessidade de prosseguir a prospecção arqueológica na região, onde, para além de todas as dúvidas ainda

subsistentes, se afirma a importância de *Ierabriga* como grande nó de comunicações, primeira *mansio* de três grandes itinerários²⁹, valorizada pelo fácil acesso ao Tejo, sem olvidar os caminhos secundários que daqui partiam, quer para ocidente, quer para terras transtaganas. O miliário da Quinta de Santa Teresa representa mais um contributo para o conhecimento desta rede viária, comprovando que mesmo as “migalhas de epigrafia romana”, como lhes chamava o Padre Martins Capela³⁰, são relevantes quando tratamos das coisas e dos homens de há quase dois milénios³¹. FIG. 4

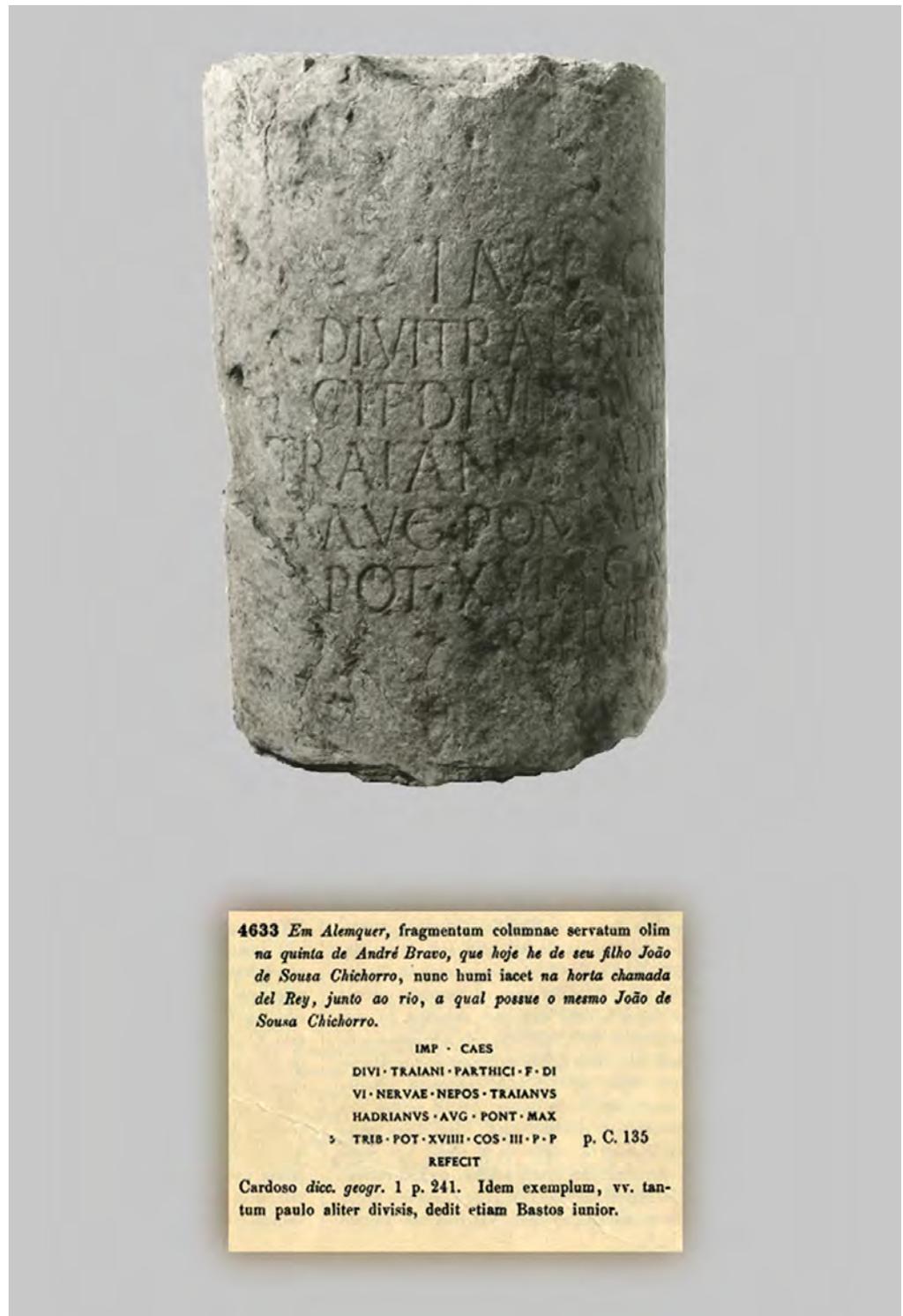


Figura 4
 O miliário de Adriano,
 da Quinta do Bravo
 (Museu do Carmo).

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV (1891) – *Catálogo do Museu de Arqueologia da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa.
- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. 2 (2). Warminster.
- Al-Himiari (1938) – *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab al-Rawd al-mitar* (trad. Levi Provençal). Leida.
- CALAIS, C. (coord.) (2014) – *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*. Coruche.
- CAPELA, M. M. (1895) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Porto.
- CUNTZ, O. (1927) – *Itineraria Romana*. 1. Lipsia.
- DOMINGOS, J.; GOMES, J. (1994) – Objectos histórico-arqueológicos no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p.229-237.
- EDRISI (1968) – *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (trad. R. Dozy e M. J. de Goeje). Leida.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2010) – O miliário como documento. *Pallas*. N.º 82, p.385-394.
- FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (coords.) (2014) – *Actas do Congresso Conquista e romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3.
- GARCÊS, T.; SOUSA, C. de (1927-1928) – Inscrições romanas do Museu do Carmo. *Arqueologia e História*. N.º 6, p.16-24.
- GUERRA, A. (1995-1997) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. *Boletim Cultural Cira*. N.º 7, p.155-167.
- ITINERARIUM ANTONINI AUGUSTI (ed. Wesseling) (1735) – *Vetera Romanorum Itineraria*. Amesterdão.
- MANTAS, V. (1996) – *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Policopiado.
- MANTAS, V. (2011) – *As vias romanas da Lusitânia*. *Studia Lusitana*. N.º 7. Museu Nacional de Arte Romano. Mérida.
- MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. *CIRA Arqueologia*. N.º 1, p. 7-23.
- MANTAS, V. (2012a) – Os miliários como fontes históricas e arqueológicas. *Humanitas*. N.º 64, p.139-169.
- MANTAS, V. (2015) – Os miliários de Adriano da via Bracara-Cale. *Portugália*. N.º 36, p. 231-248.
- MARTÍN DE CÁCERES, E. C. (2004) – La Vía de la Plata en Extremadura. Observaciones históricas y arqueológicas. *Las Comunicaciones en Lusitania Romana*. Madrid, p.191-194.
- MELO, A.; GUAPO, A.; MARTINS, J. (1987) – *O Concelho de Alenquer. Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*. 4. Alenquer.
- PIMENTA, J. (2012) – (coord.) *Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. CIRA Arqueologia. N.º 1.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PUERTA TORRES, C. (1996) – *Los miliários de la Vía de la Plata*. 1. Madrid. Dissertação de Doutoramento. Policopiado.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. (2004) – *Miliários e outras inscrições viárias romanas do noroeste hispânico*. Santiago de Compostela.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975) – *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. (1985) – El caso de Norba Caesarina y sus contributas Castra Servilia e Castra Caecilia. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. N.º 21, p. 61-75.
- SANTOS, D. e PIMENTA, J. (coords.) (2013) – O Tejo, palco de interacção entre Indígenas e Fenícios. *CIRA Arqueologia*. N.º 2.
- SILLIÈRES, P. (1990) – *Les voies de communication de l'Hispanie Méridionale*. Paris. Diffusion de Boccard.

NOTAS

- ¹ Alarcão, 1988, p.110-123, mapa 5.
- ² Por exemplo: Pimenta, 2012; Santos e Pimenta, 2013; Fabião e Pimenta, 2014; Calais, 2014.
- ³ Al-Himiari, 1938, p.129; Edrisi, 1968, p.225-226.
- ⁴ Mantas, 2011, p.162-165, 176-177.
- ⁵ Pimenta, 2015.
- ⁶ Mantas, 2012, p.7-23.
- ⁷ Encarnação, 2010; Mantas, 2012a.
- ⁸ Roldán Hervás, 1975, p.32-34; Sillières, 1990, p.58-63.
- ⁹ Domingos e Gomes, 1994, p.232.
- ¹⁰ Garcês e Sousa, 1927-1928, p.22.

- ¹¹ AA.VV, 1891, p.5.
- ¹² AA.VV, 1891, p.112.
- ¹³ *Itinerarium Antonini Augusti*, 420.1; 421.2.
- ¹⁴ Trata-se de um manuscrito do século X: Cuntz, 1927 (R. *Florentinus Laurentianus* 89.67).
- ¹⁵ Guerra, 1995-1997, p.155-167.
- ¹⁶ Sayas Abengochea, 1985, p. 61-75; Martín de Cáceres, 2004, p.191-194.
- ¹⁷ Agradecemos cordialmente ao Dr. Filipe Rogeiro as buscas no fundo arquivístico do Museu.
- ¹⁸ Apesar de várias tentativas não foi possível obter autorização da proprietária da quinta para ver o marco. Como o tempo foi passando deixámos entretanto a questão em suspenso.
- ¹⁹ Sillières, p. 168; Puerta Torres, 1996, p.159; Rodríguez Colmenero, et Al., 2004, p.772-774.
- ²⁰ Melo, et Al., 1987, p.284.
- ²¹ Segundo informação do Snr. General Heitor Almendra ao Dr. João Pimenta.
- ²² Melo, Guapo e Martins, p.284.
- ²³ Algumas das peculiaridades do texto foram rapidamente notadas: AA.VV, *Catálogo*, p.4, 123; Mantas, 1996, p.304-308.
- ²⁴ É certo que a indicação de 25 milhas, mesmo considerando uma possível deslocação do marco, reforçaria significativamente a veracidade da indicação do códice *Florentinus Laurentianus*.
- ²⁵ A não ser que o consideremos trazido de um local bastante afastado do seu paradeiro actual, eventualmente na área de fronteira do território olisiponense com o escalabitano.
- ²⁶ Plínio-o-Velho, *N.H.* 4.113.
- ²⁷ Entre Moncova e Calçada este eixo viário serve de limite aos concelhos de Torres Vedras e de Alenquer, a norte, e de Sobral de Monte Agraço, a sul, circunstância que reflecte a sua antiguidade. O hodónimo Dois Portos reflecte a junção das duas estradas. Este lugar conta com importantes vestígios romanos, nomeadamente inscrições de uma família de magistrados olisiponenses (*CIL* II 187, 284).
- ²⁸ Mantas, 2015, p.231-248.
- ²⁹ Roldán Hervás, p.35, 65-68.
- ³⁰ Martins Capela, 1895, p.245.
- ³¹ Referências abreviadas no texto: *CIL* = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim; *IRCP* = *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo, em especial o desenho do mapa. Um reconhecimento especial ao Dr. João Pimenta pelo convite para estudar este monumento.

➤ A cerâmica comum da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira

CAROLINA GRILO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA. RAMOSGRILO.CAROLINA@GMAIL.COM

CÉZER SANTOS ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL E CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA. CEZER.SANTOS@GMAIL.COM

RESUMO

A *villa* romana de Povos está localizada no concelho de Vila Franca de Xira, no vale do Tejo. Aí decorreram, entre os anos 80 e 90 do século passado, trabalhos arqueológicos que determinaram uma longa diacronia de ocupação de cronologia romana.

Das intervenções resultou um conjunto diversificado de espólio de cronologia romana, onde se incluem ânforas, cerâmicas finas, vidros, *terra sigillata* e cerâmica comum. O presente artigo pretende apresentar, de forma sintética, o conjunto de cerâmica comum de âmbito local e regional e contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre estas produções no Vale do Tejo.

ABSTRACT

The roman *villa* of Povos is located in Vila Franca de Xira, in the Tejo valley. The site underwent archaeological fieldworks between the 80s and the 90s decades of the last century, unraveling an intense roman occupation, from the Roman republican period until Late Empire.

The objects associated with the roman occupation were abundant and diversified, including amphorae, fine ware, *terra sigillata*, glass and common ware. In this article, we present the local and regional common ware, discussing its significance in the context of these productions in the Tejo Valey.

1. Introdução

O local denominado como *villa* romana de Povos foi alvo de trabalhos arqueológicos de salvamento na década de 80 do século passado, iniciados pelo departamento de arqueologia do então IPPC, na sequência da realização de obras de saneamento na área urbana de Povos do Ribatejo.

No seguimento daquelas ações, o município, através do museu municipal, encetou um programa de escavações arqueológicas decorridas entre 1984 (Ferreira, 1984) e 1987 (Parreira, 1986; 1987-88) e posteriormente em 1990 (Calais, 1993-1994) que procuraram determinar a natureza dos vestígios e da ocupação do local, tendo documentado uma sucessão estratigráfica de cronologia romana, composta genericamente por três fases de ocupação (Idem, 1993-1994): a fase mais antiga, associada a estruturas habitacionais (muros e estruturas de combustão) de cronologia Alto-imperial, centrada na primeira metade do século I d.C. (Período I); uma segunda fase correspondente à edificação da designada *villa*, com diferentes momentos construtivos e níveis de ocupação (camadas 5a

e 5b) e derrubes (camada 6), situada entre os finais do século I e o século III d.C. (Período II); finalmente, uma terceira fase de remodelação e construção de um edifício mais recente num momento indeterminado no século III, que culmina no abandono do local no século V d.C. (Período III).

Das distintas intervenções então efetuadas resultou um abundante e diversificado espólio arqueológico que foi dado à estampa na sua quase totalidade através de publicações dedicadas aos conjuntos anfóricos (Banha, 1991), à *terra sigillata* (Dias, 1998; Silva, 2012), aos almofarizes importados (Quaresma, 1997-1998) e à cerâmica de paredes finas, lucernas e artefactos em osso e metal (Reis, Sepúlveda, 2003), restando as moedas, os vidros e a cerâmica comum, objeto do presente estudo. FIG. 1



Figura 1
Localização de Povos
na região do Baixo
Tejo

1.1. A cerâmica comum no Baixo Tejo

No âmbito da cerâmica comum romana, contamos ainda com poucos dados para o conhecimento destas produções no Vale do Tejo. Com exceção do trabalho de Jeanette Nolen (1988) centrado no estudo da cerâmica comum da *villa* romana do Alto do Cidreira, o estudo em contexto de produção da cerâmica comum da olaria da Quinta do Rouxinol, Seixal, elaborado por um dos signatários (Santos, 2011) e alguns artigos recentes (Silva, 2015; Silva, no prelo; Silva, Nozes, Miranda, 2015; Quaresma, no prelo) as menções a esta “classe” cerâmica têm estado centradas maioritariamente na sua caracterização morfo-tipológica e menos na problemática da sua produção, consumo e distribuição no contexto regional. Diversas circunstâncias concorrem para este facto. Desde logo, a transversalidade cronológica e formal intrínseca destas produções, com limitações evidentes quanto à sua caracterização como indicador contextual. Por outro lado, a natureza da informação disponível, marcada pela ausência de contextos publicados de forma exaustiva e pelo teor desigual da informação traduzido maioritariamente em informações de cariz preliminar ou em referências a estas produções no âmbito de estudos centrados em outros conjuntos cerâmicos, aos quais devemos acrescentar o conhecimento ainda muito incipiente sobre os seus locais de produção e de consumo.

2. A cerâmica comum de Povos

2.1. Composição da amostra: Princípios de quantificação e classificação

O conjunto artefactual estudado é constituído por 464 fragmentos de cerâmica comum de produção local/regional, cinco exógenos e quatro indeterminados, composto essencialmente por bordos e apenas alguns fundos, os quais foi possível enquadrar num modelo tipológico particular. A grande maioria das peças apresenta-se muito fragmentada e de dimensão reduzida, dificultando, em muitos casos, a interpretação da morfologia do objeto como indivíduo completo.

O princípio metodológico seguido para a análise desta coleção teve como base o estudo realizado num dos principais centros oleiros conhecidos do Baixo Tejo (Santos, 2011), a cerâmica de produção local da olaria romana da Quinta do Rouxinol. Ao seguir-se a mesma metodologia torna mais eficaz o enquadramento crono-morfológico das formas cerâmicas dentro do mesmo espaço geográfico, contribuindo de forma cumulativa para o conhecimento deste tipo de produção na região.

Foram registados diversos parâmetros dos fragmentos: Forma e variante tipológica, segundo a lógica da terminologia tipológica das cerâmicas da Quinta do Rouxinol (*Idem*, 2011, p. 36 e 37); caracterização macroscópica dos fabricos cerâmicos; determinação do diâmetro de bordo; identificação da percentagem de diâmetro de bordo conservado (permite contabilizar a estimativa de equivalente de peça, cálculo não realizado neste estudo devido ao pequeno tamanho da amostra) e posicionamento crono-estratigráfico dos indivíduos.

2.2. Fabricos

Com a exceção de cinco peças, os materiais estudados são maioritariamente de origem regional, cerca de 99% do conjunto.

No quadro das produções locais, identificaram-se três matrizes cerâmicas diferentes pertencentes ao grupo regional do Baixo Tejo, compostas por pastas não calcárias, caulínicas e pastas de eventual mistura.

Grupo 1 – Pastas de matriz não-calcária de cor castanho alaranjado com textura variável, podendo ir do fino ao grosseiro. A dureza é frequentemente branda, mas ainda assim com uma presença assinalável de pastas duras, sendo as muito duras raras. Os elementos não plásticos são essencialmente:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a elevada;
- Palhetas de moscovite com um tamanho que varia entre o fino e o médio e uma presença significativa;
- Pequenos picos ou nódulos maiores avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida. A dimensão pode variar entre o fino e o muito grosseiro;
- Podem surgir, mas muito raramente, pequenos pontos, nódulos ou estriamentos brancos decorrentes da contaminação de pastas brancas presentes nas olarias (Santos, 2011, p. 38).

Grupo 2 – Pastas de matriz caulínica de cor bege ou branca com uma textura que pode variar entre média e fina, por vezes pode apresentar vacúolos. A dureza é geralmente branda, porém em peças bem cozidas pode ser bastante dura. Os elementos plásticos são:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a reduzida;
- Palhetas de moscovite pequenas e com uma presença média;
- Elementos rochosos angulosos ou subarredondados de coloração avermelhada de dimensão muito pequena. A frequência é igualmente reduzida;
- Podem surgir alguns picos de minerais negros de dimensão muito reduzida e frequência rara.

Grupo 3 – Pastas que eventualmente misturam as matrizes não-calcária e caulínica (Grupos 1 e 2). Esta hipótese requer validação através de análises arqueométricas. A coloração centra-se nas gamas dos rosados, bege rosado a rosa avermelhado. A textura varia entre a fina e a média e dureza entre branda e muito dura. Os elementos não plásticos visíveis são os que encontramos nas cerâmicas da região:

- Quartzos subarredondados de dimensão variável e de frequência média a elevada;
- Palhetas de moscovite pequenas e com uma presença média;
- Nódulos avermelhados que podem corresponder a minerais ferruginosos ou cerâmica triturada, com uma frequência geralmente reduzida. A dimensão pode variar entre o fino e o muito grosseiro.

Entre as produções não locais foram identificados três fabricos, o primeiro com origem centro-italica, o segundo da Bética, mais concretamente na região do Guadalquivir e o terceiro do Norte de África. O primeiro corresponde a um fragmento com parte do vertedor de um almofariz do tipo *Dramont* D2 de pasta bege rosado; as duas peças béticas correspondem a uma tampa de bordo voltado para o interior e parede tendencialmente oblíqua (tipo 4.3.1., Santos, 2011, p. 103) e um fragmento de *dolium* com vestígios de uma asa vertical de rolo, com as típicas pastas de cor bege alaranjada de textura média e dura e quartzos leitosos, minerais negros e micas douradas; finalmente o terceiro está representado por três

fragmentos de cerâmica africana de cozinha, de pasta rosa avermelhada, média com pequenos pontos brancos e minerais negros que permitiram a identificação das tipologias H197 e H23.

2.3. Formas

Surtem representadas, como expectável, todas as formas usadas no quotidiano destas pessoas, desde recipientes de armazenamento, preparação de alimentos, cozinha e serviço de mesa. Importa compreender, dentro das limitações desta amostra, como estas formas e respetivas variantes tipológicas evoluem e se distribuem ao longo do tempo, permitindo aferir hábitos de consumo e, se possível, observar eventuais circuitos de distribuição com base em paralelos regionais.

Quadro 1 Distribuição crono-estratigráfica das formas de cerâmica comum de Povos

FORMAS	N.º DE FRAGMENTOS	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)	FASE 2 (FINAL SÉC. I E SÉC. III)	FASE 3 (SÉC. III A SÉC. V)	FASE IND.	VESTIG.USO (%)
Prato	33	6,98%	3	21	9	12,1
Prato Covo	7	1,48%	1	6	0	28,6
Tigela	64	13,53%	28	21	12	1,6
Bacia	2	0,42%	1	1	0	0,0
Almofariz	13	2,75%	2	10	1	0,0
Alguidar	6	1,27%	1	1	4	0,0
Tacho	81	17,12%	29	25	27	46,9
Pote/Panela	145	30,66%	66	59	20	51,0
Potinho	25	5,29%	12	7	6	24,0
Jarro	21	4,44%	10	8	3	0,0
Bilha	15	3,17%	5	5	1	0,0
Cântaro	4	0,85%	2	0	2	0,0
Talha	7	1,48%	0	4	3	0,0
Tampa	49	10,36%	24	15	10	14,3
Peso	1	0,21%	0	1	0	0,0
Total	473	100,00%	184	184	98	27,9

Em termos absolutos o padrão quantitativo das formas reflete, aproximadamente, o paradigma que se observa no centro produtor da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 125 e fig. 399) e em alguns locais de consumo (Grilo, no prelo; Silva, 2015) ou seja, uma maior presença de formas de cozinha e/ou armazenamento, seguidas das formas de serviço à mesa.

Por se tratar de um contexto de consumo é interessante verificar a percentagem de peças (28%) que apresentam vestígios de utilização ao fogo, através da patine de fuligem e resíduos carbonizados. Efetivamente, as formas que apresentam maior número de vestígios de uso ao fogo são as que pressupunham ter função culinária, como as panelas, onde se registam 51% e os tachos com 47%. Os pratos covos (29%) e os potinhos (24%) também mostram uma presença significativa de peças com função culinária. As tampas são um objeto acessório que permite fechar recipientes com funções muito diversificadas, onde apenas 14% apresentam sinais de utilização em ambiente culinário. A ausência de marcas de fogo em determinadas formas, sobretudo peças fechadas e de perfil alto, não pode ser encarada como uma caracte-

rística de exclusão funcional, essencialmente quando o conjunto é composto por peças muito fragmentadas e o estudo focado principalmente nos bordos.

Existe, por mera coincidência, uma representatividade equitativa entre os materiais com contexto crono-estratigráfico, consubstanciada por 184 indivíduos em cada fase, oriundos de contextos de abandono e de remobilização construtiva. Subsistem porém, 98 peças cuja crono-estratigrafia não foi possível determinar e que foram integradas como conjuntos sem crono-estratigrafia precisa (quadro 1) ou conjuntos sem faseamento definido. Por esse propósito, devemos observar algumas reservas quanto à validação das interpretações sobre alguns conjuntos de cerâmica comum do local.

2.3.1. Variantes Tipológicas

No tocante aos contextos de produção de cerâmica comum conhecidos para o Baixo Tejo, com exceção do estudo centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011), contamos unicamente com notícias preliminares para outros centros oleiros da região: Porto dos Cacos (Alcochete), Garrocheira (Benavente), Porto Sabugueiro (Muge), centrados fundamentalmente na análise dos contentores anfóricos (Amaro, 1990; Cardoso, Rodrigues, 1996; Amaro, Gonçalves, 2016) e com alguns dados de locais de consumo da região de Lisboa e do Baixo Tejo.

Tendo como base os elementos estatísticos de contextos já estudados realizar-se-á uma análise comparativa dos dados, focando, no entanto, apenas alguns aspetos que justifiquem destacar, nomeadamente morfologias pouco documentadas até ao momento e eventuais flutuações de determinadas variantes ao longo do tempo. FIG. 2

2.3.1.1. Pratos

Quadro 2 Pratos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.1.2.1	2	6	3
1.1.2.2	1	4	2
1.1.3.2	0	5	1
1.1.3.4	0	5	2
1.1.5.1	0	1	1

Segundo os dados disponíveis, os pratos de Povos encontram-se com maior frequência nos estratos de cronologias Baixo-imperiais, estando identificadas cinco variantes. No entanto, regista-se a presença das variantes 1.1.2.1. e 1.1.2.2. na fase Alto-imperial, como acontece na *villa* romana do Alto do Cidreira (Nolen, 1988, estampa VIII, n.º 55) e na *villa* das Almoí-nhas, em Loures, onde ocorrem em contextos datados dos finais do século I/meados do séc. II d.C. (Fernandes, 2007, estampa XXIV, n.º 82). Entre os primeiros (Fig. 2, 826, 1810), destaca-se a presença de exemplares semelhantes a produções da Quinta do Rouxinol com a ligeira inflexão no fundo (1752), também registados em outros contextos da região (Filipe, Quaresma, Leitão, Almeida, 2016), assim como a presença de versões modelares no âmbito da variante 1.1.2.2. (2283), um dado já comprovado a nível regional (Santos, 2011; Grilo, no prelo; Rocha e Grilo, no prelo).

Uma variante bem documentada em Povos na fase Baixo-imperial é a 1.1.3.4. (1969), cuja morfologia recorda a forma Hayes 61 (1972, p. 100-104) e que encontra ampla representação regional no baixo Tejo (Santos, 2011, p.55; Grilo, 2014; Santos *et. al.*, 2015; Grilo, no prelo).

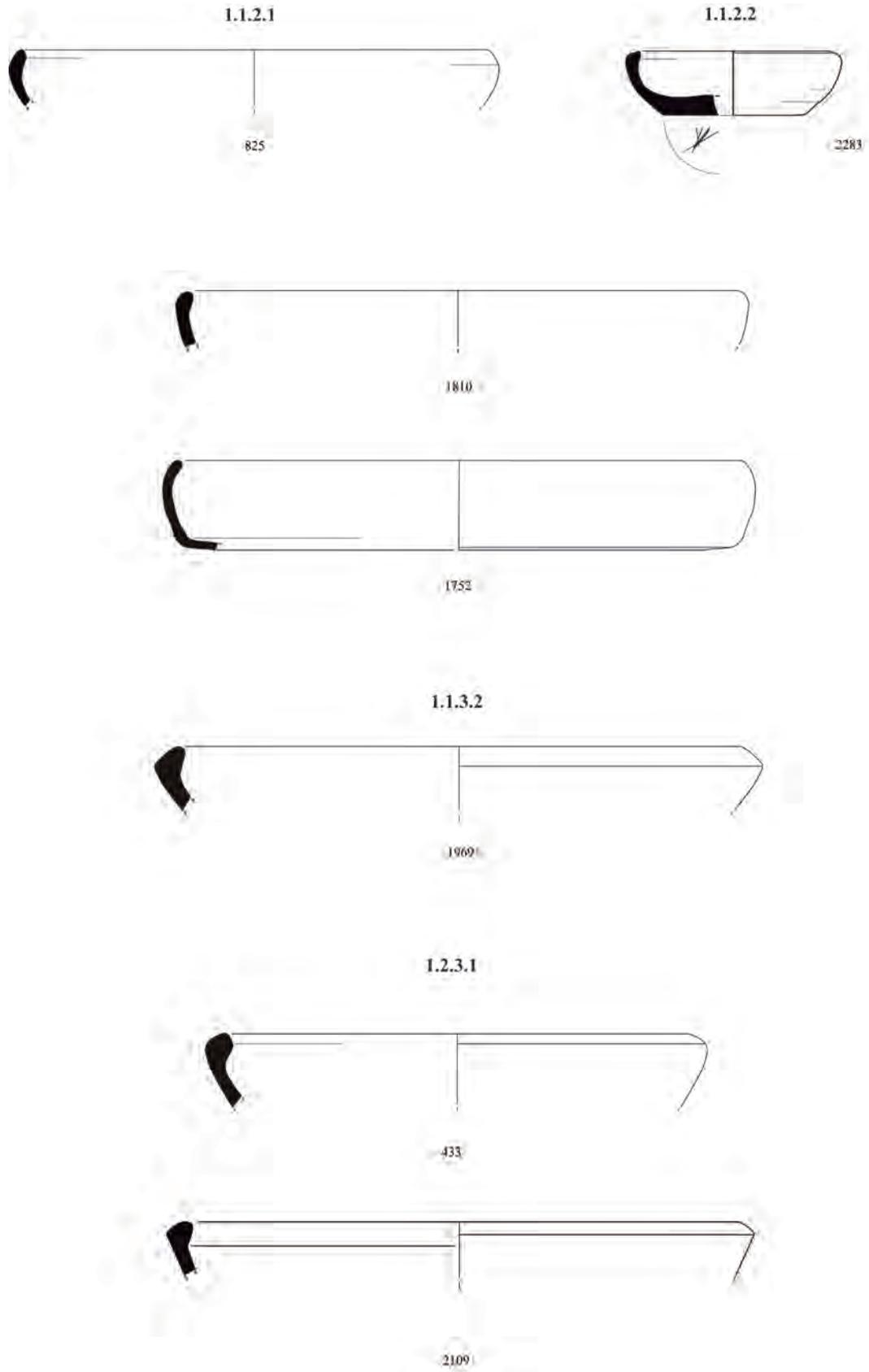


Figura 2
Pratos e pratos covos

2.3.1.2. Pratos Covos

Quadro 3 Pratos covos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.2.3.1	1	5	0

No que concerne aos pratos covos apenas foi identificada a variante 1.2.3.1. (Fig. 2, 433, 2109), uma variante comum, bem representada na região, na última fase de funcionamento da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 58), nos níveis de abandono das cetárias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, datados da primeira metade do século V d.C. (Amaro *et al.*, 1995, p. 46, n.º 134 e 136; Grilo, no prelo) e na Rua dos Fanqueiros (Diogo, Trindade, 2000, Fig.10). Parece tratar-se de uma forma largamente produzida em momentos tardios e relativamente rara nos níveis do século III, ao contrário do que parece acontecer em Povos.

2.3.1.3. Tigelas

Quadro 4 Tigelas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.3.2.1.	14	5	6
1.3.2.2.	0	7	0
1.3.2.3.	13	2	4
1.3.2.6.	1	0	0
1.3.4.2.	0	1	0
1.3.4.5.	2	5	0
1.3.4.6.	0	1	0
1.3.4.10.	1	0	0

Entre as tigelas cabe registrar o domínio da variante 1.3.2.1. com exemplares de bordo direito por vezes espessado (Fig.3, 2068 e 868) ou ligeiramente oblíquo (731), que corresponde a uma variante simples e bem documentada na região olisiponense (Nolen, 1988, Estampa VI, n.º 23 e Estampa VII, n.º 28; Cardoso, 2012, estampa X, n.ºs 3-5) em cronologias do Alto e Baixo-império. Ainda assim, e tomando como ponto de partida a olaria da Quinta do Rouxinol, verifica-se que a 1.3.2.1. surge bem representada na Fase 2 de Povos, na charneira do Alto para o Baixo Imperio, perdendo toda a expressão na fase final de ocupação do lugar, ao contrário do que acontece naquele centro oleiro, onde se mantém com bastante força entre 300 e 425+ d.C. (Santos, 2011, p. 60 e fig. 56). Com efeito, embora a variante 1.3.2.1. destaque maior expressão nos contextos alto-imperiais do sul da Lusitânia (Pinto, 2003, 221-225), possui, na região, produção atestada ao longo dos séculos IV e V no Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, fig. 9, n.º 1 e 2) e surge ainda com forte expressão num contexto de lixeira datado dos séculos IV e V d.C., na *villa* romana das Almoínhas, Loures (Pais, 2007, estampa I, n.º 3, estampa II, n.º6).

Já as tigelas do tipo 1.3.2.2. (491, 2950) parecem inspirar-se morfológicamente no modelo exógeno de terra *sigillata* africana Hayes 14 (Santos *et al.*, 2015, p.133), revelando-se coerentes com uma maior presença na terceira fase de ocupação de Povos e estão também presentes entre os materiais da *villa* romana das Almoínhas, Loures, nos contextos de cons-

trução da fase 3 (Fernandes, 2007, estampa VI, n.º 10 e 11). No vale do Sado, encontramos igualmente formas afins a esta variante em contextos da segunda metade do século II d.C. na Travessa de João Galo (Silva, Soares, 2014, fig. 9, n.º 45).

Outra presença relevante é a variante 1.3.2.3. na Fase 2 de Povos, uma forma frequente nos contextos tardo-republicanos e Júlio-Cláudios da região de *Olisipo* e no Vale do Tejo (Bugalhão *et al.*, 2013; Pimenta, 2013; Silva, 2015; Silva, Nozes, Miranda, 2015, p. 13), inspirada nos modelos itálicos das séries *Conspectus* 7 e 8 e nas suas reproduções hispânicas tipo Peñafior, como foi sugerido em trabalho recente (*Idem*, 2015, p. 13). Em Povos está representada nas produções da designada “cerâmica cinzenta” (706 e 811) com pastas medianamente depuradas e em produções em cozedura oxidante, (487, 869) um dado já registado, pelo menos, desde a segunda metade do século I a.C. (Pimenta, 2013, p.73, n.º 6) no Monte dos Castelinhos, Vila Franca e mais recentemente no contexto da Rua dos Remédios, em Lisboa, datado da época de Cláudio (Silva, 2015). Embora as primeiras estejam já distantes das suas congêneres de época sidérica, mais finas e depuradas com acabamentos cuidados, parece manter-se na região do Baixo Tejo uma tradição de produção de recipientes na designada “cerâmica cinzenta” que continuam em uso ao longo da primeira metade do século I. d.C..

A sua expressão na fase 2 de Povos está intimamente relacionada com a sua cronologia de produção e circulação, já que parece tratar-se de uma forma que desaparece progressivamente dos conjuntos cerâmicos da segunda metade do século I. d.C. Contudo, uma característica peculiar entre os exemplares desta forma em Povos é a execução do fundo, que destaca em algumas peças um “botão” central, efetuado numa pasta distinta da restante peça e que poderá estar relacionado com uma técnica de conformação particular ou com um reforço do próprio fundo (Fig. 10). Situações similares ocorrem também nos contextos tardo-republicanos do Castelo da Lousa, embora em diferentes tipos formais (Pinto, 20, p.246).

Outra das formas que parece buscar inspiração nas cerâmicas finas, mais concretamente na forma Drag 27 em TSG e TSH é a variante 1.3.2.6., representada apenas por um exemplar (embalado nos níveis da segunda fase, o que reforça a sua coerência contextual. Ostenta um perfil arqueado com o quarto superior desenvolvido, como os seus protótipos em *sigillata* hispânica dos séculos II e III (Paz Peralta, 2008) e um espessamento do bordo.

São reconhecidos outros exemplares desta variante em contextos de consumo da área urbana de Lisboa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros como material residual associado aos contextos de abandono do local (Grilo, no prelo) e no seu território, na *villa* romana da Quinta da Bolacha, Amadora, como material residual num contexto do Baixo-império (Quaresma, no prelo), na *villa* romana de Freiria (Cardoso, 2002, fig. 252, n.º 8). Devemos também realçar a produção desta forma na olaria romana da Garrocheira, Benavente (Amaro e Gonçalves, 2016, p.52, fig. 8, n.º 41) em cronologias alto-imperiais coetâneas com a o faseamento estratigráfico de Povos. FIGS. 3 E 4

2.3.1.4. Bacias

Quadro 5 Bacias. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.4.4.2.	0	1	0
1.4.5.	1	0	0

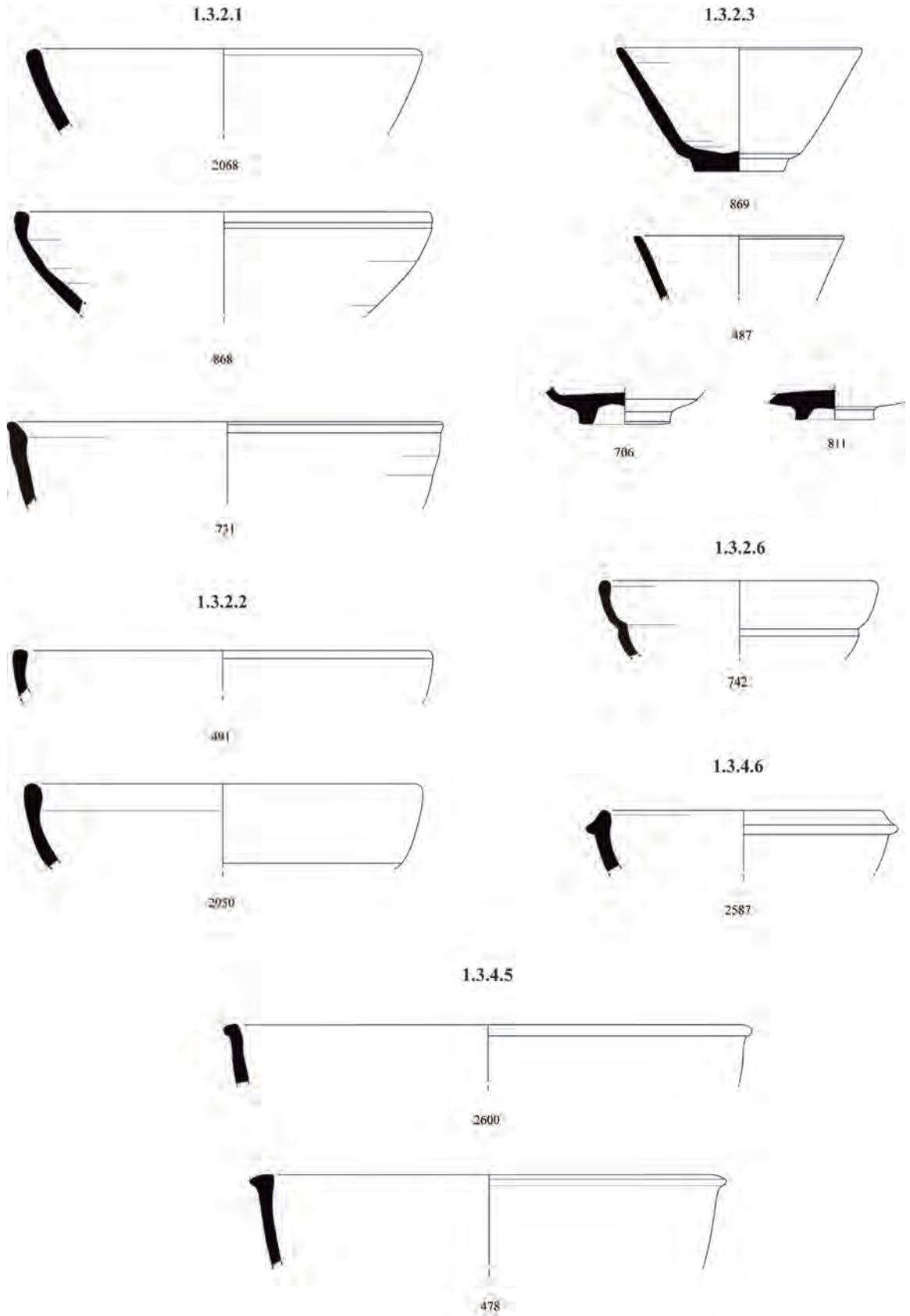


Figura 3
Tigelas

0 10cm

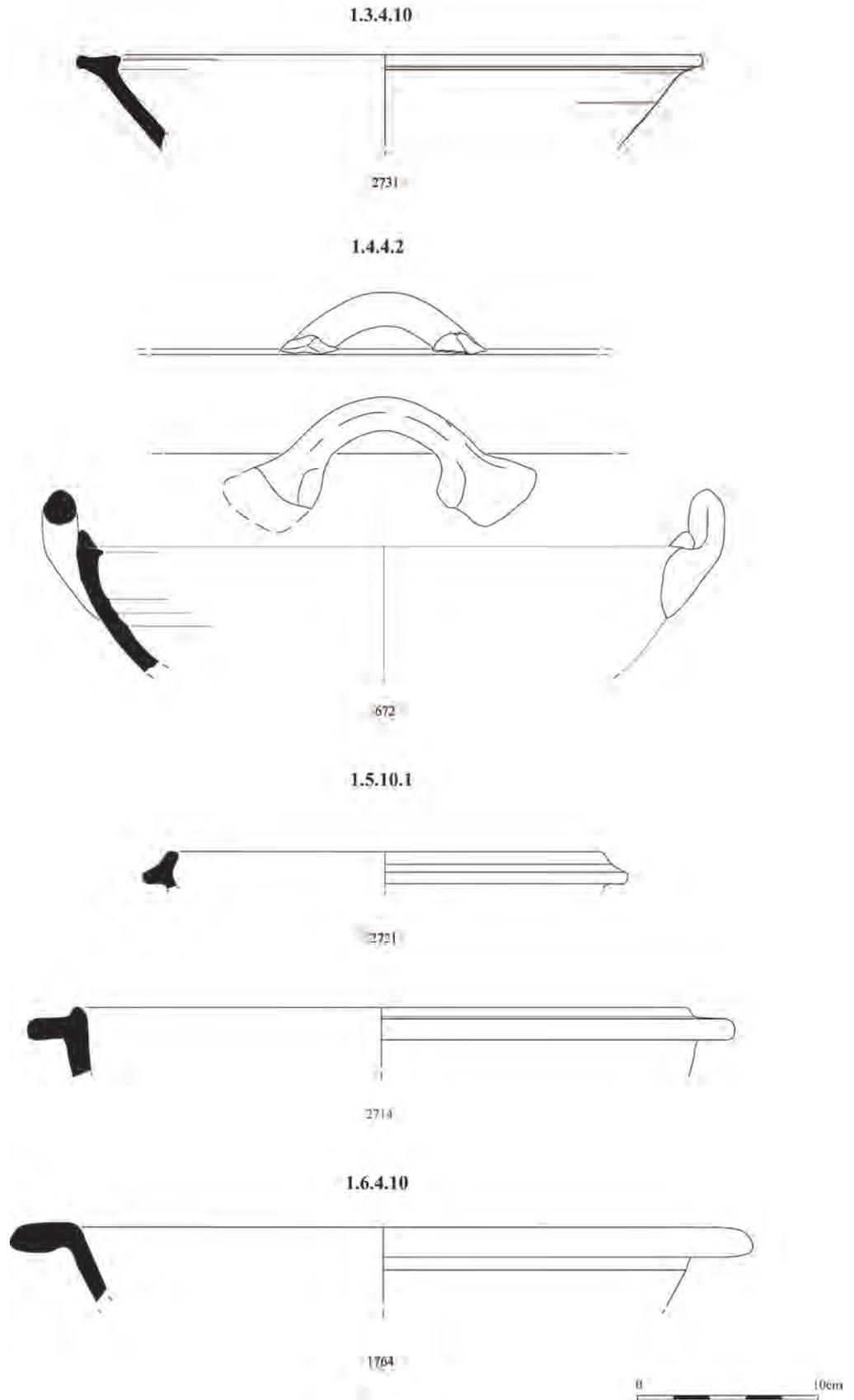


Figura 4
Bacias, Alguidares e
Almofarizes

Identificaram-se apenas dois exemplares de bacias, um dos quais (1.4.5.) parcialmente conservado com uma asa horizontal completa, que recolhido em contextos da fase 2 (Fig. 4, 672). Exemplares semelhantes são produzidos na Quinta do Rouxinol, Seixal em contextos datados de 235-300 d.C. (Santos, 2011) o que reforça a hipótese da produção desta forma poder ser recuada, ou, das próprias cronologias da fase 2 de Povos poderem avançar até finais do século III.

A presença do bordo estará relacionada com a eventual colocação de uma tampa, embora o exemplar de Povos não apresente vestígios de exposição a fogo e possa ter mantido outra função no âmbito da utilização e preparação de alimentos a frio, ou, como tem vindo a ser sugerido, no contexto de loiça de noite e de higiene pessoal (Casas I Genover *et al.*, 1995, p. 118; Santos, 2011, p.69). Entre o espólio da *villa* romana das Almoínhas destaca-se um exemplar com asas cegas ou eventuais pegas de suspensão recuperado num contexto de finais do século I a meados do século II d.C. (Fernandes, 2007, estampa XXXI, n.º 99) que pode ser incorporado neste grupo, sublinhando a sua diversidade formal na produção oleira da região.

2.3.1.5. Almofarizes

Quadro 6 Almofarizes. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.5.10.	0	1	0
1.5.10.1	0	4	0
1.5.10.2	0	3	0
1.5.11	0	1	0
1.5.5.2	0	0	1
Dramt. D2	1	0	0

Em Povos, as variantes mais representadas de almofarizes (Fig. 4, 2721, 2714) correspondem às variantes documentadas na área urbana de Lisboa, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em contextos da primeira metade do século V d.C. (Grilo, no prelo). A variante 1.5.10.1. está igualmente representada na Quinta da Bolacha, Amadora, num contexto datado de 425-475 (Quaresma, no prelo, Fig. 7, n.º 8) e em Freiria, Cascais (Cardoso, 2002, fig. 262, n.º 10).

É interessante observar que os almofarizes de produção local de Povos concentram-se essencialmente na terceira fase de ocupação do sítio, o que deverá estar relacionado com o facto de o nicho estar a ser preenchido por peças importadas da Bética nos momentos mais antigos de Povos (Quaresma, 1995/1997) e da Península Itálica.

2.3.1.6. Alguidares

Quadro 7 Alguidares. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
1.6.4.2	0	0	4
1.6.5.1	0	0	1

Identificaram-se raros fragmentos de alguidar, sendo também impossível contextualizá-los cronologicamente. No entanto, é sobretudo em horizontes baixo imperiais que encontramos

estas formas bem documentadas na região, tanto em contextos de produção no centro oleiro da Quinta do Rouxinol, (Santos, 2011) como de consumo, nos ambientes fabris da Rua dos Correeiros (Amaro, Bugalhão, Sabrosa, 1996, p.203; Grilo, no prelo).

2.3.1.7. Tachos

Quadro 8 Tachos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.1.4.2	0	2	1
2.1.4.3	9	3	4
2.1.7.1	11	15	15
2.1.7.2	5	5	7
H.23	1	0	0
H.197	2	0	0

Os tachos são sempre uma das formas mais comuns nos contextos de época romana, Povos não é uma exceção. Durante o estudo foram registadas seis variantes de tachos, embora duas destas estejam fora do âmbito deste trabalho, por se tratar de formas em cerâmica africana de cozinha, Hayes 23 e 197. A variante 2.1.7.1. é habitualmente muito frequente em contextos do Baixo-império, a partir do Século III, sendo por isso interessante observar tão forte ocorrência nos níveis da Fase 2 de Povos e quase a par com a Fase 3. O mesmo sucede com as outras duas variantes, também mais comuns no Baixo-império. [FIGS. 5 E 6](#)

2.3.1.8. Potes/Panelas

Quadro 9 Potes/panelas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.2.1.1	1	0	0
2.2.1.2	1	0	0
2.2.2.1	0	4	0
2.2.2.2	5	9	2
2.2.2.3	0	1	0
2.2.2.4	0	1	1
2.2.4.1	13	20	5
2.2.4.2	4	0	0
2.2.4.3	2	6	8
2.2.4.4	3	0	2
2.2.5.1	22	1	1
2.2.6.1	5	0	0
2.2.9.1	4	2	0
2.2.9.2	2	0	0

Os Potes/Panelas são de longe a forma mais comum em Povos e com maior variação tipológica. Entre estes, destaca-se a presença do único exemplar (Fig. 6, 2744) da variante 2.2.2.1., uma forma característica da região do Baixo Tejo em época baixo imperial, nos estratos associados à fase 3. Corresponde a uma das produções mais representadas da olaria

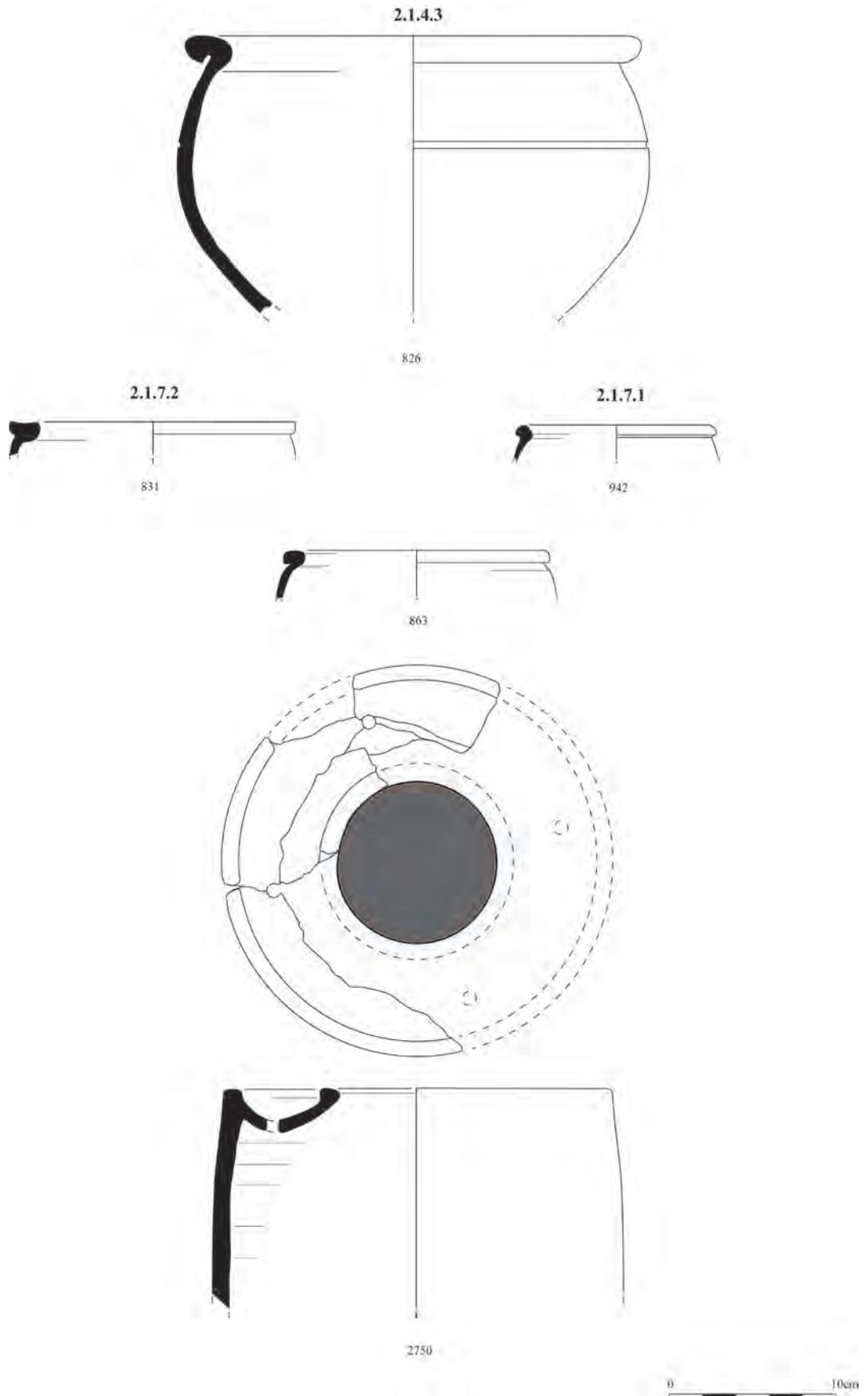


Figura 5
Tachos e potes/
panelas

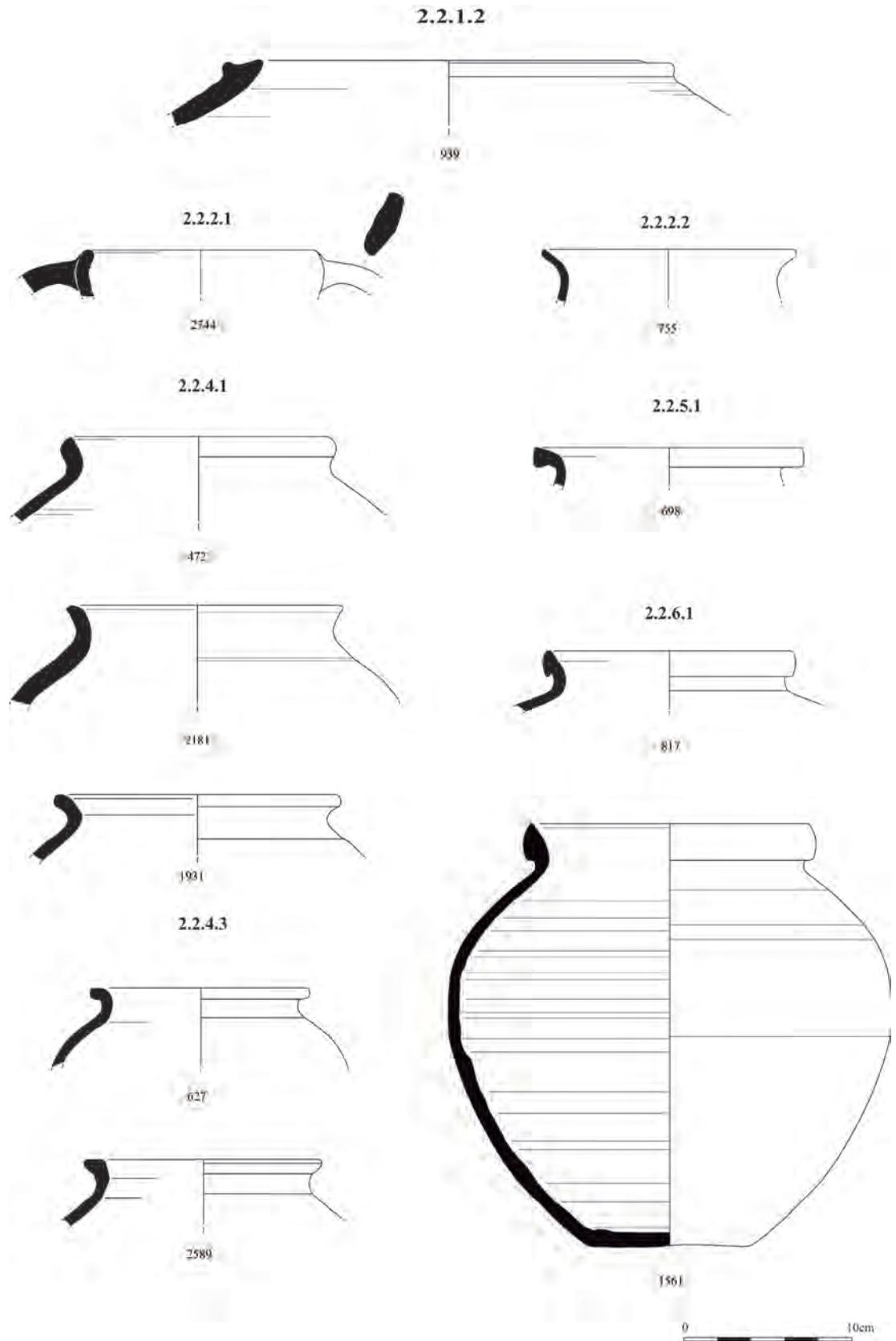


Figura 6
Potes/panelas

da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, estampa XXI), estando presente em abundância nos locais de consumo no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Gaspar, in Amaro *et al.*, 1995, p. 47, n.º 144; Grilo, no prelo) e na Rua dos Fanqueiros (Diogo, Trindade, 2000, fig. 10, n.ºs 44-45) em contextos da primeira metade do século V d.C., no Alto do Cidreira, (Nolen, 1988, p. 128) na *villa* romana de Freiria (Cardoso, 2002, fig. 269, n.ºs 3 e 4) e na *villa* das Almoínhas, num contexto de lixeira Baixo-imperial (Pais, 2007, estampa XV, n.º 15).

Outro dado a registar é a ampla longevidade da variante 2.2.2.2., (755) bem representada nas fases de ocupação de Povos, com maior expressão na fase 3, facto igualmente coerente com os dados da Quinta do Rouxinol, onde esta forma é produzida maioritariamente entre a segunda metade do século IV e os inícios do século V (Santos, 2011, p.81). É uma variante também registada na região sadina na Courela dos Chãos (Coelho-Soares, 1987, fig. 3, n.º 28) em momentos tardios.

Porém, o domínio pertence à variante 2.2.4.1. (472, 1931 e 2181) em ambos os horizontes da ocupação de Povos, com maior significado na fase 3. Trata-se de uma forma muito bem documentada na região Olisiponense e de largo espectro cronológico, cuja produção está atestada na olaria romana da Garrocheira em Benavente, (Amaro, Gonçalves, 2016, fig.7, n.º 27) Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, p.265) e na Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 82).

Já a variante 2.2.4.4. apresenta lábio apontado ou arredondado mais ou menos vertical que possivelmente enquadraria uma tampa (Fig. 6, 876) e está registada em Povos por três exemplares pertencentes à fase 2 que encontram paralelos nos contextos olisiponenses de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015, fig. 7, n.º 124, 148, 425) onde prima pela quer pela expressão, como pela diversidade de perfis. Embora se tratem de formas com alguma longevidade, (Pinto, 2003, p.380) a maioria dos contextos onde encontramos paralelos para estas formas situa-se entre os finais do século I e o século III d.C. São disso exemplos as peças recolhidas nas entulheiras de Porto Sabugueiro, Muge (Cardoso, Rodrigues, 1996, Fig. 1, n.º 10, Fig. 2, n.º 11) e nos depósitos do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datados do século I ao século III d.C. (Silva, 2007, estampa XIX, n.º 49).

É também muito significativa a grande expressão da variante 2.2.5.1 (Fig.6, 698), igualmente com presença comprovada nos contextos olisiponenses de cronologias de meados do século I d.C. (Moita, 1967; Silva, 2015, Estampa 7, n.º 1070) na fase 2, diminuindo drasticamente na fase 3. Além da sua presença em locais de consumo de cronologias alto-imperiais, exemplares de potes/panelas de bordo simples voltado para o exterior, por vezes ligeiramente descaído, têm produção atestada na *figlina* do Morraçal da Ajuda em Peniche (Cardoso, *et al.*, no prelo, p. 16), encontrando-se igualmente entre as entulheiras da olaria romana de Porto Sabugueiro, Muge, em contextos dos séculos I ou II d.C. (Idem, 2014; Cardoso, Rodrigues, 1996, fig. 2, n.º 13) e na estratigrafia do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datada do século I ao século III d.C. Silva, 2007, estampa IX, n.º 24). Devemos, pois, considerá-la como uma forma típica de contextos Alto imperiais.

À fase 2 pertencem ainda os cinco exemplares da variante 2.2.6.1. (Fig. 6, 817, 1561) que encontram paralelos nos contextos Alto-imperiais de Lisboa, na Rua dos Remédios (Silva, 2015) ou no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em contextos da primeira metade do século I d.C. (Grilo, no prelo).

Por último, e ainda neste âmbito cronológico, devemos salientar a variante 2.2.9.2. (Fig. 7, 796, 870). Destaca-se essencialmente por possuir um quarto superior desenvolvido, espessamento interno do bordo e uma maior ou menor abertura. Em Lisboa encontramos paralelos desta forma nas cerâmicas comuns de produção bética, frequentes em contextos de

Tibério a Nero (Silva, 2015) e em produção lusitana, tal como os exemplares de Povos e da Rua dos Remédios (*Idem*, 2015, p.60), estes últimos com cronologias de meados do século I d.C. A produção destas formas em fabricos lusitanos parece desenvolver-se somente desta fase, estando ausentes da lixeira Tiberiana de Abul, onde apenas se atestam exemplares de produção meridional hispânica (Mayet, Silva, 2002, p.45).

Trata-se de uma forma que também terá sido produzida na olaria romana da Garrocheira em Benavente (Amaro, Gonçalves, 2016, fig. 8, n.º 29) e na Quinta do Rouxinol entre os finais do século II e os inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p.83, estampa XXIV), embora estas últimas se distingam das primeiras pelo perfil menos sinuoso, o bordo menos contra-curvado e o colo mais curto, aí designado na variante 2.2.9.1..

Na classe dos potes/panelas existem pelo menos 51% de peças que comprovadamente terão sido usadas para fins culinários, apresentando marcas de fogo. Contudo, as formas 2.2.4.1. e 2.2.5.1. evidenciam cerca de 75% dos exemplares com vestígios de queimado, sugerindo uma clara preferência destas duas variantes para fins culinários.

Cabe ainda salientar a presença do exemplar 2750, (Fig. 5) um pote ou vaso de perfil cilíndrico e bordo voltado para o interior perfazendo uma ligeira aba ou “pestanda” com pequenos orifícios circulares. Esta forma, de produção local, recorda, em dimensões superiores, as formas de *terra sigillata* sudgálica e hispânica vulgarmente conhecidas como tinteiros, embora também estejam reconhecidas formas semelhantes em cerâmica comum que terão desempenhado funções de diversos âmbitos (Olcese, 2010, p. 224, estampa XLVI, n.º 24). Efetivamente, este exemplar poderá ter sido utilizado no contexto de armazenamento de um líquido nobre, uma vez os orifícios na aba interna permitiriam a recolha do líquido novamente para o interior da peça.

2.3.1.9. Potinhos

Quadro 10 Potinhos. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.3.2.1	0	1	0
2.3.3.1	2	2	1
2.3.4.1	9	1	3
2.3.4.2	1	0	0
2.3.4.3	0	1	0
2.3.9.1	0	2	1

Identificaram-se seis tipos de potinhos, cujas formas são as mais comuns nos contextos de época romana baixo imperial. Funcionalmente esta classe é um pouco ambígua, sendo algumas vezes associado ao consumo de líquidos, funções culinárias ou a utilizações diversas. Apenas as sub-variantes 2.3.4.1./4.2. apresentam vestígios de terem sido usadas ao fogo.

2.3.1.10. Jarros

Quadro 11 Jarro. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.4.2.1	0	1	0
2.4.4.2	4	6	2
2.4.14.1	6	1	0

Apenas se contabilizam três variantes de jarros, tal como sucede na olaria romana da Quinta do Rouxinol, onde estes são os tipos mais comuns (Santos, 2011, fig. 244).

A variante 2.4.4.2. com maior destaque na fase 3 (Fig.8, 128), corresponde a uma forma frequente nos contextos olisiponenses dos séculos I e II d.C. (Silva, no prelo) e no seu território (Cardoso, 2012; 2015). É uma forma de grande longevidade, produzida no Morraçal da Ajuda, (Cardoso, *et al.*, no prelo, fig. 27, n.º 38-43), no vale do Sado no atelier do Pinheiro (Mayet, Silva, 1998) em contextos alto-imperiais e no vale do Tejo na Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, estampa XXVIII) e no Porto dos Cacos. Nesta última olaria observa-se também a presença de exemplares de maior dimensão, com colos mais alongados e cilíndricos (Raposo, Duarte, 1996, fig. 8 n.ºs 1-5).

A produção lusitana da variante 2.4.14.1. é relativamente antiga, correspondendo a exemplares de jarros trilobados de boca e colo curto, generalizados nos contextos alto e baixo imperiais da região.

2.3.1.11. Bilhas

Quadro 12 Bilhas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.5.2.1.	0	0	1
2.5.4.4.	1	0	0
2.5.5.1.	2	1	0
2.5.13.2.	0	1	2
2.5.13.2.1.	0	0	1
2.5.14.	0	1	1
2.5.14.1.	2	1	0

Apesar de identificadas apenas cinco variantes de bilhas e de corresponderem, no global, a muito poucas peças, revelam alguns aspetos que merecem ser discutidos.

A variante 2.5.5.1. (Fig. 8, 425, 717, 1009) parece corresponder a uma forma do Alto império reconhecida nas produções de origem bética que possui escassos paralelos na região do Baixo Tejo. Encontramos apenas em Freiria, um exemplar similar, com bordo de secção triangular, em ligeira aba demarcada (Cardoso, 2015, p.401, fig. 254, n.º 2). No vale do Sado, exemplares desta variante estão representados na Travessa de Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B, em contextos da fase 2 entre o terceiro quartel do século I e a primeira metade do século II d.C. (Silva, Soares, 2014, fig. 6, n.º 27).

Enquadrámos na variante 2.5.5.4. as designadas bilhas coadoras ou jarras com filtro, reconhecidas maioritariamente pela presença dos bicos ou orifícios tubulares cónicos. O exemplar de Povos (828) corresponde a um fabrico de pasta fina e muito depurada, de colo cilíndrico com vestígios de brunimento, semelhante aos exemplares recolhidos no contexto da Rua de S. Mamede, Lisboa (Mota *et al.*, neste volume). Possui profundas similitudes formais e de fabrico (com a pasta do tipo A) com os exemplares identificados em *Emerita Augusta*, colocando-se a hipótese de tratarem de recipientes daquela região, cuja produção se centra entre a segunda metade e os finais do século I d.C. (Bustamante Álvarez, 2011, p.68-69, fig. 53) ou hipoteticamente da região alto-alentejana, uma vez que o perfil de bordo e colo do nosso exemplar se aproxima a alguns exemplares de bilhas simples daquela região (Nolen, 1985, estampa XI, n.º 76 e estampa XII, n.º 77).

Já a variante 2.5.13.2.1. (874) corresponde a uma forma pouco documentada na região, com paralelos mais ou menos aproximados que podem ser identificados entre o espólio da necrópole do Porto dos Cacos, Alcochete, embora numa produção em pasta calcária (Monteiro, 2012, Fig. 53, 3805) e no vale do Sado, no Atelier do Pinheiro, onde se conhecem exemplares relativamente similares, destacando, contudo, um bordo e colo mais alongados (Mayet, Silva, 1998).

2.3.1.12. Cântaros

Quadro 13 Cântaros. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.6.4.1	2	0	0

Os cântaros são peças complicadas de classificar, pois esta classe pode ser confundida por jarros, embora estes sejam mais pequenos, por potes ou até por ânforas. Uma das principais características para uma identificação correta é ser um contentor para líquidos monoasado. Identificou-se neste conjunto fragmentos que poderão corresponder a cântaros do tipo 2.6.4.1. [FIGS. 7, 8 E 9](#)

2.3.1.13. Talhas

Quadro 14 Talhas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
2.8.	0	3	1
2.8.1.1	0	0	1
2.8.1.2	0	0	1
2.8.7.1	0	1	0

Fragmentos de grandes contentores de armazenamento como os *dolia*, são muito raros neste conjunto, facto que deve resultar de um problema de amostra. Um destes corresponde a um fundo de talha de origem regional, o outro provém da Bética e corresponde a uma parte do ombro da peça onde ainda se conserva uma porção de uma asa de rolo, muito semelhante ao que se observa nas ânforas Dressel 20. Uma terceira peça, integrada na variante 2.8.7.1., (Fig. 9, 2010) apresenta uma decoração ondulada incisa efetuada antes da cozedura e encontra paralelos na região, desde contextos antigos até ao Baixo-império (Pimenta, Mendes, 2012, p.138, 4; Pimenta, Mendes, 2014, p.271, n.º 2).

2.3.1.14. Tampas

Quadro 15 Tampas. Variantes

VARIANTE	FASE 2	FASE 3	FASE IND.
4.1.	2	0	0
4.1.1	0	2	0
4.1.2	9	5	5
4.1.3	0	0	1
4.3.1	6	4	2
4.3.2	1	2	1
4.4.1	4	1	0

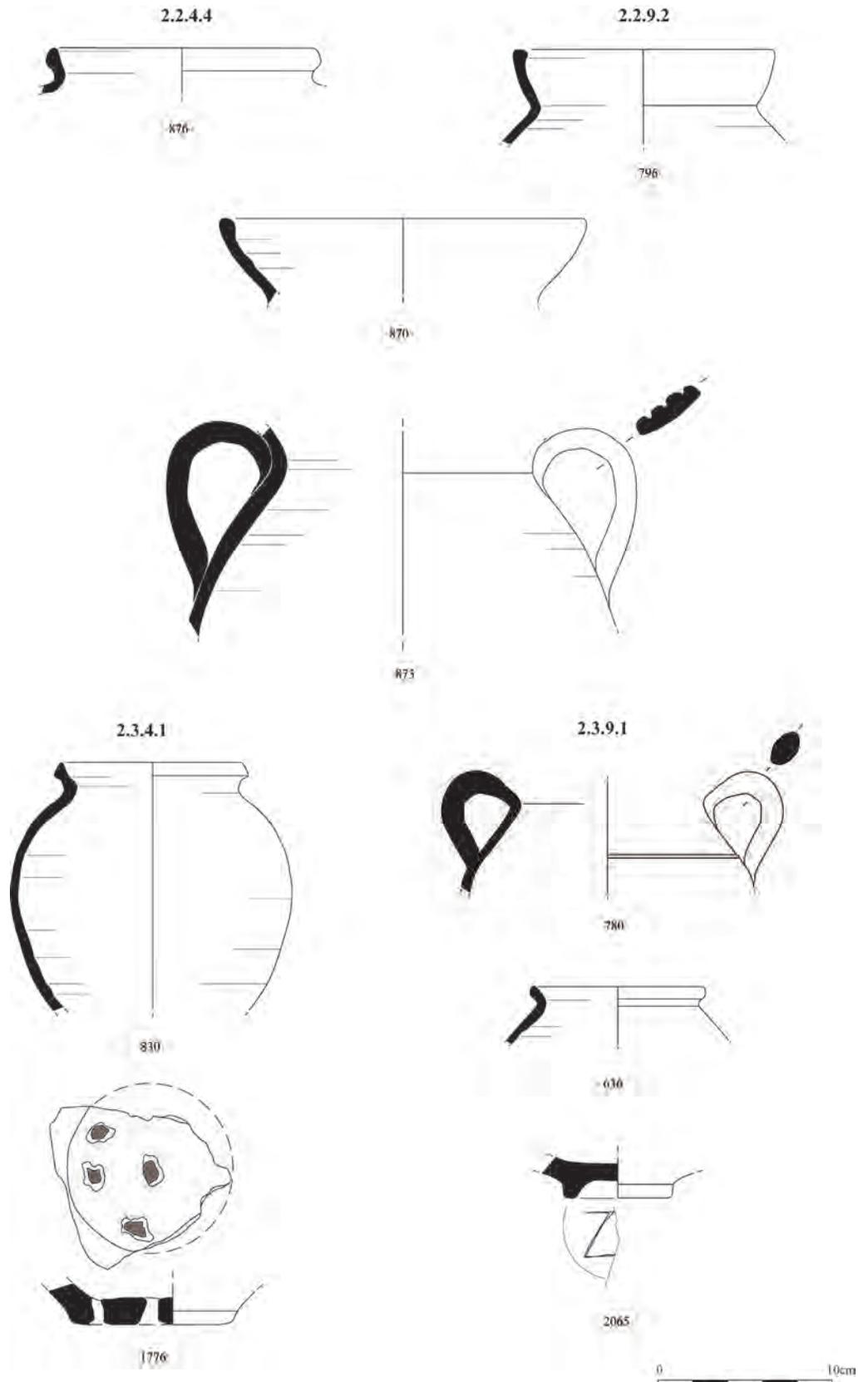


Figura 7
 Potes/panelas e
 potinhos. Fundos
 indeterminados com
 particularidades.

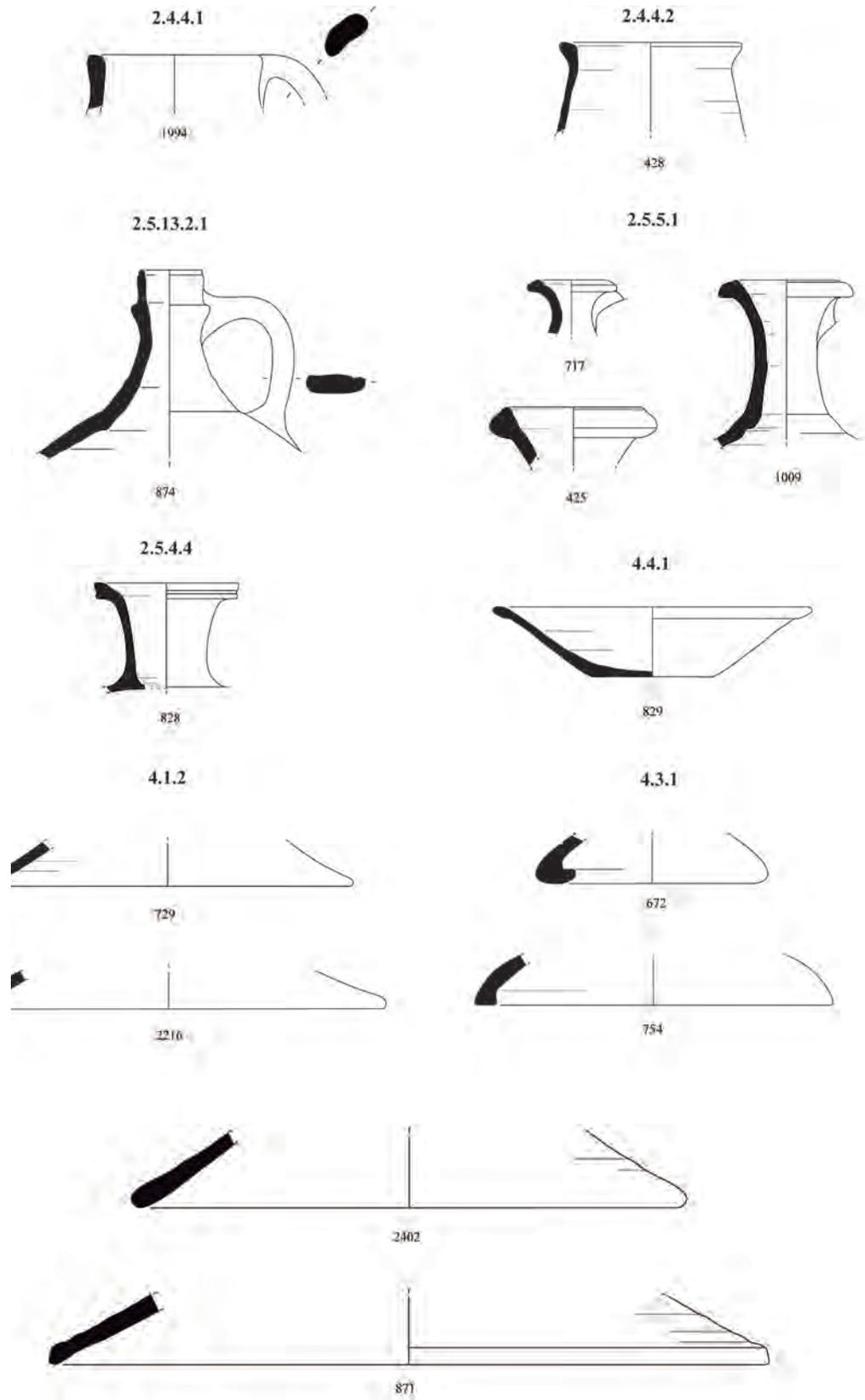


Figura 8
Jarros, bilhas e tampas

0 10cm

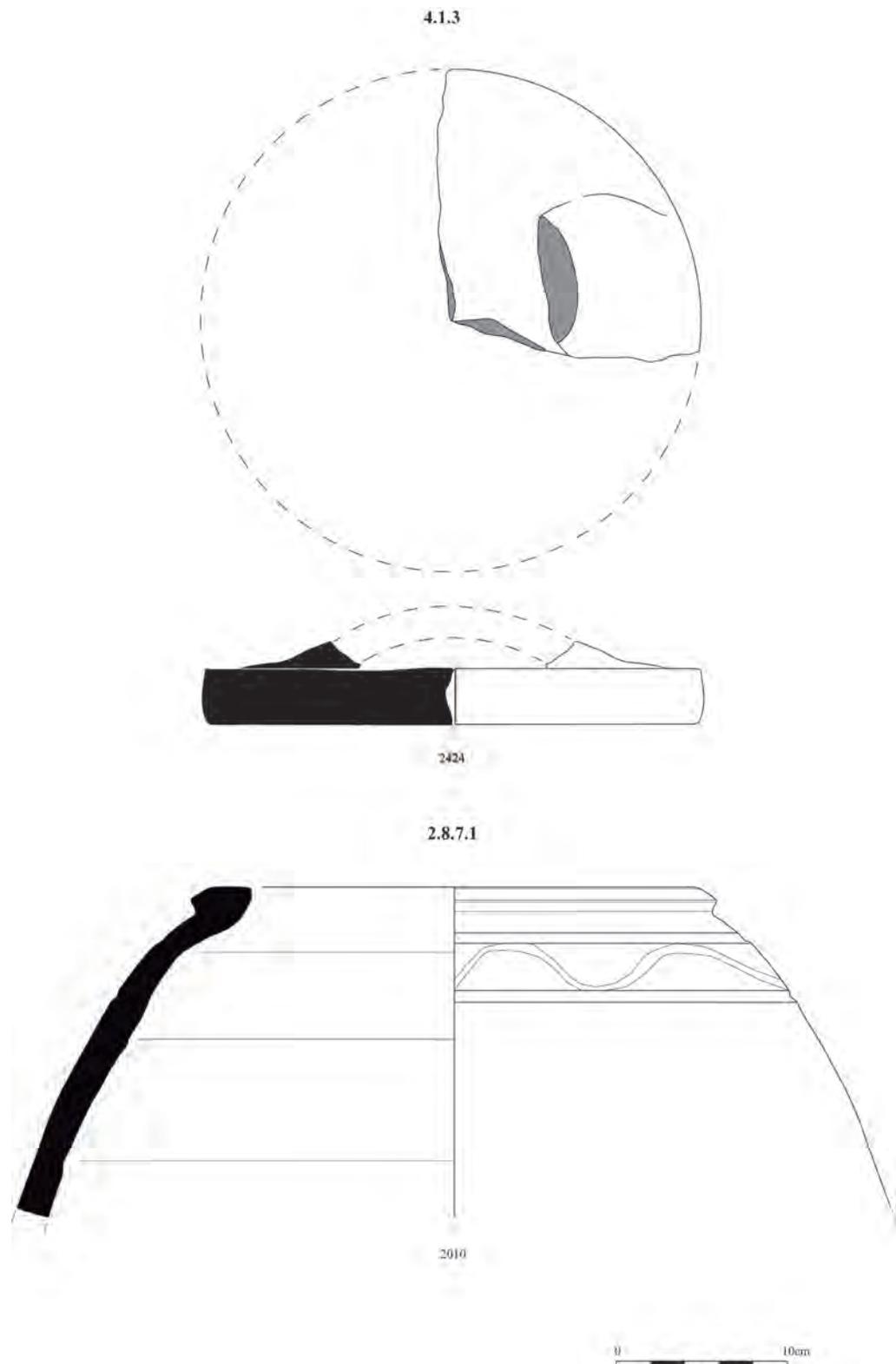


Figura 9
Tampas e Talhas

As tampas estão fortemente representadas na Fase 2. Entre estas merece destacar-se a presença da variante 4.4.1. (Fig. 8, 829) representada quase exclusivamente nos estratos desta fase que corresponde a uma forma identificada na região na *villa* romana de Freiria em contextos dos séculos II a C. a I d.C. (Cardoso, 2015, p.396, fis. 251, n.º 6).

A variante mais representada é, contudo, a 4.1.2., uma versão de bordo voltado para o exterior, simples (729, 2402) ou ligeiramente apontado (871), identificadas em diversos contextos do Alto e Baixo-império na região, resultando infrutífera a apresentação de paralelos.

Quanto às tampas com bordo voltado para interior, (4.3.1. e 4.3.2.) em Povos estão atestadas tanto em produção bética (672) como lusitana, sendo as primeiras associadas aos estratos alto-imperiais. As últimas (754) correspondem a variantes relativamente bem documentadas na região, com produção atestada na olaria da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 103).

Por último, entre as tampas está também presente um exemplar de tampa de talha plana, com asa horizontal (Fig. 9, 2424), com claras semelhanças com uma peça exumada em S. Cucufate, integrada no tipo XV-B-fr-1 (Pinto, 2003, fig. 575), e recolhida em horizontes baixo-imperiais. É igualmente interessante constatar que continua a ser uma forma recorrente em contextos atuais, com paralelos etnográficos bem documentados na região sul do país. FIG. 10

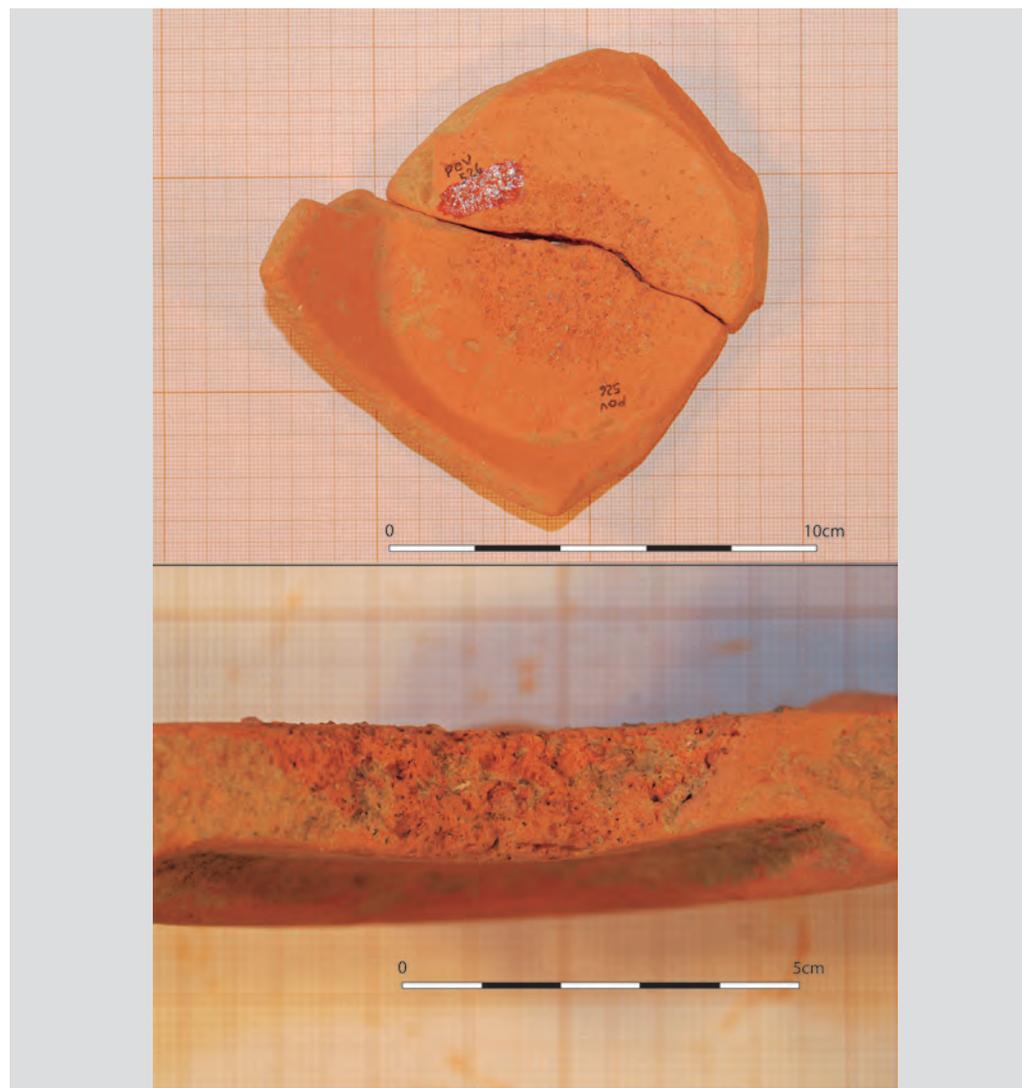


Figura 10
Peça 1840. Pormenor da conformação.

2.4 Apreciação qualitativa e contextualização crono-estratigráfica da cerâmica comum de Povos

Em Povos foi possível identificar diferentes momentos no quadro da ocupação romana, e, no âmbito deste trabalho, associar o conjunto de cerâmica comum do local a alguns destes momentos, valorizando uma análise crono-estratigráfica destas produções.

Importa tecer algumas considerações prévias face às realidades observadas, salientando considerações entre os conjuntos de cerâmica comum enquadrados para os diferentes momentos da ocupação romana, particularmente no que à amostragem diz respeito.

Com efeito, o conjunto material associado a ambas as fases de Povos consubstancia uma amostra formal e tipológica relativamente diversificada, que também se reflete a nível estatístico. O número de indivíduos associado a cada uma das fases cronológicas de Povos é semelhante, refletindo uma tendência um pouco distinta do restante material já estudado, tanto no conjunto anfórico, representado maioritariamente por produções baixo imperiais (Banha 1992) como no conjunto de *terra sigillata*, onde apesar da presença das produções alto-imperiais, são as formas africanas que estão melhor representadas (Dias, 1998). Esta tendência, que poderá dever-se a contingências das próprias intervenções no local e/ou dos mecanismos de recolha ou a outras leituras para as quais não dispomos de dados suficientes, obriga a alguma cautela na valoração quantitativa destes contextos, particularmente porque subsiste um conjunto de peças com alguma expressão que não foi possível contextualizar.

Não obstante, não deixa de ser interessante constatar uma certa coerência formal no seio das fases de ocupação do local quando comparada com outros conjuntos cerâmicos da região (Santos, 2011; Silva, 2012; Santos, *et al.*, 2015; Silva, 2015; Silva, Nozes, Miranda, 2015) que permite fornecer indicadores para a construção de um repertório oleiro comum, marcado por algum conservadorismo.

No que respeita aos fabricos há a registar o domínio quase absoluto da produção local e/ou regional em ambos os momentos, demonstrando que o local de Povos se encontra perfeitamente enquadrado nos circuitos de produção e abastecimento destas produções desde os inícios da ocupação do local. A cerâmica comum importada é praticamente residual, correspondendo na fase 2 a dois exemplares de produção na província da Bética, região do Guadalquivir, ao qual devemos acrescentar quatro dos almofarizes de produção bética publicados por José Carlos Quaresma, (1995-1997; 2006) três dos quais oriundos da fase 2, um integrado num estrato de cronologia Flávia (Dias, 1995-1997; Quaresma, 2006).

As produções de cerâmica comum bética da costa ocidental e do vale do Guadalquivir, ainda que sempre em percentagens relativas, têm uma presença assídua em contextos tar-do-republicanos e Júlio-Cláudios da Lusitânia e particularmente da região do Vale do Tejo (Silva, 2015, p.53). A quase inexistência destas produções em Povos pode dever-se a um mero problema de amostra ou a uma eventual “modernidade” do conjunto, também sugerida pelos dados da *terra sigillata* que demonstram que as importações só se tornaram realmente significativas a partir de Cláudio, já no segundo quartel do século I d.C. (Dias, 1998, p. 15).

No âmbito da produção local, foram atestados três grupos de fabrico de que se repartem pelas diferentes formas e faseamentos identificados em Povos. O fabrico 1 compreende a maioria das produções documentadas no local destacando recipientes de utilização diversificada (preparação culinária a quente e a frio, armazenamento, serviço e consumo). Por oposição, os fabricos 2 e 3 estão tendencialmente reservados à produção de peças coadunadas ao consumo e serviço (tigelas, bilhas, potinhos e tampas), uma tendência também constatada no estudo do centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p.128).

Observa-se que os fabricos 1, 2 e 3 estão presentes na fase 2 do local e que a fase 3 regista maioritariamente produções do fabrico 1 e apenas dois exemplares no fabrico 3, facto que, embora sugestivo, não permite, por ora, grandes considerações, dadas as dificuldades de contextualização dos conjuntos.

A loiça de cozinha é o conjunto dominante em todos os momentos da ocupação romana de Povos e um reflexo do quotidiano das suas gentes, seguindo uma tendência comum em outros contextos regionais. Na fase 2 destaca-se uma prevalência dos tachos e dos potes/panelas, que se mantém na fase 3, mas os recipientes preferenciais para a utilização culinária passam agora a ser os potes/panelas, reduzindo substancialmente a presença das formas do tipo tacho. Como se observou, estes últimos são formas frequentes de loiça de cozinha em contextos Alto-imperiais que continuam, contudo, a ser produzidos na região até momentos tardios (Santos, 2011, p. 79). Desta forma, embora os dados de Povos corroborem a tendência refletida em regiões limítrofes como o vale do Sado que demonstra que estas formas se prolongam em locais de consumo com frequências relativas menos acentuadas pelo Baixo-império, (Mayet; Silva, 1998; Vaz Pinto, 2003, p.318; Silva, Soares, 2014) devemos observar alguma prudência na leitura destes resultados, quer pela limitação dos próprios dados artefactuais como pela natureza dos faseamentos crono-estratigráficos de Povos.

Entre os potes/panelas as variantes 2.2.2.2., 2.2.4.1., 2.2.5.1. e 2.2.9.2. auferem maior representação na fase 2 revelando uma maior diversidade de perfis e lábios dentro das próprias variantes. As formas 2.2.4.1. e 2.2.5.1. evidenciam cerca de 75% dos exemplares com vestígios de queimado, sugerindo uma clara preferência na sua utilização para fins culinários. A primeira observa grande longevidade, destacando-se na fase 2 mas mantendo ainda uma expressão significativa na fase 3, atestando-se a sua produção na região desde os finais do século II até à segunda metade do século IV no centro oleiro da Quinta do Rouxinol (Santos, 2011, p. 82) e no Porto dos Cacos com cronologias que poderão ir do século II aos inícios do V (Raposo e Duarte, 1996, p. 265). Já a segunda parece estar praticamente ausente nos estratos desta última fase, sugerindo de facto tratar-se de uma forma de cronologia Alto imperial, tal como a forma 2.2.9.2. Neste último caso, a produção lusitana desta forma registada em Povos inspirada nos protótipos béticos demonstra também uma tendência de mercado natural na adaptação dos modelos e influências oleiras de outras regiões e na sua reinterpretação e incorporação no repertório cerâmico local. O mesmo pode constatar-se a propósito das bilhas, 2.5.5.1..

Dos horizontes tardios de Povos destaca-se a variante 2.2.2.1. cuja forma corresponde a um protótipo marcadamente regional em época baixo imperial, cada vez mais reconhecida nos contextos do Baixo Tejo e a variante 2.2.9.1. que, a título de hipótese, poderá corresponder a um modelo evolutivo da forma 2.2.9.2. de cronologia alto-imperial.

Devemos ainda salientar que, paralelamente à cerâmica comum de utilização quotidiana, foram também identificados alguns elementos entre o conjunto cerâmico, que atestam atividades artesanais, como fragmentos de pesos de tear e cerâmicas de construção e revestimento. Embora não sendo objeto de análise no presente trabalho, são dados a registar no que respeita às atividades socioeconómicas do local.

3. Contextualização e enquadramento regional

Se os conjuntos artefactuais de Povos são claros indicadores da riqueza desta estação arqueológica (Pimenta, Mendes, 2012, p. 51), menos evidente é a natureza de ocupação do local, uma vez que as estruturas aí identificadas não permitem assumir com segurança se o local de

Povos corresponderia a uma *villa*, ou, face à dimensão da área ainda por escavar, a um *vicus* portuário (Idem, 2012, p.51).

Certo será que o local de Povos desempenharia funções de grande dinamismo económico em época romana, atestadas pela própria implantação desta estação arqueológica, nas imediações do Tejo servida pela via que ligava *Olisipo* a *Scallabis* (Guerra, Quaresma, Blot, 2000, p. 34-35; 38-39) e pelos conjuntos materiais aí recolhidos e já objeto de estudo.

No que respeita à cerâmica comum, constata-se, em Povos, uma diversidade de formas adequada a diferentes funções, demonstrando uma adaptação e ajuste rápido, desde cedo, por parte dos centros oleiros locais e regionais a novos modelos e formas cerâmicas. Este processo de rápida assimilação dos repertórios forâneos e da sua reprodução a nível local e regional não é de todo novo neste território, reconhecendo-se, desde a fase da conquista nos conjuntos cerâmicos do Povoado republicano do Monte dos Castelinhos e continua, ao longo de todo o período romano, a determinar influências formais e estilísticas na produção oleira regional.

No que respeita a locais de consumo, conhecemos uma intensa ocupação do Alto império nesta região, ainda que os acervos materiais, no que à cerâmica comum diz respeito, sejam escassos. Não obstante, as intervenções no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo e no subsolo de Vila Franca de Xira, através dos dados do museu do Neo-Realismo e da Travessa do Mercado, destacam bons paralelos para algumas das formas identificadas em Povos, sobretudo na cerâmica de cozinha, potes/panelas e tachos, onde também estão presentes as variantes de tachos de bordo dobrado sobre o ombro (Pimenta, Mendes, 2007b, fig. 6, n.º 1; fig. 7, n.º 1) e potes de bordo vertical voltado para o exterior (Idem, fig. 7, n.º 5).

Já no que toca aos locais de produção, esbarramos ainda num conhecimento muito incipiente, baseado maioritariamente nas olarias identificadas junto do Tejo, como a Garrocheira e o Porto do Sabugueiro. Se é certo que estas unidades laboraram na produção de contentores anfóricos e cerâmica comum, desconhecemos ainda o peso destas últimas produções e os seus mecanismos de distribuição a nível local e regional, assim como o repertório cerâmico das respetivas olarias e os seus efetivos períodos de laboração, ainda que se reconheçam alguns paralelos para as formas identificadas em Povos nestes locais.

É igualmente importante sublinhar que estão documentadas unidades de produção oleira na região de Vila Franca, como o forno da Quinta de Santo António, o forno da Quinta da Granja (Sabrosa et. al., 2012) e o Forno da Pipa (Pinto, 2012), cujas características arquitetónicas revelam claras similitudes com os modelos construtivos das olarias da região, Garrocheira (Benavente) ou na Quinta do Rouxinol, Seixal. Seriam, contudo, unidades integradas em complexos agrícolas do tipo *villa*, localizados na região do Vale do Rio Grande da Pipa, cuja função primordial seria a produção de peças de olaria, embora em alguns casos, tenham posteriormente assumido outras utilizações. No caso do forno da Quinta de Santo António, abandonado nos inícios do século III d.C., a presença dominante de fragmentos de *dolia*, sugere como plausível uma eventual produção destes recipientes (Sabrosa et. al., 2012, p. 156).

O mesmo parece ocorrer na já mencionada *villa* das Almoínhas, em Loures, onde estão igualmente atestadas estruturas de produção oleira relacionadas com aquela unidade agrícola, assim como no Alto dos Cacos, em Almeirim. Este último local, reconhecido sobretudo pela ocupação militar, revelou uma ocupação dos inícios do século I, relacionada com um tipo de instalação de cariz rural, com a qual deverá estar relacionada a presença de uma bateria de quatro fornos romanos de produção cerâmica identificados nos anos oitenta. Entre o espólio identificado no local, a presença de cerâmica comum, potes e *dolia* com deformações resultantes do processo de cozedura, permitem atestar a produção destas cerâmicas no local, a par com uma eventual produção de materiais de construção (Pimenta, Mendes, 2012).

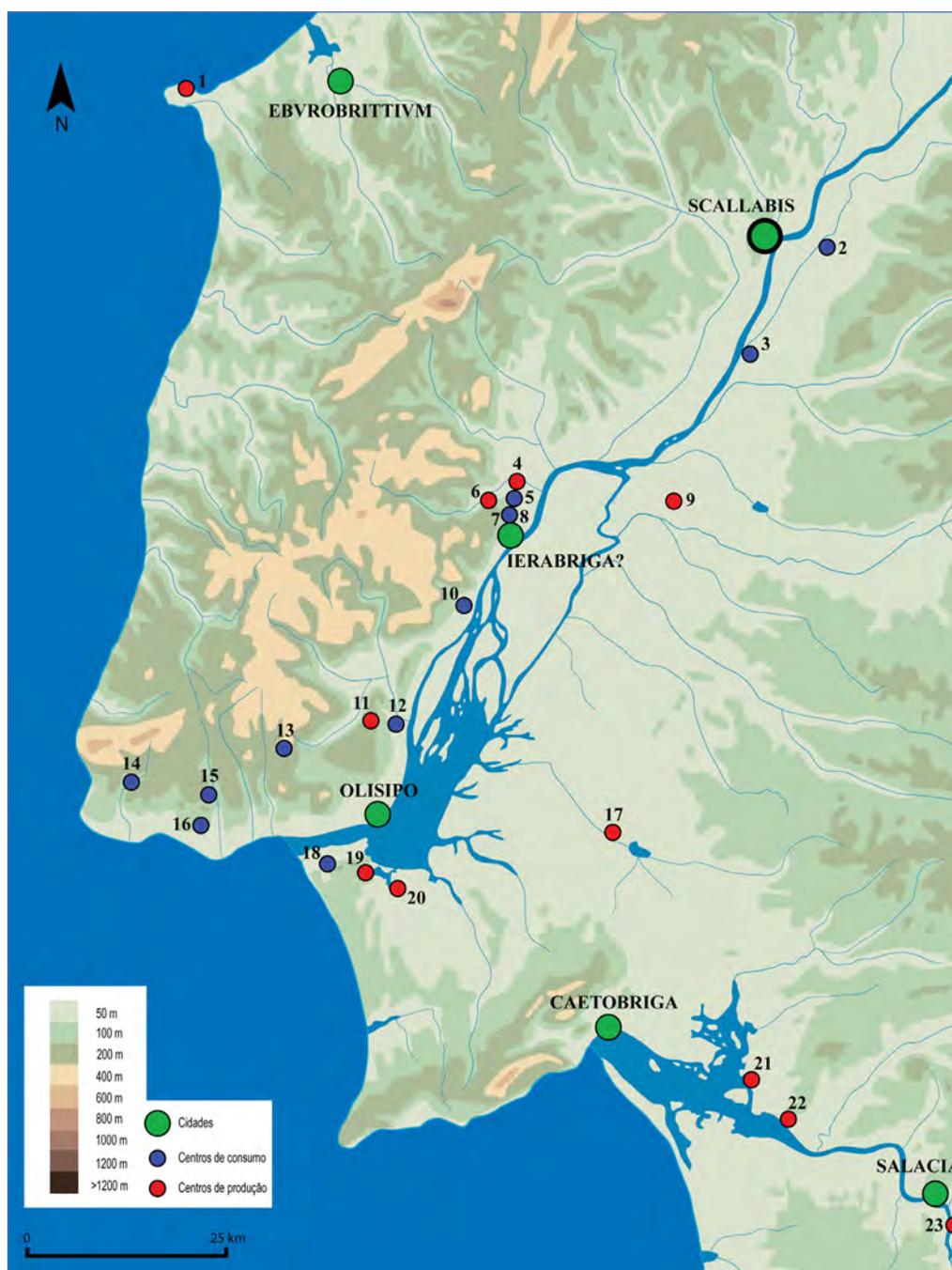
Estes locais, embora possivelmente enquadrados em lógicas de consumo, produção ou distribuição na sua esfera geográfica, terão certamente complementado uma vasta rede de abastecimento de olaria para consumo quotidiano em toda região do Baixo Tejo, nomeadamente os seus centros urbanos (Fig. 11).

O conhecimento relativo às produções de cerâmica comum do Baixo Tejo encontra-se, ainda, numa fase inicial. É importante que se comecem a estudar e a publicar mais contextos de produção, como o da olaria romana da Quinta do Rouxinol, mas, também, de sítios de consumo com estratigrafia e cronologias bem definidas. Só deste modo é possível elaborar a jusante uma síntese que permita compreender as transformações morfológicas, padrões de produção e distribuição destas formas cerâmicas nesta região durante a romanidade. FIG. 11

Figura 11

Mapa com os locais referidos no texto e os principais centros oleiros reconhecidos nos vales do Tejo e do Sado.

- 1) Morraçal da Ajuda;
- 2) Alto dos Cacos;
- 3) Porto Sabugueiro;
- 4) Quinta S. António;
- 5) Monte dos Castelinhos;
- 6) Quinta da Granja;
- 7) Povos;
- 8) Sub-Serra;
- 9) Garrocheira;
- 10) Castelo de Alverca do Ribatejo;
- 11) Quinta das Almoinhas;
- 12) Quinta do Belo;
- 13) Quinta da Bolacha;
- 14) Alto do Cidreira;
- 15) Freiria;
- 16) Caparide;
- 17) Porto dos Cacos;
- 18) Quinta da Torrinha;
- 19) Quinta do Rouxinol;
- 20) Quinta de S. João;
- 21) Herdade do Pinheiro;
- 22) Abúl;
- 23) Barrosinha.



BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. (1990) – Olaria romana da Garrocheira, Benavente. In *ALARCÃO, A. e MAYET, F. eds. – Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga. Diffusion de Bocard, p. 87-95.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; SABROSA, A. (1996) – Complexo Fabril romano da Rua Augusta. Notícia preliminar. In *FILIPPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 199-214.
- AMARO, Clementino et. al (1995) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. *Catálogo da exposição*. Fundação Millennium BCP.
- AMARO, C.; GONÇALVES, C. (2016) – The Roman Figlina at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire. In *VAZ PINTO, I.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A – Lusitanian amphorae-. Production and distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10*. Archeopress, p. 47-58.
- BANHA, C. (1992) – As ânforas da villa romana de Povos. *Boletim Cultural Cira*. 5. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-90.
- BATALHA, L.; CARDOSO, G.; MONTEIRO, M. (2009) – A villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo: do Romano ao Medieval Islâmico. In *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa, p. 11-26.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: O cemitério romano do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 16, p. 243-275.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – *La Cerámica romana de Avgvsta Emerita en época Altoimperial. Entre el consumo y la exportación*. Serie Ataecina 7. Mérida.
- CALAIS, C. (1996) – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira, Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de Campo (1990). *CIRA. Boletim Cultural*. N.º 6. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.49-62.
- CALAIS, C. (1995-1997) – Outeiro de Povos, Resultado preliminar das primeiras intervenções Arqueológicas. *CIRA Boletim Municipal*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.47-74.
- CALAIS, Cristina (1995-97) – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. *Boletim Cultural*. CIRA. N.º 7, pp. 47-74.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do ager Olisiponensis. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo*. Universidad de Extremadura Departamento de Historia Área de Arqueología. Cáceres. (Policopiada).
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1996) O contexto oleiro de Muge na produção romana do Médio e Baixo Tejo. In *FILIPPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, eds. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 167-178.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (no prelo) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche). *Estruturas de Produção. Olaria Romana. Seminário internacional e Atelier de Arqueologia experimental*. Lisboa: UNIARQ.
- CASAS I GENOVER, J.; CASTANYER I MASOLIVER, P.; MARIA NOLA, J. e TREMOLEDA I TRILLA, J. (1995) – Lès ceràmiques locals del N. E. de Catalunya. In *AQUILUÉ, X. e ROCA ROUMENS, M. Ceràmica comuna romana d'època Alto Imperial a la Península Ibèrica. Estat de la questió*. Empúries: Museu d'Arqueologia de Catalunya-Empúries, p. 99-127.
- COELHO-SOARES, Antónia (1987) – Materiais arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 193-201.
- DIAS, L. F. (1995-1997) – Terra *Sigillata* da Villa Romana de Povos (Vila Franca de Xira). Estudo Preliminar. *CIRA. Boletim Municipal*. N.º 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 7, p.13-24.
- DIOGO, A. D. (1993) – Cerâmica comum romana dos fornos do Sado (Oliarias e Vale da Ceba). *Homenagem ao Prof. Doutor Santos Júnior*. Vol. II. Lisboa, p. 145-150.
- DIOGO, A. D.; TRINDADE, L. (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 3. N.º 1, p.181-205.
- FERNANDES, A. (2007) – *Contribuições para a compreensão das dinâmicas de ocupação romana do espaço rural de Olisipo ao longo do Alto – Império*. Relatório de progresso para a obtenção da licenciatura em História, variante arqueologia. Orientado pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva. Policopiado.

- FERREIRA, C. J. (1984) – *Povos 1984: Intervenção do Departamento de Arqueologia do IPPC com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. Dactilografado.
- FILIFE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. (2016) – Produção, Consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em *Olisipo*: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). *Monografias ex Hispania III. Amphorae ex Hispania: Paisajes de producción y consumo*. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana. Tarragona, 10-13 de Dezembro de 2014, p. 423-445.
- GRILO, Carolina (no prelo) – *A cerâmica comum do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. Os contextos fabris*. Actas do 1º Encontro de Arqueologia de Lisboa.
- GRILO, Carolina e ROCHA, A. (no prelo) – *A cerâmica comum romana do edifício sede do Banco de Portugal*.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*. Catálogo da Exposição. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 29-42.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – *L'atelier d'amphores Pinheiro*. Portugal. Paris: Diffusion Du Bocard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores de Abul*. Portugal. Paris: Diffusion Du Bocard.
- MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano 19. N.º 116 -117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33 -71.
- MONTEIRO, J. L. (2012) – *Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete – Portugal)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelo Prof. Dr. Carlos Fabião. Policopiado.
- MOTA, N.; GRILO, C.; ALMEIDA, R.; FILIFE, V. (2016) – Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de Olisipo. A intervenção arqueológica na Rua de São Mamede (via pública – 19) – Santa Maria Maior, Lisboa. *CIRA Arqueologia*. N.º 5, p.
- NOLEN, J. S. (1985) – *Cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. S. (1988) – A *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga*. 27. Faculdade de Letras. Instituto de Arqueologia. Coimbra, p. 61-140.
- OLCESE, G. (2010) – *Atlante dei siti di produzione ceramica (Etruria, Lazio, Campania, Sicilia) IV secolo a.c. – I secolo d.C.* Edizioni Quasar, Roma.
- PARREIRA, R. (1986) – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985. *Boletim Cultural*. N.º 2. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.101-110.
- PARREIRA, R. (1988) – Intervenção Arqueológica no Centro Histórico de Alverca do Ribatejo, 1986: relatório sucinto dos trabalhos realizados. *Boletim Cultural*. N.º 3. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p.89-94.
- PAZ PERALTA, J. (2008) – Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía . Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión. In *D. Bernal Casasola, A. Ribera i Lacomba (eds.), XXVI Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz, p. 497-540.
- PIMENTA, João e MENDES, Henrique (2006) – Ocupação romana no subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 14. Adenda eletrónica VI, p. 1-6.
- PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2007a) – *A escavação de um troço da estrada romana Olisipo-Scalabdis, em Vila Franca de Xira*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007b) – Evidências de ocupação romana no Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 15. Adenda eletrónica VII, p. 1-6.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008) – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série. N.º 16, p. 26-37.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis. In *CIRA Arqueologia n.º 1*. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos Almeirim*. Almeirim. Associação de defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim.
- PIMENTA, J. (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PINTO, A. (2012) – Forno Romano da Pipa. In *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. Vila Franca de Xira, p. 158-167.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V.; SCHMIT, A. (2010) – Cerâmica comum. In *ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro e GONÇALVES, Ana (Coord.)*, *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana. N.º 5. Mérida, p. 219-443.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes cerâmicos de Povos (Vila Franca de Xira), no contexto do território actualmente português. *Boletim Cultural. CIRA*, p. 25-46.

- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono- morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1, p. 149-166.
- RAPOSO, J.; DUARTE, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In *FILIPPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro (eds.) Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal. Lisboa. Dom Quixote, p. 249-66.
- REIS, M. P. e SEPÚLVEDA, E. (2003) – A propósito da “Villa” romana de Povos. Estruturas, materiais e problemáticas arqueológicas. *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 117-128.
- SABROSA, A. ; HENRIQUES, F. ; CARVALHO, E. ; GERMANO, A. (2012) – Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer) In *CIRA Arqueologia*. N.º 1. Actas da Mesa Redonda de *Olisipo a Scallabis*. Vila Franca de Xira, p. 148 -157.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Policopiado.
- SANTOS, C; RAPOSO, J; QUARESMA, J. C (2015) – Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal). *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p.117-148.
- SILVA, B. M. (2007) – *A implantação romana nas Almoínhas (Loures). Forno 3: contribuições para a compreensão da produção oleira romana*. Relatório final para a obtenção da licenciatura em História, variante arqueologia. Orientado pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva. Policopiado.
- SILVA, C.T., COELHO-SOARES, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B. *Setúbal Arqueológica* vol. 15. II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A.I. Marques da Costa, p.305-341.
- SILVA, R. B. da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p.41-67.
- SILVA, R. B. da (no prelo) – O fácies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período Julio-Claudio. In *GARCÍA FÉRNANDEZ, M.I.; RUIZ MONTEZ, P (ed.) – Actas del Simposio Internacional “Facies y contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Universidad de Granada.
- SILVA, R. B. da; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p.1-16.

➤ A Urbanística do Subúrbio Ocidental de *Felicias Iulia Olisipo* (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145

RODRIGO BANHA DA SILVA (CHAM-FCSH/UNL E UAÇ; CAL-CML) | rbds@fcsch.unl.pt

ANTÓNIO VALONGO ARQUEÓLOGO | antonio.valongo@gmail.com

RESUMO

Os autores publicam a informação contextual e os artefactos associados em estratigrafia de uma ocupação suburbana da cidade romana de *Olisipo*. O local situava-se na margem direita do antigo Esteiro da Baixa, contribuindo deste modo para o refinamento das leituras sobre este curso de água e sua importância e significado para o urbanismo romano imperial.

Discute-se o significado do abandono das construções estudadas nos finais do século III e primeiros decénios do séc. IV d.C. em *Olisipo*.

ABSTRACT

The authors publish and interpret the contextual data and stratified artifacts of a suburban construction of the Roman town of *Olisipo* (Lisboa). The site was situated on the right bank of «Esteiro da Baixa», a water course of downtown Lisbon. Therefore, the significance of the roman constructions is discussed referring to the water course's importance and significance towards local Roman urbanistic of the area.

A reflection on late 3d to 4th centuries A.D. abandonment of the suburban settlement is also performed, referring to the transformations performed in the town in this transitional period.

1. Introdução

O desenvolvimento de uma intervenção preventiva na Baixa de Lisboa, dirigida por um dos autores (A.V.), conduziu ao aparecimento de significativas estruturas romanas e respectivos contextos associados no prédio com os n.ºs 133-145 da Rua do Ouro (Fig.1). Trata-se de matéria relevante, pelo impacto que encerra nas leituras do urbanismo de *Olisipo*, o que justifica esta apresentação.

Não constituindo a presença romana naquela zona da cidade uma surpreendente novidade, a existência de ocupação na margem direita do antigo Esteiro da Baixa, junto ao sopé da colina oriental do Chiado/São Francisco, vinha já sendo intuída e/ou equacionada a partir de achados dispersos, muitas vezes verificados em circunstâncias pouco esclarecedoras.

Assim aconteceu numa acção de emergência dirigida por Dias Diogo em 1990, na esquina entre as ruas do Crucifixo e de São Nicolau, onde a escavação para um poço de elevador levou à recolha de diversos fragmentos anfóricos, a que se não conseguiu esclarecer o contexto de proveniência respectivo. Do mesmo modo, no n.º 197 da Rua do Ouro, em 2002, numa outra intervenção dirigida desta feita por António Marques e Lídia Fernandes, se reco-

lhera outro pequeno conjunto de materiais cerâmicos romanos de Época Imperial, ocorrido num contexto a que foi atribuída cronologia já medieva (Fernandes e Marques, 2003; dados complementados oralmente por António Marques, a quem se agradece a autorização para a divulgação do dado). Por fim, em 2012, no Largo da Boa Hora, os trabalhos executados no terreno por Alexandra Krus e Márcio Martingil detectaram os restos de um compartimento rectangular isolado, de modesta arquitectura e exígua área, a que se associavam materiais cerâmicos de bem ampla e distinta cronologia romana, cobrindo desde o Período Republicano ao Baixo Império (informação oral dos próprios, agradecendo-se aqui a sua autorização para a divulgação).

Aos dados referidos acima talvez se deva aduzir igualmente a epígrafe funerária referida em sucessivas ocasiões pelos antiquaristas a partir dos inícios de seiscentos (Silva, 1945), hoje perdida, que se encontrava, já em 1601, encastrada na fachada meridional do Palácio dos Duques de Bragança, na zona actual da Rua Victor Córdon. A menção explícita a estar inscrita num “troço de coluna” sugere tratar-se de uma *cupa*, morfologia de monumento pétreo comum nos ambientes rurais olisiponenses, mas que para já parece permanecer ausente da epigrafia funerária urbana de *Olisipo*. A tipologia provável do monumento epigrafado impõe a devida reflexão sobre o elemento, bem como sobre o carácter da ocupação que lhe poderá ter correspondido no período romano.

Neste sentido, o contributo mais relevante dos resultados dos trabalhos conduzidos na Rua do Ouro n.ºs 133-145, que agora se divulgam, é o de comprovar, de modo categórico, a ocupação pelos subúrbios ocidentais da cidade de *Olisipo* de espaços situados na margem direita do antigo Esteiro da Baixa em Época Romana Imperial, e o de alguma forma contribuir para o esclarecimento da paleotopografia desta zona. FIG. 1

2. O espaço identificado e os elementos de cronologia romana detectados

O conjunto de elementos de Época Romana que agora se divulga foi detectado em 2014 em duas áreas distintas de um edifício de traça pombalina, todavia sujeito a profundas alterações posteriores que lhe modificaram em muito a sua arquitectura original do interior. A intervenção incidiu quer ao nível do piso térreo (Piso 0), quer num espaço de cave (piso -1), localizada no vértice NO do prédio, junto ao tardóz. O trabalho arqueológico visava a minimização dos impactes patrimoniais negativos decorrentes da adaptação do espaço a mais um estabelecimento hoteleiro da Baixa Pombalina de Lisboa.

Sujeita às condicionantes impostas pelo projecto de arquitectura e de engenharia de estruturas, a intervenção procurou minimizar os impactes das acções urbanísticas ao nível do subsolo. As unidades de área escavadas equivaleram, por consequência, a espaços limitados e dispersos (Fig.2), estando as cotas de afectação estrangidas às necessidades de obra. Este tipo de estrangimentos impediu, por consequência, o esclarecimento cabal dos conjuntos das realidades presentes no registo arqueológico contido no espaço.

Os trabalhos decorreram com o apoio do dono de obra e do empreiteiro e em articulação estreita com projectista, o «atelier» Rui Mó Rebelo-Arquitectos Lda., beneficiando da fiscalização permanente da D.G.P.C. Deve, a este propósito, destacar-se o espírito de boa colaboração estabelecido entre as várias entidades, factor que permitiu efectuar o alargamento da área inicialmente prevista no piso -1 e encontrar a solução menos danosa para o património cultural colocado em causa pelo projecto. Obviamente que, por as referidas soluções terem sido resultantes de processos de cariz negocial, algumas questões de índole científica ficaram,



Figura 1
Localização do
edifício da Rua do
Ouro n.º 133-145.



Figura 2
Planta da escavação arqueológica da Rua do Ouro n.º 133-145 ao nível do Piso 0 (térreo), com indicação da zona escavada no Piso -1 (cave), onde se identificaram os contextos romanos (base Valongo 2015, modificada).

inexoravelmente, por esclarecer. Ainda assim, e como resultado final, dever-se-á enfatizar ter-se conseguido a criação de uma pequena zona expositiva no interior do novo «The 7 Hotel», um pequeno marco da rica memória que o local insuspeitamente encerrava.

Em termos metodológicos, as escavações foram executadas procurando-se a desmontagem sucessiva das unidades estratigráficas pela ordem inversa à da sua formação, por conseguinte seguindo os enunciados de Barker-Harris, mas com a aludida desmontagem constrangida à opção de execução de planos horizontais pré-definidos equivalentes às cotas de afectação, neste particular seguindo os pressupostos da escavação “por complexos” ou “planos artificiais” (Harris, 1991). **FIG. 2**

2.1. Piso 0 (piso térreo)

Na U.E. [333], na área do futuro “posto de transformação”, identificou-se uma formação oitocentista, interpretada como equivalente a um provável aterro de regularização relacionado com a vida do edifício pombalino, havendo a destacar-se a presença nela de diversa cerâmica de cronologia variada, predominantemente das Épocas Moderna e Contemporânea (sécs. XVII a XIX).

Entre os elementos identificados nesta U.E, há a destacar a recolha no plano 3 de um fragmento de bordo anfórico do tipo Dressel 14 em fabrico lusitano (Fig. 7, n.º 1). Tratar-se-á, com muita probabilidade, de elemento remobilizado dos níveis mais profundos aquando da abertura dos caboucos para o prédio, e depois de novo transportado e “embalado” na unidade oitocentista onde foi encontrado.

2.2. Piso -1 (cave)

O espaço aqui reconhecido revelou uma complexa riqueza informativa, todavia apresentando uma dinâmica de leitura difícil, muito por força da exiguidade das áreas escavadas e das diversas afectações sofridas até à Época Contemporânea.

De facto, num limitado espaço que não atingiu os 12 m² foram identificadas variadas estruturas de cronologia romana: um muro, com uma ara adossada, um tanque, um embasamento maciço, um aglomerado de pedras anexo a este e um outro em tijolo, junto ao precedente (Fig.3). No seu todo estas estruturas compunham um “patchwork” construtivo com alguma dinâmica no passado, tendo sido impossível esclarecer, de forma categórica, a funcionalidade(s) efectiva(s) detida(s) então pelos espaços no período Imperial Romano.

2.2.a. Afectações da potência romana por acções posteriores.

2.2.a.1. Afectações de cronologia setecentista e contemporânea (séc. XIX e meados do séc. XX)

Deverá recordar-se que a escavação arqueológica se desenrolou no interior de uma cave aberta nas décadas centrais do séc. XX, implementada no subsolo de um edifício pombalino.

Esta acção, como numerosas outras executadas ao tempo em Lisboa, foi desprovida de qualquer acto arqueológico, não tendo restado memória alguma acerca das materialidades que decerto se sobrepunham aos contextos romanos identificados, e respectivas sequências então desmanteladas. Este aspecto não é de somenos ressaltar, pois os espaços romanos detectados mais a norte, para além de interceptados pelos muros dos alicerces de fundação e travamento setecentistas, foram bastante afectados no século XX pela abertura da cave, tendo deles restado, sobretudo, as estruturas situadas abaixo das cotas de circulação originais do piso -1 e muito pouco das estratigrafias que sobre os pavimentos originais romanos se terão formado após a sua desactivação.

Data, portanto, do século XX o depósito [10], resultante dos trabalhos de regularização do subsolo destinados ao assentamento do pavimento contemporâneo em mosaico hidráulico [1] e dos enrocamentos [2] e [3] nos quais se apoiava.

Em [10] se recolheram cerâmicas predominantemente romanas, muito fragmentárias, pontuando um exemplar de parede do fundo de Cerâmica Africana de Cozinha (não ilustrado- adiante n.i.), um outro fragmento conservando o arranque de asa e porção do colo de ânfora de Cós, produção do Mar Egeu enquadrável genericamente nos séculos I a.C.-I d.C. (Fig. 7, n.º 2) (Bezeczky, 2013), mais uma porção de asa de ânfora norte-africana de tipo indeterminável (Fig. 7, n.º 3), com uma pasta característica dos fabricos de Salakta, na região Centro da Tunísia (Bonifay, 2004). A par destes fragmentos anfóricos foi colectada também a parte inferior muito fragmentada de um arranque de asa atribuível ao

tipo tagano/sadino Lusitana 3 (Fig. 7, n.º 4), morfologia atribuída aos séculos II e III d.C. (Fabião, 2005).

A par destas cerâmicas foram também identificadas produções locais regionais em cerâmica comum romana, nomeadamente um lábio de bacia (Fig. 7, n.º 5), um bordo de tigela (Est. 2, n.º 6), um outro de testo (Fig. 7, n.º 7), um fundo de pote/panela ou tacho (Fig. 2, n.º 8) e a zona de arranque de colo de jarro ou bilha (não ilustrado).

No segmento escavado mais a norte, identificou-se o corte provocado pela vala de fundação pombalina, o interface [36], destinado a receber os alicerces setecentistas [9] e [15], sendo a vala preenchida por [06]. Neste âmbito estratigráfico de revolvimento moderno, a U.E. [06] revelou um fragmento de fundo com pé de pucarinho da Baixa Idade Média (n.i.), um outro de tampa em cerâmica comum local/regional (n.i.), romana, e um pequeno fragmento de cálice de corpo hemisférico em *terra sigillata*, decorado a molde, em fabrico de modo itálico (Fig. 7, n.º 9).

2.2.a.2. Afectações da potência romana por acções de cronologia medieval muçulmana (séc. XI)

As afectações da potência romana remontam a período bem anterior ao da instalação da cave moderna e do edifício setecentista. Assim, a U.E. [18] equivale ao remanescente reconhecido de uma estrutura negativa de configuração circular ou de tendência ovalada, apenas parcialmente reconhecida e conservada, que cortou a estratigrafia anterior, romana.

O seu enchimento [19] apresentava-se como um sedimento arenoso cinzento muito escuro, de grão fino e medianamente solto, contendo cerâmica comum, de construção, pedras de pequeno calibre, ossos, conchas, alguns nódulos de argilas amarelas e outras rubefactas, como grande concentração de nódulos de carvão.

A cerâmica associada neste contexto [19] correspondia, na maioria, a um significativo conjunto de cerâmica de cronologia medieval muçulmana, onde se destacavam gramáticas decorativas pintadas a branco de três traços produzidos a cal acompanhando panelas ainda de perfil “em S”, elementos sugestivos de uma datação em torno do séc. XI (Valongo, 2015: 9). A configuração da estrutura sugere tratar-se de silo ou fossa detritica.

A este propósito, e comprovando a afectação antiga dos níveis romanos, entre o material “embalado” em [19], destacavam-se exemplares romanos de significativa cronologia. Neste âmbito, há que sublinhar a presença de dois vasos em TSCAf C e de um outro em D: um bordo mostrando aplicação decorada de arbusto integrável no tipo Atlante 28, forma que se aproxima das morfologias Hayes 54.1 e 51B, possuindo como paralelo exacto mais próximo para o elemento decorativo um vaso completo deste último tipo publicado por Maria Maia, colectado em estratigrafia em Tróia, onde a peça, também de aba recortada, apresentava, para além do arbusto, um ónagro (Maia, 1974-77: 378, n.º 10) (Fig. 8, n.º 12); o conjunto de 8 fragmentos com colagem que permitem a reconstituição de uma porção de um prato conservando o perfil quase completo, do tipo Hayes 50A/B (Fig. 8, n.º 10); ao fabrico D pertence um pequeno fragmento de bordo classificável no tipo Hayes 59, sendo impossível discernir se das variantes A ou B (Fig. 8, n.º 11).

Genericamente os três elementos de data romana citados enquadram-se num espectro limitado, situável entre a segunda metade do séc.III e os meados do séc.IV d.C., com o fragmento em produção D de *terra sigillata* clara africana a mostrar um mais longo espectro, muito embora com uma incidência notória em contextos dos primeiros anos aos anos centrais do séc. IV d.C. (Hayes, 1972: 99).

uma argamassa de cal com areia, consistente, homogénea e de coloração amarelada clara, com picos de cal observáveis a olho nu e numerosos outros inertes pequenos, sobretudo calcários e quartzíticos. Com 58 cm de espessura e cerca de 110 cm de altura máxima preservada, foi reconhecido ao longo de um pouco mais de 5 m de extensão, não se tendo descortinado as suas extremidades, o que é o mesmo que dizer que se desconhecem os outros muros que necessariamente articulariam distintos ambientes, quer a norte quer a sul.

Ambos os paramentos de [11] ([12], a norte, e [50], a sul) ostentavam vestígios em mau estado de conservação de uma preparação de reboco onde pontualmente assentava ainda estuque branco, pressupõe-se que originalmente pintado a fresco. Na face a norte, aliás, notava-se de forma evidente um segmento de utilização de fragmentos de *imbrex* para assentamento do reboco de preparação, empregue para receber a mencionada pintura mural.

A sustentar a interpretação do desaparecimento do pigmento, foram recolhidos em processo de escavação diversos pequenos elementos de fresco aderente à mesma preparação em distintos depósitos, para além de um número não contabilizado de fragmentos da dita preparação. Infelizmente, nenhuma das amostras colectadas conservando cor permitia descortinar a composição da gramática decorativa, e as mesmas cromáticas ocorreram a norte e a sul do muro, não se podendo, por consequência, adscrever qualquer delas em particular a qualquer um dos paramentos de [11] (ver *infra*, Tabela 1). Seja como for, o emprego no local deste tipo de elemento decorativo denota tratar-se de um edifício que encerrava alguma qualidade arquitectónica.

Neste sentido, há a reportar a recolha dos seguintes fragmentos de decoração mural:

Tabela 1 Distribuição das recolhas de restos de pintura mural romana pelos depósitos.

CÔR U.E.	[20]	[27]	[35]	[38]	[40]	[41]	[44]	[48]	TOTAL
Branco	3	4	1	1	1	8	5	2	24
Vermelho sanguíneo	1	1	1	-	1	2	1	-	7
Branco e vermelho sanguíneo	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Branco com filete amarelo torrado	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Castanho com filete amarelo torrado	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	4	5	3	2	2	10	6	2	34

Altamente significativo neste muro [11] era um entaipamento ([22]) de um vão prévio, sensivelmente na zona mediana do troço reconhecido, bem patente no paramento sul. Este entaipamento selou o vão que estabelecia a comunicação entre os ambientes a “norte” e a “sul” da estrutura, e foi realizado com uma alvenaria de ligante similar à do restante muro, com a diferença marcada, porém, de que empregou variados elementos laterícios fragmentados justapostos e argamassados, sobretudo presentes na zona da ombreira interna SO onde se dispunham a toda o alçado preservado, por certo melhor se ajustarem ao objectivo da acção e à zona específica onde foram colocados. Noutra sentença, este entaipamento [22] mostrava os vestígios do mesmo tipo de paramento já antes mencionado, sendo portanto anterior a este e solidário com um determinado momento da vida a uso do muro [11] e dos dois ambientes por ele delimitados.

Esta anulação do vão de comunicação é um elemento-chave para a compreensão da dinâmica sofrida pelo espaço, dado que a selagem implicou a criação de dois ambientes situados

a cotas bem diferenciadas: a zona para sul, que foi desta forma compartimentada pelo fechamento do vão no muro, era dotada de um piso situado sensivelmente à mesma altura que se supõe para a soleira do vão original; ao invés, a zona gerada a norte iria possuir, a partir de um momento indeterminado, um novo piso de circulação, mais do que provavelmente obliterado pela abertura da cave no séc. XX, mas que de qualquer das formas se situaria forçosamente bastante mais acima do piso do ambiente a sul, 60 cm pelo menos, dado a essa cota se ter identificado o pavimento do fundo de um tanque forrado a *opus signinum* ([37]), bem como, ao lado deste, um maciço em alvenaria paralelepípedo ([14]) com o topo situado a cota similar.

O compartimento a sul encerraria uma funcionalidade que se desconhece, e do piso de circulação sobreviveram somente vestígios: no paramento murário notavam-se ténues marcas da sua presença, e numa área central da sondagem arqueológica haviam sobrevivido *in situ* restos de argamassa esbranquiçada em duas zonas ([46] = [47]), provável preparação para o seu assentamento.

Parecendo conformar um ambiente de alguma amplitude espacial, desconhece-se com rigor a funcionalidade deste ambiente sul. Contudo, um elemento aí presente provava, de forma assaz contundente, ter pelo menos encerrado um âmbito de alguma forma sacralizado, pois aí se exumou uma ara edificada em alvenaria de pedra e tijolo ([42]), rebocada e estucada como o restante da parede à qual encostava, sendo aliás solidária com o revestimento do paramento mural [50].

A ara [42] foi encontrada completa, com toros, frontão, *foculus*, fuste e base toscamente moldurada, notando-se ainda no topo marcas de fogo evidentes, resultantes das práticas rituais que ali tiveram lugar em Época Romana (Fig.3 e Foto 1). Infelizmente, se epigrafia possuiu, seria pintada, e sequer vestígios seus eram rastreáveis a olho nu. Construída com a

Fotografia 1
A ara [42] (vista de este).



base colocada ao nível do solo original, apresentava 69 cm de altura máxima, por 29,4 cm de largura máxima e 34,7 cm de profundidade máxima, e ao nível da base eram visíveis rebarbas de argamassa que marcavam também a cota do piso com a qual se articulava e que, como vimos antes, estava já desaparecido. FOTO 1

O ambiente a norte do muro [11] revelou, basicamente, dois conjuntos estruturais mais relevantes: o fundo [37] e o arranque de duas das paredes laterais ([7]) de um tanque quadrilátero forrado a *opus signinum* ([8 e 37]), dotado das meias-canais no fundo e nos dois vértices das esquinas subsistentes; um maciço paralelepípedo de planta tendencialmente quadrangular ([14]), a que encostavam dois muretes sucessivos: [51] em pedra-seca e [52] em tijolo fragmentado (Foto 2). Todos os conjuntos citados encostavam pela face norte ao muro [11], e a cota a que foram encontrados implica, como se viu antes, que a sua erecção tenha ocorrido com posteridade ao fecho de vão ([22]) do referido muro [11], ocultando o paramento original que se lhe sobrepôs ([12]): este facto torna-se evidente porquanto o articulado do maciço-muretes tapa em parte o próprio local do vão.

A leitura do tanque [7]+[8]+[37] que, como se disse antes, se supõe ter sido de planta quadrilátera, mais não pode do que sugerir tratar-se de uma estrutura hidráulica, sendo aliciante entrever nela um elemento aquático de decoração arquitectónica do ambiente.

Já o maciço paralelepipedico [14] foi instalado num momento anterior ao da construção do tanque [7]+[8]+[37], porquanto não só o murete lateral oriental [7] lhe encosta, como se nota o arranque da estrutura também em laterício argamassado que o envolveria de igual modo pelo seu lado setentrional (vide Fig.3 e Foto 2). Este sólido maciço paralelepipedico [14], pelos vistos envolvido pelo murete [7] a oeste e norte, sugere tratar-se de embasamento destinado a elemento decorativo e/ou epigráfico e/ou hidráulico, muito possivelmente articulado com o tanque citado. Esta leitura não representa porém a única possibilidade, não se podendo descartar na totalidade a hipótese de se ter destinado a suporte de coluna ou pilar: porém, a muito curta distância em relação ao muro [11], ao qual encosta, parece apontar noutro sentido.

A este do embasamento [14] foram reveladas duas outras estruturas: [51], um conjunto de sedimentos e pedras dispostas a seco, encastradas umas nas outras e intercaladas com sedimento argiloso, e [52], uma construção argamassada de fragmentos de *later*, do qual se reconheceram três fiadas distintas, que limitava a unidade anterior. É de notar que ambos são sucessivos no tempo, e o carácter manifestamente “precário” que apresentavam pode significar tão-somente que equivalem a elementos utilizados para a contenção de terra na fase de entulhamento destinado ao alteamento do piso. Na realidade, não existe qualquer elemento detectado no local sugestivo de que [51] e [52] equivaleram a acções de “*squatering*” ali praticado em período tardio, e a este propósito convém sublinhar a tendência horizontalizada e a própria articulação da sequência dos depósitos [33], [35] e [38], significativamente de encosto (Fig. 5). No mesmo sentido concorre a presença de depósitos [34] e [39], intercalando a sequência [33], [35] e [38], pela sua morfologia fina e lenticular (Idem). Por consequência, afigura-se-nos como mais provável [51] e [52] tratarem-se do resultado directo das acções de alteamento do piso e da colocação do maciço de alvenaria, por forma a colmatar e, sobretudo, consolidar e estabilizar a estrutura negativa previamente executada nos depósitos aí colocados para a instalação de [14].

Em síntese, temos portanto no local da Rua do Ouro n.º 133-145 representados três dos momentos de vida das estruturas (vide esquema interpretativo da Fig. 4):

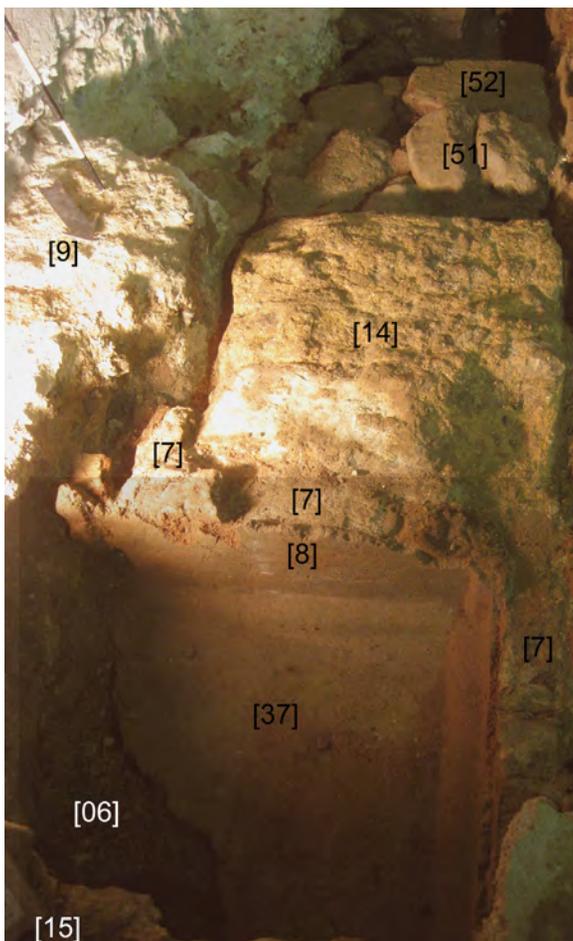
A. Momento equivalente à vida a uso do muro [11] com cotas de circulação a norte equivalentes às do ambiente a sul, e um vão de comunicação entre ambos, com a ara [42] a uso;

B. Momento em que o vão de [11] é entaipado com a acção estrutural de entaipamento [22], ocorrendo o revestimento correspondente aos paramentos de [11] ([12] e [50]), recobrindo a ara [42] no lado sul;

C. Momento em que diversas acções são praticadas no ambiente a norte de [11], implicando a instalação de um tanque hidráulico ([7], [8] e [37]), do embasamento [14], implicando com probabilidade a criação de [51] e [52] e a formação dos depósitos [33], [34], [35], [38] e [39]; FOTO 2

Fotografia 2

Vista de oeste para este das estruturas romanas ([7], [37], [8], [14],[51] e [52]) que compõe o ambiente a norte do muro [11] e afectações setecentistas ([15], [6], [9]).



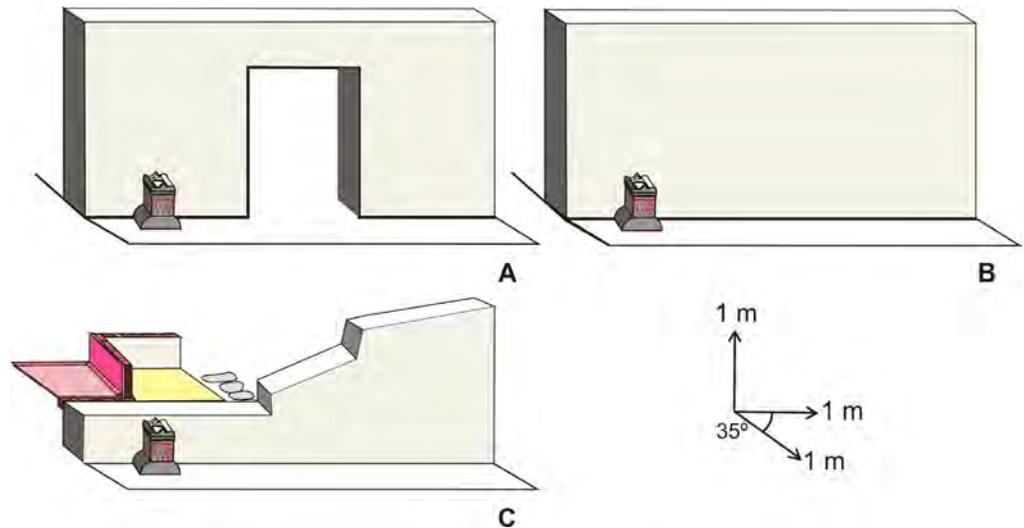


Figura 4
Leitura dos momentos
da dinâmica
construtiva romana
patenteados na Rua
do Ouro n.º 133.

À laia de comentário de índole cronológico, e procurando fixar as datações das estruturas no tempo, quer o depósito [48] como a preparação de pavimento [46] e [47], unidades que se lhe sobrepunham, podem equivaler quer ao momento A, quer terem resultado das modificações introduzidas no momento B. De qualquer das formas, as amostras colectadas em [48] revelaram-se por demais insuficientes, resumindo-se a um fundo de pote/panela em fabrico regional (Fig. 13, n.º 100), o que não autoriza qualquer adscrição a uma data precisa dentro do período Imperial Romano.

Já para o momento C, etapa mais tardia da vida a uso das estruturas, dispomos dos depósitos [33], [34], [35], [38] e [39], seguramente aqui integráveis, com probabilidade resultantes das remodelações operadas com vista (ou como consequência da) instalação da estrutura laterícia [52], correlacionável com a erecção do embasamento [14]. FIG. 4

Do conjunto dos cinco depósitos mencionados, somente [33] proporcionou a recolha de cerâmicas classificáveis. Nesta U.E. os “elementos datantes” correspondiam a um fundo de prato em fabrico A2 de *terra sigillata* clara africana, infelizmente de tipologia não identificável (Fig. 15, n.º 117), um bordo muito rolado de ânfora Dressel 7/11 num fabrico da Bética Costeira (Fig. 15, n.º 121), uma asa de ânfora com a mesma origem (Fig. 15, n.º 120), atribuível a qualquer das variantes A ou B do tipo Beltrán II (mais provavelmente a primeira) e um pequeno fragmento da base anelar de uma ânfora provavelmente regional do tipo Lusitana 3 (Fig. 15, n.º 122). Dois pequenos fragmentos de lucerna, uma de origem africana (Fig. 15, n.º 118) e outra bética (Fig. 15, n.º 119), como variados exemplares de cerâmica comum regional, designadamente dois bordos de jarro de boca trilobada (Fig. 16, n.ºs 125 e 126), um fundo em forma de pé anelar de vasilha inclassificável (Fig. 16, n.º 127), um bordo (Fig. 16, n.º 128) e um fundo (Est. 16, n.º 134) de tachos, cinco bordos de pote/panela (Est. 11, n.ºs 129-133) e um outro ostentando um fabrico cuidado e delicados ornatos brunidos (com uma pasta que denuncia origem forânea = Est. 15, n.º 123), completavam a amostragem identificável da U.E. [33].

No seu todo, os elementos não são suficientemente esclarecedores para definir uma proposta de cronologia fina. Ainda assim, a presença do exemplar de *terra sigillata* africana, que pode ser concordante com o perfil cronológico dos fragmentos de lucerna, remete o conjunto de acções de remodelação do espaço a que nos referimos como «momento C» para um período contemporâneo ou posterior ao séc. II d.C. FIGS. 5 E 6

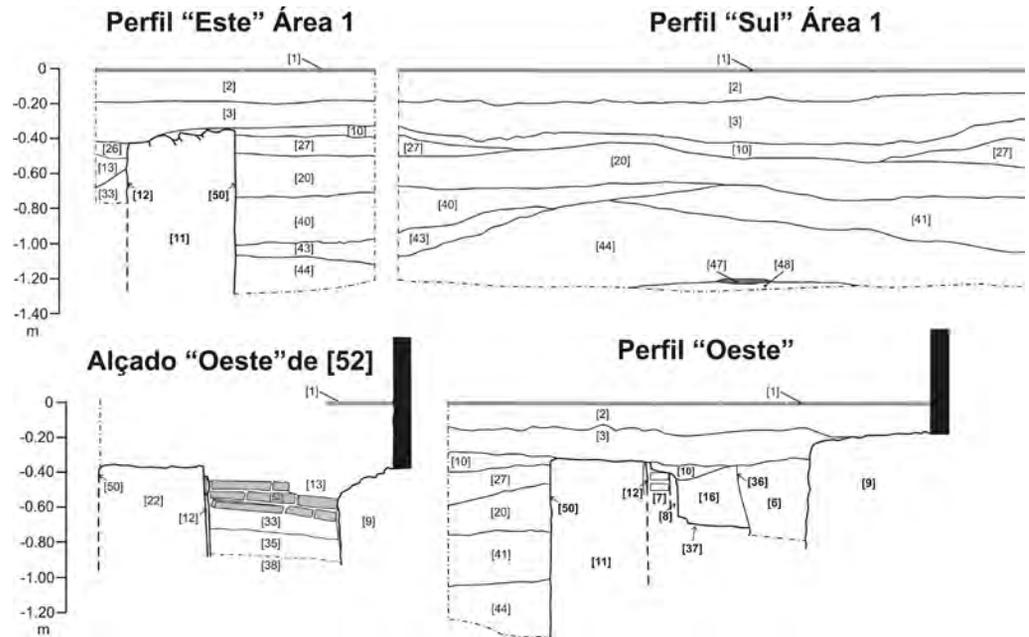


Figura 5
Perfis estratigráficos
da Rua do Ouro
n.º 133.

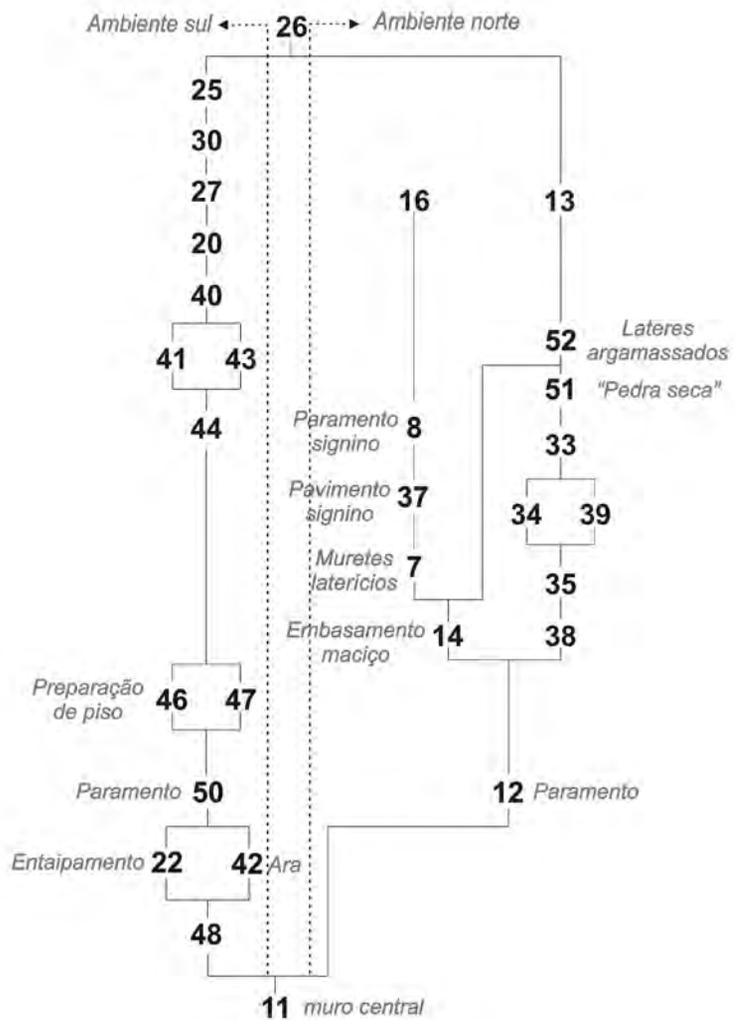


Figura 6
Matriz de Harris do
ponto arqueológico
de Lisboa Rua do
Ouro n.º 133-145
(apenas contextos de
cronologia romana).

2.2.b.2. As dinâmicas de reforma e do abandono e colmatação dos ambientes situados a norte e a sul do muro [11]

Na realidade, aquilo que o registo arqueológico do local mostrou com mais exuberância foram os momentos de abandono dos dois ambientes, úteis na medida em que definem momentos *ante quem* para as dinâmicas antes expostas. Deverá, neste particular, enfatizar-se a necessidade de tratar de forma diferenciada os ambientes a norte e a sul de [11], pois nada nos garante *a priori* o abandono e desfuncionalização simultânea de ambos os espaços.

No ambiente a norte de [11], o tanque [7]+[8]+[37] fôra preenchido até ao máximo conservado das suas laterais pelo depósito [16], já inserido na etapa de abandono das estruturas, que convencionámos designar por «momento D». Indo ser apreciados adiante os contornos cronológicos do conjunto cerâmico com estas cronologias, importa destacar, desde já, o menor grau de fragmentariedade da maioria das espécies colhidas em [16], o que decerto encerra significado quanto aos processos de formação do depósito, sugestivos de um enchimento do tanque ocorrido de forma relativamente rápida.

Neste mesmo ambiente espacial situado mais a norte, e assentando sobre o maciço [14], sobre [51] e [52], cobrindo os depósitos [33], [35] e [38], e encostando até ao topo preservado do paramento [50] do muro [11], surgiu o depósito [13], por seu turno afectado na parte superior pelas acções das obras de meados do séc. XX que geraram o depósito [10]. Como [16], [13] integra já o «momento D».

No ambiente a sul, o depósito [48], como os restos de argamassa interpretados como de preparação para receber pavimento ([46] e [47], que se sobrepunham a [48]), foram no seu conjunto rompidos e, sobre esta afectação foi depositada a U.E. [44]. Refira-se que, por seu turno, [44] encostava também ao paramento [50] do muro [11], como à ara [42]. A configuração deste depósito [44], com nítida sobre-elevação na sua zona mesial, indicia uma deposição efectuada por transporte para o local.

Sobre [44] assentavam fisicamente [43], [41] e [40], estando esta última unidade parcialmente sobreposta à anterior. Parece sintomático que [43] corresponda a uma concentração de fragmentos de *imbrices*, e que a ocorrência deste material construtivo, ou de qualquer outra olaria de construção, seja escassa nos restantes depósitos do ambiente a sul de [11]. Sem que os dados se revistam da necessária solidez, [43] pode traduzir o momento de colapso de cobertura, quando o abandono do espaço já era efectivo, e implicando que a área do ambiente a sul de [11] seria só parcialmente coberta. Outras explicações são, todavia, de igual modo possíveis, se se admitir que [43] se formou por transporte ou selecção (triagem) feita por mão humana.

Sobre os depósitos mencionados assentaram depois, e sucessivamente, [25], [26], [27] e [29]. Por fim, sob esta sequência se revelou o depósito [20] que, ao contrário dos antes citados, se dispunha sobre todo o ambiente a sul de [11], encostando ao paramento [50], topo da ara [42], e cobrindo os depósitos [40] e [41].

A análise dos artefactos exumados nas estratigrafias assume, por consequência, uma importância fulcral, para se avaliar das cronologias dos depósitos e, a partir daqui, tentar situar a dinâmica do espaço no «momento D», fixando deste modo quer as datações das etapas de abandono, quer, por oposição, a cronologia *ante quem* da utilização dos espaços.

Assim sendo, e recordando o que já referimos antes, a contrastação dos dados proporcionados pelos depósitos que encostavam a norte ao muro [11] demonstram encerrar

uma plausível compatibilidade de cronologias, podendo aceitar-se deste modo que as reformas últimas dos espaços situados a norte e a sul da estrutura tiveram lugar em momentos imprecisos dentro do século II d.C. ou após situados logo após este. FIGS. 7 E 8

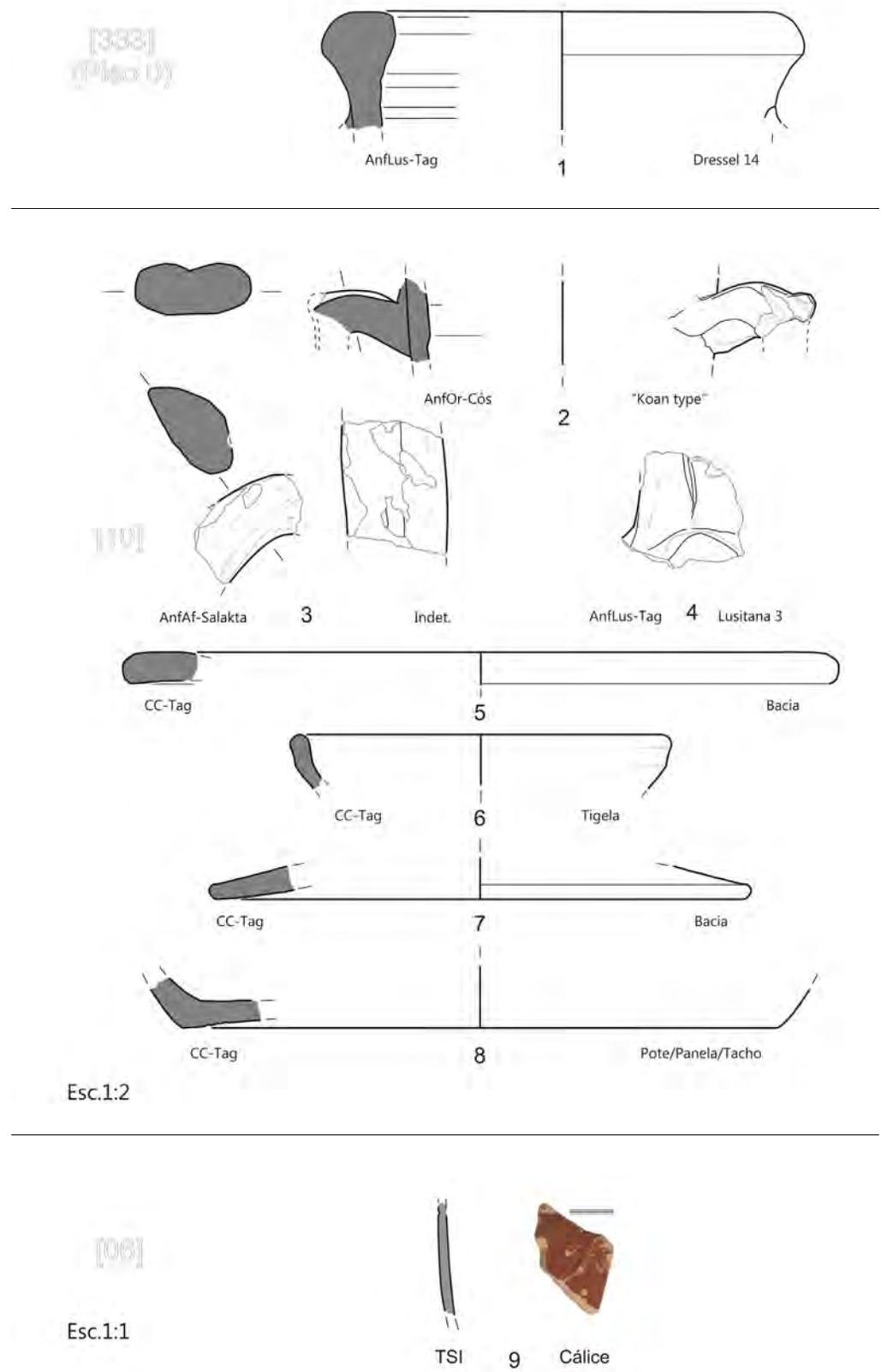


Figura 7
Cerâmicas romanas recolhidas em contextos de revolvimento setecentista [06], oitocentista [333] e novecentista [10].

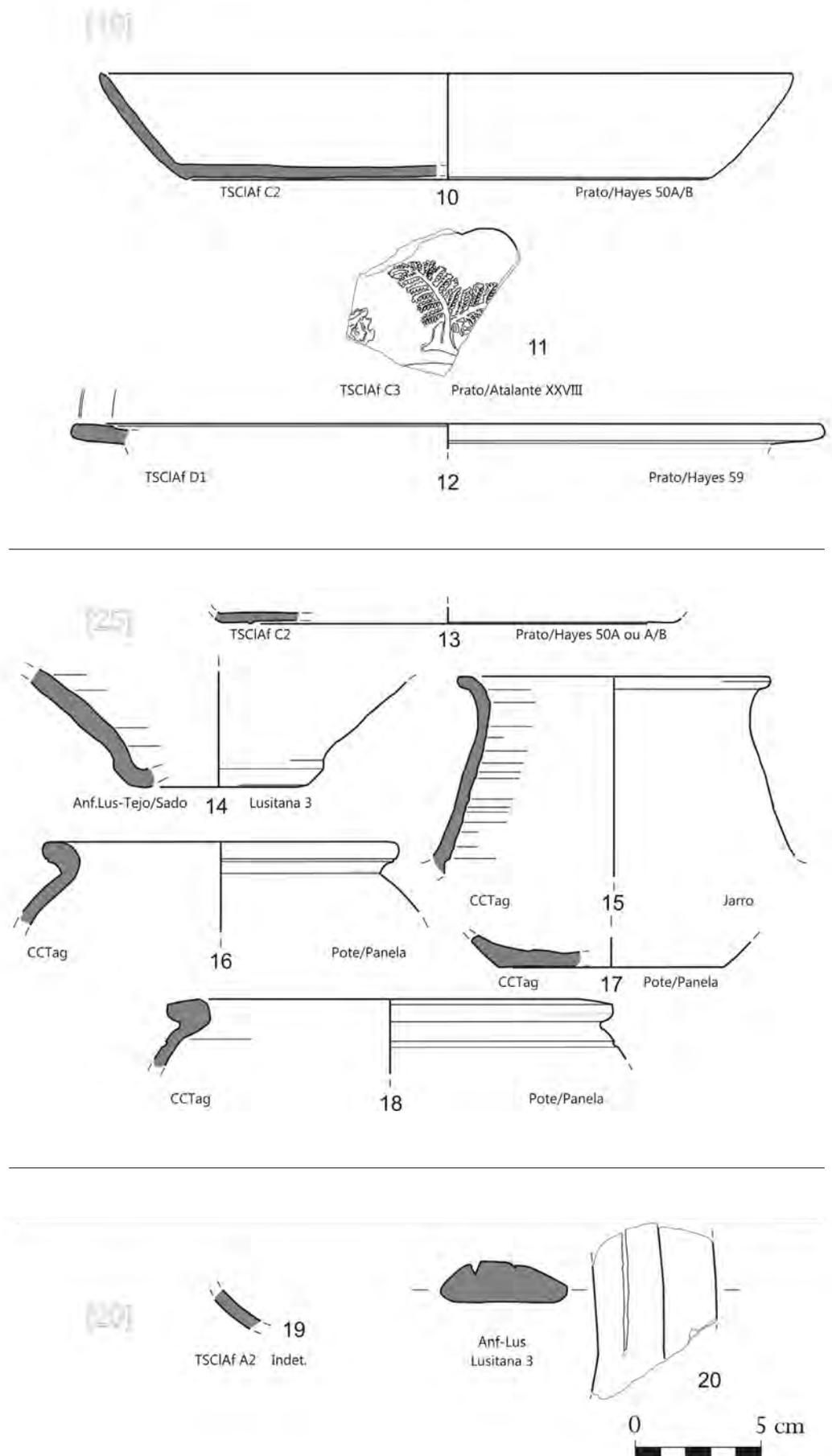


Figura 8
 Cerâmicas romanas
 recolhidas em
 contextos de
 revolvimento
 medieval muçulmano
 [19] e dos últimas
 etapas de colmatção
 do momento D [25]
 e [29].

O depósito [16] que colmata o tanque forrado a *opus signinum*, e que se apresenta com segurança como a unidade de mais recuada data dentro do «momento D», proporcionou a recolha de dois exemplares em *terra sigillata* clara C2 da forma Hayes 50A/B, conjuntamente com um fragmento de prato côvo em fabrico A de tipologia indeterminável, a par de um pequeno conjunto de cerâmica comum de origem regional e uma asa de jarro ou bilha de origem bética.

Atendendo especial utilidade da *sigillata* africana para a aferição cronológica, deverá enfatizar-se aqui quer a constatação da convivência dos fabricos A e C, quer os indicadores proporcionados pelas balizas temporais da produção da forma Hayes 50A/B, situadas entre o último terço do séc. III e as primeiras décadas do séc. IV d.C. (Hayes 1972: 69-73). As formas regionais aqui atestadas, onde pontuam os característicos púcaros (que também pode surgir referidos na bibliografia também como “copos” e/ou “potinhos” – Cf. Nolen, 1985; Santos, 2010), detêm bons paralelos nas produções regionais de olarias como as do Porto do Sabugueiro (Benavente) e Quinta do Rouxinol (Seixal), como na necrópole do primeiro citado (Santos, 2010) ou em diversos sepultamentos de há muito publicados da Praça da Figueira (Lisboa - Moita, 1968), em todo o caso bem representados nos respectivos contextos respectivos de meados do séc. III d.C. aos meados do seguinte, por consequência concordantes com o perfil cronológico delineado pela *sigillata*.

Carácter similar apresenta a unidade estratigráfica de abandono/colmatação a norte do muro que se sobrepõe aos níveis e estruturas anteriores, [13], que revelou alguma cerâmica comum regional exclusiva e dois bordos anfóricos, um do tipo Dressel 14 lusitano e outro do contentor vínico Lusitana 3, morfologias conviventes nos séculos II a III d.C. Deverá destacar-se, no ambiente a norte do muro [11], a ausência de outros elementos vasculares de segura data mais antiga.

Muito mais rica, porventura porque muito mais potente, a panóplia dos níveis de abandono e colmatação do ambiente a norte do muro revelou um predomínio claro da cerâmica comum regional, algum material anfórico, *terra sigillata*, vidro e lucernas, com ocasionais ocorrências de «cerâmica de paredes finas» (“de modo itálico” - 2 NMI), «cerâmica do tipo Peñaflores» (1 NMI - Mart. III) e de «cerâmica de verniz vermelho pompeiano» (1 NMI).

Múltiplas observações merecem os materiais colectados nos contextos de abandono e colmatação do ambiente a sul do muro [11] (Figs. 10 a 13).

Em primeiro lugar, e no âmbito estrito da *terra sigillata*, os fabricos africanos são claramente dominantes, com a africana A a fazer-se representar por 15 fragmentos, equivalentes a somente 6 NMI, atestando-se as morfologias Hayes 14B (1 NMI), 15 (1 NMI) e 16 (2 NMI), representação seguida dos fabricos em africana C, que se manifestam apenas através de 4 fragmentos equivalentes a 3 NMI, com a forma Hayes 50A/B a ser a única seguramente classificável. Considerando as balizas cronológicas para os diversos tipos presentes, mas também a associação de produções em C com as cognominadas por Michel Bonifay “A’s tardias” (Bonifay, 2004: 157 e ss.), assomam como mais plausíveis para o conjunto as datas situadas no último terço do séc. III - primeiras décadas do séc. IV.

As produções de africana D estão representadas por um único indivíduo Hayes 58B, surgido num dos depósitos situados a cota mais elevada, [27], dado que poderá traduzir o ritmo gradual da acumulação detritica que cobriu o espaço ainda em época romana e ao longo de um lapso de tempo aparentemente não muito prolongado. Ainda assim, e *a contrario sensu*, este último elemento pode ainda enquadrar-se bem no espectro geral antes definido, pois os inícios da produção do tipo supõe-se que tenham ocorrido cerca de 290/300 d.C. (Hayes, 1972: 96).

Ao contrário do verificado a norte do muro [11], parece ocorrer alguma presença residual de materiais mais antigos mobilizados na colmatação da área a sul que vimos analisando, constatação que a *sigillata* bem demonstra pois se encontraram aqui 3 fragmentos (3 NMI) em *terra sigillata* de modo itálico (paredes de 2 pratos e 1 de taça de perfil troco-cónico) e um número equivalente de produções sud-gálicas do círculo de La Graufesenque (1 parede de taça da forma Drag 37 e 2 outras pertencentes a dois pratos distintos). As mesmas circunstâncias de remobilização deverão explicar a presença das produções em «paredes finas» (2 NMI), «verniz vermelho pompeiano» (1 NMI) e «tipo Peñaflores» (1 NMI) a que se fez menção em parágrafo anterior, como a presença de elaborações supostamente regionais e que designamos por «cerâmica cinzenta fina» (2 NMI de taça de perfil tronco-cónico e 1 de potinho) e, eventualmente, de elementos de outras classes de materiais aqui não discriminadas.

Os vidros estão representados por 5 distintos recipientes: um ombro eventualmente pertencente a um jarro de corpo paralelepípedo Isings 123 (Fig.12, n.º 70), corrente entre os séculos I a III d.C. (Isings, 1957), um fundo de boião (?) inclassificável (Fig.12, n.º 71), um ombro de recipiente (garrafa ? jarro ?) em vidro translúcido esbranquiçado muito fino, com a parede com depressões ornamentais (Fig.12, n.º 74), uma parede com fio aplicado (Fig.12, n.º 73) e um bordo (Fig.12, n.º 72) pertencentes a duas distintas copas cilíndricas que mostram alguma afinidade com o tipo Augst 40, datável do séc. III a inícios do IV d.C. (Rütti, 1991). Do conjunto salienta-se o exemplar 74, com paralelos próximos em diversas sepulturas todavia ainda inéditas da Praça da Figueira, encerrando bem definidas cronologias do séc. II avançado até ao último terço do séc. III d.C. (informação pessoal de um dos autores- RBS). Estes indicadores são corroborados pelos fragmentos de copa cilíndrica em vidro incolor mencionados, que denotam tecnologias, incluindo as decorativas, em voga entre meados do séc. II e ao longo de todo o séc. III d.C. (Isings, 1957; Rütti, 1991), com paralelos em diversas morfologias vasculares vítreas detectadas no NO Peninsular (Cruz, 2009: 286, 307, 311, ..., por ex.).

O escasso grupo de lucernas colectado na Rua do Ouro n.ºs 133-145 é muito fragmentário, o que invalida atribuições tipológicas categóricas. Ainda assim, e a despeito do pequeno número, parece sintomático o predomínio norte africano sobre as ocorrências sud-hispânicas. O único exemplar passível de integração formal, embora sem grande segurança, equivale a um fragmento norte africano conservando o arranque do bico redondo e parte da orla decorada com mal definidas pérolas, aparentemente equivalente ao sub-tipo 4 da forma Deneauve VIII. Este modelo, de algo controversa cronologia, vinha sendo atribuído à segunda metade do séc. II d.C. Porém, a revisão crítica dos dados feita por Michel Bonifay, com base em contextos seguros e de distinta geografia, permitiu situar o sub-tipo na segunda metade do séc. III d.C. (Bonifay 2004: 334).

A «cerâmica africana de cozinha» faz-se representar por 4 fragmentos, dos quais um bordo atípico de tacho (Fig.13, n.º 90) e um outro do tipo Hayes 197 (Fig.9, n.º 28). Esta última morfologia é corrente nos séculos II a IV d.C. A configuração do seu bordo, que não é ostensivamente moldurado como nos exemplares bem datados já do séc. IV d.C. (Bonifay, 2004: 223-225), sugere que a sua cronologia não deverá ultrapassar o séc. III d.C.

O material anfórico recolhido nos ambientes a sul do muro [11] é evocativo da vitalidade comercial da cidade de Lisboa, como da eventual prática de “consumos diferenciados”. Duas distintas ânforas orientais estão presentes, uma provavelmente egeia mas sem origem precisa determinada (Fig.9, n.º 29), outra equivalente a um envase oriundo da ilha de Cós (Fig.10, n.º 48). Merece ser recordado, a propósito deste último, o achado nos níveis de revolvimento

novecentista do local, do fragmento de ânfora de Cós preservando parte do colo e de uma asa (Fig.7, n.º 2), que com ele se pode relacionar. Também forâneos são o fragmento de uma asa de rolo de ânfora bética do Guadalquivir (Fig.10, n.º 47) e de uma pequena porção de asa em produção africana (Fig.10, n.º 46). Como seria expectável, o grupo das ânforas lusitanas está mais bem representado, verificando-se a presença exclusiva dos tipos Dressel 14 (2 NMI) e Lusitana 3 (2 NMI), bem como de um testo de ânfora regional (Fig.12, n.º 79), comprovadamente empregue no fecho das Dressel 14 como se constatou no contexto da Praça D.Luis I (Lisboa- Parreira e Macedo, 2016). De novo nos surge a associação dos dois principais tipos lusitanos dos séculos I avançado ao III d.C., como havia ocorrido já nos contextos perturbados por acções pós-romanas, parecendo ser significativo tratarem-se das únicas morfologias lusitanas atestadas no local.

A cerâmica comum recolhida mostra o predomínio das elaborações oleiras de plausível origem regional, devendo ainda assim notar-se a presença de um opérculo que pode ser oriundo da Península Itálica e de 3 pequenos testos béticos, um dos quais seguramente proveniente da área costeira desta província.

As morfologias das cerâmicas comuns regionais presentes nestes contextos de abandono e colmatação do ambiente a sul do muro [11] resumem-se aos potes/panelas (10/11 NMI), jarros (7 NMI), testos (5 NMI), bilhas (3 NMI) e bacias (2/3 NMI), estando as restantes formas que denominámos por tacho (1 a 2 NMI), pucarinho, tigela e grande pote/panela ou pequeno dólio somente atestados por uma vez. Este conjunto mostra, por consequência, um perfil funcional onde assoma a mais alta frequência da cerâmica destinada à preparação culinária e à conservação de alimentos e líquidos, por oposição aos contentores de grande dimensão, ausentes, e à escassa vasculária destinada ao consumo alimentar, que no máximo poderia compreender o pucarinho, como destinado ao consumo de líquidos, e a tigela, destinada à apresentação e/ou ao consumo mais individualizado de alimentos sólidos ou liquefeitos.

Procurando uma síntese referente à cronologia da etapa de desactivação e abandono das estruturas romanas da Rua do Ouro n.ºs 133-145, quer a sul quer, a norte do muro estruturante [11], o cúmulo de indicadores proporcionados pelas cerâmicas e vidros compõe um conjunto de alguma coerência situável ainda dentro do último quarto do séc. III d.C., sendo que para os momentos mais avançados das formações detríticas de acumulação que colmataram o conjunto estrutural, estas datas se podem ainda estender às primeiras décadas do séc. IV d.C. FIGS. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 E 16

3. Considerações finais

A exposição que acabámos de fazer dos dados identificados na Rua do Ouro n.ºs 133-145 torna evidente ter-se detectado um contexto construtivo dinâmico e complexo, de alguma qualidade arquitectónica, cuja cronologia inicial se situa dentro do séc. II d.C., pelo mais tardar, verificando-se o seu abandono entre os finais do séc. III e primeiras décadas do séc. IV d.C.

Os elementos identificados deixam, todavia, alguns elementos em aberto, com natural destaque para o uso que aquele núcleo do espaço suburbano de *Olisipo* adquiriu em época imperial romana. De facto, mais se não pode no momento do que descartar funcionalidades artesanais ou manufactureiras para as estruturas reveladas, nomeadamente a possibilidade de se tratar de mais uma *officina* de *garum*. A área estudada, que revela qualidade na decoração arquitectónica, tanto pode ter correspondido a um espaço doméstico de alguma amplitude,

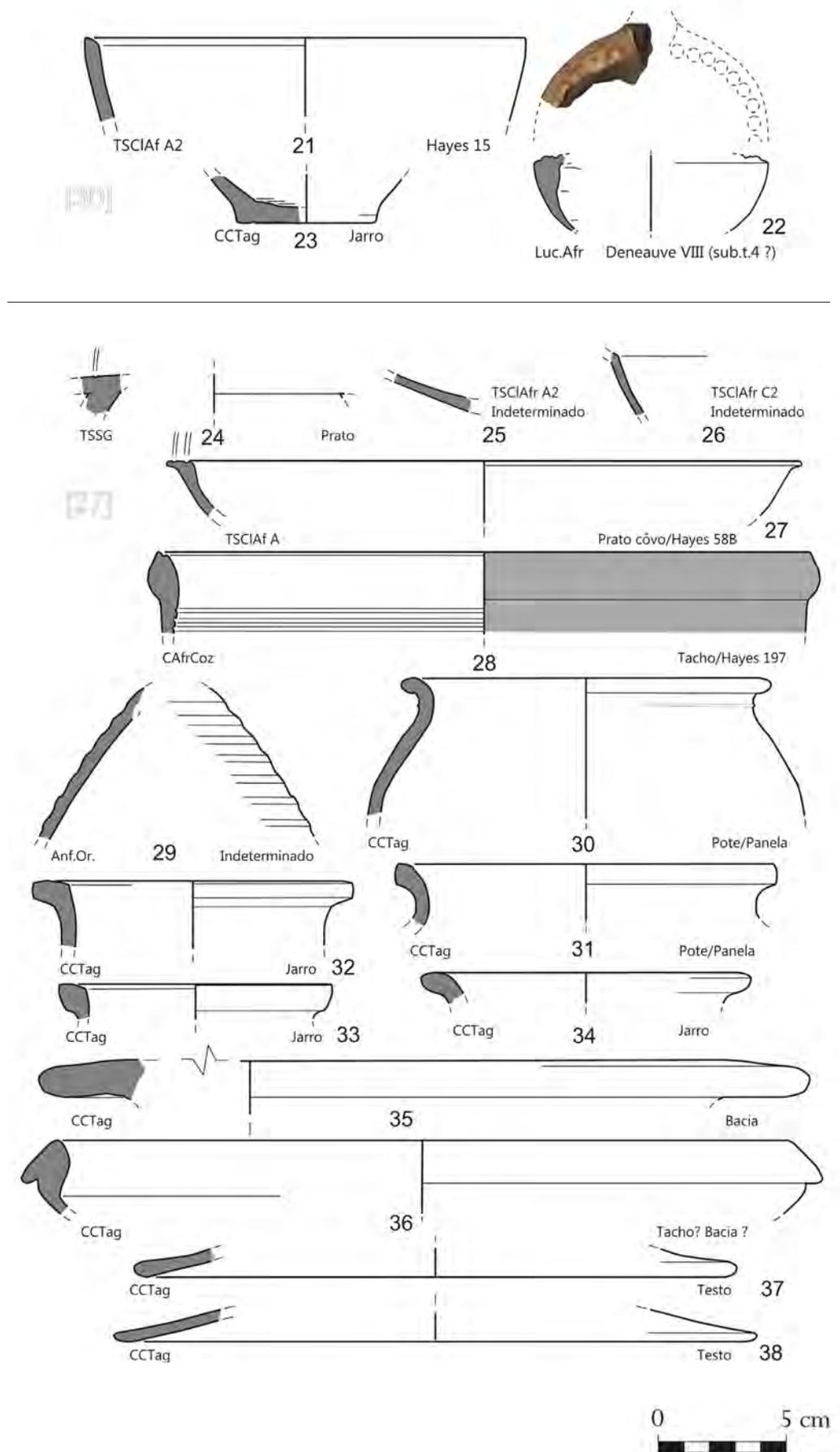


Figura 9
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos das últimas etapas de colmatação do momento D [30] e [27]. romanas recolhidas em: contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13]; etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]- momento D [16].

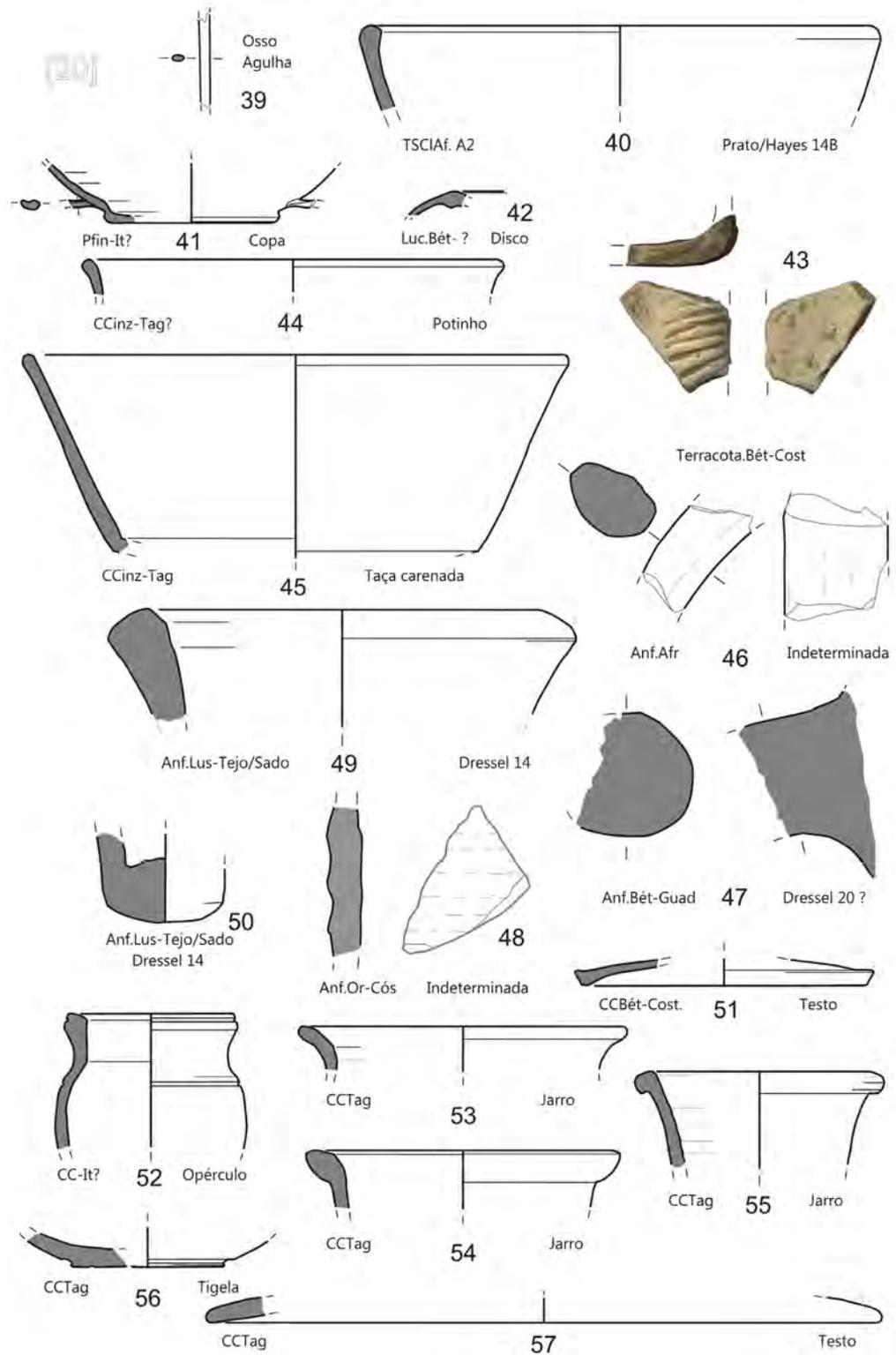


Figura 10
 Cerâmicas romanas
 recolhidas em
 contextos das
 etapas intermédias
 da colmatação do
 ambiente a sul do
 muro [11]- momento
 D [20].

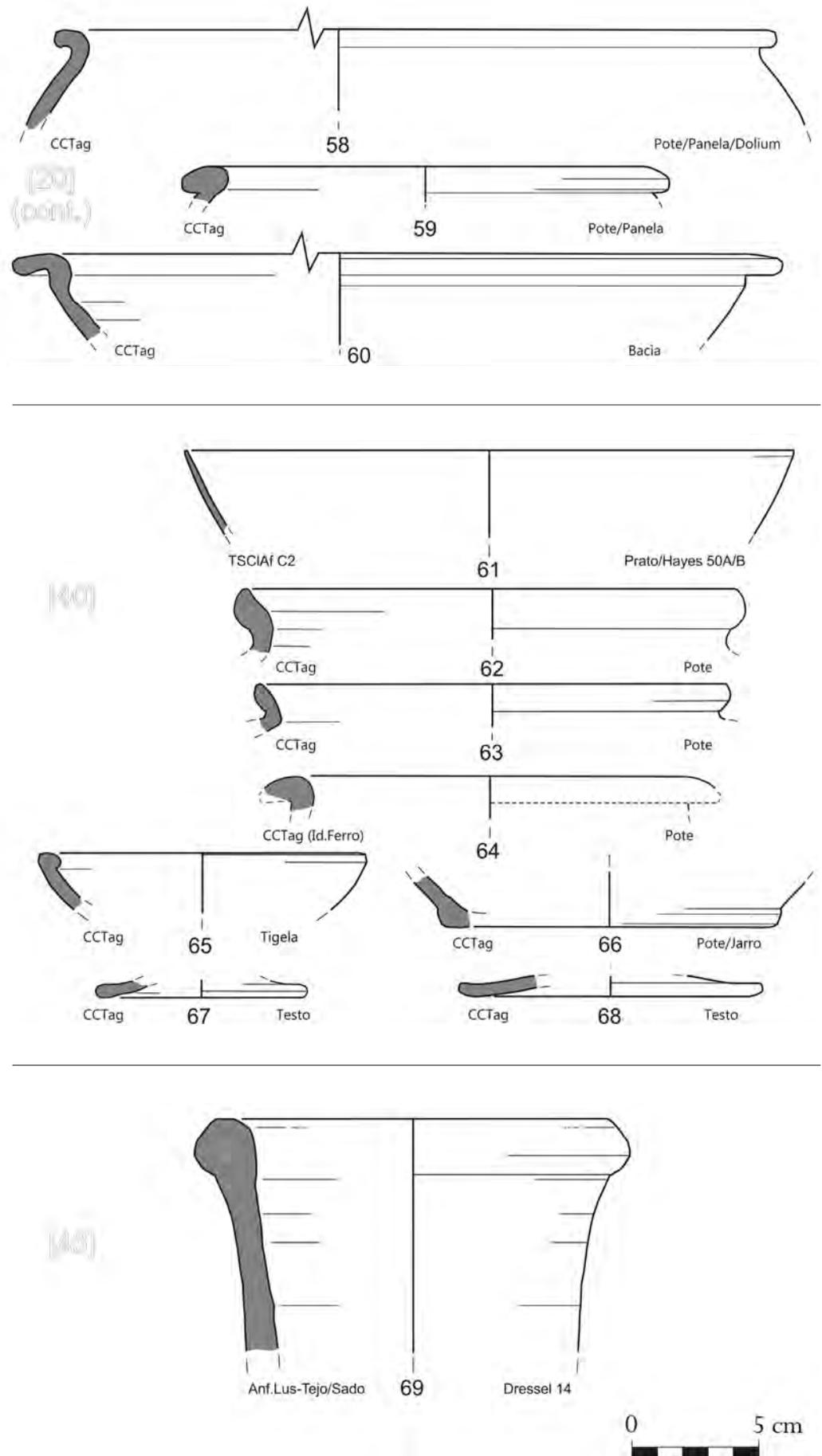


Figura 11
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos das etapas intermédias da colmatação do ambiente a sul do muro [11]- momento D [20] (cont.) [40] e [43].

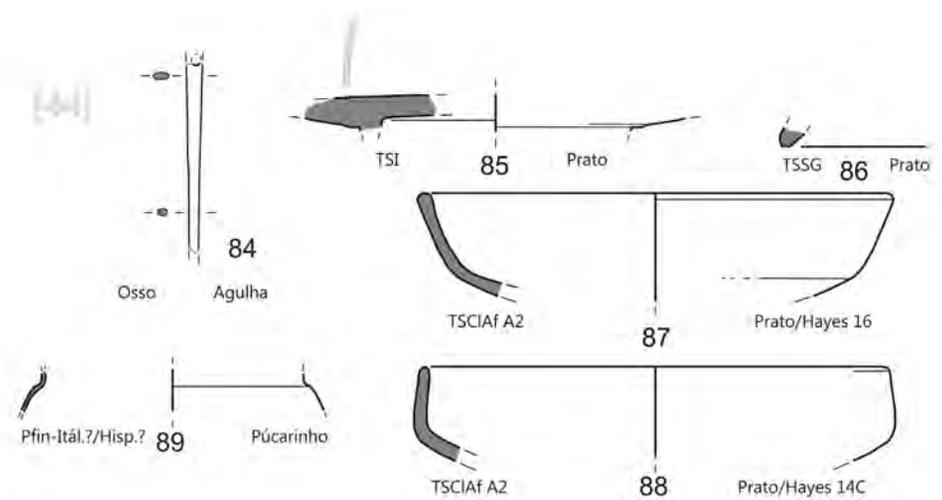
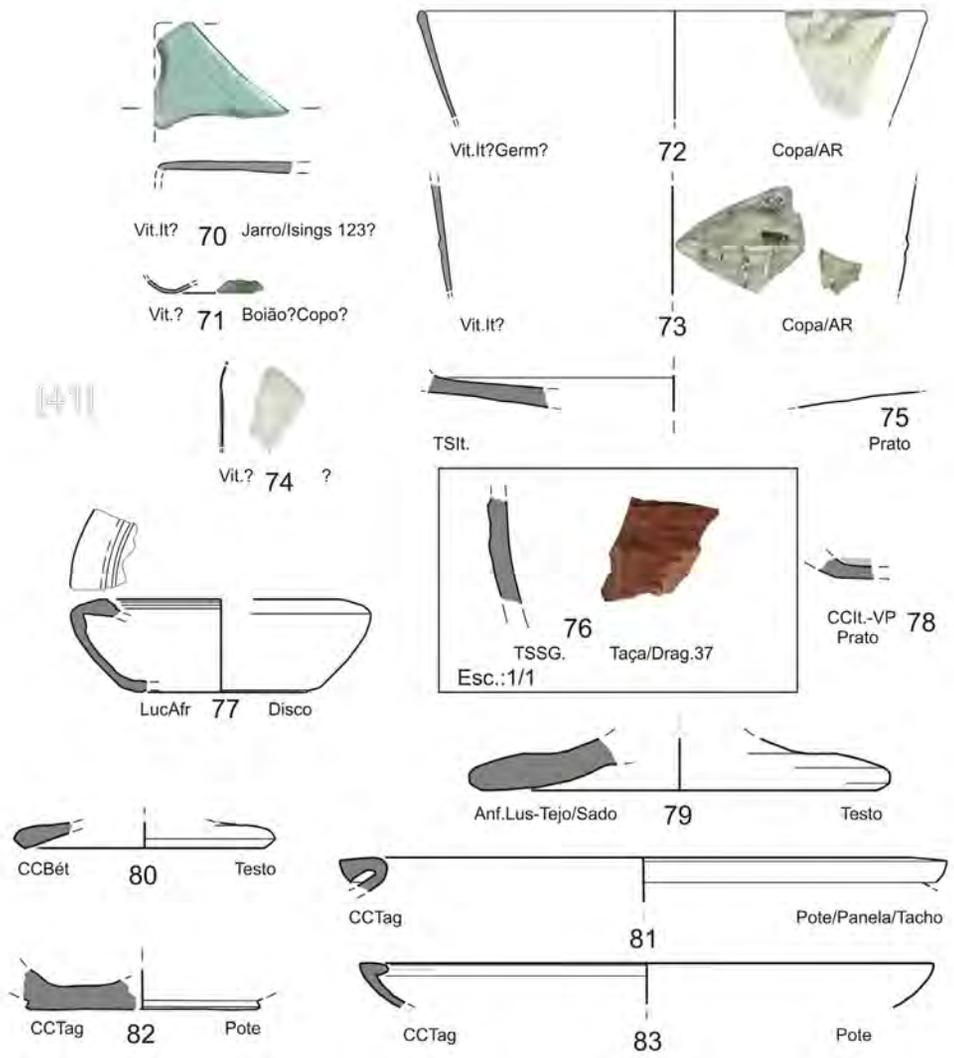


Figura 12
 Cerâmicas romanas recolhidas em contextos das etapas intermédias da colmatação do ambiente a sul do muro [11]- momento D [41]- e inicial do mesmo processo -momento D-[44].

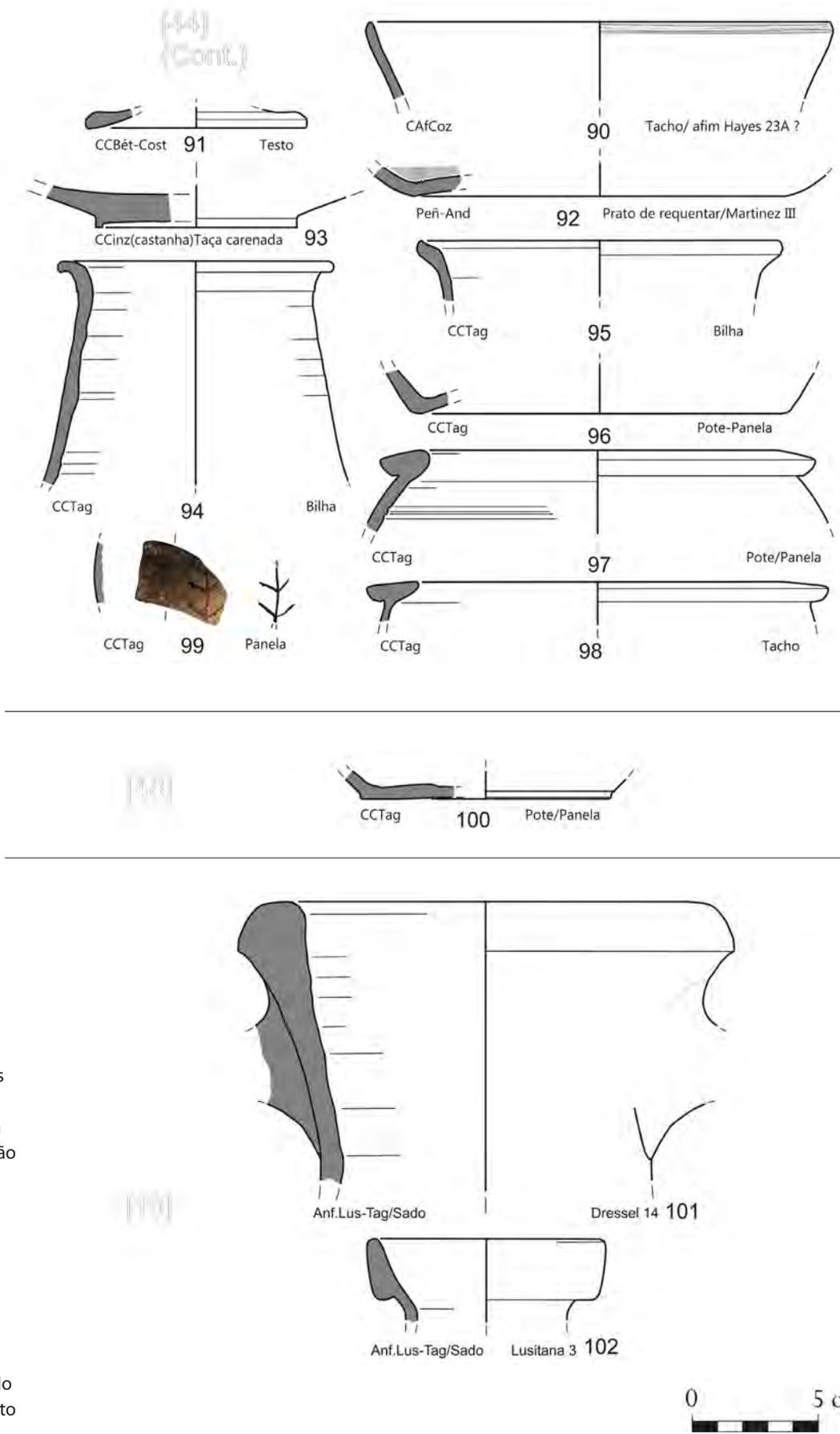


Figura 13
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos da etapa inicial da colmatação do ambiente a sul do muro [11]- momento D [44]- e de remodelação- momento B(?) [48]; contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13].

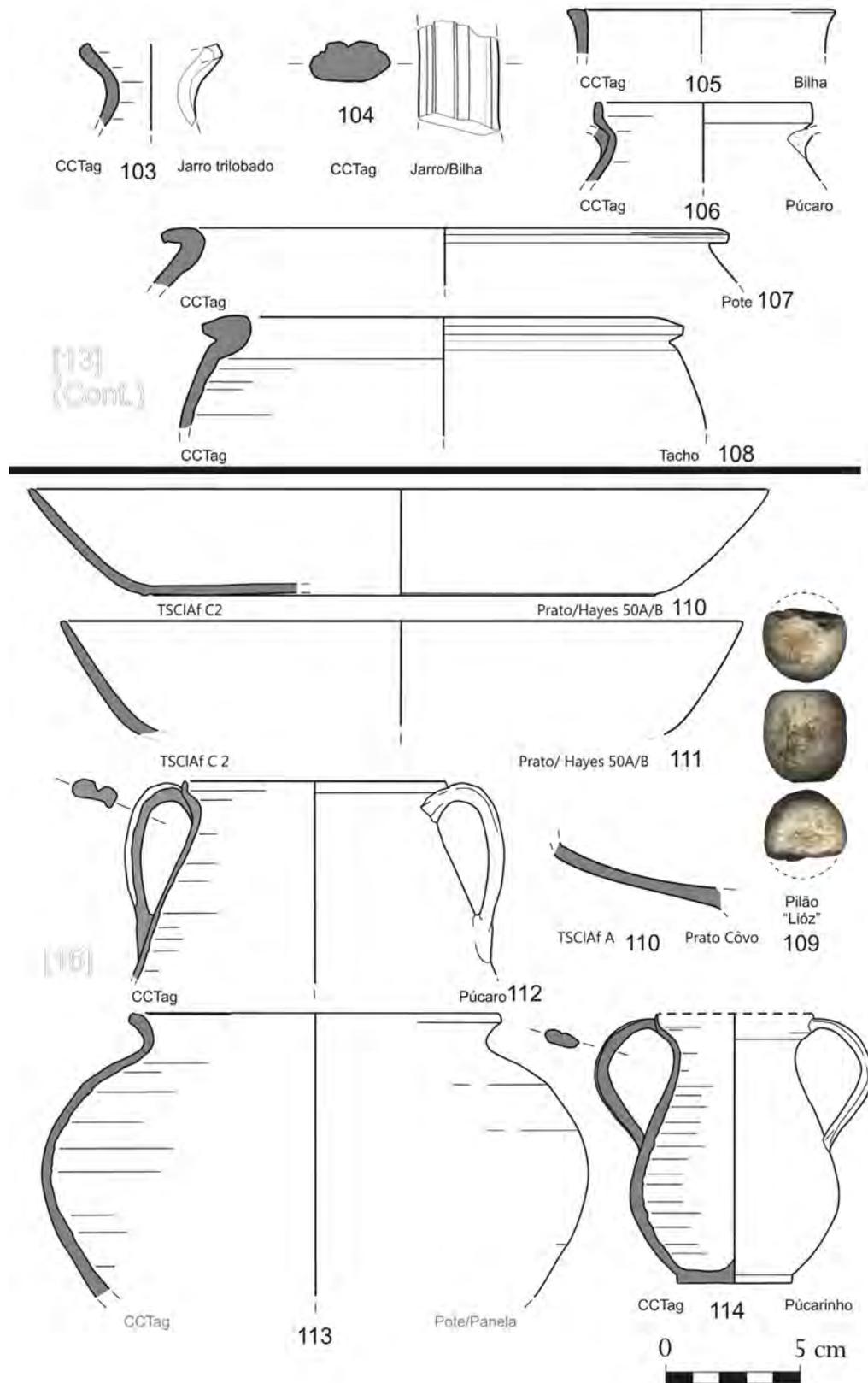


Figura 14
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos mais avançados do abandono do ambiente a norte do muro [11]- momento D [13]; etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]- momento D [16].

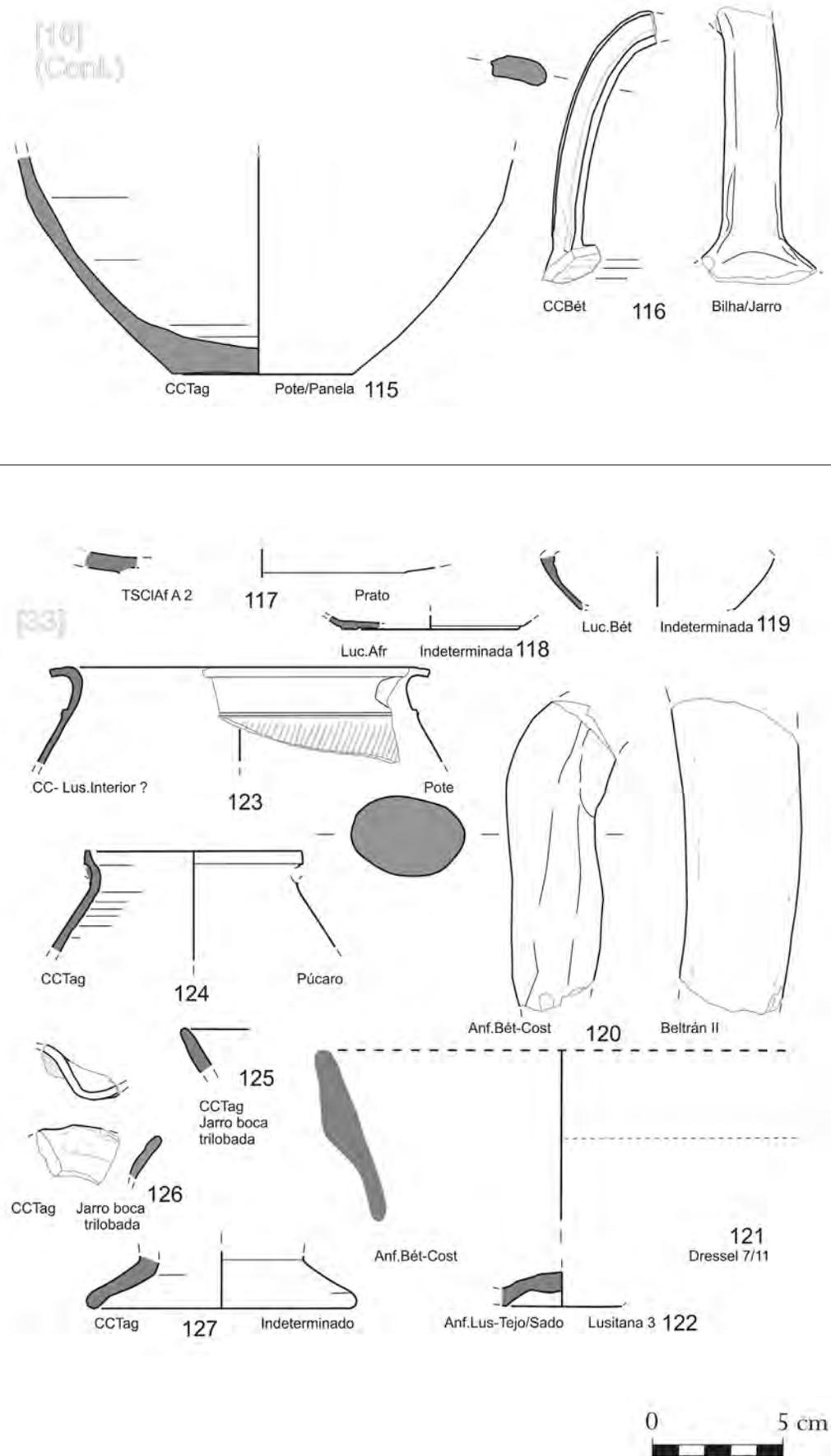


Figura 15
 Cerâmicas romanas recolhidas em: contextos da etapa inicial de colmatação do tanque [7]+[8]+[37]-momento D [16] (cont.); nivelamento de remodelação do ambiente a norte do muro [11]-momento C- [33].

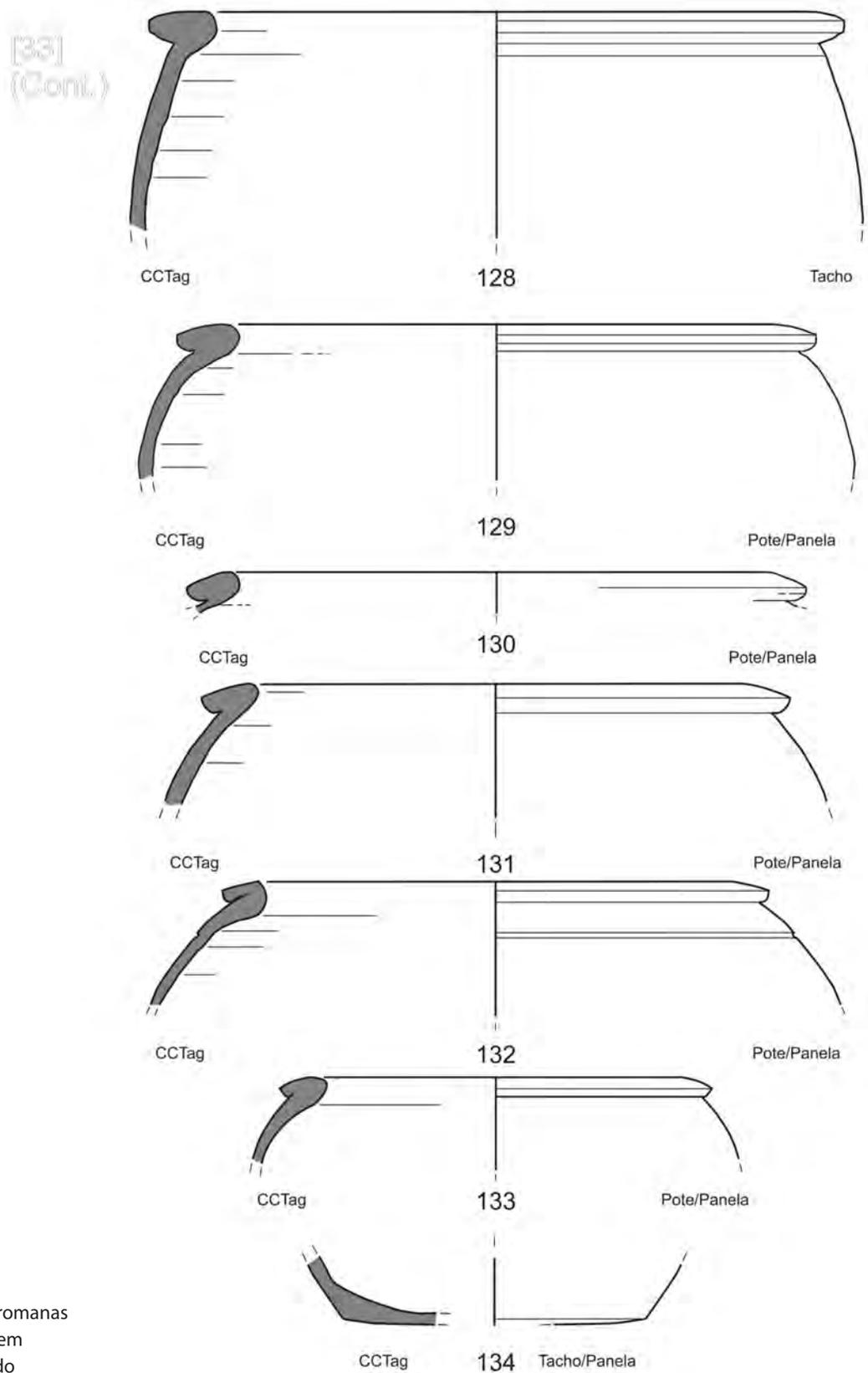


Figura 16
Cerâmicas romanas
recolhidas em
contextos do
nivelamento de
remodelação do
ambiente a norte do
muro [11]- momento
C- [33] (cont.).

como por exemplo uma “*domus*”, como a outra funcionalidade de bem distinto cariz, funerária ou inclusive estritamente sagrada. Certo é, somente, que em determinado momento uma zona de um dos compartimentos da edificação assumiu carácter religioso, como denunciado pela presença da ara em alvenaria encontrada *in situ*.

O conjunto de estruturas possibilita reflexões de outra natureza, importantes para a leitura do antigo urbanismo da cidade romana que subjaz a Lisboa, aspectos para os quais, aliás, a funcionalidade que o espaço encerrou no período imperial é irrelevante. Estes prendem-se, em primeiro lugar, com duas questões interligadas: o desenho da trama do sector suburbano ocidental e a paleo-topografia desta zona, em particular no que se refere à importância à época do Esteiro da Baixa.

De facto, leituras recentes sobre este curso de água que percorria o Vale da Baixa na Antiguidade têm-lhe conferido uma importância maior como condicionante do desenvolvimento da urbanística da Idade do Ferro à Época Medieval. Mesmo que assumindo somente expressão gráfica, estudos arqueológicos diversos, como de diferente folgo e alcance (Moita, 1968, 1994; Torres, 1994; Amaro, 1995; Pimenta, 2005; Calado, 2008; Arruda, 2014, de uma lista maior), transmitem uma imagem que se inspira em estudos (sublinhe-se) de marcada amplitude macro-regional, bem datados, executados pela escola geográfica da Faculdade de Letras de Lisboa (Daveau, 1994) mas porventura também sugeridos, em última análise, por uma mitologia lisboeta pluri-secular, ligada à alegada navegabilidade do Esteiro testemunhada aquando da chegada do corpo do mártir padroeiro São Vicente a Lisboa e uma outra referência nos finais do século XVI da autoria de Frei Luís de Sousa (cotejados por Silva, 1945). Convenhamos que se trata de bases por demais frágeis.

A propósito do Esteiro da Baixa foi desenvolvido entre 1996 e 1999 um projecto em parceria pela Faculdade de Ciências e pelo antigo Museu da Cidade, que proporcionou alguns dados interessantes para o conhecimento acerca do talvegue, nomeadamente a sua origem, a caracterização da dinâmica do seu preenchimento e vários dos episódios paleo-climáticos ocorridos no passado. Assim:

- o leito de encaixe foi definido no substrato Miocénico durante o Último Máximo Glaciar, c. 18000 B.P. (Andrade, 2001: 31, conf. fig.1);
- as primeiras influências oceânicas manifestaram-se no “pacote sedimentar essencialmente lodoso” formado a partir de c. 10200-9500 B.P. (Idem: 32);
- verificou-se uma sequência de pulsos transgressivos entre c. 9500 e c. 8000 B.P., assimiláveis a uma fase de melhoria climática, com maior precipitação (Idem: 33-34);
- posteriormente uma fase de maior deposição terráquea, de areias, entre c. 8000 e c. 4000 B.P. (Idem: 34);
- a quase total colmatação do vale de encaixe foi verificada já em c. 3200 B.P. que, após um hiato, “assiste à ocupação humana desta região (na época uma praia fluvial) dominada por aportes relacionados com a actividade humana e a conquista de terreno ao estuário” (Idem: 35 e “Resumo dos Trabalhos desenvolvidos”- s/p).

Devendo sublinhar-se que a colmatação verificada no passado ilustra também a progressiva deslocação do leito do talvegue de Este para Oeste, de tal forma que a documentação de época medieval regista já a sua localização encostada à base da vertente Este da Colina do Monte de São Francisco, limite ocidental do Vale da Baixa, os elementos coligidos no essencial pelo labor da equipa da Faculdade de Ciências encontram plena correspondência no dado arqueológico.

De facto, e compilando somente alguns dados altimétricos absolutos que julgamos mais significativos: na zona mais a norte, os vestígios do assentamento da Idade do Bronze Final detectados na Praça da Figueira em 1962 e 1999-2001, praticados sobre um areal, apresentam cotas mínimas de +2,50 e +2,60 m, sendo afectados no seu topo por um episódio (?) de inundação, evidenciando canais de drenagem hídrica evidentes, anteriores à Época Romana (Silva, 2013); bem mais para sul, as cotas do pavimento original do criptopórtico romano da Rua da Prata situam-se em torno do +1m; na zona mais próxima à parte terminal do Esteiro, as cotas da base do vestígio construtivo romano revelado em 2000 na esquina da Rua da Conceição com a Rua Augusta, na loja Zara, mostraram altimetrias de cerca de +1,10/1,20 m (Ferreira, Jorge e Ramos, 2000). Em contraponto, o leito aquático no período romano imperial está bem definido desde há duas décadas graças à escavação da Praça do Município '97, zona que estaria no período romano muito próxima ao interface entre a foz do Esteiro da Baixa e a margem do rio Tejo. Aqui, o topo da cascalheira de fundo estuarino (unidade 15) evidenciou cotas a rondar os -0,50 m (Muralha e Leitão, 1998).

Recorde-se que, de há muito o olisipógrafo Vieira da Silva desmontara a hipótese da alegada navegabilidade do Esteiro em Época Romana, feita sobretudo com base nas suas observações em 1922 de um dreno romano construído em *lateres* localizado a c. 8 m de profundidade num dos prédios do segundo quarteirão NO da Rua Augusta, que entendeu como evidência arqueológica sólida para a argumentação neste sentido (Silva, 1945). Apesar deste dado já quase centenário, a navegabilidade do Esteiro persiste ainda hoje em povoar o imaginário das narrativas sobre o passado mais remoto da cidade de Lisboa...

Os dados da Rua do Ouro n.ºs 133-145 vêm agora acrescer aos já disponíveis sobre a matéria em causa, documentando agora, e pela primeira vez, a ocupação do espaço nas proximidades da antiga margem direita do talvegue, e reforçando as leituras que conferem ao Esteiro da Baixa uma bem mais modesta dimensão do que a que se lhe atribui miticamente. Considerando estas observações, e entrando no domínio conjectural, afigura-se como muito plausível que o curso de água tenha sofrido, ao menos nos momentos de maior expansão urbanística do período romano, alguma obra de acondicionamento, cujas características no momento ignoramos por completo, mas que podemos supor de alguma entidade de modo a “domesticar” as águas do Esteiro.

Descartada a navegabilidade do curso de água nos primeiros séculos da Era, o seu papel terá ainda assim adquirido relevo maior para o urbanismo da zona, mas com outro cariz: constituiu-se forçosamente como um elemento fulcral para drenagem hídrica e para o saneamento de resíduos desta área periférica da cidade. Múltiplas evidências mais do que no-lo sugerem, como seja o já referido dreno laterício observado em 1922, a que se deverão acrescentar outras estruturas de maior entidade cuja existência nos é implicitamente denunciada pela existência de canalizações noutras pontos da Baixa como, por exemplo, no Núcleo Arqueológico dos Correeiros (Silva, 2012). Também suportando esta mesma leitura, deverá enfatizar-se a elevada acumulação de descartes cerâmicos nas zonas mais a jusante do Esteiro da Baixa ou na imediata proximidade da sua presumível antiga foz, todos encerrando cronologias muito centradas nos séculos I a III e/ou IV d.C., como as bem documentadas na Praça do Município (Muralha e Leitão, 1999), Rua Augusta-Zara (Ferreira, Jorge e Ramos, 2000) ou Museu do Banco de Portugal (Rocha, Reprezas, Miguez e Inocêncio, 2013; Santos, 2016).

Outro vector de análise importante permitido pelas observações produzidas na Rua do Ouro n.ºs 133-145 reporta-se à morfologia do desenho urbano do subúrbio ocidental de *Olisipo*.

Antes do mais, a definição de bem distintas áreas funcionais na cidade romana que subjaz a Lisboa é uma matéria que vem de há muito sendo repisada por alguma investigação. Primeiramente intuída por Jorge de Alarcão, de forma todavia lacónica (Alarcão, 1994), seria depois retomada em particular por um dos autores a partir de 1997 (Silva, 1999, 2002, 2005, 2012, 2015). A questão centrava-se na existência – ou não – de uma muralha executada no período Alto-Imperial que estabelecesse arquitectonicamente a distinção entre um perímetro, o *pomerium*, e o seu exterior, com todas as implicações urbanísticas que tal acarretaria. Ora, o desenvolvimento da *praxis* arqueológica em Lisboa nos anos subsequentes viria a comprovar a existência dessa distinção e do seu marcador visual fundamental, isto é, a aludida muralha.

Não sendo este ainda o local, ou o momento, para abordar uma matéria tão fulcral para a leitura da cidade Alto-Imperial de *Olisipo*, e sobre a qual conhecemos de facto ainda pouco, ainda assim deverá recordar-se a primeira publicação da existência de uma muralha de data Júlio-Cláudia no espaço dos antigos armazéns da Casa Sommer (Gomes e Gaspar, 2007), na antiga frente ribeirinha meridional, sendo certo que o desenvolvimento da extensa intervenção levada a cabo pela empresa NeoÉpica no mesmo local, agora com outros meios e metodologias, permitirá leituras mais extensas e profundas sobre a estrutura. A este propósito julgamos, também, que os dados proporcionados pela mais recente intervenção na Casa dos Bicos, publicados há pouco tempo (Filipe, Quaresma, Leitão e Almeida, 2014), deverão de igual modo ser vistos a outra luz, como deverá acontecer com os divulgados do Pátio da Senhora de Murça, no lanço oriental da muralha, como um de nós já teve ocasião de dizer (Silva, 2015).

Se os dados ainda são escassos, embora disponíveis, para os trajectos meridional e oriental, onde a paleo-topografia constriange severamente as possibilidades, tal não acontece para o lanço ocidental, onde as interrogações se acumulam de forma drástica, e onde incide porventura o maior interesse dado o intenso desenvolvimento urbanístico praticado no Vale da Baixa, onde se situa o ponto da Rua do Ouro n.ºs 133-145. Restam, para esta zona duas hipóteses: sabendo-se que aqui o trajecto da muralha Alto-Imperial não pode coincidir com o que iria assumir a *cerca* medievá, é de supor que a construção em finais do séc. I – inícios do séc. II d.C. das *Thermae Cassiorum* (Silva, 2015) ou a tenha respeitado ou modificado ou, em alternativa, que *Olisipo* fosse aqui uma “cidade-aberta”. Esta última leitura é, em definitivo, de descartar, não tendo os autores conhecimento de qualquer exemplo de cidade júlio-cláudia de estatuto privilegiado na Hispânia meridional onde a arqueologia já tenha comprovado a existência de muralha com esta morfologia “aberta”. A única alternativa verosímil é a de que embora tenha existido, o trajecto da estrutura seja hoje ainda para nós uma incógnita, e mais se não pode do que excluir do seu perímetro interior áreas onde se tenha atestado a existência de práticas funerárias coevas, como acontece com a necrópole júlio-cláudia detectada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Bugalhão, Arruda, Sousa e Duarte, 2013) / Sondagem 34 da mesma rua (Silva, 2012).

A exclusão segura de uma ampla faixa da Baixa do que seria o perímetro interior da cidade romana Alto-Imperial não significa que este espaço não tivesse sido dotado de acções de planeamento urbano, indispensáveis em razão do modelo administrativo imperial, incluindo aqui os aspectos jurídicos e fiscais implícitos.

À guisa de nota de pé de página crítica, há uma tendência para adscrever a data de construção das muralhas alto-imperiais aos actos fundacionais que lhes terão dado origem e que conhecemos a partir de mais ou menos consistente evidência histórica, textual e/ou epigráfica, nomeadamente circunstâncias de promoção de estatuto jurídico, tão comuns na Hispânia entre a tardo-República e Vespasiano. Em sentido contrário, há casos de adscrição de cronologias feitas somente com base na informação contextual arqueológica. Deverá aqui

ressalvar-se a inerente complexidade que o assunto encerra, onde diferentes momentos estão presentes de forma inexorável no monumento arquitectónico com o qual lidamos: programa, projecto, plano, execução de obra e dinâmica da vida da estrutura, que podem encerrar bem distintos “tempos”. Como mero exemplo indicativo, invoque-se o caso cordovês, para o qual dispomos de sólida informação textual e arqueológica: ali teve lugar um programa e projecto augusteo datado dos finais do séc. I a.C., que consistiu numa extensa ampliação urbana da colónia tornada agora capital provincial, implicando a erecção dos troços novos de muralha, estrutura cuja construção se desenvolveu ao longo de cinco a seis décadas, atingindo ainda o principado de Cláudio (41-54 d.C.), como comprovado na sua sobreposição a uma fossa detritica com aquela cronologia no sector meridional da cidade (Vargas Cantos e Moreno Almenara, 2002-2003).

Retomando os raciocínios anteriores em referência ao subúrbio ocidental de *Olisipo*, entrever o(s) desenho(s) urbanos a partir dos fragmentos observados pela prática arqueológica executada na actualidade na zona da Baixa Pombalina lisboeta não é tarefa fácil, mas os modelos de abordagem foram explicitados de há muito (Silva, 1999, 2002). No caso, a constatação de tendências de orientação geográfica das estruturas romanas reconhecidas, acantonadas em sectores zonais específicos (Idem), é sintomática da existência de uma ou várias modelações do espaço praticadas no período imperial romano, isto é, de um ou, com maior probabilidade, vários parcelamentos mandados executar pela administração municipal olisiponense, em datas que poderemos situar entre os finais do séc. I a.C. e os meados-finais do séc. III d.C., pelo mais. Deverá notar-se que esta(s) acção(ões) nada tem que ver com o destino posterior do uso das parcelas, que pode ser funerário, habitacional, artesanal/manufatureiro ou outro, matéria que é da responsabilidade dos seus proprietários respectivos, sendo da exclusiva responsabilidade da edilidade olisiponense a fiscalização dos espaços e a construção e manutenção dos equipamentos e edifícios públicos da zona.

No caso presente, as estruturas romanas descobertas na Rua do Ouro n.º 133-145 encerram um alinhamento ao norte geográfico coincidente com o já observado no troço conhecido da via norte de *Olisipo*, em partes da “necrópole Noroeste” escavada em sucessivas ocasiões na Praça da Figueira (Silva, 2005, 2012), nas *officinae* de *garum* mais a norte reconhecidas em 1997 no cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores (Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003; Silva, 2005, 2012), na *officina* de *garum* a que se sobrepôs uma unidade habitacional (?) identificados na Sondagem 34 da Rua dos Correeiros em 1991 (Diogo, Fernandes e Silva, 1991; Fernandes, 1997), sendo próximo ao do *circus* (Silva, 2012). Estas observações sugerem fortemente a existência de uma tendência ortogonal no desenho urbanístico alto-imperial desta área suburbana, cobrindo um amplo espaço equivalente à parte oriental e setentrional do Vale da Baixa e que, em função dos dados já publicados da Praça da Figueira, poderá remontar ao principado de Cláudio, pelo menos (Silva, 2012). Os dados proporcionados pela intervenção da Rua do Ouro n.º 133-145 não contestam estas datas iniciais.

O abandono da construção em estudo coincide com as datas aferidas na Praça da Figueira para o final da fase III deste local, recorde-se que um episódio intensivo de roubo de pedra generalizado e de desmantelamento dos edifícios e monumentos funerários ali escavados (Silva, 2005, 2012). Contudo, dificilmente as razões invocadas para explicar aquele episódio traumático, que julgamos de colocar em relação com necessidade extrema de pedra destinada à primitiva erecção de uma muralha tardia em *Olisipo* ocorrida no período tetrárquico (Silva, 1999, 2005, 2012, 2015; De Man, 2008), ou constantiniano inicial, aproveitamos para acrescentar, colhem aqui.

Levantam-se, por consequência, questões de natureza histórica mais ampla, relacionadas com as dinâmicas da vida urbana lisiponense, e com as modificações ocorridas em resultado das profundas reformas resultantes da nova definição de cidade tardia romana ou do Baixo Império, chamemos-lhe assim.

Assoma aqui um contraste no escasso dado arqueológico conhecido para a Baixa. Ao passo que no campo das unidades de processamento de preparados de peixe se constata que muitas prosseguem a sua laboração adentro do século IV d.C. e depois (Fabião, 2009), no *circus*, o estudo da *sigillata*, articulado com a estratigrafia registada, demonstra a acumulação de depósitos nos séculos IV e V d.C. sobre as estruturas (Sepúlveda, Vale, Santos, Santos e Guerreiro, 2002), comprovando o seu abandono efectivo à data. O edifício lúdico acompanha deste modo o panorama verificado na vizinha Praça da Figueira, onde a Fase IV assiste a um perdurar na quarta centúria de uma prática circunscrita no espaço de sepultamentos de bem modesta expressão arquitectónica por comparação com a assumida na fase precedente (Silva, 2005, 2012).

Já o panorama da Rua do Ouro n.º 133-145 tem por único paralelo tornado público da Baixa, embora de forma deveras insuficiente, o exíguo espaço escavado dotado de mosaicos e frescos da Sondagem n.º 34 da Rua dos Correeiros (Diogo, Fernandes e Silva, 1991; Fernandes, 1997; Silva, 1999), cujas cronologias de abandono se situarão pelo mesmo horizonte cronológico, em função da presença de *sigillata* clara africana C e A (dados em curso de estudo por um dos autores- RBS). Talvez se possa acrescentar a este o caso de uma das *officinae* de *garum* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, onde os dados são compatíveis com o mesmo fenómeno de abandono e sequente acumulação detritica de colmatação (Bugalhão, 2001; Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003; Silva, 2012).

Há, portanto, que procurar nos dados mais recentemente exumados na cidade, outros elementos que suportem de forma mais sólida uma leitura que no momento se começa a configurar para *Olisipo*, a de que o último terço do século III d.C. primeiras décadas do IV d.C. assistem a uma efectiva e profunda quebra da área urbana ocupada, afinal um constrangimento da cidade que poderíamos reputar de historiograficamente “clássico”.

Aquilo que se nos afigura como mais aliciante é, justamente, a circunstância de em termos económicos o dado empírico arqueológico, nomeadamente o volume das importações (*sigillata*, ânforas) como o das exportações (ânforas), nos mostrar que a dimensão da cidade não só se mantém, como de forma plausível cresce. Ou que o relêvo político no panorama do ocidente lusitano é prevalente, como demonstram a precocidade do estabelecimento do bispado ou a profunda reforma das *Thermae Cassiorum* sofrida em 336 d.C. a mando do *praeses* provincial testemunhada por epígrafe (Encarnação, 2009).

Dever-se-á, de igual modo, convocar para a argumentação neste mesmo sentido a vitalidade sentida através das reformas arquitectónicas empreendidas em diversas das *uillae* do *territorium* no período tardio, de que a musivária é uma das faces mais visíveis, e de que se poderiam colher como exemplos sítios de uma extensa lista como os da Quinta da Bolacha (Amadora), Almoínhas, Frielas (Loures), Alto do Cidreira, Freiria (Cascais) ou São Miguel de Odrinhas (Sintra). Em qualquer um é pressuposta a existência de um agente promotor lisiponense que detém em simultâneo o *status* e a capacidade económica que lhe permitiu custear a onerosa decoração arquitectónica aplicada nos espaços de representação dominial.

Os momentos finais da presença romana na Rua do Ouro n.ºs 133-145 poderão, afinal, não ser mais do que um sintoma de um fenómeno mais amplo, sentido na zona suburbana ocidental lisiponense. Resultado de uma nova configuração territorial em gestação no período tardio na região, então se joga entre o centro propriamente urbano e o espaço mais amplo

do território, uma tensão que acarreta a perda de importância, ou mesmo o abandono, de determinadas funcionalidades localizadas nas zonas mais marginais da cidade de *Olisipo*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1994) – Lisboa Romana e Visigótica. In *Lisboa Subterrânea* (Catálogo). Lisboa: Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, p. 58-63.
- AMARO, C. (coord.) (1995) – *Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- ANDRADE, C. de (2001) – *Relatório de Execução do Projecto «O enchimento do Esteiro da Baixa» em Época Histórica*. Lisboa: Fundação da Faculdade de Ciências. Policopiado.
- ARRUDA, A. M. (2014) – *Lisboa Sidérica: um porto mediterrâneo no litoral atlântico*. Lisboa: Fundação Millennium BCP.
- BEZECZKY, T. (2013) – *The Amphorae from Roman Ephesus*, Viena: Institut für Kulturgeschichte der Antike der Österreichischen Akademie der Wissenschaften. Col. *Forschungen in Ephesus*. 15-1.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford : Archaeopress. Col. *British Archaeological Reports, International Series*. 1301.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 15. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; CIDÁLIA, D. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa). *Revista portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, p.243-275.
- CALADO, M. (2008) – *Olisipo pré-romana : um ponto da situação*. Lisboa: Apenas Livros. Col. *Livros de Cordel*.
- CRUZ, M. R. M. D. da (2009) – *O vidro romano no NO Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta. Tese de Doutoramento em Arqueologia, área de conhecimento de Materiais e Tecnologias*. Vol. II. *Manual das Formas Vidros Romanos do NO Peninsular*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- DE MAN, A. (2008) – *Defesas Urbanas Tardias. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.
- DIOGO, A.M. Dias; FERNANDES, L.; SILVA, R. B. da (1991) – Elementos sobre a romanização da cidade de Lisboa: a sondagem n.º 34 na Rua dos Correiros. Comunicação oral apresentada às *Las Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal.
- ENCARNAÇÃO, J. D' (2009) – As Termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade? In *Lusitania Romana – Entre o Mito e a Realidade. Actas da IV Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*. Cascais: Camara Municipal de Cascais, p. 481-494.
- FABIÃO, C. (2005) – Lusitanian 3. In *Roman Amphorae: a digital resource*. University of Southampton. (http://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/details.cfm).
- FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. In *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 9. Lisboa: NIA-ERA Arqueologia, p. 25-50.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capiteis romanos da Lusitania Ocidental. Dissertação de Mestrado em História da Arte*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A. A. (2003) – Os contextos medievais da intervenção arqueológica no Edifício Confepelle, Rua do Ouro n.º 197. In *4º Congresso Peninsular de Arqueologia. (Faro, 2003)*. (comunicação oral).
- FERREIRA, M.; JORGE, A.; RAMOS, R. (2000) – *Zara- Rua Augusta (Lisboa) – Relatório Final da Escavação de Salvamento Arqueológico*. Lisboa: Era-Arqueologia (*Relatórios Era*, 79/00). Policopiado.
- FILIFE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. R. de (2014) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d. C. em *Olisipo*: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In Ramón Járrega y Piero Berni (ed.) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Oficina Hispana (Tarragona, 10-13 de diciembre de 2014)*. Tarragona: SECAH (col. *Monografías Ex Oficina Hispana*, 3), p. 423-445.
- GOMES, A.; GASPAS, A. (2007) – As muralhas de *Olisipo* – O troço junto ao Tejo. In *Muralhas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lucus Augusti como paradigma. Actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005), en el aniversario de la Declaración por la UNESCO, de la muralha de Lugo como Património de la Humanidad*. Lugo: Servicio de Publicaciones de la Departación Provincial de Lugo, p. 687-697.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Principios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica. Crítica Arqueologia.

- ISINGS, C. (1957) – *Roman glass from dated finds*. Groningen e Jacarta: J.B. Walters (*Archeologica Traiectina edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico*).
- MAIA, M. G. P. (1974-77) – *Sigillata Clara com decoração aplicada de Tróia*. Setúbal. *O Arqueólogo Português*. III Série. N.ºs, 7-9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 365-381.
- MOITA, I. N. (1968) – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano 19. N.º 116-117. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 33-71.
- MOITA, I. N. (1994) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo '98, Lisboa '94. Livros Horizonte.
- MURALHA, J.; LEITÃO, M. (1998) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Praça do Município 1996-1997*. Lisboa. Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. Policopiado.
- NOLEN, J. U. S. (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse Ware from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In *Inês Vaz Pinto, Rui Roberto de Almeida e Archer martin (ed.) Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. Col. *Roman and late Antique Mediterranean Pottery*. N.º 10, p. 167-172.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- ROCHA, A.; REPREZAS, J.; MIGUEZ, J.; INOCÊNCIO, J. (2013) – Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In *Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1011-1018.
- RÜTTI, B. (1991) – *Die Römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Vol. II *Katalog und Taffeln*. Augst: Römermuseum.
- SANTOS, C. R. dos (2010) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS, S. B. P. A. dos (2016) – *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SEPÚLVEDA, E. de; VALE, A.; SOUSA, V.; GUERREIRO, N. (2002) – A cronologia do circo de *Olisipo*: a terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.5-2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 245-275.
- SEPÚLVEDA, E. de; GOMES, N.; SILVA, R. B. da (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa) 1: a terra sigillata”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.6-2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 401-414.
- SILVA, A. V. da (1945) – *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B. da (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. DPC/DA, p. 43-67.
- SILVA, R. B. da (2002) – As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de *Olisipo*. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 193-205.
- SILVA, R. B. da (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Policopiado.
- SILVA, R. B. da (2012) – As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. da (2013) – A ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *CIRA Arqueologia*. N.º 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios*. Vila Franca de Xira. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 40-62.
- SILVA, R. B. da (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. In *José Carlos Quaresma e João António Marques (coord.) Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Monografias da AAP*. N.º 1, p. 41-67.
- TORRES, C. (1994) – Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea* (Catálogo). Lisboa: Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, p. 80-85.
- VALONGO, A. M. A. (2015) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Rua do Ouro n.º 133. Lisboa. S/l*. Policopiado.
- VARGAS CANTOS, S.; MORENO ALMENARA, M. (2002-2003) – Análisis de un contexto cerámico en el sector meridional de la *Colonia Patricia Corduba*. In *Anales de Arqueología Cordobesa*, n.ºs 13-14. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 201-227.

➤ Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de *Olisipo*. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa

NUNO MOTA

CAL – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA/ CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
nuno.miguel.mota@cm-lisboa.pt

CAROLINA GRILO

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
ramosgrilo.carolina@gmail.com

RUI ROBERTO DE ALMEIDA

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
rui.dealmeida@gmail.com

VICTOR FILIPE

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.
victor.filipe7@gmail.com

RESUMO

A análise dos contextos estratigráficos encontrados na intervenção arqueológica realizada na Rua de São Mamede resultou na compreensão do significado da mobilização de resíduos sólidos como agente nivelador e modelador de uma área urbana, que detinha uma pendente mais abrupta que a atual, situada entre dois equipamentos públicos da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*: o Teatro e as escassamente conhecidas “Termas dos Cássios”.

A diversidade artefactual, a coerência e homogeneidade cronológicas registadas nos distintos conjuntos exumados revestem-se de especial importância para a reconstituição do comércio de bens e alimentos na região de *Olisipo* e da sua integração nos circuitos comerciais do mundo provincial romano.

Embora estejam maioritariamente documentados conjuntos de escala regional, com um universo percentual esmagador no seio destes contextos, estão igualmente presentes conjuntos de importação que denotam uma intensa circulação de produtos, quer ao nível do abastecimento de bens alimentares, quer de cerâmicas finas.

O estudo dos materiais permitiu observar uma fase de deposição e construção de aterros situada *grosso modo* entre o *terminus* da Época Júlio-cláudia / princípio da Época Flávia e os inícios do segundo quartel do século II (70-125 d.C.).

ABSTRACT

The stratigraphic contexts identified in the archaeological survey in Rua de S. Mamede proved to be very substantial for the understanding of solid residues and waste disposals as transformation agents of the urban landscape, in a high slope area located between two public equipment's of *Felicitas Iulia Olisipo*: the theatre and the scarcely known “Termas dos Cássios”. The diversity, coherency and chronological consistency witnessed by the different artefact assemblages recovered on the site is of particular importance for the reconstitution of trade in the *Olisipo* region and its integration in the commercial circuits of the Roman provincial world. Although regional-scale assemblages are preponderant, import assemblages are also present, indicating an intense circulation of food supply products and fine wares. Its

study allowed to observe a landfill construction phase roughly located between the *terminus* of the Julio-Claudian period /start of the Flavian period and the beginning of the 2nd quarter of the 2nd century (70-125 AD).

1. Introdução

O presente artigo pretende apresentar os contextos e materiais resultantes de uma intervenção arqueológica urbana dirigida pelos arqueólogos Pedro Miranda e Marina Carvalhinhos¹, realizada em 2010 na Rua de São Mamede, na via pública, em frente ao n.º 19.

A referida intervenção estava integrada num conjunto de escavações arqueológicas² preconizadas pelo extinto Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade e desenvolvidas no âmbito do Projecto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha” de Lisboa³. Estes trabalhos de carácter científico e monográfico tinham como objectivo geral a identificação, datação e valorização dos vestígios da muralha urbana medieval ou de época anterior, concretamente

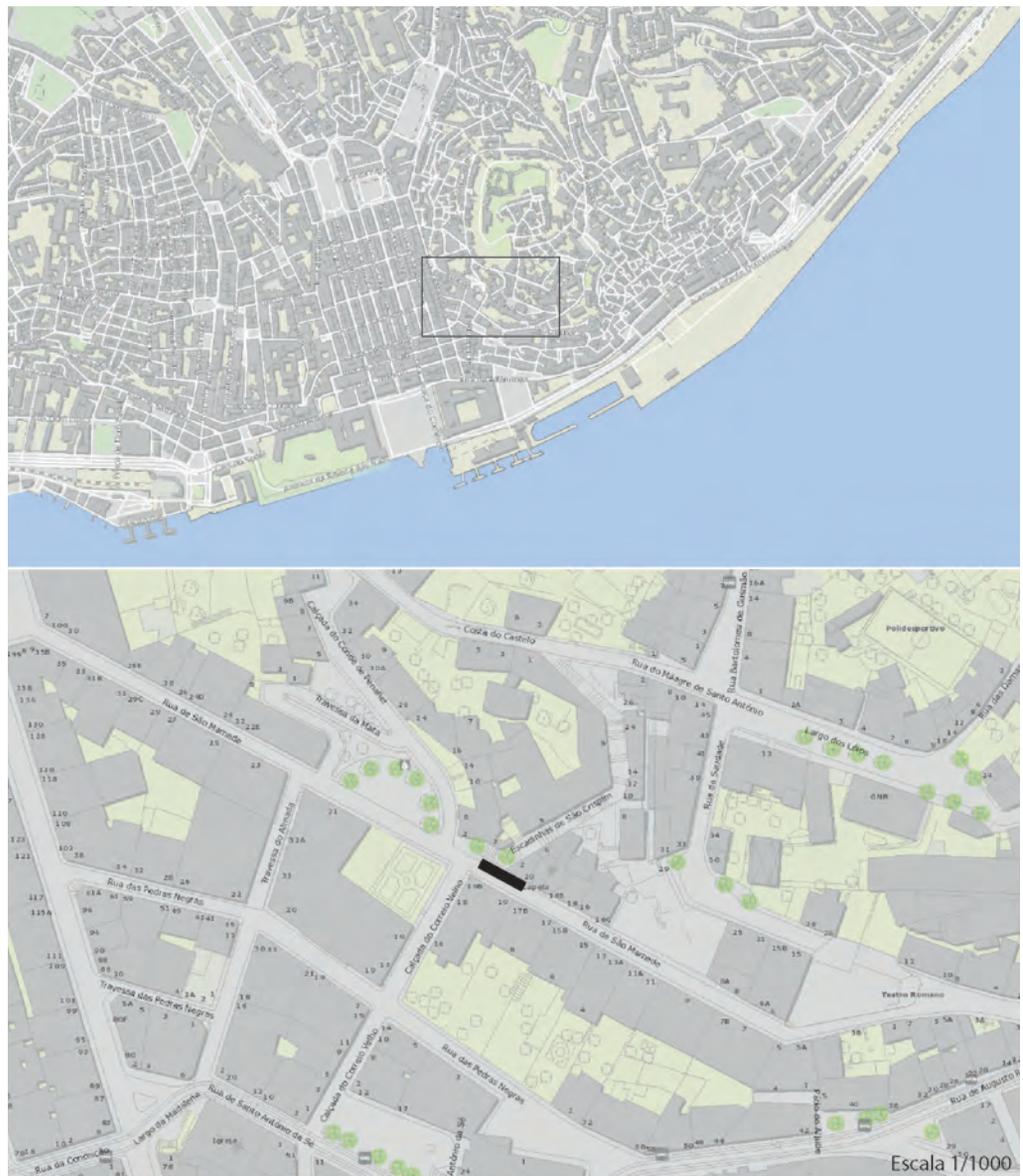


Figura 1
Localização
da intervenção
arqueológica da Rua
de São Mamede, via
pública (n.º 19) na
cidade de Lisboa.

Na intervenção arqueológica na Rua de São Mamede não se logrou encontrar vestígios estruturais da muralha antiga. Porém, a escavação das duas sondagens indagatórias revelou uma estratigrafia linear e relativamente homogénea, com contextos e materiais de Época Romana Alto Imperial, cuja análise e interpretação crono-estratigráfica se considera manifestamente relevante para o conhecimento e compreensão da formação e da configuração paleotopográfica desta área específica da cidade de *Olisipo*. FIG. 2

2. Enquadramento geológico e arqueológico

Do ponto de vista geomorfológico, a intervenção arqueológica decorreu numa área constituída por formações geológicas da Idade Burdigaliana, pertencente ao Complexo Miocénico (Pais *et alii*, 2006).

Formalmente, o traçado da Rua de São Mamede situa-se na camada conhecida como “Assentada IVb” constituída pelas “Areias da Quinta do Bacalhau” com *Gryphaea gryphoides*. FIG. 3

A Rua de São Mamede, situada na meia encosta da colina do castelo, surgiu enquanto novo eixo viário na sequência da reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, impondo na zona um desenho urbanisticamente distinto do anterior.

Esta situação de ruptura reflectiu-se também nas operações de desaterro efectuadas neste período para a instalação do edificado setecentista, parcialmente confirmadas nas sondagens arqueológicas realizadas na Rua das Pedras Negras, na via pública, em frente ao n.º 5. Neste local verificou-se a ausência dos níveis de formação antrópica, encontrando-se o pavimento actual directamente assente no substrato geológico (Carvalhinhos *et alii*, 2010). Esta informação foi complementada com uma intervenção arqueológica na área adjacente realizada no jardim do n.º 15 da Rua de São Mamede, cujo paredão de contenção do terreno delimita o alinhamento Norte da Rua das Pedras Negras, que revelou a presença de contextos da Idade do Ferro (Pimenta *et alii*, 2014) sobre o mesmo substrato geológico, mas a uma altura bastante superior. A confrontação altimétrica das duas realidades permite observar um exemplo do grau de destruição causado pelas operações urbanísticas de meia encosta realizadas em Época Moderna, concretamente as de desaterro, a que se soma o encaixe do edificado em “consola”, o que subtraiu um grande volume de terreno e, conseqüentemente, maiores alterações na topografia do local.

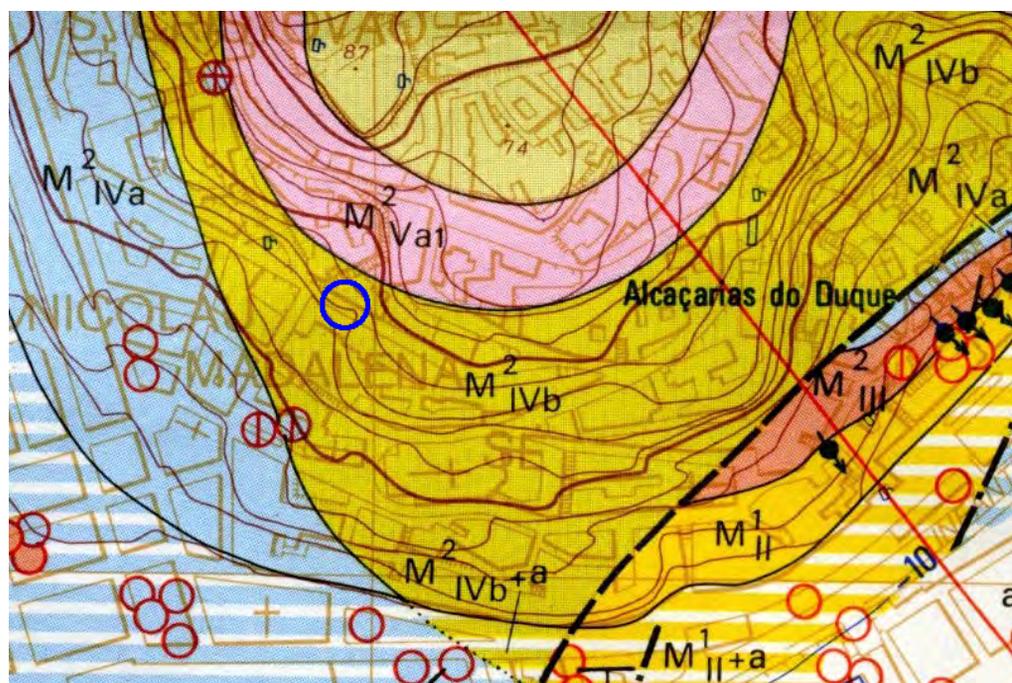


Figura 3
Localização da
intervenção
arqueológica na
Carta Geológica do
Concelho de Lisboa
– Escala 1:10 000
(ALMEIDA, F. M., 1986).

Não obstante o interface de destruição criado na segunda metade do século XVIII, que obliterou grande parte dos vestígios de Época Medieval e Moderna, no que concerne à Rua de São Mamede e envolvente directa, nas realidades subjacentes foram detectados contextos deposicionais relevantes e de ampla cronologia romana Imperial e sobretudo da Antiguidade Tardia, nomeadamente nas intervenções realizadas no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel (Silva e De Man, 2015) e nas Escadinhas de São Crispim, n.º 3 (Silva e Filipe, 2012). Na escavação realizada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel e na Rua de São Mamede, em área contígua ao jardim, destaca-se ainda a descoberta de dois fragmentos de tampa de sepultura paleocristã (Diogo, 1997; Trindade e Diogo, 1999).

A morfologia da dinâmica deposicional antiga registada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel sugere uma interpretação relacionada com sucessivas formações detríticas produzidas ao longo dos séculos I a III, associadas a um muro de contenção alto-imperial (Silva, 2012, p. 234). Esta dinâmica deposicional estende-se à área Norte da Calçada do Correio Velho, onde foi detectada uma estratigrafia idêntica, estimando-se a cronologia de construção da estrutura de contenção em época flávio-trajano (Silva, 2012, p. 246). Nas Escadinhas de São Crispim, n.º 3, a intervenção arqueológica registou uma ocupação sistemática enquanto zona de despejos e de lixeira com uma cronologia entre os séculos I a III e um progressivo abandono nos séculos IV e V (Silva e Filipe, 2012, p. 47). O estudo mais detalhado dos contextos e espólio cerâmico exumado permitiu enquadrar os níveis de lixeira num lapso temporal compreendido entre o século II e a primeira metade do século VI (Quaresma, no prelo).

3. A intervenção e a estratigrafia arqueológica

A abordagem metodológica para a intervenção na Rua de São Mamede consistiu na escavação arqueológica de duas sondagens condicionadas ao espaço disponível na via pública, com 5m x 1,5m, distando 2m entre si, concretamente no passeio pedonal e lugares de estacionamento demarcados na zona junto ao arranque inferior das Escadinhas de São Crispim. FIG. 4

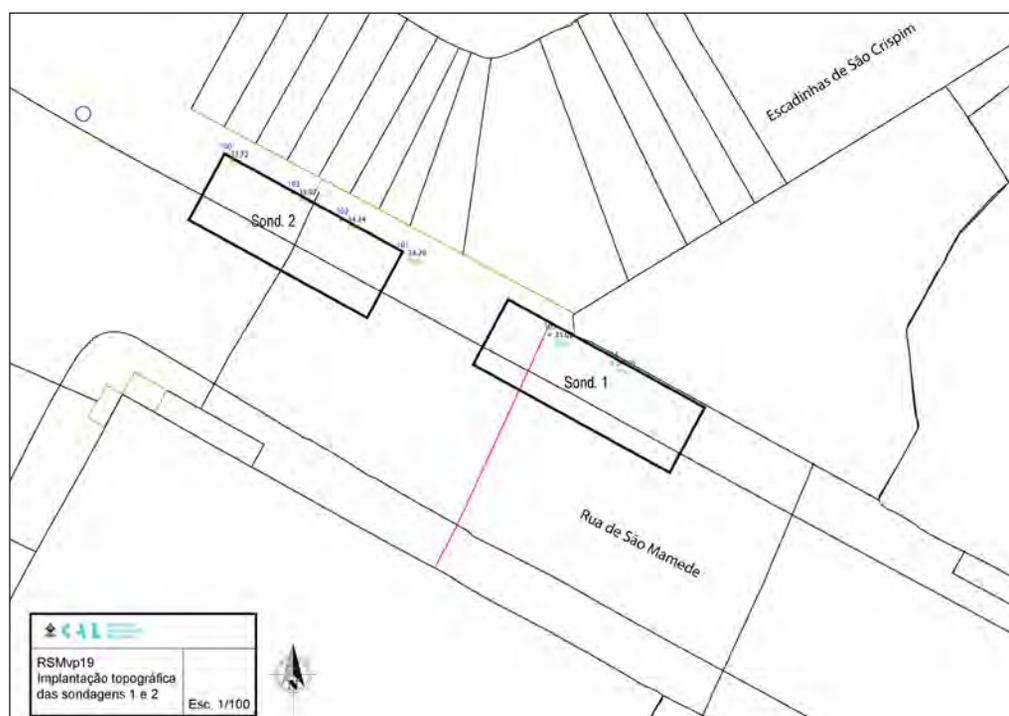


Figura 4
Implantação das duas sondagens arqueológicas na Rua de São Mamede, junto às Escadinhas de São Crispim.

A sondagem 1 revelou a presença de contextos de Época Contemporânea que assentavam directamente sobre os estratos romanos (FIG.5). A sondagem 2 continha uma sequência semelhante, mas com a presença de depósitos e vestígios de estruturas de Época Medieval/Moderna bastante truncados e residuais assentes nos estratos formados em Época Romana (FIG.6). Face aos contextos detectados, a escavação arqueológica foi direccionada para a análise dos estratos romanos, com o objectivo de compreender a sua dinâmica deposicional, designadamente os aspectos relacionados com a transformação da paleotopografia do local. Nesse sentido, foi realizada uma pequena sondagem cumulativa, com cerca de 1 x 1 m, no interior da sondagem 1, que atingiu os 3,5 m, sem no entanto se atingir o substrato geo-



Figura 5
Aspecto do topo da UE [105] após remoção dos níveis de destruição de Época Contemporânea.



Figura 6
Aspecto do topo das UEs [212] e [222] com os vestígios estruturais de Época Medieval/Moderna.

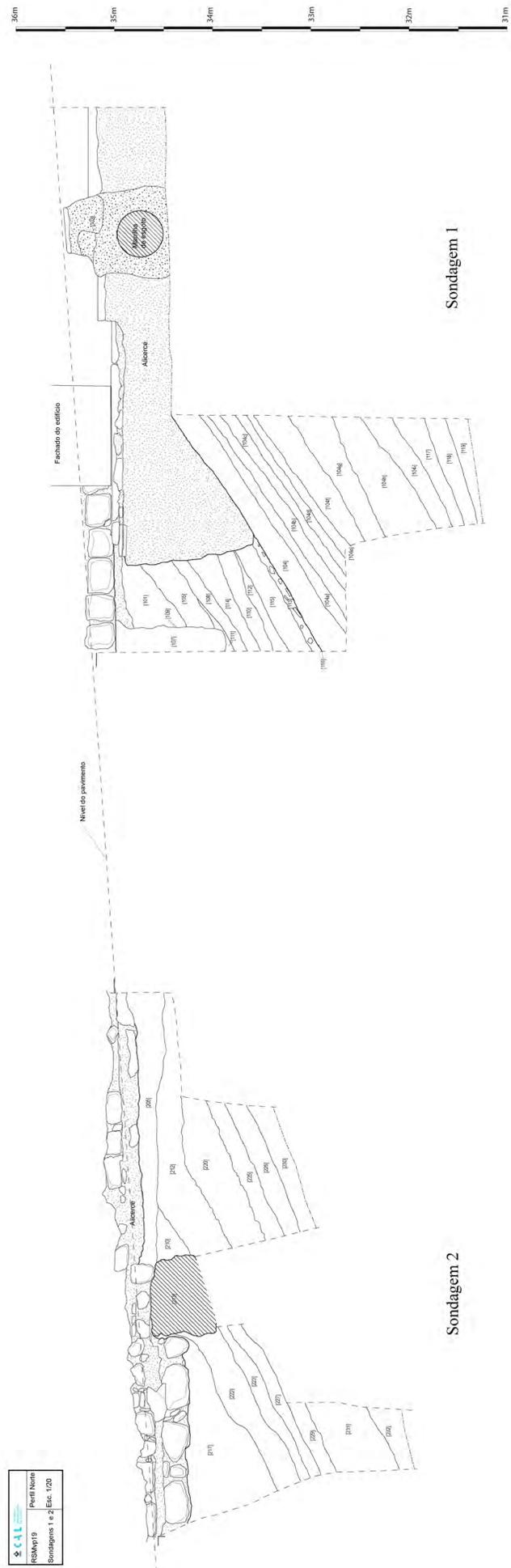


Figura 7
Perfil estratigráfico
Norte das sondagens
1 e 2.

lógico de base, uma vez que as condições de segurança e a necessidade de contenção dos perfis não permitiu maior desenvolvimento em profundidade.

A área escavada possibilitou verificar que a estratigrafia de Época Romana acompanhava a pendente actual da rua, no sentido Este-Oeste, contudo com uma inclinação mais acentuada. FIG. 7

Na sondagem 1 foi também perceptível que a matriz sedimentar dos diversos estratos encontrava uma clara distinção entre as UEs [113] e [104], definindo-se um “interface de estrato” (UE [116]) muito bem marcado (cf. Fig. 7), sendo durante a fase da escavação difícil de discernir se se tratava do substrato geológico ou de um sedimento análogo mobilizado por acção antrópica. A escavação deste sedimento em profundidade permitiu validar esta última interpretação ao expor os depósitos antrópicos subjacentes: as UE [117] a [119]. FIG. 8



Figura 8
Pormenor do
“interface de estrato”
[116] na sondagem 1.



Figura 9
Topo da UE [117]
abaixo da sequência
das camadas
nomeadas com a UE
[104].

Figura 10
Aspecto do conjunto
de camadas
heterogêneas
presentes na
sondagem 2.

Na sondagem 2 os depósitos apresentavam uma matriz mais heterogênea, compatível com a dinâmica estratigráfica Este-Oeste que se havia distinguido nas camadas superiores da sondagem 1. FIG. 9

De uma forma geral, os depósitos sedimentares apresentavam uma alternância clara entre camadas mais homogêneas e heterogêneas. As homogêneas (UEs [105] e [104] a [104i]) consistem em camadas muito compactas de silte argiloso micáceo, de cor castanha esverdeada, com intercalação de abundantes nódulos brancos carbonatados, carvão, fragmentos de cerâmica de pequena dimensão, fragmentos de rocha e raros fragmentos de carapaças de moluscos, com escasso espólio arqueológico e muito fragmentado. As heterogêneas (UEs [111] a [115] e [117] a [119], [222] a [232] e [212] a [230]) consistem em camadas arenosas compactadas, com material inerte de vários calibres, contendo maior quantidade de espólio cerâmico fino, anfórico, comum e de construção (*imbrices*, *tegulae* e *lateres*), assim como nódulos de argamassa, estuque branco e pintado e restos faunísticos.

A morfologia linear desta sequência estratigráfica superiormente truncada sugere uma deposição premeditada, estruturada e efectuada através da acumulação intensiva e relativamente rápida de detritos provenientes de ambientes domésticos e de reformulações edilícias, com o presumível objectivo de regularizar esta zona de encosta. A inclinação de todas estas camadas, observável no perfil Norte das sondagens, denunciava também uma dinâmica de despejo executada de Este para Oeste. A leitura do perfil cumulativo Este da sondagem 1, permite observar uma dinâmica de acumulação detritica divergente, constatando-se que na orientação Norte-Sul, a partir de um determinado momento nas acções de despejo (nas camadas acima da UE [104h]) a estratificação adquire uma inclinação Sul-Norte, como se tivessem sido encostadas a uma estrutura de contenção que não foi identificada na escavação porventura devido à escassa largura das sondagens arqueológicas (FIG. 10). Esta provável estrutura de contenção do terreno poderá estar associada ou ser o desenvolvimento da que foi anteriormente identificada no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel (Silva, 2012, p. 234). FIG. 11

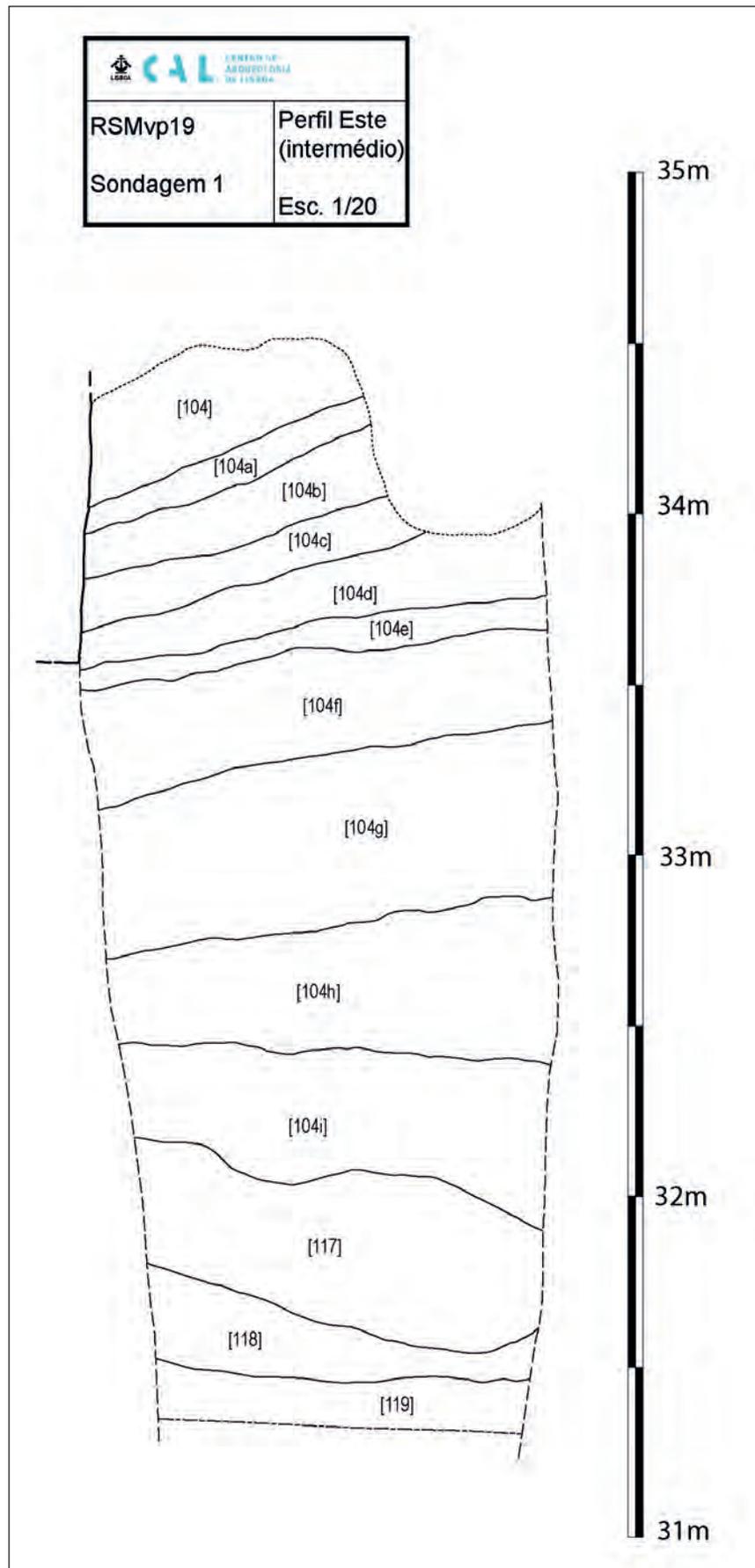


Figura 11
Perfil Este cumulativo
da sondagem 1.

4. Os materiais

O estudo dos materiais oriundos dos contextos de época romana das sondagens de Rua de S. Mamede permitiu observar uma fase de deposição e construção de aterros situada *grosso modo* entre o *terminus* da época Júlio-cláudia / princípio da época Flávia e os inícios do segundo quartel do século II (70-125 d.C.). As datações propostas para estes momentos constituem-se como hipóteses de trabalho e estão baseadas na informação proveniente da cronologia das cerâmicas exumadas, uma vez que a formação destas sequências é compatível com um momento relativamente curto de formação e deposição, pressupondo, com grande probabilidade, uma remobilização destas cerâmicas e de outros materiais, feita a partir de um lugar não muito distante do espaço em questão.

Integravam o espólio destes depósitos conjuntos de materiais de produção local e de importação, lucernas, ânforas, cerâmica comum e cerâmicas finas de paredes finas e *terra sigillata*, esta última já objeto de uma primeira classificação e interpretação global (Silva, 2012, p. 248). Nesse sentido, a informação proveniente do universo dos materiais integrados nestes contextos assume especial importância na ótica do consumo e do comércio de alimentos em *Olisipo* e das dinâmicas de ocupação da área da colina.

Tabela 1 Quantificação sintética por categorias cerâmicas das Sondagens 1 e 2.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	43	20	3,9%	59	11%
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	15	8	1,6%		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	34	20	3,9%		
	Gália	1	1	0,2%		
	Península itálica	6	5	1,0%		
	Norte de África	2	2	0,4%		
	Mediterrâneo Oriental	4	2	0,4%		
	Indeterminada	1	1	0,2%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	68	30	5,8%	103	20%
	TSI Tardo - it	1	1	0,2%		
	TSSG	145	56	10,9%		
	TSHp	4	2	0,4%		
	TSH	29	14	2,7%		
Paredes Finas		33	16	3,1%	16	3,1%
Lucernas		55	25	4,9%	25	4,9%
Cerâmica Comum	Itálica	16	9	1,8%	311	60,5%
	Bética (Guadalquivir)	17	14	2,7%		
	Bética (costa ocidental)	37	26	5,1%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	389	262	51,0%		
Total		900	514	100%	514	100%

4.1. Sondagem 1

Embora os materiais romanos estejam presentes ao longo de toda a sequência, a análise crono-estratigráfica da Rua de S. Mamede incidiu sobre os contextos de época romana,

que abrangeram, como indicado, um lapso temporal de cerca de 50 anos, destacando uma coerência e homogeneidade dos conjuntos artefactuais no âmbito dos faseamentos definidos estratigraficamente nas diferentes sondagens.

No caso da sondagem 1, estes contextos corresponderam às unidades estratigráficas [105], [108], [110], [112], [115], [113], [104], [117] e [118] cuja componente artefactual permitiu situar genericamente nos finais do período Julio-Cláudio/primeiros anos da dinastia Flávia, não devendo ultrapassar o final terceiro quartel do século I d. C.

Tabela 2 Quantificação sintética por categorias cerâmicas da Sondagem 1.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	3	3	1,8%	7	4,2%
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	3	3	1,8%		
	Península itálica	2	1	0,6%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	58	25	14,9%	39	23,2%
	TSSG	31	12	7,1%		
	TSH	4	2	1,2%		
Paredes Finas		20	9	5,4%	9	5,4%
Lucernas		23	12	7,1%	12	7,1%
Cerâmica Comum	Itálica	7	4	2,4%	101	60,2%
	Bética (Guadalquivir)	7	7	4,2%		
	Bética (costa ocidental)	11	10	6,0%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	110	80	47,6%		
Total		279	168	100%	168	100%

4.1.1. Cerâmicas finas e lucernas

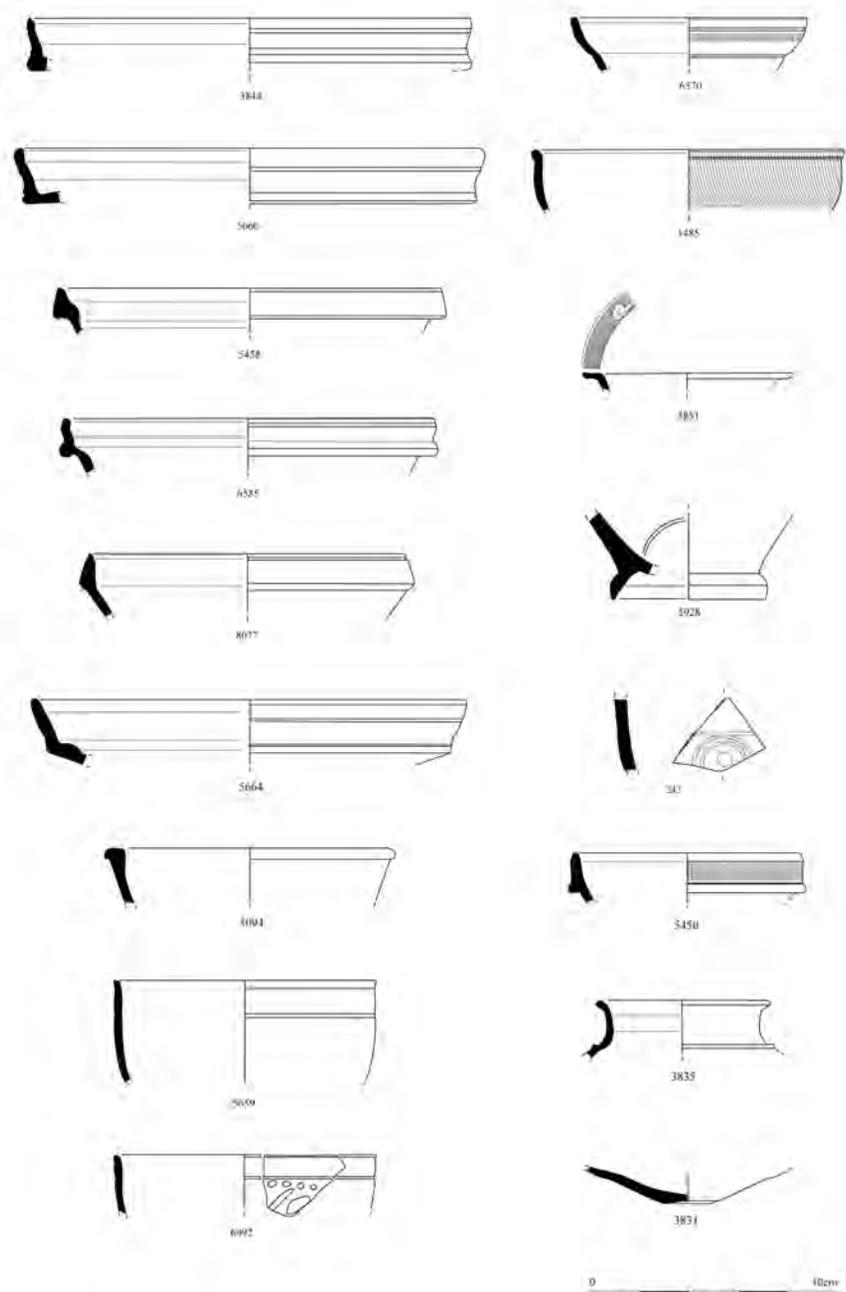
No que respeita à sondagem 1, o conjunto de *terra sigillata* contabiliza 93 fragmentos que se traduzem numa representação global de 39 indivíduos (NMI) correspondendo, a seguir à cerâmica comum, à categoria melhor representada com 23,2% (v. Tabelas 2 e 3). O grupo com maior representação corresponde às importações itálicas, observando-se cronologias centradas na primeira metade do século I (Silva, 2012, p. 249-250), embora a presença de conjuntos finos originários do sul da Gália e de produção hispânica sustente uma cronologia mais coetânea com o segundo e o terceiro quartéis do mesmo século. É igualmente de sublinhar a ausência de importações norte africanas documentadas apenas nas fases pós-romanas.

As produções itálicas totalizam 14,9% do conjunto (v. Tabelas 2 e 3) com 25 indivíduos (NMI) e modelos que remontam a cronologias augustanas: pratos *Consp.* 4, *Consp.* 12 (Fig. 12, 5458) e *Consp.* 18, na variante 18.2.2 (Fig. 12, 3844 e 5660), a par com modelos formais mais tardios, *Consp.* 22 (Fig. 12, 6585), *Consp.* 23, um dos quais enquadrado na variante 23.1 (Fig. 12, 8077), *Consp.* 27, *Consp.* 31 (Fig. 12, 6570) e *Consp.* 32 que indiciam um perfil de importações relativamente avançado (Silva, 2012, p. 248). Um fragmento de bojo da forma *Consp.* 50.3 (não ilustrado), cuja cronologia é coetânea com um arco cronológico entre o principado de Augusto e a época Flávia (Conspectus, p.138), assim como três marcas de oleiro de cronologias da primeira metade do século I d.C. (Silva, 2012, p. 253) pertencem igualmente ao conjunto.

As produções sudgálicas representam 7,1% da categoria (v. Tabelas 2 e 3), com 12 indivíduos atestados, encontrando-se documentadas pelos pratos Drag 15/17 (Fig. 12, 5664), pelas taças Drag 24/25 (Fig. 12, 5450) e por exemplares únicos das taças Ritt 5 e Ritt 9 (Fig. 12, 5094), representando um conjunto relativamente coeso dos momentos iniciais de importação das produções sudgálicas, centrado nos meados do século I d.C. com paralelos outros contextos urbanos de *Olisipo* (Silva, Nozes e Miranda, 2015; Silva, 2015a; 2015b).

A estas formas devemos acrescentar as oito marcas de oleiro sudgálicas, já analisadas com o devido detalhe (Silva, 2012, p. 257) que fornecem preciosos indicadores para o *terminus post* quem destes contextos centrados na época Flávia (Silva, 2012, p. 257), e corroborado pelas importações hispânicas, representadas por 2 indivíduos sem atribuição tipológica, um dos quais de produção de La Rioja com decoração em círculos concêntricos (Fig. 12, 243). Refira-se que estes últimos correspondem a 1,2% desta categoria (v. Tabelas 2 e 3) e são oriundos da camada [117], um dos estratos de base da sequência desta sondagem. FIG. 12

Figura 12
Sondagem 1,
Cerâmicas finas.
SM3844 e SM5660
– TSI *Conspetus*
18; SM5458 – TSI
Conspetus 12;
SM6585 – TSI
Conspetus 22;
SM8077 – TSI
Conspetus 23;
SM6570 – TSI
Conspetus 31; SM
1485- TSI *Conspetus*
32; SM 3851 –
Conspetus; SM 5928
– TSI; SM5664 – TSSG
Drag 15/17; SM5094
– TSSG Ritt9; SM5450
– TSSG Drag 24/25;
SM243 – TSH com
decoração em círculos
concêntricos; SM5659
e 6992 – Par Fin Mayet
37; SM3835 – Par fin
Mayet 21; SM3831 –
Par fin Mayet 34.



Entre as paredes finas foram contabilizados 14 fragmentos (apenas 5,36% de toda a cerâmica – v. Tabelas 2 e 3), que correspondem a 9 indivíduos. Dois destes são residuais, mais concretamente as produções itálicas Mayet 8, tardo-republicana, e Mayet 21, augustana (Fig. 12, 3835), com a típica moldura abaixo do colo, aqui entendidas como elementos comuns e significativos no quadro de realidades arqueológicas como a Rua de S. Mamede, onde subsistem tipos e formas cerâmicas de cronologia anterior remobilizados em realidades posteriores.

Os restantes 7 exemplares correspondem a formas alto-imperiais típicas dos conjuntos de meados do século I (Mayet, 1975) e correspondem na totalidade a produções de origem bética. A forma Mayet 37 é a mais representada, com 3 indivíduos (Fig. 12, 5659 e 6992), estando também documentado um exemplar de fundo da forma Mayet 34 (Fig. 12, 3831) de produção em casca de ovo, enquadrável entre Cláudio e Nero (Mayet, 1975, p. 69).

As primeiras são das formas mais recorrentes nos contextos de meados do século I, onde *Olisipo* não é exceção, estando identificadas na fossa [9033] da Praça da Figueira, datada de Cláudio-Nero, onde surgem acompanhadas da segunda (Silva, Nozes e Miranda, 2015, p. 8, fig. 6); no contexto Claudiano da Rua dos Remédios (Silva, 2015b, p. 49); nos contextos de construção da fábrica da Rua dos Bacalhoeiros situados entre 60-70 d.C. (Fernandes *et alii*, 2011, fig. 14, 118; Silva, 2012, p. 333); no Nucleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) em contextos análogos (Grilo, no prelo) ou na Calçada do Correio Velho, em contextos Flávio-Trajânicos (Silva, 2012, p. 246), entre outros.

Um mesmo panorama de importações é oferecido pelo conjunto lucernário, na sua maioria muito fragmentado e de difícil classificação morfológica, que corresponde a 7,4% da amostra da sondagem 1, contando com 12 exemplares e uma proporção de 11 indivíduos béticos para um itálico. Estão documentados 4 exemplares de volutas, 3 dos quais de produção bética e um de produção itálica, representado por uma orla plana com inclinação para o interior e separação do disco por duas ou mais molduras concêntricas (Fig. 13, 3833). Estas características correspondem a um dos aspectos formais destas produções, muito embora não permitam uma classificação tipo-cronológica rigorosa (Morillo-Cerdán, 1999, p. 67), optando-se, deste modo, pela sua integração no conjunto das formas 9/11 de Dressel, que, de acordo com a sua cronologia de produção, abrange todo o século I d.C.

Está igualmente documentado um exemplar de disco do tipo Dr.-Lamb. 20, cuja produção se situa já na segunda metade do século I e ao longo do século II (Morillo Cerdán e Rodríguez Martín, 2009), podendo também incluir-se entre o grupo das lucernas de disco, com as devidas reservas, o exemplar de orla 3839 (Fig. 13). Sendo a forma Dr.-Lamb. 20 uma das mais vulgarizadas da produção lucernária, este é um tipo recorrente nos contextos de Lisboa, documentado, a título de exemplo, nos estratos associados à construção do complexo fabril da Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes *et alii*, 2011, fig. 14, 118) dos meados do século I d.C.; na Praça da Figueira, onde além dos exemplares béticos está também reconhecida a produção local deste tipo já em contextos do século II (Vieira, 2011, Est. I, 2, Est. II, n.º 3; Est. XVIII, 119 e 120, entre outros); nas Termas dos Cássios ou na Calçada do Correio Velho (Vieira, 2011, p. 111–112) e no conjunto do Teatro Romano (Diogo e Sepúlveda, 2000, p. 156, fig. 2, 4 e 5; 2001, Est. I, 1 a 6).

A nível iconográfico, estão representados diferentes temas, entre os quais divindades como Vitória sobre *orbis* (Fig. 13, 5637), numa representação com paralelos em Mérida (Rodríguez Martín, 2002, lamina XIX, 85), cenas triunfantes, como a representação de uma cabeça subjugada (Fig. 13, 3841) ou barcos (Fig. 13, 3840). [FIG. 13](#)

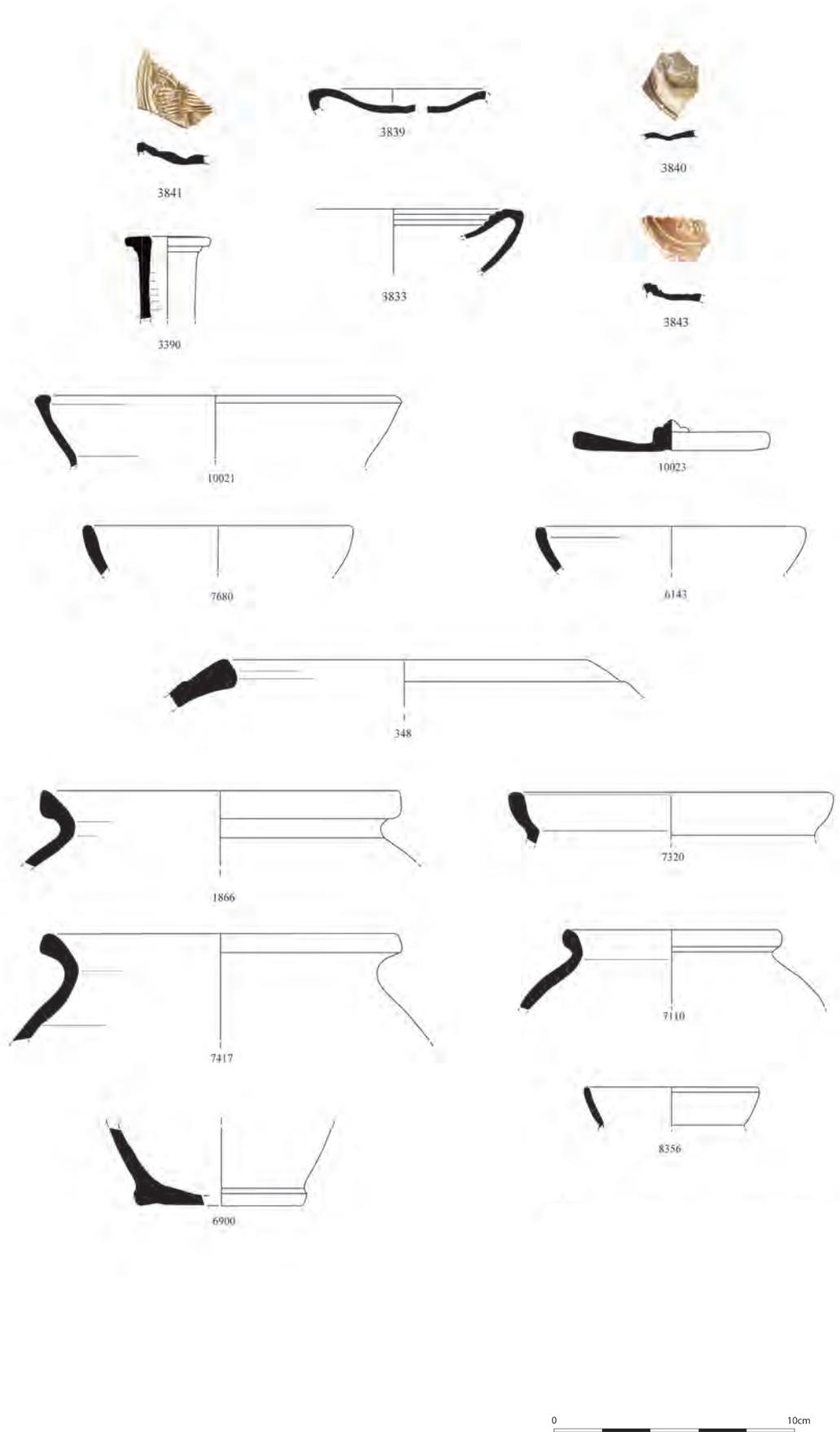


Figura 13

Sondagem

1, Lucernas.

Bética: SM3841 –

Fragmento de orla

e disco; SM3839 –

Fragmento de orla

e disco; SM3833

– Fragmento de

orla e parede

de reservatório;

SM3840 –

Fragmento de

disco; SM3843

– Fragmento de

disco; SM3390

– Unguentario;

Cerâmica

comum: Cerâmica

comum Bética

Costa ocidental

SM10021- Pote;

SM7680 e SM6143

– Tigelas; SM10023

– Opercula; Cer.

Com. Lusitania

Tejo/Sado: SM348,

1866, 7417 e 7320

– Potes; SM7110 e

SM8356 – Potinhos.

0 10cm

4.1.2. Cerâmica Comum

Como expectável, a cerâmica comum é naturalmente a categoria mais representada nos contextos da Rua de S. Mamede, quer a nível global, totalizando 60,5% do conjunto (v. Tabela 1), como na análise individual da sequência crono-estratigráfica de cada sondagem (v. Tabelas 2 e 4). Importa indicar que em ambas as sondagens a cerâmica comum é exclusivamente de cronologia romana, não tendo sido registada a presença de outras produções rastreáveis à Idade do Ferro, igualmente frequentes em contextos desta natureza (Silva, 2013).

Concretamente na sondagem 1, esta é também a categoria mais expressiva em termos globais, contando 279 fragmentos e 101 indivíduos, com um valor percentual de 60,2% (v. Tabelas 2 e 3), o que contabiliza mais de metade da amostra total da sondagem. É evidente o domínio da produção local e regional com origem na região do Tejo/Sado sobre as importações de origem itálica e bética, com valores minoritários. Este é, aliás, um denominador comum aos contextos artefactuais desta fase, (Silva, 2013; Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) que manifestam presença assídua de importações de cerâmica comum de origem itálica e peninsular sempre em percentagens reduzidas ao longo período Julio-Claúdio (Silva, 2015a).

Em termos quantitativos, as produções itálicas correspondem a 4 indivíduos totalizando 2,38% da categoria (v. Tabela 3). Estão representados: 1 fragmento de prato de engobe vermelho pompeiano de fabrico campano, que não foi possível integrar em nenhuma tipologia, e 3 unguentários incluídos genericamente no grupo D da tipologia de Lattara (Py, 1993) (Fig. 13, 3390), de pastas semelhantes às paredes finas itálicas, que, apesar de se tratarem de peças associadas maioritariamente a contextos funerários (Silva, 1999, p. 54; 2005, p. 44; Bugalhão *et alii*, 2013, p. 258), estão também documentados em contextos de natureza análoga à Rua de S. Mamede, como a já mencionada Rua dos Remédios, em Alfama, datada da fase Cláudio-Neroniana (Silva, 2015b, estampa 3, n.º 907 e p. 52); na fossa [9033] da Praça da Figueira datada entre 50-60 d.C. (Silva, Nozes e Miranda, 2015) e na Rua Augusta, na intervenção realizada na Zara5.

As cerâmicas comuns de origem bética estão representadas pelas características produções de pastas calcárias e tonalidades claras, amarelas ou esbranquiçadas, com uma percentagem combinada de 10,13% do conjunto da cerâmica comum, compreendendo 17 exemplares (v. Tabela 3) distribuídos pelas produções da região do Guadalquivir (4,17%) e da Costa Ocidental (5,95%) e tratam-se de formas bem documentadas e de rápida aceitação nos contextos de *Olisipo* da primeira metade e de meados do século I d.C. (Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015).

O primeiro grupo está representado na Rua de S. Mamede por 7 indivíduos, distribuídos por tigelas, *opercula* e um almofariz representado pelo fundo estriado; no que diz respeito às produções atribuíveis às olarias da área da Baía de Cádiz, contam-se 10 exemplares, incluindo *opercula* (Fig. 13, 10023), tigelas (Fig. 13, 6143 e 7680), pote/panelas de bordo alto e contracurvado com espessamento interno (Fig. 13, 10021) e um fundo de um potinho (Fig. 13, 6900).

As cerâmicas comuns locais e regionais são dominantes nos estratos de cronologia romana da sondagem 1, totalizando 80 indivíduos, cerca de 47,63% do conjunto global (v. Tabelas 2 e 3). A nível tecnológico, caracterizam-se pelas típicas pastas de matriz quartzítica, integradas nas matrizes cerâmicas pertencentes ao grupo regional do Baixo Tejo, compostas maioritariamente por pastas não calcárias (Santos, 2011; Grilo e Santos, neste volume; Grilo, no prelo), observando algumas nuances tecnológicas que se prendem essencialmente com aspetos de funcionalidade. São formas de conformação exclusiva a torno rápido, não tendo sido regis-

tada a presença de produções manuais ou a torno lento, que têm vindo a ser detetadas, ainda que de forma residual, em alguns contextos alto imperiais de Lisboa (Quaresma, no prelo).

O repertório formal é relativamente diversificado, distribuído fundamentalmente pelas categorias funcionais de cozinha (potes/panelas, tachos e tampas), armazenamento (talhas) preparação (alguidares) e e mesa e serviço (pratos, tigelas, bilhas, jarros e potinhos). O primeiro grupo é o que aufere maior representação, com cerca de 60%, seguido da cerâmica de mesa e serviço (33,75%) e, por último, da cerâmica de preparação (3,75%) e armazenamento (2,50%).

No que diz respeito à cerâmica de cozinha, destaca-se o domínio dos potes/panelas (13 NMI), com maior diversidade de lábios e perfis, conforme constatado em outros contextos urbanos de Lisboa e do seu território (Silva, 2015 a; 2015b; Grilo e Santos, no prelo), em detrimento dos tachos, representados apenas por 2 exemplares. Embora estatisticamente a amostra seja reduzida e apresente pouca fiabilidade face ao escasso número destes últimos, esta representação vai ao encontro do que tem vindo a ser observado em outros contextos da região e do país, como Monte Molião, Lagos, onde as formas do tipo pote/panela são dominantes entre a época Flávia e a primeira metade do século II (Arruda, Viegas, Bargão, 2010). FIG. 14

Cabem neste grupo variantes formais de perfis diversificados: variantes de bordo voltado para o interior e perfil ovalado (Fig. 13, 348) com semelhanças com alguns exemplares identificados entre o conjunto de cerâmica comum do Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo) e cuja morfologia parece recordar formas de cronologia Alto-imperial produzidas nos fornos da Herdade do Pinheiro, no vale do Sado (Mayet e Silva, 1998, p.109, fig 39, 23); variantes de bordo voltado para o exterior com lábio espessado, tendencialmente vertical (Fig. 13, 1866 e 7417) e variantes de “bordo anguloso formando garganta interna” (Pinto, 2003), como o n.º 7320, (Fig. 13) bem reconhecidas em contextos de Lisboa de cronologias cláudio-neronianas e posteriores (Moita, 1968; Silva, 2015b, p. 55-56) e do seu território (Grilo e Santos, neste volume), com produção atestada na *figlina* do Morraçal da Ajuda em Peniche (Cardoso *et alii*, 2014, p. 19, fig. 24, n.º 2, 10, 12 e 13). Os segundos encontram-se igualmente entre as entulheiras da olaria romana de Porto Sabugueiro, Muge, em contextos dos séculos I ou II d.C. (Cardoso *et alii*, 2014; Cardoso, Rodrigues, 1996, fig. 2, n.º 13) e na estratigrafia do forno 3 da *villa* romana das Almoínhas, datada do século I ao século III d.C. (Silva, 2007, Est. IX, n.º 24).

O conjunto mais representado corresponde, porém, aos potes/panelas de bordo contracurvado com inflexão interna (Fig. 14, 7400) que se destacam maioritariamente por possuir um quarto superior desenvolvido com espessamento interno do bordo e uma maior ou menor abertura. Em Lisboa encontramos paralelos desta forma nas cerâmicas comuns de produção bética, frequentes em contextos de Tibério a Nero (Silva, 2015a) e em produção lusitana, tal como os exemplares da Rua de S. Mamede, na Rua dos Remédios (Silva, 2015b, p. 60), com cronologias de meados do século I d.C. A produção destas formas em fabricos lusitanos parece desenvolver-se somente a partir desta fase, estando ausente da lixeira Tiberiana de Abul, onde apenas se atestam exemplares de produção meridional hispânica (Mayet, Silva, 2002, p. 45; Silva, 2015b). Não obstante, de um ponto de vista estritamente morfo-tipológico, parece importante salientar a diversidade de perfis desta forma num mesmo momento cronológico, que pode ser observada pela comparação dos exemplares recuperados na Rua de S. Mamede com os exemplares já referidos de contextos coevos. Por outro lado, é igualmente interessante constatar a produção destas formas no vale do Tejo, na olaria



Figura 14
Sondagem 1,
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado.
SM7400 – pote;
SM1382 e 2170 –
tachos; SM8356
– potinho; SM6900
– potinho; SM 3380 e
6950 – bilhas; SM6560,
3371, 8010 e 4210
– tigelas; SM3660 –
prato com decoração
em guilloché; SM4890
e 5095 – tampas.

romana da Garrocheira em Benavente (Amaro, Gonçalves, 2016, fig. 8, n.º 29) e na Quinta do Rouxinol entre os finais do século II e os inícios do século V d.C. (Santos, 2011, p. 83, estampa XXIV), neste último caso já em cronologias posteriores e com nítida distinção dos primeiros pelo perfil menos sinuoso, o bordo menos contracurvado e o colo mais curto, podendo corresponder a modelos evoluídos daquelas formas.

No que respeita aos tachos, a escassa representação da forma não permite grandes considerações, resumindo-se às variantes de lábio dobrado sobre o bordo (Fig. 14, 1382), hegemónicas ao longo da ocupação romana, com produção atestada na região em momentos

posteriores (Santos, 2011). Parece detetar-se, nesta fase, uma tendência para perfis ligeiramente carenados, de menor profundidade e com uma abertura de bordo superior, na senda dos seus congéneres itálicos (Aguarod Otal, 1991, p. 99), por oposição aos protótipos tardios, mais fechados e de maior capacidade. Formas semelhantes contam-se entre os contextos Júlio-Cláudios do NARC (Grilo, no prelo), na Rua dos Remédios (Silva, 2015b, estampa 7, n.º 508, 107) e entre os exemplares em estudo recuperados na intervenção arqueológica realizada no edifício Sede do Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo). Registe-se, porém, que neste último local esta é uma das formas com maior representação.

Ainda no âmbito das cerâmicas de cozinha, a expressão das formas do tipo tampa é também significativa, quer pela sua utilização em diferentes tipos formais, como pela diversidade apresentada, com lábios, simples, voltados para o interior (Fig. 14, 5095) ou bifidos (Fig. 15, 4890).

Na cerâmica de mesa dominam os conjuntos compostos por tigelas, pratos, bilhas e potinhos. As primeiras são as formas mais numerosas, contando-se 13 exemplares, com variantes de perfil hemisférico (Fig. 14, 8010) a par com as já típicas formas de carena baixa. No caso do primeiro grupo, tratam-se de variantes simples e de grande longevidade cronológica, bem documentadas na região olisiponense (Nolen, 1988, Estampa VI, n.º 23 e Estampa VII, n.º 28; Cardoso, 2012, estampa X, n.ºs 3-5) em cronologias do Alto e do Baixo império, embora correspondam a formas com maior expressão nos contextos alto-imperiais do sul da Lusitânia (Pinto, 2003, p. 221-225).

Já as segundas representam um grupo com alguma relevância no quadro actual do conhecimento tipo-cronológico das cerâmicas comuns da região, uma vez que correspondem a reproduções de formas de *sigillata* itálica, mais concretamente a forma *Consp. 7*, e estão bem documentadas na área urbana e no território de *Olisipo* em contextos tardo-republicanos e Júlio-Cláudios (Bugalhão *et alii*; Pimenta, 2013, p. 73; Silva, 2015a; Silva, 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015; Pimenta, Soria, Mendes, 2014; Grilo e Santos, neste volume). Na Rua de S. Mamede, à semelhança de boa parte destes contextos, estas formas estão representadas tanto em fabricos oxidantes como redutores, na designada “cerâmica cinzenta” (Fig. 14, 3371, 6560), com pastas de texturas finas a médias e acabamentos cuidados, tratando-se de formas coadunadas ao consumo individual de mesa, nomeadamente de líquidos.

Entre o conjunto de mesa encontramos ainda exemplares de bilhas (5 NMI) nas variantes de bordo direito (Fig. 15, 3380) e bordo ligeiramente voltado para o exterior (Fig. 15, 6950), esta última muito semelhante a modelos de cronologia Alto-imperial da *villa* romana de Povos, Vila Franca de Xira (Grilo e Santos, no prelo); potinhos, na sua maioria de perfil contracurvado (Fig. 13, 8356) e pratos de bordo direito simples. Regista-se igualmente um exemplar de fundo anelar e perfil carenado, com decoração em *guilhoché* na superfície externa, de inspiração nos protótipos formais das *sigillatas* de tipo itálico (Fig. 15, 3660).

As categorias funcionais de preparação e armazenamento estão representadas por 5 indivíduos: 3 abas horizontais de alguidares (não ilustradas) e 2 talhas, respectivamente. Se estas últimas correspondem a uma função particular e bem definida, os primeiros poderão ter cumprido diversas funções, quer no âmbito da preparação e confecção alimentares, como em outras valências, entre as quais a higiene. Formas semelhantes de bordo em aba possuem produção atestada na região em momentos posteriores (Santos, 2011), devendo esta iniciar-se em momentos alto-imperiais, em função de realidades contextuais como as da Rua de S. Mamede e de outros locais de cronologias alto-imperiais como o NARC (Grilo, no prelo) ou o Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo), e, se atendermos à sua representação nos repertórios oleiros do sul de Portugal, pelo menos, desde época augustana (Pinto e Schmitt, 2010, p. 265).

Em função das realidades expostas, é possível constatar diferentes âmbitos cronológicos nos contextos da sondagem 1, particularmente no quadro das importações de *sigillata*, não apenas entre as respectivas produções, como nas associações de tipos no seio de cada produção.

No caso das produções itálicas este dado é particularmente significativo, constatando-se, nas mesmas realidades estratigráficas, a associação de formas de cronologia augusto-tiberiana (*Conspectus* 4, 12 ou 18) com modelos de cronologias ligeiramente mais avançadas (*Conspectus* 22, 23, 31 ou 32). Ainda que algumas destas formas possuam um período de produção alargado, podendo, portanto, incorporar contextos já de meados do século I d.C., associações semelhantes estão documentadas em outros contextos urbanos com claras analogias com a Rua de São Mamede: na sequência de descarte da Rua dos Remédios, onde se constata a pervivência de formas augustanas em contextos de Cláudio (Silva, 2015b) ou na fossa [9033] da Praça da Figueira, datada de Nero, onde se recolheu um *skyphos* da forma *Conspectus* 38.1 (Silva, 2015a; Silva, Nozes e Miranda, 2015), embora neste último caso, a presença desta forma decorada possa justificar outras leituras (Silva, Nozes e Miranda, 2015). Não obstante, parece observar-se em Lisboa, um nível de residualidade significativa, também constatado nos contextos da Rua das Pedras Negras ou no Palácio dos Condes de Penafiel, que pode ser explicado pelo tipo de realidades arqueológicas identificadas e publicadas, que, para esta fase, correspondem essencialmente a contextos de amortização e planeamento construtivo que incorporam remobilizações de materiais.

Ainda no que diz respeito às cerâmicas finas, a imagem fornecida pela maioria das importações sudgálicas consolida o enquadramento num momento inicial destas importações, quer pelas associações de tipos evidenciadas, como pela ausência de formas associadas à chamada fase Flávia desta produção, nomeadamente as Drag 35 e 36. Ainda assim, a leitura das marcas, 8 das quais oriundas de uma mesma realidade estratigráfica, a U.E. [115], assim como a presença das importações hispânicas, uma das quais uma forma decorada, obrigam a um alargamento do âmbito cronológico deste contexto aos inícios dessa fase. No mesmo sentido apontam os dados dos conjuntos de paredes finas e lucernas, particularmente estas últimas, com tipos temporalmente enquadrados em cronologias da segunda metade do século I. d.C. (Dr.-Lamb. 20).

Em definitivo, a componente artefactual da sondagem 1 é muito próxima de alguns conjuntos já identificados em Lisboa, na área da colina, classificados como *fácies* cerâmicos dos finais de época Júlio-Claudia (Silva, 2015a). Este repertório é composto maioritariamente por importações de *sigillata* da Gália, invariavelmente acompanhadas de exemplares itálicos, alguns dos quais mais antigos, e pela ausência de produções hispânicas. Do mesmo constam ânforas, paredes finas e lucernas maioritariamente béticas, assim como alguma cerâmica comum importada de origem bética com um repertório circunscrito, a par de cerâmicas de produção local e regional datadas de época Cláudio-Neroniana (Silva, 2015a; 2015b) e pode ser observado nos contextos da fossa [9033] da praça da Figueira; da Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes *et alii*, 2011; Silva, 2012), da Rua dos Remédios (Silva, 2015b) ou da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Silva, 2013). Embora subsistam algumas diferenças no conjunto da sondagem 1, nomeadamente no que toca ao domínio das importações itálicas e à presença de (escassas) produções hispânicas que aproximam estas realidades ao período Flavio, os restantes materiais inscrevem-se num padrão semelhante: *terra sigillata* gálica maioritariamente Claudio-Neroniana, paredes finas enquadráveis na mesma fase e associações anfóricas não posteriores a 50-60 d.C.

4.1.3. Ânforas

O conjunto de ânforas recolhidas na intervenção da Rua de São Mamede é constituído por 106 fragmentos de bordos, fundos e asas, equivalendo a um Número Mínimo de 59 Indivíduos. Apesar de ser uma amostra que podemos considerar reduzida e de escassa fiabilidade estatística, apresenta, ainda assim, alguma diversidade no que se refere às tipologias e regiões de proveniência, abrangendo um arco cronológico que se estende da segunda metade do séc. II a.C. até aos finais do séc. II/inícios do III d.C., e, simultaneamente, uma significativa e relevante homogeneidade dentro dos subconjuntos correspondentes aos contextos e faseamento definidos estratigraficamente.

Em função do que até ao momento se teve oportunidade de expor e comentar *supra*, não há dúvidas que dentro do âmbito cronológico abarcado pela evidência material das duas sondagens da Rua de São Mamede, os contentores tardo-republicanos identificados são claramente residuais, representando 12% do conjunto global, correspondendo os pertencentes aos momentos Alto-Imperiais a 80% e os indeterminados a 8%. Igualmente significativo para a leitura do conjunto, e testemunho da coerência e fiabilidade estratigráfica das associações de tipos documentadas, é a inexistência de formas cujos parâmetros máximos do fabrico se devam estender para lá da última década do séc. II d.C./inícios do III.

Ainda em relação aos tipos republicanos e à sua presença residual em contextos cronologicamente posteriores, neste caso da segunda metade do séc. I e primeiro quartel do II d.C., deve-se referir que tal é uma constante no registo arqueológico de Lisboa, observando-se sistematicamente e de uma forma diacronicamente transversal um nível de residualidade que, de certo modo, se pode considerar significativo. Em Lisboa, e um pouco à imagem do restante ocidente mediterrânico, os contentores republicanos mais representados nos diversos conjuntos conhecidos são constituídos pelas ânforas vinárias itálicas (Greco-Itálicas e Dressel 1) e pelas piscícolas da costa meridional da Ulterior (sobretudo T-7.4.3.3. / Maña C2b), surgindo igualmente, ainda que em menores proporções, ânforas itálicas do tipo Lamboglia 2, ovóides da Itália meridional (Brindisi), do Norte de África (“Africana Antiga”) e também da região interior da Ulterior, concretamente do Vale do Guadalquivir (Ovóide 1/ Classe 67), ou ainda imitações dos tipos vinários itálicos produzidos nesta última província.

Situação idêntica à da Rua de São Mamede foi já documentada em diversos outros locais da cidade, nomeadamente: na Casa dos Bicos, onde se registou a existência de Dressel 1 em contextos pós romanos (Filipe *et alii*, 2016); no Teatro Romano, onde se recolheu um importante conjunto de ânforas republicanas em aterros realizados durante o início e mea-

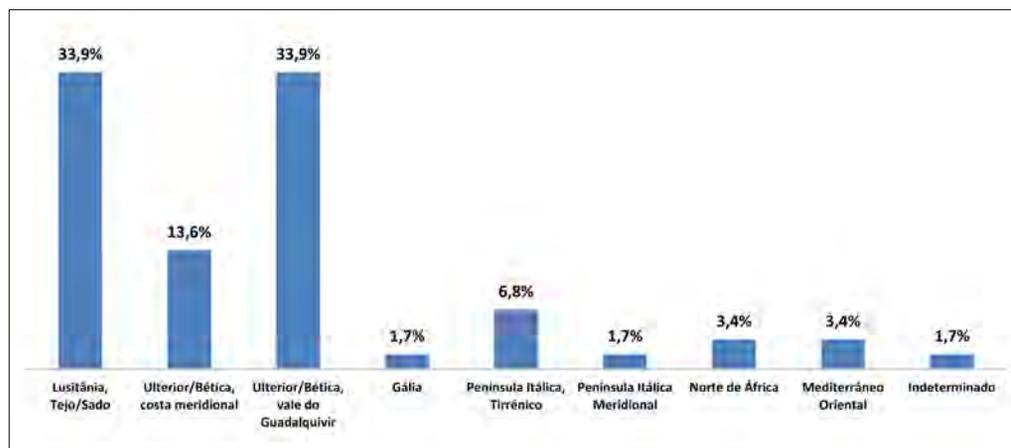


Figura 15
Ânforas. Valores das distintas áreas de proveniência identificadas (conjunto total).

dos do séc. I d.C. (Filipe, 2015); na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2003); na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce e Filipe, no prelo); na Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008); na Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Silva, 2014); e, talvez, na Rua dos Correiros (Bugalhão *et alii*, 2013). FIG. 15

Analisando-se de forma global o conjunto, mas considerando-se unicamente as ânforas contextualizadas (isto é, excluindo-se os tipos residuais e os indeterminados quanto à proveniência/tipo), compreendidas dentro da baliza crono-estratigráfica definida entre os meados I d. C. / início do segundo quartel II d.C., a amostra de 47 NMI evidencia uma maior representatividade dos produtos importados da Bética (51%), que não só suplantam as produções da Lusitânia (40%), como por si só constituem algo mais que metade da amostra. Tendo em conta a cronologia dos contextos em causa, esta proporção entre ânforas béticas e lusitanas poderia considerar-se à primeira vista algo anómala, já que a partir de meados do século I d.C., e como aliás seria de esperar, os padrões de consumo são habitualmente dominados pelas produções provinciais. Tal é verificável, por exemplo, na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013, p. 742) ou na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), onde, curiosamente, o número de contentores Alto-Imperiais é similar ao da Rua de São Mamede (47 NMI). Contudo, esta leitura, que está longe de ser simples e linear, deve ser relativizada em função dos sub-conjuntos provenientes de cada uma das sondagens e dos períodos específicos aos quais se reportam, tal como teremos oportunidade de explicar mais adiante. FIG. 16

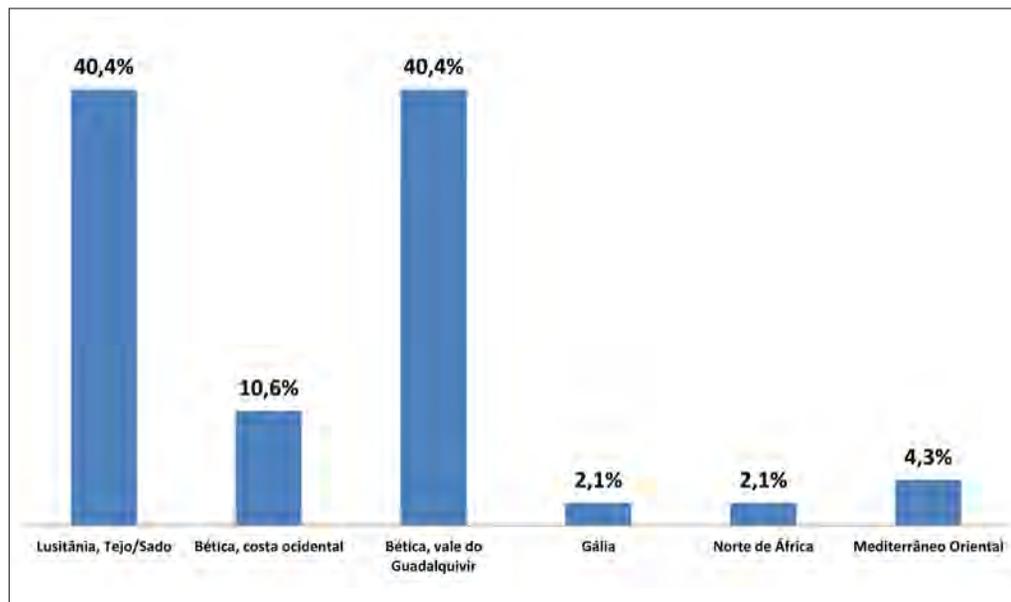
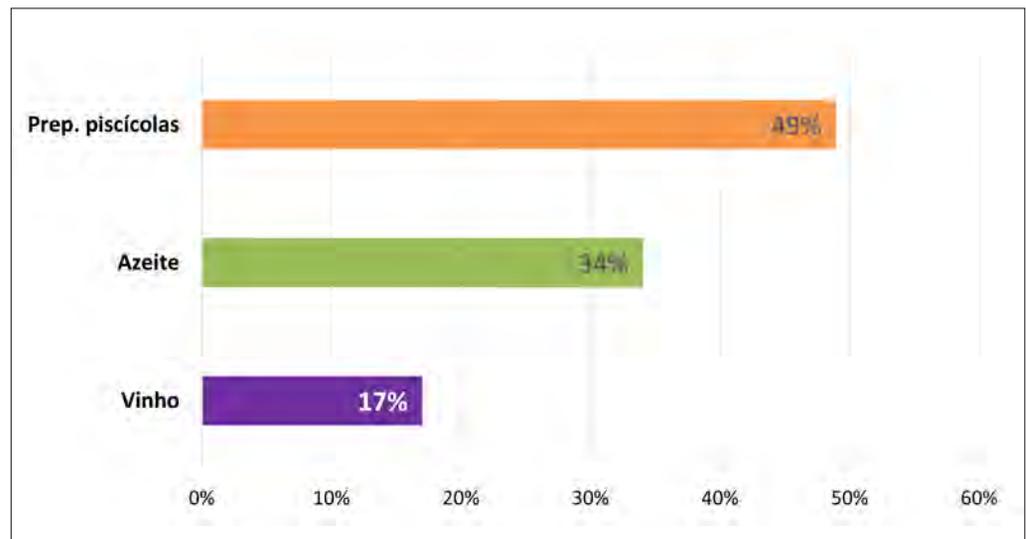


Figura 16
Valores das distintas áreas de proveniência identificadas (conjunto c. 60-125 d.C.).

Para além dos produtos oriundos da Bética, e no que se refere ainda às importações extra-provinciais, estão também presentes produtos do Norte de África, Gália e Mediterrâneo Oriental, embora todos com percentagens relativamente baixas, com excepção dos primeiros.

Relativamente aos alimentos transportados, destacam-se os preparados piscícolas, que representam praticamente metade da amostra (49%), seguidos do azeite (34%) e do vinho (16,3%), surpreendendo, desde logo, o facto de tão grande diferença entre o consumo de vinho e os restantes produtos, designadamente o azeite. FIG. 17

Figura 17
Valores dos conteúdos
identificados
(conjunto c. 60-125
d.C.).



No que se refere concretamente à Sondagem 1, a informação passível de ser extraída é bastante reduzida relativamente a uma leitura estatística/económica, dado o escasso número de exemplares recuperados. Ainda assim, são possíveis algumas considerações, que entendemos serem pertinentes, sobretudo de carácter tipológico e cronológico com respeito a alguns dos fragmentos.

Foram classificados e contabilizados apenas 8 fragmentos (somente 4% de toda a cerâmica – v. Tabelas 2 e 3), que correspondem a um número mínimo de 7 indivíduos (NMI). Destes, 3 eram residuais, concretamente um fragmento de bordo de uma ânfora T-7.4.3.3. (Maña C2b) da região sudoeste da Ulterior e muito provavelmente da área da baía de Cádiz, um bordo atribuível a uma Greco-italica de produção campano-lacial e ainda um arranque de asa de fabrico similar, atribuível também a este tipo ou a uma Dressel 1. A ocorrência destes tipos não surpreende em contextos de cronologia tão avançada, já que, tal como se referiu, ao serem dos tipos mais importantes e melhor representados no *facies* tardo-republicano de Lisboa entre a segunda metade do II e a primeira do I a. C., a sua remobilização e presença em contextos de cronologia posterior é uma constante.

Mais reveladora é a associação de tipos béticos identificada, tanto da costa como do Vale do Guadalquivir, com maior interesse para a dos segundos (v. Fig. 18, Tabelas 2 e 3), destacando, pela ausência, qualquer fragmento de produção lusitana. No que diz respeito às produções típicas das olarias da costa bética, maiormente vinculadas à área de influência da Baía de Cádiz, constam unicamente 2 bordos muito fragmentados, genericamente atribuíveis aos tipos 7 a 11 de Dressel, e talvez aos tipos 9, 10 ou 11. Sem que sejam possíveis maiores precisões tipológicas, pode-se afirmar com bastante segurança que estamos perante exemplares enquadráveis, pelo menos, na primeira metade do século I d. C., senão mesmo no quartel subsequente.

Quanto aos do Vale do Guadalquivir, contam-se 2 fragmentos pertencentes a tipos oleários Dressel 20 e outro do tipo Haltern 70 (v. Fig. 18, Tabelas 2 e 3), tipo frequentemente relacionado com o transporte dos afamados vinhos e de outros conteúdos vitivinícolas da Bética. No caso do primeiro tipo, a bem estudada evolução e detalhado conhecimento dos seus principais atributos morfológicos, são os aspectos que nos permitem atribuir o fragmento de bordo n.º SN1 ao período júlio-cláudio, concretamente a um momento inicial da produção do tipo Dressel 20, em torno às décadas dos 30-40 d.C., ou porventura a alguns

anos antes, concretamente uma ou duas décadas (Martin-Kilcher, 1987; Berni Millet, 1998; Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016). Perante este último cenário hipotético, poderia ser atribuído ao tipo Haltern 71 (Martin-Kilcher, 1987; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2012, p. 238-242; González Cesteros, García Vargas, Almeida, 2016), também designado por oleário B por P. Berni Millet (1998, p. 28-29), o tipo que tem vindo a ser considerado como predecessor da Dressel 20, produzido entre a viragem da Era e o final do principado de Tibério, razão que leva vários investigadores, com alguma lógica, a denominá-lo por “Dr.20 arcaica”. Considerando esta última possibilidade, tratar-se-ia, naturalmente, de outro caso de exemplar de ânfora mais antigo que teria sido remobilizado em contextos posteriores... Contudo, ante a ausência de outros detalhes morfológicos (colo, asas ou parte do corpo), parece-nos mais prudente avançar apenas com a sua datação mais recente.

Menos problemática é a atribuição cronológica da asa n.º 6781 (Figura 18), com a marca QATI *vel* QTAI – |QA^TI ((palma))| *vel* |QT^AI ((palma))| – recentemente publicada (Fabião *et alii*, 2016, n.º 23). O perfil em forma de quarto de círculo, com a secção sub-circular com nervura na parte superior, rematada com uma profunda prega/depressão na sua parte superior na ligação com o colo, e marca estampada de forma lateral também na área mais próxima do colo, são os elementos característicos das asas de época Júlio-cláudia / inícios da flávia (50-80 d.C.) (Ehmig, 2003; Berni Millet, 2008, p. 59-60 e Fig. 32). A própria marca corrobora esta cronologia, conhecendo-se um paralelo em Augst, datado entre 30-70 d. C. (Martin-Kilcher, 1987: 100-1, ST 17 (1197); Fabião *et alii*, 2016, p. 38). FIG. 18

No que diz respeito ao segundo tipo, a Haltern 70, a sua evolução morfológica também se encontra actualmente bem estudada, embora apresente outro tipo de problemas, nomeadamente uma assumida variabilidade (Martin-Kilcher, 1994; Baudoux, 1996; Carreras Monfort, 2003; Carreras Monfort *et alii*, 2004; Berni Millet, 2011; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2012; Carreras Monfort e Berni Millet 2016). As características morfológicas do fragmento n.º 3720 – maior longitude e maior exvasamento do bordo e com perfil ligeiramente mais “atrompetado”, em relação ao período augustano, com ressalto suave ou sem ressalto na parte inferior externa do bordo, na transição para o colo – são compatíveis



Figura 18
Sondagem 1,
Ânforas. Bética, costa
ocidental: SM0001 –
Dressel 7-11. Bética,
Vale do Guadalquivir:
SM7320 – Haltern 70
Cláudio-neroniana;
SMsn1 – Haltern 71
/ Dressel 20 Júlio-
cláudia; SM6781 – asa
de Dressel 20 Júlio-
cláudia com marca
QATI *vel* QTAI.

com as definidas para os exemplares de época cláudio-neroniana / início da flávia (50-80 d. C.), com os seus melhores paralelos nos naufrágios de Port-Vendres II (Colls *et alii*, 1977), Tour Saint-Marie (Laubenheimer, 1998) ou Ardenza (Bargagliotti, 2001), ou em sítios terrestres como os depósitos de Saint-Just (Bértrand, 1992) ou Bas-de-Loyasse (Dangreux, Desbat, 1988), para referir apenas alguns dos mais conhecidos.

Em função do exposto, consideramos que o pequeno sub-conjunto de ânforas da Sondagem 1 deve ser datado num momento avançado da dinastia Júlio Cláudia, em torno a 40-60 d.C., e a sua incorporação no registo arqueológico, em momento coetâneo ou ligeiramente posterior, não devendo ultrapassar a década dos 80 d.C.

Tabela 3 Quantificação detalhada da Sondagem 1, por categorias e tipos cerâmicos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI	% TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	1	1	7	4,2%
		Dressel 7-11	2	2		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Haltern 71/Dressel 20 (júlio-cláudia)	1	1		
		Dressel 20 (júlio-cláudia/flávia)	1	1		
		Haltern 70 (cláudia)	1	1		
	Península itálica	Greco-Itálica	1	1		
Indeterminado		1	0			
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 4	1	1	25	14,9%
		Conspectus 12	2	2		
		Conspectus 18	2	2		
		Conspectus 22	2	2		
		Conspectus 23	3	2		
		Conspectus 27	1	1		
		Conspectus 31	4	3		
		Conspectus 37	1	1		
		Conspectus 50	1	1		
		Indeterminados Lisos	36	7		
		Conspectus R5	1	1		
		Indeterminados Decorados	2	2		
	Marcas	2	0			
	TSSG	Ritt 5	1	1	12	7,14%
		Ritt 8	1	1		
		Drag 15/17	5	3		
		Drag 24/25	3	2		
		Indeterminados	13	5		
		Marcas	8	0		
TSH	Indeterminados Lisos	3	1	2	1,19%	
	Indeterminados Decorados	1	1			

Paredes Finas	Mayet 8	1	1	9	5,36%	
	Mayet 21	1	1			
	Mayet 34	1	1			
	Mayet 37	3	3			
	Indeterminados	14	3			
Lucernas	Volutas	4	4	12	7,14%	
	Disco	4	4			
	Indeterminados	18	7			
Cerâmica Comum	Cerâmica comum itálica	EV Pomp (Campania)	4	1	4	2,38%
		Unguentario	3	3		
	Cerâmica comum bética (Guadalquivir)	Almofariz	1	1	7	4,17%
		Tigela	3	3		
		Opercula	3	3		
	Cerâmica comum bética (Costa Ocid.)	Potinho	1	1	10	5,95%
		Tigela	2	2		
		Panela	2	1		
		Opercula	6	6		
	Cerâmica comum lusitana (Tejo/Sado)	Prato	5	4	80	47,62%
		Tigela	16	13		
		Alguidar	3	3		
		Tacho	2	2		
		Pote/panela	18	12		
		Potinho	17	10		
Bilha		5	5			
Talha		2	2			
Tampa		26	24			
Opercula		3	3			
Indeterminados	13	2				
Total		279	168	168	100,00%	

4.2. Sondagem 2

Os contextos de época romana da sondagem 2 demonstram uma realidade artefactual com diferenças consideráveis no seio das respetivas categorias cerâmicas, que, do ponto de vista cronológico, desenha um intervalo temporal algo mais dilatado que o observado na sondagem 1, centrado entre o último quartel do séc. I e os inícios do 2.º quartel do séc. II d.C., permitindo uma datação ligeiramente posterior em relação aos contextos daquela sondagem (v. Tabelas 3 e 5).

Além de uma maior representação global de todas as categorias cerâmicas, a amostra no seio de cada uma destas é mais representativa, em especial no conjunto anfórico, permitindo uma leitura mais consubstanciada.

Tabela 4 Quantificação sintética por categorias cerâmicas da Sondagem 2.

CATEGORIA	ORIGEM	FRAGS	NMI	% TOTAL NMI	TOTAL NMI CATEGORIA	% NMI CATEGORIA
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	43	20	5,8%	52	15%
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	12	5	1,4%		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	31	17	4,9%		
	Gália	1	1	0,3%		
	Península itálica	4	4	1,2%		
	Norte de África	2	2	0,6%		
	Med. Oriental	4	2	0,6%		
	Indeterminada	1	1	0,3%		
<i>Terra sigillata</i>	TSI	10	5	1,4%	64	18%
	TSI Tardo - it	1	1	0,3%		
	TSSG	114	44	12,7%		
	TSHp	4	2	0,6%		
	TSH	25	12	3,5%		
Paredes Finas		13	7	2,0%	7	2,0%
Lucernas		32	13	3,8%	13	3,8%
Cerâmica Comum	Itálica	9	5	1,4%	210	60,7%
	Bética (Guadalquivir)	10	7	2,0%		
	Bética (costa ocidental)	26	16	4,6%		
	Lusitana (Tejo/Sado)	279	182	52,6%		
Total		621	346	100%	346	100%

4.2.1. Cerâmicas Finas e lucernas

Relativamente à sondagem 2, o conjunto de *terra sigillata* exibe uma maior paridade quando confrontado com outras categorias cerâmicas (v. Tabelas 4 e 5) auferindo 18% da amostra total, com base em 154 fragmentos e 64 indivíduos.

O domínio recai agora nas importações do sul da Gália com cerca de 68,75%, e nas importações hispânicas com 18,75%, por oposição à *terra sigillata* itálica, aqui representada apenas por 7,81%. Estão igualmente presentes importações tardo-itálicas da região padana com cerca de 1,56%, também identificadas em contextos da Praça da Figueira (Bolila, 2011; Silva, 2012), nas Termas dos Cássios e na Rua Augusta, na intervenção efectuada na Zara (Silva, 2012), assim como *sigillata* hispânica precoce do tipo Peñafior com 3,13%. Mais uma vez se denota a ausência de produções africanas nos estratos de cronologia romana.

À semelhança da sondagem 1, os modelos itálicos registam as formas *Consp.* 21 (Fig. 19, 6778), *Consp.* 22 (Fig. 19, 1213), *Consp.* 23 e *Consp.* 27 (Fig. 19, 7124), sempre em fraca proporção (v. tabela 5), cabendo também sublinhar a presença de um exemplar tardo-itálico *Consp.* 39 (Fig. 19, 3597) com cronologias da segunda metade do século I a meados do século II d.C. (Conspectus, p.120), uma situação já documentada em outros contextos da cidade (Silva, 2012). FIG. 19

As produções do sul da Gália totalizam 44 indivíduos, com um vasto repertório que cobre os inícios das importações até momentos mais avançados (v. Tabela 5), dominado pela taça Drag 27 (Fig. 19, 4795 e 5330; Fig. 20, 4795, 6205, 6209) de lábio simples e perolado, na sua maioria sem guilhoché e com perfis mais pesados, seguido pela Drag 24/25 (Fig. 20, 6213 e

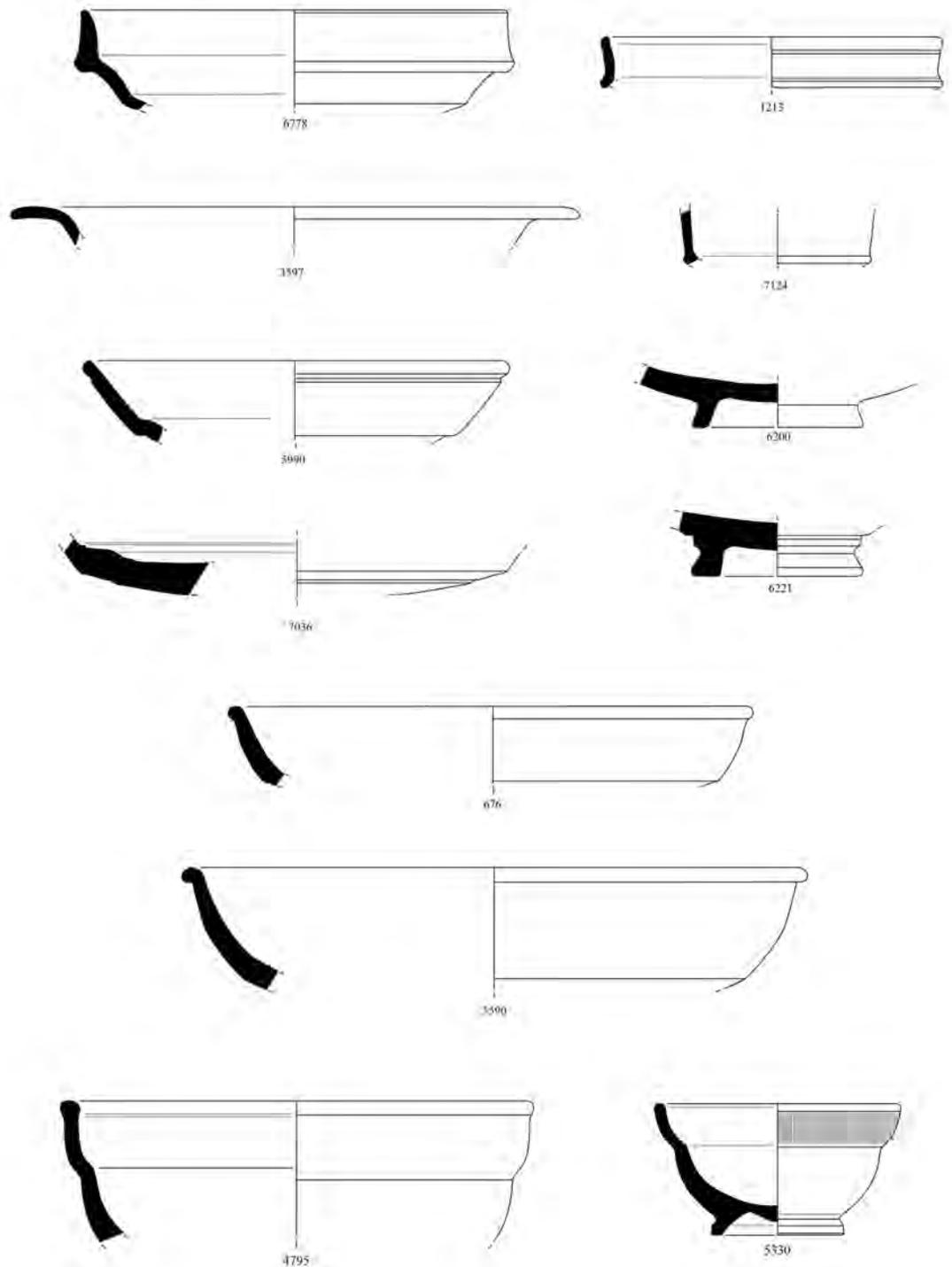


Figura 19
 Sondagem 2,
 Cerâmicas finas.
 SM6778 – TSI
 Conspectus 21;
 SM1213 – TSI
 Conspectus 22;
 SM3597 – TSI
 tardo-it Conspectus
 39; SM7124 – TSI
 Conspectus 27; SM
 5990 e 7036 – TSSG
 Drag 15/17; SM6200
 e 6221 – TSSG fundos;
 SM676 e 3590 – TSSG
 Drag 18; SM4795 e
 5330 – TSSG Drag 27.



7037) e a Drag 33 (Fig. 20, 6180). Em menor quantidade, registam-se os pratos Drag 15/17 (Fig. 19, 5990 e 7036) e Drag 18 (Fig. 19, 676 e 3590), assim como um exemplar da forma fechada Dechelette 67 (Fig. 20, 7030). Observa-se igualmente a presença dos repertórios Flávios nas formas Drag 35 e 36, (Fig. 20, 5994 e 6190) no exemplar de Drag 37 (Fig. 20, 6040), estando representados outros fragmentos com decoração (Fig. 20, 6186). FIG. 20

Como já foi sublinhado, a *terra sigillata* hispânica precoce está representada de forma exclusiva pelo prato Martinez IIII (Fig. 21, 1559 e 1952) presente de forma quase residual, com 2 indivíduos, correspondendo a 0,6% da categoria. O repertório hispânico é igualmente limitado, embora em quantidades superiores quando comparado com os valores da sondagem 1, com 12 indivíduos, cerca de 3,5% do conjunto de *terra sigillata*, representado pelos pratos da forma Drag 15/17 de perfil avançado (Fig. 21, 5331) e fragmentos de bordo da forma decorada Drag 37.

No tocante às paredes finas registam-se 7 indivíduos, 2% do conjunto global, um valor menor quando comparado com a sondagem 1, o que poderá ser explicado pela rarefacção destas formas nos contextos de Lisboa a partir de época Flávia. Embora o conjunto continue dominado por produções da região da bética, onde se destaca um exemplar da forma Mayet 37, (Fig. 21, 268) estão igualmente representadas produções lusitanas da capital provincial: uma possível forma Mayet 42 (Fig. 21, 6169) e a forma Mayet 53 (Fig. 21, 2032), cujas cronologias de produção estão hoje centradas na segunda metade do século I e princípios do século II (Bustamante Álvarez, 2011b, p. 170). Embora menos representadas, formas semelhantes contam-se entre os espólios da fase Julio-Cláudia do NARC (Grilo, no prelo); na fossa [9033] da Praça da Figueira (Silva, 2015a), na Casa dos Bicos, em estratos já de cronologia Baixo-imperial (Filipe *et alii*, 2016) ou no território rural, em *villae* como o Alto do Cidreira, Cascais (Nolen, 1988, est. II, PF 3). À semelhança do observado na sondagem 1, elementos residuais de tradição republicana integram também o conjunto, representados pelo tipo Mayet 8 de produção itálica (Fig. 21, 5926).

Quanto às lucernas o conjunto encontra-se, uma vez mais, muito fragmentado sem possibilidade de classificação morfológica, sendo exclusivamente de origem bética. Contam-se 13 indivíduos, com maior ocorrência de exemplares de disco, 2 dos quais da forma Dr.-Lamb. 20 (Fig. 21, 5657), identificados pela presença dos característicos orifícios junto do bico. Elementos de volutas estão também representados, salientando-se um exemplar de bico triangular enquadrável no tipo Dr.-Lamb. 9A (não ilustrado), assim como um fundo de produção emeritense, resultante de uma sobremoldagem com uma marca em dupla *planta pedis* anepígrafa (Fig. 21, 5640). Esta é uma marca cuja cronologia deverá centrar-se, na esteira da difusão dos exemplares emeritenses, entre a segunda metade do século I e os finais do século II (Rodríguez Martín, 2003), amplamente difundida na península ibérica e na capital provincial, sugerindo a hipótese de aí se localizar uma sucursal autorizada da *figlina* principal (Rodríguez Martín, 2003; 2005, p. 97). FIG. 21

4.2.2. Cerâmica comum

No âmbito das produções de cerâmica comum (v. Tabelas 4 e 5) estão igualmente presentes formas importadas e de origem local e regional, estas últimas largamente dominantes, cuja representação, à semelhança da sondagem 1, corresponde a 52,6%, mais de metade do conjunto global exumado naqueles contextos.

No que respeita às importações itálicas (1,4%), registaram-se 3 exemplares de engobe vermelho, entre os quais um fragmento da forma 28 da tipologia de Lattara, cronologica-

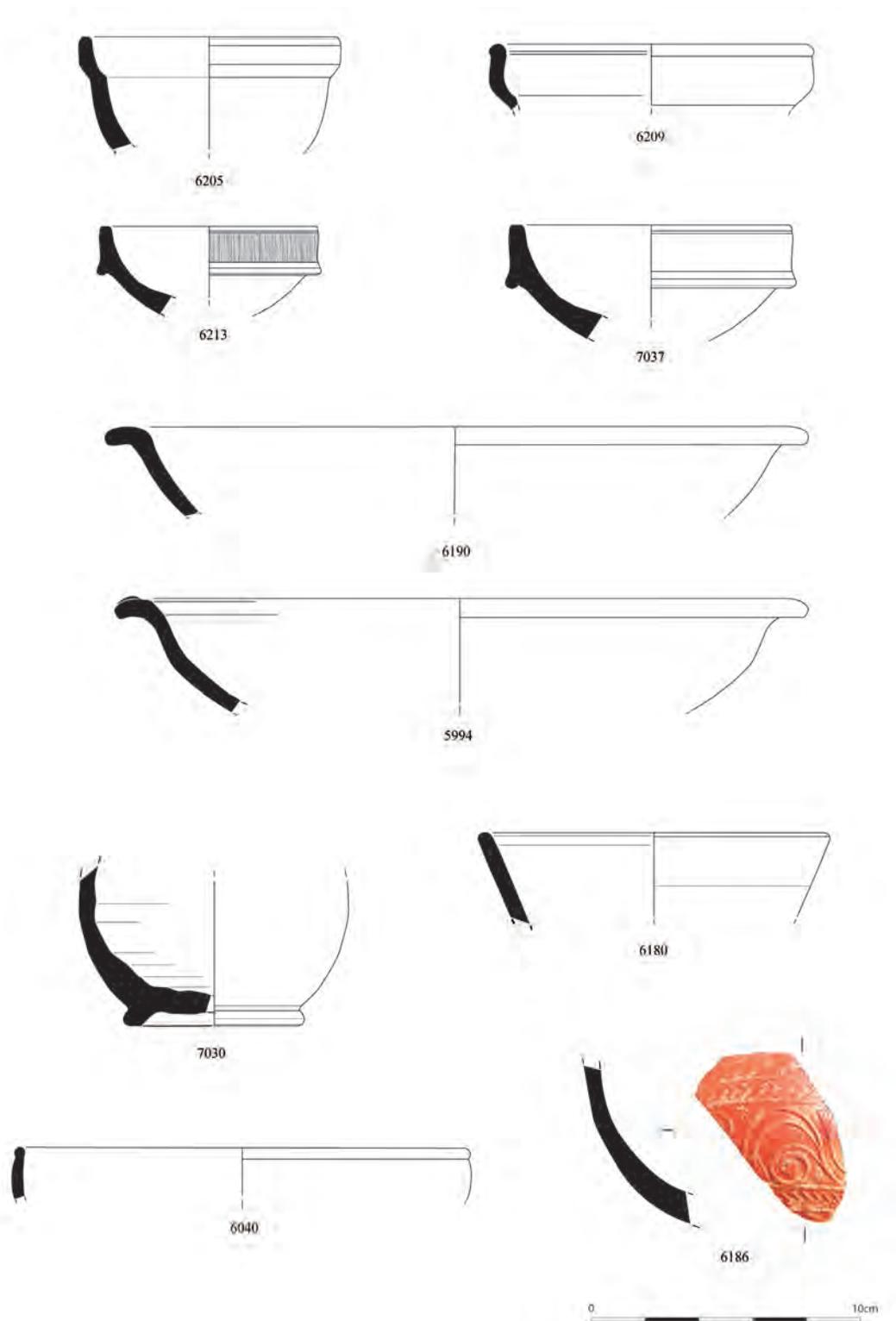


Figura 20
 Sondagem 2,
 Cerâmicas finas.
 SM6205 e 6209
 -TSSG Drag 27; SM621
 e 7037 – TSSG Drag
 24/25; SM6190 e
 5994 – TSSG Drag
 36; SM7030 – TSSG
 Dech.67; SM6180 –
 tssg Drag 33; SM6040
 – TSSG Drag 37;
 SM6186 – TSSG frag.
 Com decoração.

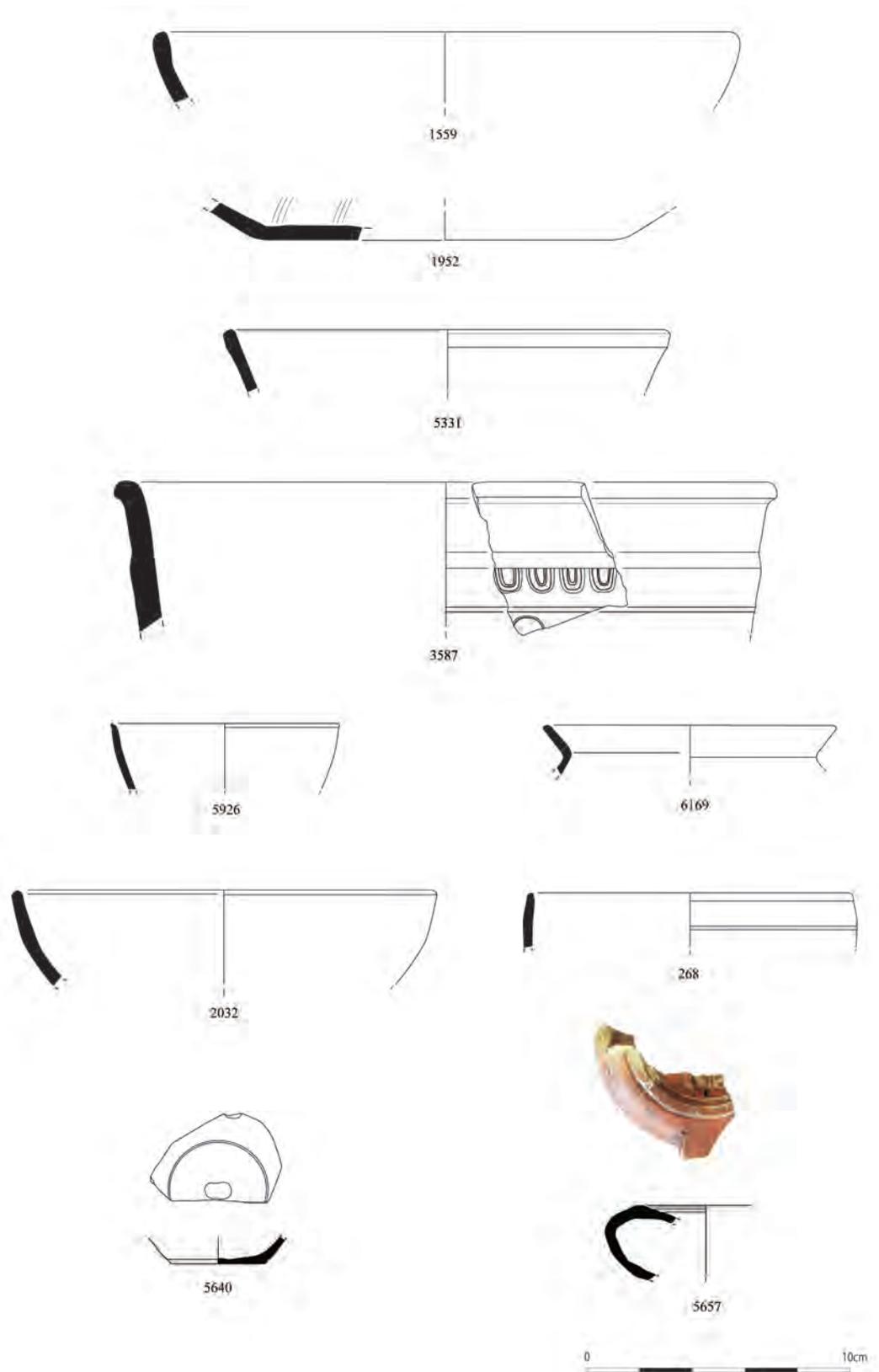


Figura 21
 Sondagem 2,
 Cerâmicas finas.
 SM1559 e SM1952
 – TSHp Martínez III;
 SM5331 – TSH Drag
 15/17; SM3587 – TSH
 Drag 37; SM5926
 – Par fin Mayet 3;
 SM268 – Par Fin
 Mayet 37; SM6169
 – Par fin Mayet 42;
 SM2032; SM5640 –
 Lucerna bética com
 marca *in planta pedis*
 anepígrafa; SM5657
 – Lucerna bética
 Dr-Lamb 20;

mente enquadrável entre 40-60 d.C. (Passelac, 1993, p. 547) e um exemplar de um almofariz de produção centro-italica do tipo Dramont D2 (Fig. 22, 2868).

Este último reveste-se de maior interesse para a caracterização crono-estratigráfica destes contextos, já que em Lisboa e no seu território estas formas, cuja cronologia de produção se centra entre o século I a.C. e o século II d.C. (Aguarod Otal, 1991) surgem fundamentalmente associadas a contextos já de fase imperial (Silva, 2015b; 2015c, p.8; Rocha *et. alii*, 2013, p. 1012; Grilo e Santos, no prelo). O exemplar da Rua de S. Mamede, que dadas as suas características e dimensões, terá possuído alguma longevidade, integra a fase III de Aguarod, centrada entre os finais do principado de Cláudio e dos Flávios e os primeiros Antoninos (Aguarod Otal, 1991, p. 141) e corresponde ao padrão de importações destes artefactos observado na cidade, nomeadamente entre o conjunto dos almofarizes deste tipo oriundos das escavações do Banco de Portugal, cuja datação está bem estabelecida, tanto pela tipologia como pela epigrafia (Rocha, 2016).

A representação das mesmas no território nacional tem vindo a ser classificada como escassa, o que parece corresponder a uma leitura que se deve essencialmente à ausência de dados publicados, já que importações deste tipo estão atestadas em Conimbriga, em níveis de época Flávia e Trajânica (Alarcão, 1976, p. 75), Braga (Morais, 2004), Santarém, em contextos do século I d.C. (Arruda e Viegas, 2004, p. 342) e, fundamentalmente em Lisboa e no seu território.

Quanto às importações da Bética, mantêm um padrão semelhante ao observado na sondagem 1, auferindo uma representação de cerca de 6,6%, dominadas pelas produções da região meridional, com 16 exemplares, correspondendo a 4,6% da categoria. Entre estas, destacam-se os potinhos de bordo contracurvado (Fig. 24, 4174 e 4794), tigelas hemisféricas, pote/panelas de bordo contracurvado e inflectido internamente, bilhas ou garrafas (Fig. 24, 2200, 7014) e *opercula*. Por seu turno, entre as produções do vale do Guadalquivir, que representam 2,02% da categoria, o destaque é dado às bilhas, tigelas, (Fig. 24, 7680) potinhos, representados por fundos, (Fig. 25, 4177) e às formas mais populares, os almofarizes, integrados na proposta tipo-cronológica estabelecida por José Carlos Quaresma (2006). O n.º 8190 (Fig. 22) apresenta um bordo em martelo, atribuível à segunda metade do século I d.C. e os exemplares 4165 e 7850 (Fig. 22) integram o grupo dos almofarizes de bordo arredondado, com uma cronologia que se inicia em meados do século I e que se prolonga pelo século II (Quaresma, 2006). [FIG. 22](#)

O conjunto de cerâmica comum de produção local e regional recolhida na sequência estratigráfica na Sondagem 2 revelou ser mais numeroso e diversificado que na Sondagem 1, contabilizando-se 279 fragmentos e um número mínimo de 182 indivíduos. A maioria corresponde a produções de conformação exclusiva a torno, divididas entre as formas de cozinha e de mesa ou serviço, que mantêm genericamente os mesmos valores e ordem de importância observada na sondagem 1: cerâmica de cozinha, com 54,40% (tachos, potes/panelas e tampas); cerâmica de mesa e serviço com 40,66% (pratos, tigelas, jarros, bilhas e potinhos) e cerâmica de preparação com 4,95% (alguidares e cântaros).

A cerâmica de cozinha constitui mais de metade da amostra, sendo este um dado adquirido não apenas na Rua de S. Mamede como também em boa parte dos contextos conhecidos de cerâmica comum da região, tanto do Alto como do Baixo império: NARC (Grilo, no prelo), Banco de Portugal (Rocha e Grilo, no prelo), na *villa* romana de Povos, em Vila Franca de Xira (Grilo e Santos, neste volume) e na *villa* do Alto do Cidreira (Nolen, 1988).

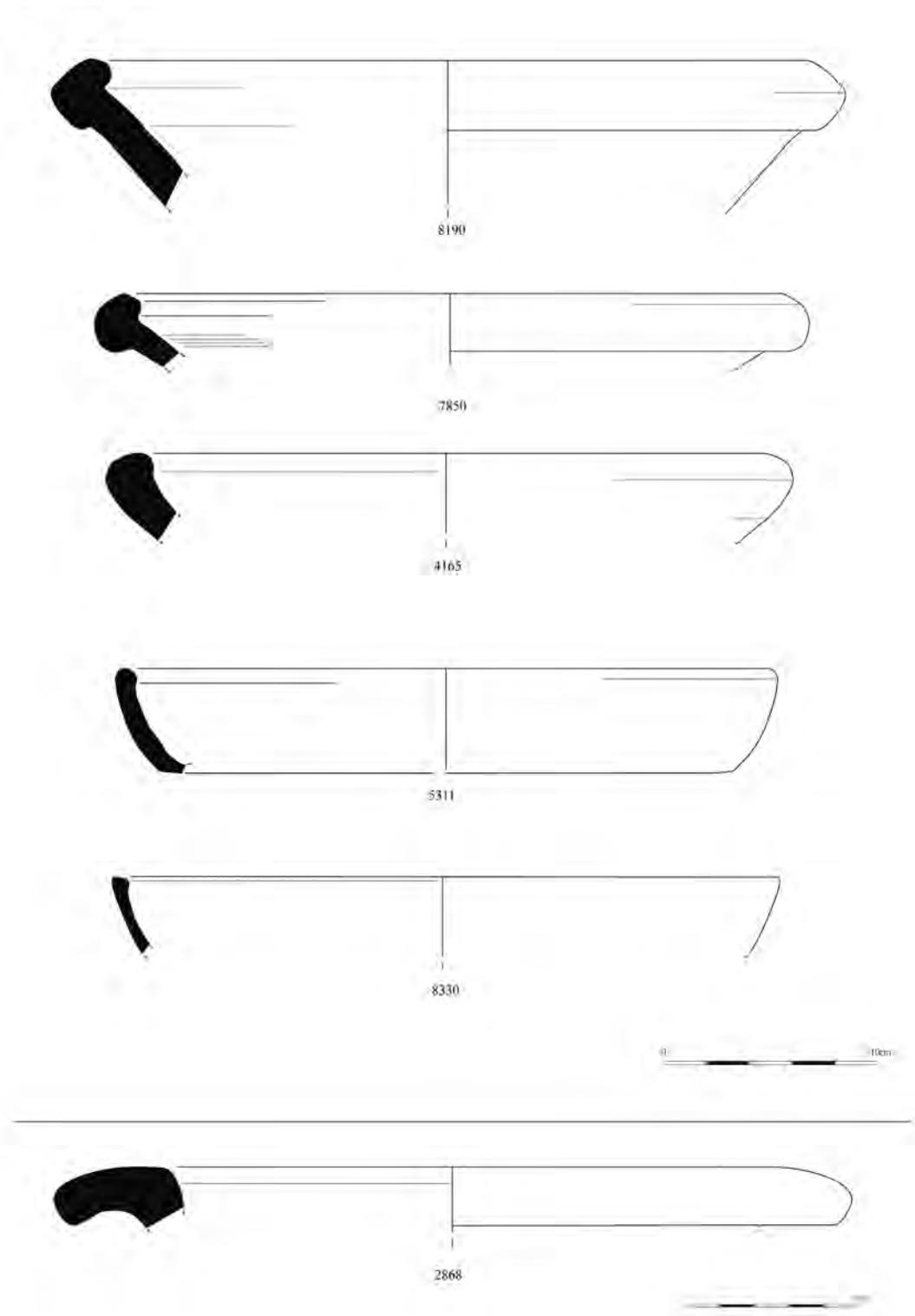


Figura 22
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Bética, região do
Guadalquivir: SM8190,
SM7850 e SM4165 –
Almofarizes; Cerâmica
comum Lusitânia
Tejo/Sado: SM5311
e SM8330 – Pratos;
SM2868 – Almofariz
Dr 1 centro-italico.

No caso da sondagem 2, esta categoria observa agora um maior equilíbrio na proporção dos tachos e dos potes/panelas, assim como uma maior estilização formal destes últimos. A maioria reporta a modelos semelhantes aos identificados na sondagem 1, (Fig. 23, 1520, 3202) observando variantes de bordo voltado para o exterior tendencialmente mais curvo (Fig. 23, 1520, 3202) e por vezes espessado (Fig. 23, 7160), bem documentados na região e com produção atestada na olaria romana da Garrocheira em Benavente, (Amaro, Gonçalves, Fig. 7, n.º 27) ou no Porto dos Cacos (Raposo, Duarte, 1996, p. 265) em momentos alto-imperiais. A variante de bordo contracurvado (Fig. 24, 1654, 2480 e 2562) mantém-se como a mais representada, ostentando diferentes modelações morfo-tipológicas do quarto superior do bordo, e atestando a manutenção destas formas nos repertórios regionais, pelo menos, até aos finais do século I d.C..

Apesar do domínio dos exemplares de bordo dobrado sobre o ombro (Fig. 23, 1382 e 5312) os tachos observam agora modelos de bordo oblíquo (Fig. 23, 6130) e de bordo direito em aba (Fig. 23, 6380), que se manterão em voga na produção oleira da região até momentos mais avançados (Santos, 2011; Grilo, no prelo) destacando maior profundidade e menor diâmetro de abertura, mais adequados à contenção e confecção de alimentos líquidos. Numa relação equilibrada, não suplantam, porém, as formas do tipo pote/panela, antevendo-se desta forma a tendência já mencionada do domínio dos primeiros face a estes últimos. Esta leitura não é exclusiva da amostra da Rua de São Mamede, agora mais consubstanciada, sendo um dado também evidenciado no contexto da Rua dos Remédios (Silva, 2015b), onde se identifica uma relação equilibrada entre ambas formas e nos conjuntos de cronologia Julio-Cláudia do NARC (Grilo, no prelo). No mesmo sentido, e apesar da amostra reduzida, parecem indicar os dados dos níveis Alto-imperiais das Escadinhas de S. Crispim (Quaresma, no prelo).

Ainda no âmbito da louça de cozinha, as tampas enquadram diferentes morfologias: bordo voltado para o interior (Fig. 26, 6086); bordos espessados, cuja tipologia remete para formas aparentadas aos exemplares itálicos que sugerem uma confecção a quente de produtos em formas do tipo prato, baixas e pouco profundas (Fig. 26, 2950 e 1347); ou formas menos representadas, como o n.º 2858 (Fig. 26), reconhecido no território rural de Olisipo na *villa* romana de Freiria em contextos dos séculos II a C. a I d.C. (Cardoso, 2012, p. 396, figs. 251, n.º 6) e na *villa* de Povos, Vila Franca (Grilo e Santos, neste volume) em contextos associadas à fase Alto-imperial do local. **FIG. 23**

Entre a cerâmica de serviço o grupo mais representado corresponde às tigelas, seguidas dos potinhos, jarros, bilhas e pratos. As primeiras são igualmente das formas mais representadas nos contextos desta fase (Silva, 2015a) e enquadram as variantes de carena baixa já mencionadas na sondagem 1 (Fig. 26, 947), assim como variantes de bordo perolado, (Fig. 26, 7870) com algumas semelhanças com as formas de grande circulação de *sigillata*. Estas últimas possuem diâmetros relativamente pequenos e acabamentos polidos que lhes conferem um aspeto distinto dos restantes tipos identificados, sugerindo tratar-se de recipientes destinados ao serviço de mesa, que recordam as formas de *sigillata* alto-imperial *Ritt 8 e Drag 37* também presentes no local. Estão igualmente representadas entre o conjunto do Banco de Portugal (Grilo, no prelo).

Entre os potinhos, o destaque vai para os exemplares de bordo contracurvado (Fig. 25, 7079), com algumas semelhanças com os protótipos de origem bética, que correspondem a formas cuja cronologia parece enquadrar-se entre os finais do século I e o século II, com produção atestada no vale do Sado, na olaria do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, p. 109, Fig.

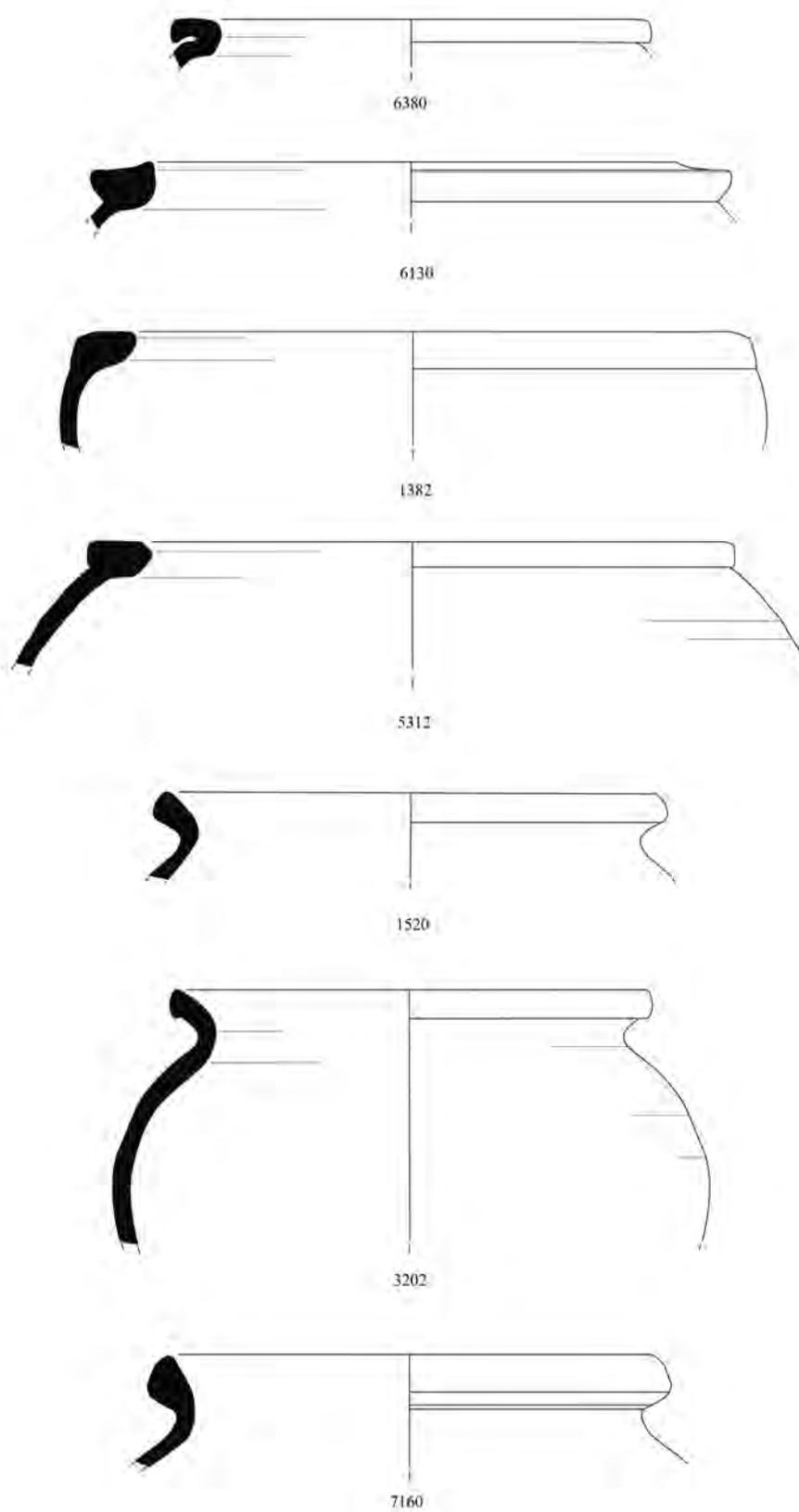


Figura 23
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado.
SM6380, SM6130,
SM1382 e SM5312
– Tachos; SM1520,
SM3202 e SM7160 –
Potes.

39, n.º 35 e Imagem 40, n.º44) em contextos do Alto império, assim como para as formas de bordo voltado para o exterior e perfil ovoide, aqui representadas pelo n.º6940 (Fig. 25).

Os jarros contam igualmente com um conjunto expressivo de exemplares, subsistindo formas com o colo canelado, também observadas no contexto da Rua dos Remédios (Silva, 2015a, Estampa 6, 2003 e 2004), já a par com as típicas formas alto-imperiais documentadas em contextos do século II e III de Lisboa (Grilo, no prelo; Filipe *et alii*, 2016).

Quanto às bilhas, estão representadas formas de bordo direito e de bordo canelado (Fig. 25, 2190 e 1590), assim como exemplares de duas bilhas coadoras (Fig. 24, 7920 e Fig. 25, 3688), de colo cilíndrico com vestígios de brunimento, uma forma já bem documentada no território de Olisipo em momentos alto-imperiais (Cardoso, 2015; Grilo e Santos, neste volume).

Por último, os pratos correspondem a formas simples de bordo direito (Fig. 22, 5311 e 8330), cuja cronologia lata não permite estabelecer grandes precisões. Mais interessante parece ser a pouca expressão auferida por estas formas nos contextos da Rua de S. Mamede, à semelhança do observado em contextos coevos, como a Rua dos Remédios (Silva, 2015b).

FIG. 24, 25 E 26

A leitura da sondagem 2 demonstra assim algumas alterações face ao padrão tipo-cronológico identificado na sondagem 1, particularmente notórias nos conjuntos de sigillata e anfóricos, já que o incremento substancial de TSSG, a presença de TSH em maior quantidade, bem como tipos de ânforas hispânicas e mediterrânicas em associações típicas a partir do último terço do século I d.C., parecem indicar um perfil mais avançado de época Flávia, possivelmente até de finais do século I ou mesmo do primeiro quartel do século II d.C.

Numa leitura global das primeiras, é evidente, em primeiro lugar, o decréscimo quase total das produções itálicas, marcadas por uma repetição dos modelos formais de cronologias mais avançadas, já observado na sondagem 1, (*Consp.* 22, 23) e por exemplares tardo-itálicos. A este dado há a acrescentar o domínio assinalado pelas produções do sul da Gália que destacam maior representação de determinados tipos em detrimento de outros: o decréscimo do binómio Drag 15/17- Drag 24/25 face à realidade anterior e o aumento (aparente) do binómio Drag 18-Drag 27, e que incorporam agora modelos tipo-cronológicos de época Flávia como as Drag 35 e 36, muito à semelhança dos conjuntos gálicos exumados quer nas termas dos Cássios, como na sequência registada no Palácio dos Condes de Penafiel (Silva, 2012, p. 212), na Calçada do Correio Velho (Silva, 2012, p. 236 e 246) e na Rua das Pedras Negras 22-28 (Silva, 2012).

Por outro lado, mantém-se a presença de produções hispânicas, agora com percentagens superiores às apresentadas na sondagem 1, mas ainda assim muito baixas quando comparadas com contextos urbanos, como as próximas Termas dos Cássios, cujos materiais fornecem indícios de uma utilização contemporânea, iniciada nos finais do século I e inícios do século II d.C. e onde estas produções são as segundas mais representadas no conjunto global (Silva, 2012, p. 213). A maior ocorrência destas produções na cidade a partir de 70-80 d.C., momento que corresponde provavelmente ao *terminus* destes contextos, poderá explicar a pouca expressão que estas possuem nos conjuntos da Rua de S. Mamede, por oposição a demais espaços: Praça da Figueira, onde estão bem documentadas, (Silva, 2012) ou o Banco de Portugal, onde correspondem à segunda produção mais representada, com o repertório de época Flávia bem documentado (Santos, 2015, p. 32).

Este dado, aliado à expressão comprovada dos fabricos de *sigillata* do sul da Gália nesta fase poderá dever-se assim a uma mera antiguidade do conjunto ou a uma efetiva manutenção

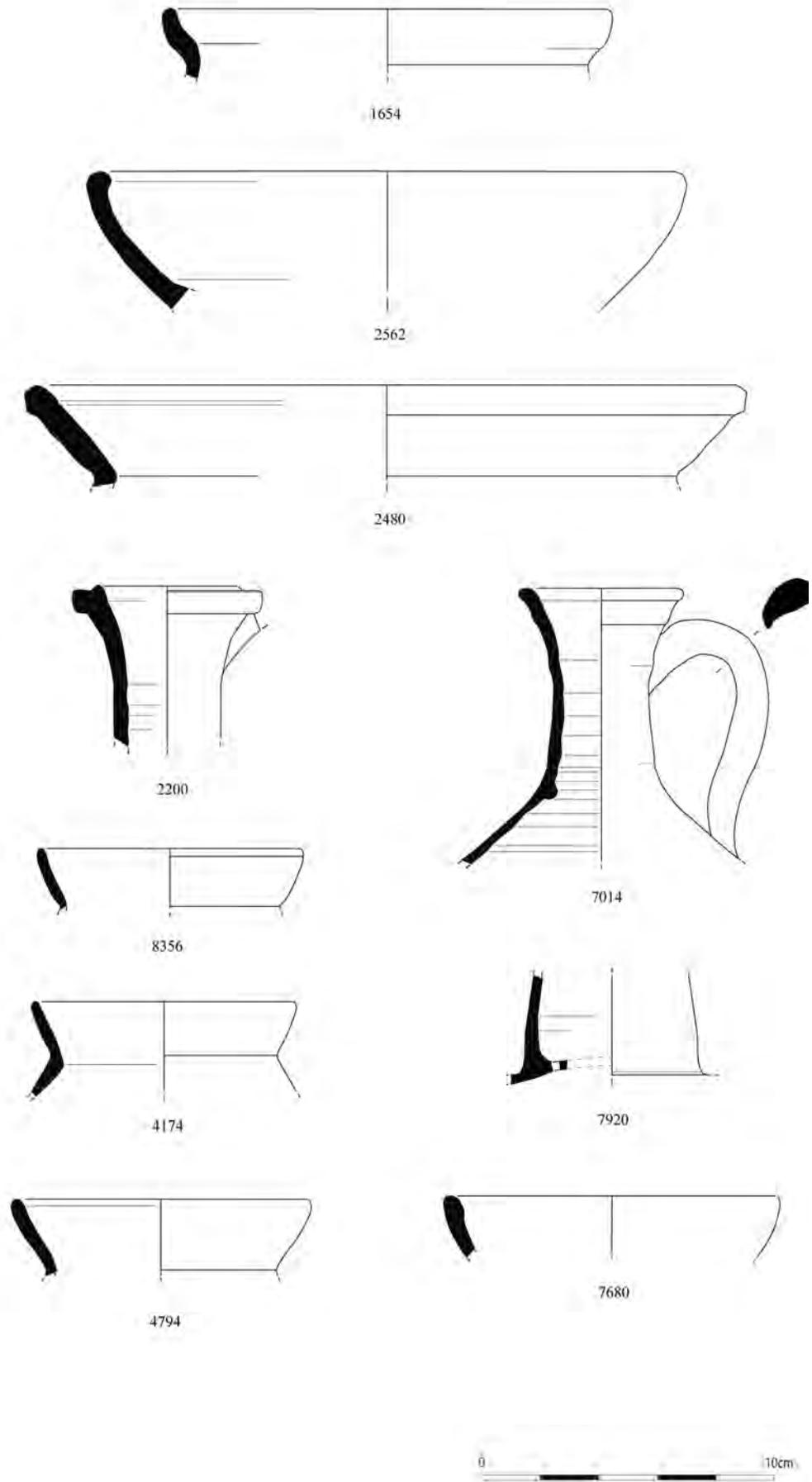


Figura 24
 Sondagem 2,
 Cerâmica comum
 Lusitânia Tejo/Sado:
 SM1654, SM2562
 e SM2480 – potes;
 Cerâmica comum
 Bética, costa ocidental:
 SM2200 e SM7014
 – Bilhas; SM8356,
 SM4174 e SM4794 –
 Potinhos; Cerâmica
 comum Bética, região
 do Guadalquivir:
 SM7680 – tigela;
 Cerâmica comum
 Lusitânia: SM7920 –
 Bilha coador.

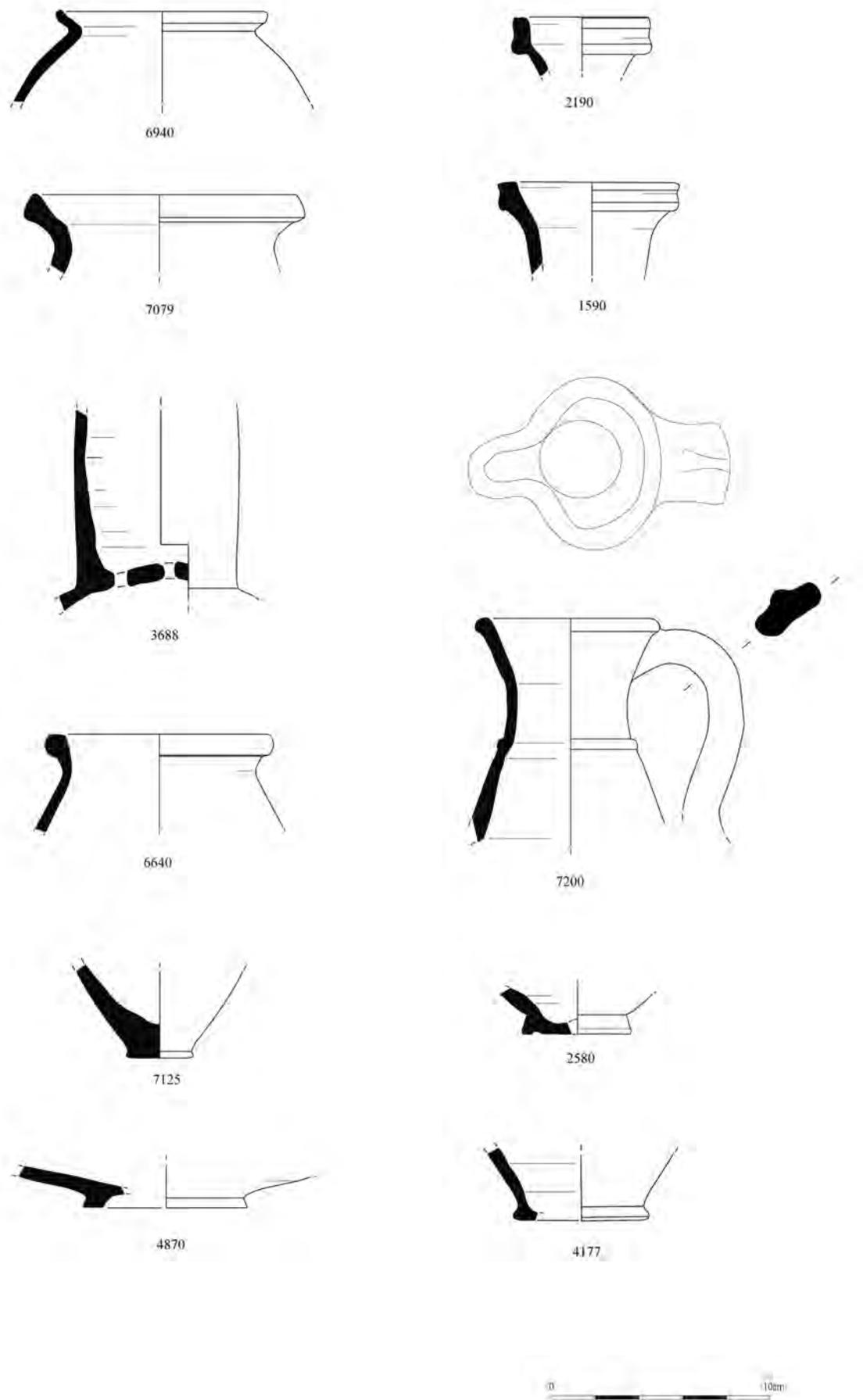


Figura 25
Sondagem 2,
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado:
SM6940 e SM7079
– Potinhos; SM2190
e SM1590 – Bilhas;
SM3688 – Bilha
coador; SM6640 e
SM7200 – Jarros;
SM7125, SM2580,
SM4870 e SM4177 –
Fundos.

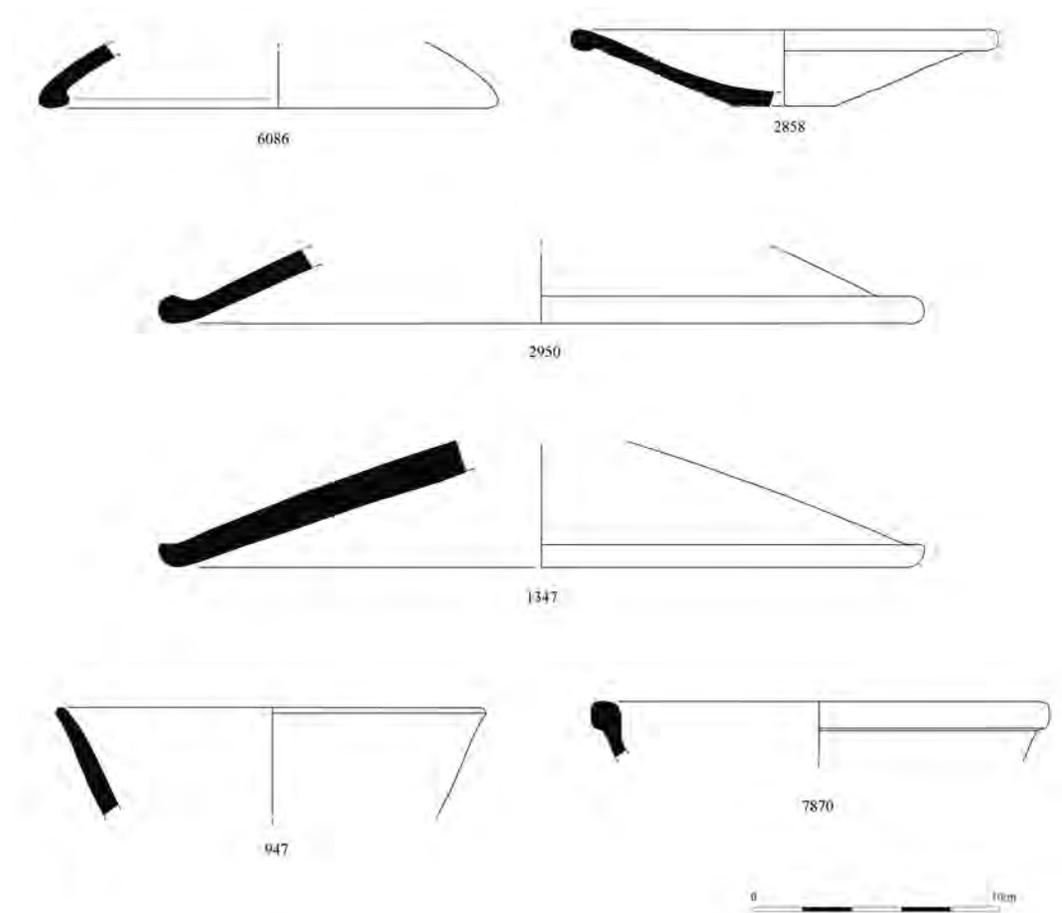


Figura 26
Sondagem 2
Cerâmica comum
Lusitânia Tejo/Sado:
SM6086, SM2858,
SM2950 e SM1347
– Tampas; SM947 e
SM7870 – Tigelas.

destas importações nos contextos urbanos olisiponenses, em preponderância até meados do reinado de Vespasiano e complementada pelas produções hispânicas, por oposição a outros centros urbanos como Chãos Salgados (Quaresma, 2012, p. 235, fig. 92) ou *Augusta Emerita*, (Quaresma, 2012, p. 230; Bustamante Alvaréz, 2010, p. 153) onde as produções hispânicas dominam as estratigrafias de forma inequívoca desde época flavia.

Esta leitura parece também ser semelhante no conjunto anfórico, representado principalmente por ânforas béticas flávio-trajaneias, gaulesas e do mediterrâneo oriental, bem como pelo advento da Lusitana 3.

4.2.3. Ânforas

O conjunto de ânforas recolhidas em sequência estratigráfica na Sondagem 2 revelou ser bastante mais numeroso e diversificado que na Sondagem 1, contabilizando-se 98 fragmentos e um número mínimo de 52 indivíduos (NMI). Considerando os limites temporais máximos dos tipos identificados, o conjunto desta sondagem abrange, uma vez mais, um leque cronológico compreendido entre segunda metade do séc. II a.C. até aos finais do séc. II/inícios do III d.C. Contudo, o cruzamento de dados possível entre as ânforas e os restantes materiais exumados, permite-nos enquadrar cronologicamente o conjunto entre o último terço do século I e os inícios do segundo quartel do II d.C.

Começamos por salientar que, à semelhança da Sondagem 1, estavam novamente presentes vários fragmentos de contentores/tipos pertencentes ao período tardo-republicano

Figura 27

Ânforas, Sondagem 2. Valores das distintas áreas de proveniência identificadas. No que concerne aos produtos hipoteticamente transportados nessas ânforas, sobressaem os preparados piscícolas, com metade da amostra (50%), seguidos do azeite (34%) e do vinho (16,3%); desde logo, surpreende novamente o facto de tão grande diferença entre o consumo de vinho e os restantes produtos, designadamente o azeite.

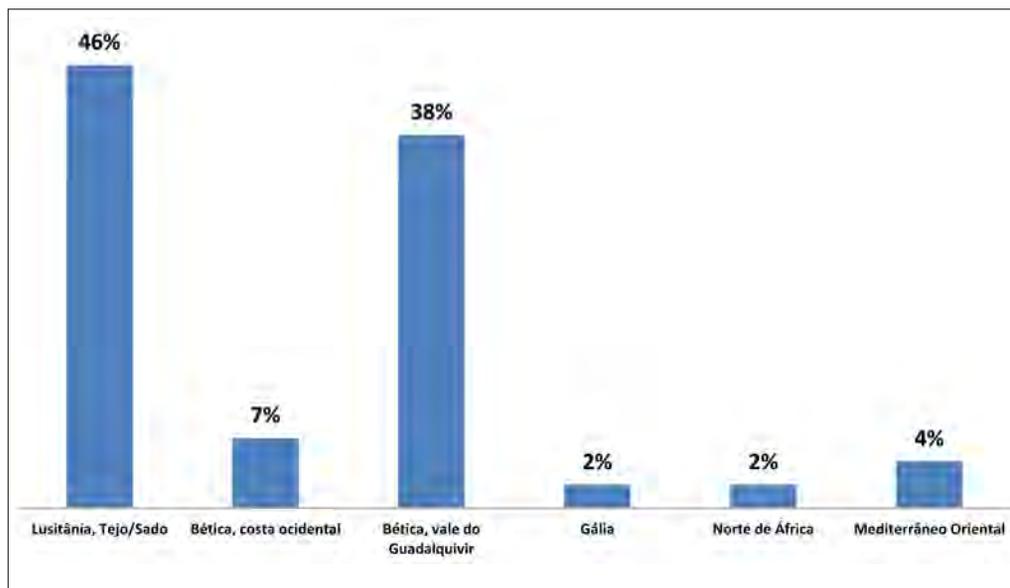
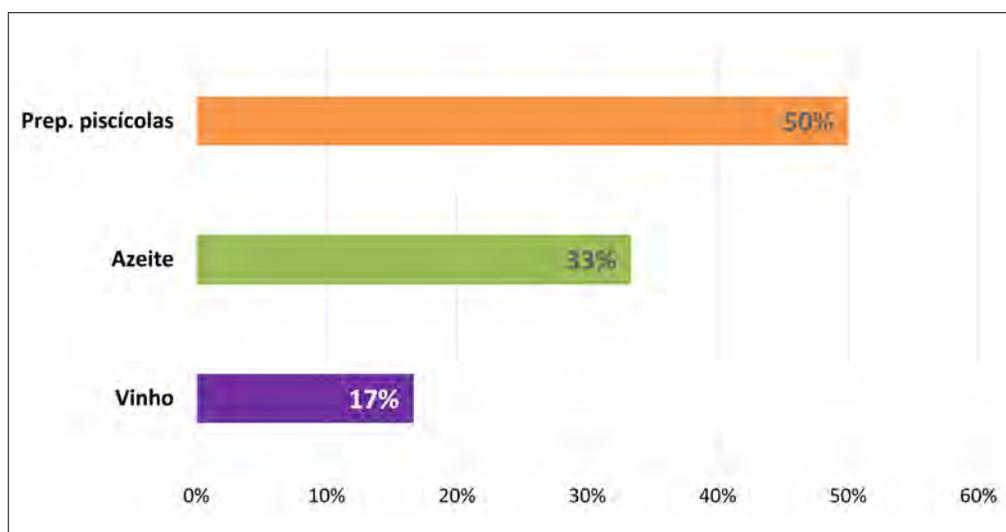


Figura 28

Ânforas, Sondagem 2. Valores dos conteúdos identificados



– Greco-italicas, Dressel 1, ânforas de Brindisi e T.4.3.3/Mañá C2b da Ulterior Bética – com carácter claramente residual. Neste caso concreto, esses fragmentos representavam 14%, os pertencentes aos séculos I-II d.C. 78% e os indeterminados 8%. Ainda que tão pouco seja de elevada fiabilidade estatística, o número de fragmentos e o NMI preservado permite, no entanto, outro tipo de análises e de leituras.

Realizando-se exclusivamente o cômputo dos fragmentos contextualizados (excluindo-se os tipos residuais e os indeterminados quanto à proveniência/tipo), a amostra de 42 NMI atesta um perfeito equilíbrio entre os contentores provinciais (46%) e os importados da Bética (45%). Os da Gália (2%), do Norte de África (2%) e do Mediterrâneo Oriental (5%), completam o lote das importações que, embora com valores relativamente baixos, não deixam de ser significativos. FIG. 27 E 28

Tal como já referimos anteriormente, o primeiro aspecto que chama de imediato a atenção é uma inusitada paridade entre as ânforas lusitanas e as béticas, quando em vários contextos conhecidos de Lisboa, datados a partir de meados do século I d.C., o consumo urbano é já em grande medida dominados pelas produções provinciais. No entanto, este aparente cenário de

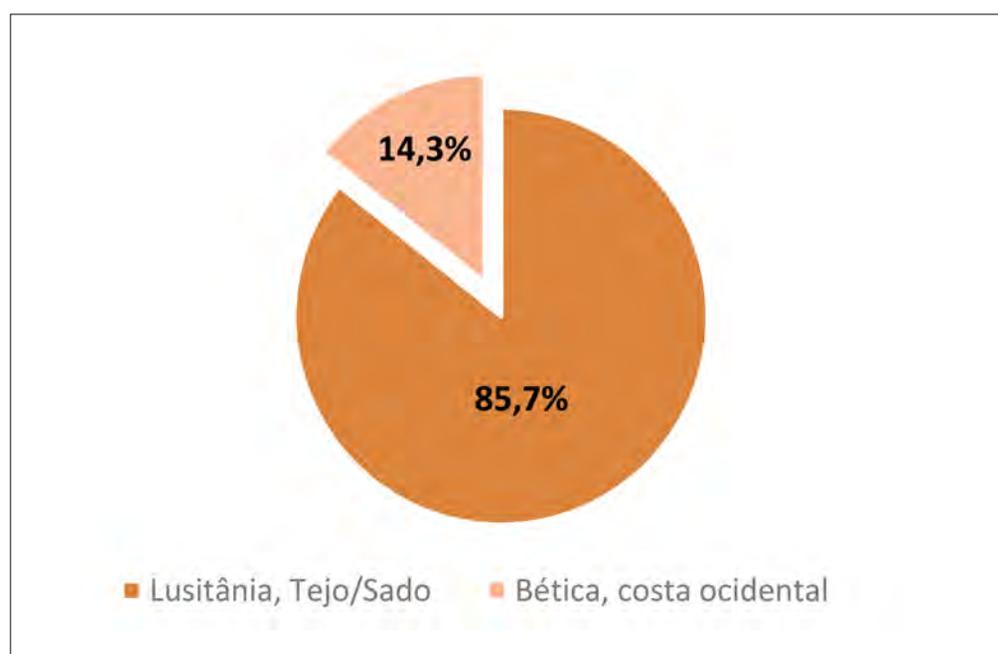


Figura 29
 Ânforas, Sondagem
 2. Valores dos
 preparados piscícolas
 lusitanos e béticos.

equilíbrio de facto não o é, visto que esses números não dizem respeito a uma mesma realidade de consumo. Na verdade, os valores observados para as distintas regiões correspondem ao comércio/importação de produtos de distinta natureza. Os tipos lusitanos tratam-se quase todos de ânforas piscícolas (17 indivíduos), enquanto os béticos de idêntico conteúdo correspondem apenas a uma pequena parte (3 indivíduos), correspondendo a maior parte dos oriundos dessa província a ânforas de azeite (14 indivíduos) e vinho (2 indivíduos). Neste sentido, e para uma correta compreensão desse(s) comércio(s), parece-nos necessário uma análise e comentários particulares aos tipos e respectivas proveniências.

Em primeiro lugar, as ânforas destinadas ao transporte dos preparados piscícolas (Fig. 29 e 30). As lusitanas consistem exclusivamente em ânforas Dressel 14 produzidas nas olarias do Tejo/Sado, identificáveis através de fragmentos de bordo de perfil triangular ou subtriangular, destacando a homogeneidade formal no que respeita à sua configuração, asas largas com marcado sulco central e fundos de grande dimensão, com maior ou menor preenchimento de argila. Apenas um fundo, oco e de menor tamanho, poderia, com muitas reservas, corresponder a um exemplar enquadrável nas formas ditas “Lusitanas Antigas”. Quanto às formas béticas, objetivamente, pouco se pode dizer. Tal como na Sondagem 1, entre os vários fragmentos identificados apenas constavam dois bordos, genericamente atribuíveis aos tipos 7 a 11 de Dressel, sem que sejam possíveis maiores precisões tipológicas, e dois fragmentos de asa/arranque de asa (1 indivíduo) de ânfora Beltrán IIA ou IIB. FIG. 29

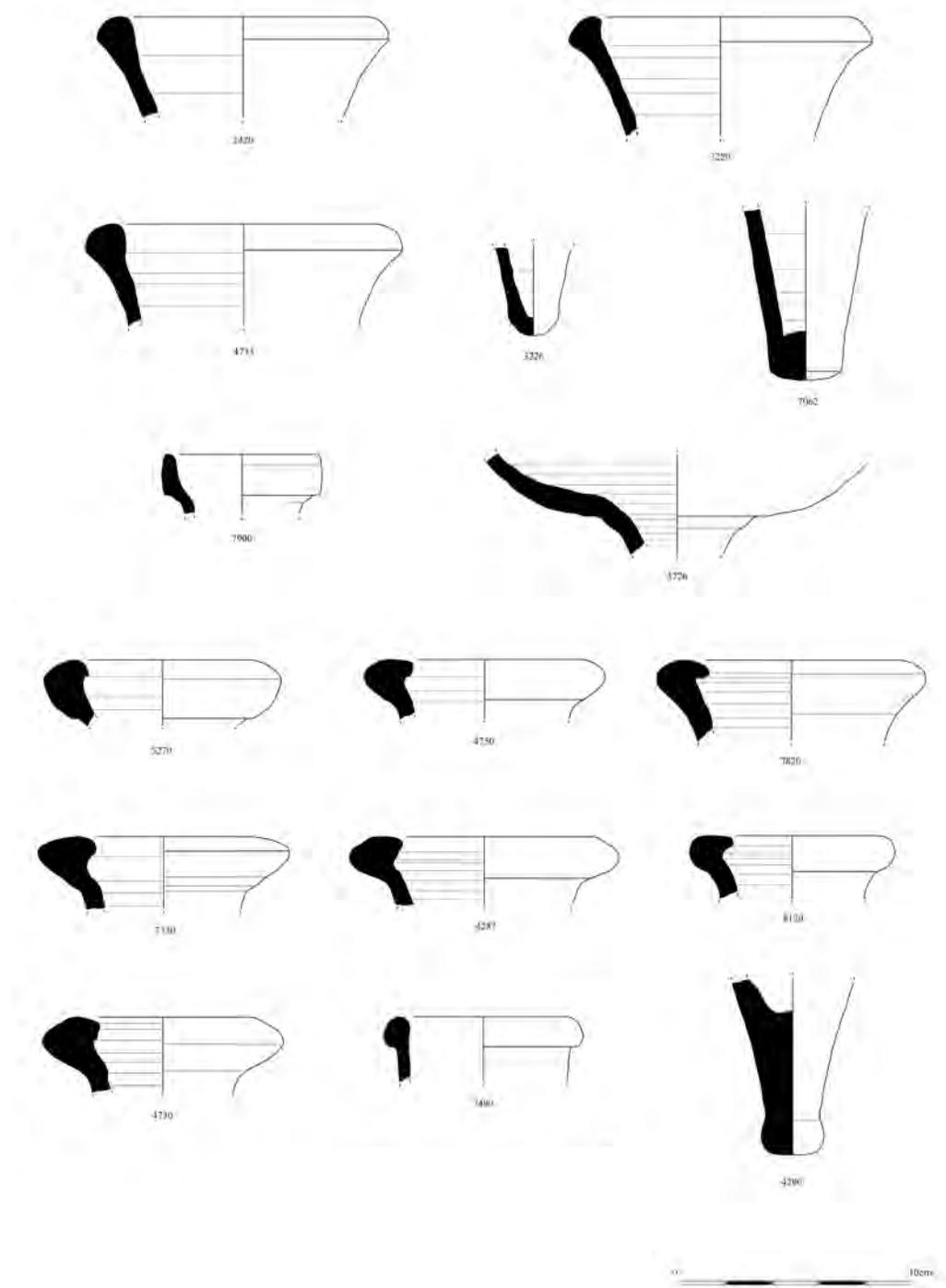
A primazia dos preparados piscícolas cabe, desse modo, à produção Lusitana com 86% desse comércio, em detrimento de apenas 14% da Bética. Verifica-se uma tendência já observada em outras intervenções da cidade, de que se tem dado constância, que desde um momento precoce do período imperial, entre o virar da Era e os meados/terceiro quartel do século I d.C., se assiste na região de Lisboa a um progressivo aumento e demanda dos produtos locais/regionais face aos produtos importados da Bética, e que se incrementa e consolida notavelmente entre o último quartel do século I e o século II d.C.. No primeiro grande momento essa evolução pode ser lida através do crescimento das formas “Lusitanas Antigas” face à diminuição das Dressel 7-11 e/ou Beltrán IIA; no segundo, na hegemonia da Dressel

14 comparativamente às Beltrán IIB e/ou outras formas béticas minoritárias contemporâneas (como por exemplo as Puerto Real, de que se conhecem actualmente alguns exemplos em conjuntos inéditos por nós estudados).

Esta leitura “empírica” não é exclusiva da amostra da Rua de São Mamede, sendo igualmente verificável, por exemplo, na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013; Silva, 2015a; Silva, Filipe, Almeida, 2016), na Rua dos Remédios (Silva, 2015b; Silva, Filipe, Almeida, 2016), no Teatro romano (Filipe, 2015), na Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008) e ainda na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), para referimos alguns casos coevos melhor conhecidos.

FIG. 30

Figura 30
Sondagem 2,
Ânforas. Lusitania,
Vales do Tejo / Sado:
SM2420, SM3220,
SM4735 e SM7062
– Dressel 14;
SM3226 – “Lusitana
Antiga”?/Dressel 14;
SM7900: Lusitana
3. Bética, Vale
do Guadalquivir:
SM3726 – Haltern
70; SM5270 Dressel
20 Júlio-cláudia;
SM4750, SM7820,
SM7330, SM4287
– Dressel 20
Flávia-trajana; SM
8120 – Dressel 20
parva Flávia-trajana;
SM4730 – Dressel
20 Flávia-trajana.
Mediterrâneo
oriental:
SM7490 – Ródia
(Camulodunum
184). Norte de
África: SM4290 –
Dressel 2-4.



Em segundo lugar em ordem de importância na amostra estão as ânforas destinadas ao comércio do azeite, com 33% da amostra. Constam exclusivamente de ânforas béticas, oriundas do Vale do Guadalquivir, do tipo Dressel 20, concretamente 28 fragmentos/14 indivíduos. De entre os vários fragmentos de bordo recolhidos pode-se observar diferentes morfologias, que, no atual estado do seu conhecimento tipológico (Berni Millet 1998; Berni Millet 2008), parecem ter grande relevância, já que, como é sabido, representam diversas variantes que correspondem a diferentes etapas do desenvolvimento tipológico destes contentores, cuja produção parece manter-se até finais do século III d.C., pelo menos em época de Galieno, segundo datações consulares de 275 d.C. (Remesal Rodríguez, 1983; Rodríguez Almeida 1984; Berni Millet, 1998; Berni Millet e García Vargas, 2016).

Por um lado, estão representados 2 fragmentos de bordo e 4 fragmentos de asa com uma morfologia mais afim das de época Júlio-Cláudia, bem como outra asa e um arranque de asa que pertencem a um módulo mais reduzido, a Dressel 20 *parva*, de idêntica cronologia, das quais conhecemos já vários exemplos na cidade de Lisboa, inclusivamente com epigrafia atestada (Fabião *et alii* 2016). Relativamente aos bordos, apresentam lábios com secção circular, engrossados na sua parte exterior com uma aresta incipiente, são ligeiramente achatados na sua parte superior e levemente espessados para o interior, indicando a evolução que sofrerá posteriormente (Figura 30, n.º 5270). Ditas características, que têm vindo a ser atribuídas ao *terminus* da produção de época Júlio-Cláudia / início da Flávia, concretamente a Nero-Vespasiano (Berni Millet, 2008, p. 60), período de assumida variabilidade morfológica, têm um dos seus melhores referentes no naufrágio de La Albufereta, datado de 50-70 d.C. (Fernández Izquierdo, Berni Millet, Aguilera Martín, 2007). O bordo que ilustramos inscreve-se nas variantes existentes, concretamente nas denominadas de “tipo intermédio” (Fernández Izquierdo, Berni Millet, Aguilera Martín, 2007, p. 234, fig.4).

Quando comparados, desde um ponto de vista estritamente morfo-tipológico, com exemplares presentes em outros contextos olisiponenses datados de momentos próximos, deparamo-nos com alguns matizes. Embora este tipo de exemplares pareça pertencer ao universo formal daqueles que podemos encontrar na Rua dos Remédios, em contexto de época de Cláudio, datado de 45-50 d.C. (Silva, 2015a; Silva, 2015b), na Praça da Figueira, no contexto [9033], datado de 50-60 d.C. (Silva, 2015a), ou na Fase 2 do Teatro romano de Lisboa, datada *circa* 57 d.C. (Filipe, 2015), parecem ser algo diferentes. Como tal, pensamos que pertencem a um momento cronológico imediatamente posterior... De entre os possíveis casos que podem ilustrar este tipo de realidade, refiram-se a drenagem de Saint-Just ou o grande depósito de Bas-de-Loyasse, ambos em Lyon; o primeiro, datado de 70-80 d.C. (Bertrand, 1992), mas que segundo Piero Berni se deve datar ligeiramente antes (Berni Millet, 2008, p. 55), parece juntar várias morfologias num curto espaço de tempo (tal como ocorre na Rua de São Mamede), estando representadas tanto as formas consideradas típicas de momento avançado dentro de época Júlio-Cláudia / início Flávia, como as formas típicas de época Flávia-trajaneia (Berni Millet, 2008, p. 56); o segundo, datado em c. 70 d.C., no qual estão igualmente representadas algumas destas morfologias juntamente com outras “mais” típicas de época Flávia (Dangréaux e Desbat, 1988).

Por outro lado, ainda no que se refere aos fragmentos de Dressel 20 da Sondagem 2, estão presentes em maior número – 16 fragmentos / 11 indivíduos – os bordos que

topologicamente se consideram do período flaviano-trajano (ca.70-110 d.C.), incluindo o módulo *parvo*, pertencentes à mais estilizada de todas as variantes da Dressel 20, com o corpo de perfil completamente esférico e o fundo como um pequeno cone invertido sem arestas, com um colo que se torna mais comprido e acompanhado por um aumento do tamanho das asas, que caem verticalmente sobre a pança (Martin-Kilcher, 1987; Berni Millet 1998; Berni Millet, 2008; Berni Millet e García Vargas, 2016). Os bordos melhor representados são espessados, com secção tendencialmente subtriangular e com um frequente achatamento na sua parte superior, mais ou menos pronunciado, desenvolvendo-se a sua parte exterior como uma carena. Têm ainda uma ligeira inclinação para o interior, que ocasionalmente se apresenta mais acentuada, rematada por um espessamento que adquire a forma de uma aba, sob a qual se forma uma concavidade acentuada (Berni Millet, 1998, p. 38; 2008, p. 60-61) (Figura 30, n.ºs 4750, 7820, 7330, 4287 e 8120).

Os bordos são em muito parecidos aos documentados nos dois sítios já referidos, Saint-Just e Bas-De-Loyasse, sobretudo este último, ou ainda nos contextos de Augst – que estiveram na base da proposta de evolução proposta por S. Martin-Kilcher (1987) – embora se pudessem referir ainda Dimesser Ort, em Mainz (Ehmig, 2002), ou Estagnon, em Fos-sur-Mer, escavado em momentos mais recentes e datado de 65-85 d.C. (Marty e Zaa-raoui, 2009), entre muitos outros ... Não faltando qualidade ou validade aos “contextos de referência” mencionados, um dos paradigmas do comércio de azeite em época Flávia (e por acréscimo, também do estudo da tipificação/seriação dos contentores desse comércio) e melhor paralelo para os fragmentos de Dressel 20 da Sondagem 2, surge novamente da mão da arqueologia subaquática: o naufrágio do Cala Culip I, no Cabo Creus, Girona, datado do reinado de Vespasiano, 69-79 d. C. (Nieto Prieto *et alii.*, 1989).

Este naufrágio é tanto mais interessante, na medida em que reúne dois grandes grupos de ânforas/bordos bastante diferentes. Por um lado, um grupo predominante que engloba toda uma variedade de perfis de bordos típicos de época Flávia, como os que agora apresentamos (Nieto Prieto *et alii.*, 1989, figs. 35-36); por outro, um grupo bastante menos numeroso de formas que dir-se-iam morfologicamente más evoluídas (Nieto Prieto *et alii.*, 1989, figs. 34-35), e portanto posteriores (não fosse o facto pertencerem ao mesmo carregamento...), que em vários aspectos recordam já a morfologia típica das Dressel 20 do século II d.C.. Este aspecto tipológico, problemático, e ainda hoje motivo de reflexão e de reservas por parte de vários autores (veja-se, por exemplo, Carreras Monfort e Funari, 1998, p. 7), está patente no caso do bordo n.º 4730 (Figura 30).

Em definitivo, é extremamente significativo o valor alcançado pelo comércio do azeite, correspondendo a 1/3 da amostra e ao dobro dos produtos vitivinícolas. Os valores e a importância que aqui alcançam, que novamente se puderam quantificar, destronam categoricamente qualquer leitura que defenda a sua hipotética escassez. Valores percentuais idênticos ou semelhantes para as ânforas de azeite puderam ser constatados no teatro romano, c. 30% (veja-se Filipe, 2015, Tabela 1), na Praça da Figueira – 21% (Almeida e Filipe 2013, p. 743) ou ainda na Casa dos Bicos (Filipe *et alii.*, 2016). Contudo, e embora em todas estas amostras o consumo do azeite apresente valores próximos e nada despicientes, que dão provas claríssimas da sua importância, este é sempre inferior ao do vinho e ao dos preparados piscícolas. Deste feita, o que podemos observar na rua de São Mamede não é tanto um incremento no valor do azeite, de si elevado, mas sim uma diferença nas proporções dos restantes produtos, que se manifesta sobretudo no decréscimo das ânforas de produtos vitivinícolas, e que pode estar diretamente relacionada com o período em apreço.

Mas retomando o comércio do azeite do Guadalquivir para o ocidente peninsular, os conjuntos de fragmentos publicados na última década para Lisboa – designadamente os do Teatro Romano (Filipe, 2015), Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013) ou Rua dos Remédios (Silva, 2015b), para referir apenas alguns exemplos – ou para sítios mais interiores no Vale do Tejo, como Santarém (Almeida, 2008), Tróia (Almeida *et alii*, 2014), Faro ou Balsa (Viegas, 2011), mas também a epigrafia associada (Fabião *et alii*, 2016), já não deixam hoje em dia margem para dúvidas quão significativa é a sua presença na Lusitânia e na sua principal cidade marítima, ao contrário do que durante muito tempo se supôs (Fabião, 1993-1994). No caso de *Olisipo* é ainda mais evidente, surgindo a Oberaden 83 / Haltern 71 e Dressel 20, os “fósseis-diretores” de esse comércio, frequentemente como o(s) segundo(s) tipo(s) mais representado(s), apenas ultrapassados pela omnipresente Dressel 14 lusitana. Assim, e tal como em momentos anteriores (Fabião, 1993-1994), mas também mais recentemente se teve oportunidade de comentar “(...) não será de mais sublinhar a relevância assumida pela rota atlântica de abastecimento às áreas mais setentrionais do Império (Britannia e Germania Inferior), que teria no porto de *Olisipo* um indispensável ponto de apoio (...)” (Fabião *et alii*, 2016, p. 118).

Não obstante a importação e consumo já estabelecidos e existentes desde o início do Império, e mesmo em momentos mais antigos, parece evidente que o comércio do azeite bético em Lisboa se viu incrementado a partir de meados do século I d.C., desenvolvendo-se de forma regular e sem alterações de registo nos dois séculos posteriores. Na sua condição de primeiro porto provincial e de incontornável ponto de apoio, Lisboa teve usufruto directo da “abertura” e uso regular/intensificação da rota atlântica (Fabião, 1993-1994; Almeida e Filipe 2013; Fabião *et alii*, 2016), concebida essencialmente para a circulação de produtos anónimos, de carácter institucional, destinados aos abastecimento dos contingentes militares estacionados na fronteira germânica e na Britannia (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort e Funari, 1998). Contudo, tal como mais recentemente também se teve oportunidade de comentar, “(...) seria redutor pensar que todo o azeite bético (...) resultasse exclusivamente das sobras desse grande transporte oficial (...)” (Fabião *et alii*, 2016, p. 118), a partir da qual poderão ter derivado outro tipo de circuitos e mercados, que terão abastecido também a demanda de Lisboa e da maior parte da Lusitânia.

Finalmente, em último lugar de importância estão os artigos e contentores vitivinícolas, que atestam a importação do maior número de regiões do Império: desde a Bética (Haltern 70) ao Mediterrâneo Oriental (Ródia/Camulodunum 184), passando pela Gália (Gauloise 4) e pelo Norte de África (Dressel 2-4), para além dos produtos locais transportados nas Lusitana 3. Pese o facto de ser o conteúdo com maior diversidade de origens e contentores, a quantidade de ânforas é manifestamente escassa, apenas 7 NMI, inviabilizando qualquer tipo de tratamento estatístico.

A província melhor representada é a Bética, com 2 indivíduos, concretamente 2 fragmentos de fundo atribuíveis ao tipo Haltern 70, que, mais além da sua presença contextual, não permitem outro tipo de precisões, dado que não podemos confirmar, de forma categórica, se os fragmentos agora identificados correspondem à morfologia típica desse período, definidas na variante D de Baudoux (1986, p. 45), na etapa 3 de Martin-Kilcher (1994, p. 386) ou, segundo proposta mais recente, na Fase IV de Berni Millet (2011, p. 94-95).

O que parece ser hoje um facto incontestável é que a produção/exportação do tipo Haltern 70 é ainda uma realidade em época Flávia, pelo menos durante o período dessa

dinastia abrangido pela segunda metade do século I d.C., embora pareça ter-se verificado um acentuado decréscimo exportador, comparativamente aos momentos precedentes, tal como se pode observar de um modo generalizado quer nos mercados de consumo – Ostia, Bas-de-Loyase, Augst, ou mesmo Bracara Augusta, exemplo de maior proximidade – quer em vários naufrágios da época – Chiessi, Culip IV, Marina di Fiori – em que a Haltern 70 tem um papel claramente marginal, apesar do grosso dos carregamentos estar composto por ânforas béticas (Berni Millet, 2011, p. 94-95).

De grande importância na Sondagem 2 da Rua de São Mamede é a presença de 2 NMI / 4 fragmentos de ânforas Ródias, concretamente um bordo (Figura 30, n.º 7490), um fundo e duas asas, estando representados os 2 fabricos de referência (Tomber e Dore, 1998, p. 112; Peacock e Williams, 1986: Class 9). Herdeiras de uma longa tradição que recua ao período helenístico, as ânforas ródias de época tardo-republicana e alto imperial, também conhecidas como Camulodunum 184, foram fabricadas no Mediterrâneo oriental, concretamente na Ilha de Rodes e em outros pontos da *perea* ródia, desde a segunda metade do séc. I a.C. até meados do II d.C., destinando-se ao transporte dos seus afamados vinhos (Grace, 1979; Peacock e Williams, 1986, p. 103; Empereur e Hesnard, 1987, p. 19). Alcançaram uma significativa difusão em toda a metade ocidental do Império, particularmente nas regiões militarizadas e fronteiras bélicas da *Gallia*, da *Germania* e da *Britannia*.

Embora já reconhecidas em vários locais do actual território nacional – *Bracara Augusta* (Morais, 2005), Conímbriga (Buraca, 2005), Tomar (Banha e Arsénio, 1998), *Civitas Igaeditanorum* (Banha, 2010), Freiria (Cardoso, 2015), Chãos Salgados (Quaresma, 2012) e Faro (Almeida *et alii*, 2014), entre outros, em Lisboa apenas se conhece a referência à sua existência no Palácio dos Condes de Penafiel (Quaresma, no prelo); contudo, esta aparente escassez não corresponde, de todo, à realidade do consumo. De facto, este tipo é uma constante na maior parte dos conjuntos actualmente em estudo na cidade de Lisboa, como por exemplo o Banco de Portugal⁶. Não obstante, quer para Lisboa, quer para a maior parte dos sítios referidos, carecemos de coordenadas crono-estratigráficas para a sua importação/recepção. Ainda assim, a sua presença na actual amostra da Rua de São Mamede, aliada à inexistência em outros contextos lisiponenses, bem conhecidos, enquadráveis cronologicamente em torno aos meados do século I d.C. (Praça da Figueira, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo Portas do Sol, Rua dos Remédios, Teatro Romano), leva-nos a considerar que o comércio dos contentores e produtos ródios (e provavelmente da maior parte de outros oriundos da metade oriental do Império...) se possa ter desenvolvido justamente a partir de momentos pré-flávios, concretamente a partir dos reinados de Cláudio/Nero. Esta imagem é a que transparece actualmente dos dados contextuais dos exemplares recolhidos em *Bracara Augusta* (Morais, 2005) ou Setúbal, concretamente na Rua Francisco Augusto Flamengo 10-12, datado dos finais do século I – inícios do II d.C. (Tavares da Silva *et alii*, 2014).

No que diz respeito aos vinhos oriundos da Gália, pôde-se registar a presença do tipo Gauloise 4 (não ilustrado). Este tipo de ampla distribuição foi produzido na Gália, especialmente na província da Narbonense, entre os meados do séc. I e o século III d.C., com uma característica morfologia que tem por base um corpo piriforme com base plana e pé em anel, um colo curto e bordo com diâmetro reduzido de secção circular e espessado exteriormente, sob o qual arrancam as asas de secção ovalada com uma marcada depressão longitudinal (Laubenheimer, 1985, pp. 261-293; Laubenheimer e Schmitt, 2009). Esta forma corresponde à ânfora vinária gaulesa de maior sucesso, tendo sido exportada um

pouco para todo o território do antigo Império romano (Laubenheimer, 1985, pp. 390-392; Peacock e Williams, 1986, pp. 142-143).

Trata-se de uma forma que está relativamente bem atestada no nosso território, de Norte a Sul, no litoral e no interior, ainda que não alcance as proporções que se verificam em outros locais do Mediterrâneo ocidental (Almeida e Filipe, no prelo). Concretamente em Lisboa, a Gauloise 4 está presente em percentagens semelhantes na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016), na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo Portas do Sol (Silva, 2014), na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013), no NARQ (Bugalhão, 2013), na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce, Filipe, no prelo) e no fundeadouro da Praça D. Luís (Parreira e Macedo, 2013). O contexto da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Largo Portas do Sol é dos mais relevantes, na medida em que fornece uma data de final de época Júlio-Cláudia / início da Flávia para o início da sua recepção em Lisboa (Silva, 2014, p. 183); contudo, não parece ser esse o quadro de consumo maioritário, mas antes o século II d.C., tal como parece sugerir o conjunto da Casa dos bicos (Filipe *et alii*, 2016).

Também minoritário, mas igualmente de incontestável interesse no que ao capítulo dos vinhos importados se refere, é o fragmento de fundo n.º 4290 (Figura 30), que classificamos como Dressel 2-4 proveniente do Norte de África. Dadas as características inequívocas do fabrico em questão, pensamos que consiste, com grande probabilidade, de uma produção africana do tipo “inventado” na ilha de Cos. É hoje sabido que durante o domínio romano também as regiões mais setentrionais do continente africano sofreram o mesmo fenómeno/processo de imitação/reprodução/interpretação das formas helenísticas incorporadas no mundo itálico, que se fez sentir de forma generalizada e transversal a praticamente todas as províncias do Império, e que teve nas produções da *Gallia* e da *Hispania Tarraconnensis* alguns dos seus melhores exemplos.

Nas várias localidades/centros produtores conhecidos no espaço africano, como por exemplo no território Qerqarish, próximo da actual Tripoli (Líbia), na área de Gallala, na metade sul da tunisina ilha de Jerba, bem como em outros sítios mais interiores da mesma ilha, ou ainda em Zian, perto de Zarzis, também na Tunísia (Bonifay, 2004, p. 146), a (re)produção da ânfora Dressel 2-4 assume alguma complexidade e variedade num período de tempo compreendido entre os inícios do século I e meados do II (Fentress, 2001, pp. 261-263; Bonifay, 2004, p. 146; Fontana, 2009, pp. 278-283), ou nos finais do mesmo século / inícios do III d.C. (Rizzo, 2014, p. 289), a fazer fé nos dados mais recentes das Termas do Nadador, Ostia. A evidência disponível remete tanto para contentores que correspondem a verdadeiras cópias do tipo itálico, como para formas inspiradas no mesmo tipo, mas de menor tamanho e perfil mais estilizado, designadas por “pseudo-Dressel 2-4”, ou ainda para a variante conhecida como Schöne-Mau XXXV, identificada em Pompeia (CIL IV; Panella, 1976) e bem conhecida em sítios de consumo itálicos, de que enumeramos Ostia como melhor exemplo (Ostia III, pp. 478 e ss.; Rizzo, 2014, pp. 289-291). É desde esta assumida perspectiva de diversidade que deve ser entendida a dificuldade para enquadrar devidamente simples fragmentos, como o proveniente na rua de São Mamede.

Todavia no que se refere ainda à importância de que se reveste a identificação e presença deste tipo em *Olisipo*, sobretudo na intervenção da Rua de São Mamede, e em particular no que concerne o seu significado crono-estratigráfico, referir que estas (re)produções africanas do tipo Dressel 2-4 estão igualmente documentadas em Roma em contextos de época tardo-neroniana, flávia e tardo-antonina, na *Meta sudans* (Rizzo, 2003, p. 154), na

Vigna Barberini (Rizzo, 2003, p. 169 e tav. XXXVII) e na via Sacchi (Ferrandes, 2008), respectivamente (*apud* Rizzo, 2014, p. 290). Deste modo, e considerando a generalizada ausência na Rua de São Mamede de classes e tipos cerâmicos com marcado perfil tardo-antonino, parece-nos bastante coerente a presença do nosso fragmento nos dois primeiros momentos referidos.

Por último, os contentores originários da Lusitânia que se destinavam também ao comércio do vinho, de que se recolheu um bordo tipo Lusitana 3. A Lusitana 3 terá começado a ser produzida pelo início do séc. II d.C. nos vales dos rios Tejo e Sado, sendo fabricada até em torno a meados do séc. III d.C. e correspondendo a uma forma inspirada nos modelos de fundo plano gauleses, sobretudo a Gauloise 4 (Diogo, 1987, p. 184; Raposo, Sabrosa e Duarte, 1995, p. 337; Mayet, Schmitt e Silva, 1996; Fabião, 1998, pp. 184-186; Quaresma e Raposo, 2013). A determinação do produto que transportaria baseia-se fundamentalmente nas afinidades morfológicas com aquele tipo gaulês, bem como em alguns exemplares recolhidos com o inteiror resinado, destinando-se muito provavelmente a envasar vinho (Diogo, 1987, p. 184; Fabião, 1998, p. 186).

Em Lisboa está bem atestada em contextos do séc. II d.C. e da primeira metade do séc. III, nomeadamente no Teatro romano (Diogo, 2000), na Rua das Pedras Negras (Gomes, Ponce e Filipe, no prelo), no NARC (Bugalhão e Sabrosa, 1995; Bugalhão, 2001), na Casa dos Bicos (Filipe *et alii*, 2016 no prelo), na Praça da Figueira (Almeida e Filipe, 2013) e no Fundeadouro da Praça D. Luís (Parreira e Macedo, 2013).

A presença de todas estas proveniências e tipos de ânforas vínicas representadas aponta justamente na mesma direção que os restantes contentores e produtos, isto é, que se está perante um momento compreendido entre o último quartel do século I d.C. e o primeiro quartel do II d.C. Assim, assiste-se a um cenário de consumo em que pauta ainda a forte presença dos vinhos béticos, mas já em decréscimo, sem o fulgor de época Júlio-Cláudia que se observava em toda a extensão do território actualmente português, ao mesmo tempo que ganham relevo os vinhos de outras regiões, nomeadamente os da Gália, mas sobretudo os da metade oriental do Mediterrâneo, particularmente as ânforas Ródias, que, tal como em outras regiões, são as mais frequentes. O mais provável é que tanto umas como outras, mas sobretudo as ânforas Ródias e outros tipos vinários do Mediterrâneo Oriental não viajassem até estas longínquas paragens ocidentais *per si*, mas seguramente inseridos num tráfico comercial mais amplo, de natureza e interesses diversos, devendo a sua recepção na costa ocidental atlântica em geral, e em *Olisipo* em particular, estar relacionada com a inclusão das mesmas nos circuitos de abastecimento à *Britannia* via rota atlântica, justamente a partir de Cláudio-Nero, no momento inicial de conquista e instalação (Fabião, 1998, p. 181).

No caso da Lusitânia, onde a produção/comércio provincial (lido através das ânforas), aparentemente, apenas irrompe no século II d.C., as diferenças entre o consumo dos vinhos hispânicos e mediterrânicos tornam-se “mais visíveis e ganham uma notoriedade distinta de outras regiões. Neste sentido, o que poderia ser entendido como uma aparente sub-representação da Lusitana 3 na amostra da Rua de São Mamede, o tipo vinário habitualmente maioritário nos conjuntos do século II d.C. em Lisboa, pode de facto ser o reflexo real desse momento compreendido entre o final do século I e as primeiras décadas do século II d.C., altura em que esta forma é ainda relativamente rara (Fabião, 2004, p. 390; Quaresma e Raposo, 2013, p. 3).

Tabela 5 Quantificação detalhada da Sondagem 2, por categorias e tipos cerâmicos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI	% TOTAL NMI
Ânforas	Lusitania (Tejo-Sado)	Dressel 14	39	18	52	15%
		Lusitana 3	1	1		
		Indeterminado	3	1		
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	3	1		
		Dressel 7-11	6	2		
		Beltrán IIA ou IIB	2	1		
		Indeterminado	1	1		
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Dressel 20 (júlio-cláudia)	6	2		
		Dressel 20 parva (júlio-cláudia)	2	1		
		Dressel 20 (flávia-trajana)	13	9		
		Dressel 20 parva (flávia-trajana)	3	2		
		Dressel 20 (não determinável)	4	0		
		Halter 70	2	2		
	Gália	Indeterminado	1	1		
		Gauloise 4	1	1		
	Península itálica	Greco-Itálica	2	2		
		Dressel 1	1	1		
Norte de África	Brindisi	1	1			
	Dressel 2-4	1	1			
Med. Oriental	Indeterminado	1	1			
	Ródia (Camulodunum 184)	4	2			
Indeterminada	Indeterminado	1	1			
Terra sigillata	TSI	Conspectus 21	1	1	5	1,4%
		Conspectus 22	1	1		
		Conspectus 23	1	1		
		Conspectus 27	1	1		
		Indeterminado	6	1		
	TSI Tardo - it	Conspectus 39	1	1	1	0,3%
	TSSG	Ritt 1	1	1	44	12,7%
		Ritt 5	1	1		
		Ritt 8	2	1		
		Drag 15/17	4	2		
		Drag 18	5	2		
		Drag 24/25	11	9		
		Drag 27	22	10		
		Drag 33	4	4		
		Drag 35	3	3		
		Drag 35/36	2	2		
		Dech. 67	1	1		
		Indeterminados Lisos	52	4		
		Marcas	1	0		
		Drag 29	1	1		
	Drag 37	2	2			
	Indeterminados Decorados	2	1			
	TSHp	Martinez III	4	2	2	0,6%
	TSH	Drag 15/17	2	2	12	3,5%
		Drag 27	4	3		
		Indeterminados Lisos	15	3		
		Drag 37	2	2		
Indeterminados Decorados		2	2			
Paredes Finas	Mayet 37	2	1	7	2,0%	
	Mayet 42	1	1			
	Mayet 53	1	1			
	Indeterminado	9	4			

Lucernas		Volutas	3	3	13	3,8%	
		Disco	5	4			
		Lucernas béticas	24	6			
Cerâmica Comum	Cerâmica comum itálica	Almofariz Dramont D2	2	2	5	1,4%	
		EV Pomp (RPOMP 28)	1	1			
		EV Pomp	6	2			
	Cerâmica comum bética (Guadalquivir)	Almofariz	6	4	7	2,0%	
		Bilha/jarro	1	1			
		Potinho	2	1			
	Cerâmica comum bética (Costa Ocidental)	Tigela	1	1	16	4,6%	
		Potinho	5	3			
		Tigela	1	1			
		Pote/Panela	5	4			
		Bilha	8	5			
	Cerâmica comum lusitana (Tejo/Sado)	Opercula	3	2	182	52,6%	
		Indeterminado	4	1			
		Prato	7	6			
		Tigela	26	24			
		Alguidar	5	5			
		Almofariz	1	1			
		Tacho	22	22			
		Pote/Panela	28	26			
Potinho		38	21				
Jarro		22	12				
Cântaro		1	1				
Total	Bilha	13	11	621	346	346	100%
	Tampa	41	36				
	Opercula	6	5				
	Peso de tear	2	2				
	Indeterminado	67	10				

4.2.3. Contextos pós-romanos

Devemos ainda mencionar um conjunto de materiais de cronologia romana oriundos dos contextos de cronologia Medieval e Moderna, onde, além das formas já mencionadas, presentes ao longo de praticamente toda a sequência cronológica do local, há a registar outros exemplares padanos da forma Consp 39, assim como a forma Consp 50.3, relativamente difundida ao longo do período compreendido entre Augusto/Tibério e os Flávios (Conspetus, p.138) e a tampa Consp. 54.1.1.

A grande novidade é a presença das importações africanas, ausentes dos contextos romanos, representadas pela TSAfr A Hayes 6, datada dos finais do século I e inícios do século II (Hayes, 1973) e pelas cerâmicas de cozinha africana, com fragmentos da produção do tipo A de Bonifay (2004, p. 66), aparentada à TSAfrA, com presença de engobe, pertencentes à forma Hayes 23 do tipo A com engobe e de um fragmento da produção do tipo C/A de Bonifay (2004, p. 67) com patine cinzenta Hayes 197.

5. Considerações finais

Com base nos dados disponíveis, a hipótese de se tratar de uma acumulação e regularização acondicionada de uma zona de encosta de pente acentuada, provavelmente articulada com a construção das “Termas dos Cássios” estava já assinalada (Silva, 2012, p. 234). Cumulativamente, esta operação de carácter urbanístico estaria também relacionada com o processa-

mento detritico planeado, considerando-se a prévia triagem e mobilização de resíduos sólidos urbanos face à necessidade de criação de patamares que poderiam absorver uma elevada capacidade de material artefactual e sedimentar (Silva, 2011, p. 211).

Este tipo específico de evidência arqueológica tem vindo a ser tratada no âmbito dos segundos usos que podem ter os resíduos sólidos urbanos, com maior incidência na distribuição do descarte de contentores anfóricos, por ser um elemento artefactual de maior volume e com um histórico de investigação mais aprofundado enquanto material reciclado, em contextos de aterro, drenagem, preenchimento de estruturas negativas, nivelção de terreno ou apenas lixeira urbana (Carreras Monforte, 2011, p. 25).

Um estudo de caso concreto relacionado com esta problemática, a intervenção arqueológica realizada na lixeira do subúrbio Norte de *Augusta Emerita*, resultou na compreensão do significado da mobilização de resíduos sólidos, ao longo do período romano, como agente nivelador e modelador da fachada Norte da cidade que detinha uma pendente mais abrupta que a actual (Heras Mora *et alii*, 2011, p. 354). O urbanismo e a topografia estariam intimamente relacionados com a evolução da área de despejo de resíduos sólidos, sendo este fenómeno não apenas um resultado topográfico passivo, mas também um agente ao serviço do crescimento urbano, favorecendo a instalação de estruturas ou melhorando a transitabilidade em casos específicos (Heras Mora *et alii*, 2011, p. 359).

No que respeita aos materiais, a diversidade artefactual e a coerência e homogeneidade cronológicas registadas nos distintos (sub)conjuntos da Rua de S. Mamede revestem-se de especial importância para a reconstituição do comércio de bens e alimentos na região de *Olisipo* e da sua integração nos circuitos comerciais do mundo provincial romano.

Se de facto estão maioritariamente documentados conjuntos de escala regional, com um universo percentual esmagador no seio destes contextos, estão igualmente presentes conjuntos de importação que denotam uma intensa circulação de produtos, quer ao nível do abastecimento de bens alimentares, quer de cerâmicas finas. Estes dados são fundamentais para a caracterização dos perfis aquisitivos da cidade, em sintonia com outros centros de consumo do território lusitano, pelo menos, no que ao conjunto das importações de *terra sigillata* e de ânforas diz respeito, sendo evidente a aceitação que estas encontraram nos mercados locais, quer pela sua representação, como, no caso das primeiras, pela sua incorporação no repertório cerâmico local.

Embora tenham sido já oportunamente comentadas as devidas associações artefactuais e o seu significado face aos contextos da Rua de S. Mamede é também importante sublinhar que subsistem, a nível global, alguns indicadores de continuidade. Um dos mais relevantes e que fornece elementos sobre a antiguidade relativa dos conjuntos de cronologia romana da Rua de S. Mamede é a ausência de importações de TSAf. Como *supra* referido, somente nos níveis pós-romanos foi possível identificar estas produções, representadas por formas que correspondem ao repertório da fase inicial da produção, à semelhança de alguns contextos observados na Rua da Madalena (Sarrazola, Simão, 2013) no Aljube/Rua Augusto Rosa (Silva, 2012) e na Rua da Saudade (Silva, 2012). Tendo em conta os poucos casos conhecidos em Lisboa para esta fase, os valores dos fabricos norte africanos são praticamente residuais, crescendo de forma exponencial apenas a partir de meados do século II, momento em que se atesta a crescente influência desta província na relação comercial com a cidade.

Devemos ainda salientar no caso das ânforas, que as da Rua de São Mamede se mostraram especialmente importantes no estabelecimento de cronologias para as sequências estratigráficas, particularmente nos estratos em que outros tipos de cerâmica com cronologias mais

finas estavam ausentes. Tal era o caso dos depósitos [231], [232] e [230] da Sond. 2, onde não se exumaram quaisquer fragmentos de *sigillata*, lucerna ou outras cerâmicas com cronologia de produção bem definida. As ânforas recolhidas nesses estratos, com exceção do [230] onde apenas se recolheram ânforas republicanas, apontaram e confirmaram uma cronologia enquadrável entre a dinastia Flávia e o primeiro terço do séc. II d.C., sobretudo devido à presença dos contentores oleários do tipo Dressel 20 da variante Flávia-Trajana. Estas indicações cronológicas dos dois estratos mais antigos da sond. 2 (Oeste) são coincidentes com a restante sequência estratigráfica que se lhe sobrepõe. Já na Sondagem 1, onde o conjunto anfórico era bem mais reduzido, a cronologia parece poder ser ligeiramente anterior. Refira-se que também na sond. 2 se poderia atribuir uma cronologia situável nas duas últimas décadas do séc. I d.C. ao conjunto de depósitos situados sob a U.E. [222]; contudo, a presença de um bordo de Lusitana 3 neste último estrato não permite, à luz do actual estado do conhecimento, recuar a sua formação para trás do início do séc. II d.C..

Outros elementos de destaque dizem respeito à persistência dos fabricos tardo-italicos de *sigillata* (Silva, 2012), pelo menos até à época Flávia, também registados em Santarém (Viegas, 2003, p.73), como a presença, ainda que sempre em proporções minoritárias, das produções de *terra sigillata* hispânica precoce, cuja representação parece restringir-se quase por completo à forma III, cronologicamente situável entre os meados do séc. I a.C. e o I d.C. (Amores e Keay, 1999). Trata-se de uma forma bem documentada em diferentes locais da cidade (Silva, 2012, p.208-234, p. 232-244, 248-258; Santos, 2015, p.42) ao longo do período Júlio-Cláudio e, eventualmente, os finais do século I, que atesta a capacidade de penetração no mercado das produções béticas (Silva, 2015a), complementadas por outras gamas de cerâmicas finas, pelas ânforas, pelos conjuntos lucernários e pelas cerâmicas comuns.

Com efeito, esta conexão económica está igualmente atestada tanto nas paredes finas, que concorrem já na segunda metade do século I com as produções emeritenses, embora estas não possam ser encaradas como sérias competidoras ao fulgor das representações béticas, ocorrendo sempre em menor número, como no conjunto lucernário, onde a supremacia dos fabricos béticos pode ser também constatada na Praça da Figueira, desde Tibério, (Vieira, 2011; Silva, 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) ou no NARC, (Grilo, 2013) mantendo-se ao longo do século II, data a partir da qual compete já com produções locais de lucernas de disco (Vieira, 2011, p.116; Filipe, *et alii*, no prelo).

O mesmo parece ser constatado por algumas produções de cerâmica comum, que, à semelhança de outros contextos urbanos (Quaresma, no prelo; Silva, 2015a; 2015b; Silva, Nozes e Miranda, 2015) estão representadas maioritariamente por conjuntos da costa ocidental. As formas documentadas são predominantemente tigelas e pote/panelas/panelas, que podem estar associadas a um eventual comércio especializado de produtos alimentares, (Silva, 2015a) a par dos contentores anfóricos, e os almofarizes, oriundos da região do Guadalquivir. Estes últimos gozaram de ampla preferência nos mercados locais, encontrando-se amplamente representados em Lisboa até à época Flávia, o que pode explicar, em parte, a escassez destas formas na produção local e a imitação pontual dos seus congéneres béticos. Na realidade, a presença destas e de outras importações da província da Bética, embora com maior expressão ao longo da primeira metade da centúria, irá perdurar pelo Alto império, em pequenas quantidades (Quaresma, no prelo), mesmo após o incremento do comércio norte-africano.

Por último, parece ser evidente a vitalidade da indústria oleira regional, demonstrando a rápida capacidade de adaptação a novos modelos e repertórios cerâmicos e à sua produção e distribuição.

BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, J. (1975) – *Fouilles de Conimbriga, V. La céramique commune local et régionale*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- ALMEIDA, F. M. (1986) – *Carta Geológica do Concelho de Lisboa*. Folha 4, na Escala 1:10 000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- AMORES, F. e KEAY, S. J. (1999) – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflor o una serie de hispánicas precoces”. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. (eds.), *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jaén/Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 235-258.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las Ánforas del Gualdalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. *Aportación al Conocimiento de Los Tipos Minoritarios*. Col.Leció Instrumenta 8. Barcelona. Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. (2016) – On the way to Augusta Emerita. Historiographical overview, old and new data on fish-product amphorae and commerce within the trade to the capital of Lusitania. In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery. 10. Oxford, p. 195-220.
- ALMEIDA, R. R.; FILIPE, V. (2013) – 50 anos depois. As ânforas romanas da Praça da Figueira (Lisboa). In *Arqueologia em Portugal, 150 anos (Congresso comemorativo dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 737-745.
- ALMEIDA, R. R. ; VICTOR, F. (no prelo) – Uma primeira leitura da distribuição de ânforas da Gália na Lusitânia. In *Actas do Workshop Internacional A terra sigillata sudgálica no Sudoeste da Hispânia: circulação e consumo*. 28 e 29 de Setembro de 2015. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Lisboa.
- ALMEIDA, R. R. PINTO, I.V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014) – = ALMEIDA et alii 2014a – Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In Morais, R., Fernández, A. e Sousa, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia – SECAH / Braga, 4-6 April 2013)*. Vol. I. Porto, p. 405-423.
- ALMEIDA, R. R.; VIEGAS, C.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2014) – = ALMEIDA et alii 2014b – Ânforas do Mediterrâneo oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In Morais, R., Fernández, A. e Sousa, M. J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia – SECAH / Braga, 4-6 April 2013)*. Vol. I. Porto, p. 683-692.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. In *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves – 22, 23 e 24 Outubro 2009)*. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 285-304.
- BANHA, C. (2010) – As ânforas romanas de Idanha-a-Velha (Civitas Igaeditanorum). *Cem anos de investigação arqueológica no interior centro. Congresso Internacional de Arqueologia. Castelo Branco, 2008*. Materiais Para o Estudo das Antiguidades Portuguesas, número especial. Castelo Branco: Museu Tavares Proença Júnior, p. 237-297.
- BANHA, C.; ARSÉNIO, P. (1998) – As ânforas romanas vinárias de Seilium (Tomar), Conventus Scallabitanus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. N.º 2, p. 165-190.
- BARGAGLIOTTI, S. (2001) – Il relitto dell’Ardenza (Livorno): un carico di anfore betiche naufragato intorno alla metà del I sec. d.C. *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija-Sevilla 1998)*. Vol. III. Écija, p. 1111-1119.
- BAUDOUX, J. (1996) – *Les Amphores du nord-est de la Gaule (territoire française): contribution à l’histoire de l’économie provinciale sous l’Empire romain*. DAF. Vol. 52. Paris.
- BERTRAND E. (1992) – Les amphores d’un vide sanitaire du 1er siècle à Lyon (Saint-Just). *SFEACAG – Actes du Congrès de Tournai (1992)*. Marseille: Société Française d’Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 265-277.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*. Col.Leció Instrumenta 4. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Col.Leció Instrumenta 29. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.

- BERNI MILLET, P. (2011) – Tipología de la Haltern 70 bética. In *Ánforas romanas de Lugo*. Trabajos de Arqueología. Vol. 3. Lugo, p. 80-107.
- BERNI MILLET, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) – “Dressel 20 (Valle del Guadalquivir)”. *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>), 23 noviembre, 2016.
- BONIFAY, M. (2004) – Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique. BAR International Series. 1301. Oxford.
- BUGALHÃO, J., (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Trabalhos de Arqueologia. 15. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A.; SOUSA, E.; DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: O cemitério romano do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 243-275.
- BUGALHÃO, J.; SABROSA, A. (1995) – O Complexo Industrial Romano da Baixa – uma unidade de salga de Peixe na Rua Augusta (Lisboa). In *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 35:3. Porto, p. 379-406.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia Regional das Beiras. Policopiado.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011a) – *La cerámica romana en Augusta Emerita en la época Altoimperial: entre el consumo y la exportación*. Mérida. *Serite Ataecina*.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011b) – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. The «emeritense» thin walled pottery production. *Zephyrus*. 67, p. 161-170.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do ager Olisiponensis*. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo. Universidad de Extremadura Departamento de Historia Área de Arqueología. Cáceres. Policopiado.
- CARDOSO, G. (2015) – *Estudio arqueológico da villa romana de Freiria*. Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Extremadura. Policopiado.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Haltern 70: a review. *Journal of Roman Pottery Studies*. 10, p. 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Tipología d’Haltern 70 del Culip VIII. In A. A. V. V.: *Culip VIII i les Àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc. 5. Girona: Museu d’Arqueologia de Catalunya. Centre d’Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 139-147.
- CARRERAS MONFORT, C. (2011) – Urbanismo y eliminación de residuos urbanos. In VALLVERDU, J. A. R.; PÉREZ, J. A. (ed.), *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 17-26.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) – Haltern 70 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016.
- CARRERAS MONFORT C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo*. Barcelona. Col·lecció Instrumenta, 5. Universitat de Barcelona. Barcelona.
- CARVALHINHOS, M.; MIRANDA, P.; MANSO, C.; MOTA, N. (2010) – Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Rua das Pedras Negras, via pública, 5. Policopiado.
- CIL IV = Corpus Inscriptionum Latinarum IV – *Inscriptiones parietariae Pompeianae Herculanae Stabianae*, ZANGEMEISTER, C. & SCHOENE, R. (1871); *pars II, Inscriptiones parietariae et vasorum fictilium*, MAU A. (1909); *pars III, Inscriptiones Pompeianae Herculanae parietariae et vasorum fictilium*, (eds.) DELLA CORTE, M. & CIROTTI, P. (1952-1970).
- COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) – *L’Épave de Port-Vendres II et le Commerce de la Bétique à L’Époque de Claude*. *Archaeonautica*. 1. Editions du CNRS. Paris.
- DANGREAU, B.; DESBAT, A. (1988) – Les amphores du dépotoir flavien du Bas-de-Loyasse à Lyon. *Gallia*. 45, p. 115-153.
- DIOGO, A. M. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 5. Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. (1997) – Inscrição paleocristã do Palácio de Penafiel, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. 56. N.º 261.
- DIOGO, A. M. D. (2000) – As ânforas das escavações de 1989-93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 3. Vol. 1, p. 163-179.
- EHMIG, U. (2002) – Deux assainissements avec amphores à Mayence (Germanie supérieure). *Gallia*, 59, p. 233-251.
- EHMIG, U. (2003) – *Die römischen Amphoren aus Mainz*. Mönnesee: Bibliopolis. Frankfurter Archäologische Schriften. 4.
- EMPEREUR, J.Y.; HESNARD, A. (1987) – Les Amphores Hellénistes. *Les Céramiques Hellénistiques et Romaines*. II. Paris: Les Belles Lettres.

- ETTINGLER, E et alii. (1990) – *Conspectus formarum terrea sigillata Italico modo confectae*. Römisch-germanische Comisión des deutschen archäologischen Instituts zu Frankfurt, Bonn.
- FABIÃO, C. (1993-1994) – O azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. N.º 1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitania. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In Bernal Casasola, D. e Lagóstena Barrios, L. (eds.). *Figlinae baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana. Actas del Congreso Internacional* (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003). BAR International Series, 1266. Cadiz, p. 379-410.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R.; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Union Académique International / Academia das Ciências de Lisboa / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- FERNÁNDEZ IZQUIERDO, A.; BERNI MILLET, P.; AGUILERA MARTÍN, A. (2007) – El pecio de la Albufe-reta (Alicante): un documento de época pre-flavia. In J. Pérez Ballester e G. Pascual, (eds.). *Actas V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática (Gandía, 8 a 10 de noviembre de 2006)*. Valencia, p. 231-246.
- FENTRESS, E. (2001) – Villas, wine and kilns: the landscape of Djerba in the late Hellenistic period. *Journal of Roman Archaeology*. 14, p. 249-268.
- FERRANDES, A. F. (2008) – I contenitori da trasporto. In Filippi, F. (a cura di), *Horti et sordes. Uno scavo alle falde del Gianicolo*. Roma, p. 247-283.
- FILIPE, V. (2008) – Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11-2, p. 301-324.
- FILIPE, V. (2015) – As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): Campanhas 2001-2006. *Spal*. 24, p. 129-163.
- FILIPE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. (2010) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In Járrega, R.; Berni Millet, P. (eds.) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana, III). Tarragona: Instituto Catalán de Arqueología Clásica (ICAC)/ SECAH, p. 423-445.
- FONTANA, S. (2009) – Le anfore. In E. Fentress, A. Drine, R. Holod (a cura di). *An island through time: Jerba Studies. I. The Punic and Roman periods*. Journal of Roman Archaeology. Suppl. ser. 71. Portsmouth, p. 270-292.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2012) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*, 20, p. 185-283.
- GARCÍA VARGAS, E.; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; ALMEIDA, R. R. (no prelo) – Análisis de caso: las ánforas ovoides de la Hispania Tardorrepublicana. *Actas del Workshop internacional Amphorae Ex Hispania (Tarragona, 2012)*.
- GRACE, V. R. (1979) – *Amphoras and the Ancient Wine Trade*. Princeton.
- GRILO, C. (2013) – As lucernas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 277-292.
- GRILO, C.; SANTOS, C. (2016) – A cerâmica comum da villa romana de Povos. *CIRA Arqueologia*. N.º 5.
- GOMES, S.; PONCE, M.; FILIPE, V. (no prelo) – Intervenção nas Pedras Negras: do séc. I d.C. a 1755. In *Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação (26-28 de Novembro de 2015)*.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H.; GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. (2016) – Haltern 71 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-28-baetica-coast>). 04 julio, 2016.
- HERAS MORA, F. J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GRAGERA, A. B. O. (2011) – El vertedero del suburbio Norte de Augusta Emerita. Reflexión sobre la dinámica topográfica en el Solar de la Calle Almendralejo n.º 41. In VALLVERDU, Josep Anton Remolà; PÉREZ, Jesús Acero (ed.). *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 345-360.
- LAUBENHEIMER, F. (1985) – *La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise*. Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, 66. CNRS. Paris.
- LAUBENHEIMER, F. (1998) – Une épave de Bétique au large du Cap Corse: La Tour Sainte-Marie. *III Jornadas de Arqueologia Subaquática (Valencia, 1997)*. Valencia, p. 313-328.
- LAUBENHEIMER, F.; SCHMITT, A. (2009) – *Amphores vinaires de Narbonnaise. Production et grand commerce. Création d'une base de données géochimiques des ateliers*. Travaux de La Maison de L'Orient et de la Méditerranée. N.º 51. Lyon.

- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst 1. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte, 1. Die südschpanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. Forschungen in Augst. Vol. 7/1. Augst.
- MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. 2. Die Amphoren für Wein, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung*. Augst.
- MARTY, F.; ZAARAOUI, Y. (2009) – Contextes céramiques du Haut-Empire de la bonification de l'Estagnon à Fos-sur-Mer (Bouches-du-Rhône). In *SFECAG. Actes du congrès de Colmar*. Marseille, p. 397-426.
- MAYET, F. (1975) – *La céramique à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordeaux: Centre Pierre/CNRS.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. Du Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'Atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. Du Boccard.
- MOITA, I. (1968) – Achados da época romana no subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*, 19. Lisboa, p. 33-71.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 2. Braga.
- MORILO CERDÁN, Á.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009) – Lucernas hispanorromanas. In Bernal Casasola, D. e Ribera I Lacomba, A. (eds.). *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad. pp. 407-427.
- MOTA, N. (2010) – *Relatório da Intervenção Arqueológica Urbana no Largo de Santo António da Sé, via pública (LSA Sp10)*. Policiopiado.
- NIETO PRIETO, J.; JOVER ARMENGOL, A.; IZQUIERDO TUGAS, P.; PUIG GRIESENBERGER, A. M.; ALAMINOS EXPOSITO, A.; MARTIN MENENDEZ, A.; PUJOL HAMELINK, M.; PALOU MIQUEL, H.; COLOMER MARTI, S. (1989) – *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a Cala Culip – I*. Centre d'Investigacions Arqueològiques de Girona, Sèrie monogràfica. 9. Girona.
- CARANDINI A.; PANELLA C. (a cura di) (1973) – *Ostia III. Le Terme del Nuotatore. Scavo degli Ambienti III, VI, VII. Scavo dell'Ambiente V e di un saggio dell'Area SO (Studi Miscellanei, 21)*. Roma: De Luca Editore.
- PANELLA, S. (1976) – Per uno studio delle anfore di Pompei. Le forme VIII e X della tipologia di R. Schoene. *Studi Miscellanei*, 22. Roma: De Luca Editore, p. 152-165.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. L. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I, Lisboa. In *Arqueologia em Portugal, 150 anos (Congresso comemorativo dos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 747-754.
- PASSELAC, M. (1993) – Céramique à vernis rouge pompéien. *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. de n.è.) en Méditerranée nord-occidentale*. Lattara. 6, p. 545-547.
- PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P.; FALÉ, P. (2006) – *Notícia Explicativa Folha 34 – D Lisboa, da Carta Geológica de Lisboa, na Escala 1:50 000*. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação Departamento de Geologia. Lisboa.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the roman economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- PIMENTA, J.; SILVA, R. B.; CALADO, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a intervenção arqueológica urbana da Rua de S. Mamede ao Caldas, n.º15. In Arruda, A. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos (2005)*. Vol. 2. Lisboa: UNIARQ, p. 724-735.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelhos – Vila Franca de Xira. *Actas do Congresso conquista e romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*. N.º 3, p. 86-121
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora.
- PINTO, I. V. e SCHMIT, A. (2010) – Cerâmica comum. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. e GONÇALVES, A. (Coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana. 5. Mérida, p. 219-443.
- PY, M. (1993) – *Unguentariums*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av.n.e. – VIIe s. de n. e.) en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon, p. 581-584.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono- morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9-1, p. 149-166.
- QUARESMA, J. C. (no prelo) – Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard. New Castle. 26-27th March 2014*.
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos e Memórias. 4. Lisboa: Uniarq.

- QUARESMA, J. C.; RAPOSO, J. M. C. (2013) – Lusitana 3 (Lusitania Occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania>).
- RAPOSO, J. M. C.; SABROSA, A. J. G.; DUARTE, A. L. C. (1995) – Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). In *Actas do 1º congresso de arqueologia peninsular. Porto. 1993*. Vol. VII, p. 331-352.
- RIBEIRO, I. (2010) – *A terra sigillata hispânica da Praça da Figueira*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Policopiado.
- RIZZO, G. (2003) – *Instrumenta Urbis I. Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'Imperio*. Collection de l'École Française de Rome, n.º 387. Roma: École Française de Rome.
- RIZZO, G. (2014) – Le anfore, Ostia e i commerci mediteranei. In C. Panella e G. Rizzo, *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore*. (Studi Miscellanei, 38). Roma: «L'Erma» di Bretschneider.
- ROCHA, A. (2016) – *Almofariz. Peça do mês*. Museu do Dinheiro Largo de S. Julião. Lisboa: Banco de Portugal.
- ROCHA, A.; GRILLO, C. (no prelo) – A cerâmica comum romana do edifício sede do Banco de Portugal, Lisboa.
- RAPOSO, J.; DUARTE, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In Filipe, G. e Raposo, J., *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, p. 249-266.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1983) – Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d.C.. *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional (Sevilla, 1982)*. Madrid: Universidad Complutense. p. 115-131.
- REMESAL RODRÍGUEZ J. (1986) – *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania. Con un corpus de sellos en ánforas Dressel 20 hallados en Nimega, Colonia, Mainz, Saalburg, Zugmantel y Nida-heddernheim*. Madrid: Universidad Complutense.
- RODRÍGUEZ ALMEIDA, E. (1984) – *Il Monte Testaccio : ambiente, storia, materiali*. Roma: Quasar.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- SANTOS, A. B. (2015) – *A terra sigillata do Edifício Sede do Banco de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS, C. (2011) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SARRAZOLA, A.; SIMÃO, I. (2013) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Sondagens arqueológicas da Rua da Madalena 54-60*. Lisboa. Policopiado.
- SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa, Estudo histórico descritivo*. 3ª edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R. B. (2011) – *Olisipo*. In VALLVERDU, Josep Anton Remolà; PÉREZ, Jesús Acero (ed.). *La gestión de los residuos urbanos en Hispania* (Anejos de AEspa LX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, p. 203-212.
- SILVA, R. B. (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R.B. (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. *Actas do Congresso conquista e romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*. N.º 3. Câmara Municipal de Vila de Franca de Xira, p. 178-199.
- SILVA, R. B. (2015a) – O “facies” cerâmico de Olisipo (Lisboa) no período Júlio Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In *Actas do Workshop internacional La Configuración de los facies Cerámicos Altoimperiales en el sul de la Península Ibérica: tecnología, producción, difusión y comercialización de cerámicas finas de origen bético en el Sur peninsular durante el Alto Imperio*. Noviembre de 2013.
- SILVA, R. B. (2015b) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama, Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP, 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 41-67.
- SILVA, R.B. (2015c) – Acerca de um almofariz itálico com marca de oleiro de M Cominivs Satvrninv, de Lisboa. *Estudos e relatórios de arqueologia tagana*. 4, p. 1-12.
- SILVA, R. B.; FILIPE, V.; ALMEIDA, R. R. (2016) – Julio-Claudian Lusitanian Amphorae: a Perspective on Selected Contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 153-166.
- SILVA, R. B.; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p. 1-16

- SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2015) – Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *M. J. Gonçalves and S. Gómez Martínez (eds.). Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean (Silves & Mértola, 22-27 October 2012)*. Silves. p. 455-460.
- SILVA, H.; FILIPE, I. (2013) – *Relatório final dos trabalhos arqueológicos: Escadinhas de São Crispim, 3-3A, Lisboa*. Policopiado.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S.; GODINHO, R. (2014) – Pree-xistências de Setúbal. 2.ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.os 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*. 4. p. 161-214.
- TOMBER, R.; DORE, J. (1998) – *The National Roman Fabric Reference Collection. A handbook*. Museum of London Archaeology Service (MOLAS) Monograph. London.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1999) – Inscrição funerária paleocristã da Rua de São Mamede ao Caldas, em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. 62, n.º 284.
- VIEIRA, V. A. C. N. (2011) – *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa): Contributo para o conhecimento de Olisipo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Edição policopiada.
- VIEGAS, C. (2003) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos & Memórias. 3. Lisboa: UNIARQ.

NOTAS

- ¹ Os autores agradecem aos responsáveis pela intervenção arqueológica (arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa – Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e Centro de Arqueologia de Lisboa, respectivamente) a cedência dos dados que agora se apresentam.
- ² No que concerne à investigação programada do lanço Oriental da muralha, a par desta intervenção arqueológica foram também realizadas escavações no Largo de Santo António da Sé (na via pública e no interior do edificado com os n.ºs 3-5), na Rua das Pedras Negras (via pública, em frente ao n.º 5) e na Rua do Milagre de Santo António (via pública, em frente aos n.ºs 2-4) que brevemente serão alvo de publicação.
- ³ Projecto municipal coordenado por Manuela Leitão.
- ⁴ Esta formação é caracterizada por bancadas de areias ferruginosas, de cores avermelhadas, amarelas e esbranquiçadas homogéneas que formam grés ou molasso de cimento carbonatado. Nas camadas arenosas com *Ostrea crassissima* e *Ostrea gingensis* existem intercalações cinzentas claras e amareladas, micáceas, com moldes de moluscos e impressões de vegetais terrestres. Verticalmente esta formação passa a calcário compacto e muito fossilífero na bancada superior, apresentando depósitos relativamente espessos de cerca de 35m, estendendo-se do Castelo de S. Jorge, Graça, Penha de França, Areeiro, Rotunda do Aeroporto, Campo Grande até ao Lumiar (Almeida, 1986).
- ⁵ Materiais em estudo por uma das signatárias (C.G.)
- ⁶ Recentemente exibidos numa exposição no Museu do Dinheiro, dedicada às ânforas exumadas na escavação do edifício e coordenada por Artur Rocha. O conjunto anfórico do Banco de Portugal encontra-se em fase de estudo por um dos signatários deste trabalho (V.F.)

➤ Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados

JOÃO PIMENTA CEAX – CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA/ UNIAHQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS. UNIVERSIDADE DE LISBOA.

HENRIQUE MENDES CEAX – CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA

MIGUEL CORREIA MUSEU MUNICIPAL DE ALCOCHETE

RESUMO

Entre o acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, preservam-se diversas coleções de natureza arqueológica de distintas épocas e períodos culturais, que tem como condutor comum a sua recolha em meio aquático no leito do rio.

Na sequência da descoberta de uma nova peça romana e da sua entrada nas reservas do Museu, decidiu-se ser esta uma excelente oportunidade de trazer a público um conjunto de ânforas com a mesma proveniência e historial e que tinham dado entrada desde o estudo de José Carlos Quaresma de 2005, assim como, um conjunto de cerâmicas finas, duas lucernas, cinco almofarizes e três peças em cerâmica comum que de há muito aguardavam oportunidade de estudo, no acervo do Museu de Vila Franca de Xira.

ABSTRACT

Among the collection of the Municipal Museum of Vila Franca de Xira, there are several collections of archaeological nature of different periods, whose common driver is its collection in an aquatic environment on the river bed.

Following the discovery of a new Roman piece and its entry into the Museum's reserves, it was decided that this would be an excellent opportunity to bring to the public a set of amphorae with the same provenance and history that where discovered since the study of Joseph Carlos Quaresma of 2005, as well as a set of fine ceramics, two lamps, five mortars and three pieces in common pottery that have long awaited study opportunity, in the Vila Franca de Xira Museum collection.

1. Enquadramento

O papel do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, na divulgação e estudo das vivências das comunidades ribeirinhas do Tejo, estabeleceu uma relação invulgar destas com o Museu e um sentido de pertença verdadeiramente enriquecedor.

Fruto dessa relação e intercâmbio, desde um primeiro momento fundador desta instituição museológica, criou-se o salutar hábito de recolha e de entrega voluntária de acervos de diverso e distinto cariz, atestando as vivências do rio, suas artes e história.

Assim, a par de acervos de cariz etnográfico e etnológico, deram entrada em diversos momentos, coleções de natureza arqueológica de distintas épocas e períodos culturais, que tem como condutor comum a sua recolha em meio aquático no leito do rio.

Não podemos, deixar de destacar que entre as coleções de arqueologia sobressaem os materiais cerâmicos de época romana, tendo estes sido já alvo de alguma atenção, nomeadamente as ânforas (Diogo, 1987-88; Diogo e Alves, 1988-89 e Quaresma, 2005). Contudo, outros períodos encontram-se igualmente atestados, desde a pré-história ao período contemporâneo. Destas ricas coleções, foram igualmente estudados, alguns materiais de época Islâmica, assim como, do período Moderno (Blot e Rodrigues, 2003; Simplicio, 2003). Esperamos em números futuros desta Revista, trazer progressivamente a público estas coleções.

Grande parte deste acervo, se não a sua totalidade, resulta da prática da pesca de arrasto de fundo. Esta consiste, como a sua designação revela, na utilização por uma ou mais embarcações de uma ampla rede que é arrastada pelo(s) barco(s) ao longo de determinado percurso, utilizando pesos para manter a rede à profundidade pretendida. O facto de esta pesca de fundo, muitas vezes roçar a base do Tejo, leva a que por vezes prenda e liberte materiais inertes de alguma volumetria.

É habitual ao abordarmos as comunidades piscatórias do Tejo, alguns pescadores mencionarem as suas descobertas, de vasos cerâmicos, ânforas etc. Tendo alguns, o cuidado de os guardar e entregar em Museus e outros pouca atenção para com eles, sendo muitas vezes devolvidos ao rio ou desviados para outros circuitos de índole comercial. De facto, temos que ter presente que dessas descobertas, nem todas chegam até nós encontrando-se muitos materiais em coleções particulares. FIGS. 1 E 2

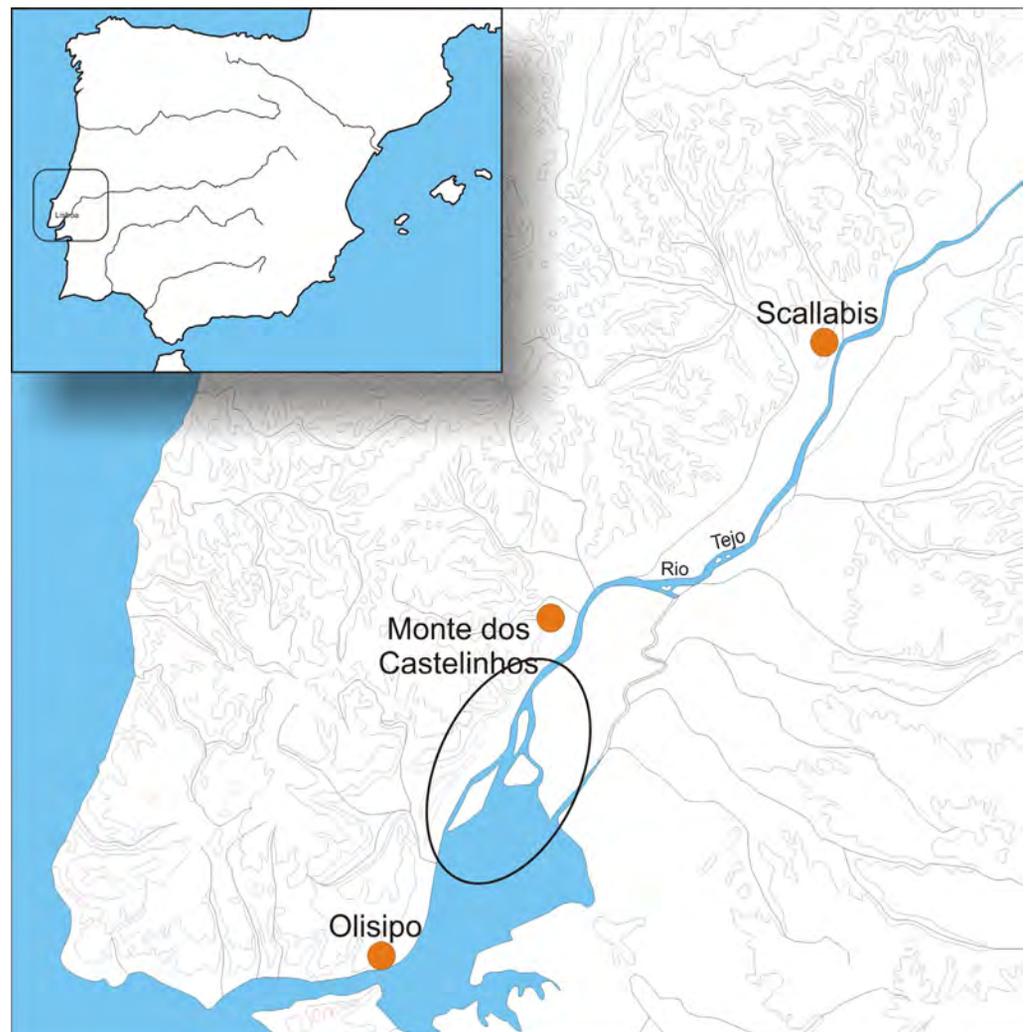


Figura 1
Localização da área em análise, na península Ibérica em geral e no vale do Tejo em particular, com a localização dos principais núcleos urbanos de época romana.

Figura 2

Área do rio onde tem vindo a ocorrer a recolha da maior parte dos materiais. Ainda que se denote uma maior concentração junto ao Mouchão da Póvoa temos referência de materiais romanos recolhidos até à zona em frente à Vila de Alhandra. Extraído da Carta Militar de Portugal 1/25 000, Folha N.º 404.



2. Razões do presente trabalho

O desencadear do presente estudo, surgiu precisamente de um achado involuntário, decorrente dos trabalhos de pesca no rio. Em 31 de Julho de 2015, o Sr. Estevão Boieiro, recolheu no fundo do Tejo o resto de uma ânfora romana, içada segundo a descrição do seu achador, pela âncora da sua embarcação. Prontamente ofereceu a peça ao Museu Municipal de Alcochete, fornecendo a informação de a ter recolhido numa zona entre as Vilas de Alverca do Ribatejo e Alhandra. Analisada a peça por um de nos, (M.C.), verificou-se tratar de uma ânfora vinária itálica de cronologia romana republicana, similar a outras já recolhidas na mesma área (Figura 3, n.º 1). Sendo esta proveniente do território do Município de Vila Franca de Xira, decidiu-se o depósito deste exemplar no Museu Municipal deste concelho Ribatejano, onde deu entrada dia 4 de Janeiro de 2017.

Na sequência desta descoberta, decidiu-se ser, uma excelente oportunidade de trazer a público um conjunto ânforas com a mesma proveniência e historial e que tinham dado entrada desde o estudo de José Carlos Quaresma de 2005, assim como, um conjunto de cerâmicas finas, duas lucernas, cinco almofarizes e três peças em cerâmica comum que de há muito aguardavam oportunidade de estudo, no acervo do Museu de Vila Franca de Xira.

2.1. As ânforas

Traz-se à coação um conjunto de materiais inéditos, compostos por dezasseis fragmentos de ânforas que em melhor ou pior estado de conservação chegaram até ao Museu de Vila Franca de Xira nos últimos dez anos.

A aquisição do vinho itálico, produzido nas grandes *villae* esclavagistas da costa tirrénica da península italiana, durante o período romano republicano e inícios do Império está documentada pela presença de três ânforas distintas, que se sucederam no tempo.

A mais antiga corresponde a um modelo denominado de Greco-itálico (Figura 3, n.º 1). Este tipo foi pela primeira vez identificado por Fernand Benoit (1957, p. 251), e corresponde a uma produção pouco homogénea, de inspiração helenística, que se assume como o protótipo de que derivam as formas das ânforas itálicas durante a época republicana (Manacorda, 1981, p. 24).

A sua produção encontra-se atestada para a Sicília, assim como para diversas áreas da Península Itálica, com diversos centros produtores documentados através de um programa de prospecções sistemáticas (Hesnard e Lemoine, 1981; Hesnard et al., 1989). Parece concentrar-se na costa tirrénica na região da Campânia, sul do Lácio e Etrúria, embora deva ter sido igualmente fabricada na costa adriática (Cipriano e Carre, 1989 e Laubenheimer, 1990).

O seu fabrico inicia-se em finais do século IV a.C. e perdura até meados da segunda metade do século II a.C., colocando-se a transição entre este modelo e a forma Dressel 1 que lhe sucede, entre os anos 140/130 a.C. (Tchernia, 1986, p. 42; Sanmartí-Grego, 1985, p. 151).

Tendo em conta, que no caso em apreço, estamos a lidar com um exemplar tardio de Greco-Itálica, que podemos já enquadrar em meados do século II a.C., importa sublinhar que mais do que uma transição entre duas formas distintas, esta consiste numa evolução contínua sem ruptura aparente. E que, tendo em conta quer os dados dos centros produtores conhecidos (Hesnard e Lemoine, 1981), quer de sítios de consumo como Lisboa (Pimenta, 2005), terá ocorrido nas mesmas olarias, tendo coexistido durante cerca de uma década, e sendo produzidas e comercializadas nos mesmos circuitos de distribuição.

Essa continuidade a nível morfológico, nem sempre torna clara a sua identificação, o que nos levou a optar por seguir o método proposto por A. Hesnard e C. Lemoine (1981), criticado e desenvolvido por Sanmartí Grego (1985, 1992) e afinado por F. Gateau (1990), tendo em conta a relação altura do lábio espessura máxima do mesmo. Segundo a proposta de F. Gateau, as ânforas cujo valor da relação fosse menor do que 1,2 seriam consideradas Greco-Itálicas, as que fossem iguais a 1,3 seriam consideradas formas de transição e as maiores de 1,4 seriam Dressel 1.

O exemplar de Greco-Itálica Arq. 180, evidencia um conjunto de impressões sobre o lábio assaz interessante (Figura 4). Correspondem a quatro marcas de pequena dimensão impressas sobre o lábio. Estas dispõem-se sobre a zona do arranque das asas e distanciam-se de forma equidistante entre si, 8,5 cm. Apresentam uma cartela retangular de 1,2 por 1,1 cm. Infortunadamente encontram-se anepígrafas. O desgaste causado pela submersão da peça no leito do rio inviabiliza qualquer tentativa de leitura. A presença de marcas em cartelas retangulares de pequena dimensão tendo como característica principal a combinação de duas letras, é relativamente comum nestas ânforas (Olmer, 1998, 2003).

O segundo exemplar corresponde à parte inferior de uma ânfora do tipo Dressel 1 (Figura 3, n.º 2). Este tipo de ânfora corresponde a um dos modelos mais característicos da expansão militar romana no ocidente, tendo uma lata cronologia desde inícios da segunda metade do século II ao século I a.C.

Individualizado pela primeira vez na tabela de Heinrich Dressel (1899), sob o número 1, foi posteriormente subdividido por Nino Lamboglia (1955) e Fernand Benoit (1957) em três tipos distintos (A, B e C) a que Peacock e Williams (1986) atribuem as suas classes 3, 4 e 5.

Esta divisão tripartida, elaborada a partir da análise do espólio dos primeiros naufrágios descobertos no Mediterrâneo, teve por base a observação de exemplares inteiros, privilegiando o estudo dos bordos (sobretudo a sua altura e inclinação) e negligenciando outros critérios morfológicos como os fundos e os ombros.

A sua produção está atestada numa vasta área geograficamente contínua, nas costas tirrénicas da Península Itálica, desde a região de Pisa até à Calábria, sendo conhecidos inúmeros centros produtores (Hesnard e Lemoine, 1981; Olmer, 2003), que produziram diversas variantes.

A terceira ânfora insere-se na forma 2-4 de Dressel, que possui nas suas asas bífidas o seu elemento morfológico mais característico (Figura 5, n.º 8).

Tendo este modelo sido individualizada por Dressel com os números de 2 a 4 na sua tabela, foi posteriormente agrupada num único tipo, por N. Lamboglia (1955) e por F. Zevi (1966). Esta forma evoluiu a partir de protótipos helenísticos do século III a.C., particularmente das ânforas gregas da ilha de Cos (Peacock e Williams, 1986, p. 105), tornando-se num dos modelos mais difundidos e imitados em diversas áreas do mundo romano (Molina Vidal, 1997 p. 62).

O início da sua produção, na península itálica, remonta aos meados da primeira metade do século I a.C., sendo normalmente considerada como a sucessora do tipo Dressel 1 no transporte dos vinhos itálicos (Fabião, 1989, p. 59). Tchernia coloca em 70-60 a.C. o início da sua produção (Tchernia, 1986). Contudo o seu fabrico, perdurou no tempo até aos finais do século II d.C. (Panella, 1989; Morais, 1998).

A Dressel 2-4 itálica, apesar de em números pouco expressivos, está abundantemente atestada no território português (Filipe, 2015).

Do ponto de vista da proveniência, a análise macroscópica de ambos os três exemplares atesta uma pasta com grande abundância de “areias negras”, de origem vulcânica, correspondendo ao Grupo 3 de fabrico Itálico definido para as ânforas de Lisboa (Pimenta, 2005). Este tipo corresponde às típicas produções ditas “campanienses”.

CATÁLOGO

- 1 ARQ. 180** – Ânfora itálica do tipo Greco-itálico. Exemplar bem preservado faltando-lhe uma asa e a parte inferior. A altura total conservada é de 57,5 cm. O bocal apresenta um lábio oblíquo de secção triangular, circunscrevendo um diâmetro externo de 14,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,03. Apresenta quatro marcas anepígrafas de pequena dimensão impressas sobre o lábio. Correspondem a uma cartela retangular de 1,2 por 1,1 cm. O colo é alto, cilíndrico, terminando num ombro carenado bem marcado, com um diâmetro exterior de 24,5 cm; as asas arrancam do colo um pouco abaixo do bordo, têm secção ovóide. O bojo também é ovóide, com um diâmetro máximo de 31,5 cm. Pasta Grupo 3 (Pimenta, 2004). Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que

dá um aspeto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Encontrada entre Alverca e Alhandra. Figura 3, n.º 1.

- 2 **MMVFX04463** – Ânfora itálica do tipo Dressel 1. O colo é cilíndrico e encontra-se fraturado. Evidencia um ombro carenado bem marcado. O corpo é troncocónico terminando num fundo maciço que se encontra quebrado. Pasta Grupo 3 (Pimenta, 2004). Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom avermelhado (Mun. 10 R 4/4). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Encontrada em frente a Alhandra. Figura 3, n.º 2.
- 3 **ARQ. 187** – Fragmento de bordo e de asa bífida de ânfora Dressel 2-4. Bordo vertical de secção arredondada. A asa arranca abaixo do bordo. Diâmetro externo de 15 cm. Pasta homogénea e bem depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite, elementos ferruginosos e partículas negras de origem vulcânica. Tom castanho rosado (Muns. 2,5 YR 6/6). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 6, n.º 8. FIG. 3 E 4

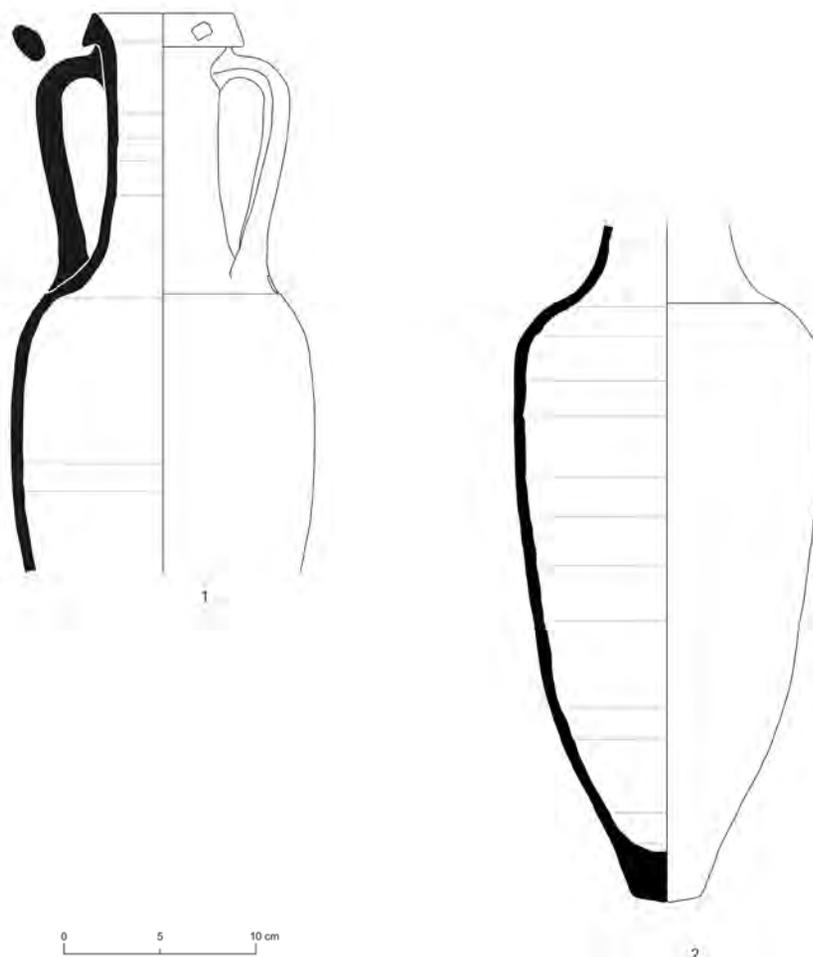


Figura 3
Ânfora vinárias itálicas.



Figura 4
Pormenor das marcas
anepígrafas da Ânfora
Arq. 180.

o transporte de preparados piscícolas (Fabião, 1989). Inserem-se no grupo de ânforas ovóides de produção peninsular, inspiradas em modelos romanos mas com características tipicamente ocidentais, fabricadas durante o século I a.C., constituindo-se como as mais antigas produções da Bética (Fabião, 2000).

Identifica-se no presente conjunto um fragmento correspondendo a uma metade superior desta forma (Figura 5, n.º 3).

A ânfora Ovóide 4 corresponde a um modelo que ainda hoje suscita acesa discussão, tendo em conta as suas afinidades tipológicas com o tipo Haltern 70 (Garcia Vargas, et Al. 2011, p. 217).

Desde o trabalho de Peacock & Williams (1986, p. 115-116), ficou claro a existência de uma morfologia de ânfora similar à Haltern 70, contudo de módulo menor, incluída por estes investigadores britânicos dentro da sua Classe 15, com a denominação de “unusually small variant”.

Carlos Fabião no seu estudo sobre as ânforas do Acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil, identifica um pequeno conjunto de ânforas que se inseriam nesta variante menor, e com base nessa evidência propõe a sua separação morfológica em dois tipos (Fabião, 1989, p. 61-64). Mantendo-se as formas Haltern 70 na Classe 15 e atribuindo a esta variante pequena a Classe 15A.

Mais recentemente trabalhos de sistematização tipológica das formas anfóricas do vale do Guadalquivir definem este tipo de forma sólida e integram na sua forma Ovoide 4 estes modelos (Almeida, 2008; Garcia Vargas, et Al. 2011, p. 217-225).

A importação de ânforas vinárias e oleícolas do território da antiga província romana da Bética e de produção no fértil vale do Guadalquivir encontra-se atestada por cinco indivíduos.

Os exemplares mais antigos situam-se ainda no período romano republicano, nomeadamente um exemplar de ânfora da Classe 67 e um de uma Ovóide 4 (Figura 5, n.º 3 e n.º 4).

As ânforas da Classe 67, ou como mais recentemente tem vindo a ser denominadas, ânforas Ovóide 1, correspondem a um modelo amplamente difundido no ocidente peninsular e no Mediterrâneo entre os finais do primeiro terço do século I a.C. e o primeiro quartel do século I d.C. (Almeida, 2008; Garcia Vargas, et Al. 2011).

Este modelo formal foi identificado pela primeira vez em Albintimilium, ocorrendo em estratos com um intervalo temporal entre 30 a.C. e 50 a.C. (Lamboglia, 1955). Contudo o seu reconhecimento como tipo original, apenas ocorreu com os trabalhos de Carlos Fabião sobre as ânforas do acampamento romano de Lomba do Canho, onde as denominou de Classe 67 e lhes propõe um conteúdo relacionado com

No que diz respeito aos atributos meramente morfológicos, estes investigadores preparam, que se considere do Tipo Ovoide 4, bocais definidos por lábios curtos e ligeiramente voltados para o exterior, com uma altura compreendida entre os 3 e os 4 centímetros (García Vargas, et Al. 2011, p. 218).

Preparam igualmente, que a produção das Ovoide 4 se inicie na década de 70 a.C. e desapareça cerca de 20-10 a.C., entendendo-se assim, as ânforas Ovoide 4 como sendo um modelo anterior à Haltern 70, e que estas últimas procedem provavelmente daquelas (García Vargas, et Al. 2011, p. 224).

No presente conjunto preserva-se um bocal com arranque de asas desta morfologia (Figura 5, n.º 4).

A forma Haltern 70 foi pela primeira vez identificada em inícios do século XX, no acampamento romano de Haltern, na Germânia Inferior, tendo-lhe sido atribuído o número 70 no catálogo dos materiais publicados (Loeschke, 1909, p. 256-257). Contudo, seria apenas em 1977, com a publicação da monografia sobre o naufrágio Port-Vendres II, que a forma Haltern 70 se viria a consolidar enquanto tipo específico (Colls et alii, 1977).

A produção e difusão de contentores do tipo Haltern 70 situa-se cronologicamente entre meados do século I a.C. e finais do século I/inícios do século II d.C. (Remesal Rodríguez e Carreras Monfort, 2003, p. 21 e 22).

Embora tradicionalmente tida como uma ânfora vinária destinada a transportar os afamados vinhos da província da Bética na antiguidade, não existem evidências arqueológicas directas que comprovem esse conteúdo (Morais, 2004). Por outro lado, a existência de vários *tituli picti* em contentores desta tipologia tem comprovado o transporte de subprodutos como o *defructum* (líquido doce obtido pela cozedura do mosto), *mulsum* (vinho cozido misturado com mel) e *sapa* (vinho cozido de uso comum na cozinha), para além de *oliva ex defructo* (azeitonas negras em conserva) e *oliva dulcis* (azeitonas preservadas num produto doce derivado do vinho)

No presente conjunto preserva-se um bocal com arranque de asas desta forma (Figura 5, n.º 5). Tendo em conta a morfologia do seu lábio pode-se propor uma cronologia de época Flávia, com bons paralelos nos contextos de Hérculano e Pompeia (Puig, 2003, p. 31-32).

As características ânforas destinadas à exportação do azeite Bético da forma Dressel 20, encontram-se atestadas por dois exemplares, (Figura 6, n.º 9 e 10).

Esta forma foi individualizada pela primeira vez nos finais do século XIX, na tabela de Heinrich Dressel (1899), onde recebe o número 20. Ao longo do século XX, esta forma foi alvo de especial atenção por parte da comunidade científica, tendo para isso contribuído a sua valência epigráfica. Sublinhe-se que a ânfora Dressel 20 é a ânfora romana com maior quantidade e variedade da informação epigráfica, (Berni Millet, 1998, 2008).

Fruto dessa atenção e do aprofundar dos seus estudos, dispomos atualmente de um excelente nível de conhecimento acerca da sua evolução tipológica e cronológica (Berni Millet e García Vargas 2016). Tendo em conta a morfologia dos bocais recolhidos no leito do Rio Tejo, que ora apresentamos, pode-se propor para o exemplar ARQ. 188: Uma datação enquadrada cronologicamente entre “Nero e Vespasiano” – 50 a 80 d.C. e para o fragmento ARQ. 189: Uma datação enquadrada cronologicamente na época “Antoniniana precoce” – 120 a 160 d.C. (Berni Millet e García Vargas 2016).

CATÁLOGO

- 1 **MMVFX17413** – Bordo completo com arranque de asa de ânfora Classe 67. O bocal apresenta um lábio espessado externamente, estando separadas do colo por um ressalto. As asas são curtas e verticais. Apresentam secção ovoide com depressão longitudinal. Diâmetro externo de 14 cm. Pasta porosa. A cor é castanho acinzentado (Mun. 7.5YR 5/1). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por abundante mica negra, quartzos, elementos calcários de pequenas dimensões e elementos ferruginosos. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada junto ao Mouchão da Póvoa. Figura 5, n.º 3.
- 2 **ARQ. 183** – Bordo completo com arranque de asas de ânfora Ovóide 4. O bocal apresenta um lábio vertical em fita. As asas apresentam secção ovoide com depressão longitudinal. Diâmetro externo de 16 cm. Pasta porosa. A cor é castanho acinzentado (Mun. 10YR 6/1). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por abundante mica negra, quartzos, elementos calcários de pequenas dimensões e elementos ferruginosos. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 5, n.º 4.
- 3 **ARQ. 184** – Bordo completo com arranque de asa de ânfora Haltern 70. O bocal apresenta um lábio exvertido de secção quadrangular. As asas são verticais e arrancam abaixo do bordo. Apresentam secção ovoide com depressão longitudinal. Diâmetro externo de 15 cm. Pasta porosa. A cor é castanho claro (Mun. 2.5Y 5/3). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos ferruginosos, feldspatos e micas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada em frente a Alhandra. Figura 5, n.º 5.
- 4 **ARQ. 188** – Fragmento de bordo com arranque de asa de ânfora Dressel 20. Diâmetro externo de 17 cm. Apresenta vestígios de um colo curto de onde arranca uma asa compacta de secção ovóide. A forma do bocal permite propor uma datação dentro da forma B e enquadrada cronologicamente entre “Nero e Vespasiano” – 50 a 80 d.C. (Berni Millet e García Vargas 2016). Pasta compacta e rugosa. Os elementos não plásticos são escassos de pequena dimensão e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, algumas inclusões negras (Xistos?), escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. Tom castanho rosado (Muns. 5YR 7/3). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 6, n.º 9.
- 5 **ARQ. 189** – Fragmento de bordo com arranque de asa de ânfora Dressel 20. Diâmetro externo de 12 cm. Apresenta vestígios de um colo curto de onde arranca uma asa compacta de secção ovóide. A forma do bocal permite propor uma datação dentro da forma D e enquadrada cronologicamente na época “Antoniniana precoce” – 120 a 160 d.C. (Berni Millet e García Vargas 2016). Pasta compacta e rugosa. Os elementos não plásticos são escassos de pequena dimensão e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, algumas inclusões negras (Xistos?), escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. Tom cinzento (Muns. 10YR 6/1). A superfície externa apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 6, n.º 10. [FIGS. 5 E 6](#)

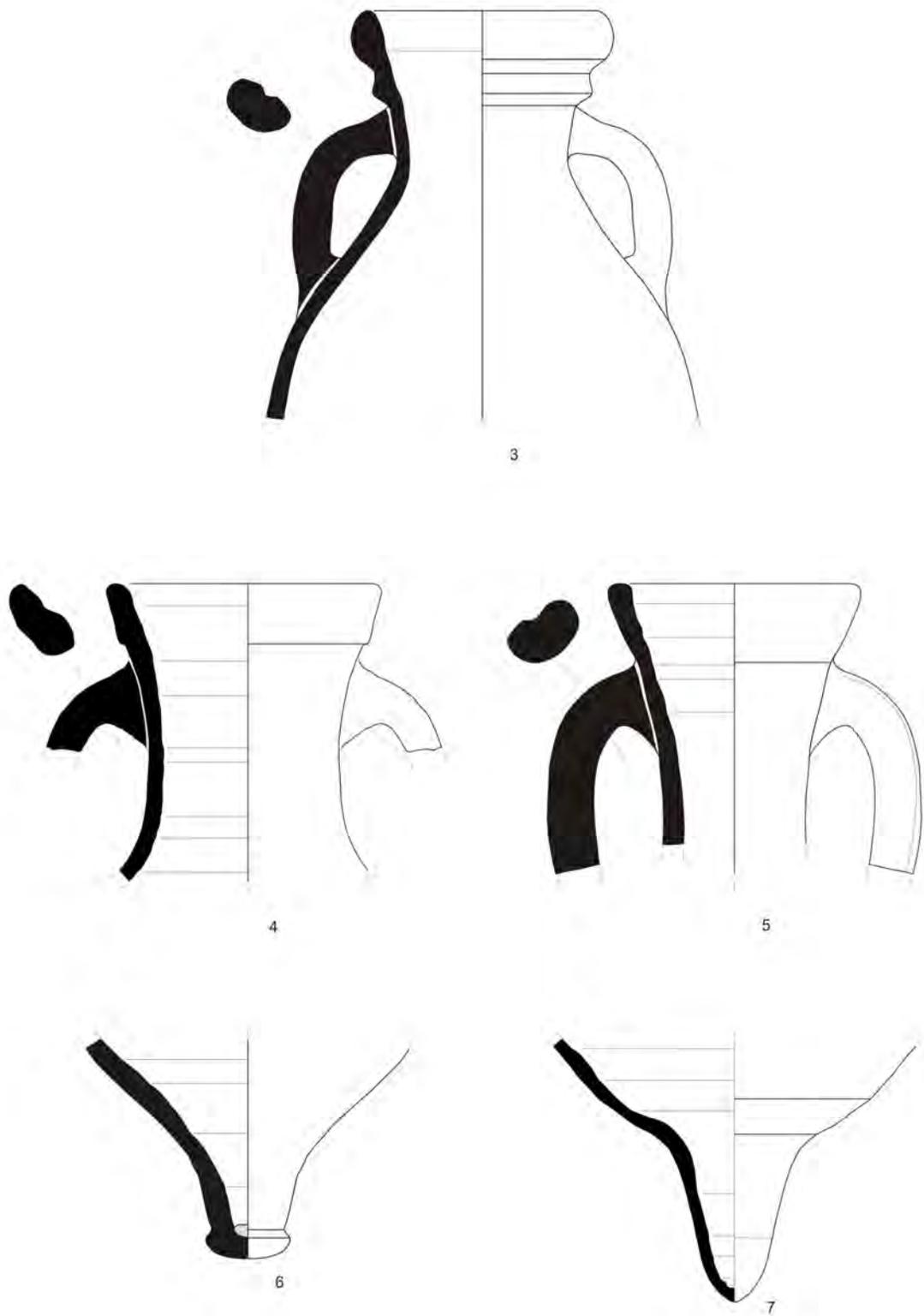
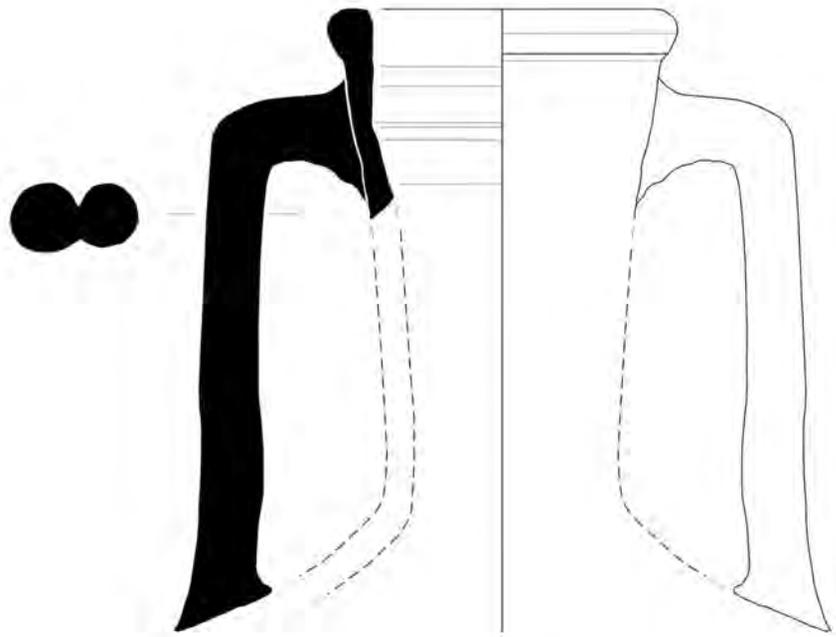
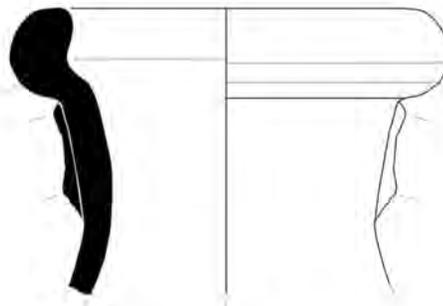


Figura 5
 N.º 3 a 5 Ânforas do Vale do Guadalquivir;
 N.º 6 Fundo de ânfora Ovóide Lusitana; N.º 7 Fundo de ânfora de produção na costa da Província da Bética.

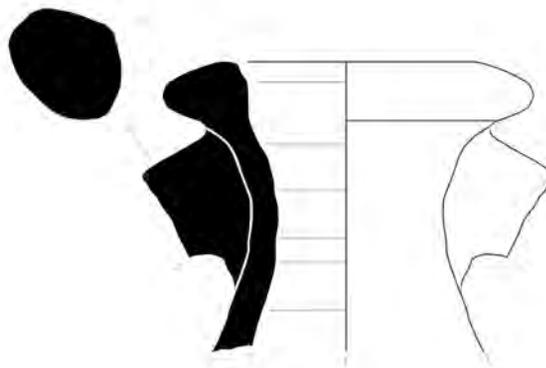
0 5 10 cm



8



9



10

Figura 6
N.º 8 Ânfora Dressel
2-4 itálica; N.º 9 e 10
Ânforas Dressel 20.



As ânforas de produção na costa da Bética encontram-se escassamente atestadas. Apenas se identificou um fundo oco de morfologia ovoide e de difícil classificação (Figura 4, n.º 7). Entenda-se, tendo em conta a sua morfologia este fundo pode corresponder a distintos modelos dentro das ânforas produzidas nesta área geográfica. Ainda que seja mais plausível a sua inclusão dentro dos modelos das ânforas ovóides tardo-republicanas como as ovoides Gaditanas ou no mundo das Dressel 7/11 (ver Garcia Vargas e Bernal Casasola, 2008).

CATÁLOGO

- 1 **ARQ. 186** – Fragmento de bojo de perfil globular terminando em fundo oco de ânfora Gaditana de morfologia ovóide e de difícil classificação. Pasta arenosa e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por quartzos de pequenas dimensões e algumas micas. Tom amarelo (Muns. 2.5Y 8/3). Encontrada em frente a Alhandra. Superfície alisada do tom da pasta. Figura 5, n.º 7.

As ânforas de produção Lusitana dos vales do Tejo e Sado, encontram-se, como seria expectável, bem representadas na presente amostragem, nomeadamente por sete exemplares de quatro tipos distintos.

O fundo ARQ. 185, corresponde a um fundo de uma ânfora de morfologia ovoide e que se insere dentro do mundo das primeiras morfologias de ânforas Lusitanas, com cronologias centradas entre a segunda metade do século I a.C. e os inícios da era, (Morais e Fabião, 2007; Mataloto et Al. 2016), figura 5, n.º 6.

Os típicos contentores por excelência de transporte e comercialização de preparados piscícolas Lusitanos entre meados do século I d. C. e os inícios do século III d. C., designados da forma Dressel 14, (Fabião, 2004), encontram-se atestados pela presença de duas ânforas, (Figura 7, n.º 11 e 12).

Encontra-se bem atestada a produção de ânforas Dressel 14 a partir de meados da primeira metade do séc. I d.C., tanto no Vale do Rio Tejo, tendo em conta os dados do Porto dos Cacos, como no vale do Rio Sado, onde a produção da Quinta da Alegria terá tido início no 2.º quartel do séc. I d.C. (Raposo e Viegas, 2016).

Tendo em conta a forma do lábio do exemplar ARQ. 185, pode-se prepor para esta ânfora uma cronologia de meados da primeira metade do século II d.C. inserindo-se na variante C das Dressel 14 (Pinto et Al. 2016), (Figura 7, n.º 11).

As mais características e difundidas ânforas Lusitanas do Baixo-Império, da forma Almagro 51C, estão representadas por três bocais (Figura 8, n.º 13 a 15).

Este modelo corresponde ao tipo 23 de Keay (1984), e à designada Lusitana 4 e Lusitana 10 da tabela tipológica das ânforas Lusitanas proposta por Dias Diogo (1987). Destinar-se-iam ao transporte de preparados piscícolas. A sua produção encontra-se atestada nos vales dos Rios Tejo e Sado, assim como na costa Algarvia. A nível da sua cronologia, os dados disponíveis permitem situar o seu início em meados do século III e o seu fim em finais do século V ou mesmo VI d.C. (VIEGAS et Al., 2016).

O exemplar Arq. 192, corresponde aos exemplares mais tardios das Almagro 51C, da designada variante piriforme ou alongada, com bons paralelos no Vale do Sado na olaria do Pinheiro datados de finais do século IV inícios do século V d.C. (Mayet e Silva, 1998), (Figura 8, n.º 13).

Os restantes bocais Arq. 193 e Arq. 194, enquadram-se nos tipos de lábio em fita e arredondados, ainda que, a essa variabilidade, não seja possível relacionar com um período cronológico específico dentro do tempo de vida destes contentores, (Figura 8, n.º 14 e 15).

Por último, identificou-se um exemplar fragmentado de bocal com arranque de asa de uma ânfora Almagro 50 Lusitana, (Figura 8, n.º 16). Este tipo, foi inicialmente identificado por Martin Almagro nas necrópoles de Ampúrias (Almagro, 1955), tendo este, lhe atribuído o número 50 na sequência da numeração da tabela tipológica de Dressel.

O estado do conhecimento acerca dos centros de produção na Lusitânia permitem atestar a sua produção nos Vale do Tejo/Sado, assim como na costa Algarvia. A nível da cronologia, o seu fabrico inicia-se na primeira metade do século III d.C. sendo amplamente comercializado e alcançando o século V d.C. (Raposo e Almeida, 2016). A nível do conteúdo é-lhe atribuído o transporte de preparados piscícolas.

CATÁLOGO

- 1 **ARQ. 185** – Fragmento de bojo de perfil globular terminando em fundo oco e de base em glante de ânfora ovóide Lusitana. Pasta arenosa e pouco depurada. Com abundantes elementos não plásticos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados, elementos de cerâmica moída. Tom vermelho claro (Muns. 2.5 YR 6/3). Encontrada em frente a Alhandra. Superfície alisada do tom da pasta. Figura 5, n.º 6.
- 2 **ARQ. 190** – Ânfora Dressel 14 a que falta a metade inferior. Bocal espessado externamente de perfil biselado. As asas arrancam abaixo do bordo e são verticais, com depressão longitudinal. Colo cilíndrico e bojo globular. Diâmetro externo 16,5 cm. Pasta granulosa. A cor é castanha (Mun. 7.5 YR 5/4). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos de cerâmica moída e micas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. O interior evidencia vestígios de um revestimento betuminoso. Encontrada em frente a Alhandra. Figura 7, n.º 11.
- 3 **ARQ. 191** – Fragmento de colo com asa e bojo de ânfora Dressel 14. Colo troncocónico de onde arranca uma asa de fita, com depressão longitudinal. Diâmetro externo do colo 15 cm. Pasta granulosa. A cor é castanha (Mun. 10YR 5/3). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos de cerâmica moída e micas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. O interior evidencia vestígios de um revestimento betuminoso. Encontrada em frente a Alhandra. Figura 7, n.º 12.
- 4 **ARQ. 192** – Bordo completo com arranque de asa de ânfora Almagro 51c variante alongada. O bocal apresenta um lábio de secção triangular, vertical e com moldura exterior. As asas de fita arrancam do lábio e apresentam secção ovóide. Diâmetro externo de 7.5 cm. Pasta dura e granulosa. A cor é castanho amarelado (Mun. 5 YR 4/2). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos ferruginosos, feldspatos e micas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 8, n.º 13.

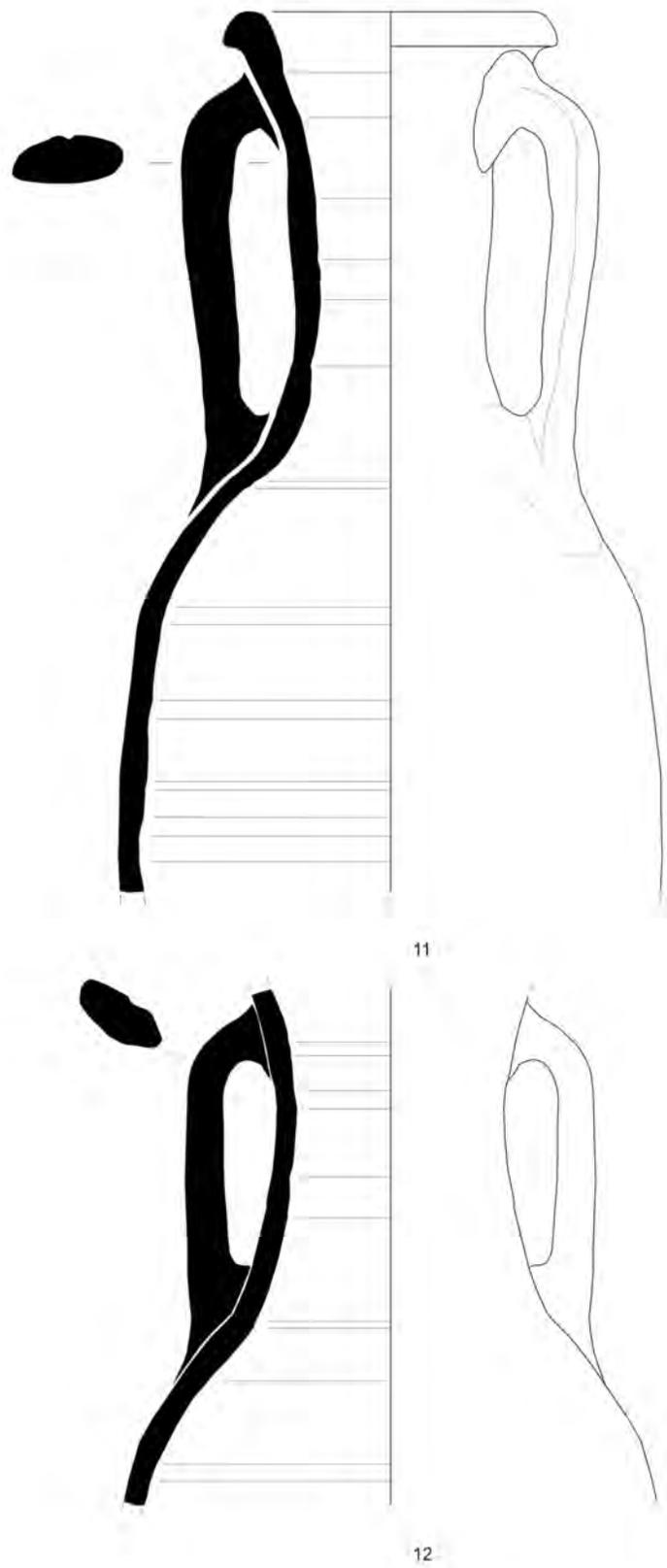


Figura 7
Ânforas Dressel 14
Lusitanas.

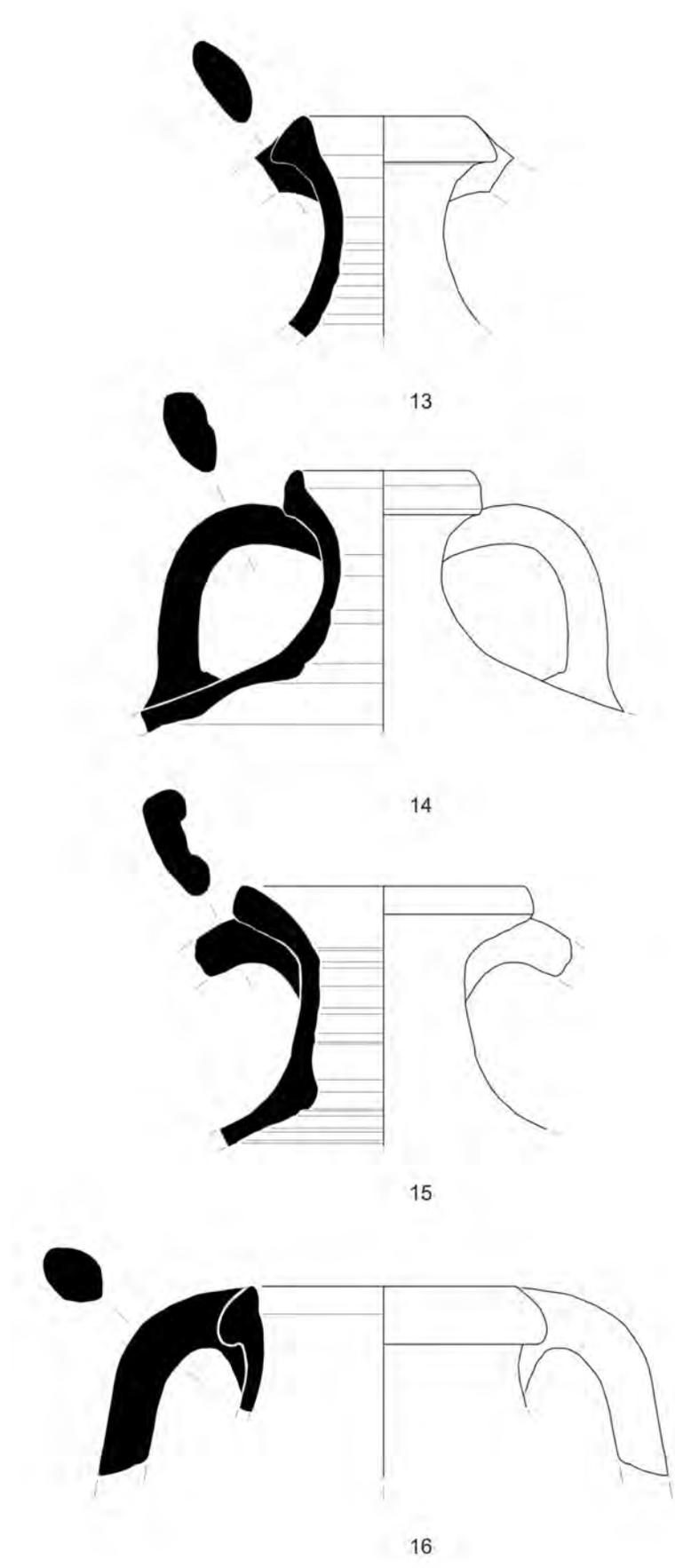
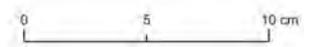


Figura 8
N.º 13 a 15 ânforas
Almagro 51C
Lusitanas; N.º 16
Ânfora Almagro 50
Lusitana.



- 5 **ARQ. 193** – Bordo completo com colo e arranque de asas de ânfora Almagro 51c. O bocal apresenta um lábio de secção arredondada e arranque de colo troncocónico. A asa é de fita e arranca da metade inferior do lábio apresentando secção ovóide. Diâmetro externo de 8 cm. Pasta dura e granulosa. A cor é castanho avermelhado (Mun. 2.5YR 6/6). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos ferruginosos, feldspatos e micas douradas. A superfície apresenta uma ligeira aguada de tom bege (Mun. 7.5YR 8/3). Encontrada no Rio Tejo. Figura 8, n.º 14.
- 6 **ARQ. 194** – Bordo completo com colo e arranque de asas de ânfora Almagro 51c. O bocal apresenta um lábio de secção arredondada e arranque de colo troncocónico. A asa é de fita e arranca da metade inferior do lábio apresentando secção quadrangular marcada por dois sulcos longitudinais. Diâmetro externo de 13 cm. Pasta dura e granulosa. A cor é castanho amarelado (Mun. 5YR 6/6). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos ferruginosos, feldspatos e micas douradas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 8, n.º 15.
- 7 **ARQ. 195** – Fragmento de bordo de ânfora Almagro 50. O bocal apresenta um lábio de secção amendoada e arranque de colo troncocónico. A asa curta de secção ovoide e arranca do lábio. Diâmetro externo de 13,2 cm. Pasta dura e granulosa. A cor é vermelho claro (Mun. 2,5YR 7/8). Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos de cerâmica moída e micas douradas. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 8, n.º 16.

2.2. As Lucernas

Ainda que a descoberta de Lucernas em contexto subaquático, e nomeadamente em contexto de naufrágio não seja de todo inédita, ou mesmo incomum, (tenha-se presente só como exemplo o naufrágio do Grand Congloué – Benoit, 1961), não deixa de causar alguma perplexidade, tendo em conta que estamos perante achados fortuitos a presença na reserva do Museu de Vila Franca de Xira de dois fragmentos de lucernas romanas provenientes do Rio Tejo, (Figura 9, n.º 17 e 18).

A perplexidade aumenta, quando verificamos que se trata de dois exemplares de procedência itálica, que podiam ser contemporâneos tendo ambos uma cronologia tardo-republicana, centrada no século I a.C. Sublinhe-se a raridade mesmo em contextos terrestres da presença de Lucernas romanas deste período, (veja-se Nunes, Fabião e Guerra, 1990 ou para uma síntese mais atualizada, Pereira, 2008).

Refira-se que ambos os fragmentos não se encontram propriamente inéditos, tendo já constado em dois catálogos de exposições arqueológicas (respetivamente Pimenta, 2013, p. 84, n.º 115 e 117 e Pimenta, 2015, p. 145, n.º 42 e 44).

CATÁLOGO

- 1 **MMVFX16962** – Lucerna itálica do Tipo Dressel 2. Fragmento de reservatório, preservando parte do orifício do bico, aleta lateral e arranque de asa vertical. A zona da *margo* está decorada com incisões dispostas radialmente. Pasta homogénea e bem depurada. A cor é vermelho claro (Mun. 7.5YR 6/4). A superfície encontra-se rolada, apenas se preservando parcialmente o verniz. Este é de tom vermelho (Mun. 2.5 YR 4/8). Encontrada no Rio Tejo. Figura 9, n.º 17 e Figura 10.
- 2 **MMVFX17022** – Fragmento de reservatório com arranque de bico De lucerna itálica do Tipo H de Ricci. Pasta homogénea e bem depurada. A cor é vermelho claro (Mun. 2.5YR 5/6). A superfície encontra-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 9, n.º 18. [FIG.9](#)

2.3. As Cerâmicas finas

Preserva-se entre o acervo do Museu, dois fragmentos que podemos inserir dentro da categoria das cerâmicas finas. Nomeadamente um fragmento de *Terra Sigillata* Itálica e um fragmento de taça de paredes finas Emeritense.

O fragmento ARQ. 196, corresponde a uma taça de *Terra Sigillata* Itálica da forma *Consp. 22*, (Figura 9, n.º 19). Esta forma pode-se descrever como uma taça troncocónica de bordo vertical, normalmente com decoração de *guilhoché*. Estas peças estão presentes nos campos militares de Oberaden e Rödgen (cerca de 10 a.C.), encontrando-se a circulação destes vasos até ao final do reinado de Tibério (Viegas, 2003).

O exemplar ARQ.197 identificou-se como um fragmento de taça de paredes finas da forma Mayet LIII, (Figura 9, n.º 20). O fragmento em questão evidencia, o típico fabrico das peças de paredes finas da capital da Lusitânia, *Emerita Augusta* (Mayet, 1975). As produções Emeritenses iniciam a sua atividade na década de 50-60 d.C. aumentando a sua produção até inícios do século II d.C. e decaindo de forma brusca até metade do século II d.C., momento em que desaparece totalmente a sua produção (Bustamante Álvarez, 2011, p. 170).

CATÁLOGO

- 1 **ARQ. 196** – Fragmento de taça de *Terra Sigillata* Itálica da forma *Consp. 22*. Bordo vertical côncavo. Corpo cónico. Diâmetro externo de 9 cm. Pasta homogénea e bem depurada. A cor é vermelho claro (Mun. 10 R 6/8). A superfície encontra-se muito rolada, apenas se preservando parcialmente o verniz. No lado interno este encontra-se em bom estado e evidencia-se espesso e bem aderente (Mun. 10 R 4/8). Encontrada no Rio Tejo. Figura 9, n.º 19.
- 2 **ARQ. 197** – Fragmento de taça de paredes finas da forma Mayet LIII. Bordo engrossado e voltado para o interior. Corpo globular terminando num fundo de pé alto e destacado. Diâmetro externo de 10 cm. Pasta arenosa e bem depurada. A cor é cinzento amarelado (Mun. 2.5Y 7/2). Os componentes não plásticos são escassos e bem distribuídos.

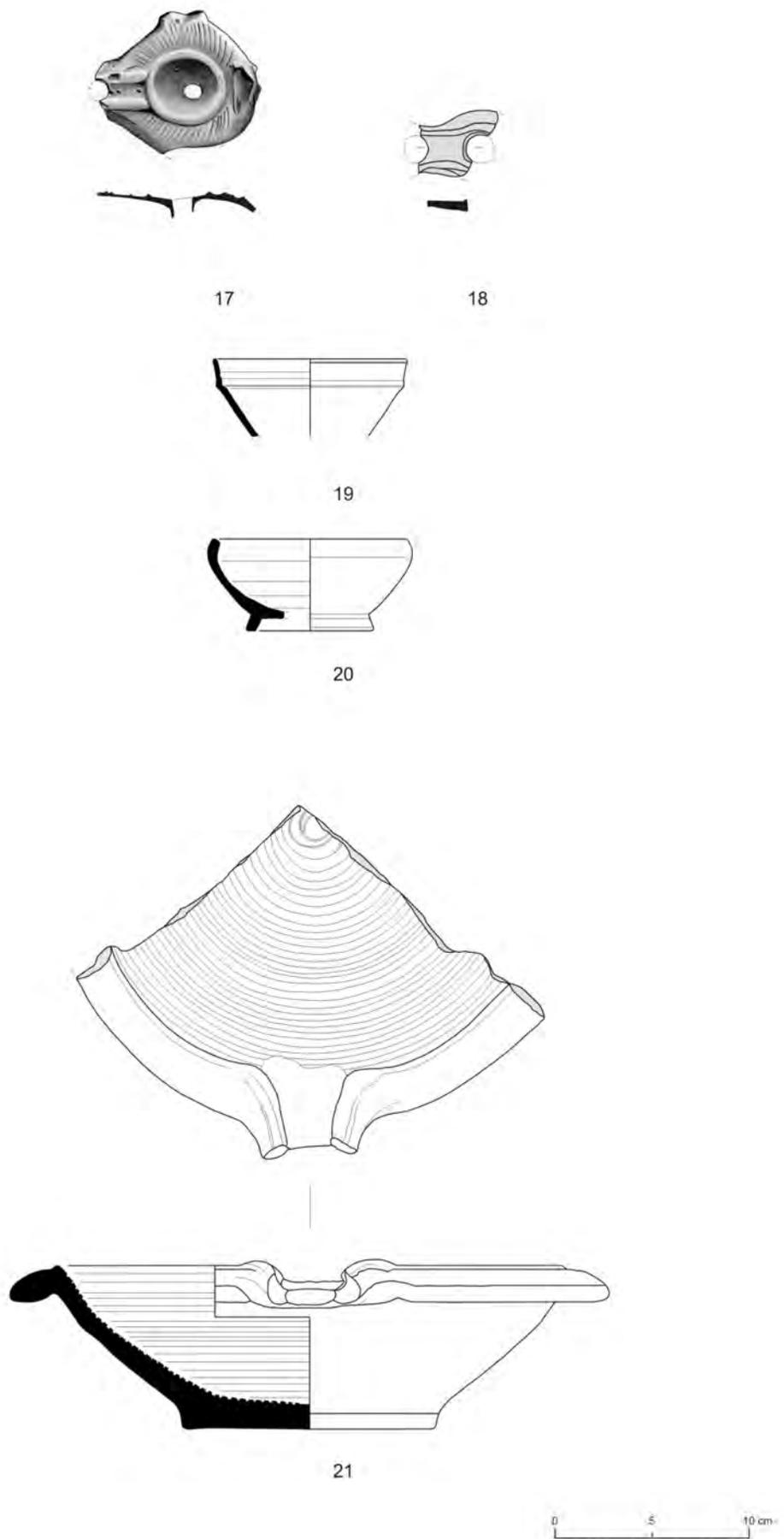


Figura 9
 N.º 17 e 18 Lucernas
 itálicas; N.º 19 Taça em
 Terra Sigillata itálica;
 N.º 20 Fragmento de
 taça de paredes finas
 Emeritense; N.º 21
 Almofariz itálico.

Constituídos por quartzos e elementos calcários. A superfície apesar de rolada preserva vestígios do engobe alaranjado típico destas peças Emeritenses (Mun. 5YR 5/8). Encontrada no Rio Tejo. Figura 9, n.º 20.



Figura 10
Pormenor da Lucerna
ARQ. 196.



Figura 11
Pormenor do
Almofariz ARQ. 198.

2.4. Os Almofarizes

O segundo maior grupo de materiais com a proveniência no leito do Rio Tejo, em depósito no acervo do Museu de Vila Franca, correspondem ao conjunto de almofarizes romanos. Este é constituído por cinco indivíduos, sendo dois de proveniência itálica e três de proveniência no sul peninsular na vizinha província romana da *Baetica*.

O estudo dos almofarizes tem vindo nas últimas décadas a constituir um domínio de especialidade no âmbito dos estudos sobre cerâmica romana, prendendo-se este interesse pela informação de cariz económico e cronológico que estes proporcionam, assim como, na valência do seu estudo permitir atestar a aquisição de novos hábitos culturais de procedência itálica (Silva, 2015).

Os exemplares Arq. 198 e Arq. 201, correspondem a produções, que interpretamos com base na análise macroscópica do seu fabrico como itálicas. Para uma recente síntese sobre a presença de almofarizes itálicos no território português, recomendamos ver Silva, 2015.

A classificação tipológica dos almofarizes itálicos assenta no estudo do naufrágio romano de Dramond D, efetuada por Jean-Pierra Joncheray (1972), onde se distinguiram duas morfologias distintas.

De acordo com essa tipologia teríamos no presente conjunto, dois exemplares da forma Dramond D 1, cujo fabrico se inicia em finais do século I a.C. e decai a partir de meados do século I d.C. (Aguardod Otal, 1991).

Contudo, não podemos deixar de sublinhar que se tratam de produções distintas do ponto de vista de fabrico. Se o exemplar Arq. 201, (Figura 12, n.º 22), evidencia as típicas características dos fabricos destes almofarizes centro-itálicos, inclusive nos materiais adicionados à superfície interna da peça com intenção abrasiva. Já o exemplar Arq. 198, (Figura 10 e figura 9, n.º 21), detém um fabrico que interpretamos como itálico, mas para o qual não encontramos paralelos diretos na literatura da especialidade. Poderá ser outro tipo de produção? Estamos consciente que o facto de o seu interior evidenciar bem vincadas caneluras internas, diferencia-o dos protótipos desta morfologia. Nas escavações da Alcáçova de Santarém, foi identificado um exemplar assaz similar ao ora aqui publicado inclusive com as caneluras internas, contudo a análise macroscópica conduziu a interpretá-lo como um fabrico do Guadalquivir (Arruda e Viegas, 2004, p. 343).

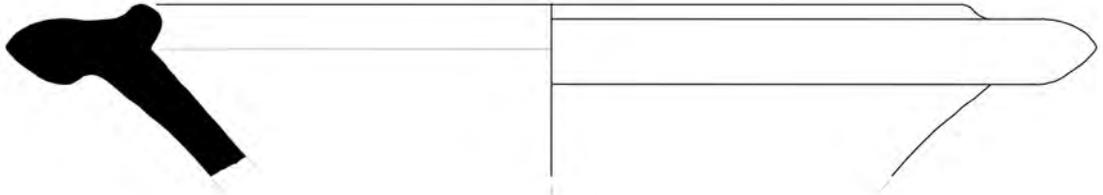
Os restantes exemplares de almofarizes evidenciam o característico fabrico das produções de pasta calcária que se atribuem à zona do vale do Guadalquivir (Pinto e Morais, 2007, Quaresma, 2009).

O exemplar ARQ. 202, (Figura 12, n.º 23), classificamos como da II Série de Pinto e Morais (2007). Esta forma tem uma cronologia de finais do período tardo-republicano, encontrando-se a sua produção atestada no Hospital de las Cinco Llagas (Sevilha) (Pinto e Morais, 2007, p. 238).

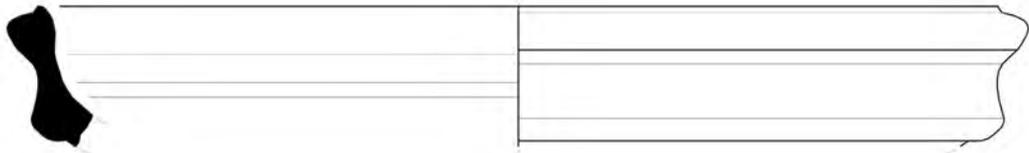
Os fragmentos ARQ. 203 e 204, (Figura 12, n.º 24 e 25), identificamos como sendo da III Série de Pinto e Morais (2007). Este tipo encontra-se datado em estações com cronologias bem definidas entre os finais do período tardo-republicano e a época de Cláudio, (Pinto e Morais, 2007, p. 239).

CATÁLOGO

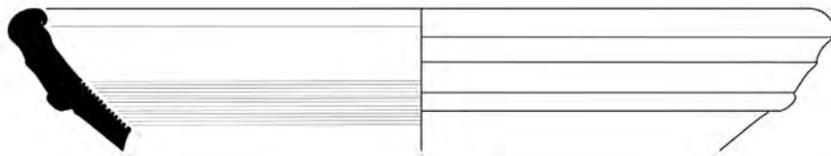
- 1 **ARQ. 198** – Fragmento de perfil completo de produção itálica do Tipo Dramond D1 (?). Bordo exvertido, horizontal e espessado de secção amendoada de onde arranca o bico vertedor. A parede, espessa, é de tendência hemisférica, com bem vincadas caneluras internas, com uma evidente intenção abrasiva. Diâmetro externo de 26 cm. Pasta homogénea e compacta. Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, elementos calcários, elementos ferruginosos e micas douradas. A cor é castanho avermelhado (Mun. 5 YR 6/3). A superfície externa apesar de evidenciar algum desgaste causado pelo meio aquático preserva uma aguada castanha bem aderente que se estende da superfície do lábio até à base (Mun. 7.5 YR 5/2). Encontrada no Rio Tejo. Figura 9, n.º 21.
- 2 **ARQ. 201** – Fragmento de Almofariz de produção centro itálica do Tipo Dramond D1. Bordo exvertido, horizontal e espessado de secção amendoada. A parede, espessa, é de tendência hemisférica, com abundantes partículas de médio porte na face interna. Nomeadamente, quartzos, piroxenas, micas douradas, hematites e alguns nódulos de cerâmica moída, adicionados à superfície da peça com uma clara intenção abrasiva. Diâmetro externo de 40 cm. Pasta homogénea e compacta. Os componentes não plásticos são abundantes e bem distribuídos. Constituídos por quartzos, hematites, partículas negras (piroxenas) e micas douradas. A cor é amarelo pálido (Mun. 10 YR 8/6). A superfície encontra-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 12, n.º 22.
- 3 **ARQ. 202** – Fragmento de Almofariz de produção Bética do vale do Guadalquivir da II Série de Pinto e Morais, 2007. Bordo moldurado com arranque de parede. Pasta calcária, arenosa e pouco compacta. Com abundantes elementos não plásticos. Compostos por grãos de quartzos, hematites e algumas calcites. A cor é vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/8). A superfície apresenta-se granulosa do mesmo tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 12, n.º 23.
- 4 **ARQ. 203** – Fragmento de Almofariz de produção Bética do vale do Guadalquivir da III Série de Pinto e Morais, 2007. Bordo moldurado com arranque de parede com bem vincadas caneluras. Pasta calcária, arenosa e compacta. Com abundantes elementos não plásticos. Compostos por grãos de quartzos, hematites e algumas calcites. A cor é amarelo (Muns. 2.5 YR 8/6). A superfície apresenta-se granulosa do mesmo tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 12, n.º 24.
- 5 **ARQ. 204** – Fragmento de Almofariz de produção Bética do vale do Guadalquivir da III Série de Pinto e Morais, 2007. Bordo moldurado com arranque de parede com bem vincadas caneluras. Pasta calcária, arenosa e compacta. Com abundantes elementos não plásticos. Compostos por grãos de quartzos, hematites e algumas calcites. A cor é vermelho claro (Muns. 2.5 YR 7/6). A superfície apresenta-se granulosa do mesmo tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 12, n.º 25. [FIG. 12](#)



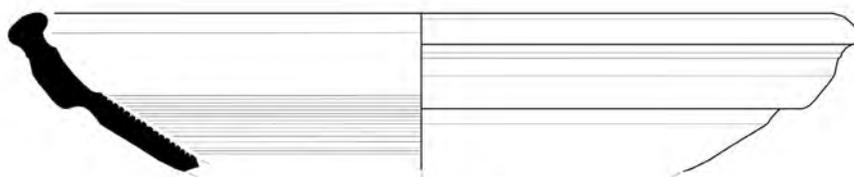
22



23

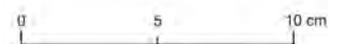


24



25

Figura 12
N.º 22 Almojariz
itálico; N.º 23 a 25
Almojarizes Béticos do
Guadalquivir.



2.5. A Cerâmica comum

Por último, encontra-se entre o material romano recolhido no rio Tejo, três peças bem preservadas de cerâmica comum, ainda que seja difícil da sua classificação tipológica e cronológica.

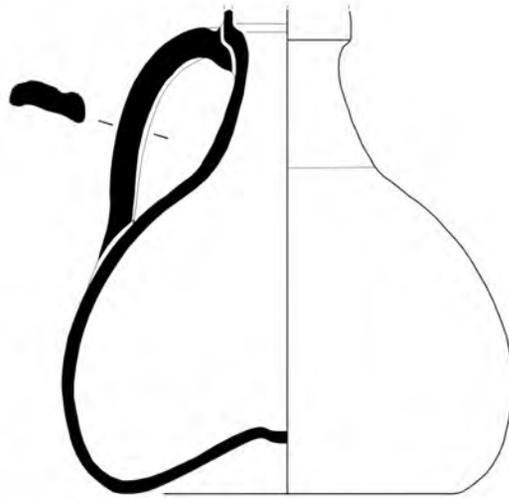
O exemplar ARQ. 69, corresponde a uma bilha que se encontra praticamente completa apenas faltando parte do bocal, (Figura 13, n.º 26). Encontramos paralelo similar, ainda que com um fundo distinto, na necrópole romana do Porto dos Cacos Alcochete (Saborosa, 1996, p. 292, fig. 4), com uma cronologia centrada entre os séculos III e V d. C. Peças idênticas encontram-se atestadas nas necrópoles romanas do Alto Alentejo (Nolen, 1985, 37, Est. VI, Est. VII). Contudo nestes dois casos a base é plana ao contrário do exemplar em apreço.

A peça ARQ. 199, identifica-se como um Jarro, ao qual falta a asa e o fundo, (Figura 13. N.º 27). No centro oleiro da Quinta do Rouxinol, Seixal encontramos um paralelo em tudo idêntico ao exemplar aqui em análise, com uma cronologia tardia da segunda metade do século IV inícios do século V d.C. (ver Santos, 2012, p. 90, Est. XXVIII). A mesma forma vemos igualmente atestada no Forno do 2 do Porto dos Cacos, Alcochete (Raposo e Duarte, 1996, fig. 8, n.º 3), com cronologias de abandono igualmente centradas em finais do século IV inícios do V d.C.. Igualmente nos níveis de abandono do complexo fabril do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, recolheu-se um exemplar assaz similar ao do presente estudo igualmente em níveis tardios (Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996, p. 214, fig. n.º 3).

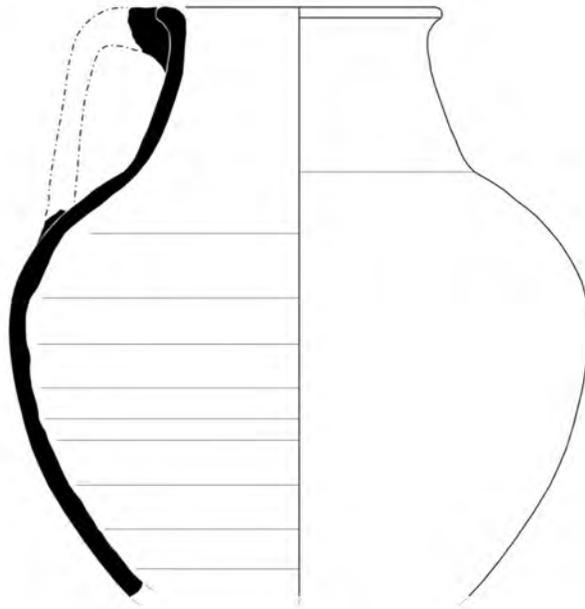
A peça ARQ. 200, classificamos como um tacho, ao qual falta o fundo, (Figura 13. N.º 28). Trata-se de uma morfologia relativamente comum durante o período romano não sendo fácil estabelecer uma cronologia precisa.

CATÁLOGO

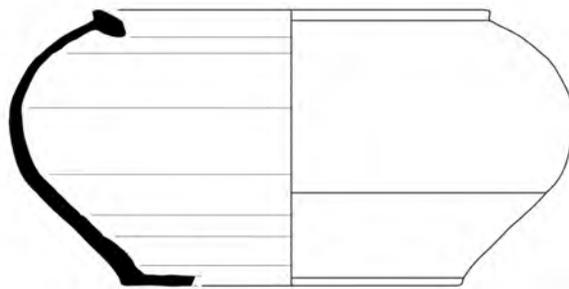
- 1 **ARQ. 69.** Bilha em cerâmica comum. Bocal moldurado, encontrando-se fragmentado. Diâmetro externo de 5,4 cm. Colo curto e estreito de onde arranca uma asa de secção quadrangular e extremidades arredondadas. Bojo globular terminando numa base em ônfalo. Pasta de matriz calcária de cor castanho amarelado (Mun. 10YR 5/4). Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 13, n.º 26.
- 2 **ARQ. 199** – Jarro em cerâmica comum. Lábio de perfil espessado voltado para o exterior. Diâmetro externo de 12 cm. Colo troncocónico curto. Bojo ovoide. Preserva o arranque e a parte terminal de uma asa vertical e secção arredondada. Pasta de matriz calcária de cor castanho avermelhado (Mun. 2.5YR 7/8). Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 13, n.º 27.
- 3 **ARQ. 200** – Tacho em cerâmica comum. Lábio de secção oval com espessamento interno, voltado para o interior. Diâmetro externo de 16,8 cm. Corpo globular terminando numa base plana. Pasta de matriz calcária de cor castanho avermelhado (Mun. 5YR 5/4). Os elementos não plásticos são abundantes e compostos por quartzos subarredondados, palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, elementos de cerâmica moída. A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Encontrada no Rio Tejo. Figura 13, n.º 28. FIG. 13



26



27



28

Figura 13
Cerâmica comum.

0 5 10 cm

3. Em jeito de conclusão

O que concluir do estudo de um conjunto tão heterógeno de dados e que carece de um contexto primário de recolha? Antes de mais, parece-nos relevante sublinhar que transparece destas evidências a riqueza em informação que jaz no leito do Tejo. Que tipo de contextos estarão a ser atingidos e perturbados por esta pesca de arrasto? Serão apenas materiais resultantes de descartes dos navios e que assim sendo, atestam a ampla circulação naval em época romana? Serão dados provenientes de zonas de fundeadouro, onde as embarcações permaneciam a aguardar mudanças na maré? Ou podemos estar perante zonas de naufrágios? Tendo em conta a coerência cronológica de alguns exemplares, esta hipótese é assaz apelativa, ainda que tenhamos que reconhecer careça de provas mais contundentes (Fabião, 2014).

Sendo as ânforas os contentores por excelência de produtos alimentares a longa distância, por via marítima e fluvial, é natural a sua presença onde a intensidade desse comércio se fez sentir. O rio Tejo, verdadeira estrada para o interior da província da Lusitânia, com o seu amplo estuário, a sua extensa navegabilidade e dinâmica dos seus portos, seria à data sulcado por múltiplos navios, que o cruzariam numa intrincada rede de abastecimentos. Temos que ter presente, que durante a antiguidade clássica, a Colónia de *Scallabis* sede do *Convento* Jurídico homónimo, seria então o último porto de mar, onde ainda se faziam sentir as marés, sendo a navegação para cima desta, possível noutro tipo de navios até amplas distâncias (Blot, 2003).

Desde os primeiros trabalhos sobre os conjuntos de ânforas recolhidos no baixo-Tejo e depositados no Museu de Vila Franca, era claro a existência de dois núcleos distintos de materiais, distintos, quer no espaço, quer no tempo (Diogo, 1987-88 e Diogo e Alves, 1988-89). Definiu-se assim, tendo em conta a informação dos seus achadores uma primeira área, nas imediações da atual Póvoa de Santa Iria, onde tem-se recolhido exemplares completos de fabrico Lusitano de dois tipos distintos, contudo contemporâneos, as formas Dressel 14 e Lusitana 3. Sendo de sublinhar a notícia, de que aqui, as redes de pesca que revelaram as ânforas, teriam trazido com estas, pedaços de madeira revelando assim um putativo naufrágio (Diogo e Alves, 1988-89, p. 227). E uma segunda área, procedente de dois locais não localizados de forma satisfatória, nas proximidades de Alhandra e Alcochete, (Diogo e Alves, 1988-89, p. 227). Aqui as ânforas enquadram-se cronologicamente no período romano republicano, séculos II-I a.C. e tipologicamente nas formas Dressel 1 e Dressel 7/11.

Posteriormente a estes estudos, a amostragem de ânforas recolhidas e depositadas no Museu adensou-se, durante o decorrer da década dos anos noventa do século passado, ascendendo a um total de 26 exemplares, sendo 10 deles inteiros. Em 2005, José Carlos Quaresma traz a público um criterioso e exaustivo estudo destes novos materiais, não deixando de reavaliar os já publicados previamente (Quaresma, 2005).

Deste novo estudo sobressaem sem dúvida o conjunto de materiais de época romana republicana, nomeadamente alguns exemplares completos de ânforas Greco-italicas e Dressel 1, assim como um invulgar exemplar completo de Classe 67 (Quaresma, 2005).

Reavaliando os materiais publicados até ao momento e associando-os aos que ora trazemos a público, temos um conjunto total de 43 ânforas (Ver Tabela I). Entre estas destaca-se os contentores Lusitanos que perfazem 44% do material, seguidos das importações Béticas com 30 % e pelas ânforas vinárias Itálicas com 26%.

Gráfico 1 Análise da proveniência das ânforas.

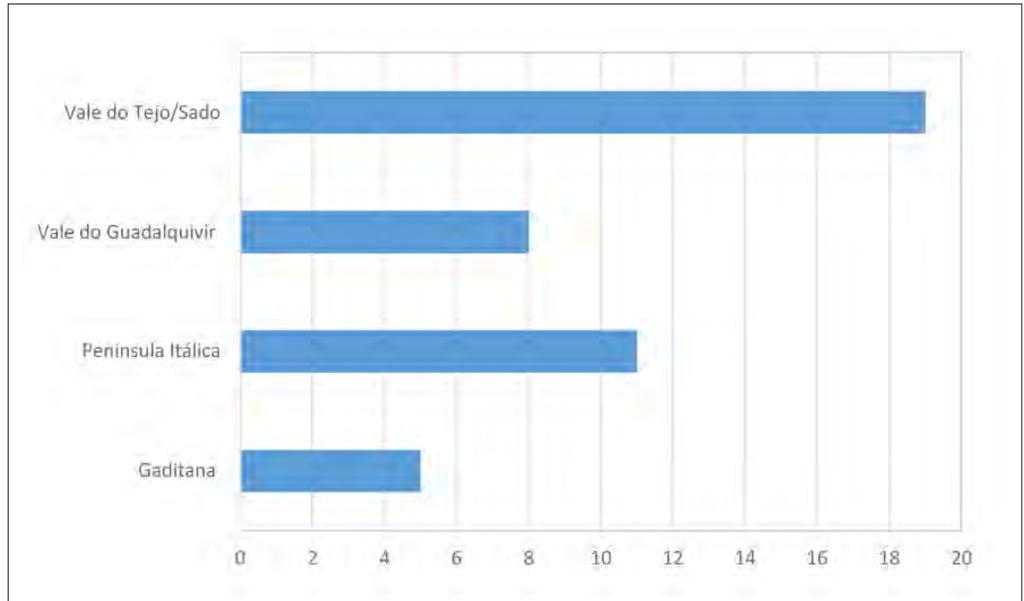
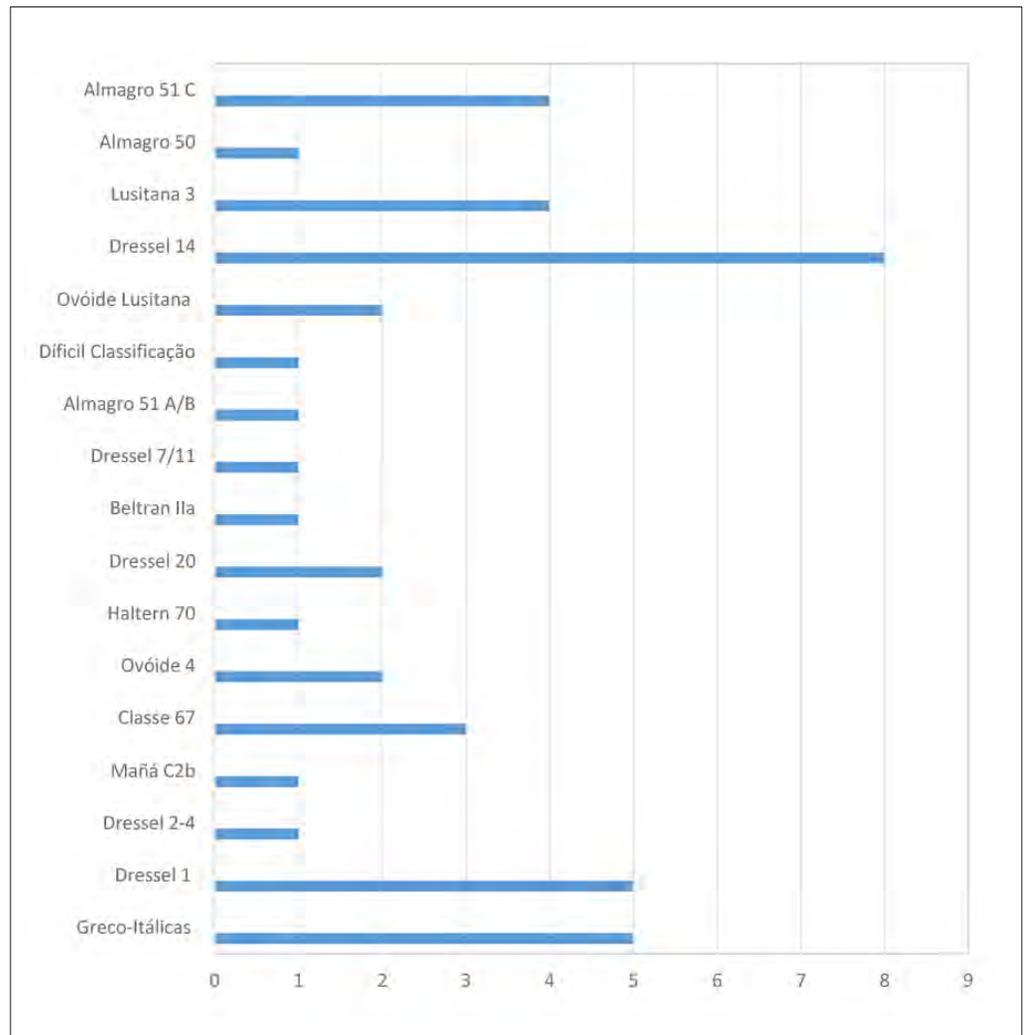


Gráfico 2 Tipos de ânforas representados provenientes do Rio Tejo.



	LOCAL DE DESCOBERTA	N.º DE INVENTÁRIO	TIPOLOGIA	ORIGEM	DESCRIÇÃO	BIBLIOGRAFIA
1	Bico do Mouchão da Póvoa	ARQ-125	Dressel 1	Península Itálica	Peça completa à qual falta apenas uma asa.	Quaresma, 2005, n.º 2.
2	Junto a Alhandra	ARQ-71	Dressel 1	Península Itálica	Peça completa a que falta a parte superior.	Diogo, 1987-88, fig. 1; Diogo e Alves, 1988-89, n.º 4. Quaresma, n.º 4
3	Mouchão da Póvoa	ARQ-124	Dressel 1	Península Itálica	Bordo e colo com arranque de asa	Quaresma, 2005, n.º 5.
4	Rio Tejo	ARQ-152	Dressel 1	Península Itálica	Fragmento de bojo com arranque de asa.	Quaresma, 2005, n.º 8.
5	Em frente a Alhandra	MMVFX04463	Dressel 1	Península Itálica	Peça completa a que falta a parte superior.	Inédita
6	Rio Tejo	ARQ-187	Dressel 2-4	Península Itálica	Fragmento de bocal com uma asa.	Inédita
7	Entre Alcochete e o Mouchão da Póvoa	ARQ-123	Greco-italica	Península Itálica	Bordo completo, colo com arranque de pança e duas asas	Quaresma, 2005, n.º 1.
8	Mouchão da Póvoa	ARQ-76	Greco-italica	Península Itálica	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 3.
9	Junto a Alhandra	ARQ-78	Greco-italica	Península Itálica	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 6.
10	Mouchão da Póvoa	ARQ-118	Greco-italica	Península Itálica	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 7.
11	Entre Alverca e Alhandra	ARQ-180	Greco-italica	Península Itálica	Peça completa a que falta a parte inferior.	Inédita
12	Ao largo de Alverca	ARQ-80	Classe 67	Vale do Guadalquivir	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 10.
13	Mouchão da Póvoa	ARQ-83	Classe 67	Vale do Guadalquivir	Peça completa a que falta a parte inferior.	Quaresma, 2005, n.º 11.
14	Mouchão da Póvoa	MMVFX17413	Classe 67	Vale do Guadalquivir	Peça completa a que falta a parte inferior.	Inédita
15	Rio Tejo	ARQ-188	Dressel 20	Vale do Guadalquivir	Fragmento de bocal com arranque de asa.	Inédita
16	Rio Tejo	ARQ-189	Dressel 20	Vale do Guadalquivir	Fragmento de bocal com arranque de asa.	Inédita
17	Em frente a Alhandra	ARQ-184	Haltern 70	Vale do Guadalquivir	Bocal completo	Inédita
18	Mouchão da Póvoa	ARQ-121	Ovóide 4	Vale do Guadalquivir	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 12.
19	Rio Tejo	ARQ-183	Ovóide 4	Vale do Guadalquivir	Bocal completo	Inédita
20	Mouchão da Póvoa	ARQ-120	Béltrán IIa	Gaditana	Bordo e colo com asas	Quaresma, 2005, n.º 15.
21	Em frente a Alhandra	ARQ-186	Difícil classificação	Gaditana	Fundo e arranque de pança.	Inédita
22	Rio Tejo	ARQ-157	Almagro 51 A – B Bética	Gaditana	Bordo com duas asas e arranque de pança	Quaresma, 2005, n.º 27.
23	Junto a Alcochete	Coleção particular	Dressel 7/11 ou Dressel 11	Gaditana	Peça completa.	Diogo e Alves, 1988-89, n.º 5. Quaresma, 2005, n.º 13.
24	Mouchão da Póvoa	ARQ-122	Mañá C2b	Gaditana	Peça completa a que falta a parte inferior.	Quaresma, 2005, n.º 9.
25	Rio Tejo	ARQ-195	Almagro 50	Vale do Tejo/Sado	Fragmento de bordo com arranque de asa.	Inédita
26	Rio Tejo	ARQ-141	Almagro 51c	Vale do Tejo/Sado	Fundo e arranque de pança.	Quaresma, 2005, n.º 26.

27	Rio Tejo	ARQ-192	Almagro 51c	Vale do Tejo/ Sado	Bocal completo com arranque de asas.	Inédita
28	Rio Tejo	ARQ-193	Almagro 51c	Vale do Tejo/ Sado	Bocal completo com arranque de pança.	Inédita
29	Rio Tejo	ARQ-194	Almagro 51c	Vale do Tejo/ Sado	Bocal completo com arranque de asas.	Inédita
30	Junto à Póvoa de Santa Iria	Colecção particular	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa.	Diogo e Alves, 1988-89, n.º 3. Quaresma, 2005., n.º 16.
31	Mouchão da Póvoa	AR-82	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa a que falta o funfo.	Quaresma, 2005, n.º 17.
32	Mouchão da Póvoa	ARQ-75	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa a que falta o funfo.	Diogo e Alves, 1988-89, n.º 2. Quaresma, 2005., n.º 18.
33	Rio Tejo	ARQ-155	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa a que falta a parte superior.	Quaresma, 2005, n.º 19.
34	Mouchão da Póvoa	ARQ-119	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça com arranque das asas e bico fundeiro	Quaresma, 2005, n.º 20.
35	Mouchão da Póvoa	ARQ-126	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Fundo e fragmento de pança.	Quaresma, 2005, n.º 21.
36	Em frente a Alhandra	ARQ-190	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa a que falta a parte inferior.	Inédita
37	Em frente a Alhandra	ARQ-191	Dressel 14	Vale do Tejo/ Sado	Fragmento de colo com parte da pança.	Inédita
38	Rio Tejo	ARQ-149	Lusitana 3	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 22.
39	Entre Alcochete e o Mouchão da Póvoa	AR-70	Lusitana 3	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa.	Diogo e Alves, 1988-89, n.º 1. Alves de Carreira, 1994, p. 265. Quaresma, 2005., n.º 23.
40	Rio Tejo	ARQ-105	Lusitana 3	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa.	Quaresma, 2005, n.º 24.
41	Rio Tejo	ARQ-140	Lusitana 3	Vale do Tejo/ Sado	Fundo e arranque de pança.	Quaresma, 2005, n.º 25.
42	Rio Tejo	ARQ-156	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/ Sado	Peça completa à qual falta apenas uma asa.	Quaresma, 2005, n.º 14.
43	Em frente a Alhandra	ARQ-185	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/ Sado	Fundo e arranque de pança.	Inédita

BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica común romana de cocina en la Tarraconense*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”.
- ALMAGRO, M. (1955) - *Las necrópolis de Ampurias*. Barcelona
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. *Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col. Lección Instrumental. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona
- ALVES, F.; CARREIRA, J. R. (1994) – Lisboa submersa. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 261-274.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; SABROSA, A. (1996) – Complexo fabril romano na Rua Augusta notícia preliminar. *Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Câmara municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote. p. 199-214.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2004) – Les Mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal). *SFECAG. Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.

- BENOIT, F. (1957) – Typologie et Épigraphe amphoriques : Les marques de SESTIUS. In *Rivista di Studi Liguri*. 23, p. 247-285.
- BENOIT, F. (1961) – *Fouilles Sous-Marines – L'Épave du Grand Congloué A Marseille*. XIV Supplément A Gallia. Centre National de la Recherche Scientifique. 15. Paris.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña Romana*. Col·lecció Instrumenta 4, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2008) – *Epigrafia anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Col·lecció Instrumenta. Vol. 29. Publicacions i Edicions UB. Barcelona.
- ciudades marítimas e flúvio-máitimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 28. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.
- BERNI MILLET, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) – Dressel 20 (Guadalquivir Valley). *Amphorae ex Hispania*. Landscapes of production and consumption. (<http://amphorae.iac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>), 23 November, 2016.
- BLOT, M. L. P. (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-máitimas em Portugal*. Trabalhos de Arqueologia. N.º 28. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.
- BLOT, M. L. P.; RODRIGUES, S. (2003) – O Rio Tejo e a circulação aquática. Materiais submersos e breve história de um complexo portuário. In *Catálogo Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Museu Municipal Núcleo-Sede. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 71-80.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011) – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas Emeritenses. *Zephyrus*. N.º LXVII. Universidade de Salamanca, p. 161-170.
- CIPRIANO, M. T. ; CARRE, M. B. (1989) – Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. In *Amphores romaines et histoire économique: Dix ans de recherche*. Collection de l'École Française de Rome. 114. École Française de Rome. Rome, p. 67-104.
- COLLS, D.; ÉTIENNE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) – L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude. *Archaeonautica* 1. Editions du CNRS. Paris.
- CONSPECTUS= ETTLINGER, E. et al (2002): *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr. Rudolf Habelt GmbH, Bonn (Materialen zur romischgermanischen Keramik, Heft 10).
- DIOGO, A. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 5, p. 179-191.
- DIOGO, A. D. (1987a) – Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos) no Museu do Mar, Arqueologia, 16, Porto, pp.112-114.
- DIOGO, A. M. D. (1987-88) – Notícias de dois vestígios romanos no Concelho de Vila Franca de Xira, Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2, p.107-112.
- DIOGO, A. D.; ALVES, F. (1988-89) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal, O Arqueólogo Português, Lisboa, 4ª série: 6-7, p.227-240.
- DRESSEL, H. (1899) – CIL XV: Inscriptiones urbis Romae latinae. Instrumentum domesticum. Berlin.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2000) – Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Baetica no ocidente peninsular. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. 2. Écija: Gráficas Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *Congresso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. –VII d.C)*. Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003). BAR Internacional Series 1266. Vol. 1, p. 379-410.
- FABIÃO, C. (2014) - Uma história resgatada ao mar. Vestígios das rotas marítimas romanas nas costas portuguesas: O Tempo Resgatado ao Mar (Catálogo de Exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2014, p. 99-104.
- FILIFE, V. (2015) – As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): Campanhas 2001-2006. *Spal*. 24, p. 129-163.
- GARCIA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ânforas de la Bética. In *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la Cuestión*. D. Bernal Casasola y Albert Ribera Lacomba (eds.). Universidade de Cádiz 2008, p. 661-687.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueologia*. N.º 20. Universidad de Sevilla.

- GATEAU, F. (1990) – Amphores importées durant le II^e s. av. J.-C. dans trois habitats de Provence occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archéologie Méridionale*. 13, p. 163-183.
- HESNARD, A. LEMOINE, C. (1981) – Les amphores du Cécude et du falerne: Prospection, typologie et analyses. In *Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)*. 93, p. 243-295.
- HESNARD, A. ; MONIQUE, R. ; ARTHUR, P. ; PICON, M. ; TCHERNIA, A. (1989) – Aires de production des gréco-italiques et des Dr. 1. In *Amphores romaines et histoire économique: Dix ans de recherche*. Collection de l'École Française de Rome. 114. École Française de Rome. Rome, p. 21-65.
- KEAY, S.J. (1984) - *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. BAR International Series, vol. 136, Oxford.
- JONCHERAY, J.P. (1973) – Céramique arétine de l'épave D du Cap Dramont (Saint Raphaël). In *Révue Archéologique de Narbonnaise*. Vol. 6. Lattes: C.N.R.S., p. 275-284.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore Romane di Età repubblicana (II-I Secolo A. C.). In *Rivista di Studi Liguri*. Museo Bicknell. Bordighera. 22, p. 241-270.
- LAUBENHEIMER, F. (1990) – *Le Temps des Amphores en Gaule. Vins, huiles et Sauces*. Collection des Hespérides. Paris. Editions Errance.
- LOESCHKE, S. (1909) – Keramische funde in Haltern. *Mitteilungen de Altertumskommission für Westfalen* 5, p. 103-322.
- MANACORDA, D. (1981) – Produzione agricola, produzione ceramica e proprietari nell'ager Cosanus nel I a. C. In *Merci, mercati e scambi nel mediterraneo*. Editori Laterza. Roma – Bari, p. 3-54.
- MATALOTO, R. ; WILLIAMS, J. ; ROQUE, C. (2016) – Amphorae at the Origins of Lusitania: Transport Pottery from Western Hispania Ulterior in Alto Alentejo. In I.V. Pinto, R.R. de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 139-151.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.
- MAYET, F.; SILVA, C.T. (2009) – *Olaria Romana do Pinheiro / L'Atelier d'Amphores de Pinheiro*. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal.
- MAZA, G. (1998) – Recherche méthodologique sur les amphores gréco-italiques et Dressel 1 découvertes à Lyon IIe-Ier siècles avant J.-C. In *Actes du Congrès d'Istres*. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, p. 11-29.
- MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil- Albert.
- MORAIS, R. (1998) – *As ânforas da zona das Carvalheiras*. Braga: Universidade do Minho.
- MORAIS, R. (2004) – Bracara Augusta: um pequeno “testaccio” de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C – VII d.C.)*, B.A.R., International Series, 1266, Oxford, p. 545-565.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005. B.A.R., International Series 1686, Oxford, p.127-133.
- NOLEN, J. U.S. (1985) – Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo. Fundação da Casa de Bragança. Lisboa.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (1990) – As Lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). In *Conimbriga*. Coimbra. XXIX, p. 69-90.
- OLMER, F. (1998) – À propos de la consommation du vin en Bourgogne (IIe-Ier s.av.n.è): deux remarques sur les Dressel 1. In *Actas do 2 Colloqui internacional d'arqueologia Romana. El vi a l'antiguitat – Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Museu de Badalona. Monografies Badalonines. n.º 14, p. 465-471.
- OLMER, F. (2003) – *Les amphores de Bibracte -2 – Le commerce du vin chez les Éduens d'après les timbres d'amphores*. *Catalogue des timbres de Bibracte 1984-1998*. *Catalogue des Timbres de Bourgogne*. Centre Archéologique Européen (Bibracte; 7.).
- PANELLA, C. (1981) – La distribuzione e i mercati. In *Merci, mercati e scambi nel mediterraneo*. Editori Laterza. Roma – Bari, p. 55-80.
- PEACOCK, D. P. S. ; WILLIAMS, D. F. (1987) – *Amphorae and the Roman Economy. An introductory guide*. London. Longman Publications.
- PEREIRA, C. (2008) – *As Lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado em pré-história e Arqueologia apresentado á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. *Trabalhos de Arqueologia*. N.º 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- PIMENTA, J. (Coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo)Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira/ Museu Nacional de Arqueologia.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.
- PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2016) – Lusitanian Amphorae at a Fish-Salting Production Centre: Tróia (Portugal). In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 173-194.
- PUIG, A. (2003) – Evolució de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc 5. Girona, p. 23-32.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português, Boletim Municipal CIRA, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 7, p.25-45.
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Instituto Português de Arqueologia. Ministério da Cultura. N.º 8. Volume 2, p. 403-428.
- QUARESMA, J. C. (2009) – Almofarizes béticos e Lusitanos: Revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. N.º 1. Lisboa. Instituto Português de arqueologia, p. 149-166.
- QUARESMA, J. C.; RAPOSO, J. M. C. (2014) – Lusitana 3 (Lusitania occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. (<http://amphorae.icac.cat/tipol/view/22>), enero 16, 2014.
- RAPOSO, J. M.; DUARTE, A.L. (1996) – O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In *Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Câmara municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote, p. 249-266.
- RAPOSO, J. M. C.; ALMEIDA, R. R. (2016) – Almagro 50 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-50-western-lusitania>), 08 July, 2016
- RAPOSO, J.; VIEGAS, C. (2016) – Dressel 14 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania>). 08 July, 2016.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J.; CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Historia de la recerca. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc 5. Girona, p. 19- 23.
- RICCI, M. (1973) – Per una cronologia delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, p. 168-234.
- SABROSA, A. (1996) – Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete). *Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Câmara municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote, p. 283-300.
- SANMARTÍ GRECO, E. (1985) – Las ánforas romanas del campamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empúrias*. 47, p. 130-161.
- SANMARTÍ GRECO, E. (1992) – Nouvelles données sur la chronologie du Camp de Renieblas V à Numance (Soria, Castilla- León, Espagne). *Documents d'Archéologie Méridional*. 15, p. 417-431.
- SANTOS, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia orientada pelos Profs. Drs. Carlos Fabião e Catarina Viegas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SILVA, R. B. (2015) – *Um almofariz itálico com “marca de oleiro” de M. Cimonius Saturninus, de Lisboa*. Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana, 4.
- SIMPLÍCIO, C. (2003) – Rio Tejo. História de algumas histórias por escrever. Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra, Catálogo da exposição, Museu Municipal Núcleo – sede, p71-80.
- TCHERDIA, A. (1986) – *Le Vin de L'Italie Romaine. Essai d'Histoire Économique d'Après les Amphores*. Bibliothèque des Écoles Françaises D'Athènes et the Rome. 261. École Française de Rome. Paris. Difusion de Boccard.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcôçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 26.
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania>), 20 July, 2016
- ZEVI, F. (1966) – Apunti sulle anfore romane I. La tavola tipologica de Dressel. *Archaeologia Classica*, 18, p. 208-247.

➤ **Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum**

CLEIA DETRY

UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA. UNIVERSIDADE DE LISBOA.

JOÃO PIMENTA

CEAX – CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA. UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA. UNIVERSIDADE DE LISBOA.

ABSTRACT

Vila Franca de Xira is a town some 32 km north-east of Lisbon on the right bank of the Tagus river. Excavations undertaken there in 2006, prior to the construction of the Neo-Realism Museum, uncovered some 20 meters of a relatively well preserved Roman road. Overlying the road were 13th century (Medieval) and Modern Period (15th/16th century) levels. Faunal remains, recovered from all these levels, indicate which taxa were consumed by the inhabitants and which were kept as companions. Most of the faunal remains are left-overs of food eaten in ancient times and include bivalves, presumably collected in the Tagus estuary, as well as the commonly found domestic species like cattle, sheep, goats, suids (pig and wild boar) and chicken. Bones of rabbits, geese, cats and otter were also present. Despite the small size of the sample, the few osteometric data indicate that cattle were larger in the Modern period than in the 13th century. This corroborates previous studies on the history of this animal in southern Portugal.

RESUMO

Vila Franca de Xira é uma cidade localizada 32km a norte de Lisboa, na margem direita do rio Tejo. Escavações realizadas em 2006, na área onde viria a ser construído o Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira, puseram a descoberto uma estrada romana ainda relativamente bem preservada e numa extensão de cerca de 20 metros. Estes trabalhos cruzaram-se ainda com níveis medievais do séc. XIII e do Período Moderno dos séc. XV e XVI, onde foram recuperados restos de fauna sobre as quais versam este artigo.

Foi possível obter algumas informações sobre os animais consumidos e de companhia nos períodos Medieval e Moderno desta cidade a poucos quilómetros de Lisboa. A maioria dos restos representavam despojos de alimentação, sendo o conjunto constituído por restos de bivalves provavelmente recolhidos no estuário do Tejo bem como por espécies domésticas comuns nos sítios arqueológicos, como é o caso do gado bovino, caprinos, suídeos e galinha doméstica. Alguns restos ocasionais de coelho, ganso e mesmo de gato e lontra também foram encontrados.

Apesar de ser uma amostra pequena obtivemos ainda alguns dados osteométricos que nos sugerem que o gado bovino apresentava dimensões maiores no período moderno, corroborando trabalhos anteriores sobre a história desta espécie no sul de Portugal.

Introduction

This report describes the faunal remains uncovered from excavations undertaken in 2006 prior to the construction of the Museum of Neo-Realism (MNR) in Vila Franca de Xira (VFX) – a town 32km north-east of Lisbon (figure 1). The principal discovery is a very large portion of a Roman road, one of the main arteries connecting Lisbon to Santarém (*Scalabis*). Its dimensions indicate that it must have been a dual carriage way whose use continued until the 15th century when it was abandoned. Some of the animal remains come from 13th century layers and a larger sample comes from the 15th/16th century.

The osteological and malacological remains considered here are probably derived from domestic refuse and include the common domestic animals such as caprines (sheep and goat), pig, cattle and horse. Birds and carnivores as well as molluscs (bivalves) are also included.

This study contributes to our understanding of medieval and modern VFX, and the faunal collection is especially important given the scarcity of zooarchaeological remains from these times in Portugal.



Figure 1
Location of the site.

Archaeological context

The area excavated between 2nd March and 11th April 2006 is located at the intersection of the Alves Redol and Almeida Garrett streets – in the medieval centre of the town subsequently greatly influenced by the reforms of king Manuel I in the 15th/16th century. Evidence indicates that this part of the town was occupied between the 1st century BC and the 20th century with a prolonged hiatus (Mendes & Pimenta, 2007).

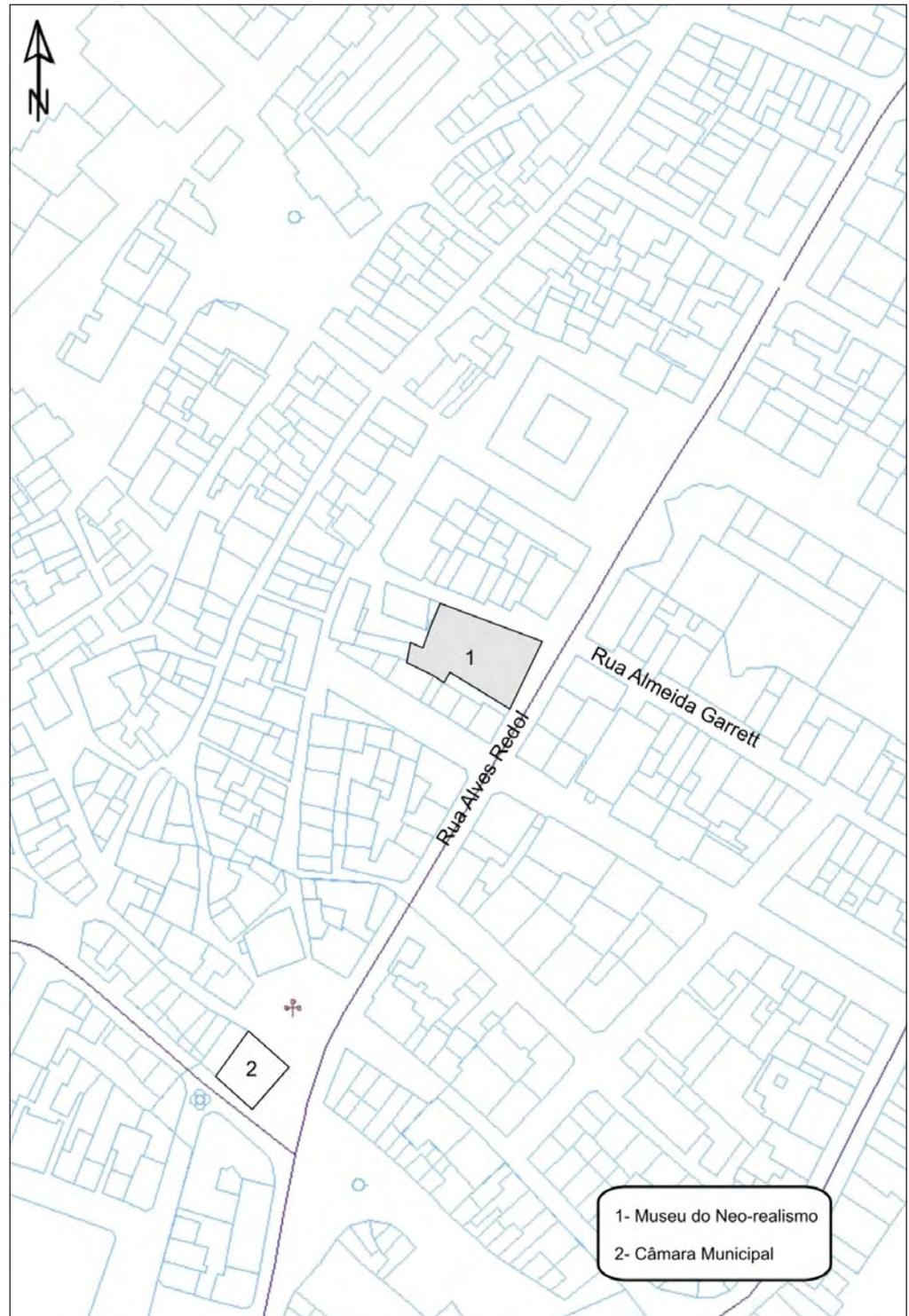


Figure 2
Location of the area excavated (1) in Vila Franca de Xira.

One important structure uncovered was a section the old “Royal Road”. The excavation of this area proved its roman origin and subsequent use at different times for over 1500 years. Its abandonment is well attested in multiple stratigraphic units comprising stones that had been removed and which are well dated to the beginning of the 15th century, providing us with a chronology for its abandonment (Mendes & Pimenta, 2007a).

VFX’s importance lay in its location – midway between the two cities of *Olisipio* or *al-Usbuna* (Lisbon) and *Scallabis* or *Santarín* (Santarém), in Roman/Moslem times. Situated both on river and land routes, VFX was an important town.

This predominantly agricultural region also explored the natural resources. Both terrestrial and fluvial commerce was especially important to both Christians and Moors. Therefore in 1147, the king, D. Afonso Henriques, donated the town of Cira to the English Crusaders as a reward for their help and as part of his general plan to defend Lisbon.

The instability of the territory at the time and the likely high costs, led the king to “award” the English Crusaders, and lead King Sancho in 1200 to assign to D. Raulino, along with other Flemish personalities, the management of this territory. This region was subsequently donated to D. Froila Hermiges in 1206. Going by donation to the order of the Temple in 1214 (Lucas, 2003).

With the conquest of Santarém and Lisbon, the Tagus valley became the frontier with the Almoravid Empire, witnessing a particularly intense effort to increase the population and fortification of this area. It is in this context Alverca, Alhandra, Vila Franca de Xira and Povos all became important frontier towns.

Little is known about the ancient settlement of Vila Franca in medieval times. The available documents allow us to situate it, in a small elevation along the old St.^a Sofia River in the vicinity of the old Roman road where there also existed a tower and village defences (Pimenta & Mendes, 2007).

Situated outside the medieval centre, the area studied here was urbanized only following the 15th and 16th century administrative reforms of King Manuel. These had a profound impact on the lower part of the town and the riverside area. An understanding of the multiple human occupations detected here corroborates this evolution of the space, attesting its peripheral character in relation to the urban nucleus, until at least the middle of the 16th century.

The urban area, subject of the present intervention, had already been demolished in the late 1990s to make way for a parking lot. Old maps show a series of buildings organized around a wide patio, which is still preserved.

The methodology we adopted was directly related to the state of preservation of the site and the need to record all the archaeology in this area. The archaeology indicates five major phases for this sector (Pimenta and Mendes, 2007).

Phase 1 – Corresponds to the earliest occupation, situated directly on the silt-clayey Kimeridjiansubstrate and covered in some areas by alluvial deposits. An imposing carefully constructed stone structure was detected with a southwest-northeast alignment. The excavation of a large area showed that this structure formed part of an old Roman road securely dated to the first century AD. It had been delimited by well-built side walls and with a width of 5.2 metres, it extended some 20 metres (Figure 3 and 4).

Despite their unequal states of repair, the space between the two walls was filled with a strong foundation of irregular blocks of limestone and sandstone joined by clay. These Stratigraphic Units (SU) – [20], [32], [61] and [62] – correspond to a very compact homogeneous pavement still preserved in some areas with two rows of overlapping stones (SU[61] and [62]). A study of the stratigraphy indicates that this pavement was not the original road, but rather the foundations for a covering of large slabs. This became more evident when it was noted that this pavement still retained the irregular edges, showing no attrition like the preserved *in situ* slabs.

The original pavement of the road (consisting of large slabs; SU [93] and [97]) was found above the foundation. However, since the Middle Ages, much of this had been removed with the exception of a small well preserved section identified in the excavation. This comprised large irregular shaped limestone slabs – whose surface is polished as a result of wear caused by use over the centuries.

Phase 2 – A repair of the road pavement registered in square A6-A5 was identified as phase 2. Here, under the levels of abandonment/destruction of the road, SU [19], emerged a layer of yellowish-brown sandy clay, SU [92], consisting for the main part of beaten gravel with calcareous medium sized limestones. It has proven difficult to date this repair as no archaeological materials were found in its vicinity.

Phase 3 – This stage includes several stratigraphic units belonging to both medieval and modern times and attributed to progressive abandonment and destruction of the road. The excavation of an extensive area allowed the identification of several contexts that, despite not having a direct correlation, seem to be contemporary and represent the slow dismantlement of the road. It is from these levels that the osteological remains studied here were collected.

Among these “destruction interfaces”, a large ditch parallel to the road’s boundary wall, SU [42], was found in squares A6 and B6. This negative structure, SU[40], extended some 8 meters and continued beyond the limits of the excavation under Almeida Garrett Street. Its construction partly cuts the wall, SU[42], as well as pavement levels and preparation of the road SU [20], [93], [96] and [97] (Figure 6). Its semicircular interior was filled by SU [19] and contained abundant fauna of mammals, birds and shells as well as ceramics.

Phase 4 – Although quite disturbed, it was possible to identify remains of various stone structures corresponding to the buildings existing here prior to construction of the car park. The stratigraphic correlation allows us to understand the order in which this was constructed during the mid-eighteenth century.

Phase 5 – We attribute to this stage the levels directly related to the machinery work, prior to the beginning of the archaeological work and that disturbed the stratigraphy in this sector, SU[36] to [39] and [41]. These levels correspond to mixed strata that disturbed pre-existing contexts. [FIGS. 3, 4, 5, E 6](#)



Figure 3
Map of the excavated
area.



Figure 4
General view of the
excavated area.



Figure 5
Photograph showing
details of the
pavement SU [93].

Figure 6
Photography of the
ditch excavation
SU[40].

Methods

All animal remains were studied but only certain parts were recorded as in Davis (1992). Epiphysial fusion and dental eruption/wear stages were recorded as in Payne (1987) for sheep and goat and (Grant, 1982) for pig/wild boar and cattle.

Measurements were taken according to Driesch (1976).

Bone surfaces were observed for the possible effects of cut, burn and other agents.

Animal remains

Only 32 skeletal remains, all mammals, were found in the 13th century layers. In the modern levels, besides mammals, birds and bivalve molluscs were also found.

Although larger and more diverse than the medieval levels, the modern ones include 186 mammal bones, 11 bird bones and 49 mollusc shells, making a total of 246 animal remains. Although small, this sample does help interpret the modern and medieval occupation of the centre of VFX (see Figure 7).

Due to time constraints – this was an emergency excavation – bones were collected by hand. This probably explains the scarcity of smaller taxa like rabbits and rodents. Bones in general are well preserved.

Molluscs

These invertebrates were found only in later periods, indicating that this resource was not appreciated in medieval times, or, more probable, shells were jettisoned in some other part of the city. Proximity to the Tagus estuary would have provided easy access to aquatic resources.

The most frequent species in the 15th/16th century levels (table 1; figure 7) is the oyster, a much appreciated bivalve since Iron Age and common in nearby Tagus estuary (Detry et al. 2016). The species of oyster identified at MNR is *Ostrea edulis*. The specimens found at VFX are round and with striation patterns lateral to the hinge - typical of the common oyster. Only two small shells of juveniles were difficult to identify, but most probably belong to *O. edulis*. It was not possible to identify specimens of *Crassostrea angulata* in this assemblage. *C. angulata* survives better in temperatures ranging from 5o to 25o C and with a salinity of 16 to 36 ‰ (Hutchinson & Hawkins, 1992). According to the Portuguese Environmental Agency (<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=x77>) the salinity of the Tagus estuary would be too low (5 to 10 ‰) in the VFX region for this species to thrive. However, several kilometres downstream, near Sta Iria da Azóia or even further downstream in Lisbon, conditions are conducive to the growth of banks of this species. It is likely therefore that oysters brought into VFX were collected locally. Also in the past the Tagus valley was less filled with sediments and so the tides would have progressed further upstream bringing more saline waters as has been suggested for Muge (Daveau, 1980, Schrieck, 2002/2003). It is possible that in medieval times conditions allowed oysters to inhabit the local riverside.

Mitochondrial DNA analysis indicates that the Asiatic oyster (*C. gigas*) and the Portuguese oyster (*C. angulata*) were very closely related species. It is therefore possible that *C. angulata* was derived from *C. gigas* (Boudry et al., 1998). These authors suggest that *C. Gigas* was introduced by Portuguese sailors into Europe – an introduction that may have occurred during the second half of the 16th century following the Portuguese arrival in Japan in 1542 and the Pacific coast of Asia where *C. gigas* is present. In fact the authors do not observe any example of *Crassostrea* in Portuguese archaeological assemblages although today *C. angulata* is the most common oyster in the Tagus valley. The absence of this species at MNR supports this hypothesis.

An alternative hypothesis is that *C. angulata* was introduced into the Pacific by Portuguese sailors. Both Lentacker (1986) and Vis & Kasse (2009) identify *Crassostrea* in prehistoric periods in the Tagus valley. Hence it seems more likely that this oyster was introduced to Asia from Europe.

Independently of the direction of introduction, *C. angulata* has not been found in the archaeological sites in the Lisbon or VFX area. It is probable therefore that during the MNR occupation the Tagus valley was inhabited solely by *Ostrea edulis* and even if *Crassostrea* was present, it must have been greatly outnumbered.

Table 1 Number of identified specimens (NISP) of Bivalves from the 15th/16th century layers in the modern period stratigraphic units at the Neo-Realism Museum in Vila Franca de Xira.

	NISP	%
<i>Chlamys cf. varia</i>	2	4
<i>Pecten maximus</i>	1	2
Ostreaceae	6	12
<i>Ostrea edulis</i>	38	78
<i>Cerastoderma edule</i>	2	4
TOTAL	49	

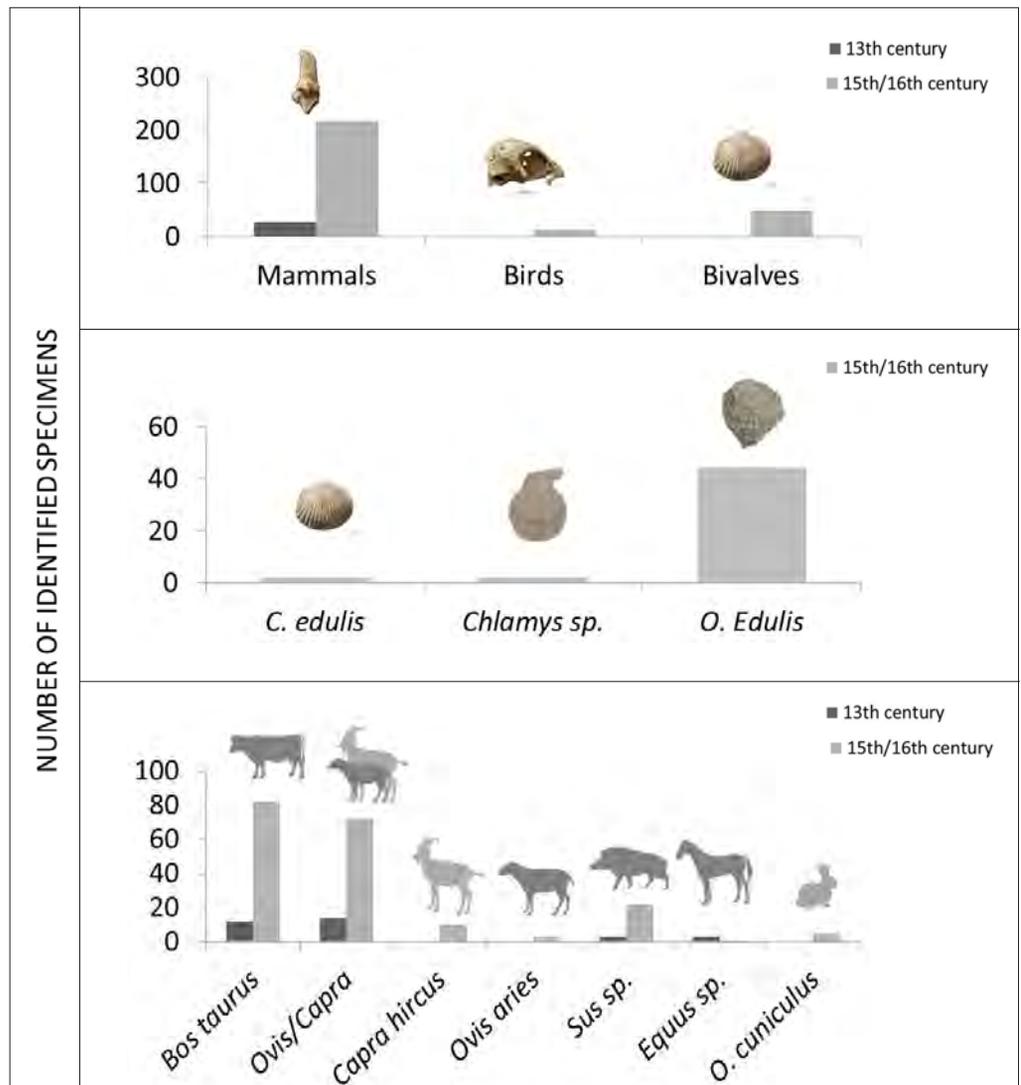


Figure 7 Numbers of identified specimens recovered at the Museum of Neo-Realism in Vila Franca de Xira in Medieval and Modern periods.

Mammals

Mammals comprise the main group of animals recovered at MNR, and perhaps the main source of protein for Medieval and Modern inhabitants of VFX.

The mammals were the only group found in the medieval layers. In the 15/16th century Mammals constitute 80% of the assemblage in terms of identified specimens and probably considerably more in terms of meat weight.

In the 13th century there were a mere 32 mammal bones – most sheep/goat and cattle – domestic animals that were probably economically the most important. These layers also included a cat mandible.

In the modern period the assemblage is a little larger and therefore includes a wider variety species. Besides caprines and cattle, it includes rabbit and the presence of goat could be confirmed (see fig. 7, table 2).

Bos taurus (cattle)

By medieval times it is unlikely that the wild form of *Bos* – the aurochs – was present as this animal had long been extinct in the Iberian Peninsula; probably since Bronze or Iron Age times (Castaños, 1991; Cardoso, 2002). The cattle bones at VFX all clearly belonged to the domestic form, and are the most common taxon in the modern layers. In the 13th century it was only slightly less frequent than the smaller bovids.

In the modern period all parts of the skeleton are present, the parts with meat being particularly frequent, but also bones with less meat such as metapodials or tibiae (see table 3 and 4). All parts of the animal skeleton were, it seems, exploited. In Medieval times the pattern seems to have been somewhat different as only bones surrounded by little or no meat are present (though the sample is very small).

Metrical data from several Portuguese sites indicate a size increase of cattle following the Christian *reconquista* (Davis, 2008; Davis et al., 2012) – a pattern that is repeated here at the MNR where the three measurements for metacarpals from the 15th/16th century are considerably larger than those found in the 13th century (see figure 8). The data for the astragalus (figure 9) are similar.

Another interesting aspect concerning the metacarpals is the presence of an arthropathy on the distal articulation which could be stress-induced and may reflect the use of the animal for traction (fig. 10), typical of animals used in agriculture to pull the plough.

Ovis aries and *Capra hircus* (sheep and goat)

Most bones of sheep and goats are difficult to distinguish. In the 13th century levels none of the bones recovered could be identified to species level and so their identity is left as “sheep/goat”.

In the 15th century deposit, however, 10 bones could be identified as goat (*Capra hircus*) and three as sheep (*Ovis aries*).

Orlando Ribeiro (1992) wrote that sheep in Portugal were mainly kept for their wool and milk, while goats were much appreciated for their milk. Both sheep and goat of course were also eaten. According to Ribeiro the sheep is better adapted to dry areas in the south, goats to more mountainous environments and goats were generally excluded from areas subject to intensive agriculture to prevent them of grazing cultivated plants. The area surrounding VFX has rather steep slopes and is not conducive to intensive cultivation. This may well explain why there appear to have been more goats than sheep. Of course it also possible that the inhabitants of VFX appreciated goat milk and goat milk derivatives!

The 17th century inhabitants of the monastery of Santa Clara-a-Velha near Coimbra had a marked preference for sheep (Detry et al. 2014).

Figure 11 shows the measurements of sheep humeri. The VFX sheep from the 15th/16th century are similar in size to the ones in the Roman period of Monte Molião (Detry & Arruda, 2013) and Modern period of Castelo de Palmela (Detry et al. in press) but larger than the ones found north of Lisbon at Santa Clara-a-Velha Monastery in Coimbra (Detry et al., 2014).

Sus sp. (pig and wild boar)

Although the wild boar is still common in Portugal, all the measurable bones are of smaller size and therefore more likely to have belonged to the domestic species (see fig. 12 and 13). Furthermore their identity as pig rather than wild boar seems more logical given the general scarcity of wild (hunted) animals in the VFX faunal assemblage.

Only three bones of pig were found in the 13th century a mere 9% of the assemblage, and similar to the percentage of equids, a group rarely consumed.

In Medieval VFX the pork was perhaps less appreciated than beef, probably because in pig secondary products are not exploited. A religious explanation is unlikely given that VFX was always inhabited by Christians.

Later, in the modern period, although more bones were found, the frequency of pig is still low indicating that it continued to play a minor role only in the economy of VFX. A greater abundance of teeth is also found – half of the suid remains. The measurements of a third molar tooth indicate it more probably belonged to a pig rather than wild boar (fig. 13).

Equidae (horse or donkey)

Remains of equids are often found in small quantities in archaeological sites. Their scarcity reflects the fact that they are only rarely eaten.

In the 13th century levels at MNR, we identified three inferior deciduous teeth (dp2, dp3 and dp4) probably belonging to donkey. This animal was therefore quite young, certainly less than one year old, the age when they lose the milk teeth. Figure 14 shows the enamel folds on the occlusal surface. Note the 'V' shaped internal fold – a characteristic of the ass rather than the horse. Donkeys were much used to carry goods and people.

The 15th century layers contained two equid bones – a distal tibia and a proximal metacarpal. It seems unlikely that they were consumed – confirmed by an absence of cutmarks.

Carnivores

One well preserved cat (cf. *Felis catus*) mandible (fig. 15) was recovered in a 13th century context. It has a first molar whose antero-posterior crown length measures 7,1 mm making it comparable to domestic cats in figure 12 of Davis et al. (2008).

This species was probably first domesticated in the Middle East (Vigne *et al.*, 2004) and it has also been crossed with the autochthonous wild Iberian cats. Cats were common pets in households since its domestication.

An otter (*Lutra lutra*) cranium, found in the layers dated to the 15th and 16th century, is shown in figure 16. This animal is common in Portugal near rivers and streams, but today less so in the Tagus valley due to human pressure. It was much appreciated for its fur.

Birds

All bird remains were found in the modern period levels, and none in the earlier layers presumably due to the smallness of these earlier samples.

The most common bird, not surprisingly, is the domestic chicken, brought by the Phoenicians to the Iberian Peninsula but in general more common in the modern period (Hernandez Carrasquilla, 1992).

One humerus of a medium sized *Anas* sp. may have belonged to the domestic duck.

An interesting goose cranium was also found with a fracture – possible evidence of a blow delivered to kill the animal (fig. 17) and very similar to others seen in Santa Clara-a-Velha monastery, also a modern period assemblage (Moreno-Garcia & Detry, 2010). These remains of duck may have belonged to the domestic form, although it is not known when the duck was first domesticated. In Portugal duck is common in Modern Period sites (Moreno-Garcia & Detry, 2010; and 17th century Silos from Carnide-Lisbon, Detry & Davis, *in prep.*).

Table 2 Total of Number of Identified Specimens [(NISP) and Minimum Number of Individuals of mammals (MNI) in the medieval and modern periods at the Neo-Realism Museum in Vila Franca de Xira.

	13TH CENTURY				15TH/16TH CENTURY			
	NISP		MNI		NISP		MNI	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Bos taurus</i>	12	36%	3	43%	82	42%	4	29%
<i>Ovis/Capra</i>	14	42%	1	14%	72	37%	4	29%
<i>Capra hircus</i>	0	0%	0	0%	10	5%	1	7%
<i>Ovis aries</i>	0	0%	0	0%	3	2%	1	7%
<i>Sus</i> sp.	3	9%	1	14%	22	11%	1	7%
<i>Equus</i> sp.	3	9%	1	14%	1	1%	1	7%
<i>O. cuniculus</i>	0	0	0	0%	5	3%	1	7%
<i>Lutra lutra</i>	0	0%	0	0%	1	1%	1	7%
<i>Felis catus</i>	1	3%	1	14%	0	0%		
Total	33	100%	7	100%	196	100%	14	100%

Taphonomy

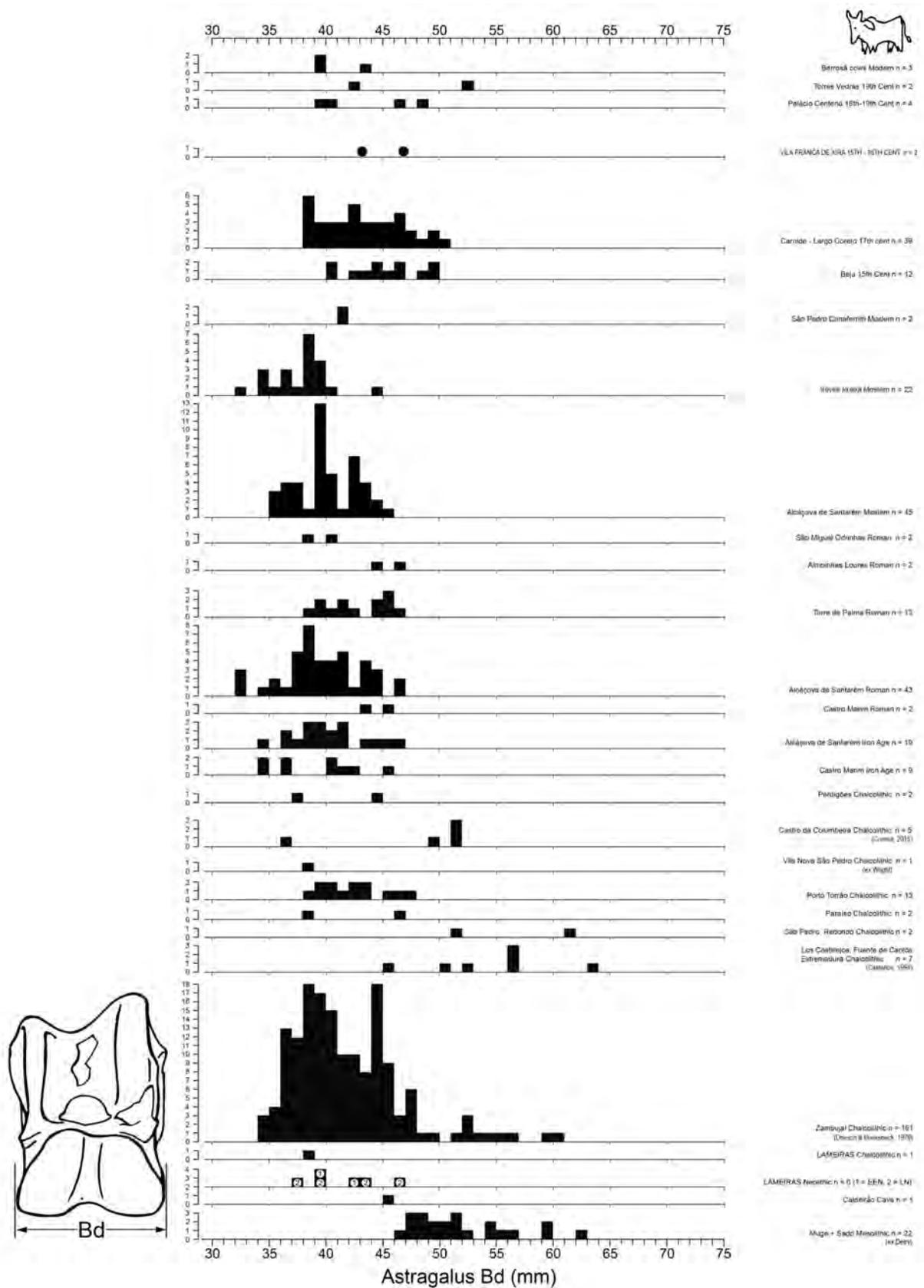
Most of the animal remains from the MNR are very well preserved. Only one bone has burn-marks, probably caused during cooking. The general lack of burn marks may reflect the cooking methods used; i.e., stewing and frying rather than roasting or grilling.

Animal-induced damage; i.e., gnawing, was also recognised. In the 13th century a bone that had been gnawed, probably by a dog, an animal rarely found in domestic refuse, since they are normally not part of food refuse. In the more recent levels there are more gnawed bones as well as punctured ones. The first are normally more typical of canids and the second may be attributed to felids.

Human alteration of these remains can be seen in cut-marks – of two types – slim and coarse. Coarse cuts were probably made by chopping with a cleaver. In the 13th century both types are evident, but in the 15th/16th century, chop-marks are much more abundant. Choppers were clearly more frequently used to butcher the carcasses and perhaps long bones would be cut in smaller parts for cooking in pans. FIG. 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Conclusion

In spite of all the subtractions of potential information previously made, an emergency archaeological intervention of the building of the future The Museum of Neo-Realism,



Figures 9 A series of stacked histograms showing the distal widths of cattle/aurochs astragali in millimeters from a series of sites in southern Portugal from Mesolithic to modern times; adapted from Davis, (in prep.).

Figure 10

Two metacarpals of *Bos taurus*. from the Museum of Neo-Realism (Vila Franca de Xira), on the left from the 13th century and on the right from the modern levels. Note the difference in size between them. The enlarged medial condyle on the right metapodials shows an arthropathy possibly caused by excessive strain in life.

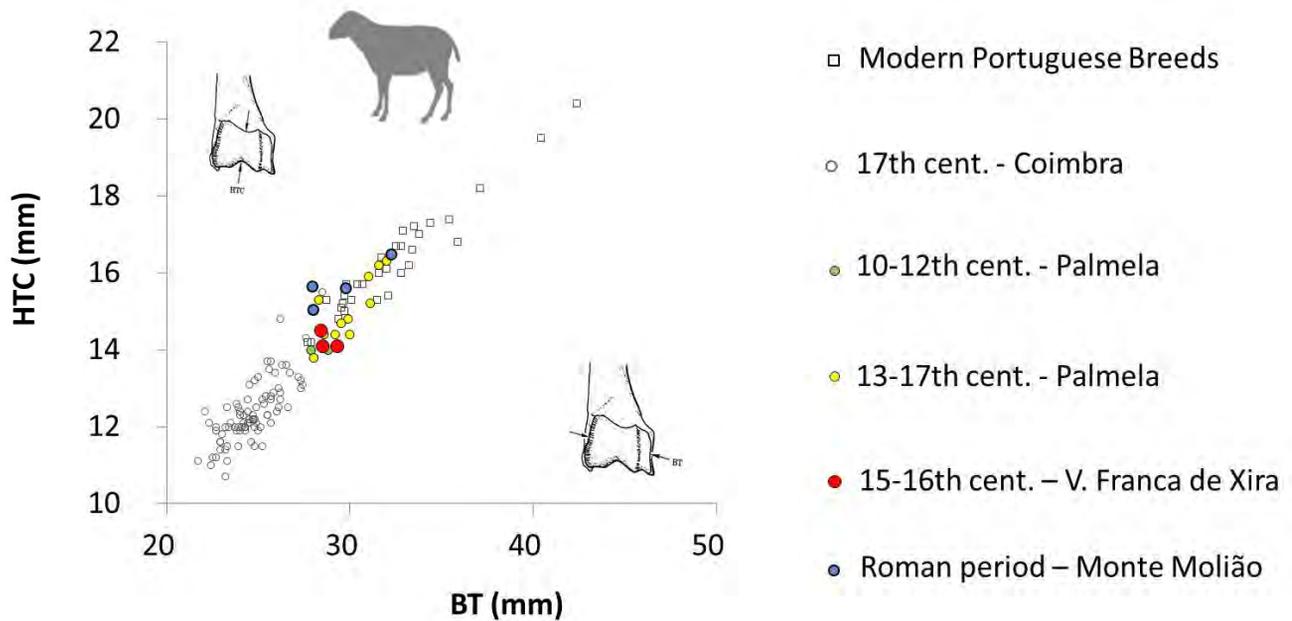


Figure 11

Measurements (in mm) of sheep (*Ovis aries*) distal humerus. Minimum trochlear diameter (HTC) and trochlea width (BT). Several Portuguese contexts are compared. Those from Modern period levels at VFX described herein. Those from Monte Molião are from the Roman period (Detry & Arruda, 2013), those from Castelo de Palmela (south of Lisbon) are from the Islamic (10-12th centuries) and Christian (13th-17th centuries) levels (Detry et al., in press.) and those from Coimbra are from the 17th century levels of Santa Clara-a-Velha monastery, north of Lisbon (Detry et al., 2014). The modern Portuguese breeds come from the Laboratory of Archaeosciences reference collection and are from the autochthonous Portuguese breeds - Churra da Terra Quente, Merina Branca and Merina Preta.

Figure 12
Measurements of the humerus minimum diameter of the trochlea (HTC) in tenths of a millimetre. The grey bars represent mesolithic wild boar from the Muge shell middens (Detry, 2007), and the red square is a single *Sus* from 15th/16th century Vila Franca de Xira.

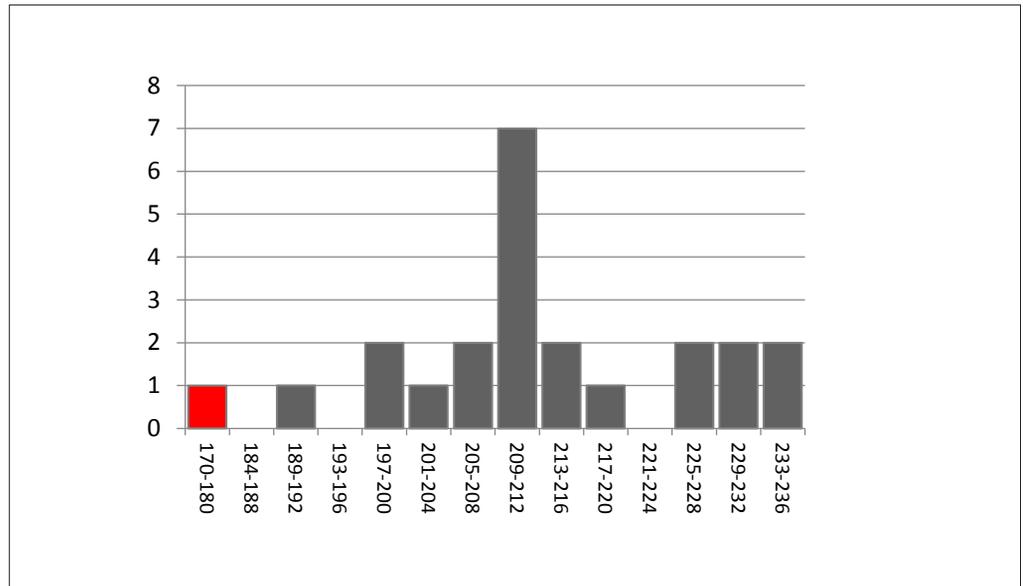


Figure 13
Measurements of *Sus* lower third molars from medieval Launceston Castle, England (Albarella & Davis, 1994) and modern wild boar from Syria and Israel (Davis unpublished). The red circle represents the M3 from Vila Franca de Xira – identified as probable pig rather than wild boar.

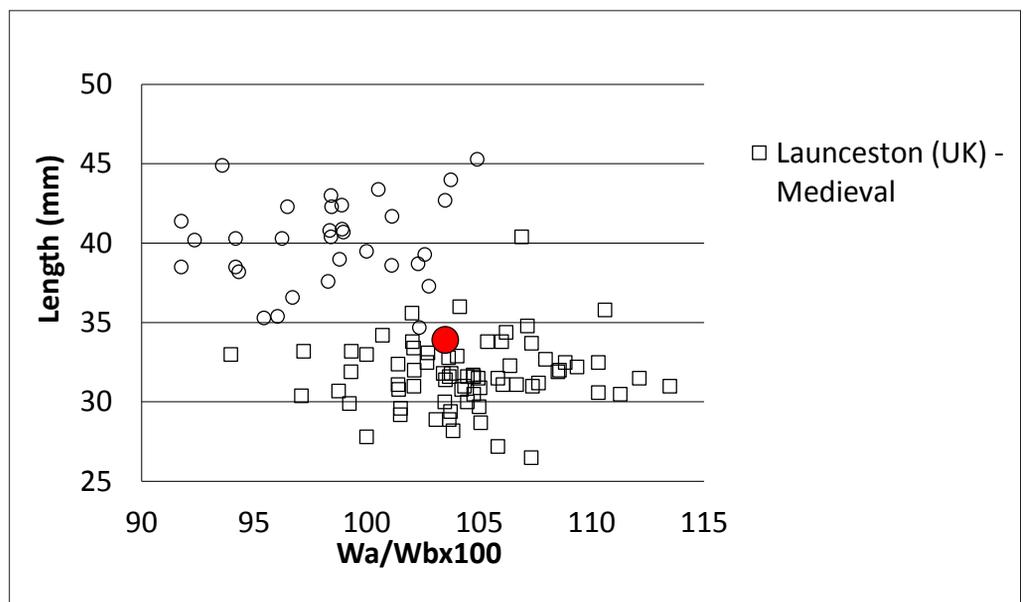


Figure 14
Equid (possibly *Equus asinus*) inferior deciduous teeth; dP2 – dP4 from the 13th century.



Figure 15
Domestic cat (*Felis catus*) mandible from the 13th century levels, Museum of Neo-Realism.



Figure 16
Otter (*Lutra lutra*) cranium from the 15th/16th century.

Figure 17
Goose (*Anser anser*) cranium. Note the fracture – a possible cause of death of this bird. Modern Period – 15th/16th century.

allowed us to obtain information about the human occupation in this space, although with a prolonged hiatus, of more than one thousand years (Pimenta & Mendes, 2012).

The study of the identified units reveals a set of dumps, a useful source of information about waste disposal in Medieval and Modern Vila Franca de Xira. This study of the food remains identified sheds some light upon the diets of the inhabitants of Vila Franca Xira as well as providing some corroborative evidence for the timing of livestock improvements.

The people who inhabited Vila Franca de Xira in Medieval and Modern times consumed and used mainly domestic animals.

Animal improvement was attested in sheep and cattle, the first was of normal size at this period and 15th/16th century cattle were larger than those from earlier periods. A metacarpal exhibits signs of arthropathy indicating the overexploitation of this animal presumably to carry goods and/or agriculture tools.

The presence in the modern period, of duck and geese – both probably already domestic, is also consistent with other contemporary sites in Portugal. And when considered together, the spectrum of taxa was clearly greater than in earlier times.

Acknowledgments

We thank staff of the Laboratory of Archaeosciences (DGPC; General Directorate of Cultural Heritage) for access to their reference collection of modern animal skeletons and Simon Davis for his help revising earlier manuscripts. This work was done while in receipt of an FCT post-doctoral grant (SFRH/BPD/43911/2008).

Table 3 Number of identified remains by part of the skeleton in mammals, remnants recovered from the modern period layers (13th century). In parentheses are teeth within the mandible, without parentheses are loose teeth.

		BOS TAURUS	OVIS/CAPRA	SUS SP.	EQUUS SP.
Teeth (Inferior)					
Pre-Molar3			(1)		
Pre-Molar4			(1)		
Molar 1			(2)		
Molar 2			(2)		
Molar 3			1(2)		
Molar 1/2					3
Total Teeth		0	9	0	3
Bones					
Distal Humerus	F		1		
Distal Metacarpal	F	3	1		
Distal Tibia	F	5			
	UE			1	
	UM			1	
Astragalus	F			1	
Distal Metatarsal	F	0,5			
Distal Metapodial	F	0,5			
Phalanx1	F	1			
Phalanx3	F	2	3		
TOTAL		12	14	3	3
NMI		3	1	1	1

Table 4 Number of identified remains by part of the skeleton in mammals, remains recovered from the modern layers (15th/16th century). In parentheses are teeth within the mandible, without parentheses are loose teeth.

		BOS TAURUS	OVIS/ CAPRA	CAPRA HIRCUS	OVIS ARIES	SUS SP.	EQUUS SP.	O. CUNICULUS
Teeth (Inferior)								
Incisor		1				4		
Canine						2(2)		
Deciduous Pre-Molar2				(2)				
Deciduous Pre-Molar3				(2)				
Deciduous Pre-Molar4				(2)				
Pre-Molar2			(2)					
Pre-Molar3		(2)	(6)					
Pre-Molar4		(2)	(7)					
Molar 1		(1)	(7)			(1)		
Molar 2		(1)	(7)			(1)		
Molar 3		2(2)	(8)			(1)		
Molar 1/2		2	2			1(1)		
Total Teeth		13	39	6	0	13	0	
Bones								
DistalScapula	F	1	6					
	I	1						
Distal humerus	F	3	4	2	2	2		2
	I							
Distal Radius	F	1	2					
	UM		2					
	UE	1				1		
Distal Metacarpal	F	7				1	*1 Proximal	
	I							
Pelvis (Acetabulum)	F	5	6					2
	I	1	2			1		
Distal Femur	F	1				1		1
	UM		1			1		
	UE		1					
Distal Tibia	F	5	5				1	
	FV					1		
	UM		2					
Calcaneum	F	1		1				
	UM				1	1		
	FV	1						
	I	2						
Astragalus	F	7		1				
Distal Metatarsal	F	4	1					
Phalanx1	F	11	1					
	FV	1						
Phalanx2	F	8						
Phalanx3	F	9						
TOTAL		82	72	10	3	22	1	5
NMI		4	4	1	1	1	1	1

REFERENCES

- ALBARELLA, U., & DAVIS, S. J. (1994) – *Medieval and Post-medieval Mammal and Bird Bones from Launceston Castle, Cornwall: 1961-1982 Excavations*. English Heritage.
- BOUDRY, P., HEURTEBISE, S., COLLET, B., CORNETTE, F. & GERARD, A. (1998) – Differentiation between populations of the Portuguese oyster, *Crassostrea angulata* (Lamarck) and the Pacific oyster, *Crassostrea gigas* (Thunberg), revealed by mtDNA RFLP analysis. *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, 226 (1998), p. 279-291.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Arqueofaunas: balanço da sua investigação em Portugal. *Arqueologia e História*, 54, p. 281-298.
- CASTAÑOS, P. (1991) – Animales domésticos y salvajes en Extremadura. Origen y evolución. *Revista de Estudios Extremeños*, 47, p. 9-67.
- DAVEAU, S. (1980) – Espaço e Tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *CLIO*, 2, p. 13-37.
- DAVIS, S. J. (1992) – A rapid method for recording information about mammal bones from archaeological sites. London: Ancient Monuments Laboratory Ancient Monuments Laboratory Report; 19), p. 1-14.
- DAVIS, S. J. (2008) – Zooarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal. *Journal of Archaeological Science*, 35, p. 991-1010.
- DAVIS, S.J., SVENSSON, E.M., ALBARELLA, U., DETRY, C., GÖTHERSTRÖM, A., PIRES, A.E., GINJA, C. (2012) – Molecular and osteometric sexing of cattle metacarpals: a case study from 15th century AD Beja, Portugal, *J. Archaeological Science*. 39(5), p. 1445-1454.
- DETRY, C. (2007) – *Paleoecologia e paleoeconomia do Baixo Tejo no Mesolítico Final: o contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Tese de doutoramento. Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade de Salamanca. Policopiado.
- DETRY, C. & ARRUDA, A.M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 15, p. 215-227.
- DETRY, C., CARDOSO, J. L. & BUGALHÃO, J. (2016) – A alimentação em Lisboa no decurso da Idade do Ferro: resultados das escavações realizadas no núcleo arqueológico da rua dos correiros (Lisboa, Portugal). *SPAL*, 25, p. 67-82.
- DETRY, C., GAMBINI, L. & CORTE-REAL, A. (2014) – At table with the nuns: the mammals of 17th century Santa-Clara-a-Velha Monastery (Coimbra, Portugal). In *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*, Eds. Cleia Detry & Rita Dias, British Archaeological Reports. vol.2662, p. 117-128.
- DRIESCH, A. von den. (1976) – *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Cambridge, MA: Harvard University, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology Bulletin 1.
- DRIESCH, A. von den, and BOESSNECK, J. (1976) – Die Fauna vom Castro do Zambujal (Fundmaterial der Grabungen von 1966 bis 1973 mit Ausnahme der Zwingerfunde). In Driesch, A. von den, and Boessneck, J. (Eds.), *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel* 5. Institut für Palaeoanatomie, Domestikationsforschung und Geschichte der Tiermedizin der Universität München. Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid. München, p. 4-129.
- GRANT, A. (1982) – The use of tooth wear as a guide to the age of domestic ungulates. In B. Wilson, C. Grigson & S. Payne, *Ageing and sexing animal bones from Archaeological sites*, Oxford: British Archaeological Reports – British series 109, p. 91-108.
- HERNANDEZ CARRASQUILLA, F. (1992) – Some comments on the introduction of domestic fowl in Iberia. *Archaeofauna*, 1, p. 45-53.
- HUTCHINSON, S. & HAWKINS, L.E. (1992) – Quantification of the physiological responses of the European flat oyster *Ostrea edulis* L. to temperature and salinity. *J. Mollus. Stud.* (1992) 58 (2), p. 215-226.
- LENTACKER, A. (1986) – Preliminary results of the fauna of Cabeço da Amoreira e Cabeço da Arruda (Muge, Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 26 (1-4), p. 9-26.
- LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.
- MENDES, H.; PIMENTA, J. (2007) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabdis*, em Vila Franca de Xira. In *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 163-169.
- MENDES, H.; PIMENTA, J. (2007a) – *Contexto quincentista das escavações do Museu do Neo-realismo*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Coleção de Arqueologia. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

- MORENO-GARCÍA, M. & DETRY, C. (2010) – The dietary role of hens, chickens and eggs among a 17th-century monastic order: the Clarisse of Santa Clara-a-Velha, Coimbra (Portugal). *Birds in Archaeology, Proceedings of the 6th Meeting of the ICAZ Bird Working Group in Groningen (23.8-27.8.2008)*, Groningen Archaeological Studies. 12, p. 45-55.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbi*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia n.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira, p. 41-64.
- RIBEIRO, O. (1992) – *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- SCHRIEK, T. van der; PASSMORE, D. G.; FRANCO, F.; STEVENSON, A. C.; BOOMER, I. & ROLÃO, J. M. (2002/2003) – The Holocene environmental history and geoarchaeology of the Mesolithic cultures in the Muge valley, Lower Tagus basin, Portugal. *Muge – Estudos Arqueológicos*. 1, p. 185-198.
- PAYNE, S. (1987) – Reference Codes for wear states in the mandibular cheek teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*. 14, p. 609-614.
- VIGNE J-D, GUILAINE, J, DEBUE, K, HAYE L, GÉRARD P. 2004 – Early taming of the cat in Cyprus. *Science (New York, N.Y.)*. 304 (5668):259.
- VIS, G. J. & KASSE, C. (2009) – Late Quaternary valley-fill succession of the Lower Tagus Valley, Portugal. *Sedimentary Geology*, 221, p. 19-39.

➤ **Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo**

TÂNIA MANUEL CASIMIRO (IAP/IHC – FCSH-UNL, PÓS-DOC FCT)

JOÃO SEQUEIRA (IHC-FCSH/UNL)¹

RESUMO

Cerca de uma centena de objectos em faiança, sobretudo pratos e taças, recuperados no Tejo são aqui apresentados. A ausência de um contexto arqueológico específico permite apenas o estudo formal e decorativo, contribuindo, no entanto, para o conhecimento das produções de Lisboa nos séculos XVI, XVII e XVIII e as movimentações comerciais destes objectos ao longo do Tejo.

ABSTRACT

Approximately hundred tin glazed ware objects found along the River Tagus are studied in this paper, the majority being plates and bowls. The absence of a well defined archaeological context forced us to base the study of this collection on form and decoration, providing a contribution to the study of Lisbon productions and the commercial movements along the Tagus River in the 16th, 17th and 18th centuries.

Introdução

Os objectos dados a conhecer neste artigo foram recuperados ao longo do Rio Tejo entre Muge e Vila Franca de Xira, muitos deles recolhidos nos bancos de areia e margens deste rio e sem serem possíveis de associar a um contexto arqueológico bem definido. Encontram-se depositados nas reservas arqueológicas do Museu de Vila Franca de Xira.

A colecção pode ser datada entre meados do século XVI e finais do século XVIII. A selecção dos objectos aqui apresentados foi efectuada atendendo à forma tradicional com que foram produzidos. Peças associadas a produções industriais têm sido igualmente recuperadas ainda que propositadamente deixadas de parte no presente trabalho. Foram analisadas neste estudo cento e sete peças. Exceptuando uma tampa e um penico, todas elas correspondem a taças ou pratos. Esta é uma realidade morfológica observável em diversos contextos onde as formas abertas chegam a corresponder a cerca de 90% do total das colecções (Casimiro, 2011). Acresce a este número o fragmento de uma caixa de forno, objecto no interior do qual se procedia à segunda cozedura da faiança.

Não sendo possível atribuir-lhe um contexto arqueológico, acreditamos que aquelas são resultado de pelo menos duzentos e cinquenta anos de descarte de lixos no rio Tejo. Recolhas afins são conhecidas ao longo de todo o seu percurso pelo menos desde Abrantes às margens de Lisboa, ainda que raramente divulgadas.

O que se entende por faiança portuguesa começa a ser produzido na área de Lisboa e sul do Tejo durante a primeira metade do século XVI ainda que nessa altura o tipo de louça fosse maioritariamente utilitário. Só a partir de finais de quinhentos começam as olarias de Lisboa,

seguidas por Coimbra e Vila Nova, a produzir louça azul e branca com qualidade suficiente para uma exportação em larga escala. Este tipo de produção irá conhecer o seu momento áureo durante a primeira metade da centúria seguinte, sensivelmente entre 1610 e até 1660, capaz de conquistar mercados internacionais e competindo directamente com as produções italianas, holandesas, francesas e inglesas, com as quais partilha os contextos arqueológicos. Ainda que a produção seja intensa nos finais de seiscentos, é quase exclusivamente orientada ou para o mercado interno ou para as colónias portuguesas, com descobertas um pouco por todo o mundo (Casimiro, Gomes e Gomes, 2015).

A aproximação às cerâmicas recuperadas no Tejo, atendendo à falta de um contexto arqueológico bem definido, tem de ser feita através de tipologias pré-definidas tanto a nível de forma, decoração e cronologia, seguindo metodologias apresentadas em estudos pré-existentes (Casimiro, 2013). Nesse sentido elas serão apresentadas de acordo com as datas de produção numa interpretação cronológica, formal e decorativa. Interessa saber que tipos de faianças saíam de Lisboa em direcção às mais diversas localidades utilizando o Tejo como percurso de distribuição. Efectivamente estas peças têm sido encontradas frequentemente em diversas localidades ao longo do curso do rio nomeadamente Vila Franca de Xira (Mendes e Pimenta, 2007), Alverca (Pimenta e Mendes, 2007), Santarém (Carneiro, 2000; Boavida, Casimiro e Silva, 2016) ou mesmo Abrantes (Delfino e Portocarrero, 2010). Ainda que não publicados surgem notícias de achados em locais como Salvaterra de Magos ou Alhandra e em diversos pontos de Santarém em relatórios de escavações arqueológicas.

As peças aqui apresentadas demonstram uma larga variabilidade de pastas desde as brancas claras às mais rosadas. Ainda que as peças atribuídas ao século XVI possam efectivamente ter sido produzidas tanto em Lisboa como na margem sul do Tejo ambas oferecem pastas macroscopicamente semelhantes. Quanto às produções do séculos XVII e XVIII, não há indicações de olarias em outros locais que não Lisboa, pelo que a variabilidade das pastas está claramente relacionada com o tipo de misturas, às quais se adiciona mais ou menos barro vermelho, e não ao centro produtor.

A apresentação dos objectos combinou a representação gráfica da forma com o registo fotográfico da decoração, permitindo a seriação das formas numa tabela de evolução cronológica, mas igualmente a apresentação do estilo decorativo.

As faianças

As primeiras produções (1520-1610)

Estas correspondem sobretudo a taças carenadas, assentes em pé anelar e a pratos, com fundo em ônfalo, ainda que também tenham sido recuperadas duas taças hemisféricas (Fig. 1). A decoração, quando existente, limita-se a algumas linhas azuis concêntricas junto ao bordo interno ou no interior do fundo. São peças que se sabem ter sido produzidas tanto em Lisboa como na margem sul do Tejo, pelo menos desde a primeira metade do século XVI, ainda que com maior divulgação a partir de 1550 e sensivelmente durante toda a segunda metade daquele século sendo utilizadas ainda nos primeiros anos da centúria seguinte quando a louça azul e branca era ainda muito dispendiosa e acessível apenas a alguns.

Trata-se do tipo de peças mais frequente nesta colecção com vinte e quatro taças carenadas, dezoito pratos com fundo em ônfalo, duas taças hemisféricas e três pratos rasos, com o fundo ligeiramente côncavo, num total de quarenta e sete peças. Destas apenas quatro

apresentam decoração, muito embora uma quinta peça ofereça metade do seu corpo vidrado a verde, solução já conhecida nesta cronologia nas produções dos fornos identificados na Mata da Machada (Torres, 1990; Carmona e Santos, 2005). A decoração, sempre a azul, traduz-se em linhas concêntricas junto ao bordo ou fundo, em dois dos casos. No interior de uma taça surgem diversos semicírculos arrumados numa opção quase floral (Fig. 1A) e em outra sobrevém o que se pode designar de uma pequena palmeta, possivelmente inspirada nas decorações espanholas.

São peças muito frequentes nas cronologias indicadas e largamente identificadas nos contextos arqueológicos nacionais, mas ainda parcamente publicadas, tais como o Palácio dos

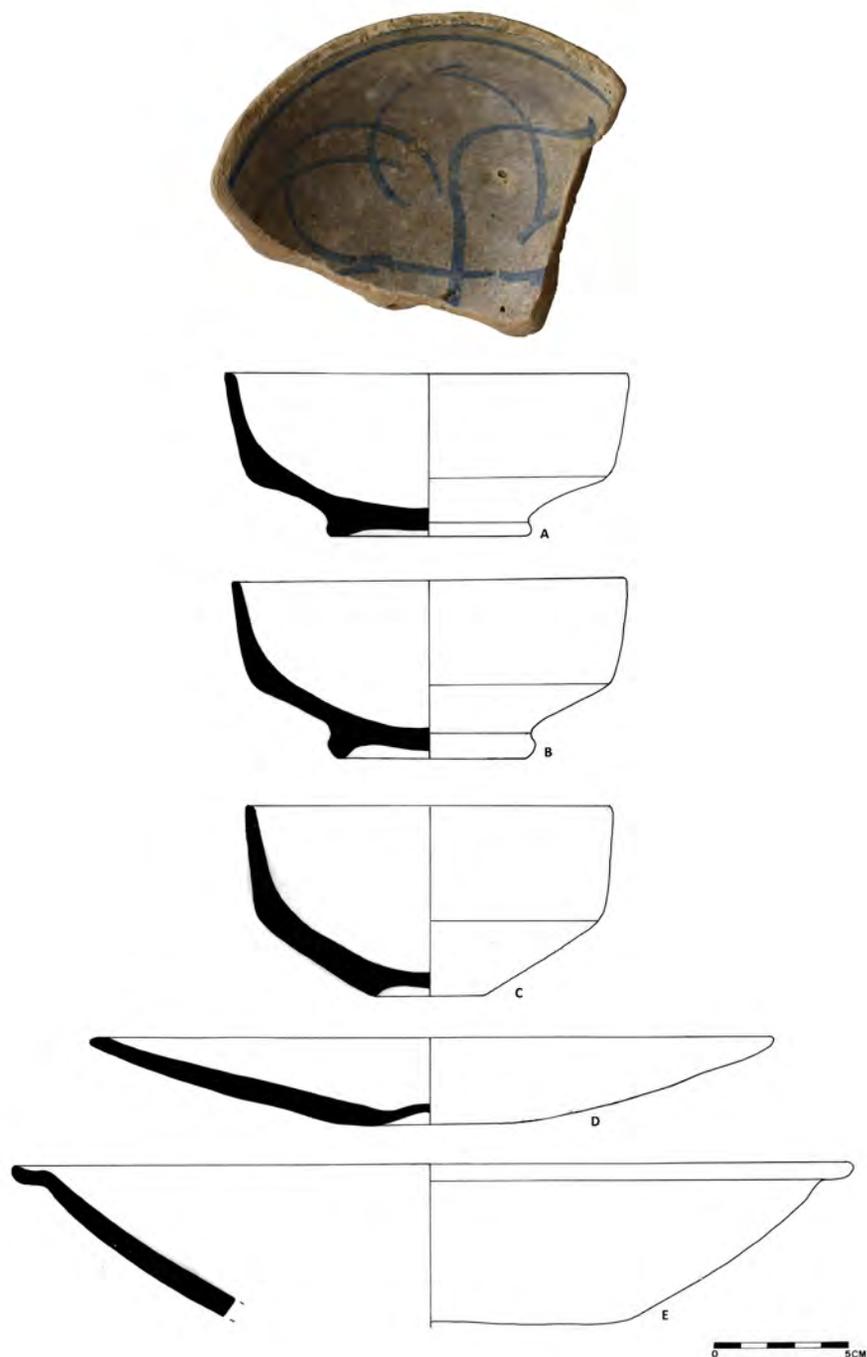


Figura 1
Faianças (1520-1610)

Corte Real em Lisboa (Sabrosa, 2008), ou na prisão do Aljube (Amaro et al., 2016), em Coimbra (Silva, 2016) ou em Almada (Casimiro, Barros e Gonçalves, 2014). Em boa verdade elas surgem em grande quantidade um pouco por todo o país ainda que até há cerca de uma década fossem publicadas exclusivamente como produções espanholas (Barbosa, Casimiro, Manaia, 2009; Gomes e Gomes, 1996; Sabrosa, 2008) pois não apenas imitam os modelos espanhóis como se desconheciam a sua produção em Lisboa e arredores, já devidamente comprovada (Ferreira, et al., 2013).

De notar que duas das peças apresentam esgrafitos no exterior do fundo, marcas que, ainda não tendo sido confirmado, têm vindo a ser identificadas como sinalizando a sua pertença a um indivíduo em particular podendo corresponder a letras, cruces ou mesmo estrelas, marcando propriedade (Barbosa, Casimiro e Manaia, 2009; Gomes e Gomes, 1996).

A partir de 1570/80 estas produções começam progressivamente a ser substituídas por peças decoradas a azul e que bebem inspiração não apenas nas produções europeias, espanholas e italianas, mas também nas produções orientais, que se tornam efectivamente uma das principais influências na produção portuguesa. São peças raras nos contextos arqueológicos e apenas uma pequena percentagem do total de louça revestida a esmalte estanífero nesta cronologia. A maioria continua a ser a louça utilitária ao estilo espanhol. Nenhuma destas peças foi reconhecida na colecção que aqui se apresenta. [FIG.1](#)

A afirmação do azul e branco (1610-1635)

Apenas três peças podem ser fielmente atribuídas a este período com duas taças e um prato. É o momento em que a louça azul e branca, decorada com motivos de inspiração oriental e europeia começa a aparecer com maior frequência nos contextos arqueológicos, substituindo progressivamente a louça branca tão em voga na centúria anterior.

Dois dos objectos apresentam decoração denominada de pequenas espirais (Fig. 2A), algo que tem vindo a ser registado desde finais do século XVI, mas que tem o seu período áureo de produção entre 1610 e 1635, desaparecendo completamente na segunda metade do século XVII. A outra peça trata-se de pequena taça cujas paredes exteriores apresentam decoração de inspiração oriental com vestígios de elementos vegetalistas inseridos numa cartela oval (Fig.2B). Decoração muito semelhante pode ser encontrada em igual forma, datada de 1621, que se encontra em exposição no Museu Nacional Soares dos Reis no Porto (Santos, 1960, 42).

É ainda o momento onde a Faiança Portuguesa é muito fiel aos modelos que copia com decorações muito semelhantes às produções de porcelana e mesmo às restantes peças de inspiração Europeia. O seu valor de mercado deveria ser altíssimo pois não só falamos de peças de elevada qualidade produtiva como a própria temática decorativa assim o sugere com diversos brasões de famílias portuguesas e estrangeiras. Estes objectos seriam certamente consumidos pelas elites nacionais e estrangeiras. [FIG.2](#)

A democratização do consumo (1635-1660)

Não obstante terem sido recuperados apenas dez objectos desta cronologia, este é o período em que a faiança portuguesa começa a aparecer em grandes quantidades nos contextos arqueológicos. A par das peças de enorme qualidade, tal como o grande prato com a figuração central de coelho e pássaro que se encontra nesta colecção (Fig.1G), claramente



Figura 2
Faianças (1610-1660)

destinado ao consumo das elites, começam a surgir peças de menor dimensão e com decoração vegetalista que se encontram associados a contextos arqueológicos menos abastados.

A decoração de inspiração oriental continua a ser uma das principais características destas cerâmicas, ainda que a reprodução já não seja fidedigna, mas sim com um estilo mais livre onde os rolos de papel e as folhas de artemísia se irão transformar nos conhecidos *aranhões* inseridos no interior de cartelas que alternam nas abas dos pratos com crisântemos e laços, motivos representados no grande prato já mencionado. Esta é efectivamente uma das decorações mais solicitadas pelos mercados internacionais com diversos achados no Norte da Europa e no Novo Mundo (Casimiro, 2011; Gomes e Casimiro, 2013, 121; Ostkamp, 2010, 59; Stoddart, 2000, 60)

Um dos pratos possíveis de atribuir a esta cronologia apresenta no interior do fundo vestígios de um brasão onde ao centro se encontrava um leão rampante, normalmente reconhecido como o brasão dos Silvas, ainda que diversas famílias o pudessem ter utilizado (Fig. 2E). É igualmente um dos tipos decorativos mais frequentes neste momento e a sua distribuição nacional e internacional com achados um pouco por todo o país, mas igualmente em Inglaterra e na Terra Nova, lançam a discussão se seria utilizado apenas por famílias nobres ou em qualquer ambiente doméstico (Casimiro, 2011; Wilcoxon, 1999).

Oito das peças atribuídas a este período podem ser generalistamente designadas como contendo decoração vegetalista destacando-se as grandes pétalas, os fetos e um exemplar com algo que podemos designar como trepadeiras (Fig. 2C, D, F). Peças semelhantes podem ser encontradas em diversos arqueossítios em Lisboa (Gomes e Casimiro, 2013, 28; Torres, 2011), Almada (Casimiro, Barros e Gonçalves, 2014), ou mesmo Setúbal (Almeida, 2012). Ainda que exportadas em menor escala encontram-se igualmente nos contextos internacionais (Casimiro, 2011; Clays, Jaspers e Ostkamp, 2010).

É um dos momentos mais criativos da produção de faiança portuguesa onde são produzidas grande parte das peças que se conhecem em contexto arqueológico, pelo que a ocorrência de apenas dez peças nesta colecção é algo que nos surpreendeu. É o momento da democratização do consumo em que estes objectos chegam a camadas menos abastadas da população e efectivamente recuperados em quantidades consideráveis em diversos contextos arqueológicos directamente relacionados com o Tejo. Em outros locais do país este fenómeno também se observa, nomeadamente no Porto, Coimbra, São João de Tarouca, ainda que alimentados pelos outros centros produtores (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1996; Sebastian, 2015). **FIG. 3**

A consolidação do consumo (1660-1700)

Este é o momento em que a produção de faiança continua em larga escala, ainda que o tipo de decoração sofra grandes alterações. Uma das características que mais distingue este período trata-se da introdução prolífica do uso do manganês que, no período anterior, tinha sido utilizado parcamente em algumas peças denominadas de desenho miúdo. A sua utilização mais frequente, a partir de 1660, será na decoração de pratos com aranhões muito estilizados, que alteram com crisântemos, rendas, contas e a faixa barroca, ainda que ocasionalmente apareçam objectos com pequenos apontamentos em vinoso.

De um total de 20 objectos possíveis de atribuir a esta cronologia na colecção aqui estudada, cinco apresentam decoração em manganês (Fig. 3). Um prato e uma tampa oferecem uma das decorações mais frequentes nos contextos arqueológicos, as denominadas contas (Fig. 3D), que irá perdurar até finais d século XVIII. Este é o momento do aparecimento da

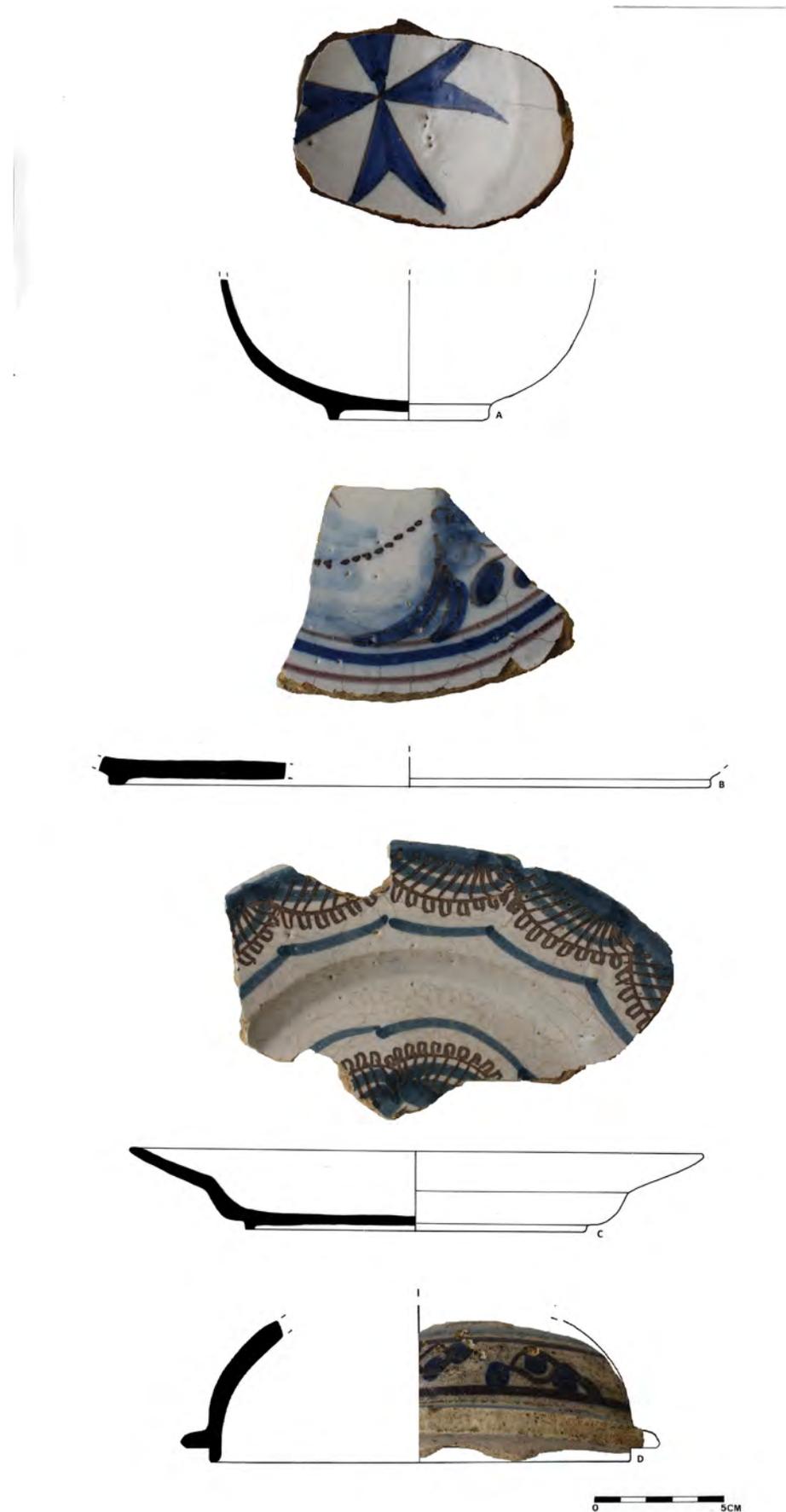


Figura 3
Faianças decoradas
a azul e manganês
(1660-1700)

decoração designada de rendas, que pode surgir em azul ou em azul e manganês, tal como o prato que aqui foi identificado com rendas na aba e junto ao fundo (Fig. 3C). Estes são achados frequentes na zona de Lisboa, nomeadamente na Casa dos Bicos em contextos de finais do século XVII (Amaral e Miranda, 2002, 62). Relativamente aos outros dois recipientes com decoração a azul e manganês um deles trata-se de grande prato, do qual infelizmente só possuímos pequena porção do fundo, mas onde se pode observar ainda o colo de busto de senhora com parte do pescoço e o colar que o adornava (Fig. 3B). Estes objectos representavam imagens quase caricaturadas de senhoras, em vestes nobres, que podem estar de alguma forma relacionadas com as floras mitológicas (Gomes e Casimiro, 2016). Foi também recuperada taça hemisférica com uma estrela, semelhante à estrela de Malta, no interior do fundo (Fig. 3A). Decoração afim foi encontrada em prato no espólio de naufrágio identificado na Ilha do Sal, em Cabo Verde (Gomes, Casimiro e Gonçalves, 2012).

Ainda que o manganês tenha sido a grande inovação deste período, o azul sobre branco continua a ser a decoração mais frequente sobretudo com a consolidação de um tipo ornamental denominado de semicírculos concêntricos que irá sobrepor-se a todos os outros tipos decorativos com enorme quantidade de materiais e, até ao momento, reconhecido em todos os contextos arqueológicos lisboetas de finais do século XVII, bem como em diversos contextos coloniais. Nove objectos apresentando esta ornamentação encontram-se na presente colecção, correspondendo a seis taças troncocónicas, um prato sub-trococónico e duas taças hemisféricas (Fig. 4A-E). Outra decoração frequente mostra-se nos pratos onde o fundo apresenta uma muito estilizada Cruz-Espada da Ordem de Santiago, solução deveras recorrente nas cronologias aqui mencionadas com achados frequentes em Lisboa não apenas em contextos de consumo, mas igualmente em contextos de produção com diversos objectos identificados na Rua de Buenos Aires, associados a restos de produção que preenchiam buracos abertos para extrair barro utilizado nas olarias de faiança na zona de Santos (Batalha et al, 2012).

Este é o último momento da exportação de faiança portuguesa com raros achados fora do país ou das colónias portuguesas, mas ainda com algumas evidências em Inglaterra e na Terra Nova (Casimiro, 2011), tendo a exportação para os Países Baixos cessado por completo. FIG.4

O regresso ao branco (1700-1766)

Nos inícios do século XVIII a profusa decoração que preenchia os centros e abas dos pratos em faiança tende a desaparecer para quase assistirmos a um regresso às origens, levando a que algumas peças produzidas já na centúria de setecentos sejam muitas vezes mal interpretadas como quinhentistas. Durante este período, cujo *terminus* se coloca em 1766 não devido ao fim da produção das olarias, que continuaria, em alguns casos, por todo o século XIX, mas por se tratar do ano da fundação da primeira unidade industrial de produção de louça. Aquele ocorreu em Massarelos, no Porto seguida, no ano seguinte, por Lisboa, com a fundação da Real Fábrica de louça ao Rato. Estas unidades industriais vão efectivamente produzir um tipo de louça muito diferente daquele que as olarias manufacturavam em muito inspiradas pelos modelos franceses e ingleses.

Na colecção em apreço este período corresponde a vinte e quatro peças onde se contabilizam seis taças hemisféricas, cinco tigelas de paredes oblíquas, doze pratos e um vaso de noite. As peças destinadas ao consumo de alimentos à mesa apresentam todas soluções decorativas muito semelhantes com duas linhas azuis concêntricas junto ao interior do bordo e outras duas junto ao fundo. O centro do fundo apresenta elemento vegetalista muito estilizado e



Figura 4
Faianças decoradas a azul (1660-1700)

de reduzidas dimensões (Fig.5 A,B,D,F). Peças destas são sobretudo comuns nos contextos arqueológicos associados ao terramoto de 1755 pois seriam a maioria das peças em uso na altura, particularmente em Lisboa e arredores. Destacam-se os achados identificados em casa setecentista escavada na encosta do Martim Moniz (Casimiro, 2011a), mas igualmente em Almada, nos Paços do Concelho (Barros, 1984).

É o momento onde diversa louça dita conventual é recuperada durante as escavações de antigas casas religiosas, designadamente no Mosteiro de São Vicente de Fora (Ferreira, 1981) ou no Convento de São Francisco (Torres, 2011), ambas em Lisboa ou mesmo em Setúbal, no Convento de Jesus (Almeida, 2012). Esta louça torna-se quase completamente branca apenas com alguns apontamentos a azul ou manganês onde não raramente surgem as iniciais da ordem religiosa.

Olarias em tempos industriais 1766-1850

Com o desenvolvimento das produções industriais as olarias tendem a alterar ligeiramente as suas decorações de forma a poderem corresponder às novas produções. Apenas três pratos desta cronologia foram identificados nesta colecção, produção que tinha agora de concorrer directamente com os melhores modelos ao estilo Europeu e que deve ter sido orientada para um consumidor menos exigente. Este tipo de produção começa progressivamente a ser abandonado e durante o século XIX é apenas residual. FIG.5



Figura 5
Faianças (1700-1850)

Discussão

As peças recuperadas ao longo do Tejo apresentadas neste trabalho correspondem na sua totalidade a produções de Lisboa. Excepção terá de ser feita às peças reconhecidas como produções do século XVI, atendendo ao bem documentado centro produtor identificado na zona do Barreiro que pode, efectivamente, ter sido responsável pela produção de alguns daqueles artefactos.

A presente colecção representa com fidedignidade a evolução da própria faiança portuguesa produzida em Lisboa com exemplares que podem ser datados entre 1520/50 até meados do século XIX e com peças de quase todos os grandes momentos produtivos. Desta forma existem exemplos de diversas taças e pratos quinhentistas com singela decoração ao estilo das produções andaluzas. O início das produções de inspiração oriental, ainda com apontamentos europeus é representado, como se esperava, apenas com alguns fragmentos atendendo ao elevado custo que estas cerâmicas teriam em tão recuado momento. O número de exemplares aumenta por volta de 1630/40 quando se assiste ao que normalmente se designa de democratização do consumo e quando esta faiança passa a estar disponível em maior número, abastecendo não apenas as exigências das elites com grandes pratos e potes, mas igualmente as necessidades quotidianas da população.

Por outro lado não podemos ignorar que o século XVII marca o recuo da importação de porcelana chinesa e que estas cerâmicas azuis e brancas, que tão bem a contrafaziam sem a substituir, podem ter complementado o desejo de consumo de produtos orientais.

Numa aproximação global à colecção nota-se que apenas uma peça, o grande prato com a lebre e a ave, pode efectivamente ser considerada de grande qualidade, cujo preço seria incomportável para a maior parte da população. O grosso da colecção, ao longo dos seus duzentos e cinquenta anos, revela que se tratam maioritariamente de peças utilitárias, as que seriam utilizadas à mesa no consumo de alimentos. Será difícil, atendendo à ausência de contexto arqueológico, tirar conclusões sobre estes *ratios*. No entanto, o facto de maior parte das peças encontradas corresponderem à primeira fase de produção pode efectivamente indicar que durante o século XVI o Tejo era o principal canal de acesso a cidades como Santarém ou Abrantes. No entanto é impossível utilizar a presente colecção como reflexo dos movimentos comerciais que a faiança portuguesa desempenhava neste rio. Seria necessária a publicação de mais contextos de Idade Moderna ao longo deste curso fluvial para inferir sobre isto, algo que ainda só aconteceu em Vila Franca e em Santarém.

Foi recuperada uma peça cuja cronologia é impossível de definir. Trata-se de um fragmento de caseta ou caixa de forno no interior do qual estas peças eram cozidas durante a segunda cozedura a que eram submetidas de modo a vitrificar a sua superfície. Ainda que nos possa parecer estranho estes objectos aparecerem fora dos centros produtores, não é impossível que aquela tenha viajado no interior de qualquer caixa de louça que saiu de Lisboa, excluindo-se para já a hipótese de produção de faiança ao qualquer outro local ao longo do Tejo.

Convém ainda questionar como foram estas cerâmicas parar ao estuário do Tejo. O seu contexto de deposição não permite avaliar as marcas de uso, devido ao elevado estado de erosão das superfícies. Uma das hipóteses mais plausíveis é que tenham sido descartadas aquando do seu transporte rio acima. Não raro estas peças partiam-se dentro das caixas e seriam tendencialmente rejeitadas ainda antes de entrarem nos circuitos comerciais urbanos. No entanto, não podemos ignorar a presença de duas marcas esgrafitadas no fundo de peças do século XVI, sugerindo que aquelas foram efectivamente utilizadas por alguém, sugerindo tratarem-se de restos domésticos que chegariam ao Tejo. [FIGS. 6 E 7](#)

Figura 6
Gráfico com a
distribuição da faiança
encontrada no Tejo

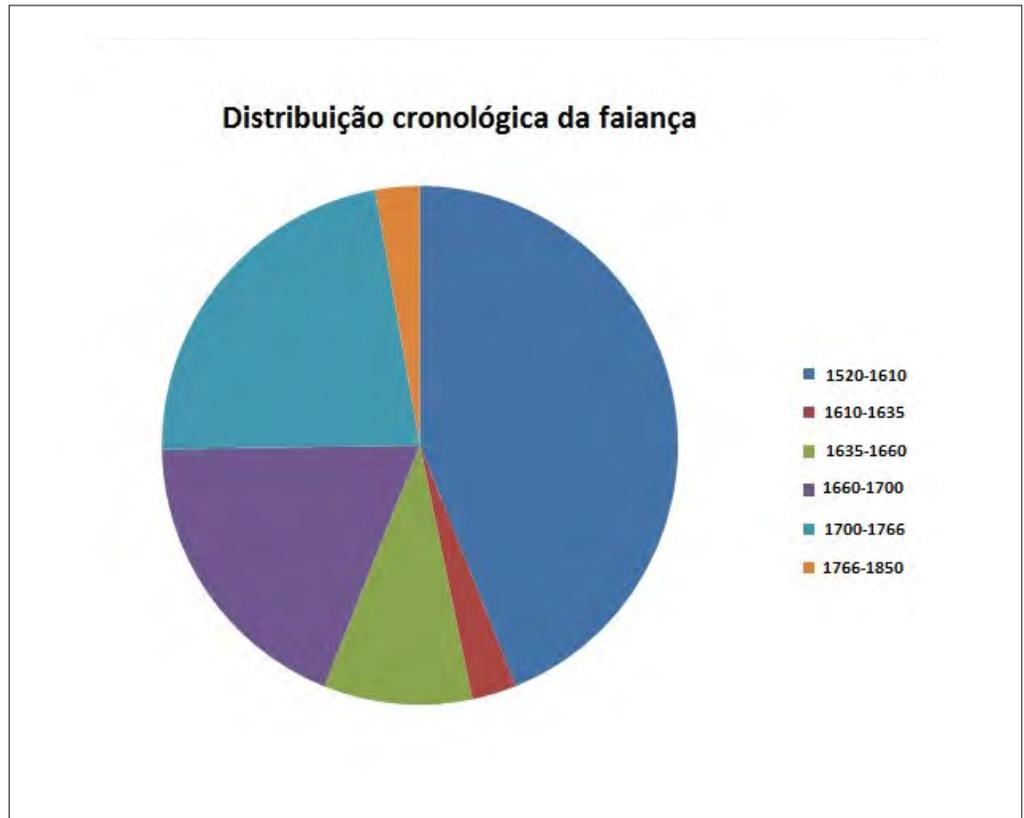
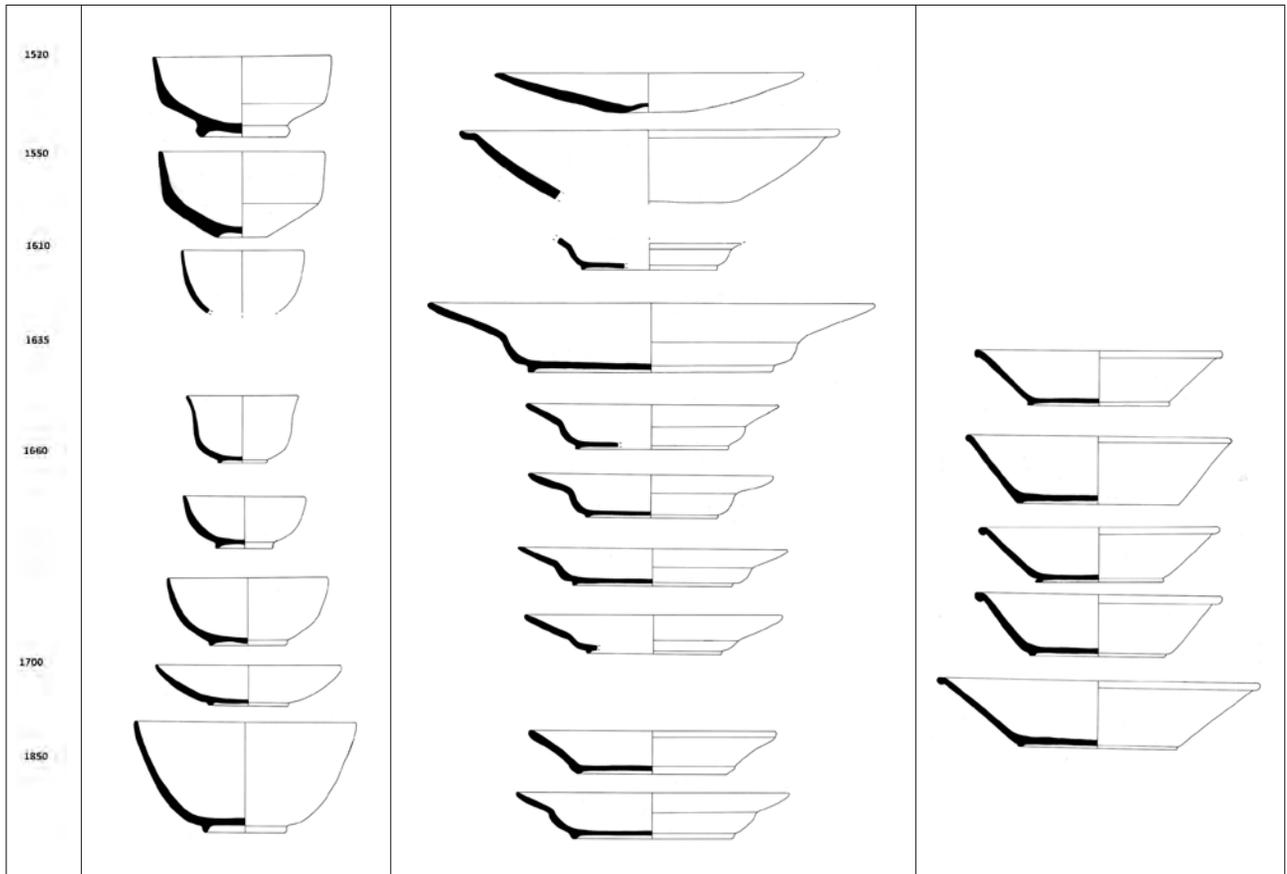


Figura 7
Tabela evolutiva das
formas encontradas
no Tejo



Conclusão

A presente colecção permite assim traçar um retrato da evolução produtiva da faiança lisboeta desde o seu início, nas olarias da capital ou da margem sul, até ao momento em que as fábricas começam a sobrepor a produção através de métodos mais industriais e as suas variações morfológicas. Decorativamente é possível observar igualmente o desenvolvimento da iconografia desde as singelas linhas azuis no fundo dos pratos do século XVI, passando pela profusa decoração de inspiração oriental e Europeia que marca o século XVII e voltando, nos inícios do século XVIII, à decoração minimalista apenas com alguns apontamentos de azul.

É muito semelhante às faianças que se encontram em diversos contextos arqueológicos em diferentes centros urbanos directamente relacionados com o Tejo, nomeadamente Vila Franca de Xira ou Santarém. Acreditamos que realidades afins sejam identificadas em outros lugares ainda que a ausência de publicações, onde haja uma boa explicação do contexto arqueológico e dos seus materiais, não nos permita fazer avançar com mais conclusões acerca da base social de consumo destes materiais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. (2012) – *Convento de Jesus (Setúbal) Arqueologia e História: Faiança decorada*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- AMARAL, M.; MIRANDA, T. (coord.) (2002) – *De Olisipo a Lisboa: A Casa dos Bicos (catálogo da exposição da Casa dos Bicos)*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- AMARO, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J.P.; MANSO, C. (2016) – Faiança quinhentista recuperada num compartimento da antiga prisão do Aljube, Lisboa. In Gomes, R.V.; Casimiro, T.M.; Gomes, M. V. (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 67-78.
- BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. e MANAIA, R. (2009) – A household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics*. 37, p. 119-136.
- BARREIRA, P.; DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 145-184.
- BARROS, L. (1984) – Trabalhos arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada. *Almadan*. 1.ª série. n.º 3, p. 25-27.
- BATALHA, L.; CAMPÔA, A.; CARDOSO, G.; NETO, N.; REBELO, P.; SANTOS, R. (2012) – Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII. Dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (ed.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 951-962.
- BOAVIDA, C.; CASIMIRO, T.M.; SILVA T. (2016) – Portuguese faience in Santarém: evidence from two convents. In Gomes, R. V.; Casimiro, T.M.; Gomes, M. V. (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 257-262.
- CARMONA, R.; SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*, Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- CARNEIRO, A. (2000) – O Mundo a azul e branco. Porcelanas e faianças da Casa do Brasil (Santarém). In Custódio, J. (coord.) *Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 61-76.
- CASIMIRO, T.M. (2011) – *Portuguese Faience in England and Ireland*, B.A.R. International Series S2301. Archaeopress. Oxford.
- CASIMIRO, T.M., (2011a) Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *Arqueólogo Português*. Vol. 1. 5.ª série, p. 689-726.
- CASIMIRO, T.M. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 14, p. 355-373.
- CASIMIRO, T.M.; BARROS, L.; GONÇALVES, J. (2014) – Faiança Portuguesa em Almada (séculos XVI-XVIII). *Anais de Almada*. 17, p. 195-208.

- CASIMIRO, T.M.; GOMES, R.V.; GOMES, M.V. (2015) – Portuguese Faience trade and consumption across the World (16th-18th centuries). Buxeda I Garrigós, J.; Madrid I Fernandez, M.; Iñáñez, J (ed.), *Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*. BAR International Series 2761. Oxford: Hadrian Books, p. 67-80.
- CLAYS, J.; JASPERS, N.; OSTKAMP, S. (2010) – *Vier eeuwen leven en sterven aan de Dokkershaven in Vlissingen*. ADC-Monografie 9. Amersfoort.
- DELFINO, D.; PORTOCARRERO, G. (2014) – *8000 anos a transformar o barro. Cerâmicas do miaa*. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- FERREIRA, F. E. (1983) – Escavação do ossário de S. Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*. C.M.L. 2ª série. N.º 4, p. 5-36.
- FERREIRA, L.F.; MACHADO, I.; FERRARIA, A.; CASIMIRO, T.M.; COLOBAN, Ph. (2013) – Portuguese tin-glazed earthenware from the 16th century: A spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes. *Applied Surface Science*. 285, part B, p. 144-152.
- GOMES, M.V., CASIMIRO, T.M. (ed.) (2013) – *On the world's routes. Portuguese Faience (16th-18th centuries)*. Lisbon: Instituto de Arqueologia e Paleociências.
- GOMES, M.V.; CASIMIRO, T.M. (2016) – Break the code. A Contribution to the Classification and Interpretation of Portuguese Faience iconography (16th-18th centuries). Anthropomorphic representations as a case study. In Gomes, R.V.; Casimiro, T.M.; Gomes, M.V. (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 449-472.
- GOMES, M.V., CASIMIRO, T.M. and GONÇALVES, J., (2012) – *Espólio do naufrágio da Ponta do Leme Velho – Ilha do Sal, Cabo Verde*. Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1993) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço – cisterna de Silves. *Xelb*. 3, p. 143-205.
- MENDES, H.; PIMENTA, J. (2007) – *Contexto quinhentista das escavações do Museu do Neo-realismo, Vila Franca de Xira*: Câmara Municipal Vila Franca de Xira.
- OSTKAMP, S. (2010) – Portuguese faience uit Nederlandse bodem, *Polder Vondsten*, n. 13, p. 54-61.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) – A intervenção Arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo. In Nunes, G. (coord.), *Alverca da terra às gentes: catálogo da exposição*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 53-67.
- SABROSA, A., 2008 – As Faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Câmara Municipal de Tondela. Tondela, p. 109-142.
- SANTOS, R. (1960) – *Faiança Portuguesa. Séculos XVI e XVII*. Porto: Livraria Galaica.
- SEBASTIAN, L. (2015) – *A Faiança Portuguesa de Olaria na Intervenção Arqueológica do Mosteiro de S. João de Tarouca*, Lamego: Direcção Regional de Cultura do Norte.
- SILVA, R. (2016) – The faience of the 2nd half of the 16th century at the Episcopal palace in Coimbra (Portugal). In: Gomes, R.V.; Casimiro, T.M.; Gomes, M.V. (eds.) *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 181-188.
- STODDART, E. (2000) – Seventeenth-Century Tin-Glazed Earthenware from Ferryland. *Avalon Chronicles*. Vol. 5, p. 49-99.
- TORRES, C. (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro. *Archaeologie* XIII. Madrid: Casa Velazquez, p. 131-141.
- TORRES, J. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise de cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. FCSH-UNL. Lisboa. Policopiado.
- WILCOXEN, C. (1999) – Seventeenth-century Portuguese Faience and its Presence in Colonial America. *Northeast Historical Archaeology*. 28, p. 1-20.

NOTAS

¹ Os autores não subscrevem o acordo ortográfico de 1990.

➤ Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI e XVII

TÂNIA MANUEL CASIMIRO (IAP/IHC – FCSH-UNL PÓS-DOC FCT)

JOSÉ PEDRO HENRIQUES (IAP – FCSH-UNL)¹

RESUMO

Oito fragmentos de peças de porcelana foram recuperados em recolhas no rio Tejo. Ainda que sem contexto arqueológico definido é possível, através do estudo da forma e decoração, compreender que foram produzidas e consumidas entre os inícios do século XVI e os inícios do século XVII.

ABSTRACT

Eight porcelain fragments were found in the River Tagus. Despite the absence of a secure archaeological context a study based on formal a decorative elements permitted to conclude that these vessels were consumed between early 16th and early 17th century.

Introdução

As primeiras porcelanas documentadas em Portugal datam do retorno da viagem de Vasco da Gama à Índia em 1499, quando este oferece ao rei D. Manuel I na sua chegada a Lisboa, entre outros produtos exóticos, algumas porcelanas adquiridas em Calecut. A partir desta data, a importação de porcelana chinesa para Portugal não cessou, desempenhando este produto uma importante fonte de lucro e constituindo provavelmente o mais numeroso indício arqueológico do comércio português no oriente. Os lucros obtidos com estes produtos seriam tais que em 1522 um documento de D. João III menciona que os navios vindos da Índia podem trazer até um terço da sua carga em porcelanas, partilhando, no entanto, esse terço, com outros produtos, demonstrando o quão importante seria o peso económico destes bens na primeira metade do século XVI, mas igualmente a grande quantidade que entrou no país (Intino, 1992, 63).

O conjunto de porcelana chinesa em apreço é formado por sete pratos e uma taça, na sua totalidade decorados a pintura azul-cobalto sobre vidro translúcido.

Foram recolhidas no fundo do Tejo sem contexto arqueológico definido, em zonas associadas à exploração de areias e encontram-se depositados nas reservas arqueológicas do Museu de Vila Franca de Xira.

A publicação de artefactos sem contexto arqueológico é sempre uma tarefa difícil sobretudo porque a sua interpretação encontra-se sempre condicionada ao facto de não sabermos onde, quem ou como aqueles bens foram consumidos. Todavia, reconhecendo a importância destas porcelanas enquanto objectos de importação produzidos na China, sabemos que a presença de louça chinesa ao longo do curso do Tejo manifesta movimentações comerciais que não podemos ignorar até porque estes materiais, apesar da sua frequência nos contextos arqueológicos portugueses, não seriam acessíveis às camadas pobres da população, sendo

sobretudo encontrados associados a contextos com uma classe económica mediana dentro dos centros urbanos, possivelmente mercadores ou oficiais, ou ligados a palácios e casas religiosas, de norte a sul do país, ainda que muitos deles careçam de publicação mais detalhada (Leal e Ferreira, 2007; Gomes e Gomes, 1993, 195; Fernandes e Carvalho, 1998; Lopes e Roque, 2012; Botelho, 2012; Trindade, 2012).

São peças que se encontram com frequência nas cidades localizadas nas margens do Tejo com maior incidência nos contextos lisboetas (Henriques, 2012; Gomes, Gomes e Casimiro, 2015; Casimiro, Boavida, Moço, no prelo), mas igualmente nas cidades nas margens do rio demonstrando como esta via fluvial seria certamente o meio de distribuição mais utilizado. Falamos dos exemplos de Almada (Pequito, 2000, 69), Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2007, 222), Abrantes (Delfino e Portocarrero, 2014, 90) ou Santarém (Carneiro, 2000).

As evidências

O exemplar mais antigo desta colecção é o fragmento de prato, fabricado em pasta grosseira de tonalidade bege, com pé em anel de secção triangular ligeiramente reentrante, ostentando na superfície interna medalhão central com decoração vegetalista delimitado por duas linhas em círculo. Na superfície externa, a parede oferece ténues vestígios de incisões profundas verticais (Fig.1C). A exiguidade do fragmento não permite o reconhecimento completo da sua forma nem da temática decorativa no centro, contudo, a característica pintura em pinceladas vigorosas e de contorno rude, onde o contraste dos tons de azul se mostra mal conseguido, bem como a presença de decoração incisa na parede externa, remete-nos para uma produção de inícios do século XVI, comuns durante o reinado Zhengde, imperador entre 1506 e 1521, e extensamente exportados para o sudeste asiático. Com uma decoração semelhante existe um pequeno prato na Fundação Baur, em Genebra, onde se observam quatro crisântemos com as respectivas hastes assentes numa rocha, datados de inícios do século XVI (Crick, 2010, 308). Objectos da mesma cronologia foram identificados no decorrer das escavações arqueológicas do Aljube em Lisboa, em contextos dos finais de quinhentos, o que demonstra a durabilidade da porcelana nos quotidianos quinhentistas lisboetas (Henriques, 2012, 321, Est. 1.2).

Devemos no entanto referir a existência de peças iguais recuperadas em contexto de naufrágio de dois navios portugueses na costa sul-africana. O suposto São João, naufragado em 1552 junto de Port Edward e o que foi reconhecido como o São Bento, em 1554, em Msikaba (Maggs, 1984, fig. 9; Auret e Maggs, 1982, fig. 31-33).

A possibilidade de em ambos os casos se tratarem de aquisições de peças que circulavam no mercado asiático por um longo período de tempo, ou objectos cujo fabrico se prolongou, constituem algumas hipóteses interpretativas, uma vez que formam uma pequena parte da porcelana recuperada, sendo a restante perfeitamente integrada nas produções já de época do imperador Jiajing, contemporâneo destes naufrágios.

É durante o reinado do imperador Jiajing (1522-1566) que podemos enquadrar a produção de quatro peças do conjunto aqui apresentado. Ao contrário da anterior, são fabricadas em pasta muito fina, completamente branca, pintadas em dois tons de azul-cobalto contrastante, com traços finos e precisos, exceptuando um exemplar de características menos cuidadas (Fig.1D).

O fragmento de fundo de prato com pé em anel ligeiramente reentrante de secção triangular, ostenta no medalhão central delimitado por duplo traço, a cabeça de uma fénix (Fig.1B). Símbolo do sol, da fertilidade, colheita abundante, boa sorte e longevidade, é o segundo dos animais imortais taoístas a seguir ao dragão, seguida do unicórnio e da tartaruga e também emblema da imperatriz.

São conhecidos dois pratos com o motivo da fénix na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em Lisboa, datadas de meados do século XVI (Matos, 1996, 61). Também no Convento de Santana em Lisboa foram encontrados dois pratos com um motivo semalhante (Gomes, Gomes e Casimiro, 2015, 99, Fig. 7.3 A-B). Em ambos os casos a fénix está a contemplar uma bola de fogo, elemento que poderá corresponder àquele que aqui observamos mas que é de difícil leitura dado o estado de fragmentação da peça.

Contemporânea da anterior é o fragmento da pequena taça de corpo hemisférico com bordo sub-circular. Na face interna a decoração desenvolve-se de forma paralela ao bordo, e é constituído por fina linha a azul abaixo da qual se desenvolve faixa mais espessa de pequenos elementos vegetalistas muito estilizados que enquadram pequenos pontos a azul. Na superfície externa a linha do bordo encontra-se delimitada por duplo traço, abaixo dos quais se destaca elemento decorativo em forma de medalhão polilobado, que na base apresenta uma cabeça de *ruy* estilizada. O interior é preenchido por um leão, símbolo da sabedoria de Buda, guarda porta dos templos, por vezes representado a jogar com uma bola de brocado (Fig.1A).

A decoração em medalhões circulares na superfície externa, normalmente em número de quatro, é conhecida desde meados do século XVI, tal como o atestam os exemplares recuperados no já supra citado naufrágio do São Bento (Auret e Maggs, 1982, fig. 11. 2 e 3). FIG.1

De fabrico menos cuidado é o fragmento de fundo de prato, com pé em anel reentrante, e pintura esbatida a azul-cobalto de tonalidade acinzentada sobre a pasta de coloração também ela acinzentada (Fig.1D). A natureza dos motivos decorativos é de difícil percepção, parecendo destacar-se a representação de uma nuvem muito estilizada no interior do medalhão central delimitada por dois traços a azul. A caldeira é decorada em ambas as superfícies por motivos vegetalistas muito estilizados. Esta coloração que em nada caracteriza a produção de porcelana durante este reinado, deve-se muito provavelmente, não apenas ao uso do azul-cobalto de *Shanggao*, de origem local (Crick, 2010, 226), que lhe atribui uma coloração mais pálida que as restantes peças da colecção, mas também devido a um mau controlo da quantidade de oxigénio no interior do forno durante o seu processo de cozedura. Embora não tenhamos conseguido encontrar nenhum paralelo directo para este exemplar, o facto de apresentar um corpo espesso excluem-no nas características produções de exportação do final do reinado do imperador Jiajing, sendo provavelmente contemporâneo das duas peças acima referidas.

Na segunda metade do século XVI desenvolve-se uma das temáticas decorativas com maior difusão da porcelana de exportação para os mercados do sudeste asiático, Médio Oriente e Europa. O fragmento de prato com bordo recortado em forma de chaveta e secção subcircular é exemplo típico desse período (Fig.2A). Na aba a decoração desenvolve-se em faixa, delimitada junto ao bordo por traço a azul que contorna o recortado do mesmo, enquanto na zona de transição para a caldeira, deixada em reserva, é delimitada por traço simples. No interior dessa faixa observa-se na zona inferior uma série de finos traços a azul que representam água denotando-se a presença de uma garça branca, entre motivos de vegetação aquática estilizados. No tardo, a aba é decorada por um ramo vegetalista estilizado, enquanto na caldeira se observa parte do que corresponde ao ramo de um pessegueiro, onde em exemplares completos é possível observar uma ave pousada. Embora no caso acima referido não seja possível perceber qual o motivo decorativo do medalhão central, este é por norma pouco variado, consistindo essencialmente em paisagens marí-

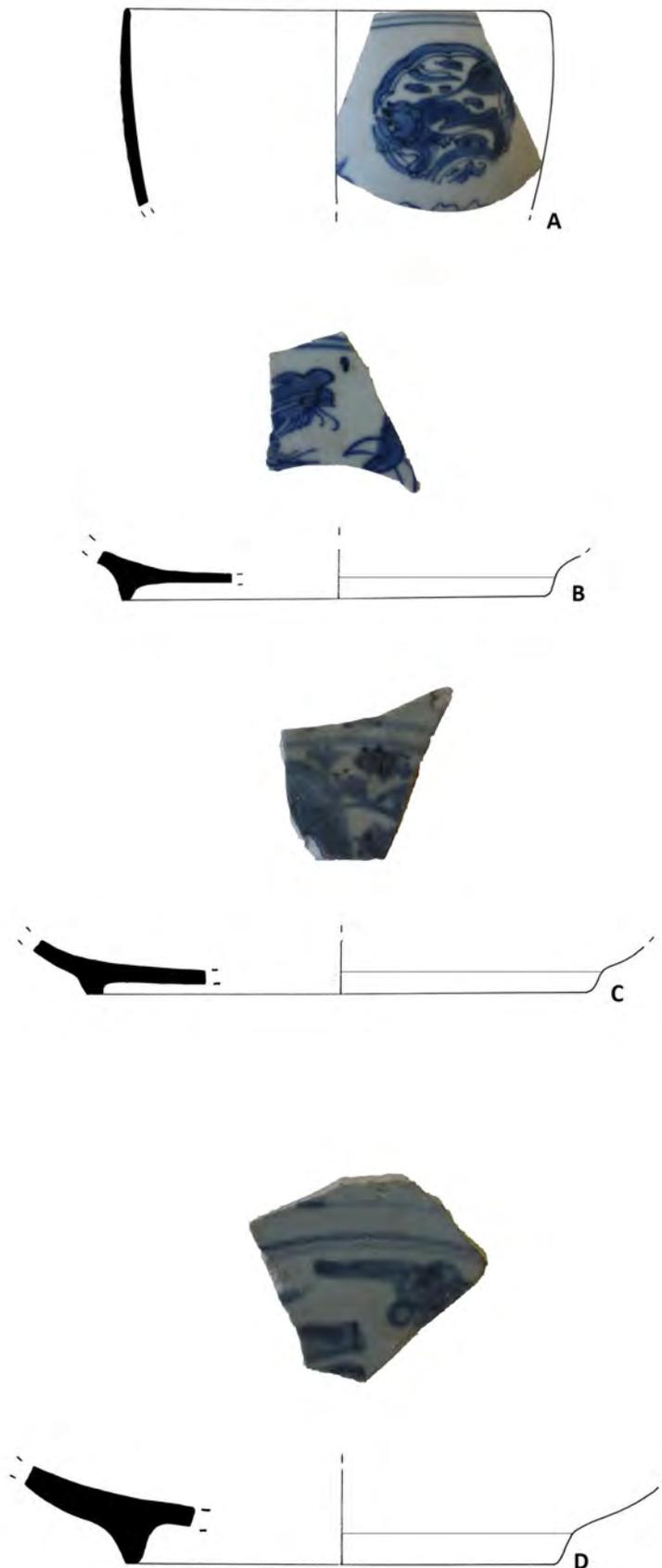


Figura 1

A. Taça – Jiajing
 (1522-1566); B e
 D. Pratos – Jiajing
 (1522-1566) C. Prato –
 Zhengde (1506-1521)



timas e pagodes representados em pequenas ilhas. Algumas delas apresentam-se como se estivessem a levitar, o que se pode associar às imagens do paraíso *penglai* de tradição taoista, tal como se observa no exemplar existente no Princeshof National Museum of Ceramics (Ströber, 2013, 168, fig. 62 e 63).

A garça, símbolo de longevidade, tal como o pessegueiro que é o fruto sagrado, carregam em si uma simbologia de vincada tradição taoista, de que o imperador Jiajing era especial seguidor.

Na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves conhecem-se quatro pratos com a decoração na aba semelhante ao exemplar aqui apresentado, e cujo medalhão central ostenta os mesmos motivos decorativos marítimos e arquitectónicos (Matos, 1996, 86-91). Recuperados em contexto arqueológico conhecem-se exemplares semelhantes no Convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, no Palácio dos Condes de Penafiel e no convento de Santana, ambos em Lisboa (Barreto, 2007, 30, fig. 18; Henriques, 2012, 323, Est.2.17; Gomes, Gomes e Casimiro, 2015, 99, Fig. 7.3D) e também na Fortaleza de Nossa da Luz, em Cascais (Rodrigues, *et all.*, 2012, 873, Fig. 4.45).

De datação ligeiramente posterior à peça anterior, mas de configuração formal em tudo idêntica, é o fragmento prato decorado na aba com um cogumelo *lingzhi*, símbolo da imortalidade e considerado pelos místicos taoistas como comida dos génios, entre enrolamentos vegetalistas, com o tardo da aba decorado por ramos vegetalistas estilizados (Fig.2D).

Conhece-se um conjunto de seis pratos com a mesma decoração no Palácio de Santos em Lisboa. Neste caso, a aba encontra-se preenchida por elementos vegetalistas, enquadrando dragões *chi* intervalados por cogumelos *lingzhi*, de pintura acelerada e pouco cuidadosa em azul-cobalto (Lion-Goldschmidh, 1984, 24, Fig. 32 e 33). A autora enquadra este tipo de decoração no reinado de Longqing, imperador entre 1567 e 1572, mas o trabalho de pintura destas peças poderá colocá-las em época mais próxima do reinado do imperador Wanli, sendo por isso as antecessoras do aparecimento da porcelana *kraak*. O motivo decorativo presente no medalhão central destes pratos constitui-se por norma na representação de paisagens com gamos ou aves (Lion-Goldschmidh, 1984, 26).

A porcelana *kraak* é talvez a que melhor vai definir a exportação de porcelana para a Europa nos finais do século XVI e inícios da centúria seguinte, sobretudo para os países nórdicos, em particular a Holanda. O próprio termo que define este tipo de produção surge por corrupção do termo *carraca*, denominação pela qual eram conhecidos os navios portugueses da época, que os holandeses vão capturar ainda nos finais de quinhentos e onde tomam contacto com a enorme quantidade de porcelana chinesa a bordo das ditas embarcações. Neste conjunto incluímos os dois restantes exemplares desta colecção.

O fragmento de pequeno prato em aba, de paredes finas, caldeira baixa e pé de secção triangular ligeiramente reentrante, pintado a azul-cobalto em dois tons contrastantes, apresenta a típica decoração desta porcelana produzida durante o reinado do imperador Wanli (1573-1619) (Fig.2B). A caldeira e a aba encontram-se totalmente preenchidas por um painel de cartelas irradiantes, de contornos recortados e preenchidos por motivos vegetalista onde se observa ramo de pessegueiro com os frutos muito estilizados, separadas por painéis mais estreitos pintados com fiadas de jóias e pontos emoldurados por motivo em semicírculo na base. No tardo a composição decorativa obedece à do interior, contudo menos carregada, onde a cartela mais larga aparece a enquadrar uma jóia estilizada enquadrada por quatro pontos. O medalhão central que neste, caso não, é possível obser-

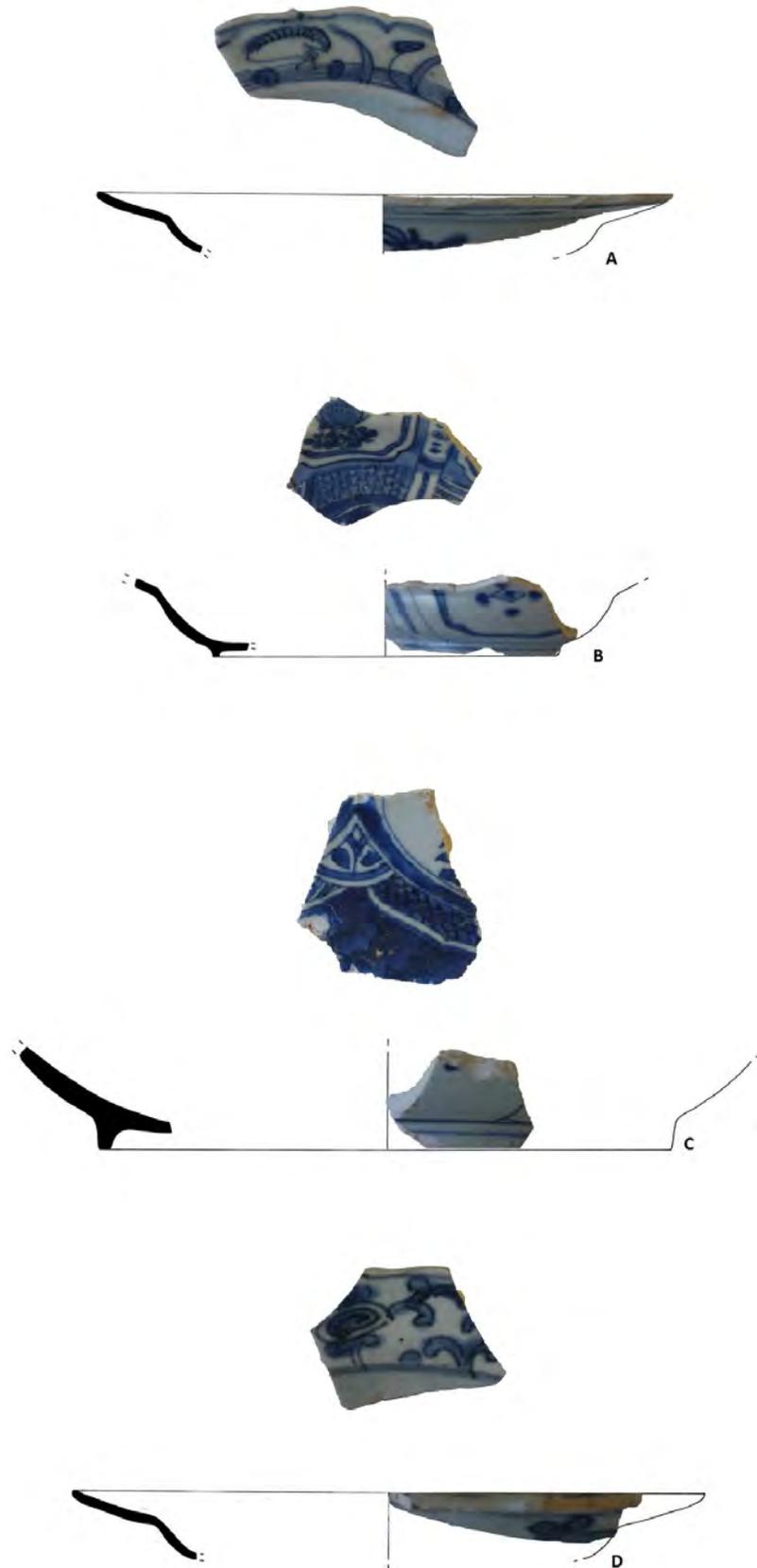


Figura 2
A. Prato – Jiajing
(1522-1566); B. e C.
Pratos – Wanli
(1573-1619) e D. Prato.
Longqing (1567-1572)
ou Wanli.

0 5CM

var, encontra-se separado da cartela por um típico painel de decoração geométrica, neste caso com escamas, desenhado em forma de chaveta contígua. Data de cerca de 1600 em diante um prato semelhante da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (Matos, 1996, 119), tal como o exemplar existente na Jorge & Welsh em Lisboa (Vinhais, *et all.*, 2008, p. 138, Fig. 15). Pratos semelhantes foram recuperados em contextos datados do terramoto de 1755 no Palácio dos Condes de Penafiel, em Lisboa, e na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, em contexto datável do séc. XVII. (Henriques, 2012, p. 323, Est.2.19-20; Rodrigues, *et all.*, 2012, p.873, Fig. 4.47).

Contemporâneo da anterior é o fragmento de fundo de um prato, de média dimensão, fundo espesso com pé de perfil triangular e paredes finas (Fig.2C). A decoração na superfície interna é pintada a azul de cobalto de tonalidades contrastantes, observando-se parte do painel em forma de estrela, preenchido por motivos geométricos de escamas e suásticas, que delimita o medalhão central recortado em forma de chaveta contígua, com elementos vegetalistas difíceis de classificar dado o estado de fragmentação. Na confluência das pontas do painel, encontramos uma cabeça de *ruy* estilizada. Na caldeira observamos a existência de painel circular ou em forma de lágrima, preenchido por motivo vegetalista. Conhece-se uma peça idêntica na Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves e na Jorge & Welsh, ambos datados do primeiro quartel do século XVI (Matos, 1996, p. 129; Vinhais, Welsh e Stilwell, 2008, 126, Fig. 11). Estas peças são por vezes moldadas no bordo e na caldeira e a decoração acompanha esse padrão moldado, situação que não se observa no exemplar em estudo. FIG. 2

Conclusão

Atendendo às características das peças apresentadas é possível enquadrar o conjunto acima descrito, numa longa diacronia de cerca de cem anos, entre o primeiro quartel do século XVI e os primeiros vinte e cinco anos do século XVII, representando assim o apogeu da importação de porcelana chinesa para Portugal. As produções da segunda metade de seiscentos, sobretudo as peças do chamado “período de transição”, entre as Dinastias Ming e Qing, são ainda mal conhecidas no território português, não existindo por enquanto exemplares identificados (Henriques, 2012, 926).

A ausência de contexto arqueológico não nos permite tirar conclusões sobre o tipo de consumidores ou sequer em que ambientes foram estas peças utilizadas, ainda que acreditamos terem pertencido a gente com posses suficientes para as adquirirem. Quem consumia estas porcelanas é ainda uma discussão em aberto. As elites políticas e religiosas estariam certamente entre os consumidores mais frequentes, sendo de destacar a informação que o Arcebispo de Braga fornece ao Papa Pio IV, no qual em Portugal se come nas porcelanas da China e não em objectos de prata (Calado, 2003, 7). Contudo, estes materiais tendem a surgir igualmente em contextos que podemos designar de medianos, pelo que é possível que o seu preço não atingisse, em certos momentos de maior importação, valores impossíveis de alcançar.

É provável que tenham ido parar ao Tejo já depois de descartadas algures numa cidade das suas margens. São peças que, por norma, são preservadas durante muito tempo e aparecem sempre em contextos arqueológicos cuja datação é muito posterior à sua produção. Não obstante, representam a forma como o Tejo servia de veículo de abastecimento das cidades montante de Lisboa, algo que é registado arqueologicamente desde a Antiguidade.

BIBLIOGRAFIA

- AURET, C.; MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Podoland coast. *Annals of the Natal Museum*. Vol. 25(1), p. 1-39.
- BARRETO, L. F. (coord) (2007) – *Macau: O Primeiro Século de Um Porto Internacional*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- BOTELHO, I. (2012) – Uma taça de porcelana branca e uma asa em grés na “Arca de Mijavelhas”: História e estórias reveladas pela construção da Estação do Campo 24 de Agosto do Metro do Porto. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 245-254.
- CALADO, R. (2003) – *Faiança Portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro. Séculos XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CARNEIRO, A. (2000) – O Mundo a azul e branco. Porcelanas e faianças da Casa do Brasil (Santarém). In Custódio, J. (coord.) *Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 61-76.
- CASIMIRO, T.M.; BOAVIDA, C.; MOÇO, A.M. (no prelo) – Louça “de fora” em Carnide (1550-1625). Estudo do consumo de cerâmica importada. In *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa – Uma Cidade em Escavação*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.
- CRICK, M. (2010) – *Chinese trade ceramics for South-East Asia from the 1st to the 17th century: collection of Ambassador and Mrs Charles Müller*. Genève: 5 Continents; Milan: Foundation Baur, musée des arts d’Extrême Orient.
- DELFINO, D.; PORTOCARRERO, G. (2014) – *8000 anos a transformar o barro. Cerâmicas da maa*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- FERNANDES, I.C.; CARVALHO, A.R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 211-255.
- INTINO, R. (1992) – La Découverte de la Chine L’aventure Portugaise. In *Du Tage à la mer de Chine. Une épopée portugaise*, p. 53-65.
- GOMES, M.V; GOMES, R.V. (1993) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço – cisterna de Silves. *Xelb*. 3, p. 143-205.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., CASIMIRO, T. M. (2015) – Convents, monasteries and porcelain: a case study os Santana Convent. Lisbon. In Buxeda I Garrigós, J.; Madrid I Fernandez, M.; Iñáñez, J (ed.), *Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*. BAR International Series 2761. Oxford: Hadrain Books, p. 93-101.
- HENRIQUES, J. P. V. (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 919-932.
- LEAL, C.; FERREIRA, M. (2007) – *Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Portugalia*. Vol. XXVII. Nova série, p. 89-117.
- LION-GOLDSCHIMDTH, D. (1984) – Les porcelains chinois du palais de Santos. *Arts asiatiques*. Paris. 39, p. 5-72.
- LOPES, G.; ROQUE, C.; (2012) – A intimidade palaciana no século XVII. Objectos provenientes de um esgoto do Paço dos Lobos da Gama (Évora). In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 201-208.
- MAGS, T. (1984) – The Great Galleon São João: remains from a mid-sixteenth century wreck on the Natal South Coast. *Annals of the Natal Museum*. Pietermaritzburg. Vol. 26(1), p. 173-186.
- MATOS, M. A. P. de (1996) – *A Casa das porcelanas: cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- PEQUITO, L. (coord.) (2000) – *Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. O passado como expressão do presente*. Almada; Câmara Municipal de Almada.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) – *A escavação de um troço da via romana Olisipo-Scallabis em Vila Franca de Xira. Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 10. N.º2, p. 189-228.
- RODRIGUES, J. A. S.; BOLILA, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J. P.; RIBEIRO, I. A.; SIMÕES, S. (2012) – As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 865-876.
- STRÖBER, E. (2013) – *Ming: porcelain for a globalised trade*. Stuttgart: Arnoldsche.

- TRINDADE, A.R. (2012) – Cerâmica dos séculos XV a XVII do Convento de Santana de Leiria. História e evidências em torno da cultura material. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. (eds), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 527-538.
- VINHAIS, L.; WELSH, J.; STILWELL, A. (eds.) (2008) – *Porcelana kraak: O desenvolvimento do comércio global no final do século XVI e início do século XVII*. Londres: Jorge Welsh Books.

NOTAS

- ¹ Os autores não subscrevem o acordo ortográfico de 1990.